

IMPrensa Nacional-Casa da Moeda, S. A.
Av. de António José de Almeida
1000-042 Lisboa

www.incm.pt
www.facebook.com/INCM.Livros
editorial.apoiocliente@incm.pt

Reservados todos os direitos
de acordo com a legislação em vigor
© 2015, Imprensa Nacional-Casa da Moeda

Publicado em março de 2015
Depósito legal:
358 501/13
ISBN Papel:
978-972-27-2196-7
ISBN E-book:
978-972-27-2203-2
Edição:
1019506

PREFÁCIO 17

SINOPSE 19

CÓDIGO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO 21

Lei n.º 42/2014, de 11 de julho

| | |
|------------|------------------------------|
| Artigo 1.º | Objeto 21 |
| Artigo 2.º | Sentido e extensão 21 |
| Artigo 3.º | Duração 29 |

Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro

| | |
|------------|--|
| Artigo 1.º | Objeto 43 |
| Artigo 2.º | Aprovação 43 |
| Artigo 3.º | Impugnações administrativas necessárias 44 |
| Artigo 4.º | Conferências procedimentais 44 |
| Artigo 5.º | Boas práticas administrativas 45 |
| Artigo 6.º | Norma transitória 45 |
| Artigo 7.º | Norma revogatória 45 |
| Artigo 8.º | Aplicação no tempo e produção de efeitos 45 |
| Artigo 9.º | Entrada em vigor 46 |

ANEXO 47

CÓDIGO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO 47

PARTE I – DISPOSIÇÕES GERAIS 47

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

| | |
|------------|-------------------------------|
| Artigo 1.º | Definições 47 |
| Artigo 2.º | Âmbito de aplicação 48 |

CAPÍTULO II
PRINCÍPIOS GERAIS DA ATIVIDADE
ADMINISTRATIVA

| | |
|------------|-----------------------------------|
| Artigo 3.º | Princípio da legalidade 49 |
|------------|-----------------------------------|

| | |
|-------------|---|
| Artigo 4.º | Princípio da prossecução do interesse público e da proteção dos direitos e interesses dos cidadãos 49 |
| Artigo 5.º | Princípio da boa administração 50 |
| Artigo 6.º | Princípio da igualdade 50 |
| Artigo 7.º | Princípio da proporcionalidade 51 |
| Artigo 8.º | Princípios da justiça e da razoabilidade 51 |
| Artigo 9.º | Princípio da imparcialidade 52 |
| Artigo 10.º | Princípio da boa-fé 52 |
| Artigo 11.º | Princípio da colaboração com os particulares 53 |
| Artigo 12.º | Princípio da participação 53 |
| Artigo 13.º | Princípio da decisão 54 |
| Artigo 14.º | Princípios aplicáveis à administração eletrónica 54 |
| Artigo 15.º | Princípio da gratuidade 55 |
| Artigo 16.º | Princípio da responsabilidade 56 |
| Artigo 17.º | Princípio da administração aberta 56 |
| Artigo 18.º | Princípio da proteção dos dados pessoais 57 |
| Artigo 19.º | Princípio da cooperação leal com a União Europeia 58 |

PARTE II – DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA 59

CAPÍTULO I NATUREZA E REGIME DOS ÓRGÃOS

| | |
|-------------|-----------|
| Artigo 20.º | Órgãos 59 |
|-------------|-----------|

CAPÍTULO II DOS ÓRGÃOS COLEGIAIS

| | |
|-------------|---|
| Artigo 21.º | Presidente e secretário 59 |
| Artigo 22.º | Suplência do presidente e do secretário 60 |
| Artigo 23.º | Reuniões ordinárias 61 |
| Artigo 24.º | Reuniões extraordinárias 61 |
| Artigo 25.º | Ordem do dia 62 |
| Artigo 26.º | Objeto das deliberações 62 |
| Artigo 27.º | Reuniões públicas 63 |
| Artigo 28.º | Inobservância das disposições sobre convocação de reuniões 63 |
| Artigo 29.º | Quórum 64 |
| Artigo 30.º | Proibição da abstenção 64 |
| Artigo 31.º | Formas de votação 65 |
| Artigo 32.º | Maioria exigível nas deliberações 65 |
| Artigo 33.º | Empate na votação 65 |
| Artigo 34.º | Ata da reunião 66 |
| Artigo 35.º | Registo na ata do voto de vencido 67 |

CAPÍTULO III DA COMPETÊNCIA

| | |
|-------------|---|
| Artigo 36.º | Irrenunciabilidade e inalienabilidade 67 |
| Artigo 37.º | Fixação da competência 67 |
| Artigo 38.º | Questões prejudiciais 68 |
| Artigo 39.º | Conflitos de competência territorial 68 |
| Artigo 40.º | Controlo da competência 69 |
| Artigo 41.º | Apresentação de requerimento a órgão incompetente 69 |
| Artigo 42.º | Suplência 70 |
| Artigo 43.º | Substituição de órgãos 70 |

CAPÍTULO IV DA DELEGAÇÃO DE PODERES

| | |
|-------------|--|
| Artigo 44.º | Delegação de poderes 70 |
| Artigo 45.º | Poderes indelegáveis 71 |
| Artigo 46.º | Subdelegação de poderes 71 |
| Artigo 47.º | Requisitos do ato de delegação 72 |
| Artigo 48.º | Menção da qualidade de delegado ou subdelegado 72 |
| Artigo 49.º | Poderes do delegante ou subdelegante 73 |
| Artigo 50.º | Extinção da delegação ou subdelegação 73 |

CAPÍTULO V DOS CONFLITOS DE ATRIBUIÇÕES E DE COMPETÊNCIA

| | |
|-------------|---|
| Artigo 51.º | Competência para a resolução de conflitos 74 |
| Artigo 52.º | Resolução administrativa dos conflitos 74 |

PARTE III – DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO 77

TÍTULO I REGIME COMUM

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

| | |
|-------------|--|
| Artigo 53.º | Iniciativa 77 |
| Artigo 54.º | Língua do procedimento 77 |
| Artigo 55.º | Responsável pela direção do procedimento 77 |
| Artigo 56.º | Princípio da adequação procedimental 78 |
| Artigo 57.º | Acordos endoprocedimentais 79 |
| Artigo 58.º | Princípio do inquisitório 79 |
| Artigo 59.º | Dever de celeridade 80 |
| Artigo 60.º | Cooperação e boa-fé procedimental 80 |
| Artigo 61.º | Utilização de meios eletrónicos 80 |
| Artigo 62.º | Balcão único eletrónico 82 |

| | |
|-------------|---|
| Artigo 63.º | Comunicações por telefax, telefone ou meios eletrônicos 83 |
| Artigo 64.º | Documentação das diligências e integridade do processo administrativo 84 |

CAPÍTULO II DA RELAÇÃO JURÍDICA PROCEDIMENTAL

SECÇÃO I

DOS SUJEITOS DO PROCEDIMENTO

| | |
|-------------|--|
| Artigo 65.º | Sujeitos da relação jurídica procedimental 85 |
| Artigo 66.º | Auxílio administrativo 86 |

SECÇÃO II

DOS INTERESSADOS NO PROCEDIMENTO

| | |
|-------------|---|
| Artigo 67.º | Capacidade procedimental dos particulares 87 |
| Artigo 68.º | Legitimidade procedimental 87 |

SECÇÃO III

DAS GARANTIAS DE IMPARCIALIDADE

| | |
|-------------|--|
| Artigo 69.º | Casos de impedimento 89 |
| Artigo 70.º | Arguição e declaração do impedimento 91 |
| Artigo 71.º | Efeitos da arguição do impedimento 92 |
| Artigo 72.º | Efeitos da declaração do impedimento 92 |
| Artigo 73.º | Fundamento da escusa e suspeição 93 |
| Artigo 74.º | Formulação do pedido 94 |
| Artigo 75.º | Decisão sobre a escusa ou suspeição 94 |
| Artigo 76.º | Sanções 95 |

CAPÍTULO III DA CONFERÊNCIA PROCEDIMENTAL

| | |
|-------------|--|
| Artigo 77.º | Conceito e modalidades 96 |
| Artigo 78.º | Instituição das conferências procedimentais 97 |
| Artigo 79.º | Realização da conferência procedimental 98 |
| Artigo 80.º | Audiência dos interessados e audiência pública 98 |
| Artigo 81.º | Conclusão da conferência procedimental 99 |

CAPÍTULO IV DO DIREITO À INFORMAÇÃO

| | |
|-------------|---|
| Artigo 82.º | Direito dos interessados à informação 100 |
| Artigo 83.º | Consulta do processo e passagem de certidões 101 |
| Artigo 84.º | Certidões independentes de despacho 102 |
| Artigo 85.º | Extensão do direito à informação 103 |

CAPÍTULO V DOS PRAZOS

- Artigo 86.º **Prazo geral** 103
Artigo 87.º **Contagem dos prazos** 103
Artigo 88.º **Dilação** 104

CAPÍTULO VI DAS MEDIDAS PROVISÓRIAS

- Artigo 89.º **Admissibilidade de medidas provisórias** 105
Artigo 90.º **Caducidade das medidas provisórias** 106

CAPÍTULO VII DOS PARECERES

- Artigo 91.º **Espécies de pareceres** 106
Artigo 92.º **Forma e prazos dos pareceres** 107

CAPÍTULO VIII DA EXTINÇÃO DO PROCEDIMENTO

- Artigo 93.º **Causas de extinção** 108
Artigo 94.º **Decisão final** 108
Artigo 95.º **Impossibilidade ou inutilidade superveniente** 108

TÍTULO II PROCEDIMENTO DO REGULAMENTO E DO ATO ADMINISTRATIVO

- Artigo 96.º **Objeto** 109

CAPÍTULO I PROCEDIMENTO DO REGULAMENTO ADMINISTRATIVO

- Artigo 97.º **Petições** 109
Artigo 98.º **Publicitação do início do procedimento e participação
procedimental** 110
Artigo 99.º **Projeto de regulamento** 110
Artigo 100.º **Audiência dos interessados** 111
Artigo 101.º **Consulta pública** 111

CAPÍTULO II PROCEDIMENTO DO ATO ADMINISTRATIVO

SECÇÃO I

DA INICIATIVA PARTICULAR

- Artigo 102.º **Requerimento inicial** 112
Artigo 103.º **Local de apresentação dos requerimentos** 113
Artigo 104.º **Forma de apresentação dos requerimentos** 113

| | |
|--------------|--|
| Artigo 105.º | Registo de apresentação de requerimentos 115 |
| Artigo 106.º | Recibo de entrega de requerimentos 115 |
| Artigo 107.º | Outros escritos apresentados pelos interessados 116 |
| Artigo 108.º | Deficiência do requerimento inicial 116 |
| Artigo 109.º | Questões que prejudiquem o desenvolvimento normal do procedimento 116 |

SECÇÃO II

DAS NOTIFICAÇÕES

| | |
|--------------|--|
| Artigo 110.º | Notificação do início do procedimento 117 |
| Artigo 111.º | Destinatários das notificações 118 |
| Artigo 112.º | Forma das notificações 118 |
| Artigo 113.º | Perfeição das notificações 119 |
| Artigo 114.º | Notificação dos atos administrativos 120 |

SECÇÃO III

DA INSTRUÇÃO

| | |
|--------------|---|
| Artigo 115.º | Factos sujeitos a prova 122 |
| Artigo 116.º | Prova pelos interessados 122 |
| Artigo 117.º | Solicitação de provas aos interessados 123 |
| Artigo 118.º | Forma da prestação de informações ou da apresentação de provas 124 |
| Artigo 119.º | Falta de prestação de provas 124 |
| Artigo 120.º | Produção antecipada de prova 125 |

SECÇÃO IV

DA AUDIÊNCIA DOS INTERESSADOS

| | |
|--------------|---|
| Artigo 121.º | Direito de audiência prévia 125 |
| Artigo 122.º | Notificação para a audiência 126 |
| Artigo 123.º | Audiência oral 127 |
| Artigo 124.º | Dispensa de audiência dos interessados 127 |
| Artigo 125.º | Diligências complementares 128 |

SECÇÃO V

DA DECISÃO E OUTRAS CAUSAS DE EXTINÇÃO DO PROCEDIMENTO

| | |
|--------------|--|
| Artigo 126.º | Relatório do responsável pela direção do procedimento 128 |
| Artigo 127.º | Decisão do procedimento 129 |
| Artigo 128.º | Prazos para a decisão dos procedimentos 129 |
| Artigo 129.º | Incumprimento do dever de decisão 130 |
| Artigo 130.º | Atos tácitos 131 |
| Artigo 131.º | Desistência e renúncia 132 |
| Artigo 132.º | Deserção 132 |
| Artigo 133.º | Falta de pagamento de taxas ou despesas 132 |

SECÇÃO VI

COMUNICAÇÕES PRÉVIAS

Artigo 134.º **Regime** 133

PARTE IV – DA ATIVIDADE ADMINISTRATIVA 135

CAPÍTULO I

DO REGULAMENTO ADMINISTRATIVO

SECÇÃO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 135.º **Conceito de regulamento administrativo** 135

Artigo 136.º **Habilitação legal** 135

Artigo 137.º **Regulamento devido e sua omissão** 136

Artigo 138.º **Relações entre os regulamentos** 136

SECÇÃO II

DA EFICÁCIA DO REGULAMENTO ADMINISTRATIVO

Artigo 139.º **Publicação** 137

Artigo 140.º **Vigência** 137

Artigo 141.º **Proibição de eficácia retroativa** 137

Artigo 142.º **Aplicação de regulamentos** 138

SECÇÃO III

DA INVALIDADE DO REGULAMENTO ADMINISTRATIVO

Artigo 143.º **Invalidade** 138

Artigo 144.º **Regime de invalidade** 138

SECÇÃO IV

DA CADUCIDADE E DA REVOGAÇÃO

Artigo 145.º **Caducidade** 139

Artigo 146.º **Revogação** 139

SECÇÃO V

DA IMPUGNAÇÃO DE REGULAMENTOS ADMINISTRATIVOS

Artigo 147.º **Reclamações e recursos administrativos** 140

CAPÍTULO II

DO ATO ADMINISTRATIVO

SECÇÃO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 148.º **Conceito de ato administrativo** 141

Artigo 149.º **Cláusulas acessórias** 141

Artigo 150.º **Forma dos atos** 142

| | |
|--|--|
| Artigo 151.º | Menções obrigatórias 142 |
| Artigo 152.º | Dever de fundamentação 143 |
| Artigo 153.º | Requisitos da fundamentação 144 |
| Artigo 154.º | Fundamentação de atos orais 145 |
| SECÇÃO II | |
| DA EFICÁCIA DO ATO ADMINISTRATIVO | |
| Artigo 155.º | Regra geral 145 |
| Artigo 156.º | Eficácia retroativa 145 |
| Artigo 157.º | Eficácia diferida ou condicionada 146 |
| Artigo 158.º | Publicação obrigatória 147 |
| Artigo 159.º | Termos da publicação obrigatória 147 |
| Artigo 160.º | Eficácia dos atos constitutivos de deveres ou encargos 147 |
| SECÇÃO III | |
| DA INVALIDADE DO ATO ADMINISTRATIVO | |
| Artigo 161.º | Atos nulos 148 |
| Artigo 162.º | Regime da nulidade 149 |
| Artigo 163.º | Atos anuláveis e regime da anulabilidade 149 |
| Artigo 164.º | Ratificação, reforma e conversão 150 |
| SECÇÃO IV | |
| DA REVOGAÇÃO E DA ANULAÇÃO ADMINISTRATIVAS | |
| Artigo 165.º | Revogação e anulação administrativas 151 |
| Artigo 166.º | Atos insuscetíveis de revogação ou anulação administrativas 152 |
| Artigo 167.º | Condicionalismos aplicáveis à revogação 152 |
| Artigo 168.º | Condicionalismos aplicáveis à anulação administrativa 154 |
| Artigo 169.º | Iniciativa e competência 155 |
| Artigo 170.º | Forma e formalidades 156 |
| Artigo 171.º | Efeitos 156 |
| Artigo 172.º | Consequências da anulação administrativa 157 |
| Artigo 173.º | Alteração e substituição dos atos administrativos 158 |
| Artigo 174.º | Retificação dos atos administrativos 158 |
| SECÇÃO V | |
| DA EXECUÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO | |
| Artigo 175.º | Objeto 159 |
| Artigo 176.º | Legalidade da execução 159 |
| Artigo 177.º | Ato exequendo e decisão de proceder à execução 160 |
| Artigo 178.º | Princípios aplicáveis 161 |
| Artigo 179.º | Execução de obrigações pecuniárias 161 |
| Artigo 180.º | Execução para entrega de coisa certa 162 |
| Artigo 181.º | Execução para prestação de facto 162 |

| | |
|--------------|--|
| Artigo 182.º | Garantias dos executados 163 |
| Artigo 183.º | Execução pela via jurisdicional 163 |

SECÇÃO VI

DA RECLAMAÇÃO E DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

SUBSECÇÃO I

REGIME GERAL

| | |
|--------------|--|
| Artigo 184.º | Princípio geral 164 |
| Artigo 185.º | Natureza e fundamentos 165 |
| Artigo 186.º | Legitimidade 165 |
| Artigo 187.º | Prazo em caso de omissão 166 |
| Artigo 188.º | Início dos prazos de impugnação 166 |
| Artigo 189.º | Efeitos das impugnações de atos administrativos 166 |
| Artigo 190.º | Efeitos sobre prazos 167 |

SUBSECÇÃO II

DA RECLAMAÇÃO

| | |
|--------------|---|
| Artigo 191.º | Regime geral 168 |
| Artigo 192.º | Notificação dos contrainteresados e prazo para a decisão 168 |

SUBSECÇÃO III

DO RECURSO HIERÁRQUICO

| | |
|--------------|---------------------------------|
| Artigo 193.º | Regime geral 169 |
| Artigo 194.º | Interposição 169 |
| Artigo 195.º | Tramitação 170 |
| Artigo 196.º | Rejeição do recurso 171 |
| Artigo 197.º | Decisão 171 |
| Artigo 198.º | Prazo para a decisão 172 |

SUBSECÇÃO IV

DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS ESPECIAIS

| | |
|--------------|-------------------|
| Artigo 199.º | Regime 173 |
|--------------|-------------------|

CAPÍTULO III

DOS CONTRATOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

| | |
|--------------|--|
| Artigo 200.º | Espécies de contratos 174 |
| Artigo 201.º | Procedimentos pré-contratuais 174 |
| Artigo 202.º | Regime substantivo 175 |

LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR 177

Constituição da República Portuguesa 177

Direito de Participação Procedimental e de Ação Popular 183

Lei n.º 83/95, de 31 de agosto

Regime Jurídico da Tutela Administrativa 193

Lei n.º 27/96, de 1 de agosto

Lei da Proteção de Dados Pessoais 201

Lei n.º 67/98, de 26 de outubro

Medidas de Modernização Administrativa 229

Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de abril

Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais 261

Lei n.º 13/2002, de 19 de fevereiro

Código de Processo nos Tribunais Administrativos 309

Lei n.º 15/2002, de 22 de fevereiro

Princípios e Normas de Organização da Administração

Direta do Estado 399

Lei n.º 4/2004, de 15 de janeiro

Lei de Acesso aos Documentos da Administração (2007) 415

Lei n.º 46/2007, de 24 de agosto

**Regime da Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado
e Demais Entidades Públicas 433**

Lei n.º 67/2007, de 31 de dezembro

Sistema da Indústria Responsável (SIR) 443

Decreto-Lei n.º 169/2012, de 1 de agosto

NOTAS ALTERAÇÕES 535

PREFÁCIO

É o Código do Procedimento Administrativo (CPA), edição anotada, o primeiro trabalho deste tipo que a DATAJURIS publica em conjunto com a Imprensa Nacional-Casa da Moeda (INCM), esperando estar à altura das expectativas postas neste primeiro trabalho.

Desde já temos a realçar o pioneirismo da iniciativa, que junta a edição impressa com a componente eletrónica derivada da aplicação que as novas tecnologias podem aportar ao mundo do Direito, e que neste caso ficam patentes.

Assim, o leitor terá ao seu dispor, além da edição clássica (papel), uma página *web* onde poderá descarregar a edição eletrónica bem como assistir a conferências, e outras realizações transmitidas pela *JusticaTV* sobre este tema, e onde, de cada vez que este diploma seja objeto de qualquer tipo de alteração, ou aditamento, etc., o leitor seja alertado para o facto e possa descarregar o ficheiro que poderá imprimir e anexar ao CPA. De realçar que a versão eletrónica estará sempre atualizada.

Para o efeito, estará disponível um *link* quer na página *web* da INCM, quer na página da DATAJURIS. Esperamos que esta iniciativa seja do agrado de todos e sirva os propósitos a que nos propomos.

O Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, que entrará em vigor em 7 de abril de 2015, teve a sua origem na Proposta de Lei n.º 224/XII/3.^a, apresentada pelo Governo na Assembleia da República e admitida em 13 de maio de 2014, que resultou na Lei n.º 42/2014, de 11 de julho, autorizando o Governo a legislar nesse sentido.

Na anotação relativa à origem do texto procurou estabelecer-se uma correspondência entre as redações dos diversos artigos do presente Código e o revogado Código do Procedimento Administrativo (CPA/91), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de novembro.

Para um melhor entendimento da solução preconizada com a aprovação deste Código, de permeio foram analisadas e comparadas as redações dos textos do P/CPA — Projeto de Revisão do Código do Procedimento Administrativo, apresentado publicamente em 14 de maio de 2013, e da Proposta de Lei n.º 224/XII — Proposta de Lei de Autorização Legislativa n.º 224/XII/3.^a

Relativamente à terminologia usada nas anotações efetuadas, esclarece-se que, sempre que a redação é a mesma, sem qualquer alteração entre a proposta de lei e este Código, atribuiu-se o termo «reproduz» e o termo «corresponde, com alterações», quando existem diferenças entre aquelas redações.

Na comparação efetuada com o CPA/91 e com o P/CPA, escolheu-se o termo de «corresponde, com alteração», quando a redação não é a mesma, mas sofreu poucas alterações, de «corresponde, com alterações» quando existem algumas diferenças e de «corresponde» quando a redação é igual ou semelhante. Por se tratar de uma comparação entre três documentos (o CPA/91, a Proposta Lei n.º 224/XII e o P/CPA) e na impossibilidade de se cingir integralmente aos termos supraenunciados, em virtude da sua particularidade, foram criadas algumas variantes daqueles termos, mas que se encontram devidamente explicitadas no próprio comentário.

Foram incluídas indicações remissivas para artigos do próprio diploma que se correlacionam entre eles, quer por remissão direta, quer por indicação de notas preambulares.

Inseriram-se referências legais a diplomas relacionados, que ajudam a densificar as novas orientações perfiladas pelo novo Código, constando alguns destes em anexo a esta edição.

Ao nível da Jurisprudência encontram-se referenciadas várias decisões judiciais, que pela sua acuidade, apesar de proferidas na vigência do anterior Código, ainda mantêm o interesse face ao novo regime.

É pois com expectativa que Vos apresentamos este trabalho, cuja responsabilidade científica cabe ao Centro de Estudos da DATAJURIS, cumprindo desde já endereçar os créditos do trabalho realizado aos seus membros que nele laboraram, a saber, os Licenciados:

Ana Paula Simões;
 Andreia Pereira Alves;
 Carla Rézio;
 Dina Faveiro;
 Fátima Lopes;
 Nelson Teixeira;
 Sandra Lopes;
 Sofia Raquel Cardoso.

A todos o meu reconhecido agradecimento.

Pela DATAJURIS
Paulo Moreira da Cunha

SINOPSE

O Novo Código do Procedimento Administrativo é fruto de um amplo período de discussão pública e de uma ampla participação de interessados dos mais diversos setores. Não obstante o epíteto de Novo, este não representa uma verdadeira novidade, não cortando com o preceituado no Código ainda em vigor, mantendo o essencial dos princípios e das regras estruturantes pelas quais se rege a atividade administrativa. Uma parte significativa das alterações introduzidas reflete orientações que vinham sendo formuladas pela doutrina e pela jurisprudência, na vigência do anterior Código, relativamente a matérias já reguladas, ainda que de forma implícita.

Seguindo a mesma linha condutora do anterior Código, constitui um aperfeiçoamento daquele, apresentando, porém, soluções inovadoras.

De registar, no plano formal, as alterações introduzidas ao nível da sistematização e, no plano substantivo, a consagração de princípios ligados à administração eletrónica, à boa administração, à responsabilidade, à administração aberta, à segurança de dados, bem como à cooperação leal da Administração Pública com a União Europeia.

A par da inclusão destes novos princípios foram reformulados os que já constavam da anterior codificação, com a intenção de fortalecer os valores fundamentais que regem a atividade administrativa num Estado de direito.

Neste plano substantivo há ainda a salientar como soluções inovatórias a agilização do procedimento, com a criação do regime das «conferências procedimentais», que promete transformar profundamente o modo de funcionamento da Administração Pública nas suas relações com os cidadãos num exercício de responsabilidades, preconizando também uma orientação de matriz diferente da atual, com a conformação do dever de boa gestão, da responsabilidade pelo incumprimento de prazos e do estatuído nos códigos de conduta.

Ainda neste plano, a maior inovação prender-se-á com o preceituado para institutos tão importantes no direito administrativo, como sejam o «regulamento» e o «ato administrativo». Saliente-se que o regime substantivo dos regulamentos administrativos se encontrava ausente do anterior Código, preenchendo-se, agora, uma lacuna numa área tão importante para a atividade administrativa e que reflete no essencial as orientações que vinham sendo defendidas pela doutrina e jurisprudência, inovando ainda em alguns pontos.

Por último, este novo Código prevê a sua aplicação supletiva à formação dos contratos da Administração Pública que não se encontre abrangida pelo Código dos Contratos Públicos.

Estes considerandos são facilmente apreensíveis a partir da comparação que foi feita nas anotações incluídas e que será uma ferramenta relevante para o utilizador, sendo contudo, dele, a tarefa mais laboriosa de articular essa informação com toda a doura doutrina e jurisprudência que povoa o nosso ordenamento jurídico.

Para auxiliar nessa tarefa entendeu-se por útil a compilação e inclusão anexa de alguns diplomas legais considerados de grande valia para a articulação de toda a arquitetura jurídico-administrativa, permitindo uma visão global e melhorada desta área do Direito.

Atendendo à unidade do ordenamento jurídico nacional e à imprescindibilidade de ferramentas permanentemente atualizadas e de fácil manuseamento, privilegiaram-se os conteúdos da Base de Dados Jurídicos da DATAJURIS, com ampla jurisprudência e legislação profusamente anotada, sem depreciar a existência de outras referências que poderão ser consideradas.

DATAJURIS, Centro de Estudos

CÓDIGO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

Lei n.º 42/2014, de 11 de julho

**Autoriza o Governo a aprovar o novo Código
do Procedimento Administrativo**

A Assembleia da República decreta, nos termos da alínea d) do artigo 161.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º

Objeto

A presente lei concede ao Governo autorização legislativa para aprovar o novo Código do Procedimento Administrativo.

Artigo 2.º

Sentido e extensão

No uso da autorização legislativa conferida pelo artigo anterior, pode o Governo:

- a) Definir o procedimento administrativo como a sucessão ordenada de atos e formalidades relativos à formação, manifestação e execução da vontade dos órgãos da Administração Pública, e o processo administrativo como o conjunto de documentos devidamente ordenados em que se traduzem os atos e formalidades que integram o procedimento administrativo, estatuidando que os princípios gerais da atividade administrativa e as disposições do novo Código que concretizam preceitos constitucionais são aplicáveis a toda e qualquer atuação da Administração Pública, ainda que meramente técnica ou de gestão privada, e ainda a aplicação da parte do novo Código relativa aos órgãos da Administração Pública ao funcionamento dos órgãos da Administração Pública;
- b) Estatuir que as disposições do novo Código respeitantes aos princípios gerais, ao procedimento e à atividade administrativa sejam

aplicáveis à conduta de quaisquer entidades, independentemente da sua natureza, adotada no exercício de poderes públicos ou regulada de modo específico por disposições de direito administrativo;

- c) Instituir que, para efeitos do novo Código do Procedimento Administrativo, integram a Administração Pública os órgãos do Estado e das regiões autónomas que exerçam funções administrativas a título principal, as autarquias locais e suas associações e federações de direito público, as entidades administrativas independentes, os institutos públicos e as associações públicas;
- d) Determinar que as disposições do novo Código do Procedimento Administrativo, designadamente as garantias nele reconhecidas aos particulares, aplicam-se subsidiariamente aos procedimentos administrativos especiais;
- e) Instituir como princípios gerais da atividade administrativa, os princípios da legalidade, da prossecução do interesse público e da proteção dos direitos e interesses dos cidadãos, da boa administração, da igualdade, da proporcionalidade, da justiça, da razoabilidade, da imparcialidade, da boa-fé, da colaboração com os particulares, da participação, da decisão, da tendencial gratuitidade, da responsabilidade, da administração aberta, da proteção dos dados pessoais dos interessados, da cooperação leal com a União Europeia e ainda os princípios aplicáveis à administração eletrónica;
- f) Conceder maior densidade ao princípio da igualdade, de modo a que a Administração Pública não possa privilegiar, beneficiar, prejudicar ou privar ninguém de qualquer direito em razão da sua orientação sexual;
- g) Conceder maior densidade ao princípio da proporcionalidade, de modo a que a Administração Pública adote, na prossecução do interesse público, os comportamentos adequados aos fins prosseguidos;
- h) Conceder maior densidade ao princípio da justiça, ligando-o ao princípio da razoabilidade, de modo a que a Administração Pública, relativamente a todos aqueles que com ela se relacionem, rejeite soluções manifestamente desrazoáveis ou incompatíveis com a ideia de Direito, nomeadamente em matéria de interpretação de normas jurídicas e das valorações próprias do exercício da função administrativa;
- i) Conceder maior densidade ao princípio da imparcialidade, de modo a que a Administração Pública, relativamente a todos aqueles que com ela se relacionem, considere com objetividade todos e apenas os interesses relevantes no contexto decisório e adote as soluções organizatórias e procedimentais indispensáveis à preservação da isenção administrativa e à confiança nessa isenção;
- j) Instituir o regime da composição dos órgãos da Administração Pública, as regras internas do seu funcionamento, a competência, a delegação de poderes e a resolução dos conflitos;

- k) Consagrar os acordos endoprocedimentais, através dos quais, no âmbito da discricionariedade procedimental, o órgão competente para a decisão final e os interessados podem convencionar os termos do procedimento;
- l) Enunciar os sujeitos privados e públicos da relação jurídica procedimental;
- m) Definir a capacidade procedimental dos particulares no procedimento;
- n) Consagrar o regime da legitimidade procedimental, por forma a permitir que iniciem o procedimento ou nele intervenham os titulares de direitos, interesses legalmente protegidos, deveres, encargos, ónus ou sujeições, bem como as associações para defesa de interesses coletivos ou defesa dos interesses individuais dos seus associados que caibam no âmbito dos seus fins;
- o) Estender o regime da legitimidade procedimental aos órgãos que exerçam funções administrativas, quando as pessoas coletivas nas quais se integram se encontrem nas situações referidas na alínea anterior;
- p) Reforçar, em matéria de impedimentos, escusa, suspeição e sanção, o regime das garantias de imparcialidade dos titulares dos órgãos da Administração Pública, respetivos agentes, bem como quaisquer outras entidades que, independentemente da sua natureza, se encontrem no exercício de poderes públicos ou cuja conduta seja regulada por normas de direito administrativo, estabelecendo-se, designadamente, que a relação de adoção, tutela ou apadrinhamento civil constitui uma causa de impedimento daqueles, assim como constituirá fundamento de sua suspeição e escusa a pendência em juízo de ação em que sejam parte o titular do órgão ou agente, o seu cônjuge ou pessoa com quem viva em condições análogas às dos cônjuges, parente em linha reta ou pessoa com quem vivam em economia comum, de um lado e, do outro, o interessado, o seu cônjuge ou pessoa com quem viva em condições análogas às dos cônjuges, parente em linha reta ou pessoa com quem vivam em economia comum;
- q) Prever, no âmbito do regime referido na alínea anterior, que não pode haver lugar no procedimento administrativo à prestação de serviços de consultoria ou outros, a favor do responsável pela respetiva direção ou de quaisquer sujeitos públicos da relação procedimental, por parte de entidades relativamente às quais se verifique qualquer situação de impedimento prevista no Código do Procedimento Administrativo ou que haja prestado, há menos de três anos, serviços a qualquer dos sujeitos privados na relação procedimental;
- r) Prever, no âmbito do regime referido nas alíneas p) e q), que a prestação de serviços em violação do previsto na alínea anterior constitui o

prestador no dever de indenizar a Administração Pública e terceiros de boa-fé pelos danos resultantes da anulação do ato ou contrato administrativo como sanção pela dita violação;

- s) Prever, no âmbito do regime referido nas alíneas *p*), *q*) e *r*), que a falta ou a decisão negativa sobre a dedução da suspeição não prejudica a invocação da anulabilidade dos atos praticados ou dos contratos celebrados, quando do conjunto das circunstâncias do caso concreto resulte a razoabilidade de dúvida séria sobre a imparcialidade da atuação do órgão, revelada na direção do procedimento, na prática de atos preparatórios relevantes para o sentido da decisão ou na própria tomada de decisão;
- t) Definir o regime das conferências procedimentais de modo a se obter a eficiência, a economicidade e a celeridade da atividade administrativa, incluindo o seu conceito e modalidade, a sua instituição, os atos praticados na conferência procedimental, sua realização, audiência dos interessados e conclusão da conferência;
- u) Definir o regime do direito à informação procedimental, designadamente em matéria de procedimentos eletrônicos e informatizados;
- v) Estabelecer que, sem prejuízo do exercício imediato dos direitos ou interesses legalmente protegidos do interessado no procedimento, não são devidas taxas quando, sempre que tal esteja legalmente previsto, os respetivos valores ou fórmulas de cálculo não sejam introduzidos nas plataformas eletrônicas no âmbito das quais correm os procedimentos a que dizem respeito, prevendo-se, porém, que tais taxas são devidas sempre que a falta de introdução dos respetivos valores ou fórmulas de cálculo nas plataformas não seja imputável à entidade destinatária das taxas, e no prazo de cinco dias contados do início do procedimento, sejam inseridos os respetivos valores ou fórmulas de cálculo nas plataformas e notificado o interessado para proceder ao seu pagamento;
- w) Definir o regime da instrução do procedimento, dos pareceres, da decisão, das comunicações prévias, bem como dos prazos do procedimento, incluindo a sua dilação, bem como outras causas de extinção do procedimento;
- x) Definir o regime das medidas provisórias no procedimento;
- y) Definir o regime específico do procedimento do regulamento administrativo em matéria de petições, projeto de regulamento e audiência dos interessados, incluindo as situações em que o responsável pela direção do procedimento pode não proceder à audiência de interessados, devendo a decisão final indicar os fundamentos da não realização da audiência;
- z) Definir o regime específico do procedimento do ato administrativo em matéria de notificações do início do procedimento e do ato,

prevedo o dever de notificação, aos seus destinatários, dos atos que decidam sobre pretensões por eles formulados, que imponham deveres, encargos, ónus, sujeições ou sanções ou que causem prejuízos, e que criem, extingam, aumentem ou diminuam direitos ou interesses legalmente protegidos, ou afetem as condições do seu exercício;

- aa)** Prever, no domínio do regime referido na alínea anterior, as formas como as notificações são efetuadas, a saber, carta registada, contacto pessoal com o notificando, telefone, telefax, correio eletrónico ou notificação eletrónica, edital e anúncio, bem como as condições da perfeição das notificações em matéria de carta registada, telefone, telefax e meios eletrónicos;
- bb)** Prever, no domínio do regime referido nas alíneas z) e aa), o direito de audiência prévia dos interessados, o modo do seu exercício, a notificação para a audiência, incluindo o projeto de decisão e demais elementos necessários para que os interessados possam conhecer todos os aspetos relevantes para a decisão, em matéria de facto e de direito, e ainda os casos e as condições em que pode haver dispensa da audiência por parte do responsável pela direção do procedimento;
- cc)** Definir o regime substantivo do regulamento administrativo;
- dd)** No âmbito do regime referido na alínea anterior, prever a definição de regulamento administrativo, a habilitação legal para a sua emissão, as relações entre os regulamentos, a proibição de eficácia retroativa de regulamentos impositivos, sancionatórios ou restritivos de direitos ou interesses legalmente protegidos, caducidade e revogação de regulamentos e impugnação dos mesmos;
- ee)** No âmbito do regime referido nas alíneas cc) e dd), instituir que os regulamentos desconformes à Constituição, à lei e aos princípios gerais de direito administrativo ou que infrinjam normas de direito internacional ou direito da União Europeia são inválidos, sendo igualmente inválidos os regulamentos que desrespeitem os regulamentos emanados dos órgãos hierarquicamente superiores ou dotados de poderes de superintendência, os regulamentos emanados pelo delegado, salvo se a delegação incluir a competência regulamentar, e os regulamentos que desrespeitem os estatutos emanados ao abrigo de autonomia normativa nas quais se funda a competência para a respetiva emissão;
- ff)** No âmbito do regime da invalidade referido na alínea anterior, prever que a mesma é invocável a todo o tempo, exceto as situações de ilegalidade formal ou procedimental da qual não resulte a sua inconstitucionalidade, caso em que a impugnação ou a declaração oficiosa de ilegalidade por parte da Administração Pública só pode ser efetuada no prazo de seis meses, salvo nos casos de carência absoluta de forma legal ou de preterição de consulta pública exigida por lei;

- gg) Definir o regime substantivo do ato administrativo em matéria de cláusulas acessórias, eficácia, invalidade e execução;
- hh) No âmbito do regime referido na alínea anterior, instituir que, em matéria de invalidade, a nulidade do ato administrativo tem de estar prevista em lei que comine expressamente essa forma de invalidade, prevendo-se a possibilidade de os atos nulos serem sujeitos a reforma ou conversão;
- ii) No âmbito do regime referido nas alíneas gg) e hh), instituir e definir as figuras de revogação e anulação administrativas, incluindo a iniciativa e a competência para a revogação e anulação administrativas, forma e formalidades do ato de revogação ou de anulação administrativa, bem como os efeitos da revogação e anulação administrativas e consequências desta última;
- jj) Prever no âmbito da anulação administrativa as situações nas quais o efeito anulatório possa ser afastado, designadamente quando se demonstre que o ato anulável sempre seria praticado com o mesmo conteúdo, por este ser vinculado, ou por o vício não afetar o sentido da decisão;
- kk) Prever que no domínio da revogação administrativa os atos administrativos constitutivos de direitos podem ser objeto de revogação, designadamente, com fundamento na superveniência de conhecimentos técnicos e científicos ou em alteração objetiva das circunstâncias de facto, em face dos quais, num ou noutro caso, não poderiam ter sido praticados;
- ll) Prever que, nos casos em que ocorra a revogação prevista na alínea anterior, os beneficiários de boa-fé têm direito a ser indemnizados nos termos do regime geral aplicável às situações de indemnização pelo sacrifício, sendo que, nas situações em que pela sua gravidade e intensidade seja eliminado ou restringido o conteúdo do direito, tais beneficiários terão direito a uma indemnização correspondente ao valor económico do direito eliminado ou da parte do direito que tiver sido restringida;
- mm) Prever que, no domínio da anulação administrativa, os atos administrativos, podem ser objeto de anulação administrativa no prazo de seis meses, a contar da data do conhecimento pelo órgão competente da causa de invalidade ou, nos casos de invalidade resultante de erro do agente, desde o momento da cessação do erro, em qualquer dos casos desde que não tenham decorrido cinco anos, a contar da respetiva emissão;
- nn) Prever que, na situação em que o ato tenha sido objeto de impugnação jurisdicional, a anulação administrativa só pode ter lugar até ao encerramento da discussão, mais se prevendo que, quando, nos casos previstos nas alíneas mm) e qq), o ato se tenha tornado inimpugnável

- por via jurisdicional, o mesmo só pode ser objeto de anulação administrativa oficiosa;
- oo) Prever como regra geral que a anulação administrativa, no caso de atos constitutivos de direitos, só pode ter lugar no prazo de um ano, a contar da data da emissão do ato;
 - pp) Prever que a anulação administrativa de atos constitutivos de direitos constitui os beneficiários que desconhecem, sem culpa, a existência da invalidade e tenham auferido, tirado partido ou feito uso da posição de vantagem em que o ato os colocava, no direito a serem indemnizados pelos danos anormais que sofram em consequência da anulação;
 - qq) Prever as circunstâncias especiais, salvo se a lei ou o direito da União Europeia prescreverem prazos diferentes, da anulação administrativa de atos constitutivos de direitos no prazo de cinco anos, a contar da data da respetiva emissão, quando o respetivo beneficiário tenha utilizado artifício fraudulento com vista à sua obtenção, apenas com eficácia para o futuro quando se trate de atos para obtenção de prestações periódicas, no âmbito de uma relação continuada e quando se trate de atos de conteúdo pecuniário cuja legalidade, nos termos da legislação aplicável, possa ser objeto de fiscalização administrativa para além do prazo de um ano, com imposição do dever de restituição das quantias indevidamente auferidas;
 - rr) Prever, desde que ainda o possa fazer, que a Administração Pública tem o dever de anular o ato administrativo que tenha sido julgado válido por sentença transitada em julgado, proferida por um tribunal administrativo com base na interpretação do direito da União Europeia, invocando para o efeito nova interpretação desse direito em sentença posterior, transitada em julgado, proferida por um tribunal administrativo que, julgando em última instância, tenha dado execução a uma sentença de um tribunal da União Europeia vinculativa para o Estado português;
 - ss) Definir o regime da execução do ato administrativo, prevendo que a satisfação de obrigações e o respeito por limitações decorrentes de atos administrativos só podem ser impostos coercivamente pela Administração Pública nos casos e segundo as formas expressamente previstas na lei;
 - tt) Ressalvar do disposto na alínea anterior as situações de urgente necessidade pública, devidamente fundamentadas, na execução coerciva de obrigações impostas em estrita aplicação de determinações contidas em comandos normativos;
 - uu) Instituir o regime de garantias dos executados, prevendo que estes podem impugnar administrativa e contenciosamente o ato exequendo e, por vícios próprios, a decisão de proceder à execução administrativa ou outros atos administrativos praticados no âmbito

do procedimento de execução, assim como requerer a suspensão contenciosa dos respetivos efeitos;

- vv)** Prever, no âmbito do regime referido na alínea anterior, que os executados podem propor ações administrativas comuns ou requerer providências cautelares para prevenir a adoção de operações materiais de execução ou promover a remoção das respetivas consequências, quando tais operações sejam ilegais por violação do regime referido na alínea ss), por não ter sido emitido ou notificado ao executado a decisão de proceder à execução, por desconformidade com o conteúdo e termos da decisão de proceder à execução ou por violação do princípio da proporcionalidade ou por ofensa à dignidade da pessoa humana;
- ww)** Definir o regime das reclamações e dos recursos administrativos, instituindo que os interessados têm o direito de impugnar os atos administrativos perante a Administração Pública, solicitando a sua revogação, anulação, modificação ou substituição ou reagir contra a omissão ilegal de atos administrativos, em incumprimento do dever de decisão, solicitando a emissão do ato pretendido;
- xx)** No domínio do regime referido na alínea anterior, prever que as reclamações e os recursos administrativos têm caráter facultativo, salvo se a lei os denominar como necessários;
- yy)** No domínio do regime referido nas alíneas ww) e xx), prever um prazo comum para as reclamações e recursos administrativos contra a omissão ilegal de atos administrativos;
- zz)** No domínio do regime referido nas alíneas ww), xx) e yy), prever a legitimidade para reclamar ou recorrer administrativamente, o início dos prazos de impugnação, os efeitos das impugnações administrativas facultativas ou necessárias sobre os atos administrativos impugnados, os efeitos das reclamações de atos ou omissões sujeitos a recurso necessário sobre o prazo da respetiva interposição;
- aaa)** No domínio do regime referido nas alíneas ww), xx), yy) e zz), prever que a utilização de meios de impugnação administrativa facultativos contra atos administrativos suspende o prazo de propositura de ações nos tribunais administrativos na pendência da impugnação administrativa, bem como de requerer a adoção de providências cautelares;
- bbb)** No domínio do regime referido nas alíneas ww), xx), yy), zz) e aaa), prever o regime da reclamação e o regime do recurso hierárquico, incluindo a interposição, tramitação, rejeição, decisão e o prazo para a decisão e ainda o regime dos recursos administrativos especiais;
- ccc)** Definir o regime geral substantivo dos contratos administrativos celebrados pelos órgãos da Administração Pública, incluindo os contratos sujeitos a um regime de direito privado, assim como a estatuição de que, na ausência de lei própria, aplica-se à formação dos

contratos administrativos o regime do procedimento administrativo do Código do Procedimento Administrativo, com as necessárias adaptações, sendo aplicáveis aos contratos sujeitos a um regime de direito privado as disposições do Código do Procedimento Administrativo que concretizem preceitos constitucionais e os princípios gerais da atividade administrativa;

ddd) Prever no decreto-lei emitido ao abrigo da presente lei a aplicação do regime constante do Código do Procedimento Administrativo em matéria de conferências procedimentais relativas a um único procedimento aos procedimentos administrativos já constantes de lei própria;

eee) Prever no decreto-lei referido na alínea anterior quais as situações em que se considera que as impugnações administrativas existentes à data da sua entrada em vigor têm carácter necessário.

Artigo 3.º

Duração

A presente autorização legislativa tem a duração de 180 dias.

Aprovada em 6 de junho de 2014.

A Presidente da Assembleia da República, Maria da Assunção A. Esteves.

Promulgada em 3 de julho de 2014.

Publique-se.

O Presidente da República, António Cavaco Silva.

Referendada em 4 de julho de 2014.

O Primeiro-Ministro, Pedro Passos Coelho.

Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro

1. O Código do Procedimento Administrativo foi aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de novembro, tendo sido revisto pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de janeiro. Desde 1996, nunca mais foi objeto de revisão.

No entanto, essa revisão foi-se tornando necessária à medida que o tempo passava. Por um lado, alguns preceitos do Código revelavam uma desconformidade com alterações entretanto trazidas ao texto constitucional e ao direito ordinário. Por outro lado, novas exigências que neste intervalo de tempo foram colocadas à Administração Pública e, mais do que isso, ao exercício da função administrativa, e a alteração do quadro em que esta última era exercida, por força da lei e do direito da União Europeia, impunham que essas exigências tivessem correspondência no texto do Código.

Além disso, a experiência acumulada ao longo de mais de 20 anos de aplicação do Código e a vasta doutrina e jurisprudência entretanto formadas em torno de matérias nele reguladas forneciam contributos para o enriquecimento do Código que, na sua revisão, não podiam ser ignorados.

Por fim, o direito comparado sugeria algumas soluções que nesta matéria podiam ser úteis à ordem jurídica portuguesa.

Foi por todas estas razões que se procedeu à elaboração do presente diploma.

2. Para o efeito, foi constituída uma comissão de especialistas, que preparou um anteprojeto de revisão. Esse anteprojeto foi submetido a discussão pública, que se revelou extremamente rica, com ampla participação de interessados dos mais diversos setores, desde a Administração Pública às universidades, passando por advogados e magistrados.

A mesma comissão incorporou depois, no projeto final, muitas sugestões que resultaram desse debate.

Contudo, o projeto final revelou uma profunda transformação do Código do Procedimento Administrativo em vigor.

Assim, o Governo, constatando tal transformação, e apesar de reconhecer que o projeto não efetuou um corte radical com o Código do Procedimento Administrativo aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de novembro, entendeu que as soluções propostas para institutos tão importantes no direito administrativo, como sejam o regulamento e o ato administrativo, eram de tal forma inovatórias que se estava perante um novo Código.

A estas soluções inovatórias acrescem outras propostas que irão transformar profundamente o modo de funcionamento da Administração Pública nas suas relações com os cidadãos, como é o caso do novo regime das conferências procedimentais, pelo que, em face de tudo isto, se justifica que o projeto de revisão do anterior Código do Procedimento Administrativo seja agora assumido pelo Governo como constituindo um novo Código.

Por isso, estando o Governo a transformar a relação entre cidadãos e Administração num exercício de responsabilidades, à semelhança do sucedido com o Código de Processo Civil, que incute uma matriz muito diferente da instalada até hoje, das quais se realçam o dever de boa gestão, a realização das conferências procedimentais e a responsabilidade pelo incumprimento de prazos, bem como os códigos de conduta, justifica-se plenamente que esta transformação seja assumida através de um novo Código do Procedimento Administrativo.

O novo Código do Procedimento Administrativo é o resultado de todos os contributos da discussão atrás referida. Na sua elaboração foram, entretanto, também levados em conta os contributos da doutrina e da jurisprudência portuguesas, assim como do direito comparado, designadamente, da Alemanha, da Itália e da Espanha, e do direito da União Europeia.

3. Na parte I do novo Código, sentiu-se a necessidade de introduzir alterações, tanto no domínio das definições, como no do âmbito de aplicação do Código. Não compete a um texto legislativo dar definições, a não ser com o objetivo de facilitar a interpretação e a aplicação das normas e dos institutos que ele contém. Assim se procedeu, desde logo, no artigo 1.º Este artigo, tal, aliás, como na redação prevista no artigo 1.º do anterior Código, reveste uma natureza vestibular, procurando esclarecer de que matérias se ocupa o Código. Contribui, assim, também para a definição do seu âmbito objetivo de aplicação, que a leitura do subsequente articulado permitirá compreender de modo mais preciso.
4. Também relativamente ao anterior Código, o artigo 2.º sofreu modificações. Tal como na redação anterior, ele ocupa-se do âmbito de aplicação

do Código, dando particular relevo aos destinatários das suas normas. Nesta matéria, de formulação difícil, procurou introduzir-se maior clareza e precisão, alterando a sequência dos preceitos e também o seu conteúdo.

Assim, começa-se, no n.º 1, por deixar claro que as disposições do Código respeitantes aos princípios gerais, ao procedimento e à atividade administrativa não são apenas aplicáveis à Administração Pública, mas à conduta de quaisquer entidades, independentemente da sua natureza, que exerçam a função administrativa.

Clarifica-se, depois, no n.º 2, que, pelo contrário, o regime da parte II é exclusivamente aplicável ao funcionamento dos órgãos da Administração Pública. E, no n.º 3, que a Administração Pública se encontra submetida aos princípios gerais da atividade administrativa e às disposições do presente Código que concretizam preceitos constitucionais no âmbito das suas atuações de caráter meramente técnico ou de gestão privada.

Enunciam-se, em seguida, no n.º 4, as entidades que, para este efeito, integram a Administração Pública, acrescentando-se, na nova alínea c), ao elenco que já constava da redação do anterior n.º 2 do mesmo artigo, as entidades administrativas independentes. Trata-se apenas de uma precisão, que desfaz eventuais dúvidas sobre a pertença destas entidades à Administração Pública, em sentido subjetivo.

Por fim, no n.º 5, estende-se o regime do Código, supletivamente, aos procedimentos administrativos especiais, no que respeita às garantias reconhecidas no Código aos particulares. Procurou-se uma redação que torne mais flexível o cotejo entre as garantias já vigentes naqueles procedimentos e o regime garantístico resultante do Código, de modo a permitir que a comparação seja feita quanto ao resultado global a que se chega em cada procedimento.

5. No capítulo II da parte I do novo Código, dedicada aos «princípios gerais da atividade administrativa», registam-se inovações significativas relativamente ao disposto nesta matéria pelo anterior Código.

Começou por incluir-se no novo Código o princípio da boa administração, indo ao encontro ao que era sugerido pelo direito comparado, com essa ou outra designação, e a sugestões da doutrina. Integraram-se nesse princípio os princípios constitucionais da eficiência, da aproximação dos serviços das populações e da desburocratização (artigo 5.º). Também foram incluídos no Código os novos princípios da responsabilidade (artigo 16.º), da administração aberta (artigo 17.º), da segurança de dados (artigo 18.º), da cooperação leal da Administração Pública com a União Europeia (artigo 19.º), bem como princípios relativos à administração eletrónica (artigo 14.º). Duas notas especiais: a inovação respeitante à cooperação entre a Administração Pública portuguesa e a União Europeia, à semelhança do que dispõem as leis alemã e espa-

nhola, dá cobertura à crescente participação da Administração Pública portuguesa no processo de decisão da União Europeia, bem como à participação de instituições e organismos da União Europeia em procedimentos administrativos nacionais; por sua vez, o que aí se dispõe sobre a administração eletrónica, e que depois será desenvolvido ao longo do Código, sempre que isso se impuser, pretende ir ao encontro da importância que os meios eletrónicos hoje assumem, tanto nas relações interadministrativas, como nas relações da Administração Pública com os particulares.

Concedeu-se maior densidade aos princípios da igualdade (artigo 6.º), da proporcionalidade (artigo 7.º), da imparcialidade (artigo 9.º), da boa-fé (artigo 10.º) e da colaboração com os particulares (artigo 11.º). Merecem especial referência a expressa inclusão, no princípio da proporcionalidade, da proibição de excesso, e a nova ligação entre a justiça e a razoabilidade (artigo 8.º).

Quer com a inclusão dos referidos novos princípios, quer com a reformulação de princípios que já constavam do anterior Código, houve a intenção de robustecer os valores fundamentais que devem reger toda a atividade administrativa num Estado de Direito democrático.

6. A parte II do novo Código deixou de intitular-se «Dos sujeitos», para passar a ter por epígrafe «Dos órgãos da Administração Pública». Na verdade, é só destes que ela trata e fá-lo sob uma perspetiva ainda não procedimental, mas tão-só centrada na composição dos órgãos, nas regras internas do seu funcionamento, na origem e desconcentração dos seus poderes e nos conflitos sobre a respetiva repartição.

Em contrapartida, foi introduzido na parte III um capítulo dedicado à «Relação jurídica procedimental», no qual, a partir de uma visão mais moderna do direito administrativo, se procede à identificação dos sujeitos da relação jurídica procedimental, reconhecendo o paralelismo entre particulares e Administração, como simultâneos titulares de situações jurídicas subjetivas que disciplinam as situações da vida em que ambos intervêm no âmbito do procedimento administrativo.

7. São muito significativas as transformações introduzidas na parte III do novo Código, respeitante ao procedimento administrativo.

Para começar, optou-se por disciplinar, em títulos separados, o regime comum do procedimento e os regimes especiais aplicáveis ao procedimento do regulamento e do ato.

No capítulo I do título I da parte III, dedicado às «Disposições gerais» relativas ao regime geral do procedimento administrativo, merecem referência especial a prescrição da língua portuguesa como língua do procedimento, a consagração de um novo princípio da adequação procedimental, a previsão de acordos endoprocedimentais e a introdução de preceitos de âmbito genérico respeitantes à instrução por meios

eletrónicos, às comunicações por telefax ou meios eletrónicos e ao balcão único eletrónico.

No artigo 55.º, intitulado «Responsável pela direção do procedimento», procura-se reequacionar a distribuição das tarefas de direção do procedimento (e não apenas da instrução) e de decisão. A mera faculdade de delegação da competência de direção do procedimento, por parte do órgão competente para decidir, tal como se encontrava estabelecida no n.º 2 do artigo 86.º do anterior Código, converte-se agora num dever de delegação, embora rodeado de prudentes cláusulas de salvaguarda (n.º 2 do artigo 55.º). A separação entre a responsabilidade de promover a tramitação do procedimento e a tarefa decisória aproxima o sistema de uma solução hoje perfilhada em largas partes do globo e apresenta-se como mais idónea para assegurar a imparcialidade do decisor.

Merece realce a previsão da possibilidade da celebração de acordos endoprocedimentais (artigo 57.º). Através destes, os sujeitos da relação jurídica procedimental podem convencionar termos do procedimento que caibam no âmbito da discricionariedade procedimental ou o próprio conteúdo da decisão a tomar a final, dentro dos limites em que esta possibilidade é legalmente admitida.

No n.º 2 do artigo 57.º, além de se deixar absolutamente claro o carácter jurídico dos vínculos resultantes da contratação de acordos endoprocedimentais, configura-se uma possível projeção participativa procedimental da contradição de pretensões de particulares nas relações jurídico-administrativas multipolares ou poligonais.

8. O novo capítulo II do título I da parte III tem por epígrafe «Da relação jurídica procedimental». Divide-se em três secções: secção I: «Dos sujeitos do procedimento»; secção II: «Dos interessados no procedimento»; secção III: «Das garantias de imparcialidade». A matéria das secções I e II é tratada sob uma perspetiva procedimental, que coloca em paralelo a Administração, os particulares e as pessoas de direito privado em defesa de interesses difusos, como simultâneos titulares de situações jurídicas subjetivas que disciplinam as situações da vida em que todos intervêm e que são objeto das relações jurídicas procedimentais.

Na secção I, procede-se, em primeiro lugar, à qualificação dos sujeitos da relação jurídica procedimental. No tocante aos sujeitos públicos, parte-se do elenco de órgãos constantes do artigo 2.º e apuram-se, de entre esse panorama global, aqueles que sejam detentores de competência para a tomada de decisões e ou para a prática de atos preparatórios no âmbito do procedimento administrativo.

No n.º 2 do artigo 65.º, manteve-se, para a parte que se posiciona perante os sujeitos públicos da relação jurídica procedimental, a tradicional designação de «interessados» (interessados na relação jurídica procedimental). Foi uma opção consciente. Com efeito, não basta para identificar os sujeitos de situações jurídicas procedimentais que o

particular seja titular ou portador institucional de interesse envolvido na *materia decidendi*. Como a doutrina tem notado, a essa posição substantiva terá de se somar uma intervenção formal, por iniciativa própria ou por convocação da Administração. Por outro lado, à democratização do procedimento importa que os particulares e a Administração nele apareçam face a face, enquanto titulares de situações subjetivas ativas e passivas recíprocas. Isso não significa uma igualização, porque, ao passo que os particulares detêm direitos, a Administração exerce um poder público. Mas os particulares não são reduzidos a objeto daquele poder, nem meramente afetados, positiva ou negativamente, pelo modo como sobre eles se refletem as consequências da respetiva concretização. Pelo contrário, a par de efeitos materiais, existem efeitos jurídicos, bem como pretensões de estofo jurídico quanto ao modo do respetivo exercício.

Na alínea *d*) do n.º 1 do artigo 65.º e no n.º 4 do artigo 68.º, são, entretanto, reconhecidas como uma das modalidades das relações jurídicas procedimentais as relações procedimentais entre órgãos da Administração Pública, respetivamente, nos papéis de exercerem poderes públicos e de figurarem como titulares ou defensores de situações jurídicas conformadas através do exercício de tais poderes. Assim sendo, e não sendo apropriado incluir estes órgãos no conceito de sujeitos privados, pareceu, apesar de tudo, preferível enquadrá-los no conceito de interessados na relação jurídica procedimental.

9. O artigo 66.º é dedicado à figura do auxílio administrativo. No seu n.º 1, estabelecem-se pressupostos que, embora sob uma formulação simplificada, se inspiram no n.º 1 do artigo 5.º da lei alemã do procedimento administrativo. O artigo 92.º do anterior Código é eliminado porque, na realidade, ele respeita ao auxílio administrativo, mas apenas no âmbito demasiado restrito da realização de diligências de prova.

No n.º 2 do mesmo artigo 66.º, estabelecem-se as garantias de sigilo, por remissão para o regime de acesso aos documentos administrativos. No n.º 3 ainda do mesmo artigo, prevê-se a situação de recusa do auxílio administrativo solicitado ou de dilação excessiva na sua prestação. Sem uma solução para o efeito, o auxílio administrativo não passaria de uma intenção piedosa. Mais uma vez, em lugar de conceber um regime *ex novo*, remeteu-se para a competência decisória que o Código define no domínio dos conflitos de jurisdição e de competência.

Por seu turno, o artigo 53.º do anterior Código surge agora como artigo 68.º, com alterações. No n.º 1, a referência às associações é reelaborada. Por um lado, deixa-se cair a exigência de que não possuam carácter político ou sindical, porque o Tribunal Constitucional se pronunciou no sentido da inconstitucionalidade da recusa da legitimidade às associações sindicais para iniciarem procedimentos ou neles intervierem, tanto em defesa de interesses coletivos como em defesa coletiva de

interesses individuais dos seus representados. Por outro lado, explicita-se agora a admissibilidade de as associações procederem, tanto à defesa de interesses coletivos, como à defesa coletiva de interesses individuais, desde que no âmbito do respetivo escopo institucional.

No n.º 2, harmoniza-se o âmbito material dos interesses difusos com as qualificações levadas a cabo na alínea a) do n.º 2 do artigo 53.º da Constituição, e no n.º 2 do artigo 9.º do Código de Processo nos Tribunais Administrativos.

No n.º 3, define-se, também em termos mais precisos, a legitimidade para a participação popular procedimental supletiva.

10. As «Garantias de imparcialidade» surgem agora integradas na nova secção III (artigos 69.º a 76.º) deste capítulo II.

Trata-se de uma recolocação (e não refundição) dos artigos 44.º a 51.º do anterior Código. A principal novidade reside no aditamento de um n.º 4 ao artigo 76.º (anterior artigo 51.º), na matéria tratada tradicionalmente como «suspeição». A ideia subjacente àquele preceito é a de que, independentemente de se estar fora de casos de presunção legal inilidível de parcialidade, será de todo o modo preciso, à luz das circunstâncias de cada caso, assegurar a credibilidade da decisão administrativa. Cabe ao legislador, não apenas neutralizar e reprimir situações mais ou menos declaradas de parcialidade subjetiva, mas também assegurar um clima na preparação e tomada das decisões que não favoreça a dúvida sobre a respetiva seriedade. Por isso, em vez de «suspeição», passa a falar-se da «razoabilidade de dúvida séria sobre a imparcialidade da atuação do órgão». O juízo não respeita tanto às condições subjetivas do agente, mas, mais, aos requisitos objetivos de confiança por parte da opinião pública.

11. O capítulo III («Da conferência procedimental») do título I da mesma parte III abrange os artigos 77.º a 81.º A expressão conferência procedimental afigura-se preferível à de conferência de serviços, de inspiração italiana. Na verdade, quem conferencia são órgãos e não «serviços» à maneira italiana. Por outro lado, a conferência, quando tenha lugar, torna-se numa fase do procedimento administrativo, que tem características próprias e assume grande relevo.

Caraterizam-se, desde logo, no n.º 1 do artigo 77.º, dois tipos distintos de conferências procedimentais: conferências para o exercício de competências em comum e conferências para o exercício conjugado de competências. Tal caraterização é completada no n.º 3 do mesmo artigo 77.º: no caso das primeiras, uma conferência deliberativa assume-se como contexto para o exercício conjunto, através de um só ato, das competências dos órgãos participantes; nas conferências de coordenação, os diversos órgãos exercem de per si as suas competências, embora o façam de modo conjugado no contexto proporcionado pela conferência. Se se trata de conferência deliberativa, é produzido um único ato

complexo, cujo conteúdo engloba os efeitos típicos dos vários atos que substitui. Se, pelo contrário, estivermos perante uma conferência de coordenação, cada um dos órgãos participantes emite formalmente no seu contexto o ato correspondente à sua competência.

Estabelece-se, no n.º 1 do artigo 78.º, que, sem prejuízo da realização de conferências de coordenação por acordo entre os órgãos envolvidos, a possibilidade da realização de conferências procedimentais no âmbito de cada tipo de procedimento depende de previsão específica em lei ou regulamento, ou em contrato interadministrativo a celebrar entre entidades públicas autónomas.

Sem prejuízo da disciplina própria constante do ato instituidor, os artigos 79.º a 81.º consagram um regime diretamente aplicável às conferências procedimentais, estabelecendo regras sobre os poderes, deveres e ónus dos órgãos participantes e, no artigo 80.º, sobre a audiência dos interessados e a eventual realização de audiência pública. Merece referência especial o facto de, no n.º 2 do artigo 79.º, se estabelecer que a convocação daquela conferência, quando ela for requerida por um ou mais interessados, constitui o órgão competente no dever de a convocar.

12. Provém da parte III do anterior Código, ainda que com algumas adaptações, os capítulos III a VII do título I desta parte III, respeitantes, respetivamente, ao direito à informação (artigos 82.º a 85.º), aos prazos (artigos 86.º a 88.º, com um artigo praticamente novo sobre a contagem dos prazos), às medidas provisórias (artigos 89.º e 90.º, com diversas modificações), aos pareceres (artigos 91.º e 92.º) e à extinção do procedimento (artigos 93.º a 95.º).
13. No título II desta parte III contém-se a regulação específica do procedimento dos regulamentos. E também nesta matéria se inova bastante. Merecem especial referência os novos requisitos da publicitação do procedimento do regulamento (artigo 98.º). E é totalmente inovador o artigo 99.º, ao impor que, da nota justificativa do projeto de regulamento, conste uma ponderação dos custos e benefícios das medidas projetadas.
14. Quanto ao regime aplicável ao procedimento dos atos administrativos, e constante do título III da mesma parte III, há que destacar as inovações introduzidas no que respeita ao regime aplicável ao conteúdo, forma e perfeição da notificação dos atos administrativos e à forma de apresentação dos requerimentos; a simplificação do regime da instrução do procedimento; e as importantes alterações no regime dos prazos para a decisão do procedimento e consequências da sua inobservância.
15. O regime substantivo dos regulamentos administrativos encontrava-se ausente do anterior Código. Pretendeu-se, por isso, preencher uma lacuna no nosso direito administrativo, numa área tão importante para a atividade administrativa.

Assim, o novo capítulo I da parte IV, dedicado ao regulamento administrativo, para além de consagrar disposições que merecem o consenso nas nossas doutrina e jurisprudência, como sejam o conceito de regulamento, a exigência de habilitação legal para a emissão de regulamentos e a disciplina das relações entre regulamentos, inova no tratamento da invalidade e do regime da invalidade do regulamento, consagrando, como regra geral, que a invalidade do regulamento, quando não referida à forma ou ao procedimento, é invocável a todo o tempo e por qualquer interessado (artigo 144.^o), e também nas consequências atribuídas à omissão de regulamento de cuja aprovação esteja dependente a aplicação de lei.

Um especial destaque merece ser, entretanto, dado à matéria da revogação dos regulamentos administrativos. Procurando dar resposta às questões colocadas pela doutrina em torno do regime da anterior versão do artigo 119.^o, passa a prever-se expressamente que os regulamentos de execução não podem ser objeto de revogação sem que a matéria seja objeto de nova regulamentação, dispondo-se, ainda, que a inobservância desta regra implicará a vigência das normas regulamentares do diploma revogado das quais dependa a aplicabilidade da lei exequenda (artigo 146.^o).

16. No capítulo II da parte IV, respeitante ao ato administrativo, o novo Código visa adequar o conceito de ato administrativo ao regime substantivo e procedimental que lhe é aplicável, introduzindo a referência à sua aptidão para produzir efeitos externos, e pretende reconhecer o âmbito atual da figura, eliminando a referência ao elemento orgânico da respetiva autoria (artigo 148.^o).

Em matéria de cláusulas acessórias, esclarecem-se as condições de validade da sua aposição e reconhece-se uma nova cláusula, a «reserva», típica das decisões de direito público (artigo 149.^o).

Em matéria de eficácia do ato administrativo, o novo Código limita-se à clarificação normativa de situações que suscitaram dúvidas, seja sobre a produção diferida ou condicionada dos efeitos (artigos 155.^o e 157.^o), seja sobre a diferença entre publicidade e publicação (artigo 158.^o), seja, sobretudo, sobre a garantia da inoponibilidade aos respetivos destinatários de atos constitutivos de deveres ou outras situações jurídicas passivas sem prévia notificação (artigo 160.^o).

17. No que respeita à invalidade do ato administrativo, introduzem-se modificações mais profundas.

Por um lado, por razões de certeza e segurança, determina-se que a nulidade pressupõe a respetiva cominação legal expressa, eliminando-se a categoria das «nulidades por natureza», definidas através de conceitos indeterminados, que suscitariam dúvidas de interpretação. Em consequência, com base na doutrina e na prática jurisprudencial, alargam-se os casos de nulidade expressamente previstos até agora no anterior

Código, designadamente, aos atos praticados com desvio de poder para fins de interesse privado, aos atos certificativos de factos inverídicos ou inexistentes e aos atos que criem obrigações pecuniárias sem base legal (artigo 161.^o). Aproveita-se ainda para clarificar e flexibilizar o regime da nulidade, acentuando-se a possibilidade de atribuição de efeitos putativos aos atos nulos em condições mais amplas do que na versão inicial do Código, e admitindo-se a sua reforma e conversão (artigos 162.^o e 164.^o).

Por outro lado, pormenoriza-se o regime da anulabilidade, determinando-se as circunstâncias e as condições em que é admissível o afastamento do efeito anulatório (artigo 163.^o), regulando-se expressamente os efeitos da anulação (artigo 172.^o), até agora constantes apenas do Código de Processo nos Tribunais Administrativos, e esclarecendo-se os efeitos da ratificação, reforma e conversão (artigo 164.^o).

18. Sobre a revisão dos atos administrativos, o novo Código, passa agora a concretizar e aprofundar a distinção entre a revogação propriamente dita e a revogação anulatória, passando a designar esta, na esteira da generalidade da doutrina dos países europeus, como «anulação administrativa» (artigo 165.^o). No seguimento da distinção, estabelecem-se os condicionalismos aplicáveis a cada uma das figuras, em função da sua finalidade e razão de ser, regulando-se com algum pormenor várias situações e resolvendo-se alguns problemas que têm sido suscitados (artigos 167.^o e 168.^o), dando-se expressão às propostas de alteração aos artigos 140.^o e 141.^o do anterior Código, que, ao longo dos últimos 20 anos, têm sido formuladas na doutrina e que, no essencial, são inspiradas pela lei alemã do procedimento.

Houve, designadamente, a preocupação de evitar soluções puramente logicistas, operando-se distinções de regime em função do conteúdo dos atos (favorável ou desfavorável), dos seus efeitos (instantâneos ou duradouros) e das posições jurídicas dos destinatários e de terceiros (direitos, interesses legalmente protegidos ou posições precárias), permitindo-se a ponderação de interesses e valores pela Administração nos casos concretos (tendo em conta a boa ou má-fé, a proteção da confiança legítima e a relevância dos interesses públicos e privados envolvidos). Neste contexto, conferiu-se especial importância à garantia de um equilíbrio entre a estabilidade do ato administrativo e a sua adequação às mudanças da realidade e à evolução dos conhecimentos, no quadro da realização dinâmica dos interesses públicos, com respeito pelos direitos e interesses legalmente protegidos dos particulares — um equilíbrio indispensável na atual sociedade de risco e de incerteza (artigo 167.^o). Por outro lado, em sintonia com a parte final do n.º 3 do artigo 18.^o da Constituição, e, agora, com a alínea d) do n.º 2 do artigo 161.^o do novo Código, a afetação, pela

revogação, do conteúdo essencial de um direito concede ao titular desse direito, se estiver de boa-fé, direito a indemnização nos termos da indemnização por sacrifício.

É de salientar a diferenciação entre a anulação administrativa e a anulação judicial dos atos administrativos, fixando-se prazos que podem não coincidir para ambos os efeitos e permitindo-se, em certas circunstâncias e condições, a anulação administrativa de atos tornados contenciosamente inimpugnáveis, com efeitos retroativos ou apenas para o futuro, no pressuposto de que o mero decurso do prazo de impugnação judicial não torna válido o ato anulável. Merece destaque, ainda, a harmonização, nesta matéria, entre o direito interno e outros ordenamentos jurídicos, em especial quando a atuação administrativa envolva a aplicação do direito da União Europeia (artigo 168.º).

19. No que respeita ao regime da execução dos atos administrativos, a grande novidade é a consagração do princípio de que a execução coerciva dos atos administrativos só pode ser realizada pela Administração nos casos expressamente previstos na lei ou em situações de urgente necessidade pública, devidamente fundamentada (artigo 176.º). Trata-se de opção sustentada ao longo dos últimos 30 anos por uma parte muito significativa da doutrina. No essencial, o regime do n.º 2 do artigo 176.º procura refletir, entretanto, o regime tradicionalmente vigente no direito francês sobre a matéria, embora com salvaguarda do regime aplicável à execução coerciva de obrigações pecuniárias.

Desta opção resulta a desnecessidade de se prever no Código os meios de execução. O conteúdo do regime dos artigos 155.º a 157.º do anterior Código é, no entanto, quase integralmente aproveitado no novo articulado.

No artigo 177.º, propõe-se a explicitação do que presentemente apenas resulta implícito: que os procedimentos de execução têm início com a emissão de uma decisão autónoma de proceder à execução; a exigência que a esta decisão é associada de determinar o conteúdo e os termos da execução; a clarificação da função de interpelação ao cumprimento, que é associada à notificação da decisão de proceder à execução, a qual pode ser feita conjuntamente com a notificação do ato exequendo. No artigo 182.º, procura-se aperfeiçoar e densificar o regime das garantias dos executados perante atos administrativos e operações materiais de execução ilegais.

Por último, com o novo artigo 183.º pretende-se preencher uma lacuna desde há muito identificada no nosso ordenamento jurídico no que respeita à determinação do modo de execução dos atos administrativos por via jurisdicional, quando não seja admitida a execução coerciva pela via administrativa.

20. Também na secção VI do capítulo II da parte IV, que regula a reclamação e os recursos administrativos, foram introduzidas diversas alterações importantes.

Para começar, estabelece-se que, em regra, as reclamações e os recursos têm carácter facultativo (n.º 2 do artigo 185.º). Depois, elimina-se, neste domínio, a figura do indeferimento tácito, em sintonia com o que fica disposto no artigo 130.º, para o procedimento declarativo de primeiro grau.

Além disso, introduz-se, no âmbito das impugnações administrativas, a regulação, até agora omissa, relativa ao incumprimento do dever de decidir, fixando-se o prazo para reagir contra a omissão ilegal de atos administrativos e prevendo-se, além do mais, a possibilidade de suprir a omissão, quer por parte da autoridade recorrida, quer por parte da autoridade para a qual se recorre (n.º 5 do artigo 195.º e n.º 4 do artigo 197.º).

Também se modificam as formalidades do recurso hierárquico, simplificando-se a respetiva tramitação (artigo 195.º). E, por outro lado, determina-se que o órgão competente para conhecer do recurso não fica obrigado à proposta de pronúncia do autor do ato ou da omissão, e deve respeitar, na fundamentação da decisão que venha a tomar, quando não opte por aquela proposta, os requisitos gerais da fundamentação do ato administrativo (n.º 2 do artigo 197.º).

Por fim, os recursos anteriormente designados como «recursos hierárquicos impróprios» e o recurso tutelar passam a estar englobados na categoria dos «recursos administrativos especiais» (artigo 199.º).

21. Entendeu-se, entretanto, dever reunir num último capítulo, o capítulo III da parte IV, um pequeno conjunto de preceitos sobre os contratos da Administração Pública. Atendendo à existência do Código dos Contratos Públicos, que estabelece, com pormenor, o regime dos procedimentos administrativos de formação das principais espécies de contratos públicos e o regime substantivo comum dos contratos administrativos, optou-se por apenas se sintetizar, mediante remissão, o sistema das fontes disciplinadoras dos aspetos estruturais dos regimes que são aplicáveis, tanto no plano procedimental, como no plano substantivo, aos contratos celebrados pela Administração Pública.

Tendo em atenção que o regime de contratação pública do Código dos Contratos Públicos se não aplica à formação de todos os contratos administrativos, estatuiu-se que, na ausência de lei própria, se aplica à formação destes o regime geral do procedimento administrativo (n.º 3 do artigo 201.º).

Deixa-se clara a aplicabilidade da regra do n.º 3 do artigo 2.º, prevendo-se a incidência, sobre os órgãos da Administração Pública, no âmbito

dos contratos sujeitos a um regime de direito privado, das disposições do Código do Procedimento Administrativo que concretizem preceitos constitucionais e dos princípios gerais da atividade administrativa.

22. Com a publicação do novo Código do Procedimento Administrativo, o Governo está consciente de que dota a Administração Pública de um diploma fundamental para que ela possa responder de modo eficiente aos desafios que hoje lhe são colocados.

Foram ouvidos os órgãos de governo próprio das Regiões Autónomas, a Comissão Nacional de Proteção de Dados, a Associação Nacional de Municípios Portugueses, o Conselho Superior da Magistratura, o Conselho Superior do Ministério Público, o Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais, a Ordem dos Advogados e a Associação Sindical dos Juizes Portugueses.

Foi promovida a audição da Associação Nacional de Freguesias, do Conselho Distrital do Porto da Ordem dos Advogados, do Conselho Distrital de Coimbra da Ordem dos Advogados, do Conselho Distrital de Lisboa da Ordem dos Advogados, do Conselho Distrital de Évora da Ordem dos Advogados, do Conselho Distrital de Faro da Ordem dos Advogados, do Conselho Distrital dos Açores da Ordem dos Advogados, do Conselho Distrital da Madeira da Ordem dos Advogados, da Câmara dos Solicitadores, do Conselho dos Oficiais de Justiça, do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público, do Sindicato dos Funcionários Judiciais, do Sindicato dos Oficiais de Justiça, da Associação dos Oficiais de Justiça e do Movimento Justiça e Democracia.

Assim:

No uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 42/2014, de 11 de julho, e nos termos das alíneas *a)* e *b)* do n.º 1 do artigo 198.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º

Objeto

O presente decreto-lei aprova o novo Código do Procedimento Administrativo.

Artigo 2.º

Aprovação

É aprovado, em anexo ao presente decreto-lei, que dele faz parte integrante, o novo Código do Procedimento Administrativo, doravante designado por Código.

Artigo 3.º

Impugnações administrativas necessárias

1. As impugnações administrativas existentes à data da entrada em vigor do presente decreto-lei só são necessárias quando previstas em lei que utilize uma das seguintes expressões:
 - a) A impugnação administrativa em causa é «necessária»;
 - b) Do ato em causa «existe sempre» reclamação ou recurso;
 - c) A utilização de impugnação administrativa «suspende» ou «tem efeito suspensivo» dos efeitos do ato impugnado.
2. O prazo mínimo para a utilização de impugnações administrativas necessárias é de 10 dias, passando a ser esse o prazo a observar quando seja previsto prazo inferior na legislação existente à data da entrada em vigor do presente decreto-lei.
3. As impugnações administrativas necessárias previstas na legislação existente à data da entrada em vigor do presente decreto-lei têm sempre efeitos suspensivos da eficácia do ato impugnado.
4. São revogadas as disposições incompatíveis com o disposto nos n.ºs 2 e 3.

Artigo 4.º

Conferências procedimentais

1. Sem prejuízo do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 78.º do Código, o regime das conferências procedimentais constante dos seus n.ºs 1, 2 e 5 do artigo 77.º, dos n.ºs 3 a 8 do artigo 79.º, do artigo 80.º e dos n.ºs 1 a 4 e 7 a 8 do artigo 81.º, é imediatamente aplicável, nos termos dos números seguintes, ao procedimento previsto no Sistema de Indústria Responsável, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 169/2012, de 1 de agosto, doravante designado por SIR.
2. No âmbito do SIR, compete à entidade coordenadora, nos termos, prazos e condições previstos no artigo 22.º desse regime, promover a convocação das entidades públicas que devam pronunciar-se sobre o pedido de autorização prévia para a instalação de estabelecimento industrial para a conferência mencionada no n.º 5 do artigo 77.º do Código:
 - a) Por sua iniciativa;
 - b) A pedido do interessado, desde que tal seja formulado aquando do início do procedimento de autorização prévia, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 21.º do SIR.
3. Convocada a conferência procedimental, à mesma é aplicável o regime referido no n.º 1, com exclusão das disposições do procedimento aí mencionado que disciplinem a tramitação da obtenção, por parte de entidades públicas, de aprovações e autorizações de localização ou de instalação.

4. Decorrido o prazo mencionado no n.º 2 sem que tenha sido convocada a conferência, a faculdade da sua convocação deixa de poder ser exercida, salvo se o interessado provar que requereu a convocação da mesma no respetivo procedimento.
5. Verificada a situação prevista na parte inicial do número anterior, o procedimento administrativo referido no n.º 1 segue os termos previstos no respetivo regime.

Artigo 5.º

Boas práticas administrativas

1. No prazo de um ano, a contar da data da entrada em vigor do presente decreto-lei, o Governo aprova, por Resolução do Conselho de Ministros, um «Guia de boas práticas administrativas».
2. O guia referido no número anterior tem carácter orientador e enuncia padrões de conduta a assumir pela Administração Pública.

Artigo 6.º

Norma transitória

O n.º 2 do artigo 149.º do Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de janeiro, mantém-se em vigor até à data da entrada em vigor do diploma referido no n.º 2 do artigo 8.º

Artigo 7.º

Norma revogatória

É revogado o Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de janeiro.

Artigo 8.º

Aplicação no tempo e produção de efeitos

1. O disposto nas partes I e II, no capítulo III do título I da parte III e na parte IV do Código aplica-se aos procedimentos administrativos em curso à data da sua entrada em vigor, sendo as restantes disposições do Código aplicáveis apenas aos procedimentos administrativos que se iniciem após a entrada em vigor do presente decreto-lei.
2. O n.º 1 do artigo 176.º do Código aplica-se a partir da data da entrada em vigor do diploma que define os casos, as formas e os termos em que os atos administrativos podem ser impostos coercivamente pela Administração, a aprovar no prazo de 60 dias a contar da data da entrada em vigor do presente decreto-lei.

Artigo 9.^o
Entrada em vigor

O presente decreto-lei entra em vigor 90 dias após a sua publicação.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 9 de outubro de 2014. — Pedro Passos Coelho — Maria Luís Casanova Morgado Dias de Albuquerque — Paula Maria von Hafe Teixeira da Cruz — Pedro Alexandre Vicente de Araújo Lomba — António de Magalhães Pires de Lima — Jorge Manuel Lopes Moreira da Silva.

Promulgado em 2 de janeiro de 2015.

Publique-se.

O Presidente da República, Aníbal Cavaco Silva.

Referendado em 6 de janeiro de 2015.

O Primeiro-Ministro, Pedro Passos Coelho.

ANEXO

(a que se refere o artigo 2.º)

CÓDIGO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

PARTE I DISPOSIÇÕES GERAIS

Nota. — O artigo 8.º do diploma de aprovação do Código, relativo à aplicação no tempo e produção de efeitos, determina que o disposto na parte I se aplica aos procedimentos administrativos em curso à data da sua entrada em vigor.

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Artigo 1.º Definições

1. Entende-se por procedimento administrativo a sucessão ordenada de atos e formalidades relativos à formação, manifestação e execução da vontade dos órgãos da Administração Pública.
2. Entende-se por processo administrativo o conjunto de documentos devidamente ordenados em que se traduzem os atos e formalidades que integram o procedimento administrativo.

Origem do texto:

Corresponde ao artigo 1.º do CPA/91 (Decreto-Lei n.º 442/91, que aprova o Código do Procedimento Administrativo, publicado do *Diário da República*, 1.ª série-A, n.º 263, de 15 de novembro, pp. 5852 e segs.);

Reproduz o artigo 1.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde, com alterações, ao artigo 1.º do Projeto de Revisão do Código do Procedimento Administrativo (P/CPA), apresentado publicamente em 14 de maio de 2013, elaborado pela comissão de revisão do Código do Procedimento Administrativo, criada pelo despacho n.º 9415/2012, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 134, de 12 de julho, p. 2467. O P/CPA encontra-se disponível em www.dgpj.mj.pt/sections/noticias/revisao-do-codigo-do.

Jurisprudência:

Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul, de 11 de setembro de 2014, processo n.º 11400/2014, publicado em www.datajuris.pt;

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 25 de fevereiro de 2009, processo n.º 132/2009, publicado em www.datajuris.pt.

Artigo 2.º

Âmbito de aplicação

1. As disposições do presente Código respeitantes aos princípios gerais, ao procedimento e à atividade administrativa são aplicáveis à conduta de quaisquer entidades, independentemente da sua natureza, adotada no exercício de poderes públicos ou regulada de modo específico por disposições de direito administrativo.
2. A parte II do presente Código é aplicável ao funcionamento dos órgãos da Administração Pública.
3. Os princípios gerais da atividade administrativa e as disposições do presente Código que concretizam preceitos constitucionais são aplicáveis a toda e qualquer atuação da Administração Pública, ainda que meramente técnica ou de gestão privada.
4. Para efeitos do disposto no presente Código, integram a Administração Pública:
 - a) Os órgãos do Estado e das regiões autónomas que exercem funções administrativas a título principal;
 - b) As autarquias locais e suas associações e federações de direito público;
 - c) As entidades administrativas independentes;
 - d) Os institutos públicos e as associações públicas.
5. As disposições do presente Código, designadamente as garantias nele reconhecidas aos particulares, aplicam-se subsidiariamente aos procedimentos administrativos especiais.

Origem do texto:

Corresponde, com alterações, ao artigo 2.º do CPA/91;

Reproduz o artigo 2.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde, com alterações, ao artigo 2.º do P/CPA.

Referências legais:

Decreto que aprova a Constituição da República Portuguesa (CRP), publicado no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 86, de 10 de abril de 1976, pp. 738 e segs. — artigo 250.º

Jurisprudência:

Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul, de 21 de fevereiro de 2002, processo n.º 6031/2002, publicado em www.datajuris.pt.

CAPÍTULO II PRINCÍPIOS GERAIS DA ATIVIDADE ADMINISTRATIVA

Artigo 3.º

Princípio da legalidade

1. Os órgãos da Administração Pública devem atuar em obediência à lei e ao direito, dentro dos limites dos poderes que lhes forem conferidos e em conformidade com os respetivos fins.
2. Os atos administrativos praticados em estado de necessidade, com preterição das regras estabelecidas no presente Código, são válidos, desde que os seus resultados não pudessem ter sido alcançados de outro modo, mas os lesados têm o direito de ser indemnizados nos termos gerais da responsabilidade da Administração.

Origem do texto:

Corresponde, com alteração semântica, ao artigo 3.º do CPA/91;

Reproduz o artigo 3.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde, com alteração, ao artigo 3.º do P/CPA.

Referências legais:

Constituição da República Portuguesa, artigo 266.º, n.º 2;

Lei n.º 67/2007, que aprova o Regime da Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e demais Entidades Públicas, publicada no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 251, de 31 de dezembro, pp. 9117 e segs.

Jurisprudência:

Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul, de 19 de junho de 2014, processo n.º 4943/2009, publicado em www.datajuris.pt;

Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul, de 6 de fevereiro de 2014, processo n.º 1070/2005, publicado em www.datajuris.pt;

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 6 de setembro de 2011, processo n.º 371/2011, publicado em www.datajuris.pt.

Artigo 4.º

Princípio da prossecução do interesse público e da proteção dos direitos e interesses dos cidadãos

Compete aos órgãos da Administração Pública prosseguir o interesse público, no respeito pelos direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos.

Origem do texto:

Corresponde ao artigo 4.º do CPA/91;

Reproduz o artigo 4.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde ao artigo 4.º do P/CPA.

Referências legais:

Constituição da República Portuguesa, artigo 266.º, n.º 1.

Jurisprudência:

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 22 de maio de 2007, processo n.º 864/2005, publicado em www.datajuris.pt.

Artigo 5.º**Princípio da boa administração**

1. A Administração Pública deve pautar-se por critérios de eficiência, economicidade e celeridade.
2. Para efeitos do disposto no número anterior, a Administração Pública deve ser organizada de modo a aproximar os serviços das populações e de forma não burocratizada.

Origem do texto:

Artigo novo;

Corresponde, com alteração semântica, ao artigo 5.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde, com alteração semântica, ao artigo 5.º do P/CPA.

Referências legais:

Constituição da República Portuguesa, artigo 81.º, alínea c), e n.ºs 1 e 2 do artigo 267.º

Anotação:

Inclusão do princípio da boa administração, indo, assim, de encontro ao Direito Comparado e a sugestões da doutrina — cf. preâmbulo.

Artigo 6.º**Princípio da igualdade**

Nas suas relações com os particulares, a Administração Pública deve reger-se pelo princípio da igualdade, não podendo privilegiar, beneficiar, prejudicar, privar de qualquer direito ou isentar de qualquer dever ninguém em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual.

Origem do texto:

Corresponde ao n.º 1 do artigo 5.º do CPA/91;

Reproduz o artigo 6.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde ao artigo 6.º do P/CPA.

Referências legais:

Constituição da República Portuguesa, artigos 13.º e 266.º, n.º 2.

Anotação:

Maior densificação do princípio da igualdade face ao regime previsto no anterior Código — cf. preâmbulo.

Artigo 7.º

Princípio da proporcionalidade

1. Na prossecução do interesse público, a Administração Pública deve adotar os comportamentos adequados aos fins prosseguidos.
2. As decisões da Administração que colidam com direitos subjetivos ou interesses legalmente protegidos dos particulares só podem afetar essas posições na medida do necessário e em termos proporcionais aos objetivos a realizar.

Origem do texto:

Corresponde, com alterações, ao n.º 2 do artigo 5.º do CPA/91;

Reproduz o artigo 7.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde ao artigo 7.º do P/CPA.

Referências legais:

Constituição da República Portuguesa, artigo 266.º, n.º 2;

Decreto-Lei n.º 433/99, que aprova o Código de Procedimento e de Processo Tributário (CPPT), publicado no *Diário da República*, 1.ª série-A, n.º 250, de 26 de outubro, pp. 7170 e segs. — artigo 7.º

Anotação:

Inclusão expressa da proibição de excesso neste princípio da proporcionalidade, densificando-o face ao regime anteriormente consagrado — cf. preâmbulo.

Artigo 8.º

Princípios da justiça e da razoabilidade

A Administração Pública deve tratar de forma justa todos aqueles que com ela entrem em relação, e rejeitar as soluções manifestamente desrazoáveis ou incompatíveis com a ideia de Direito, nomeadamente em matéria de interpretação das normas jurídicas e das valorações próprias do exercício da função administrativa.

Origem do texto:

Corresponde, parcialmente e com alterações, ao artigo 6.º do CPA/91;

Reproduz o artigo 8.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde, com alteração semântica, ao artigo 8.º do P/CPA.

Referências legais:

Constituição da República Portuguesa, artigos 266.º, n.º 2, e 267.º

Anotação:

O princípio da justiça anteriormente consagrado surge, agora, interligado ao princípio da razoabilidade — cf. preâmbulo.

Artigo 9.º

Princípio da imparcialidade

A Administração Pública deve tratar de forma imparcial aqueles que com ela entrem em relação, designadamente, considerando com objetividade todos e apenas os interesses relevantes no contexto decisório e adotando as soluções organizatórias e procedimentais indispensáveis à preservação da isenção administrativa e à confiança nessa isenção.

Origem do texto:

Corresponde, parcialmente e com alterações, ao artigo 6.º do CPA/91;

Reproduz o artigo 9.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde, com alteração, ao artigo 9.º do P/CPA.

Referências legais:

Constituição da República Portuguesa, artigo 266.º, n.º 2.

Jurisprudência:

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 7 de junho de 2006, processo n.º 429/2005, publicado em www.datajuris.pt;

Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul, de 1 de junho de 2006, processo n.º 11599/2002, publicado em www.datajuris.pt.

Anotação:

Aprofunda o princípio da imparcialidade, autonomizando-o do princípio da justiça — cf. preâmbulo.

Artigo 10.º

Princípio da boa-fé

1. No exercício da atividade administrativa e em todas as suas formas e fases, a Administração Pública e os particulares devem agir e relacionar-se segundo as regras da boa-fé.
2. No cumprimento do disposto no número anterior, devem ponderar-se os valores fundamentais do Direito relevantes em face das situações consideradas, e, em especial, a confiança suscitada na contraparte pela atuação em causa e o objetivo a alcançar com a atuação empreendida.

Origem do texto:

Corresponde ao artigo 6.º-A do CPA/91;

Reproduz o artigo 10.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde ao artigo 10.º do P/CPA.

Referências legais:

Constituição da República Portuguesa, artigo 266.º, n.º 2;

Lei n.º 15/2002, que aprova o Código de Processo nos Tribunais Administrativos (CPTA), publicada no *Diário da República*, 1.ª série-A, n.º 45, de 22 de fevereiro, pp. 1422 e segs. — artigo 8.º

Artigo 11.º

Princípio da colaboração com os particulares

1. Os órgãos da Administração Pública devem atuar em estreita colaboração com os particulares, cumprindo-lhes, designadamente, prestar aos particulares as informações e os esclarecimentos de que careçam, apoiar e estimular as suas iniciativas e receber as suas sugestões e informações.
2. A Administração Pública é responsável pelas informações prestadas por escrito aos particulares, ainda que não obrigatórias.

Origem do texto:

Corresponde, com alteração, ao artigo 7.º do CPA/91;

Reproduz o artigo 11.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde ao artigo 11.º do P/CPA.

Referências legais:

Constituição da República Portuguesa, artigos 22.º, 266.º e 267.º;

Decreto-Lei n.º 47344, que aprova o Código Civil, publicado no *Diário do Governo*, 1.ª série, n.º 274, de 25 de novembro de 1966, pp. 1883 e segs. — artigo 485.º

Jurisprudência:

Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul, de 12 de maio de 2011, processo n.º 7549/2011, publicado em www.datajuris.pt;

Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul, de 5 de maio de 2011, processo n.º 7399/2011, publicado em www.datajuris.pt.

Artigo 12.º

Princípio da participação

Os órgãos da Administração Pública devem assegurar a participação dos particulares, bem como das associações que tenham por objeto a defesa dos seus interesses, na formação das decisões que lhes digam respeito, designadamente através da respetiva audiência nos termos do presente Código.

Origem do texto:

Corresponde, com alteração semântica, ao artigo 8.º do CPA/91;

Reproduz o artigo 12.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde ao artigo 12.º do P/CPA.

Referências legais:

Constituição da República Portuguesa, artigos 267.º e 268.º;

Lei n.º 83/95, que aprova o Direito de Participação procedimental e de Ação Popular, publicada no *Diário da República*, 1.ª série-A, n.º 201, de 31 de agosto, pp. 5464 e segs.

Jurisprudência:

Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul, de 14 de outubro de 2010, processo n.º 6676/2010, publicado em www.datajuris.pt;

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 26 de maio de 2010, processo n.º 65/2010, publicado em www.datajuris.pt.

Artigo 13.^o

Princípio da decisão

1. Os órgãos da Administração Pública têm o dever de se pronunciar sobre todos os assuntos da sua competência que lhes sejam apresentados e, nomeadamente, sobre os assuntos que aos interessados digam diretamente respeito, bem como sobre quaisquer petições, representações, reclamações ou queixas formuladas em defesa da Constituição, das leis ou do interesse público.
2. Não existe o dever de decisão quando, há menos de dois anos, contados da data da apresentação do requerimento, o órgão competente tenha praticado um ato administrativo sobre o mesmo pedido, formulado pelo mesmo particular com os mesmos fundamentos.
3. Os órgãos da Administração Pública podem decidir sobre coisa diferente ou mais ampla do que a pedida, quando o interesse público assim o exija.

Origem do texto:

Corresponde, com alterações, ao artigo 9.^o do CPA/91;

Reproduz o artigo 13.^o da Proposta de Lei n.^o 224/XII;

Corresponde, com alteração, ao artigo 13.^o do P/CPA.

Jurisprudência:

Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul, de 20 de junho de 2013, processo n.^o 4776/2009, publicado em www.datajuris.pt;

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 9 de maio de 2013, processo n.^o 140/2013, publicado em www.datajuris.pt;

Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul, de 27 de novembro de 2008, processo n.^o 3820/2008, publicado em www.datajuris.pt.

Anotação:

Em relação ao incumprimento do dever de decisão, v. artigo 129.^o

Artigo 14.^o

Princípios aplicáveis à administração eletrónica

1. Os órgãos e serviços da Administração Pública devem utilizar meios eletrónicos no desempenho da sua atividade, de modo a promover a eficiência e a transparência administrativas e a proximidade com os interessados.
2. Os meios eletrónicos utilizados devem garantir a disponibilidade, o acesso, a integridade, a autenticidade, a confidencialidade, a conservação e a segurança da informação.
3. A utilização de meios eletrónicos, dentro dos limites estabelecidos na Constituição e na lei, está sujeita às garantias previstas no presente Código e aos princípios gerais da atividade administrativa.
4. Os serviços administrativos devem disponibilizar meios eletrónicos de relacionamento com a Administração Pública e divulgá-los de forma

adequada, de modo a que os interessados os possam utilizar no exercício dos seus direitos e interesses legalmente protegidos, designadamente para formular as suas pretensões, obter e prestar informações, realizar consultas, apresentar alegações, efetuar pagamentos e impugnar atos administrativos.

5. Os interessados têm direito à igualdade no acesso aos serviços da Administração, não podendo, em caso algum, o uso de meios eletrónicos implicar restrições ou discriminações não previstas para os que se relacionem com a Administração por meios não eletrónicos.
6. O disposto no número anterior não prejudica a adoção de medidas de diferenciação positiva para a utilização, pelos interessados, de meios eletrónicos no relacionamento com a Administração Pública.

Origem do texto:

Artigo novo;

Reproduz o artigo 14.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde, com alterações, ao artigo 14.º do P/CPA.

Referências legais:

Constituição da República Portuguesa, artigo 267.º;

Decreto-Lei n.º 135/99, que aprova as Medidas de Modernização Administrativa, publicado no *Diário da República*, 1.ª série-A, n.º 94, de 22 de abril, pp. 2126 e segs. — artigo 2.º

Anotação:

Introduzido como forma de resposta à crescente importância que os meios eletrónicos hoje assumem, tanto nas relações da Administração Pública com os particulares, como nas relações interadministrativas — cf. preâmbulo;

Relativamente ao risco inerente à discriminação positiva dos interessados na utilização de meios eletrónicos no relacionamento com a Administração Pública, (n.º 6 do presente artigo), cf. com interesse o Parecer n.º 43/2014, de 3 de junho, elaborado pela Comissão Nacional de Proteção de Dados, no âmbito dos trabalhos preparatórios da Proposta de Lei n.º 224/XI, disponível em www.parlamento.pt, onde se refere o Parecer n.º 73/2013, elaborado pela mesma Comissão.

Artigo 15.º

Princípio da gratuidade

1. O procedimento administrativo é tendencialmente gratuito, na medida em que leis especiais não imponham o pagamento de taxas por despesas, encargos ou outros custos suportados pela Administração.
2. Em caso de insuficiência económica, a Administração isenta, total ou parcialmente, o interessado do pagamento das taxas ou das despesas referidas no número anterior.
3. A insuficiência económica deve ser provada nos termos da lei sobre apoio judiciário, com as devidas adaptações.

Origem do texto:

Corresponde, com alterações, ao artigo 11.º do CPA/91;

Corresponde, com alterações, ao artigo 15.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde, com alterações, ao artigo 15.º do P/CPA.

Referências legais:

Lei n.º 34/2004, que aprova a Lei do Apoio Judiciário, publicada no *Diário da República*, 1.ª série-A, n.º 177, de 29 de julho, pp. 4802 e segs.

Anotação:

No que se refere ao disposto no n.º 2 do presente artigo, cf. os artigos 116.º, n.º 5, e 133.º, n.º 1.

Artigo 16.º

Princípio da responsabilidade

A Administração Pública responde, nos termos da lei, pelos danos causados no exercício da sua atividade.

Origem do texto:

Artigo novo;

Reproduz o artigo 16.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde ao artigo 16.º do P/CPA.

Referências legais:

Constituição da República Portuguesa;

Código Civil, artigos 483.º e segs.;

Decreto-Lei n.º 135/99, que aprova as Medidas de Modernização Administrativa, publicado no *Diário da República*, 1.ª série-A, n.º 94, de 22 de abril, pp. 2126 e segs. — artigo 2.º;

Lei n.º 67/2007, que aprova o Regime da Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e demais Entidades Públicas, publicada no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 251, de 31 de dezembro, pp. 9117 e segs.

Artigo 17.º

Princípio da administração aberta

1. Todas as pessoas têm o direito de acesso aos arquivos e registos administrativos, mesmo quando nenhum procedimento que lhes diga diretamente respeito esteja em curso, sem prejuízo do disposto na lei em matérias relativas à segurança interna e externa, à investigação criminal, ao sigilo fiscal e à privacidade das pessoas.
2. O acesso aos arquivos e registos administrativos é regulado por lei.

Origem do texto:

Corresponde, com alterações, ao artigo 65.º do CPA/91;

Reproduz o artigo 17.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde, com alterações, ao artigo 17.º do P/CPA.

Referências legais:

Constituição da República Portuguesa, n.º 2 do artigo 48.º e n.ºs 2 e 6 do artigo 268.º;

Lei n.º 46/2007, que aprova a Lei de Acesso aos Documentos da Administração (LADA), publicada no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 163, de 24 de agosto, pp. 5680 e segs.;

Lei n.º 8/95, que regulamenta os serviços de apoio à Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA) e clarifica aspetos da disciplina do acesso aos documentos da Administração Pública, publicada no *Diário da República*, 1.ª série-A, n.º 75, de 29 de março, pp. 1714 e segs.;

Lei Orgânica n.º 2/2014, que aprova o Regime do Segredo de Estado, publicada no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 150, de 6 de agosto, pp. 4074 e segs.

Jurisprudência:

Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul, de 9 de fevereiro de 2012, processo n.º 8373/2012, publicado em www.datajuris.pt;

Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul, de 19 de janeiro de 2012, processo n.º 8332/2011, publicado em www.datajuris.pt.

Anotação:

O princípio da administração aberta, que se encontrava consagrado no capítulo II, da parte III do Código do Procedimento Administrativo, na versão de 1991, passou a estar, neste novo Código, incluído no capítulo II, da parte I, relativa aos Princípios Gerais da Atividade Administrativa, tendo, assim, aplicação «a toda e qualquer atuação da Administração Pública, ainda que meramente técnica ou de gestão privada», conforme o preceituado no n.º 4 do artigo 2.º

Artigo 18.º

Princípio da proteção dos dados pessoais

Os particulares têm direito à proteção dos seus dados pessoais e à segurança e integridade dos suportes, sistemas e aplicações utilizados para o efeito, nos termos da lei.

Origem do texto:

Artigo novo;

Reproduz o artigo 18.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde, com alterações, ao artigo 18.º do P/CPA.

Referências legais:

Constituição da República Portuguesa, artigo 35.º;

Lei n.º 67/98, que aprova a Lei de Proteção de Dados Pessoais, publicada no *Diário da República*, 1.ª série-A, n.º 247, de 26 de outubro, pp. 5536 e segs.

Jurisprudência:

Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul, de 23 de outubro de 2014, processo n.º 1693/2006, publicado em www.datajuris.pt;

Acórdão do Tribunal de Justiça da União Europeia, de 17 de julho de 2014, processo n.º C-141/2012, publicado no *Jornal Oficial da União Europeia*, série C, n.º 315, de 15 de setembro de 2014, p. 2;

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 19 de abril de 2012, processo n.º 402/2011, publicado em www.datajuris.pt.

Artigo 19.º

Princípio da cooperação leal com a União Europeia

1. Sempre que o direito da União Europeia imponha à Administração Pública a obrigação de prestar informações, apresentar propostas ou de, por alguma outra forma, colaborar com a Administração Pública de outros Estados-membros, essa obrigação deve ser cumprida no prazo para tal estabelecido.
2. Na ausência de prazo específico, a obrigação referida no número anterior é cumprida no quadro da cooperação leal que deve existir entre a Administração Pública e a União Europeia.

Origem do texto:

Artigo novo;

Reproduz o artigo 19.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde, com alterações, ao artigo 19.º do P/CPA.

Referências legais:

Código Europeu de Boa Conduta Administrativa — Resolução do Parlamento Europeu, de 6 de setembro de 2001 [C5-0438/2000 — 2000/2212 (COS)].

Jurisprudência:

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 14 de maio de 2014, processo n.º 1319/2013, publicado em www.datajuris.pt;

Acórdão do Tribunal de Justiça da União Europeia, de 21 de março de 2013, processo n.º C-375/2011, publicado no *Jornal Oficial da União Europeia*, série C, n.º 156, de 1 de junho de 2013, p. 7.

Anotação:

Artigo de caráter inovatório relativo à cooperação entre a Administração Pública Portuguesa e a União Europeia, à semelhança das leis alemã e espanhola, refletindo a crescente participação da Administração Pública Portuguesa no processo de decisão da União Europeia — cf. preâmbulo.

PARTE II

DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Nota. — O artigo 8.º do diploma de aprovação do Código, relativo à aplicação no tempo e produção de efeitos, determina que o disposto na parte II se aplica aos procedimentos administrativos em curso à data da sua entrada em vigor.

CAPÍTULO I

NATUREZA E REGIME DOS ÓRGÃOS

Artigo 20.º

Órgãos

1. São órgãos da Administração Pública os centros institucionalizados titulares de poderes e deveres para efeitos da prática de atos jurídicos imputáveis à pessoa coletiva.
2. Os órgãos são, nos termos das normas que os instituem ou preveem a sua instituição, singulares ou colegiais e permanentes ou temporários.
3. Os órgãos colegiais podem adotar o seu regimento no quadro das normas legais e estatutárias aplicáveis.

Origem do texto:

Corresponde, com alterações, ao artigo 13.º do CPA/91;

Reproduz o artigo 20.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde, com alteração, ao artigo 20.º do P/CPA.

CAPÍTULO II

DOS ÓRGÃOS COLEGIAIS

Artigo 21.º

Presidente e secretário

1. Sempre que a lei não disponha de forma diferente, cada órgão colegial da Administração Pública tem um presidente e um secretário, a eleger pelos membros que o compõem.

2. Cabe ao presidente do órgão colegial, além de outras funções que lhe sejam atribuídas, abrir e encerrar as reuniões, dirigir os trabalhos e assegurar o cumprimento das leis e a regularidade das deliberações.
3. O presidente pode, ainda, suspender ou encerrar antecipadamente as reuniões, quando circunstâncias excepcionais o justifiquem, mediante decisão fundamentada, a incluir na ata da reunião, podendo a decisão ser revogada em recurso imediatamente interposto e votado favoravelmente, de forma não tumultuosa, por maioria de dois terços dos membros com direito a voto.
4. O presidente, ou quem o substituir, pode reagir judicialmente contra deliberações tomadas pelo órgão a que preside quando as considere ilegais, impugnando atos administrativos ou normas regulamentares ou pedindo a declaração de ilegalidade por omissão de normas, bem como requerer as providências cautelares adequadas.

Origem do texto:

Corresponde, com alterações, ao artigo 14.º do CPA/91;

Reproduz o artigo 21.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde ao artigo 21.º do P/CPA.

Referências legais:

Lei n.º 75/2013, que aprova o Regime Jurídico das Autarquias Locais, das Entidades Intermunicipais e do Associativismo Autárquico, publicada no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 176, de 12 de setembro, pp. 5688 e segs.;

Decreto-Lei n.º 305/2009, que estabelece o Regime da Organização dos Serviços das Autarquias Locais, publicado no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 206, de 23 de outubro, pp. 7950 e segs.

Jurisprudência:

Parer da Procuradoria-Geral da República, n.º 3/1993, de 1 de abril de 1993, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 235, de 7 de outubro de 1993, p. 10420.

Artigo 22.º

Suplência do presidente e do secretário

1. Salvo disposição legal, estatutária ou regimental em contrário, intervêm como suplentes do presidente e do secretário de qualquer órgão colegial, quando ocorra a sua ausência ou impedimento, respetivamente, o vogal mais antigo e o vogal mais moderno.
2. No caso de os vogais possuírem a mesma antiguidade reportada ao momento da assunção do cargo, intervêm como suplentes, respetivamente, o vogal de mais idade e o vogal mais jovem.
3. Em caso de conflito entre o presidente e o órgão quanto aos pressupostos de intervenção de um seu suplente, prevalece a vontade colegial quando não caiba a outro órgão a competência para o dirimir.

Origem do texto:

Corresponde, com alterações, ao artigo 15.º do CPA/91;

Reproduz o artigo 22.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde ao artigo 22.º do P/CPA.

Artigo 23.º

Reuniões ordinárias

1. Na falta de determinação legal, estatutária ou regimental ou de deliberação do órgão, cabe ao presidente a fixação dos dias e horas das reuniões ordinárias.
2. Quaisquer alterações ao dia e hora fixados para as reuniões devem ser comunicadas a todos os membros do órgão, de forma a garantir o seu conhecimento seguro e oportuno.

Origem do texto:

Corresponde, com alterações, ao artigo 16.º do CPA/91;

Reproduz o artigo 23.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde ao artigo 23.º do P/CPA.

Doutrina:

Para uma melhor compreensão, v. FREITAS AMARAL e outros, in *Código do Procedimento Administrativo Anotado*, Almedina, 5.ª edição, 2005, p. 63, onde se refere, a propósito do artigo 16.º do CPA/91, que «A reunião de um órgão colegial é um encontro formal dos respetivos membros para deliberarem sobre matéria da sua competência. Dizem-se ordinárias as reuniões que se realizam em datas ou períodos certos».

Anotação:

No que diz respeito à ilegalidade decorrente da inobservância das disposições previstas no presente artigo, v. artigo 28.º

Artigo 24.º

Reuniões extraordinárias

1. As reuniões extraordinárias têm lugar mediante convocação do presidente, salvo disposição especial.
2. O presidente é obrigado a proceder à convocação sempre que pelo menos um terço dos vogais lho solicitem por escrito, indicando o assunto que desejam ver tratado.
3. A convocatória da reunião deve ser feita para um dos 15 dias seguintes à apresentação do pedido, mas sempre com uma antecedência mínima de 48 horas sobre a data da reunião extraordinária.
4. Da convocatória devem constar, de forma expressa e especificada, os assuntos a tratar na reunião.
5. Se o presidente não proceder à convocação requerida nos termos do n.º 2, podem os requerentes efetuá-la diretamente, com invocação dessa circunstância, expedindo a convocatória para os endereços eletró-

nicos de todos os membros do órgão, quando aqueles se encontrem registados nos termos estatutários ou regimentais, ou publicitando-a mediante publicação num jornal de circulação nacional ou local e nos locais de estilo usados para a notificação edital.

6. A convocatória efetuada de acordo com o disposto no número anterior deve ser feita com a antecedência mínima de 48 horas.

Origem do texto:

Corresponde, com alterações, ao artigo 17.º do CPA/91;

Reproduz o artigo 24.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde, com alteração, ao artigo 24.º do P/CPA.

Anotação:

No que diz respeito à ilegalidade decorrente da inobservância das disposições previstas no presente artigo, v. artigo 28.º

Artigo 25.º

Ordem do dia

1. A ordem do dia de cada reunião é estabelecida pelo presidente, e, salvo disposição especial em contrário, deve incluir os assuntos que para esse fim lhe forem indicados por qualquer vogal, desde que sejam da competência do órgão e o pedido seja apresentado por escrito com uma antecedência mínima de cinco dias sobre a data da reunião.
2. A ordem do dia deve ser entregue a todos os membros com a antecedência de, pelo menos, 48 horas sobre a data da reunião.
3. No caso previsto no n.º 5 do artigo anterior, a competência conferida no n.º 1 ao presidente é devolvida aos vogais que convoquem a reunião.

Origem do texto:

Corresponde, com alterações, ao artigo 18.º do CPA/91;

Reproduz o artigo 25.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde, com alteração, ao artigo 25.º do P/CPA.

Anotação:

Relativamente à ilegalidade decorrente da inobservância dos prazos previstos no presente artigo, v. artigo 28.º

Artigo 26.º

Objeto das deliberações

1. Só podem ser tomadas deliberações cujo objeto se inclua na ordem do dia da reunião.
2. Excetuam-se do disposto no número anterior os casos em que, numa reunião ordinária, pelo menos dois terços dos membros do órgão reconheçam a urgência de deliberação imediata sobre assunto não incluído na ordem do dia.

Origem do texto:

Corresponde, com alterações, ao artigo 19.º do CPA/91;

Reproduz o artigo 26.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde ao artigo 26.º do P/CPA.

Jurisprudência:

Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul, de 23 de janeiro de 2014, processo n.º 5684/2009, publicado em www.datajuris.pt.

Artigo 27.º

Reuniões públicas

1. As reuniões dos órgãos da Administração Pública não são públicas, salvo disposição legal em contrário.
2. Quando as reuniões hajam de ser públicas, deve ser dada publicidade aos dias, horas e locais da sua realização, de forma a garantir o conhecimento dos interessados com uma antecedência de, pelo menos, 48 horas sobre a data da reunião.
3. Quando a lei o determinar ou o órgão tiver deliberado nesse sentido, podem os assistentes às reuniões públicas intervir para comunicar ou pedir informações, ou expressar opiniões, sobre assuntos relevantes da competência daquele.

Origem do texto:

Corresponde, com alterações, ao artigo 20.º do CPA/91;

Reproduz o artigo 27.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde, com alteração, ao artigo 27.º do P/CPA.

Referências legais:

Lei n.º 75/2013, que aprova o Regime Jurídico das Autarquias Locais, das Entidades Intermunicipais e do Associativismo Autárquico, publicada no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 176, de 12 de setembro, pp. 5688 e segs.;

Decreto-Lei n.º 305/2009, que estabelece o Regime da Organização dos Serviços das Autarquias Locais, publicado no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 206, de 23 de outubro, pp. 7950 e segs.

Artigo 28.º

Inobservância das disposições sobre convocação de reuniões

A ilegalidade resultante da inobservância das disposições contidas nos artigos 23.º e 24.º e dos prazos estabelecidos no artigo 25.º só se considera sanada quando todos os membros do órgão compareçam à reunião e nenhum suscite logo de início oposição à sua realização.

Origem do texto:

Corresponde, com alterações, ao artigo 21.º do CPA/91;

Reproduz o artigo 28.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde ao artigo 28.º do P/CPA.

Artigo 29.º

Quórum

1. Os órgãos colegiais só podem, em regra, deliberar quando esteja presente a maioria do número legal dos seus membros com direito a voto.
2. Quando se não verifique na primeira convocação o quórum previsto no número anterior, deve ser convocada nova reunião com um intervalo mínimo de 24 horas.
3. Sempre que se não disponha de forma diferente, os órgãos colegiais reunidos em segunda convocatória podem deliberar desde que esteja presente um terço dos seus membros com direito a voto.
4. Nos órgãos colegiais compostos por três membros, é de dois o quórum necessário para deliberar, mesmo em segunda convocatória.

Origem do texto:

Corresponde, com alterações, ao artigo 22.º do CPA/91;

Reproduz o artigo 29.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde, com alteração, ao artigo 29.º do P/CPA.

Referências legais:

Lei n.º 75/2013, que aprova o Regime Jurídico das Autarquias Locais, das Entidades Intermunicipais e do Associativismo Autárquico, publicada no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 176, de 12 de setembro, pp. 5688 e segs.

Jurisprudência:

Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul, de 24 de abril de 2014, processo n.º 10949/2014, publicado em www.datajuris.pt;

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 4 de fevereiro de 2009, processo n.º 821/2008, publicado em www.datajuris.pt;

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 4 de outubro de 2006, processo n.º 1277/2005, publicado em www.datajuris.pt.

Artigo 30.º

Proibição da abstenção

No silêncio da lei, é proibida a abstenção aos membros dos órgãos consultivos e aos dos órgãos deliberativos, quando no exercício de funções consultivas.

Origem do texto:

Corresponde, com alterações, ao artigo 23.º do CPA/91;

Reproduz o artigo 30.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde ao artigo 30.º do P/CPA.

Artigo 31.^o

Formas de votação

1. As deliberações são antecedidas de discussão das respetivas propostas sempre que qualquer membro do órgão colegial nisso mostre interesse e, salvo disposição legal em contrário, são tomadas por votação nominal, devendo votar primeiramente os vogais e, por fim, o presidente.
2. As deliberações que envolvam um juízo de valor sobre comportamentos ou qualidades de pessoas são tomadas por escrutínio secreto, devendo o presidente, em caso de dúvida fundada, determinar que seja essa a forma para a votação.
3. Quando exigida, a fundamentação das deliberações tomadas por escrutínio secreto é feita pelo presidente do órgão colegial após a votação, tendo presente a discussão que a tiver precedido.
4. Não podem estar presentes no momento da discussão nem da votação os membros do órgão que se encontrem ou se considerem impedidos.

Origem do texto:

Corresponde, com alterações, ao artigo 24.^o do CPA/91;

Reproduz o artigo 31.^o da Proposta de Lei n.^o 224/XII;

Corresponde, com alteração semântica, ao artigo 31.^o do P/CPA.

Artigo 32.^o

Maioria exigível nas deliberações

1. As deliberações são tomadas por maioria absoluta de votos dos membros presentes à reunião, salvo nos casos em que, por disposição legal ou estatutária, se exija maioria qualificada ou seja suficiente maioria relativa.
2. Quando seja exigível maioria absoluta e esta não se forme, nem se verifique empate, procede-se imediatamente a nova votação e, se aquela situação se mantiver, adia-se a deliberação para a reunião seguinte, na qual a maioria relativa é suficiente.

Origem do texto:

Corresponde ao artigo 25.^o do CPA/91;

Reproduz o artigo 32.^o da Proposta de Lei n.^o 224/XII;

Corresponde ao artigo 32.^o do P/CPA.

Jurisprudência:

Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul, de 11 de março de 2010, processo n.^o 5761/2009, publicado em www.datajuris.pt.

Artigo 33.^o

Empate na votação

1. Em caso de empate na votação, o presidente tem voto de qualidade, ou, sendo caso disso, de desempate, salvo se a votação se tiver efetuado por escrutínio secreto.

2. Havendo empate em votação por escrutínio secreto, procede-se imediatamente a nova votação e, se o empate se mantiver, adia-se a deliberação para a reunião seguinte.
3. Se, na primeira votação da reunião seguinte, se mantiver o empate, procede-se a votação nominal, na qual a maioria relativa é suficiente.

Origem do texto:

Corresponde, com alterações, ao artigo 26.º do CPA/91;

Reproduz o artigo 33.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde ao artigo 33.º do P/CPA.

Jurisprudência:

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 25 de junho de 2003, processo n.º 1018/2003, publicado em www.datajuris.pt.

Artigo 34.º

Ata da reunião

1. De cada reunião é lavrada ata, que contém um resumo de tudo o que nela tenha ocorrido e seja relevante para o conhecimento e a apreciação da legalidade das deliberações tomadas, designadamente a data e o local da reunião, a ordem do dia, os membros presentes, os assuntos apreciados, as deliberações tomadas, a forma e o resultado das respetivas votações e as decisões do presidente.
2. As atas são lavradas pelo secretário e submetidas à aprovação dos membros no final da respetiva reunião ou no início da reunião seguinte, sendo assinadas, após a aprovação, pelo presidente e pelo secretário.
3. Não participam na aprovação da ata os membros que não tenham estado presentes na reunião a que ela respeita.
4. Nos casos em que o órgão assim o delibere, a ata é aprovada, logo na reunião a que diga respeito, em minuta sintética, devendo ser depois transcrita com maior concretização e novamente submetida a aprovação.
5. O conjunto das atas é autuado e paginado de modo a facilitar a sucessiva inclusão das novas atas e a impedir o seu extravio.
6. As deliberações dos órgãos colegiais só se tornam eficazes depois de aprovadas as respetivas atas ou depois de assinadas as minutas e a eficácia das deliberações constantes da minuta cessa se a ata da mesma reunião não as reproduzir.

Origem do texto:

Corresponde, com alterações, ao artigo 27.º do CPA/91;

Reproduz o artigo 34.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde, com alterações, ao artigo 34.º do P/CPA.

Artigo 35.º

Registo na ata do voto de vencido

1. Os membros do órgão colegial podem fazer constar da ata o seu voto de vencido, enunciando as razões que o justifiquem.
2. Aqueles que ficarem vencidos na deliberação tomada e fizerem registo da respetiva declaração de voto na ata ficam isentos da responsabilidade que daquela eventualmente resulte.
3. Quando se trate de pareceres a dar a outros órgãos administrativos, as deliberações são sempre acompanhadas das declarações de voto apresentadas.

Origem do texto:

Corresponde ao artigo 28.º do CPA/91;

Reproduz o artigo 35.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde ao artigo 35.º do P/CPA.

CAPÍTULO III DA COMPETÊNCIA

Artigo 36.º

Irrenunciabilidade e inalienabilidade

1. A competência é definida por lei ou por regulamento e é irrenunciável e inalienável, sem prejuízo do disposto quanto à delegação de poderes, à suplência e à substituição.
2. É nulo todo o ato ou contrato que tenha por objeto a renúncia à titularidade ou ao exercício da competência conferida aos órgãos administrativos, sem prejuízo da delegação de poderes e figuras afins legalmente previstas.

Origem do texto:

Corresponde, com alterações, ao artigo 29.º do CPA/91;

Reproduz o artigo 36.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde ao artigo 36.º do P/CPA.

Jurisprudência:

Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul, de 10 de julho de 2012, processo n.º 7512/2014, publicado em www.datajuris.pt;

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 31 de outubro de 2013, processo n.º 576/2013, publicado em www.datajuris.pt.

Artigo 37.º

Fixação da competência

1. A competência fixa-se no momento em que se inicia o procedimento, sendo irrelevantes as modificações de facto que ocorram posteriormente.

2. São igualmente irrelevantes as modificações de direito, exceto se o órgão a que o procedimento estava afeto for extinto ou deixar de ser competente ou se lhe for atribuída a competência de que inicialmente carecesse.
3. Quando o órgão competente passar a ser outro, deve o processo ser-lhe remetido oficiosamente.

Origem do texto:

Corresponde ao artigo 30.º do CPA/91;

Reproduz o artigo 37.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde ao artigo 37.º do P/CPA.

Artigo 38.º

Questões prejudiciais

1. Se a decisão final depender da decisão de uma questão que tenha de constituir objeto de procedimento próprio ou específico ou que seja da competência de outro órgão administrativo ou dos tribunais, deve o órgão competente para a decisão final suspender o procedimento administrativo, com explicitação dos fundamentos, até que tenha havido pronúncia sobre a questão prejudicial, salvo se da não resolução imediata do assunto resultarem graves prejuízos para interesses públicos ou privados.
2. A suspensão cessa:
 - a) Quando a decisão da questão prejudicial depender da apresentação de pedido pelo interessado e este não o apresentar perante o órgão administrativo ou o tribunal competente nos 30 dias seguintes à notificação da suspensão;
 - b) Quando o procedimento ou o processo instaurado para conhecimento da questão prejudicial estiver parado, por culpa do interessado, por mais de 30 dias;
 - c) Quando, por circunstâncias supervenientes, a falta de resolução imediata do assunto causar graves prejuízos para interesses públicos ou privados.
3. Se não for declarada a suspensão ou esta cessar, o órgão administrativo conhece das questões prejudiciais, mas a respetiva decisão não produz quaisquer efeitos fora do procedimento em que for proferida.

Origem do texto:

Corresponde, com alterações, ao artigo 31.º do CPA/91;

Reproduz o artigo 38.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde, com alteração semântica, ao artigo 38.º do P/CPA.

Artigo 39.º

Conflitos de competência territorial

Em caso de dúvidas sérias de entendimento ou de aplicação das normas de competência territorial, deve ser utilizado, como critério interpretativo,

o da localização mais adequada do órgão decisor para a eficiente resolução do assunto.

Origem do texto:

Corresponde, com alterações, ao artigo 32.º do CPA/91;

Reproduz o artigo 39.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde ao artigo 39.º do P/CPA.

Artigo 40.º

Controlo da competência

1. Antes de qualquer decisão, o órgão da Administração Pública deve certificar-se de que é competente para conhecer da questão.
2. A incompetência deve ser suscitada oficiosamente pelo órgão e pode ser arguida pelos interessados.

Origem do texto:

Corresponde, com alterações, ao artigo 33.º do CPA/91;

Reproduz o artigo 40.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde ao artigo 40.º do P/CPA.

Jurisprudência:

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 12 de dezembro de 2006, processo n.º 716/2006, publicado em www.datajuris.pt.

Artigo 41.º

Apresentação de requerimento a órgão incompetente

1. Quando seja apresentado requerimento, petição, reclamação ou recurso a órgão incompetente, o documento recebido é enviado oficiosamente ao órgão titular da competência, disso se notificando o particular.
2. Nos casos previstos nos números anteriores, vale a data da apresentação inicial do requerimento para efeitos da sua tempestividade.

Origem do texto:

Corresponde, com alterações, ao artigo 34.º do CPA/91;

Reproduz o artigo 41.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde, com alterações, ao artigo 41.º do P/CPA.

Jurisprudência:

Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 11 de julho de 2013, processo n.º 4397/2012, publicado em www.datajuris.pt;

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 12 de dezembro de 2006, processo n.º 716/2006, publicado em www.datajuris.pt.

Anotação:

Quanto às questões que prejudiquem o desenvolvimento normal do procedimento, v. artigo 109.º, e relativamente à interposição de recurso para órgão incompetente, v. artigo 196.º

Artigo 42.º

Suplência

1. Nos casos de ausência, falta ou impedimento do titular do órgão ou do agente, cabe ao suplente designado na lei, nos estatutos ou no regimento, agir no exercício da competência desse órgão ou agente.
2. Na falta de designação, a suplência cabe ao inferior hierárquico imediato e, em caso de igualdade de posições, ao mais antigo.
3. O exercício de funções em suplência abrange os poderes delegados ou subdelegados no órgão ou no agente.

Origem do texto:

Artigo novo;

Reproduz o artigo 42.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde, com alteração, ao artigo 42.º do P/CPA.

Artigo 43.º

Substituição de órgãos

Nos casos em que a lei habilita um órgão a suceder, temporária ou pontualmente, no exercício da competência que normalmente pertence a outro órgão, o órgão substituto exerce como competência própria e exclusiva os poderes do órgão substituído, suspendendo-se a aplicação da norma atributiva da competência deste último.

Origem do texto:

Corresponde, com alterações, ao artigo 41.º do CPA/91;

Corresponde, com alteração da epígrafe, ao artigo 43.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde, com alteração da epígrafe, ao artigo 43.º do P/CPA.

CAPÍTULO IV DA DELEGAÇÃO DE PODERES

Artigo 44.º

Delegação de poderes

1. Os órgãos administrativos normalmente competentes para decidir em determinada matéria podem, sempre que para tal estejam habilitados por lei, permitir, através de um ato de delegação de poderes, que outro órgão ou agente da mesma pessoa coletiva ou outro órgão de diferente pessoa coletiva pratique atos administrativos sobre a mesma matéria.

2. Para efeitos do disposto no número anterior, considera-se agente aquele que, a qualquer título, exerça funções públicas ao serviço da pessoa coletiva, em regime de subordinação jurídica.
3. Mediante um ato de delegação de poderes, os órgãos competentes para decidir em determinada matéria podem sempre permitir que o seu imediato inferior hierárquico, adjunto ou substituto pratiquem atos de administração ordinária nessa matéria.
4. O disposto no número anterior vale igualmente para a delegação de poderes dos órgãos colegiais nos respetivos presidentes, salvo havendo lei de habilitação específica que estabeleça uma particular repartição de competências entre os diversos órgãos.
5. Os atos praticados ao abrigo de delegação ou subdelegação de poderes valem como se tivessem sido praticados pelo delegante ou subdelegante.

Origem do texto:

Corresponde, com alterações, ao artigo 35.º do CPA/91;

Reproduz o artigo 44.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde, com alterações, ao artigo 44.º do P/CPA.

Artigo 45.º

Poderes indelegáveis

Não podem ser objeto de delegação, designadamente:

- a) A globalidade dos poderes do delegante;
- b) Os poderes suscetíveis de serem exercidos sobre o próprio delegado;
- c) Poderes a exercer pelo delegado fora do âmbito da respetiva competência territorial.

Origem do texto:

Artigo novo;

Reproduz o artigo 45.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde ao artigo 45.º do P/CPA.

Artigo 46.º

Subdelegação de poderes

1. Salvo disposição legal em contrário, o delegante pode autorizar o delegado a subdelegar.
2. O subdelegado pode subdelegar as competências que lhe tenham sido subdelegadas, salvo disposição legal em contrário ou reserva expressa do delegante ou subdelegante.

Origem do texto:

Corresponde, com alterações, ao artigo 36.º do CPA/91;

Reproduz o artigo 46.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde, com alterações, ao artigo 46.º do P/CPA.

Referências legais:

Lei n.º 2/2004, que aprova o Estatuto do Pessoal Dirigente da Administração Central, Regional e Local do Estado, publicada no *Diário da República*, 1.ª série-A, n.º 12, de 15 de janeiro, pp. 293 e segs.

Jurisprudência:

Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul, de 27 de outubro de 2011, processo n.º 7087/2011, publicado em www.datajuris.pt.

Artigo 47.º**Requisitos do ato de delegação**

1. No ato de delegação ou subdelegação, deve o órgão delegante ou subdelegante especificar os poderes que são delegados ou subdelegados ou os atos que o delegado ou subdelegado pode praticar, bem como mencionar a norma atributiva do poder delegado e aquela que habilita o órgão a delegar.
2. Os atos de delegação ou subdelegação de poderes estão sujeitos a publicação, nos termos do artigo 159.º

Origem do texto:

Corresponde, com alterações, ao artigo 37.º do CPA/91;

Reproduz o artigo 47.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde, com alteração, ao artigo 47.º do P/CPA.

Referências legais:

Lei n.º 2/2004, que aprova o Estatuto do Pessoal Dirigente da Administração Central, Regional e Local do Estado, publicada no *Diário da República*, 1.ª série-A, n.º 12, de 15 de janeiro, pp. 293 e segs.

Jurisprudência:

Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul, de 7 de março de 2013, processo n.º 7291/2011, publicado em www.datajuris.pt;

Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul, de 17 de fevereiro de 2009, processo n.º 2174/2007, publicado em www.datajuris.pt.

Artigo 48.º**Menção da qualidade de delegado ou subdelegado**

1. O órgão delegado ou subdelegado deve mencionar essa qualidade no uso da delegação ou subdelegação.

2. A falta de menção da delegação ou subdelegação no ato praticado ao seu abrigo, ou a menção incorreta da sua existência e do seu conteúdo, não afeta a validade do ato, mas os interessados não podem ser prejudicados no exercício dos seus direitos pelo desconhecimento da existência da delegação ou subdelegação.

Origem do texto:

Corresponde, com alterações, ao artigo 38.º do CPA/91;

Reproduz o artigo 48.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde, com alterações, ao artigo 48.º do P/CPA.

Jurisprudência:

Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul, de 27 de outubro de 2011, processo n.º 7087/2011, publicado em www.datajuris.pt;

Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul, de 9 de novembro de 2006, processo n.º 12813/2003, publicado em www.datajuris.pt;

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 14 de junho de 2005, processo n.º 60/2005, publicado em www.datajuris.pt.

Artigo 49.º

Poderes do delegante ou subdelegante

1. O órgão delegante ou subdelegante pode emitir diretivas ou instruções vinculativas para o delegado ou subdelegado sobre o modo como devem ser exercidos os poderes delegados ou subdelegados.
2. O órgão delegante ou subdelegante tem o poder de avocar, bem como o de anular, revogar ou substituir o ato praticado pelo delegado ou subdelegado ao abrigo da delegação ou subdelegação.

Origem do texto:

Corresponde, com alterações, ao artigo 39.º do CPA/91;

Reproduz o artigo 49.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde ao artigo 49.º do P/CPA.

Artigo 50.º

Extinção da delegação ou subdelegação

A delegação e a subdelegação de poderes extinguem-se:

- a) Por anulação ou revogação do ato de delegação ou subdelegação;
- b) Por caducidade, resultante de se terem esgotado os seus efeitos ou da mudança dos titulares dos órgãos delegante ou delegado, subdelegante ou subdelegado.

Origem do texto:

Corresponde, com alterações, ao artigo 40.º do CPA/91;

Reproduz o artigo 50.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde ao artigo 50.º do P/CPA.

CAPÍTULO V DOS CONFLITOS DE ATRIBUIÇÕES E DE COMPETÊNCIA

Referências legais:

Lei n.º 13/2002, que aprova o Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais (ETAF), publicada no *Diário da República*, 1.ª série-A, n.º 42, de 19 de fevereiro, pp. 1324 e segs.

Artigo 51.º

Competência para a resolução de conflitos

1. Os conflitos de atribuições são resolvidos:
 - a) Pelos tribunais administrativos, mediante processo de conflito entre órgãos administrativos, quando envolvam órgãos de pessoas coletivas diferentes ou no caso de conflitos entre autoridades administrativas independentes;
 - b) Pelo Primeiro-Ministro, quando envolvam órgãos de ministérios diferentes;
 - c) Pelo ministro, quando envolvam pessoas coletivas dotadas de autonomia, sujeitas ao seu poder de superintendência;
 - d) Pelo Presidente do Governo Regional, quando envolvam órgãos de secretarias regionais diferentes;
 - e) Pelo secretário regional, quando envolvam pessoas coletivas dotadas de autonomia sujeitas, ao seu poder de superintendência.
2. Os conflitos de competência são resolvidos pelo órgão de menor categoria hierárquica que exerça poderes de supervisão sobre os órgãos envolvidos.

Origem do texto:

Corresponde, com alterações, ao artigo 42.º do CPA/91;

Reproduz o artigo 51.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde, com alterações, ao artigo 51.º do P/CPA.

Artigo 52.º

Resolução administrativa dos conflitos

1. A resolução dos conflitos de atribuições entre ministérios ou entre secretarias regionais diferentes, bem como dos conflitos de competência, pode ser solicitada por qualquer interessado, mediante requerimento fundamentado dirigido à entidade competente para a decisão do procedimento, e deve ser oficiosamente suscitada pelos órgãos em conflito logo que dele tenham conhecimento.

2. O órgão competente para a resolução deve ouvir os órgãos em conflito, se estes ainda se não tiverem pronunciado, e proferir a decisão no prazo de 30 dias.

Origem do texto:

Corresponde, com alterações, ao artigo 43.º do CPA/91;

Reproduz o artigo 52.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde, com alteração semântica, ao artigo 52.º do P/CPA.

PARTE III

DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

TÍTULO I REGIME COMUM

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 53.º

Iniciativa

O procedimento administrativo inicia-se oficiosamente ou a solicitação dos interessados.

Origem do texto:

Corresponde ao artigo 54.º do CPA/91;

Reproduz o artigo 53.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde ao artigo 53.º do P/CPA.

Artigo 54.º

Língua do procedimento

A língua do procedimento é a língua portuguesa.

Origem do texto:

Artigo novo;

Reproduz o artigo 54.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Não tem correspondência no P/CPA, foi introduzido pela Proposta de Lei n.º 224/XII.

Artigo 55.º

Responsável pela direção do procedimento

1. A direção do procedimento cabe ao órgão competente para a decisão final, sem prejuízo do disposto nos números seguintes.

2. O órgão competente para a decisão final delega em inferior hierárquico seu, o poder de direção do procedimento, salvo disposição legal, regulamentar ou estatutária em contrário ou quando a isso obviarem as condições de serviço ou outras razões ponderosas, invocadas fundamentadamente no procedimento concreto ou em diretiva interna respeitante a certos procedimentos.
3. O responsável pela direção do procedimento pode encarregar inferior hierárquico seu da realização de diligências instrutórias específicas.
4. No órgão colegial, a delegação prevista no n.º 2 é conferida a membro do órgão ou a agente dele dependente.
5. A identidade do responsável pela direção do procedimento é notificada aos participantes e comunicada a quaisquer outras pessoas que, demonstrando interesse legítimo, requeiram essa informação.

Origem do texto:

Corresponde, parcialmente e com alterações, ao artigo 86.º do CPA/91;

Reproduz o artigo 55.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde, com alterações, ao artigo 65.º do P/CPA.

Anotação:

O legislador procura reequacionar a distribuição das tarefas de direção do procedimento (e não apenas da instrução) e de decisão. A delegação da competência de direção do procedimento, por parte do órgão competente, que no anterior Código era apenas uma faculdade é agora convertida num dever, embora rodeado de prudentes cláusulas de salvaguarda. Esta separação entre a responsabilidade de promover a tramitação do procedimento e a tarefa decisória aproxima-se de outros ordenamentos jurídicos estrangeiros e, segundo o legislador, trata-se da opção mais idónea para assegurar a imparcialidade do decisor — cf. preâmbulo.

Artigo 56.º

Princípio da adequação procedimental

Na ausência de normas jurídicas injuntivas, o responsável pela direção do procedimento goza de discricionariedade na respetiva estruturação, que, no respeito pelos princípios gerais da atividade administrativa, deve ser orientada pelos interesses públicos da participação, da eficiência, da economicidade e da celeridade na preparação da decisão.

Origem do texto:

Artigo novo;

Reproduz o artigo 56.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde, com alterações, ao artigo 54.º do P/CPA.

Referências legais:

Lei n.º 41/2013, que aprova o Código de Processo Civil, publicada no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 121, de 26 de junho, pp. 3518 e segs. — artigo 547.º

Artigo 57.^o

Acordos endoprocedimentais

1. No âmbito da discricionariedade procedimental, o órgão competente para a decisão final e os interessados podem, por escrito, acordar termos do procedimento.
2. Os acordos referidos no número anterior têm efeito vinculativo e o seu objeto pode, designadamente, consistir na organização de audiências orais para exercício do contraditório entre os interessados que pretendam uma certa decisão e aqueles que se lhe oponham.
3. Durante o procedimento, o órgão competente para a decisão final e os interessados também podem celebrar contrato para determinar, no todo ou em parte, o conteúdo discricionário do ato administrativo a praticar no termo do procedimento.

Origem do texto:

Artigo novo;

Reproduz o artigo 57.^o da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde, com alterações, ao artigo 62.^o do P/CPA.

Anotação:

O legislador pretende que com estes acordos os sujeitos da relação jurídica procedimental possam convencionar os termos do procedimento que caibam no âmbito da discricionariedade procedimental ou mesmo acerca do próprio conteúdo da decisão a tomar, dentro dos limites legais. Atribui carácter jurídico aos vínculos resultantes de acordos endoprocedimentais e uma dimensão participativa procedimental, com o respetivo exercício do contraditório pelos interessados — cf. preâmbulo.

Artigo 58.^o

Princípio do inquisitório

O responsável pela direção do procedimento e os outros órgãos que participem na instrução podem, mesmo que o procedimento seja instaurado por iniciativa dos interessados, proceder a quaisquer diligências que se revelem adequadas e necessárias à preparação de uma decisão legal e justa, ainda que respeitantes a matérias não mencionadas nos requerimentos ou nas respostas dos interessados.

Origem do texto:

Corresponde, com alterações, ao artigo 56.^o do CPA/91;

Reproduz o artigo 58.^o da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde, com alterações, ao artigo 55.^o do P/CPA.

Referências legais:

Decreto-Lei n.º 135/99, que aprova as Medidas de Modernização Administrativa, publicado no *Diário da República*, 1.ª série-A, n.º 94, de 22 de abril, pp. 2126 e segs.

Jurisprudência:

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 22 de abril de 2004, processo n.º 681/2003, publicado em www.datajuris.pt.

Artigo 59.º

Dever de celeridade

O responsável pela direção do procedimento e os outros órgãos intervenientes na respetiva tramitação devem providenciar por um andamento rápido e eficaz, quer recusando e evitando tudo o que for imperitante e dilatatório, quer ordenando e promovendo tudo o que seja necessário a um seguimento diligente e à tomada de uma decisão dentro de prazo razoável.

Origem do texto:

Corresponde, com alterações, ao artigo 57.º do CPA/91;

Corresponde, com alterações, ao artigo 59.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde, com alterações, ao artigo 56.º do P/CPA.

Jurisprudência:

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 15 de maio de 2001, processo n.º 46440, publicado em www.datajuris.pt.

Artigo 60.º

Cooperação e boa-fé procedimental

1. Na sua participação no procedimento, os órgãos da Administração Pública e os interessados devem cooperar entre si, com vista à fixação rigorosa dos pressupostos de decisão e à obtenção de decisões legais e justas.
2. Os interessados devem concorrer para a economia de meios na realização de diligências instrutórias e para a tomada da decisão num prazo razoável, abstendo-se de requerer diligências inúteis e de recorrer a expedientes dilatatórios.

Origem do texto:

Corresponde, com alterações, ao artigo 60.º do CPA/91;

Reproduz o artigo 60.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde, com alteração, ao artigo 57.º do P/CPA.

Artigo 61.º

Utilização de meios eletrónicos

1. Salvo disposição legal em contrário, na instrução dos procedimentos devem ser preferencialmente utilizados meios eletrónicos, tendo em vista:
 - a) Facilitar o exercício de direitos e o cumprimento de deveres através de sistemas que, de forma segura, fácil, célere e compreensível, sejam acessíveis a todos os interessados;

- b) Tornar mais simples e rápido o acesso dos interessados ao procedimento e à informação;
 - c) Simplificar e reduzir a duração dos procedimentos, promovendo a rapidez das decisões, com as devidas garantias legais.
2. Quando na instrução do procedimento se utilizem meios eletrónicos, as aplicações e sistemas informáticos utilizados devem indicar o responsável pela direção do procedimento e o órgão competente para a decisão, assim como garantir o controlo dos prazos, a tramitação ordenada e a simplificação e a publicidade do procedimento.
3. Para efeitos do disposto do número anterior, os interessados têm direito:
- a) A conhecer por meios eletrónicos o estado da tramitação dos procedimentos que lhes digam diretamente respeito;
 - b) A obter os instrumentos necessários à comunicação por via eletrónica com os serviços da Administração, designadamente nome de utilizador e palavra-passe para acesso a plataformas eletrónicas simples e, quando legalmente previsto, conta de correio eletrónico e assinatura digital certificada.

Origem do texto:

Artigo novo;

Corresponde, com alterações, ao artigo 61.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde, com alterações, ao artigo 58.º do P/CPA.

Referências legais:

Resolução do Conselho de Ministros n.º 50/2006, que determina a criação de um serviço público que permita a realização voluntária de comunicações entre a Administração Pública, os serviços e organismos da administração autónoma, as entidades administrativas independentes e os tribunais, os cidadãos e as empresas, através do envio por correio eletrónico e para uma caixa postal eletrónica nominal, publicada no *Diário da República*, 1.ª série-B, n.º 87, de 5 de maio, pp. 3252 e segs.;

Decreto-Lei n.º 112/2006, que cria o serviço público de caixa postal eletrónica, publicado no *Diário da República*, 1.ª série-A, n.º 112, de 9 de junho, pp. 4113 e segs.;

Decreto-Lei n.º 290-D/99, que aprova o Regime Jurídico dos Documentos Eletrónicos e da Assinatura Digital, publicado no *Diário da República*, 1.ª série-A, suplemento, n.º 178, de 22 de agosto, pp. 4990-(2) e segs., alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 88/2009, de 9 de abril.

Anotação:

Por referência ao balcão único eletrónico e à chave móvel digital, cf. com interesse o Parecer n.º 43/2014, de 3 de junho, elaborado pela Comissão Nacional de Proteção de Dados, no âmbito dos trabalhos preparatórios da Proposta de Lei n.º 224/XI, disponível em www.parlamento.pt, onde se referem os Pareceres n.ºs 73/2013 e 37/2014, elaborados pela mesma Comissão;

Concretização dos princípios aplicáveis à administração eletrónica, previstos no artigo 14.º

Artigo 62.^o

Balcão único eletrónico

1. Sempre que um procedimento administrativo se possa iniciar e desenvolver através de um balcão eletrónico, este deve designadamente proporcionar:
 - a) Informação clara e acessível a qualquer interessado sobre os documentos necessários para a apresentação e instrução dos correspondentes pedidos e condições para a obtenção dos efeitos jurídicos pretendidos com o pedido;
 - b) Meios de consulta eletrónica do estado dos pedidos;
 - c) Meios de pagamento por via eletrónica das taxas devidas, quando seja caso disso;
 - d) Informação completa sobre a disciplina jurídica dos procedimentos administrativos que se podem realizar através do balcão eletrónico em causa;
 - e) Endereço e contacto da entidade administrativa com competência para a direção do procedimento administrativo em causa;
 - f) Informação sobre os meios de reação judiciais e extrajudiciais de resolução de eventuais litígios.
2. Os balcões eletrónicos devem poder intermediar nos procedimentos a serem desenvolvidos entre os interessados e as autoridades administrativas competentes, recebendo os atos de uns e outros, mediante a entrega do correspondente recibo, e transmitindo-o imediatamente.
3. O tempo que medeia entre a receção pelo balcão eletrónico dos documentos apresentados e a sua entrega ao destinatário é descontado nos prazos procedimentais em caso de justo impedimento, designadamente quando ocorra, de modo comprovado, uma interrupção técnica do funcionamento dos meios eletrónicos indispensáveis à transmissão, que não seja imputável ao órgão competente.
4. Salvo o disposto em lei especial, os balcões eletrónicos asseguram a emissão automatizada de atos meramente certificativos e a notificação de decisões que incidam sobre os requerimentos formulados através daquele suporte eletrónico.
5. Sem prejuízo do exercício imediato dos direitos ou interesses legalmente protegidos do interessado no procedimento, não são devidas taxas quando, sempre que tal esteja legalmente previsto, os respetivos valores ou fórmulas de cálculo não sejam introduzidos nas plataformas eletrónicas no âmbito das quais correm os procedimentos a que dizem respeito.
6. As taxas referidas no número anterior são, porém, devidas sempre que:
 - a) A falta de introdução dos respetivos valores ou fórmulas de cálculo nas plataformas a que se refere o número anterior não seja imputável à entidade destinatária das taxas; e

- b) No prazo de cinco dias contados do início do procedimento, sejam inseridos os respetivos valores ou fórmulas de cálculo nas plataformas e notificado o interessado para proceder ao seu pagamento.

Origem do texto:

Artigo novo;

Reproduz o artigo 62.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde, com alterações, ao artigo 59.º do CPA/91.

Referências legais:

Lei n.º 37/2014, que aprova a Chave Móvel Digital, publicada no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 121, de 26 de junho, pp. 3400 e segs., regulamentada pela Portaria n.º 189/2014, publicada no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 183, de 23 de setembro, pp. 5040 e segs.;

Decreto-Lei n.º 92/2010, que estabelece os Princípios e as Regras Necessários para Simplificar o Livre Acesso e Exercício das Atividades de Serviços, publicado no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 143, de 26 de julho, pp. 2825 e segs., e que transpôs a para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2006/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, publicada no *Jornal Oficial da União Europeia*, série L, n.º 376, de 27 de dezembro, pp. 37 e segs.;

Resolução do Conselho de Ministros n.º 50/2006, que determina a criação de um serviço público que permita a realização voluntária de comunicações entre a Administração Pública, os serviços e organismos da administração autónoma, as entidades administrativas independentes e os tribunais, os cidadãos e as empresas, através do envio por correio eletrónico e para uma caixa postal eletrónica nominal, publicada no *Diário da República*, 1.ª série-B, n.º 87, de 5 de maio, pp. 3252 e segs.;

Decreto-Lei n.º 112/2006, que cria o Serviço Público de Caixa Postal Eletrónica, publicado no *Diário da República*, 1.ª série-A, n.º 112, de 9 de junho, pp. 4113 e segs.

Anotação:

Relativamente ao balcão único eletrónico, cf. com interesse o Parecer n.º 43/2014, de 3 de junho, elaborado pela Comissão Nacional de Proteção de Dados, no âmbito dos trabalhos preparatórios da Proposta de Lei n.º 224/XI, disponível em www.parlamento.pt, onde se referem os Pareceres n.ºs 73/2013 e 37/2014, elaborados pela mesma Comissão;

Concretização dos princípios aplicáveis à administração eletrónica, previstos no artigo 14.º

Artigo 63.º

Comunicações por telefax, telefone ou meios eletrónicos

1. Salvo disposição legal em contrário, as comunicações da Administração com os interessados ao longo do procedimento só podem processar-se através de telefax, telefone ou correio eletrónico mediante seu prévio consentimento, prestado por escrito, devendo o interessado, na sua primeira intervenção no procedimento ou posteriormente, indicar, para o efeito, o seu número de telefax, telefone ou a identificação da caixa postal eletrónica de que é titular, nos termos previstos no serviço público de caixa postal eletrónica.
2. Presume-se que o interessado consentiu na utilização de telefax, de telefone ou de meios eletrónicos de comunicação quando, apesar de

não ter procedido à indicação constante do número anterior, tenha estabelecido contacto regular através daqueles meios.

3. As comunicações da Administração com pessoas coletivas podem processar-se através de telefax, de telefone ou de meios eletrónicos, sem necessidade de consentimento, quando sejam efetuadas para plataformas informáticas com acesso restrito ou para os endereços de correio eletrónico ou número de telefax ou de telefone indicados em qualquer documento por elas apresentado no procedimento administrativo.

Origem do texto:

Artigo novo;

Corresponde, com alterações, ao artigo 63.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde, com alterações, ao artigo 60.º do P/CPA.

Referências legais:

Resolução do Conselho de Ministros n.º 50/2006, que determina a criação de um serviço público que permita a realização voluntária de comunicações entre a Administração Pública, os serviços e organismos da administração autónoma, as entidades administrativas independentes e os tribunais, os cidadãos e as empresas, através do envio por correio eletrónico e para uma caixa postal eletrónica nominal, publicada no *Diário da República*, 1.ª série-B, n.º 87, de 5 de maio, pp. 3252 e segs.;

Decreto-Lei n.º 112/2006, que cria o serviço público de caixa postal eletrónica, publicado no *Diário da República*, 1.ª série-A, n.º 112, de 9 de junho, pp. 4113 e segs.

Anotação:

O n.º 1 do artigo 102.º preceitua que o requerimento inicial dos interessados deve conter a indicação do número de telefax ou telefone ou a identificação da sua caixa postal eletrónica, para efeitos das comunicações da Administração com os interessados ao longo do procedimento.

Artigo 64.º

Documentação das diligências e integridade do processo administrativo

1. Das diligências realizadas oralmente são lavrados autos e termos, que devem conter a menção dos elementos essenciais e da data e lugar da realização da diligência a que respeitam.
2. O processo administrativo em suporte de papel é autuado e paginado de modo a facilitar a inclusão dos documentos que nele são sucessivamente incorporados e a impedir o seu extravio.
3. O órgão responsável pela direção do procedimento deve rubricar todas as folhas do processo administrativo e os interessados e seus mandatários têm o direito de rubricar quaisquer folhas do mesmo.
4. O disposto nos números anteriores não é aplicável ao processo administrativo em suporte eletrónico, que é definido por diploma próprio.

Origem do texto:

Artigo novo;

Reproduz o artigo 64.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Não tem correspondência no P/CPA, foi introduzido pela Proposta de Lei n.º 224/XII.

CAPÍTULO II DA RELAÇÃO JURÍDICA PROCEDIMENTAL

Nota. — Capítulo inovador introduzido pela presente reforma.

SECÇÃO I DOS SUJEITOS DO PROCEDIMENTO

Artigo 65.º

Sujeitos da relação jurídica procedimental

1. São sujeitos da relação jurídica procedimental:
 - a) Os órgãos das entidades referidas no n.º 1 do artigo 2.º, quando competentes para a tomada de decisões ou para a prática de atos preparatórios;
 - b) Os particulares legitimados nos termos do n.º 1 do artigo 68.º;
 - c) Pessoas singulares e coletivas de direito privado, em defesa de interesses difusos, segundo o disposto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 68.º;
 - d) Os órgãos que exerçam funções administrativas, nas condições previstas no n.º 4 do artigo 68.º
2. Para efeitos do disposto no presente Código, consideram-se interessados no procedimento os sujeitos da relação jurídica procedimental referidos nas alíneas b), c) e d) do número anterior que como tal nele se constituam, ao abrigo de um dos títulos de legitimação previstos no artigo 68.º

Origem do texto:

Artigo novo;

Reproduz o artigo 65.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde, com alterações, ao artigo 61.º do P/CPA.

Jurisprudência:

Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 160/99, de 10 de março de 1999, processo n.º 197/98, publicado em www.tribunalconstitucional.pt;

Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 118/97, de 19 de fevereiro de 1997, processo n.º 31/94, publicado em www.tribunalconstitucional.pt.

Anotação:

Foi mantida a tradicional designação de «interessados» (interessados na relação jurídica procedimental), na parte em que se posicionam perante os sujeitos públicos da relação jurídica procedimental, n.º 2 deste artigo, não bastando para identificar os sujeitos de situações jurídicas procedimentais que o particular tenha uma posição substantiva (interesse na matéria a decidir), a esta terá de juntar-se uma intervenção formal, por iniciativa própria ou por convocação da Administração;

A par da manutenção da perspectiva tradicional o legislador procurou uma democratização do procedimento, no qual os particulares e a Administração aparecem face a face, enquanto titulares de situações subjetivas ativas e passivas recíprocas. Não pretende, contudo, uma igualização, tanto mais que a Administração exerce um poder público, nem tão pouco que os particulares sejam reduzidos a objeto daquele poder, nem meramente afetados pelo modo como sobre eles se refletem as consequências da concretização daquele *ius imperium*;

Na alínea *d*) do n.º 1, por remissão para o n.º 4 do artigo 68.º, incluem-se as relações procedimentais entre órgãos da Administração Pública, respetivamente, nos papéis de exercerem poderes públicos e de figurarem como titulares ou defensores de situações jurídicas conformadas através do exercício de tais poderes — cf. preâmbulo.

Artigo 66.º

Auxílio administrativo

1. Para além dos casos em que a lei imponha a intervenção de outros órgãos no procedimento, o órgão competente para a decisão final deve, por iniciativa própria, por proposta do responsável pela direção do procedimento ou a requerimento de um sujeito privado da relação jurídica procedimental, solicitar o auxílio de quaisquer outros órgãos da Administração Pública, indicando um prazo útil, quando:
 - a) O melhor conhecimento da matéria relevante exija uma investigação para a qual o órgão a quem é dirigida a solicitação disponha de competência exclusiva ou de conhecimentos aprofundados aos quais o órgão solicitante não tenha acesso;
 - b) Só o órgão a quem é dirigida a solicitação tenha em seu poder documentos ou dados cujo conhecimento seja necessário à preparação da decisão;
 - c) A instrução requeira a intervenção de pessoal ou o emprego de meios técnicos de que o órgão competente para a decisão final não disponha.
2. À comunicação de documentos ou dados solicitados nos termos do número anterior aplicam-se as restrições fixadas na legislação sobre o acesso aos documentos administrativos.
3. Em caso de recusa de auxílio administrativo requerido nos termos do n.º 1, ou de dilação na sua prestação, a questão é resolvida, consoante o caso, pela autoridade competente para a resolução de conflitos de atribuições ou de competência entre os órgãos solicitante e solicitado ou, não a havendo, por órgão que exerça poderes de direção, superintendência ou tutela sobre o órgão solicitado.

Origem do texto:

Artigo novo;

Reproduz o artigo 66.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde, com alterações, ao artigo 66.º do P/CPA.

Referências legais:

Lei n.º 46/2007, que aprova a Lei de Acesso aos Documentos da Administração (LADA), publicada no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 163, de 24 de agosto, pp. 5680 e segs.;

Lei n.º 8/95, que regulamenta os serviços de apoio à Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA) e clarifica aspetos da disciplina do acesso aos documentos da Administração Pública, publicada no *Diário da República*, 1.ª série-A, n.º 75, de 29 de março, pp. 1714 e segs.

Anotação:

Esta figura jurídica inspira-se, ainda que de forma simplificada, na disciplinada no direito alemão. O artigo 92.º do anterior Código, que dizia respeito ao auxílio administrativo, mas apenas no âmbito demasiado restrito da realização de diligências de prova, foi eliminado.

São estabelecidas, no n.º 2, garantias de sigilo, por remissão para o regime de acesso aos documentos administrativos e no n.º 3 são previstas as situações de recusa do auxílio administrativo solicitado ou de dilação excessiva na sua prestação, que serão resolvidas pelas regras da competência decisória, definidas no domínio dos conflitos de jurisdição e de competência — cf. preâmbulo;

O capítulo v da parte II regula os conflitos de atribuições e de competência, dispondo o artigo 51.º sobre a competência para a resolução de conflitos.

SECÇÃO II

DOS INTERESSADOS NO PROCEDIMENTO

Artigo 67.º

Capacidade procedimental dos particulares

1. Os particulares têm o direito de intervir pessoalmente no procedimento administrativo ou de nele se fazer representar ou assistir através de mandatário.
2. A capacidade de intervenção no procedimento, salvo disposição especial, tem por base e por medida a capacidade de exercício de direitos segundo a lei civil, a qual é também aplicável ao suprimimento da incapacidade.

Origem do texto:

Corresponde, com alterações, ao artigo 52.º do CPA/91;

Corresponde, com alterações, ao artigo 67.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde, com alterações, ao artigo 63.º do P/CPA.

Jurisprudência:

Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul, de 14 de dezembro de 1999, processo n.º 930/1999, publicado em www.datajuris.pt.

Artigo 68.º

Legitimidade procedimental

1. Têm legitimidade para iniciar o procedimento ou para nele se constituírem como interessados os titulares de direitos, interesses legalmente

protegidos, deveres, encargos, ónus ou sujeições no âmbito das decisões que nele forem ou possam ser tomadas, bem como as associações, para defender interesses coletivos ou proceder à defesa coletiva de interesses individuais dos seus associados que caibam no âmbito dos respetivos fins.

2. Têm, também, legitimidade para a proteção de interesses difusos perante ações ou omissões da Administração passíveis de causar prejuízos relevantes não individualizados em bens fundamentais como a saúde pública, a habitação, a educação, o ambiente, o ordenamento do território, o urbanismo, a qualidade de vida, o consumo de bens e serviços e o património cultural:
 - a) Os cidadãos no gozo dos seus direitos civis e políticos e os demais eleitores recenseados no território português;
 - b) As associações e fundações representativas de tais interesses;
 - c) As autarquias locais, em relação à proteção de tais interesses nas áreas das respetivas circunscrições.
3. Têm, ainda, legitimidade para assegurar a defesa de bens do Estado, das regiões autónomas e de autarquias locais afetados por ação ou omissão da Administração, os residentes na circunscrição em que se localize ou tenha localizado o bem defendido.
4. Têm igualmente legitimidade os órgãos que exerçam funções administrativas quando as pessoas coletivas nas quais eles se integram sejam titulares de direitos ou interesses legalmente protegidos, poderes, deveres ou sujeições que possam ser conformados pelas decisões que nesse âmbito forem ou possam ser tomadas, ou quando lhes caiba defender interesses difusos que possam ser beneficiados ou afetados por tais decisões.

Origem do texto:

Corresponde, com alterações, ao artigo 53.º do CPA/91;

Reproduz o artigo 68.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde, com alterações, ao artigo 64.º do P/CPA.

Referências legais:

Constituição da República Portuguesa, artigo 53.º, n.º 2, alínea a);

Lei n.º 15/2002, que aprova o Código de Processo nos Tribunais Administrativos (CPTA), publicada no *Diário da República*, 1.ª série-A, n.º 45, de 22 de fevereiro, pp. 1422 e segs. — artigo 9.º, n.º 2;

Lei n.º 83/95, que aprova o Direito de Participação procedimental e de Ação Popular, publicada no *Diário da República*, 1.ª série-A, n.º 201, de 31 de agosto, pp. 5464 e segs.

Jurisprudência:

Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 160/99, de 10 de março de 1999, processo n.º 197/98, publicado em www.tribunalconstitucional.pt;

Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 118/97, de 19 de fevereiro de 1997, processo n.º 31/94, publicado em www.tribunalconstitucional.pt.

Anotação:

No n.º 1, a referência às associações é reelaborada. O legislador deixa cair a exigência de que não possuam caráter político ou sindical, em virtude de o Tribunal Constitucional, no

Acórdão n.º 160/99, de 10 de março, se ter pronunciado pela inconstitucionalidade da recusa da legitimidade às associações sindicais para iniciarem procedimentos ou neles intervirem, tanto em defesa de interesses coletivos como em defesa coletiva de interesses individuais dos seus representados, e explicita a admissibilidade de as associações procederem, tanto à defesa de interesses coletivos, como à defesa coletiva de interesses individuais, desde que no âmbito do respetivo fim institucional.

No n.º 2, o legislador harmoniza o âmbito material dos interesses difusos com as qualificações levadas a cabo pela Constituição e pelo CPTA.

No n.º 3, define, em termos mais concretos, a legitimidade para a participação popular procedimental supletiva.

No n.º 4, reconhece como uma das modalidades das relações jurídicas procedimentais as relações procedimentais entre órgãos da Administração Pública, respetivamente, nos papéis de exercerem poderes públicos e de figurarem como titulares ou defensores de situações jurídicas conformadas através do exercício de tais poderes — cf. preâmbulo;

O artigo 65.º elenca os sujeitos da relação jurídica procedimental;

Quanto à legitimidade para reclamar ou recorrer, o artigo 186.º prescreve, na alínea b), que possuem legitimidade as pessoas e entidades mencionadas nos n.ºs 2 a 4 do presente artigo.

SECÇÃO III DAS GARANTIAS DE IMPARCIALIDADE

Artigo 69.º **Casos de impedimento**

1. Salvo o disposto no n.º 2, os titulares de órgãos da Administração Pública e os respetivos agentes, bem como quaisquer outras entidades que, independentemente da sua natureza, se encontrem no exercício de poderes públicos, não podem intervir em procedimento administrativo ou em ato ou contrato de direito público ou privado da Administração Pública, nos seguintes casos:
 - a) Quando nele tenham interesse, por si, como representantes ou como gestores de negócios de outra pessoa;
 - b) Quando, por si ou como representantes ou gestores de negócios de outra pessoa, nele tenham interesse o seu cônjuge ou pessoa com quem viva em condições análogas às dos cônjuges, algum parente ou afim em linha reta ou até ao segundo grau da linha colateral, bem como qualquer pessoa com quem vivam em economia comum ou com a qual tenham uma relação de adoção, tutela ou apadrinhamento civil;
 - c) Quando, por si ou como representantes ou gestores de negócios de outra pessoa, tenham interesse em questão semelhante à que deva ser decidida, ou quando tal situação se verifique em relação a pessoa abrangida pela alínea anterior;

- d) Quanto tenham intervindo no procedimento como perito ou mandatário ou hajam dado parecer sobre questão a resolver;
 - e) Quando tenha intervindo no procedimento como perito ou mandatário o seu cônjuge ou pessoa com quem viva em condições análogas às dos cônjuges, parente ou afim em linha reta ou até ao segundo grau da linha colateral, bem como qualquer pessoa com quem vivam em economia comum ou com a qual tenham uma relação de adoção, tutela ou apadrinhamento civil;
 - f) Quando se trate de recurso de decisão proferida por si, ou com a sua intervenção, ou proferida por qualquer das pessoas referidas na alínea b) ou com intervenção destas.
2. Excluem-se do disposto no número anterior:
 - a) As intervenções que se traduzam em atos de mero expediente, designadamente atos certificativos;
 - b) A emissão de parecer, na qualidade de membro do órgão colegial competente para a decisão final, quando tal formalidade seja requerida pelas normas aplicáveis;
 - c) A pronúncia do autor do ato recorrido, nos termos do n.º 2 do artigo 195.º
 3. Sob pena das sanções cominadas pelos n.ºs 1 e 3 do artigo 76.º, não pode haver lugar, no âmbito do procedimento administrativo, à prestação de serviços de consultoria, ou outros, a favor do responsável pela respetiva direção ou de quaisquer sujeitos públicos da relação jurídica procedimental, por parte de entidades relativamente às quais se verifique qualquer das situações previstas no n.º 1, ou que hajam prestado serviços, há menos de três anos, a qualquer dos sujeitos privados participantes na relação jurídica procedimental.
 4. As entidades prestadoras de serviços no âmbito de um procedimento devem juntar uma declaração de que se não encontram abrangidas pela previsão do número anterior.
 5. Sempre que a situação de incompatibilidade prevista no n.º 3 ocorrer já após o início do procedimento, deve a entidade prestadora de serviços comunicar desde logo o facto ao responsável pela direção do procedimento e cessar toda a sua atividade relacionada com o mesmo.

Origem do texto:

Corresponde, com alterações, ao artigo 44.º do CPA/91;

Reproduz o artigo 69.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde, com alterações, ao artigo 71.º do P/CPA.

Referências legais:

Lei n.º 29/87, que aprova o Estatuto dos Eleitos Locais, publicada no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 147, de 30 de junho, pp. 2503 e segs.;

Lei n.º 12-A/2008, que aprova a Lei de Vínculos, Carreiras e Remunerações da Função Pública (LVCR), publicada no *Diário da República*, 1.ª série, suplemento, n.º 41, de 27 de fevereiro, pp. 1326-(2) e segs.;

Lei n.º 64/93, que estabelece o Regime Jurídico de Incompatibilidades e Impedimentos dos Titulares de Cargos Políticos e Altos Cargos Públicos, publicada no *Diário da República*, 1.ª série-A, n.º 200, de 26 de agosto, pp. 4522 e segs.

Jurisprudência:

Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul, de 22 de novembro de 2012, processo n.º 9381/2012, publicado em www.datajuris.pt;

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 13 de outubro de 2010, processo n.º 218/2010, publicado em www.datajuris.pt;

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 28 de novembro de 2007, processo n.º 817/2007, publicado em www.datajuris.pt;

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 17 de outubro de 2006, processo n.º 46576, publicado em www.datajuris.pt;

Parecer da Procuradoria-Geral da República n.º 19/1989, de 9 de março de 1989, publicado em www.datajuris.pt e em www.pgr.pt.

Anotação:

O regime sancionatório aplicável à violação do disposto nos n.ºs 3 a 5 do presente artigo encontra-se regulado no artigo 76.º

Artigo 70.º

Arguição e declaração do impedimento

1. Quando se verifique causa de impedimento em relação a qualquer titular de órgão ou agente da Administração Pública, deve o mesmo comunicar desde logo o facto ao respetivo superior hierárquico ou ao presidente do órgão colegial, consoante os casos.
2. Quando a causa de impedimento incidir sobre outras entidades que, sem a natureza daquelas a quem se refere o n.º 1, se encontrem no exercício de poderes públicos, devem as mesmas comunicar desde logo o facto a quem tenha o poder de proceder à respetiva substituição.
3. Até ser proferida a decisão definitiva ou praticado o ato, qualquer interessado pode requerer a declaração do impedimento, especificando as circunstâncias de facto que constituam a sua causa.
4. Compete ao superior hierárquico ou ao presidente do órgão colegial conhecer da existência do impedimento e declará-lo, ouvindo, se considerar necessário, o titular do órgão ou agente.
5. Tratando-se do impedimento do presidente do órgão colegial, a decisão do incidente compete ao próprio órgão, sem intervenção do presidente.
6. O disposto nos n.ºs 3 a 5 aplica-se, com as necessárias adaptações, às situações referidas no n.º 2.

Origem do texto:

Corresponde, com alterações, ao artigo 45.º do CPA/91;

Reproduz o artigo 70.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde, com alteração, ao artigo 72.º do P/CPA.

Jurisprudência:

Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul, de 3 de maio de 2007, processo n.º 6488/2003, publicado em www.datajuris.pt;

Acórdão do Tribunal Central Administrativo Norte, de 11 de maio de 2006, processo n.º 510/2003, publicado em www.datajuris.pt.

Anotação:

A omissão do dever de comunicação do n.º 1 do deste artigo constitui falta grave para efeitos disciplinares — cf. artigo 76.º;

A competência para decidir da escusa ou suspeição é deferida nos termos dos n.ºs 4 a 6 do presente artigo — cf. artigo 75.º

Artigo 71.º**Efeitos da arguição do impedimento**

1. O titular do órgão ou agente ou outra qualquer entidade no exercício de poderes públicos devem suspender a sua atividade no procedimento, logo que façam a comunicação a que se refere o n.º 1 do artigo anterior ou tenham conhecimento do requerimento a que se refere o n.º 3 do mesmo preceito, até à decisão do incidente, salvo determinação em contrário de quem tenha o poder de proceder à respetiva substituição.
2. Os impedidos nos termos do artigo 69.º devem tomar todas as medidas que forem inadiáveis em caso de urgência ou de perigo, as quais carecem, todavia, de ratificação pela entidade que os substituir.

Origem do texto:

Corresponde, com alterações, ao artigo 46.º do CPA/91;

Reproduz o artigo 71.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde, com alteração, ao artigo 73.º do P/CPA.

Anotação:

O n.º 3 do artigo 75.º manda observar o disposto neste artigo quando seja reconhecida procedência ao pedido de escusa ou suspeição.

Artigo 72.º**Efeitos da declaração do impedimento**

1. Declarado o impedimento, é o impedido imediatamente substituído no procedimento pelo respetivo suplente, salvo se houver avocação pelo órgão competente para o efeito.
2. Tratando-se de órgão colegial, se não houver ou não puder ser designado suplente, o órgão funciona sem o membro impedido.

Origem do texto:

Corresponde, com alterações, ao artigo 47.º do CPA/91;

Reproduz o artigo 72.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde ao artigo 74.º do P/CPA.

Jurisprudência:

Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul, de 24 de janeiro de 2002, processo n.º 1124/1998, publicado em www.datajuris.pt.

Anotação:

O n.º 3 do artigo 75.º manda observar o disposto neste artigo quando seja reconhecida procedência ao pedido de escusa ou suspeição.

Artigo 73.º**Fundamento da escusa e suspeição**

1. Os titulares de órgãos da Administração Pública e respetivos agentes, bem como quaisquer outras entidades que, independentemente da sua natureza, se encontrem no exercício de poderes públicos devem pedir dispensa de intervir no procedimento ou em ato ou contrato de direito público ou privado da Administração Pública quando ocorra circunstância pela qual se possa com razoabilidade duvidar seriamente da imparcialidade da sua conduta ou decisão e, designadamente:
 - a) Quando, por si ou como representante ou gestor de negócios de outra pessoa, nele tenha interesse parente ou afim em linha reta ou até ao terceiro grau da linha colateral, ou tutelado ou curatelado dele, do seu cônjuge ou de pessoa com quem viva em condições análogas às dos cônjuges;
 - b) Quando o titular do órgão ou agente, o seu cônjuge ou pessoa com quem viva em condições análogas às dos cônjuges, ou algum parente ou afim na linha reta, for credor ou devedor de pessoa singular ou coletiva com interesse direto no procedimento, ato ou contrato;
 - c) Quando tenha havido lugar ao recebimento de dádivas, antes ou depois de instaurado o procedimento, pelo titular do órgão ou agente, seu cônjuge ou pessoa com quem viva em condições análogas às dos cônjuges, parente ou afim na linha reta;
 - d) Se houver inimizade grave ou grande intimidade entre o titular do órgão ou agente, ou o seu cônjuge ou pessoa com quem viva em condições análogas às dos cônjuges, e a pessoa com interesse direto no procedimento, ato ou contrato;
 - e) Quando penda em juízo ação em que sejam parte o titular do órgão ou agente, o seu cônjuge ou pessoa com quem viva em condições análogas às dos cônjuges, parente em linha reta ou pessoa com quem viva em economia comum, de um lado, e, do outro, o interessado, o seu cônjuge ou pessoa com quem viva em condições análogas às dos cônjuges, parente em linha reta ou pessoa com quem viva em economia comum.
2. Com fundamento semelhante, pode qualquer interessado na relação jurídica procedimental deduzir suspeição quanto a titulares de órgãos

da Administração Pública, respetivos agentes ou outras entidades no exercício de poderes públicos que intervenham no procedimento, ato ou contrato.

Origem do texto:

Corresponde, com alterações, ao artigo 48.º do CPA/91;

Reproduz o artigo 73.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde, com alteração, ao artigo 75.º do P/CPA.

Jurisprudência:

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 30 de setembro de 2009, processo n.º 978/2008, publicado em www.datajuris.pt.

Anotação:

Consagra o Princípio da Imparcialidade quanto à matéria das suspeições, tal como referido no Parecer da Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, de 4 de junho de 2014, no âmbito dos trabalhos preparatórios da Proposta de Lei n.º 224/XII, disponível em www.parlamento.pt.

Artigo 74.º

Formulação do pedido

1. Nos casos previstos no artigo anterior, o pedido deve ser dirigido à entidade competente para dele conhecer, indicando com precisão os factos que o justifiquem.
2. O pedido do titular do órgão ou agente só é formulado por escrito quando assim for determinado pela entidade a quem for dirigido.
3. Quando o pedido seja formulado por interessado na relação jurídica procedimental, é sempre ouvido o titular do órgão ou o agente visado.
4. Os pedidos devem ser formulados logo que haja conhecimento da circunstância que determina a escusa ou a suspeição.

Origem do texto:

Corresponde, com alterações, ao artigo 49.º do CPA/91;

Reproduz o artigo 74.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde ao artigo 76.º do P/CPA.

Artigo 75.º

Decisão sobre a escusa ou suspeição

1. A competência para decidir da escusa ou suspeição é deferida nos termos referidos nos n.ºs 4 a 6 do artigo 70.º
2. A decisão deve ser proferida no prazo de oito dias.
3. Sendo reconhecida procedência ao pedido, é observado o disposto nos artigos 71.º e 72.º

Origem do texto:

Corresponde, com alterações, ao artigo 50.º do CPA/91;

Reproduz o artigo 75.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde, com alteração semântica, ao artigo 77.º do P/CPA.

Artigo 76.º

Sanções

1. São anuláveis nos termos gerais os atos ou contratos em que tenham intervindo titulares de órgãos ou agentes impedidos ou em cuja preparação tenha ocorrido prestação de serviços à Administração Pública em violação do disposto nos n.ºs 3 a 5 do artigo 69.º
2. A omissão do dever de comunicação a que alude o n.º 1 do artigo 70.º constitui falta grave para efeitos disciplinares.
3. A prestação de serviços em violação do disposto nos n.ºs 3 a 5 do artigo 69.º constitui o prestador no dever de indemnizar a Administração Pública e terceiros de boa-fé pelos danos resultantes da anulação do ato ou contrato.
4. A falta ou decisão negativa sobre a dedução da suspeição não prejudica a invocação da anulabilidade dos atos praticados ou dos contratos celebrados, quando do conjunto das circunstâncias do caso concreto resulte a razoabilidade de dúvida séria sobre a imparcialidade da atuação do órgão, revelada na direção do procedimento, na prática de atos preparatórios relevantes para o sentido da decisão ou na própria tomada da decisão.

Origem do texto:

Corresponde, com alterações, ao artigo 51.º do CPA/91;

Reproduz o artigo 76.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde, com alterações, ao artigo 78.º do P/CPA.

Jurisprudência:

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 13 de outubro de 2010, processo n.º 218/2010, publicado em www.datajuris.pt;

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 23 de abril de 2003, processo n.º 651/2003, publicado em www.datajuris.pt.

Anotação:

É aditado um n.º 4 relativamente à proposta inicial do P/CPA e à versão do anterior Código, «na matéria tratada tradicionalmente como ‘suspeição’. A ideia subjacente àquele preceito é a de que, independentemente de se estar fora de casos de presunção legal inilidível de parcialidade, será de todo o modo preciso, à luz das circunstâncias de cada caso, assegurar a credibilidade da decisão administrativa. Cabe ao legislador, não apenas neutralizar e reprimir situações mais ou menos declaradas de parcialidade subjetiva, mas também assegurar um clima na preparação e tomada das decisões que não favoreça a dúvida sobre a respetiva seriedade. Por isso, em vez de ‘suspeição’, passa a falar-se da ‘razoabilidade de dúvida séria sobre a imparcialidade da atuação do órgão’. O juízo não respeita tanto às condições subjetivas do agente, mas, mais, aos requisitos objetivos de confiança por parte da opinião pública.» — cf. ponto 10 do preâmbulo.

CAPÍTULO III DA CONFERÊNCIA PROCEDIMENTAL

Nota. — O artigo 8.º do diploma de aprovação do Código, relativo à aplicação no tempo e produção de efeitos, determina que o disposto no capítulo III do título I da parte III se aplica aos procedimentos administrativos em curso à data da sua entrada em vigor.

Capítulo inovador que reflete a orientação preconizada pelo legislador relativa à Modernização da Administração Pública — quanto à opção tomada na introdução desta figura jurídica, cf. ponto 11 do preâmbulo.

Artigo 77.º Conceito e modalidades

1. As conferências procedimentais destinam-se ao exercício em comum ou conjugado das competências de diversos órgãos da Administração Pública, no sentido de promover a eficiência, a economicidade e a celeridade da atividade administrativa.
2. As conferências procedimentais podem dizer respeito a um único procedimento ou a vários procedimentos conexos, e dirigir-se à tomada de uma única decisão ou de várias decisões conjugadas.
3. As conferências procedimentais relativas a vários procedimentos conexos ou a um único procedimento complexo, em que há lugar à tomada de diferentes decisões por diferentes órgãos, podem assumir uma das seguintes modalidades:
 - a) Conferência deliberativa, destinada ao exercício conjunto das competências decisórias dos órgãos participantes através de um único ato de conteúdo complexo, que substitui a prática, por cada um deles, de atos administrativos autónomos;
 - b) Conferência de coordenação, destinada ao exercício individualizado, mas simultâneo, das competências dos órgãos participantes, através da prática, por cada um deles, de atos administrativos autónomos.
4. Quando não exista incompatibilidade entre a forma contratual e a matéria a conformar, as conferências deliberativa e de coordenação podem terminar pela celebração de um contrato entre os órgãos participantes e o interessado, em substituição do ato ou dos atos cuja preparação se visava.
5. As conferências procedimentais relativas a um único procedimento podem envolver apenas o órgão competente para a decisão final ou para uma decisão intercalar e órgãos titulares de competências consultivas, sendo, nesse caso, aplicável o disposto no n.º 7 do artigo 79.º

Origem do texto:

Artigo novo;

Reproduz o artigo 77.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde, com alterações, ao artigo 67.º do P/CPA.

Referências legais:

Decreto-Lei n.º 169/2012, que cria o Sistema da Indústria Responsável, publicado no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 148, de 1 de agosto, pp. 3969 e segs.

Anotação:

No artigo 4.º do diploma de aprovação do Código é definida a aplicação do regime das conferências procedimentais ao Sistema de Indústria Responsável.

Artigo 78.º**Instituição das conferências procedimentais**

1. Sem prejuízo da realização de conferências de coordenação por acordo entre os órgãos envolvidos, a possibilidade da realização de conferências procedimentais no âmbito de cada tipo de procedimento depende de previsão específica em lei ou regulamento, ou em contrato interadministrativo a celebrar entre entidades públicas autónomas.
2. No âmbito da administração direta e indireta do Estado, a instituição da possibilidade da realização de conferências procedimentais pode ser feita por portaria dos ministros competentes para a direção e tutela dos organismos envolvidos ou para a resolução dos conflitos de atribuições ou competências entre os órgãos em causa.
3. O ato que institui a possibilidade da realização de conferências procedimentais no âmbito de cada tipo de procedimento:
 - a) Determina o órgão competente para convocar e presidir às conferências;
 - b) Vincula os demais órgãos participantes à observância dos deveres que lhes são impostos no presente capítulo;
 - c) Habilita os órgãos participantes a delegar em membros seus, no caso de órgãos colegiais, ou em agentes deles dependentes os poderes necessários ao funcionamento das conferências procedimentais, segundo o disposto no presente capítulo;
 - d) Confere aos órgãos participantes em conferência deliberativa a competência conjunta para deliberarem através de um único ato de conteúdo complexo, a que corresponderia a prática isolada de atos administrativos por cada um deles.

Origem do texto:

Artigo novo;

Reproduz o artigo 78.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde, parcialmente e com alterações, aos artigos 68.º e 69.º do P/CPA.

Referências legais:

Decreto-Lei n.º 18/2008, que aprova o Código dos Contratos Públicos (CCP), publicado no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 20, de 29 de janeiro, pp. 753 e segs. — artigo 338.º;

Decreto-Lei n.º 169/2012, que cria o Sistema da Indústria Responsável, publicado no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 148, de 1 de agosto, pp. 3969 e segs.

Artigo 79.^o

Realização da conferência procedimental

1. Cada conferência procedimental é convocada relativamente a uma situação concreta, por iniciativa própria do órgão competente nos termos do ato instituidor previsto no artigo anterior, ou quando requerida por um ou mais interessados.
2. O requerimento dos interessados constitui o órgão competente no dever de convocar a conferência no prazo de 15 dias.
3. A convocatória da primeira reunião da conferência deve ser feita com a antecedência mínima de cinco dias em relação à data da reunião, podendo os órgãos participantes, em caso de impossibilidade fundamentada, propor um adiamento não superior a 10 dias.
4. Sem prejuízo do disposto nos números seguintes, as reuniões da conferência podem ter lugar presencialmente ou por videoconferência.
5. Cada um dos órgãos convocados tem o dever de participar na conferência, delegando, para o efeito, num dos seus membros, no caso de órgãos colegiais, ou em agentes dele dependentes os poderes necessários para nela assumir, de modo definitivo, a posição do órgão sobre a matéria da deliberação a adotar, ou para tomar ele próprio a decisão correspondente à competência do órgão, no âmbito das conferências de coordenação.
6. A ausência de um órgão regularmente convocado não obsta ao funcionamento da conferência, considerando-se que os órgãos que tenham faltado à conferência procedimental deliberativa nada têm a opor ao deferimento do pedido, salvo se invocarem justo impedimento no prazo de oito dias.
7. Quando na conferência procedimental participem órgãos titulares de competência consultiva, estes exprimem o sentido da sua decisão de forma oral, juntando o parecer escrito no prazo de oito dias, para ser anexado à ata.
8. O interessado pode ser convocado para estar presente nas reuniões, sem direito de voto, quando tal se revele necessário a uma boa decisão.

Origem do texto:

Artigo novo;

Reproduz o artigo 79.^o da Proposta de Lei n.^o 224/XII;

Corresponde, parcialmente e com alterações, ao artigo 68.^o do P/CPA.

Artigo 80.^o

Audiência dos interessados e audiência pública

1. Na conferência procedimental, o direito de audiência dos interessados é exercido oralmente, em sessão na qual estejam presentes todos os órgãos participantes, e, no caso da conferência de coordenação, em

simultâneo quanto às várias decisões a adotar, podendo os interessados apresentar alegações escritas, as quais devem constar como anexo da ata da sessão.

2. Para o efeito do disposto do número anterior, os interessados são convocados nos termos do disposto no artigo 122.º
3. Nos procedimentos em que seja obrigatória a audiência pública, a realização desta na pendência da conferência procedimental suspende o prazo para a conclusão da mesma.

Origem do texto:

Artigo novo;

Reproduz o artigo 80.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde, parcialmente e com alterações, ao artigo 68.º do P/CPA.

Artigo 81.º

Conclusão da conferência procedimental

1. O prazo para a realização da conferência procedimental é de 60 dias, prorrogável por mais 30 dias, e, no seu decurso, suspendem-se os prazos para a conclusão dos procedimentos nos quais deveriam ser praticados os vários atos envolvidos.
2. A conferência procedimental finda:
 - a) Com a prática do ato ou dos atos que visa preparar;
 - b) No termo do prazo, sem que o ato ou os atos que visa preparar tenham sido praticados.
3. No termo da conferência procedimental, o órgão que a ela presidiu elabora uma ata, na qual são registados os sucessivos passos da conferência e, quando for o caso, o ato ou atos decisórios nela praticados, com a respetiva fundamentação, e os restantes atos nela autonomamente praticados por cada órgão participante.
4. Em caso de falta de acordo, os órgãos participantes emitem uma declaração para constar da ata, na qual especificam as razões da sua discordância e, sempre que possível, as alterações que consideram necessárias à viabilização do projeto, atividade, regulação de um bem ou situação que constitua o objeto da conferência.
5. A pronúncia desfavorável de qualquer dos participantes na conferência deliberativa determina o indeferimento das pretensões apreciadas na conferência, salvo se os órgãos acordarem nas alterações necessárias ao respetivo deferimento e na possibilidade da repetição da conferência, caso essas alterações sejam concretizadas pelo interessado.
6. O disposto no número anterior não impede os órgãos participantes na conferência, que não tenham apresentado objeções quanto à matéria da sua competência, de praticarem individualmente o ato administrativo que lhes compete, no prazo de oito dias, a contar do termo da conferência.

7. Sem prejuízo do disposto na segunda parte do n.º 5, a conferência finda nos termos da alínea *b*) do n.º 2 pode ser repetida em casos excecionais, devidamente justificados, quando todos os órgãos envolvidos nisso, previamente, acordem.
8. Em caso de repetição da conferência, são aproveitados os atos praticados no decurso da primeira cuja atualidade se mantenha.

Origem do texto:

Artigo novo;

Reproduz o artigo 81.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde, com alterações, ao artigo 70.º do P/CPA.

CAPÍTULO IV DO DIREITO À INFORMAÇÃO

Artigo 82.º

Direito dos interessados à informação

1. Os interessados têm o direito de ser informados pelo responsável pela direção do procedimento, sempre que o requeiram, sobre o andamento dos procedimentos que lhes digam diretamente respeito, bem como o direito de conhecer as resoluções definitivas que sobre eles forem tomadas.
2. As informações a prestar abrangem a indicação do serviço onde o procedimento se encontra, os atos e diligências praticados, as deficiências a suprir pelos interessados, as decisões adotadas e quaisquer outros elementos solicitados.
3. As informações solicitadas ao abrigo do presente artigo são fornecidas no prazo máximo de 10 dias.
4. Nos procedimentos eletrónicos, a Administração deve colocar à disposição dos interessados, na Internet, um serviço de acesso restrito, no qual aqueles possam, mediante prévia identificação, obter por via eletrónica a informação sobre o estado de tramitação do procedimento.
5. Salvo disposição legal em contrário, a informação eletrónica sobre o andamento dos procedimentos abrange os elementos mencionados no n.º 2.

Origem do texto:

Corresponde, com alterações, ao artigo 61.º do CPA/91;

Reproduz o artigo 82.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde, com alteração, ao artigo 79.º do P/CPA.

Referências legais:

Constituição da República Portuguesa, artigo 268.º, n.ºs 1 e 6.

Jurisprudência:

Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul, de 9 de outubro de 2014, processo n.º 11475/2014, publicado em www.datajuris.pt;

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 20 de janeiro de 2010, processo n.º 1110/2009, publicado em www.datajuris.pt;

Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul, de 17 de setembro de 2009, processo n.º 4841/2009, publicado em www.datajuris.pt.

Anotação:

Nos termos do n.º 1 do artigo 85.º os direitos reconhecidos neste artigo são extensivos a quaisquer pessoas que provem ter interesse legítimo no conhecimento dos elementos que pretendam.

Artigo 83.º

Consulta do processo e passagem de certidões

1. Os interessados têm o direito de consultar o processo que não contenha documentos classificados ou que revelem segredo comercial ou industrial ou segredo relativo à propriedade literária, artística ou científica.
2. O direito referido no número anterior abrange os documentos relativos a terceiros, sem prejuízo da proteção dos dados pessoais nos termos da lei.
3. Os interessados têm o direito, mediante o pagamento das importâncias que forem devidas, de obter certidão, reprodução ou declaração autenticada dos documentos que constem dos processos a que tenham acesso.

Origem do texto:

Corresponde, com alterações, ao artigo 62.º do CPA/91;

Reproduz o artigo 83.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde, com alteração, ao artigo 80.º do P/CPA.

Referências legais:

Constituição da República Portuguesa, artigo 35.º, n.º 4;

Código de Processo nos Tribunais Administrativos, artigo 104.º;

Lei n.º 67/98, que aprova a Lei de Proteção de Dados Pessoais, publicada no *Diário da República*, 1.ª série-A, n.º 247, de 26 de outubro, pp. 5536 e segs.;

Lei n.º 46/2007, que aprova a Lei de Acesso aos Documentos da Administração (LADA), publicada no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 163, de 24 de agosto, pp. 5680 e segs.

Jurisprudência:

Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul, de 14 de abril de 2011, processo n.º 7011/2010, publicado em www.datajuris.pt;

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 2 de dezembro de 2010, processo n.º 812/2010, publicado em www.datajuris.pt;

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 20 de maio de 2009, processo n.º 288/2009, publicado em www.datajuris.pt;

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 5 de julho de 2007, processo n.º 223/2007, publicado em www.datajuris.pt;

Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul, de 20 de maio de 2010, processo n.º 6190/2010, publicado em www.datajuris.pt;

Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul, de 29 de novembro de 2007, processo n.º 2995/2007, publicado em www.datajuris.pt;

Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul, de 13 de julho de 2005, processo n.º 880/2005, publicado em www.datajuris.pt;

Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 80/95, de 21 de fevereiro de 1995, processo n.º 405/93, publicado em www.tribunalconstitucional.pt.

Anotação:

Concretiza os princípios da proteção de dados pessoais (artigo 18.º) e da Administração Aberta (artigo 17.º). Sobre este assunto, cf. com interesse o Parecer n.º 43/2014, de 3 de junho, elaborado pela Comissão Nacional de Proteção de Dados, no âmbito dos trabalhos preparatórios da Proposta de Lei n.º 224/XI, disponível em www.parlamento.pt;

Nos termos do n.º 1 do artigo 85.º os direitos reconhecidos neste artigo são extensivos a quaisquer pessoas que provem ter interesse legítimo no conhecimento dos elementos que pretendam.

Artigo 84.º

Certidões independentes de despacho

1. Os serviços competentes são obrigados a passar aos interessados, independentemente de despacho e no prazo máximo de 10 dias, a contar da apresentação do requerimento, certidão, reprodução ou declaração autenticada de documentos de que constem, consoante o pedido, todos ou alguns dos seguintes elementos:
 - a) Data de apresentação de requerimentos, petições, reclamações, recursos ou documentos semelhantes;
 - b) Conteúdo dos documentos referidos na alínea anterior ou pretensão nestes formulada;
 - c) Andamento que tiveram ou situação em que se encontram os documentos a que se refere o n.º 1;
 - d) Resolução tomada ou falta de resolução.
2. O dever estabelecido no número anterior não abrange os documentos classificados ou que revelem segredo comercial ou industrial ou segredo relativo à propriedade literária, artística ou científica.
3. Quando os elementos constem de procedimentos informatizados, as certidões, reproduções ou declarações previstas no n.º 1 são passadas, com a devida autenticação, no prazo máximo de três dias, por via eletrónica ou mediante impressão nos serviços da Administração.

Origem do texto:

Corresponde, com alterações, ao artigo 63.º do CPA/91;

Reproduz o artigo 84.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde, com alterações, ao artigo 81.º do P/CPA.

Anotação:

Nos termos do n.º 1 do artigo 85.º os direitos reconhecidos neste artigo são extensivos a quaisquer pessoas que provem ter interesse legítimo no conhecimento dos elementos que pretendam.

Artigo 85.º

Extensão do direito à informação

1. Os direitos reconhecidos nos artigos 82.º a 84.º são extensivos a quaisquer pessoas que provem ter interesse legítimo no conhecimento dos elementos que pretendam.
2. O exercício dos direitos previstos no número anterior depende de despacho do dirigente do serviço, exarado em requerimento escrito, instruído com os documentos probatórios do interesse legítimo invocado.

Origem do texto:

Corresponde ao artigo 64.º do CPA/91;

Reproduz o artigo 85.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde ao artigo 82.º do P/CPA.

Jurisprudência:

Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul, de 22 de novembro de 2012, processo n.º 9395/2012, publicado em www.datajuris.pt.

CAPÍTULO V DOS PRAZOS

Artigo 86.º

Prazo geral

1. Exceto quanto ao prazo de decisão do procedimento e na falta de disposição especial ou de fixação pela Administração, o prazo para os atos a praticar pelos órgãos administrativos é de 10 dias.
2. É igualmente de 10 dias o prazo para os interessados requererem ou praticarem quaisquer atos, promoverem diligências, responderem sobre os assuntos acerca dos quais se devam pronunciar ou exercerem outros poderes no procedimento.

Origem do texto:

Corresponde, com alterações, ao artigo 71.º do CPA/91;

Reproduz o artigo 86.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde, com alteração, ao artigo 83.º do P/CPA.

Jurisprudência:

Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul, de 13 de julho de 2005, processo n.º 880/2005, publicado em www.datajuris.pt.

Artigo 87.º

Contagem dos prazos

À contagem dos prazos são aplicáveis as seguintes regras:

- a) O prazo começa a correr independentemente de quaisquer formalidades;

- b) Não se inclui na contagem o dia em que ocorra o evento a partir do qual o prazo começa a correr;
- c) O prazo fixado suspende-se nos sábados, domingos e feriados;
- d) Na contagem dos prazos legalmente fixados em mais de seis meses, incluem-se os sábados, domingos e feriados;
- e) É havido como prazo de um ou dois dias o designado, respetivamente, por 24 ou 48 horas;
- f) O termo do prazo que coincida com dia em que o serviço perante o qual deva ser praticado o ato não esteja aberto ao público, ou não funcione durante o período normal, transfere-se para o primeiro dia útil seguinte;
- g) Considera-se que o serviço não está aberto ao público quando for concedida tolerância de ponto, total ou parcial.

Origem do texto:

Corresponde, com alterações, ao artigo 72.º do CPA/91;

Corresponde, com alteração, ao artigo 87.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde, com alterações, ao artigo 84.º do P/CPA.

Referências legais:

Código Civil, artigo 279.º;

Código de Processo Civil, artigo 138.º

Jurisprudência:

Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul, de 7 de julho de 2011, processo n.º 7332/2011, publicado em www.datajuris.pt;

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 14 de outubro de 2010, processo n.º 941A/2005, publicado em www.datajuris.pt;

Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul, de 21 de março de 2013, processo n.º 9623/2013, publicado em www.datajuris.pt.

Artigo 88.º

Dilação

1. Quando os interessados residam ou se encontrem fora do continente e neste se localize o serviço por onde o procedimento corra, os prazos fixados na lei, se não atenderem já a essa circunstância, só se iniciam depois de decorridos:
 - a) Cinco dias, se os interessados residirem ou se encontrarem no território das regiões autónomas;
 - b) 15 dias, se os interessados residirem ou se encontrarem em país estrangeiro europeu;
 - c) 30 dias, se a notificação tiver sido efetuada por edital ou se os interessados residirem em país estrangeiro fora da Europa.
2. A dilação prevista na alínea a) do número anterior é igualmente aplicável se o procedimento correr em serviço localizado numa Região Autónoma e os interessados residirem ou se encontrarem noutra ilha

da mesma Região Autónoma, na outra Região Autónoma ou no continente.

3. As dilações previstas nas alíneas *b)* e *c)* do n.º 1 são também aplicáveis aos procedimentos que corram em serviços localizados nas regiões autónomas.
4. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, sempre que a notificação não se encontre traduzida na língua do interessado estrangeiro ou numa outra língua que este possa entender sem constrangimentos excessivos, há lugar a uma dilação de 30 dias.
5. As dilações previstas no presente artigo não se aplicam quando os atos e formalidades em causa sejam praticados através de meios eletrónicos.

Origem do texto:

Corresponde, com alterações, ao artigo 73.º do CPA/91;

Corresponde, com alteração, ao artigo 88.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde, com alterações, ao artigo 85.º do P/CPA.

Jurisprudência:

Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul, de 31 de março de 2005, processo n.º 5309/2001, publicado em www.datajuris.pt;

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 4 de dezembro de 2008, processo n.º 377/2008, publicado em www.datajuris.pt.

CAPÍTULO VI DAS MEDIDAS PROVISÓRIAS

Artigo 89.º

Admissibilidade de medidas provisórias

1. Em qualquer fase do procedimento, pode o órgão competente para a decisão final, oficiosamente ou a requerimento dos interessados, ordenar as medidas provisórias que se mostrem necessárias, se houver justo receio de, sem tais medidas, se constituir uma situação de facto consumado ou se produzirem prejuízos de difícil reparação para os interesses públicos ou privados em presença, e desde que, uma vez ponderados esses interesses, os danos que resultariam da medida se não mostrem superiores aos que se pretendam evitar com a respetiva adoção.
2. A decisão de ordenar ou alterar qualquer medida provisória não carece de audiência prévia, deve ser fundamentada e fixar prazo para a sua vigência.
3. A revogação das medidas provisórias deve ser fundamentada.
4. Os atos administrativos que ordenem medidas provisórias são passíveis de impugnação junto dos tribunais administrativos.

Origem do texto:

Corresponde, com alterações, ao artigo 84.º do CPA/91;

Reproduz o artigo 89.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde, com alterações, ao artigo 86.º do P/CPA.

Referências legais:

Código de Processo nos Tribunais Administrativos, artigo 120.º, n.º 1, alínea b), e n.º 2.

Jurisprudência:

Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul, de 3 de julho de 2008, processo n.º 1639/2006, publicado em www.datajuris.pt.

Artigo 90.º

Caducidade das medidas provisórias

Salvo disposição especial, as medidas provisórias caducam quando:

- a) Seja proferida decisão definitiva no procedimento;
- b) Expire o prazo que lhes tenha sido fixado ou a respetiva prorrogação;
- c) Expire o prazo fixado na lei para a decisão final;
- d) A decisão final não seja proferida dentro dos 180 dias seguintes à instauração do procedimento.

Origem do texto:

Corresponde, com alterações, ao artigo 85.º do CPA/91;

Reproduz o artigo 90.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde, com alteração semântica, ao artigo 87.º do P/CPA.

Jurisprudência:

Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul, de 3 de julho de 2008, processo n.º 1639/2006, publicado em www.datajuris.pt;

Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul, de 23 de outubro de 2014, processo n.º 11329/2014, publicado em www.datajuris.pt.

CAPÍTULO VII DOS PARECERES

Artigo 91.º

Espécies de pareceres

1. Os pareceres são obrigatórios ou facultativos, consoante sejam ou não exigidos por lei, e são vinculativos ou não vinculativos, conforme as respetivas conclusões tenham ou não de ser seguidas pelo órgão competente para a decisão.
2. Salvo disposição expressa em contrário, os pareceres legalmente previstos consideram-se obrigatórios e não vinculativos.

Origem do texto:

Corresponde ao artigo 98.º do CPA/91;

Reproduz o artigo 91.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde, com alteração semântica, ao artigo 88.º do P/CPA.

Jurisprudência:

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 12 de março de 2009, processo n.º 8/2009, publicado em www.datajuris.pt;

Parecer da Procuradoria-Geral da República n.º 42/2010-C, de 28 de junho de 2012, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 175, de 10 de setembro de 2012, p. 31023, em www.datajuris.pt e em www.pgr.pt;

Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 30/2007, de 17 de janeiro de 2007, processo n.º 1028/2005, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 41, de 27 de fevereiro de 2007, p. 5153 e em www.tribunalconstitucional.pt.

Artigo 92.º

Forma e prazos dos pareceres

1. Os pareceres devem ser sempre fundamentados e concluir de modo expresso e claro sobre todas as questões indicadas na consulta.
2. O responsável pela direção do procedimento deve solicitar, sempre que possível em simultâneo, aos órgãos competentes a emissão dos pareceres a que haja lugar logo que, perante a marcha do procedimento, estejam reunidos os pressupostos para tanto.
3. Na falta de disposição especial, os pareceres são emitidos no prazo de 30 dias, exceto quando o responsável pela direção do procedimento fixar, fundamentadamente, prazo diferente.
4. O prazo diferente previsto no número anterior não deve ser inferior a 15 dias nem superior a 45 dias.
5. Quando um parecer obrigatório não for emitido dentro dos prazos previstos no número anterior, pode o procedimento prosseguir e vir a ser decidido sem o parecer, salvo disposição legal expressa em contrário.
6. No caso de o parecer obrigatório ser vinculativo, a decisão final só pode ser proferida sem a prévia emissão daquele desde que o responsável pela direção do procedimento tenha interpelado, no prazo de 10 dias, o órgão competente para o emitir, sem que este o tenha feito no prazo de 20 dias a contar dessa interpelação.

Origem do texto:

Corresponde, com alterações, ao artigo 99.º do CPA/91;

Corresponde, com alterações, ao artigo 92.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde, com alterações, ao artigo 89.º do P/CPA.

Jurisprudência:

Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul, de 14 de outubro de 2010, processo n.º 6229/2010, publicado em www.datajuris.pt;

Parecer da Procuradoria-Geral da República n.º 17/1999, de 11 de outubro de 1999, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 57, de 8 de março de 2001, p. 4379, em www.datajuris.pt e em www.pgr.pt.

CAPÍTULO VIII DA EXTINÇÃO DO PROCEDIMENTO

Artigo 93.º

Causas de extinção

O procedimento extingue-se pela tomada da decisão final ou por qualquer dos outros factos previstos no presente Código.

Origem do texto:

Corresponde, com alteração, ao artigo 106.º do CPA/91;

Reproduz o artigo 93.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde, com alteração, ao artigo 90.º do P/CPA.

Artigo 94.º

Decisão final

1. Na decisão final, o órgão competente deve resolver todas as questões pertinentes suscitadas durante o procedimento e que não hajam sido decididas em momento anterior.
2. À decisão final proferida através de meios eletrónicos deve ser aposta assinatura eletrónica ou outro meio idóneo de autenticação do titular do órgão competente, nos termos de legislação própria, o qual deve ser devidamente identificado.

Origem do texto:

Corresponde, parcialmente e com alterações, ao artigo 107.º do CPA/91;

Reproduz o artigo 94.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde, com alterações, ao artigo 91.º do P/CPA.

Referências legais:

Decreto-Lei n.º 290-D/99, que aprova o Regime Jurídico dos Documentos Eletrónicos e da Assinatura Digital, publicado no *Diário da República*, 1.ª série-A, suplemento, n.º 178, de 22 de agosto, pp. 4990-(2) e segs., alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 88/2009, de 9 de abril.

Artigo 95.º

Impossibilidade ou inutilidade superveniente

1. O procedimento é declarado extinto quando o órgão competente para a decisão verifique que a finalidade a que ele se destinava ou o objeto da decisão se tornaram impossíveis ou inúteis.
2. A declaração da extinção a que se refere o número anterior é sempre fundamentada, podendo ser impugnada nos termos gerais.

Origem do texto:

Corresponde, com alterações, ao artigo 112.º do CPA/91;

Reproduz o artigo 95.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde, com alteração, ao artigo 92.º do P/CPA.

Jurisprudência:

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 3 de abril de 2008, processo n.º 272/2007, publicado em www.datajuris.pt.

TÍTULO II

PROCEDIMENTO DO REGULAMENTO E DO ATO ADMINISTRATIVO

Artigo 96.º

Objeto

Além do disposto no título anterior, o procedimento do regulamento e do ato administrativo regem-se, respetivamente, pelos capítulos I e II do presente título.

Origem do texto:

Artigo novo;

Reproduz o artigo 96.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Não tem correspondência no P/CPA, foi introduzido pela Proposta de Lei n.º 224/XII.

CAPÍTULO I

PROCEDIMENTO DO REGULAMENTO ADMINISTRATIVO

Artigo 97.º

Petições

1. Os interessados podem apresentar aos órgãos competentes petições em que solicitem a elaboração, modificação ou revogação de regulamentos, as quais devem ser fundamentadas, sem o que a Administração não toma conhecimento delas.
2. O órgão com competência regulamentar deve informar os interessados do destino dado às petições formuladas ao abrigo do n.º 1, bem como dos fundamentos da posição que tome em relação a elas.

Origem do texto:

Corresponde ao artigo 115.º do CPA/91;

Reproduz o artigo 97.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde ao artigo 93.º do P/CPA.

Referências legais:

Lei n.º 43/90, que aprova o Exercício do Direito de Petição, publicado no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 184, de 10 de agosto, pp. 3304 e segs.

Artigo 98.º

Publicitação do início do procedimento e participação procedimental

1. O início do procedimento é publicitado na Internet, no sítio institucional da entidade pública, com a indicação do órgão que decidiu desencadear o procedimento, da data em que o mesmo se iniciou, do seu objeto e da forma como se pode processar a constituição como interessados e a apresentação de contributos para a elaboração do regulamento.
2. Quando as circunstâncias o justifiquem, podem ser estabelecidos os termos de acompanhamento regular do procedimento por acordo endoprocedimental com as associações e fundações representativas dos interesses envolvidos e com as autarquias locais em relação à proteção de interesses nas áreas das respetivas circunstâncias.

Origem do texto:

Artigo novo;

Reproduz o artigo 98.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Não tem correspondência no P/CPA, foi introduzido pela Proposta de Lei n.º 224/XII.

Anotação:

O legislador destaca, no preâmbulo, os novos requisitos da publicitação do procedimento do regulamento, consagrados neste artigo.

Artigo 99.º

Projeto de regulamento

Os regulamentos são aprovados com base num projeto, acompanhado de uma nota justificativa fundamentada, que deve incluir uma ponderação dos custos e benefícios das medidas projetadas.

Origem do texto:

Corresponde, com alterações, ao artigo 116.º do CPA/91;

Reproduz o artigo 99.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde ao artigo 94.º do P/CPA.

Jurisprudência:

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 3 de abril de 2008, processo n.º 272/2007, publicado em www.datajuris.pt;

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 2 de junho de 2002, processo n.º 519/2002, publicado em www.datajuris.pt.

Anotação:

A imposição de que da nota justificativa do projeto de regulamento deve constar uma ponderação dos custos e benefícios das medidas projetadas tem caráter totalmente inovador — cf. preâmbulo.

Artigo 100.º

Audiência dos interessados

1. Tratando-se de regulamento que contenha disposições que afetem de modo direto e imediato direitos ou interesses legalmente protegidos dos cidadãos, o responsável pela direção do procedimento submete o projeto de regulamento por prazo razoável, mas não inferior a 30 dias, a audiência dos interessados que como tal se tenham constituído no procedimento.
2. A audiência dos interessados pode ser escrita ou oral e processa-se, salvo quanto aos prazos, nos termos dos artigos 122.º e 123.º
3. O responsável pela direção do procedimento pode não proceder à audiência quando:
 - a) A emissão do regulamento seja urgente;
 - b) Seja razoavelmente de prever que a diligência possa comprometer a execução ou a utilidade do regulamento;
 - c) O número de interessados seja de tal forma elevado que a audiência se torne incompatível, devendo nesse caso proceder-se a consulta pública;
 - d) Os interessados já se tenham pronunciado no procedimento sobre as questões que importam à decisão.
4. Nas situações previstas no número anterior, a decisão final deve indicar os fundamentos da não realização da audiência.
5. A realização da audiência suspende a contagem dos prazos do procedimento administrativo.

Origem do texto:

Corresponde, com alterações, ao artigo 117.º do CPA/91;

Reproduz o artigo 100.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde, com alterações, ao artigo 95.º do P/CPA.

Referências legais:

Constituição da República Portuguesa, artigo 267.º, n.ºs 1 e 4.

Artigo 101.º

Consulta pública

1. No caso previsto na alínea c) do n.º 3 do artigo anterior ou quando a natureza da matéria o justifique, o órgão competente deve submeter o projeto de regulamento a consulta pública, para recolha de sugestões, procedendo, para o efeito, à sua publicação na 2.ª série do *Diário da República* ou na publicação oficial da entidade pública, e na Internet, no sítio institucional da entidade em causa, com a visibilidade adequada à sua compreensão.

2. Os interessados devem dirigir, por escrito, as suas sugestões ao órgão com competência regulamentar, no prazo de 30 dias, a contar da data da publicação do projeto de regulamento.
3. No preâmbulo do regulamento, é feita menção de que o respetivo projeto foi objeto de consulta pública, quando tenha sido o caso.

Origem do texto:

Corresponde, com alterações, ao artigo 118.º do CPA/91;

Reproduz o artigo 101.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde, com alterações, ao artigo 96.º do P/CPA.

Jurisprudência:

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 21 de maio de 2008, processo n.º 1159/2005, publicado em www.datajuris.pt;

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 30 de setembro de 2009, processo n.º 220/2005, publicado em www.datajuris.pt.

CAPÍTULO II PROCEDIMENTO DO ATO ADMINISTRATIVO

SECÇÃO I DA INICIATIVA PARTICULAR

Artigo 102.º

Requerimento inicial

1. O requerimento inicial dos interessados, salvo nos casos em que a lei admite o pedido verbal, deve ser formulado por escrito e conter:
 - a) A designação do órgão administrativo a que se dirige;
 - b) A identificação do requerente, pela indicação do nome, domicílio, bem como, se possível, dos números de identificação civil e identificação fiscal;
 - c) A exposição dos factos em que se baseia o pedido e, quando tal seja possível ao requerente, os respetivos fundamentos de direito;
 - d) A indicação do pedido, em termos claros e precisos;
 - e) A data e a assinatura do requerente, ou de outrem a seu rogo, se o mesmo não souber ou não puder assinar;
 - f) A indicação do domicílio escolhido para nele ser notificado;
 - g) A indicação do número de telefax ou telefone ou a identificação da sua caixa postal eletrónica, para os efeitos previstos no n.º 1 do artigo 63.º
2. Podem ser formulados num único requerimento vários pedidos, desde que entre eles exista conexão.
3. Salvo disposição em contrário, podem ser formuladas num único requerimento as pretensões correspondentes a uma pluralidade de pessoas

que tenham conteúdo e fundamento idênticos ou substancialmente similares.

Origem do texto:

Corresponde, com alterações, ao artigo 74.º do CPA/91;

Corresponde, com alterações, ao artigo 102.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde, com alterações, ao artigo 105.º do P/CPA.

Referências legais:

Decreto-Lei n.º 135/99, que aprova as Medidas de Modernização Administrativa, publicado no Diário da República, 1.ª série-A, n.º 94, de 22 de abril, pp. 2126 e segs.

Anotação:

Quando o requerimento inicial não satisfizer os requisitos previstos neste artigo entende-se que apresenta deficiências, aplicando-se, assim, o regime consagrado no artigo 108.º

Artigo 103.º

Local de apresentação dos requerimentos

1. Os requerimentos devem ser apresentados nos serviços dos órgãos aos quais são dirigidos, salvo o disposto nos números seguintes.
2. Os requerimentos dirigidos aos órgãos centrais podem ser apresentados nos serviços locais desconcentrados do mesmo ministério ou organismo, quando os interessados residam na área da competência destes, ou nos gabinetes de apoio aos representantes da República nas regiões autónomas.
3. Os requerimentos apresentados nos termos previstos no número anterior são remetidos aos órgãos competentes pelo registo do correio, ou por via eletrónica, no prazo de três dias após o seu recebimento, com a indicação da data em que este se verificou.
4. Os requerimentos podem ser apresentados nos serviços das representações diplomáticas ou consulares sediadas no país em que residam ou se encontrem os interessados.
5. As representações diplomáticas ou consulares remetem os requerimentos aos órgãos a quem sejam dirigidos, com a indicação da data em que se verificou o recebimento.

Origem do texto:

Corresponde, com alterações, aos artigos 77.º e 78.º do CPA/91;

Corresponde, com alterações, ao artigo 103.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde, com alterações, aos artigos 106.º e 107.º do P/CPA.

Artigo 104.º

Forma de apresentação dos requerimentos

1. Os requerimentos dirigidos a órgãos administrativos podem ser apresentados por uma das seguintes formas:
 - a) Entrega nos serviços, valendo como data da apresentação a da respetiva entrega;

- b) Remessa pelo correio, sob registro, valendo como data da apresentação a da efetivação do respetivo registro postal;
 - c) Envio através de telefax ou transmissão eletrónica de dados, valendo como data da apresentação a do termo da expedição;
 - d) Envio por transmissão eletrónica de dados, valendo como data da apresentação a da respetiva expedição;
 - e) Formulação verbal, quando a lei admita essa forma de apresentação.
2. Os requerimentos enviados por telefax ou transmissão eletrónica de dados podem ser apresentados em qualquer dia e independentemente da hora da abertura e do encerramento dos serviços.
 3. A Administração pode estabelecer modelos e sistemas normalizados de requerimentos, disponibilizando aos interessados os respetivos formulários.
 4. Os requerentes podem juntar os elementos que considerem convenientes para precisar ou completar os dados do modelo, os quais devem ser admitidos e tidos em conta pelo órgão ao qual se dirige o requerimento.
 5. O requerimento eletrónico deve observar o formato definido, para cada caso, no sítio institucional da entidade pública.
 6. Quando a lei admita a formulação verbal do requerimento, é lavrado termo para este efeito, o qual deve conter as menções previstas no n.º 1 do artigo 102.º e ser assinado, depois de datado, pelo requerente e pelo agente que receba o pedido.

Origem do texto:

Artigo novo;

Reproduz o artigo 104.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde, com alterações, ao artigo 108.º do P/CPA.

Referências legais:

Decreto-Lei n.º 135/99, que aprova as Medidas de Modernização Administrativa, publicado no *Diário da República*, 1.ª série-A, n.º 94, de 22 de abril, pp. 2126 e segs.

Doutrina:

SANTOS BOTELHO, PIRES ESTEVES, CÂNDIDO DE PINHO, in *Código do Procedimento Administrativo — Anotado e Comentado*, Almedina, 5.ª edição, 2002.

Anotação:

A redação deste artigo, que surgiu com a presente revisão ao Procedimento Administrativo e que alterou a anterior orientação, determina que nos requerimentos enviados por correio, sob registro, a data da apresentação do requerimento a ter em conta é a da efetivação do respetivo registro postal — alínea b) do n.º 1.

Esta matéria do envio do requerimento por correio já se encontrava regulada, ainda que de forma diversa, no artigo 79.º do CPA/91, não estando neste legalmente consagrada a data em que se considerava apresentado o requerimento. No entanto, alguma doutrina considerava que a data a ter em conta para o efeito era a “data do recebimento nos serviços do requerimento e não a do registro no posto dos correios cf. anotação ao artigo 79.º in SANTOS

BOTELHO, PIRES ESTEVES, CÂNDIDO DE PINHO, *Código do Procedimento Administrativo — Anotado e Comentado*, Almedina, 5.^a edição, 2002, pp. 376 e 377.

Artigo 105.º

Registo de apresentação de requerimentos

1. A apresentação de requerimentos, qualquer que seja o modo por que se efetue, é sempre objeto de registo, que menciona o respetivo número de ordem, a data, o objeto do requerimento, o número de documentos juntos e o nome do requerente.
2. Os requerimentos são registados segundo a ordem da sua apresentação, considerando-se simultaneamente apresentados os recebidos pelo correio na mesma distribuição.
3. O registo é anotado nos requerimentos, mediante a menção do respetivo número e data.
4. Nos serviços que disponibilizem meios eletrónicos de comunicação, o registo da apresentação dos requerimentos deve fazer-se por via eletrónica.

Origem do texto:

Corresponde, com alterações, ao artigo 80.º do CPA/91;

Reproduz o artigo 105.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde ao artigo 109.º do P/CPA.

Jurisprudência:

Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul, de 15 de maio de 2008, processo n.º 2093/2006, publicado em www.datajuris.pt.

Artigo 106.º

Recibo de entrega de requerimentos

1. Os interessados podem exigir recibo comprovativo da entrega dos requerimentos apresentados.
2. O recibo pode ser passado em duplicado ou em fotocópia do requerimento que o requerente apresente para esse fim.
3. O registo eletrónico emite automaticamente um recibo comprovativo da entrega dos requerimentos apresentados por transmissão eletrónica de dados, contendo a indicação da data e hora da apresentação e o número de registo.

Origem do texto:

Corresponde, com alterações, ao artigo 81.º do CPA/91;

Reproduz o artigo 106.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde ao artigo 110.º do P/CPA.

Referências legais:

Decreto-Lei n.º 135/99, que aprova as Medidas de Modernização Administrativa, publicado no *Diário da República*, 1.ª série-A, n.º 94, de 22 de abril, pp. 2126 e segs.

Jurisprudência:

Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul, de 15 de maio de 2008, processo n.º 2093/2006, publicado em www.datajuris.pt.

Artigo 107.º**Outros escritos apresentados pelos interessados**

O disposto na presente secção é aplicável, com as devidas adaptações, às exposições, reclamações, respostas e outros escritos semelhantes apresentados pelos interessados.

Origem do texto:

Corresponde ao artigo 82.º do CPA/91;

Reproduz o artigo 107.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde ao artigo 111.º do P/CPA.

Artigo 108.º**Deficiência do requerimento inicial**

1. Se o requerimento inicial não satisfizer o disposto no artigo 102.º, o requerente é convidado a suprir as deficiências existentes.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, devem os órgãos e agentes administrativos procurar suprir oficiosamente as deficiências dos requerimentos, de modo a evitar que os interessados sofram prejuízos por virtude de simples irregularidades ou de mera imperfeição na formulação dos seus pedidos.
3. São liminarmente rejeitados os requerimentos não identificados e aqueles cujo pedido seja ininteligível.

Origem do texto:

Corresponde, com alteração, ao artigo 76.º do CPA/91;

Reproduz o artigo 108.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde, com alteração, ao artigo 112.º do P/CPA.

Jurisprudência:

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 30 de setembro de 2009, processo n.º 703/2009, publicado em www.datajuris.pt;

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 24 de março de 2011, processo n.º 972/2010, publicado em www.datajuris.pt.

Artigo 109.º**Questões que prejudiquem o desenvolvimento normal do procedimento**

1. O órgão competente para a decisão final, logo que estejam apurados os elementos necessários, conhece de qualquer questão que prejudique o desenvolvimento normal do procedimento ou impeça a

tomada de decisão sobre o seu objeto e, nomeadamente, das seguintes questões:

- a) Incompetência do órgão administrativo;
 - b) Caducidade do direito que se pretende exercer;
 - c) Ilegitimidade dos requerentes;
 - d) Extemporaneidade do pedido.
2. Quando o requerimento haja sido apresentado a órgão incompetente, é aplicável o disposto no artigo 41.º

Origem do texto:

Corresponde, com alterações, ao artigo 83.º do CPA/91;

Reproduz o artigo 109.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde, com alterações, ao artigo 113.º do P/CPA.

Jurisprudência:

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 6 de novembro de 2002, processo n.º 21959, publicado em www.datajuris.pt.

SECÇÃO II DAS NOTIFICAÇÕES

Artigo 110.º

Notificação do início do procedimento

1. O início do procedimento é notificado às pessoas cujos direitos ou interesses legalmente protegidos possam ser lesados pelos atos a praticar e que possam ser desde logo nominalmente identificadas.
2. Não há lugar à notificação determinada no número anterior nos casos em que a lei a dispense e naqueles em que a mesma possa prejudicar a natureza secreta ou confidencial da matéria, como tal classificada nos termos legais, ou a oportuna adoção das providências a que o procedimento se destina.
3. A notificação deve indicar a entidade que ordenou a instauração do procedimento, ou o facto que lhe deu origem, o órgão responsável pela respetiva direção, a data em que o mesmo se iniciou, o serviço por onde corre e o respetivo objeto.

Origem do texto:

Corresponde, com alteração, ao artigo 55.º do CPA/91;

Reproduz o artigo 110.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde, com alterações, ao artigo 97.º do P/CPA.

Referências legais:

Lei Orgânica n.º 2/2014, que aprova o Regime do Segredo de Estado, publicada no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 150, de 6 de agosto, pp. 4074 e segs.

Artigo 111.º

Destinatários das notificações

1. As notificações são efetuadas na pessoa do interessado, salvo quando este tenha constituído mandatário no procedimento, caso em que devem ser efetuadas a este.
2. Para efeitos do disposto no número anterior, devem os interessados ou os mandatários, quando constituídos, comunicar ao responsável pelo procedimento quaisquer alterações dos respetivos domicílios que venham a acorrer na pendência do procedimento.

Origem do texto:

Artigo novo;

Corresponde, com alterações, ao artigo 111.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Não tem correspondência no P/CPA, foi introduzido pela Proposta de Lei n.º 224/XII.

Jurisprudência:

Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul, de 11 de setembro de 2014, processo n.º 11427/2014, publicado em www.datajuris.pt.

Artigo 112.º

Forma das notificações

1. As notificações podem ser efetuadas:
 - a) Por carta registada, dirigida para o domicílio do notificando ou, no caso de este o ter escolhido para o efeito, para outro domicílio por si indicado;
 - b) Por contacto pessoal com o notificando, se esta forma de notificação não prejudicar a celeridade do procedimento ou se for inviável a notificação por outra via;
 - c) Por telefax, telefone, correio eletrónico ou notificação eletrónica automaticamente gerada por sistema incorporado em sítio eletrónico pertencente ao serviço do órgão competente ou ao balcão único eletrónico;
 - d) Por edital, quando seja esta a forma de notificação prescrita por lei ou regulamento ou quando os notificandos forem incertos ou de paradeiro desconhecido;
 - e) Por anúncio, quando os notificandos forem em número superior a 50.
2. As notificações previstas na alínea c) do número anterior podem ter lugar nos seguintes casos:
 - a) Por iniciativa da Administração, sem necessidade de prévio consentimento, para plataformas informáticas com acesso restrito ou para os endereços de correio eletrónico ou número de telefax ou telefone indicados em qualquer documento apresentado no procedimento administrativo, quando se trate de pessoas coletivas;

- b) Mediante o consentimento prévio do notificando, nos restantes casos.
- 3. A notificação prevista na alínea d) do n.º 1 é feita por reprodução e publicação do conteúdo do edital na Internet, no sítio institucional da entidade pública, e ainda:
 - a) No caso de incerteza das pessoas a notificar, por afixação de um edital na entrada do serviço da Administração por onde corre o procedimento administrativo;
 - b) No caso de incerteza do lugar onde se encontram as pessoas a notificar, por afixação de três editais, um, na entrada do serviço da Administração por onde corre o procedimento, outro, na porta da casa do último domicílio conhecido do notificando no país e, outro, na entrada da sede da respetiva junta de freguesia.
- 4. O anúncio previsto na alínea e) do n.º 1 é publicado, salvo o disposto em lei especial, no *Diário da República* ou na publicação oficial da entidade pública, num jornal de circulação nacional ou local, dependendo do âmbito da matéria em causa, e sempre na Internet, no sítio institucional da entidade em causa, com a visibilidade adequada à sua compreensão.
- 5. Sempre que a notificação seja feita por telefone, a mesma é confirmada nos termos da alínea a) do n.º 1, no dia útil imediato, sem prejuízo de a notificação se considerar feita na data da primeira comunicação.

Origem do texto:

Corresponde, com alterações, ao artigo 70.º do CPA/91;

Corresponde, com alterações, ao artigo 112.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde, com alterações, ao artigo 102.º do P/CPA.

Referências legais:

Decreto-Lei n.º 290-D/99, que aprova o Regime Jurídico dos Documentos Eletrónicos e da Assinatura Digital, publicado no *Diário da República*, 1.ª série-A, suplemento, n.º 178, de 22 de agosto, pp. 4990-(2) e segs., alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 88/2009, de 9 de abril.

Jurisprudência:

Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 636/2013, de 1 de outubro de 2013, processo n.º 87/2013, publicado no *Diário da República*, 1.ª série, de 21 de outubro de 2013, p. 6192, e em www.tribunalconstitucional.pt;

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 11 de setembro de 2009, processo n.º 647/2008, publicado em www.datajuris.pt.

Artigo 113.º

Perfeição das notificações

- 1. A notificação por carta registada presume-se efetuada no terceiro dia útil posterior ao registo ou no primeiro dia útil seguinte a esse, quando esse dia não seja útil.
- 2. A presunção prevista no número anterior só pode ser ilidida pelo notificando quando não lhe seja imputável o facto de a notificação ocorrer

em data posterior à presumida, devendo para o efeito a Administração ou o tribunal, a requerimento do interessado, solicitar aos correios informação sobre a data efetiva da receção.

3. A notificação por telefax presume-se efetuada na data da emissão, servindo de prova a cópia da remessa com a menção de que a mensagem foi enviada com êxito, bem como da data, hora e número de telefax do recetor.
4. A presunção prevista no número anterior pode ser ilidida por informação do operador sobre o conteúdo e data da emissão.
5. A notificação por meios eletrónicos considera-se efetuada, no caso de correio eletrónico, no momento em que o destinatário aceda ao específico correio enviado para a sua caixa postal eletrónica, e, no caso de outras notificações por via de transmissão eletrónica de dados, no momento em que o destinatário aceda ao específico correio enviado para a sua conta eletrónica aberta junto da plataforma informática disponibilizada pelo sítio eletrónico institucional do órgão competente.
6. Em caso de ausência de acesso à caixa postal eletrónica ou à conta eletrónica aberta junto da plataforma informática disponibilizada pelo sítio eletrónico institucional do órgão competente, a notificação considera-se efetuada no vigésimo quinto dia posterior ao seu envio, salvo quando se comprove que o notificando comunicou a alteração daquela, se demonstre ter sido impossível essa comunicação ou que o serviço de comunicações eletrónicas tenha impedido a correta receção, designadamente através de um sistema de filtragem não imputável ao interessado.
7. Sem prejuízo do disposto no n.º 5 do número anterior, a notificação por telefone considera-se efetuada na data em que ocorreu a comunicação telefónica.
8. A notificação edital considera-se efetuada no dia em que os editais sejam afixados ou publicados na Internet, consoante o que ocorrer em último lugar.
9. A notificação por anúncio considera-se feita no dia em que for publicado o último anúncio.

Origem do texto:

Artigo novo;

Corresponde, com alterações, ao artigo 113.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde, com alterações, ao artigo 103.º e parcialmente ao artigo 104.º do P/CPA.

Artigo 114.º

Notificação dos atos administrativos

1. Os atos administrativos devem ser notificados aos destinatários, designadamente os que:
 - a) Decidam sobre quaisquer pretensões por eles formuladas;
 - b) Imponham deveres, encargos, ónus, sujeições ou sanções, ou causem prejuízos;

- c) Criem, extingam, aumentem ou diminuam direitos ou interesses legalmente protegidos, ou afetem as condições do seu exercício.
- 2. Da notificação do ato administrativo devem constar:
 - a) O texto integral do ato administrativo, incluindo a respetiva fundamentação, quando deva existir;
 - b) A identificação do procedimento administrativo, incluindo a indicação do autor do ato e a data deste;
 - c) A indicação do órgão competente para apreciar a impugnação administrativa do ato e o respetivo prazo, no caso de o ato estar sujeito a impugnação administrativa necessária.
- 3. O texto integral do ato pode ser substituído pela indicação resumida do seu conteúdo e objeto, quando o ato tiver deferido integralmente a pretensão formulada pelo interessado.
- 4. Para efeitos do disposto na alínea c) do n.º 2, o reconhecimento jurisdicional da existência de erro ou omissão na indicação do meio de impugnação administrativa a utilizar contra o ato notificado não prejudica a utilização do referido meio no prazo de 30 dias, a contar do trânsito em julgado da decisão jurisdicional.
- 5. Quando não haja prazo fixado na lei, os atos administrativos devem ser notificados no prazo de oito dias.

Origem do texto:

Corresponde, com alterações, a diversos artigos do CPA/91, nomeadamente aos artigos 66.º, 68.º e 69.º;

Reproduz o artigo 114.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde, parcialmente e com alterações, aos artigos 98.º, 100.º e 101.º do P/CPA.

Jurisprudência:

Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul, de 5 de novembro de 2013, processo n.º 7504/2011, publicado em www.datajuris.pt;

Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul, de 6 de junho de 2013, processo n.º 9687/2013, publicado em www.datajuris.pt;

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 28 de outubro de 2009, processo n.º 778/2009, publicado em www.datajuris.pt;

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 26 de setembro de 2007, processo n.º 4/2007, publicado em www.datajuris.pt;

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 15 de fevereiro de 2007, processo n.º 1096/2006, publicado em www.datajuris.pt;

Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul, de 9 de março de 2006, processo n.º 1158/2005, publicado em www.datajuris.pt;

Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 383/2005, de 13 de julho de 2005, processo n.º 9/2005, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 199, de 17 de outubro de 2005, p. 14800, e em www.tribunalconstitucional.pt.

Anotação:

O artigo 99.º do P/CPA, relativo à falta de notificação dos atos administrativos, não consta da versão aprovada do Código.

SECÇÃO III DA INSTRUÇÃO

Artigo 115.º

Factos sujeitos a prova

1. O responsável pela direção do procedimento deve procurar averiguar todos os factos cujo conhecimento seja adequado e necessário à tomada de uma decisão legal e justa dentro de prazo razoável, podendo, para o efeito, recorrer a todos os meios de prova admitidos em direito.
2. Não carecem de prova nem de alegação os factos notórios, bem como os factos de que o responsável pela direção do procedimento tenha conhecimento em virtude do exercício das suas funções.
3. O responsável pela direção do procedimento deve fazer constar do procedimento os factos de que tenha conhecimento em virtude do exercício das suas funções.

Origem do texto:

Corresponde, com alterações, ao artigo 87.º do CPA/91;

Reproduz o artigo 115.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde, com alteração, ao artigo 114.º do P/CPA.

Referências legais:

Decreto-Lei n.º 135/99, que aprova as Medidas de Modernização Administrativa, publicado no *Diário da República*, 1.ª série-A, n.º 94, de 22 de abril, pp. 2126 e segs.

Jurisprudência:

Acórdão do Tribunal Central Administrativo Norte, de 28 de maio de 2009, processo n.º 1318/2004, publicado em www.datajuris.pt;

Acórdão do Tribunal Central Administrativo Norte, de 3 de abril de 2008, processo n.º 543/2006, publicado em www.datajuris.pt;

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 18 de maio de 2004, processo n.º 48397, publicado em www.datajuris.pt.

Artigo 116.º

Prova pelos interessados

1. Cabe aos interessados provar os factos que tenham alegado, sem prejuízo do dever cometido ao responsável pela direção do procedimento nos termos do n.º 1 do artigo anterior.
2. Quando os elementos de prova dos factos estiverem em poder da Administração, o ónus previsto no número anterior considera-se satisfeito desde que o interessado proceda à sua correta identificação junto do responsável pela direção do procedimento.
3. Os interessados podem juntar documentos e pareceres ou requerer diligências de prova úteis para o esclarecimento dos factos com interesse para a decisão.

4. Sendo necessário juntar documento passado em país estrangeiro, a lei que rege a produção da forma especial desse documento é a lei do Estado de emissão, aferindo-se a suficiência daquela forma especial por equiparação funcional à forma exigida pela lei nacional.
5. As despesas resultantes das diligências de prova são suportadas pelos interessados que as tiverem requerido, sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 15.º

Origem do texto:

Corresponde, com alterações, ao artigo 88.º do CPA/91;

Corresponde, com alterações, ao artigo 116.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde, com alterações, ao artigo 115.º do P/CPA.

Jurisprudência:

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 24 de maio de 2011, processo n.º 837/2010, publicado em www.datajuris.pt;

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 27 de janeiro de 2010, processo n.º 978/2009, publicado em www.datajuris.pt;

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 2 de maio de 2006, processo n.º 95/2006, publicado em www.datajuris.pt.

Artigo 117.º

Solicitação de provas aos interessados

1. O responsável pela direção do procedimento pode determinar aos interessados a prestação de informações, a apresentação de documentos ou coisas, a sujeição a inspeções e a colaboração noutros meios de prova.
2. É legítima a recusa às determinações previstas no número anterior, quando a obediência às mesmas:
 - a) Envolver a violação de sigilo profissional ou segredo comercial ou industrial;
 - b) Implicar o esclarecimento de factos cuja revelação esteja proibida ou dispensada por lei;
 - c) Importar a revelação de factos puníveis, praticados pelo próprio interessado, pelo seu cônjuge ou por seu ascendente ou descendente, irmão ou afim nos mesmos graus;
 - d) For suscetível de causar dano moral ou material ao próprio interessado ou a alguma das pessoas referidas na alínea anterior.

Origem do texto:

Corresponde, com alterações, ao artigo 89.º do CPA/91;

Reproduz o artigo 117.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde, com alterações, ao artigo 116.º do P/CPA.

Jurisprudência:

Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul, de 22 de maio de 2014, processo n.º 10507/2013, publicado em www.datajuris.pt;

Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul, de 18 de outubro de 2012, processo n.º 2796/2007, publicado em www.datajuris.pt.

Artigo 118.º

Forma da prestação de informações ou da apresentação de provas

1. A prestação de informações ou a apresentação de provas pelos interessados faz-se por escrito, podendo também ser feita oralmente, quando tal seja admitido, nos termos e condições que para o efeito forem fixados.
2. Se o interessado não residir no município da sede do órgão responsável pela direção do procedimento, a prestação verbal de informações ou a apresentação de provas pode ter lugar através de órgão ou serviço com sede no município do seu domicílio, determinado pelo órgão responsável pela direção do procedimento, salvo se o interessado preferir comparecer perante este.

Origem do texto:

Corresponde, com alterações, ao artigo 90.º do CPA/91;

Corresponde, com alteração, ao artigo 118.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde, com alteração, ao artigo 117.º do P/CPA.

Referências legais:

Decreto-Lei n.º 135/99, que aprova as Medidas de Modernização Administrativa, publicado no *Diário da República*, 1.ª série-A, n.º 94, de 22 de abril, pp. 2126 e segs.

Jurisprudência:

Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul, de 22 de maio de 2014, processo n.º 10507/2013, publicado em www.datajuris.pt.

Artigo 119.º

Falta de prestação de provas

1. Se os interessados regularmente notificados para a prestação verbal de informações ou apresentação de provas não derem cumprimento à notificação, pode proceder-se a nova notificação ou prescindir-se da prática do ato, conforme as circunstâncias aconselharem.
2. A falta de cumprimento da notificação é livremente apreciada para efeitos de prova, consoante as circunstâncias do caso, não dispensando o órgão administrativo de procurar averiguar os factos, nem de proferir a decisão.
3. Quando as informações, documentos ou atos solicitados ao interessado sejam necessários à apreciação do pedido por ele formulado, não deve ser dado seguimento ao procedimento, disso se notificando o particular.

Origem do texto:

Corresponde, com alterações, ao artigo 91.º do CPA/91;

Reproduz o artigo 119.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde ao artigo 118.º do P/CPA.

Jurisprudência:

Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul, de 8 de setembro de 2011, processo n.º 7342/2011, publicado em www.datajuris.pt.

Artigo 120.º

Produção antecipada de prova

1. Havendo justo receio de vir a tornar-se impossível ou de difícil realização a produção de qualquer prova com interesse para a decisão, pode o órgão competente, oficiosamente ou a pedido fundamentado dos interessados, proceder à sua recolha antecipada.
2. A produção antecipada de prova pode ter lugar antes da instauração do procedimento.

Origem do texto:

Corresponde ao artigo 93.º do CPA/91;

Reproduz o artigo 120.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde ao artigo 119.º do P/CPA.

Referências legais:

Código de Processo nos Tribunais Administrativos.

SECÇÃO IV

DA AUDIÊNCIA DOS INTERESSADOS

Artigo 121.º

Direito de audiência prévia

1. Sem prejuízo do disposto no artigo 124.º, os interessados têm o direito de ser ouvidos no procedimento antes de ser tomada a decisão final, devendo ser informados, nomeadamente, sobre o sentido provável desta.
2. No exercício do direito de audiência, os interessados podem pronunciar-se sobre todas as questões com interesse para a decisão, em matéria de facto e de direito, bem como requerer diligências complementares e juntar documentos.
3. A realização da audiência suspende a contagem de prazos em todos os procedimentos administrativos.

Origem do texto:

Corresponde, parcialmente e com alterações, aos artigos 100.º e 101.º do CPA/91;

Reproduz o artigo 121.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde, parcialmente e com alterações, aos artigos 120.º e 121.º do P/CPA.

Jurisprudência:

Acórdão do Tribunal Central Administrativo Norte, de 8 de março de 2012, processo n.º 1154/2003, publicado em www.datajuris.pt;

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 30 de setembro de 2009, processo n.º 166/2009, publicado em www.datajuris.pt;

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 4 de novembro de 2009, processo n.º 165/2009, publicado em www.datajuris.pt;

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 11 de outubro de 2007, processo n.º 274/2007, publicado em www.datajuris.pt;

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 23 de maio de 2006, processo n.º 1618/2002, publicado em www.datajuris.pt;

Acórdão do Tribunal Central Administrativo Norte, de 9 de junho de 2011, processo n.º 2815/2008, publicado em www.datajuris.pt;

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 25 de novembro de 2003, processo n.º 1591/2003, publicado em www.datajuris.pt.

Artigo 122.º

Notificação para a audiência

1. Para efeitos do disposto no artigo anterior, o órgão responsável pela direção do procedimento determina, em cada caso, se a audiência se processa por forma escrita ou oral e manda notificar os interessados para, em prazo não inferior a 10 dias, dizerem o que se lhes oferecer.
2. A notificação fornece o projeto de decisão e demais elementos necessários para que os interessados possam conhecer todos os aspetos relevantes para a decisão, em matéria de facto e de direito, indicando também as horas e o local onde o processo pode ser consultado.
3. No caso de haver sítio na Internet da entidade em causa onde o processo possa ser consultado, a notificação referida no número anterior deve incluir a indicação do mesmo para efeitos de o processo poder também ser consultado pelos interessados pela via eletrónica.

Origem do texto:

Corresponde, parcialmente e com alterações, ao artigo 101.º do CPA/91;

Reproduz o artigo 122.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde, parcialmente e com alterações, ao artigo 121.º do P/CPA.

Jurisprudência:

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 6 de outubro de 2011, processo n.º 272/2011, publicado em www.datajuris.pt;

Acórdão do Tribunal Central Administrativo Norte, de 13 de outubro de 2005, processo n.º 137/2004, publicado em www.datajuris.pt.

Anotação:

O artigo 100.º, que estabelece o regime aplicável à audiência dos interessados no âmbito do regulamento administrativo, determina que aquela se processa, exceto quanto aos prazos, nos termos do presente artigo;

O artigo 80.º prevê, no âmbito da conferência procedimental, a aplicação do presente artigo ao direito de audiência dos interessados.

Artigo 123.^o

Audiência oral

1. Quando o órgão responsável pela direção do procedimento opte pela realização de audiência oral, esta realiza-se presencialmente, podendo ter lugar por teleconferência, quando tal se justifique e existam os meios necessários para o efeito.
2. A falta de comparência do interessado não constitui motivo de adiamento da audiência, mas, se for apresentada justificação da falta até ao momento fixado para a audiência, deve proceder-se ao adiamento desta.
3. No caso de se verificar o adiamento a que se refere o número anterior, o órgão responsável pela direção do procedimento deve tentar chegar a acordo com o interessado sobre a nova data da audiência, que, em qualquer caso, se deve realizar dentro dos 20 dias seguintes.
4. Da audiência é lavrada ata da qual consta o extrato das alegações feitas pelo interessado, podendo este juntar alegações escritas, durante a diligência ou posteriormente.

Origem do texto:

Corresponde, com alterações, ao artigo 102.^o do CPA/91;

Reproduz o artigo 123.^o da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde, com alterações, ao artigo 122.^o do P/CPA.

Anotação:

O artigo 100.^o, que estabelece o regime aplicável à audiência dos interessados no âmbito do regulamento administrativo, determina que aquela se processa, exceto quanto aos prazos, nos termos do presente artigo.

Artigo 124.^o

Dispensa de audiência dos interessados

1. O responsável pela direção do procedimento pode não proceder à audiência dos interessados quando:
 - a) A decisão seja urgente;
 - b) Os interessados tenham solicitado o adiamento a que se refere o n.º 2 do artigo anterior e, por facto imputável a eles, não tenha sido possível fixar-se nova data nos termos do n.º 3 do mesmo artigo;
 - c) Seja razoavelmente de prever que a diligência possa comprometer a execução ou a utilidade da decisão;
 - d) O número de interessados a ouvir seja de tal forma elevado que a audiência se torne impraticável, devendo nesse caso proceder-se a consulta pública, quando possível, pela forma mais adequada;
 - e) Os interessados já se tiverem pronunciado no procedimento sobre as questões que importem à decisão e sobre as provas produzidas;

- f) Os elementos constantes do procedimento conduzirem a uma decisão inteiramente favorável aos interessados.
2. Nas situações previstas no número anterior, a decisão final deve indicar as razões da não realização da audiência.

Origem do texto:

Corresponde, com alterações, ao artigo 103.º do CPA/91;

Reproduz o artigo 124.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde, com alteração, ao artigo 123.º do P/CPA.

Jurisprudência:

Acórdão do Tribunal Central Administrativo Norte, de 29 de maio de 2014, processo n.º 2189/2013, publicado em www.datajuris.pt;

Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul, de 6 de junho de 2013, processo n.º 5158/2009, publicado em www.datajuris.pt;

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 15 de novembro de 2006, processo n.º 531/2006, publicado em www.datajuris.pt.

Parer da Procuradoria-Geral da República n.º 142/2001, de 14 de fevereiro de 2002, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 184, de 10 de agosto de 2002, p. 13746, em www.datajuris.pt e em www.pgr.pt.

Artigo 125.º

Diligências complementares

Após a audiência, podem ser efetuadas, oficiosamente ou a pedido dos interessados, as diligências complementares que se mostrem convenientes.

Origem do texto:

Corresponde ao artigo 104.º do CPA/91;

Reproduz o artigo 125.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde ao artigo 124.º do P/CPA.

Jurisprudência:

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 24 de outubro de 2012, processo n.º 548/2012, publicado em www.datajuris.pt;

Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul, de 19 de junho de 2008, processo n.º 6680/2002, publicado em www.datajuris.pt.

SECÇÃO V

DA DECISÃO E OUTRAS CAUSAS DE EXTINÇÃO DO PROCEDIMENTO

Artigo 126.º

Relatório do responsável pela direção do procedimento

Quando o responsável pela direção do procedimento não for o órgão competente para a decisão final, elabora um relatório no qual indica o pedido do interessado, resume o conteúdo do procedimento, incluindo

a fundamentação da dispensa da audiência dos interessados, quando esta não tiver ocorrido, e formula uma proposta de decisão, sintetizando as razões de facto e de direito que a justificam.

Origem do texto:

Corresponde, com alterações, ao artigo 105.º do CPA/91;

Reproduz o artigo 126.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde, com alteração, ao artigo 125.º do P/CPA.

Artigo 127.º

Decisão do procedimento

Salvo se outra coisa resultar da lei ou da natureza das relações a estabelecer, o procedimento pode terminar pela prática de um ato administrativo ou pela celebração de um contrato.

Origem do texto:

Artigo novo;

Reproduz o artigo 127.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Não tem correspondência no P/CPA, foi introduzido pela Proposta de Lei n.º 224/XII.

Artigo 128.º

Prazos para a decisão dos procedimentos

1. Os procedimentos de iniciativa particular devem ser decididos no prazo de 90 dias, salvo se outro prazo decorrer da lei, podendo o prazo, em circunstâncias excecionais, ser prorrogado pelo responsável pela direção do procedimento, por um ou mais períodos, até ao limite máximo de 90 dias, mediante autorização do órgão competente para a decisão final, quando as duas funções não coincidam no mesmo órgão.
2. A decisão de prorrogação referida no número anterior é notificada ao interessado pelo responsável pela direção do procedimento.
3. O prazo referido no n.º 1 conta-se, na falta de disposição especial, da data de entrada do requerimento ou petição no serviço competente, salvo quando a lei imponha formalidades especiais para a fase preparatória da decisão e fixe prazo para a respetiva conclusão.
4. No caso previsto na parte final do número anterior, o prazo conta-se do termo do prazo fixado para a conclusão daquelas formalidades.
5. Para eventual apuramento de responsabilidade disciplinar, a inobservância dos prazos referidos nos números anteriores deve ser justificada pelo órgão responsável dentro dos 10 dias seguintes ao termo dos mesmos prazos.
6. Os procedimentos de iniciativa oficiosa, passíveis de conduzir à emissão de uma decisão com efeitos desfavoráveis para os interessados caducam, na ausência de decisão, no prazo de 180 dias.

Origem do texto:

Corresponde, com alterações, ao artigo 58.º do CPA/91;

Corresponde, com alterações, ao artigo 128.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde, com alterações, ao artigo 126.º do P/CPA.

Jurisprudência:

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 7 de dezembro de 2004, processo n.º 1416/2003, publicado em www.datajuris.pt;

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 28 de março de 2001, processo n.º 46648, publicado em www.datajuris.pt.

Anotação:

Com referência a esta matéria, v. parecer da Associação Sindical dos Juizes Portugueses (ASJP), de junho de 2013, constante dos trabalhos preparatórios da Proposta de Lei n.º 224/XI, disponível em www.parlamento.pt, na parte relativa à análise aos artigos 126.º e 127.º do Projeto do Novo CPA, que correspondem aos atuais artigos 128.º e 129.º, pp. 25 e 26, onde se refere que «Os normativos em referência consagram regras decorrentes de uma nova orientação em matéria do dever de decisão e das consequências do seu incumprimento, adaptando o regime substantivo às regras já definidas no CPTA, em sede de contencioso.»

Artigo 129.º

Incumprimento do dever de decisão

Sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 13.º e no artigo seguinte, a falta, no prazo legal, de decisão final sobre pretensão dirigida a órgão administrativo competente constitui incumprimento do dever de decisão, conferindo ao interessado a possibilidade de utilizar os meios de tutela administrativa e jurisdicional adequados.

Origem do texto:

Artigo novo;

Reproduz o artigo 129.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde ao artigo 127.º do P/CPA.

Referências legais:

Código de Processo nos Tribunais Administrativos;

Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais;

Lei n.º 27/96, que aprova o Regime Jurídico da Tutela Administrativa, publicada no *Diário da República*, 1.ª série-A, n.º 177, de 1 de agosto, pp. 2234 e segs.

Jurisprudência:

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 28 de fevereiro de 2012, processo n.º 659/2011, publicado em www.datajuris.pt;

Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul, de 29 de junho de 2006, processo n.º 1097/2005, publicado em www.datajuris.pt.

Anotação:

No que se refere a esta matéria, cf. o parecer da Associação Sindical dos Juizes Portugueses (ASJP), de junho de 2013, constante dos trabalhos preparatórios da Proposta de Lei n.º 224/XI, disponível em www.parlamento.pt, na parte relativa à análise aos artigos 126.º e

127.º do Projeto do Novo CPA, que correspondem aos atuais artigos 128.º e 129.º, pp. 25 e 26, onde se refere que «Os normativos em referência consagram regras decorrentes de uma nova orientação em matéria do dever de decisão e das consequências do seu incumprimento, adaptando o regime substantivo às regras já definidas no CPTA, em sede de contencioso.»

Artigo 130.º

Atos tácitos

1. Existe deferimento tácito quando a lei ou regulamento determine que a ausência de notificação da decisão final sobre pretensão dirigida a órgão competente dentro do prazo legal tem o valor de deferimento.
2. Considera-se que há deferimento tácito se a notificação do ato não for expedida até ao primeiro dia útil seguinte ao termo do prazo da decisão.
3. O prazo legal de produção de deferimento tácito suspende-se se o procedimento estiver parado por motivo imputável ao interessado e só se interrompe com a notificação de decisão expressa.
4. Quando a prática de um ato administrativo dependa de autorização prévia ou um ato esteja sujeito à aprovação de um órgão da Administração Pública ou de outra entidade no exercício de poderes públicos, prescinde-se da autorização prévia ou da aprovação desde que o órgão que as solicitou tenha interpelado o órgão competente para as emitir.
5. A interpelação a que se refere o número anterior deve ser efetuada decorridos 10 dias, a contar do termo do prazo para a autorização ou aprovação, devendo o órgão competente, nesse caso, emití-las no prazo de 20 dias.

Origem do texto:

Corresponde, com alterações, ao artigo 108.º do CPA/91;

Reproduz o artigo 130.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde, com alterações, ao artigo 128.º do P/CPA.

Referências legais:

Código de Processo nos Tribunais Administrativos, artigos 66.º e segs.

Anotação:

O anterior regime do deferimento e indeferimento tácito sofreu significativas alterações, tal como é mencionado no parecer da Associação Sindical dos Juizes Portugueses (ASJP), de junho de 2013, constante dos trabalhos preparatórios da Proposta de Lei n.º 224/XI, disponível em www.parlamento.pt, na parte relativa à análise ao artigo 128.º do Projeto do Novo CPA, que corresponde ao atual artigo 130.º, pp. 26 e 27, «De registar o desaparecimento da figura do indeferimento tácito (artigo 109.º do CPA em vigor*)», porquanto o incumprimento do prazo de decisão nos procedimentos de iniciativa particular é sancionado com a verificação tão só da violação do dever de decidir, a impugnar contenciosamente através da ação administrativa especial de condenação à prática de ato legalmente devido (artigos 66.º e ss. do CPTA).

A formação do deferimento tácito apenas ocorrerá nas situações em que a lei especial assim o determine (n.º 1) e, como regra, nas situações em que a prática de um ato administrativo dependa de autorização prévia ou que esteja sujeito a aprovação de um órgão administrativo

(n.º 3) salvo disposição em contrário. Desaparece, assim, a enunciação constante do atual n.º 3 do artigo 108.º do CPA.»

«*Note-se que a referência é feita para o Código aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de novembro. (N do E.).».

Artigo 131.º

Desistência e renúncia

1. Os interessados podem, mediante requerimento escrito, desistir do procedimento ou de alguns dos pedidos formulados, bem como renunciar aos seus direitos ou interesses legalmente protegidos, salvo nos casos previstos na lei.
2. A desistência ou renúncia dos interessados não prejudica a continuação do procedimento, se a Administração entender que o interesse público assim o exige.

Origem do texto:

Corresponde ao artigo 110.º do CPA/91;

Reproduz o artigo 131.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde ao artigo 129.º do P/CPA.

Jurisprudência:

Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul, de 26 de março de 2009, processo n.º 4556/2008, publicado em www.datajuris.pt.

Artigo 132.º

Deserção

1. É declarado deserto o procedimento que, por causa imputável ao interessado, esteja parado por mais de seis meses, salvo se houver interesse público na decisão do procedimento.
2. A deserção não extingue o direito que o particular pretendia fazer valer.

Origem do texto:

Corresponde ao artigo 111.º do CPA/91;

Reproduz o artigo 132.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde ao artigo 130.º do P/CPA.

Jurisprudência:

Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul, de 8 de setembro de 2011, processo n.º 7342/2011, publicado em www.datajuris.pt.

Artigo 133.º

Falta de pagamento de taxas ou despesas

1. O procedimento extingue-se pela falta de pagamento, no prazo devido, de quaisquer taxas ou despesas de que a lei faça depender a

realização dos atos procedimentais, salvo nos casos previstos no n.º 2 do artigo 15.º

2. Os interessados podem obstar à extinção do procedimento se realizarem o pagamento em dobro da quantia em falta nos 10 dias seguintes ao termo do prazo fixado para o seu pagamento.

Origem do texto:

Corresponde ao artigo 113.º do CPA/91;

Reproduz o artigo 133.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde ao artigo 131.º do P/CPA.

SECÇÃO VI COMUNICAÇÕES PRÉVIAS

Artigo 134.º

Regime

1. A lei pode prever que a produção de determinados efeitos jurídico-administrativos e o seu aproveitamento pelo interessado não dependa da emissão de um ato administrativo procedimentalizado, mas resulte, de forma imediata, da mera comunicação prévia pelo interessado do preenchimento dos correspondentes pressupostos legais e regulamentares.
2. A lei também pode estabelecer um regime de comunicação prévia com prazo, determinando que a comunicação prévia do interessado só produza os efeitos visados se o órgão competente não se pronunciar em sentido contrário dentro de determinado prazo.
3. Nas situações de comunicação prévia com prazo, a ausência de pronúncia do órgão competente não dá origem a um ato de deferimento tácito, mas habilita o interessado a desenvolver a atividade pretendida, sem prejuízo dos poderes de fiscalização da Administração e da possibilidade de esta utilizar os meios adequados à defesa da legalidade.

Origem do texto:

Artigo novo;

Reproduz o artigo 134.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Não tem correspondência no P/CPA, foi introduzido pela Proposta de Lei n.º 224/XII.

PARTE IV DA ATIVIDADE ADMINISTRATIVA

Nota. — O artigo 8.º do diploma de aprovação do Código, relativo à aplicação no tempo e produção de efeitos, determina que o disposto na parte IV se aplica aos procedimentos administrativos em curso à data da sua entrada em vigor.

CAPÍTULO I DO REGULAMENTO ADMINISTRATIVO

SECÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 135.º

Conceito de regulamento administrativo

Para efeitos do disposto no presente Código, consideram-se regulamentos administrativos as normas jurídicas gerais e abstratas que, no exercício de poderes jurídico-administrativos, visem produzir efeitos jurídicos externos.

Origem do texto:

Artigo novo;

Reproduz o artigo 135.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde, com alteração, ao artigo 132.º do P/CPA.

Artigo 136.º

Habilitação legal

1. A emissão de regulamentos depende sempre de lei habilitante.
2. Os regulamentos devem indicar expressamente as leis que visam regulamentar ou, no caso de regulamentos independentes, as leis que definem a competência subjetiva e objetiva para a sua emissão.
3. Para efeitos do disposto no número anterior, consideram-se independentes os regulamentos que visam introduzir uma disciplina jurídica inovadora no âmbito das atribuições das entidades que os emitam.
4. Embora não tenham natureza regulamentar para efeitos do disposto no presente capítulo, carecem de lei habilitante quaisquer comunicações

dos órgãos da Administração Pública que enunciem de modo orientador padrões de conduta na vida em sociedade com, entre outras, as denominações de «diretiva», «recomendação», «instruções», «código de conduta» ou «manual de boas práticas».

Origem do texto:

Artigo novo;

Reproduz o artigo 136.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde, com alterações, ao artigo 133.º do P/CPA.

Referências legais:

Constituição da República Portuguesa, artigo 112.º, n.º 7.

Artigo 137.º

Regulamento devido e sua omissão

1. Quando a adoção de um regulamento seja necessária para dar exequibilidade a ato legislativo carente de regulamentação, o prazo para a emissão do regulamento é, no silêncio da lei, de 90 dias.
2. Se o regulamento não for emitido no prazo devido, os interessados diretamente prejudicados pela situação de omissão podem requerer a emissão do regulamento ao órgão com competência na matéria, sem prejuízo da possibilidade de recurso à tutela jurisdicional.

Origem do texto:

Artigo novo;

Reproduz o artigo 137.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde, com alterações, ao artigo 134.º do P/CPA.

Artigo 138.º

Relações entre os regulamentos

1. Os regulamentos governamentais, no domínio das atribuições concorrentes do Estado, das regiões autónomas e das autarquias locais, prevalecem sobre os regulamentos regionais e autárquicos e das demais entidades dotadas de autonomia regulamentar, salvo se estes configurarem normas especiais.
2. Os regulamentos municipais prevalecem sobre os regulamentos das freguesias, salvo se estes configurarem normas especiais.
3. Entre os regulamentos governamentais estabelece-se a seguinte ordem de prevalência:
 - a) Decretos regulamentares;
 - b) Resoluções de Conselho de Ministros com conteúdo normativo;
 - c) Portarias;
 - d) Despachos.

Origem do texto:

Artigo novo;

Corresponde, com alterações, o artigo 138.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde, com alterações, ao artigo 136.º do P/CPA.

Referências legais:

Constituição da República Portuguesa, artigo 112.º, n.º 5.

SECÇÃO II

DA EFICÁCIA DO REGULAMENTO ADMINISTRATIVO

Artigo 139.º

Publicação

A produção de efeitos do regulamento depende da respetiva publicação, a fazer no *Diário da República*, sem prejuízo de tal publicação poder ser feita também na publicação oficial da entidade pública, e na Internet, no sítio institucional da entidade em causa.

Origem do texto:

Artigo novo;

Corresponde, com alteração semântica, ao artigo 139.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde, com alterações, ao artigo 137.º do P/CPA.

Artigo 140.º

Vigência

Os regulamentos entram em vigor na data neles estabelecida ou no quinto dia após a sua publicação.

Origem do texto:

Artigo novo;

Reproduz o artigo 140.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde ao artigo 138.º do P/CPA.

Artigo 141.º

Proibição de eficácia retroativa

1. Não pode ser atribuída eficácia retroativa aos regulamentos que imponham deveres, encargos, ónus, sujeições ou sanções, que causem prejuízos ou restrinjam direitos ou interesses legalmente protegidos, ou afetem as condições do seu exercício.
2. Os efeitos dos regulamentos não podem reportar-se a data anterior àquela a que se reporta a lei habilitante.

Origem do texto:

Artigo novo;

Reproduz o artigo 141.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde, com alterações, ao artigo 139.º do P/CPA.

Artigo 142.º

Aplicação de regulamentos

1. Os regulamentos podem ser interpretados, modificados e suspensos pelos órgãos competentes para a sua emissão.
2. Os regulamentos não podem ser derogados por atos administrativos de carácter individual e concreto.

Origem do texto:

Artigo novo;

Reproduz o artigo 142.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde ao artigo 140.º do P/CPA.

SECÇÃO III

DA INVALIDADE DO REGULAMENTO ADMINISTRATIVO

Artigo 143.º

Invalidade

1. São inválidos os regulamentos que sejam desconformes com a Constituição, a lei e os princípios gerais de direito administrativo ou que infrinjam normas de direito internacional ou de direito da União Europeia.
2. São também inválidos:
 - a) Os regulamentos que desrespeitem os regulamentos emanados dos órgãos hierarquicamente superiores ou dotados de poderes de superintendência;
 - b) Os regulamentos que desrespeitem os regulamentos emanados pelo delegante, salvo se a delegação incluir a competência regulamentar;
 - c) Os regulamentos que desrespeitem os estatutos emanados ao abrigo de autonomia normativa nas quais se funde a competência para a respetiva emissão.

Origem do texto:

Artigo novo;

Reproduz o artigo 143.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde, com alteração, ao artigo 141.º do P/CPA.

Artigo 144.º

Regime de invalidade

1. A invalidade do regulamento pode ser invocada a todo o tempo por qualquer interessado e pode, também a todo o tempo, ser declarada pelos órgãos administrativos competentes, sem prejuízo do disposto no número seguinte.
2. Os regulamentos que enfermem de ilegalidade formal ou procedimental da qual não resulte a sua inconstitucionalidade só podem ser

impugnados ou declarados oficiosamente inválidos pela Administração no prazo de seis meses, a contar da data da respetiva publicação, salvo nos casos de carência absoluta de forma legal ou de preterição de consulta pública exigida por lei.

3. A declaração administrativa de invalidade produz efeitos desde a data de emissão do regulamento e determina a repristinação das normas que ele haja revogado, salvo quando estas sejam ilegais ou tenham deixado por outro motivo de vigorar, devendo o órgão competente reconhecer o afastamento do efeito repristinatório, quando este se verifique.
4. A retroatividade da declaração de invalidade não afeta os casos julgados nem os atos administrativos que se tenham tornado inimpugnáveis, salvo, neste último caso, quando se trate de atos desfavoráveis para os destinatários.

Origem do texto:

Artigo novo;

Reproduz o artigo 144.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde, com alterações, ao artigo 142.º do P/CPA.

Anotação:

Este artigo de carácter inovador, consagra, como regra geral, que a invalidade do regulamento é invocável a todo o tempo e por qualquer interessado, salvo no caso de invalidade formal ou procedimental, inovando também nas consequências atribuídas à omissão de regulamento de cuja aprovação esteja dependente a aplicação de lei — cf. preâmbulo.

SECÇÃO IV DA CADUCIDADE E DA REVOGAÇÃO

Artigo 145.º

Caducidade

1. Os regulamentos sujeitos a termo ou condição resolutiva caducam com a verificação destes.
2. Os regulamentos de execução caducam com a revogação das leis que regulamentam, salvo na medida em que sejam compatíveis com a lei nova e enquanto não houver regulamentação desta.

Origem do texto:

Artigo novo;

Reproduz o artigo 145.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde ao artigo 143.º do P/CPA.

Artigo 146.º

Revogação

1. Os regulamentos podem ser revogados pelos órgãos competentes para a respetiva emissão, sem prejuízo do disposto nos números seguintes.

2. Os regulamentos necessários à execução das leis em vigor ou de direito da União Europeia não podem ser objeto de revogação sem que a matéria seja simultaneamente objeto de nova regulamentação.
3. Em caso de inobservância do disposto no número anterior, consideram-se em vigor, para todos os efeitos, até ao início da vigência do novo regulamento, as normas regulamentares do diploma revogado de que dependa a aplicabilidade da lei exequenda.
4. Os regulamentos revogatórios devem fazer menção expressa das normas revogadas.

Origem do texto:

Artigo novo, com exceção do n.º 4 que corresponde ao n.º 2 do artigo 119.º do CPA/91;
Reproduz o artigo 146.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;
Corresponde, com alterações, ao artigo 144.º do P/CPA.

Jurisprudência:

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 29 de março de 2006, processo n.º 1267/2005, publicado em www.datajuris.pt.

Anotação:

Consagra expressamente que os regulamentos de execução não podem ser objeto de revogação sem que a matéria seja objeto de nova regulamentação, determinando que a inobservância desta regra terá implicações na vigência das normas regulamentares do diploma revogado das quais dependa a aplicabilidade da lei exequenda — cf. preâmbulo.

SECÇÃO V DA IMPUGNAÇÃO DE REGULAMENTOS ADMINISTRATIVOS

Artigo 147.º

Reclamações e recursos administrativos

1. Os interessados têm direito a solicitar a modificação, suspensão, revogação ou declaração de invalidade de regulamentos administrativos diretamente lesivos dos seus direitos ou interesses legalmente protegidos, assim como a reagir contra a omissão ilegal de regulamentos administrativos.
2. Os direitos reconhecidos no número anterior podem ser exercidos, consoante os casos, mediante reclamação para o autor do regulamento ou recurso para o órgão com competência para o efeito, caso exista.
3. À impugnação administrativa de regulamentos é aplicável o disposto nos artigos 189.º e 190.º para a impugnação facultativa de atos administrativos.

Origem do texto:

Artigo novo;

Reproduz o artigo 147.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde ao artigo 145.º do P/CPA.

CAPÍTULO II DO ATO ADMINISTRATIVO

SECÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 148.º

Conceito de ato administrativo

Para efeitos do disposto no presente Código, consideram-se atos administrativos as decisões que, no exercício de poderes jurídico-administrativos, visem produzir efeitos jurídicos externos numa situação individual e concreta.

Origem do texto:

Corresponde, com alterações, ao artigo 120.º do CPA/91;

Reproduz o artigo 148.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde, com alteração, ao artigo 146.º do P/CPA.

Referências legais:

Código de Processo nos Tribunais Administrativos, artigo 51.º, n.º 1.

Jurisprudência:

Acórdão do Tribunal Central Administrativo Norte, de 3 de maio de 2013, processo n.º 1073/2010, publicado em www.datajuris.pt;

Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul, de 22 de novembro de 2012, processo n.º 9062/2012, publicado em www.datajuris.pt;

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 15 de novembro de 2012, processo n.º 450/2009, publicado em www.datajuris.pt.

Anotação:

Foi adequado o conceito de ato administrativo ao regime substantivo e procedimental aplicável, sendo introduzida a referência à aptidão do ato para produzir efeitos externos e foi eliminada a menção ao elemento orgânico da respetiva autoria — cf. ponto 16 do preâmbulo.

Artigo 149.º

Cláusulas acessórias

1. Os atos administrativos podem ser sujeitos, pelo seu autor, mediante decisão fundamentada, a condição, termo, modo ou reserva, desde que estes não sejam contrários à lei ou ao fim a que o ato se destina,

tenham relação direta com o conteúdo principal do ato e respeitem os princípios jurídicos aplicáveis, designadamente o princípio da proporcionalidade.

2. A aposição de cláusulas acessórias a atos administrativos de conteúdo vinculado só é admissível quando a lei o preveja ou quando vise assegurar a verificação futura de pressupostos legais ainda não preenchidos no momento da prática do ato.

Origem do texto:

Corresponde, com alterações, ao artigo 121.º do CPA/91;

Reproduz o artigo 149.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde, com alteração, ao artigo 147.º do P/CPA.

Anotação:

Clarifica as condições de validade da aposição de cláusulas acessórias, sendo reconhecida a «reserva» como uma nova cláusula. Esta cláusula designada «reserva» já era típica das decisões de direito público — cf. ponto 16 do preâmbulo;

O Princípio da Proporcionalidade encontra-se consagrado no artigo 7.º

Artigo 150.º

Forma dos atos

1. Os atos administrativos devem ser praticados por escrito, desde que outra forma não seja prevista por lei ou imposta pela natureza e circunstâncias do ato.
2. A forma escrita só é obrigatória para os atos dos órgãos colegiais quando a lei expressamente a determinar, mas esses atos devem ser sempre consignados em ata, sem o que não produzem efeitos.

Origem do texto:

Corresponde ao artigo 122.º do CPA/91;

Reproduz o artigo 150.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde, com alterações, ao artigo 148.º do P/CPA.

Jurisprudência:

Acórdão do Tribunal Central Administrativo Norte, de 14 de julho de 2005, processo n.º 19/2003, publicado em www.datajuris.pt;

Acórdão do Tribunal Central Administrativo Norte, de 7 de julho de 2005, processo n.º 23/2003, publicado em www.datajuris.pt.

Artigo 151.º

Menções obrigatórias

1. Sem prejuízo de outras referências especialmente exigidas por lei, devem constar do ato:
 - a) A indicação da autoridade que o pratica e a menção da delegação ou subdelegação de poderes, quando exista;

- b) A identificação adequada do destinatário ou destinatários;
 - c) A enunciação dos factos ou atos que lhe deram origem, quando relevantes;
 - d) A fundamentação, quando exigível;
 - e) O conteúdo ou o sentido da decisão e o respetivo objeto;
 - f) A data em que é praticado;
 - g) A assinatura do autor do ato ou do presidente do órgão colegial que o emana.
2. As menções exigidas no número anterior devem ser enunciadas de forma clara, de modo a poderem determinar-se de forma inequívoca o seu sentido e alcance e os efeitos jurídicos do ato administrativo.

Origem do texto:

Corresponde, com alterações, ao artigo 123.º do CPA/91;

Reproduz o artigo 151.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde, com alteração, ao artigo 149.º do P/CPA.

Jurisprudência:

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 26 de setembro de 2002, processo n.º 360/2002, publicado em www.datajuris.pt;

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 18 de outubro 2009, processo n.º 140/2011, publicado em www.datajuris.pt.

Anotação:

O artigo 159.º, relativo aos termos da publicação obrigatória, determina a aplicação supletiva do disposto no n.º 1 do presente artigo quando a lei impuser a publicação do ato, mas não regular os respetivos termos.

Artigo 152.º

Dever de fundamentação

1. Para além dos casos em que a lei especialmente o exija, devem ser fundamentados os atos administrativos que, total ou parcialmente:
 - a) Nuguem, extingam, restrinjam ou afetem por qualquer modo direitos ou interesses legalmente protegidos, ou imponham ou agravem deveres, encargos, ónus, sujeições ou sanções;
 - b) Decidam reclamação ou recurso;
 - c) Decidam em contrário de pretensão ou oposição formulada por interessado, ou de parecer, informação ou proposta oficial;
 - d) Decidam de modo diferente da prática habitualmente seguida na resolução de casos semelhantes, ou na interpretação e aplicação dos mesmos princípios ou preceitos legais;
 - e) Impliquem declaração de nulidade, anulação, revogação, modificação ou suspensão de ato administrativo anterior.
2. Salvo disposição legal em contrário, não carecem de ser fundamentados os atos de homologação de deliberações tomadas por júris, bem como

as ordens dadas pelos superiores hierárquicos aos seus subalternos em matéria de serviço e com a forma legal.

Origem do texto:

Corresponde, com alteração, ao artigo 124.º do CPA/91;

Reproduz o artigo 152.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde, com alterações, ao artigo 150.º do P/CPA.

Referências legais:

Constituição da República Portuguesa, artigo 268.º, n.º 3.

Jurisprudência:

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 9 de dezembro de 2009, processo n.º 869/2009, publicado em www.datajuris.pt;

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 8 de outubro de 2009, processo n.º 498/2009, publicado em www.datajuris.pt;

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 26 de setembro de 2002, processo n.º 360/2002, publicado em www.datajuris.pt.

Anotação:

A fundamentação dos atos orais abrangidos pelo n.º 1, quando não constem de ata, deve ser reduzida a escrito e comunicada integralmente aos requerentes, no prazo de 10 dias — cf. artigo 154.º, n.º 1.

Artigo 153.º

Requisitos da fundamentação

1. A fundamentação deve ser expressa, através de sucinta exposição dos fundamentos de facto e de direito da decisão, podendo consistir em mera declaração de concordância com os fundamentos de anteriores pareceres, informações ou propostas, que constituem, neste caso, parte integrante do respetivo ato.
2. Equivale à falta de fundamentação a adoção de fundamentos que, por obscuridade, contradição ou insuficiência, não esclareçam concretamente a motivação do ato.
3. Na resolução de assuntos da mesma natureza, pode utilizar-se qualquer meio mecânico que reproduza os fundamentos das decisões, desde que tal não envolva diminuição das garantias dos interessados.

Origem do texto:

Corresponde ao artigo 125.º do CPA/91;

Reproduz o artigo 153.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde, com alteração semântica, ao artigo 151.º do P/CPA.

Jurisprudência:

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 26 de junho de 2013, processo n.º 114/2012, publicado em www.datajuris.pt;

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 18 de outubro de 2012, processo n.º 140/2011, publicado em www.datajuris.pt.

Anotação:

No âmbito do recurso hierárquico, o órgão competente para decidir deve, na fundamentação da decisão que venha a tomar, observar os requisitos previstos neste artigo, quando não opte pela proposta de pronúncia do autor do ato ou da omissão — cf. artigo 197.^o

Artigo 154.^o**Fundamentação de atos orais**

1. A fundamentação dos atos orais abrangidos pelo n.º 1 do artigo 152.^o, que não constem de ata deve, a requerimento dos interessados, e para efeitos de impugnação, ser reduzida a escrito e comunicada integralmente àqueles, no prazo de 10 dias.
2. O não exercício, pelos interessados, da faculdade conferida pelo número anterior não prejudica os efeitos da eventual falta de fundamentação do ato.

Origem do texto:

Corresponde, com alterações, ao artigo 126.^o do CPA/91;

Reproduz o artigo 154.^o da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde ao artigo 152.^o do P/CPA.

SECÇÃO II

DA EFICÁCIA DO ATO ADMINISTRATIVO

Artigo 155.^o**Regra geral**

1. O ato administrativo produz os seus efeitos desde a data em que é praticado, salvo nos casos em que a lei ou o próprio ato lhe atribua eficácia retroativa, diferida ou condicionada.
2. O ato considera-se praticado quando seja emitida uma decisão que identifique o autor e indique o destinatário, se for o caso, e o objeto a que se refere o seu conteúdo.

Origem do texto:

Corresponde, com alterações, ao artigo 127.^o do CPA/91;

Reproduz o artigo 155.^o da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde, com alterações, ao artigo 153.^o do P/CPA.

Artigo 156.^o**Eficácia retroativa**

1. Têm eficácia retroativa os atos administrativos:
 - a) Que se limitem a interpretar atos anteriores;
 - b) A que a lei atribua efeito retroativo.

2. Fora dos casos abrangidos pelo número anterior, o autor do ato administrativo só pode atribuir-lhe eficácia retroativa:
 - a) Quando a retroatividade seja favorável para os interessados e não lese direitos ou interesses legalmente protegidos de terceiros, desde que à data a que se pretende fazer remontar a eficácia do ato já existissem os pressupostos justificativos dos efeitos a produzir;
 - b) Quando estejam em causa decisões revogatórias de atos administrativos tomadas por órgãos ou agentes que os praticaram, na sequência de reclamação ou recurso hierárquico;
 - c) Quando tal seja devido para dar cumprimento a deveres, encargos, ónus ou sujeições constituídos no passado, designadamente em execução de decisões dos tribunais ou na sequência de anulação administrativa, e não envolva a imposição de deveres, a aplicação de sanções, ou a restrição de direitos ou interesses legalmente protegidos.
 - d) Quando a lei o permita ou imponha.

Origem do texto:

Corresponde, com alterações, ao artigo 128.º do CPA/91;

Reproduz o artigo 156.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde, com alteração, ao artigo 154.º do P/CPA.

Jurisprudência:

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 2 de julho de 2009, processo n.º 661/2009, publicado em www.datajuris.pt;

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 8 de maio de 2003, processo n.º 40821-A, publicado em www.datajuris.pt.

Artigo 157.º

Eficácia diferida ou condicionada

O ato administrativo tem eficácia diferida ou condicionada:

- a) Quando estiver sujeito a aprovação ou a referendo;
- b) Quando os seus efeitos ficarem dependentes de condição ou termo suspensivos;
- c) Quando os seus efeitos, pela natureza do ato ou por disposição legal, dependam de trâmite procedimental ou da verificação de qualquer requisito que não respeite à validade do próprio ato.

Origem do texto:

Corresponde ao artigo 129.º do CPA/91;

Reproduz o artigo 157.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde ao artigo 155.º do P/CPA.

Referências legais:

Lei n.º 98/97, que aprova a Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, publicada no *Diário da República*, 1.ª série-A, n.º 196, de 26 de agosto, pp. 4401 e segs.

Jurisprudência:

Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul, de 19 de fevereiro de 2009, processo n.º 4488/2008, publicado em www.datajuris.pt.

Artigo 158.º

Publicação obrigatória

1. A publicação dos atos administrativos só é obrigatória quando exigida por lei.
2. A falta de publicação do ato, quando legalmente exigida, implica a sua ineficácia.

Origem do texto:

Corresponde ao artigo 130.º do CPA/91;

Reproduz o artigo 158.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde ao artigo 156.º do P/CPA.

Referências legais:

Constituição da República Portuguesa, artigo 122.º, n.º 3.

Artigo 159.º

Termos da publicação obrigatória

Quando a lei impuser a publicação do ato, mas não regular os respetivos termos, deve a mesma ser feita no *Diário da República* ou na publicação oficial da entidade pública, e na Internet, no sítio institucional da entidade em causa, no prazo de 30 dias, e conter todos os elementos referidos no n.º 1 do artigo 151.º

Origem do texto:

Corresponde, com alterações, ao artigo 131.º do CPA/91;

Reproduz o artigo 159.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde, com alterações, ao artigo 157.º do P/CPA.

Anotação:

O artigo 47.º prescreve que os atos de delegação ou subdelegação de poderes estão sujeitos a publicação, nos termos do disposto no presente artigo.

Artigo 160.º

Eficácia dos atos constitutivos de deveres ou encargos

Independentemente da sua forma, os atos que imponham deveres, encargos, ónus, sujeições ou sanções, que causem prejuízos ou restrinjam direitos ou interesses legalmente protegidos, ou afetem as condições do seu exercício, só são oponíveis aos destinatários a partir da respetiva notificação.

Origem do texto:

Corresponde, com alterações, ao artigo 132.º do CPA/91;

Reproduz o artigo 160.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;
Corresponde, com alterações, ao artigo 158.º do P/CPA.

Referências legais:

Código de Processo nos Tribunais Administrativos.

SECÇÃO III DA INVALIDADE DO ATO ADMINISTRATIVO

Artigo 161.º

Atos nulos

1. São nulos os atos para os quais a lei comine expressamente essa forma de invalidade.
2. São, designadamente, nulos:
 - a) Os atos viciados de usurpação de poder;
 - b) Os atos estranhos às atribuições dos ministérios, ou das pessoas coletivas referidas no artigo 2.º, em que o seu autor se integre;
 - c) Os atos cujo objeto ou conteúdo seja impossível, ininteligível ou constitua ou seja determinado pela prática de um crime;
 - d) Os atos que ofendam o conteúdo essencial de um direito fundamental;
 - e) Os atos praticados com desvio de poder para fins de interesse privado;
 - f) Os atos praticados sob coação física ou sob coação moral;
 - g) Os atos que careçam em absoluto de forma legal;
 - h) As deliberações de órgãos colegiais tomadas tumultuosamente ou com inobservância do quorum ou da maioria legalmente exigidos;
 - i) Os atos que ofendam os casos julgados;
 - j) Os atos certificativos de factos inverídicos ou inexistentes;
 - k) Os atos que criem obrigações pecuniárias não previstas na lei;
 - l) Os atos praticados, salvo em estado de necessidade, com preterição total do procedimento legalmente exigido.

Origem do texto:

Corresponde, com alterações, ao artigo 133.º do CPA/91;

Reproduz o artigo 161.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde, com alterações, ao artigo 159.º do P/CPA.

Jurisprudência:

Acórdão do Tribunal Central Administrativo Norte, de 13 de junho de 2014, processo n.º 71/2012, publicado em www.datajuris.pt;

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 19 de fevereiro de 2014, processo n.º 1921/2013, publicado em www.datajuris.pt;

Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul, de 13 de fevereiro de 2014, processo n.º 7193/2013, publicado em www.datajuris.pt.

Anotação:

Por razões de certeza e segurança jurídicas exige-se que para os atos inválidos cuja cominação seja a nulidade, esta esteja expressamente prevista na lei. É por isso alargada a previsão constante do anterior regime incluindo-se agora também os atos praticados com desvio de poder para fins de interesse privado, os atos certificativos de factos inverídicos ou inexistentes e os atos que criem obrigações pecuniárias sem base legal — cf. ponto 17 do preâmbulo.

Artigo 162.º

Regime da nulidade

1. O ato nulo não produz quaisquer efeitos jurídicos, independentemente da declaração de nulidade.
2. Salvo disposição legal em contrário, a nulidade é invocável a todo o tempo por qualquer interessado e pode, também a todo o tempo, ser conhecida por qualquer autoridade e declarada pelos tribunais administrativos ou pelos órgãos administrativos competentes para a anulação.
3. O disposto nos números anteriores não prejudica a possibilidade de atribuição de efeitos jurídicos a situações de facto decorrentes de atos nulos, de harmonia com os princípios da boa-fé, da proteção da confiança e da proporcionalidade ou outros princípios jurídicos constitucionais, designadamente associados ao decurso do tempo.

Origem do texto:

Corresponde, com alterações, ao artigo 134.º do CPA/91;

Reproduz o artigo 162.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde, com alterações, ao artigo 160.º do P/CPA.

Referências legais:

Decreto-Lei n.º 135/99, que aprova as Medidas de Modernização Administrativa, publicado no *Diário da República*, 1.ª série-A, n.º 94, de 22 de abril, pp. 2126 e segs. — artigo 2.º;

Decreto-Lei n.º 413/91, que define o Regime de Regularização de Atos de Provedimento de Agentes e Funcionários dos Serviços dos Municípios, publicado no *Diário da República*, 1.ª série-A, n.º 241, de 19 de outubro, pp. 5440 e segs.

Jurisprudência:

Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul, de 19 de abril de 2012, processo n.º 2746/2007, publicado em www.datajuris.pt;

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 28 de junho de 2011, processo n.º 512/2011, publicado em www.datajuris.pt.

Artigo 163.º

Atos anuláveis e regime da anulabilidade

1. São anuláveis os atos administrativos praticados com ofensa dos princípios ou outras normas jurídicas aplicáveis, para cuja violação se não preveja outra sanção.

2. O ato anulável produz efeitos jurídicos, que podem ser destruídos com eficácia retroativa se o ato vier a ser anulado por decisão proferida pelos tribunais administrativos ou pela própria Administração.
3. Os atos anuláveis podem ser impugnados perante a própria Administração ou perante o tribunal administrativo competente, dentro dos prazos legalmente estabelecidos.
4. Os atos anuláveis podem ser anulados pela Administração nos prazos legalmente estabelecidos.
5. Não se produz o efeito anulatório quando:
 - a) O conteúdo do ato anulável não possa ser outro, por o ato ser de conteúdo vinculado ou a apreciação do caso concreto permita identificar apenas uma solução como legalmente possível;
 - b) O fim visado pela exigência procedimental ou formal preterida tenha sido alcançado por outra via;
 - c) Se comprove, sem margem para dúvidas, que, mesmo sem o vício, o ato teria sido praticado com o mesmo conteúdo.

Origem do texto:

Corresponde, com alterações, aos artigos 135.º e 136.º do CPA/91;

Reproduz o artigo 163.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde, com alterações, ao artigo 161.º do P/CPA.

Referências legais:

Código de Processo nos Tribunais Administrativos;

Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais.

Jurisprudência:

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 26 de junho de 2013, processo n.º 149/2011, publicado em www.datajuris.pt;

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 21 de março de 2013, processo n.º 15/2012, publicado em www.datajuris.pt.

Anotação:

São elencadas as circunstâncias e as condições em que é possível o afastamento do efeito anulatório, tal como acontecia já no CPTA — cf. ponto 17 do preâmbulo.

Artigo 164.º

Ratificação, reforma e conversão

1. São aplicáveis à ratificação, reforma e conversão dos atos administrativos as normas que regulam a competência para a anulação administrativa dos atos inválidos e a sua tempestividade.
2. Os atos nulos só podem ser objeto de reforma ou conversão.
3. Em caso de incompetência, o poder de ratificar o ato cabe ao órgão competente para a sua prática.
4. A reforma e a conversão obedecem às normas procedimentais aplicáveis ao novo ato.

5. Desde que não tenha havido alteração ao regime legal, a ratificação, a reforma e a conversão retroagem os seus efeitos à data dos atos a que respeitam, mas não prejudicam a possibilidade de anulação dos efeitos lesivos produzidos durante o período de tempo que as tiver precedido, quando ocorram na pendência de processo impugnatório e respeitem a atos que envolvam a imposição de deveres, encargos, ónus ou sujeições, a aplicação de sanções ou a restrição de direitos e interesses legalmente protegidos.

Origem do texto:

Corresponde, com alterações, ao artigo 137.º do CPA/91;

Reproduz o artigo 164.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde, com alterações, ao artigo 163.º do P/CPA.

Jurisprudência:

Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul, de 13 de janeiro de 2011, processo n.º 1952/2006, publicado em www.datajuris.pt;

Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul, de 14 de fevereiro de 2007, processo n.º 1872/2006, publicado em www.datajuris.pt;

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 16 de maio de 2002, processo n.º 129/2002, publicado em www.datajuris.pt.

Anotação:

Acentua-se a possibilidade de atribuição de efeitos putativos aos atos nulos, clarificando e flexibilizando o regime da nulidade em condições mais amplas que a versão inicial do Código, admitindo-se agora a sua reforma e conversão — cf. preâmbulo.

SECÇÃO IV

DA REVOGAÇÃO E DA ANULAÇÃO ADMINISTRATIVAS

Artigo 165.º

Revogação e anulação administrativas

1. A revogação é o ato administrativo que determina a cessação dos efeitos de outro ato, por razões de mérito, conveniência ou oportunidade.
2. A anulação administrativa é o ato administrativo que determina a destruição dos efeitos de outro ato, com fundamento em invalidade.

Origem do texto:

Artigo novo;

Reproduz o artigo 165.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde ao artigo 164.º do P/CPA.

Anotação:

Este artigo distingue de forma mais aprofundada a revogação propriamente dita e a revogação anulatória, passando esta a designar-se como «anulação administrativa» — cf. ponto 18 do preâmbulo.

Artigo 166.º

Atos insuscetíveis de revogação ou anulação administrativas

1. Não são suscetíveis de revogação nem de anulação administrativas:
 - a) Os atos nulos;
 - b) Os atos anulados contenciosamente;
 - c) Os atos revogados com eficácia retroativa.
2. Os atos cujos efeitos tenham caducado ou se encontrem esgotados só podem ser objeto de anulação administrativa ou de revogação com eficácia retroativa.

Origem do texto:

Corresponde, com alterações, ao artigo 139.º do CPA/91;

Reproduz o artigo 166.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde ao artigo 165.º do P/CPA.

Jurisprudência:

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 22 de fevereiro de 2011, processo n.º 391/2010, publicado em www.datajuris.pt;

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 27 de janeiro de 2010, processo n.º 162/2009, publicado em www.datajuris.pt.

Artigo 167.º

Condicionalismos aplicáveis à revogação

1. Os atos administrativos não podem ser revogados quando a sua irrevogabilidade resulte de vinculação legal ou quando deles resultem, para a Administração, obrigações legais ou direitos irrenunciáveis.
2. Os atos constitutivos de direitos só podem ser revogados:
 - a) Na parte em que sejam desfavoráveis aos interesses dos beneficiários;
 - b) Quando todos os beneficiários manifestem a sua concordância e não estejam em causa direitos indisponíveis;
 - c) Com fundamento na superveniência de conhecimentos técnicos e científicos ou em alteração objetiva das circunstâncias de facto, em face das quais, num ou noutro caso, não poderiam ter sido praticados;
 - d) Com fundamento em reserva de revogação, na medida em que o quadro normativo aplicável consinta a precarização do ato em causa e se verifique o circunstancialismo específico previsto na própria cláusula.
3. Para efeitos do disposto na presente secção, consideram-se constitutivos de direitos os atos administrativos que atribuam ou reconheçam situações jurídicas de vantagem ou eliminem ou limitem deveres, ónus,

- encargos ou sujeições, salvo quando a sua precariedade decorra da lei ou da natureza do ato.
4. A revogação prevista na alínea c) do n.º 2 deve ser proferida no prazo de um ano, a contar da data do conhecimento da superveniência ou da alteração das circunstâncias, podendo esse prazo ser prorrogado, por mais dois anos, por razões fundamentadas.
 5. Na situação prevista na alínea c) do n.º 2, os beneficiários de boa-fé do ato revogado têm direito a ser indemnizados, nos termos do regime geral aplicável às situações de indemnização pelo sacrifício, mas quando a afetação do direito, pela sua gravidade ou intensidade, elimine ou restrinja o conteúdo essencial desse direito, o beneficiário de boa-fé do ato revogado tem direito a uma indemnização correspondente ao valor económico do direito eliminado ou da parte do direito que tiver sido restringida.
 6. Para efeitos do disposto no número anterior, consideram-se de boa-fé os beneficiários que, à data da prática do ato revogado, desconheciam sem culpa a existência de fundamentos passíveis de determinar a revogação do ato.

Origem do texto:

Corresponde, com alterações, ao artigo 140.º do CPA/91;

Reproduz o artigo 167.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde, com alterações, ao artigo 166.º do P/CPA.

Referências legais:

Código de Processo nos Tribunais Administrativos.

Jurisprudência:

Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul, de 17 de maio de 2012, processo n.º 4452/2008, publicado em www.datajuris.pt;

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 22 de fevereiro de 2011, processo n.º 391/2010, publicado em www.datajuris.pt;

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 4 de novembro de 2008, processo n.º 184/2008, publicado em www.datajuris.pt.

Anotação:

Após a distinção entre a revogação propriamente dita e a revogação anulatória (anulação administrativa) feita pelo artigo 165.º, este artigo estabelece os condicionalismos aplicáveis à revogação do ato administrativo, em função da sua finalidade e razão de ser e regula várias situações, procurando resolver alguns problemas que vinham sendo suscitados, bem como dar expressão às propostas de alteração dos artigos 140.º e 141.º do anterior Código formuladas pela doutrina, à semelhança do consagrado no direito alemão;

Pretende, ainda, conferir especial importância à garantia de um equilíbrio entre a estabilidade do ato administrativo e a sua adequação às mudanças da realidade e à evolução dos conhecimentos no contexto do interesse público e assim promover o respeito pelos direitos e interesses legalmente protegidos dos particulares — cf. ponto 18 do preâmbulo.

Artigo 168.^o

Condicionalismos aplicáveis à anulação administrativa

1. Os atos administrativos podem ser objeto de anulação administrativa no prazo de seis meses, a contar da data do conhecimento pelo órgão competente da causa de invalidade, ou, nos casos de invalidade resultante de erro do agente, desde o momento da cessação do erro, em qualquer dos casos desde que não tenham decorrido cinco anos, a contar da respetiva emissão.
2. Salvo nos casos previstos nos números seguintes, os atos constitutivos de direitos só podem ser objeto de anulação administrativa dentro do prazo de um ano, a contar da data da respetiva emissão.
3. Quando o ato tenha sido objeto de impugnação jurisdicional, a anulação administrativa só pode ter lugar até ao encerramento da discussão.
4. Salvo se a lei ou o direito da União Europeia prescreverem prazo diferente, os atos constitutivos de direitos podem ser objeto de anulação administrativa no prazo de cinco anos, a contar da data da respetiva emissão, nas seguintes circunstâncias:
 - a) Quando o respetivo beneficiário tenha utilizado artifício fraudulento com vista à obtenção da sua prática;
 - b) Apenas com eficácia para o futuro, quando se trate de atos constitutivos de direitos à obtenção de prestações periódicas, no âmbito de uma relação continuada;
 - c) Quando se trate de atos constitutivos de direitos de conteúdo pecuniário cuja legalidade, nos termos da legislação aplicável, possa ser objeto de fiscalização administrativa para além do prazo de um ano, com imposição do dever de restituição das quantias indevidamente auferidas.
5. Quando, nos casos previstos nos n.ºs 1 e 4, o ato se tenha tornado impugnável por via jurisdicional, o mesmo só pode ser objeto de anulação administrativa oficiosa.
6. A anulação administrativa de atos constitutivos de direitos constitui os beneficiários que desconhecem sem culpa a existência da invalidade e tenham auferido, tirado partido ou feito uso da posição de vantagem em que o ato os colocava, no direito de serem indemnizados pelos danos anormais que sofram em consequência da anulação.
7. Desde que ainda o possa fazer, a Administração tem o dever de anular o ato administrativo que tenha sido julgado válido por sentença transitada em julgado, proferida por um tribunal administrativo com base na interpretação do direito da União Europeia, invocando para o efeito nova interpretação desse direito em sentença posterior, transitada em julgado, proferida por um tribunal administrativo que, julgando em última instância, tenha dado execução a uma sentença de um tribunal da União Europeia vinculativa para o Estado português.

Origem do texto:

Artigo novo;

Reproduz o artigo 168.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde, com alterações, ao artigo 167.º do P/CPA.

Referências legais:

Código de Processo nos Tribunais Administrativos, artigos 64.º, 65.º e 161.º;

Decreto-Lei n.º 398/98, que aprova a Lei Geral Tributária (LGT), publicado no *Diário da República*, 1.ª série-A, n.º 290, de 17 de dezembro, pp. 6872 e segs. — artigo 78.º

Jurisprudência:

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 12 de setembro de 2013, processo n.º 134/2010, publicado em www.datajuris.pt;

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 13 de julho de 2013, processo n.º 120/2011, publicado em www.datajuris.pt.

Anotação:

Na esteira do que foi referido supra, na anotação ao artigo 167.º, este artigo estabelece os condicionalismos aplicáveis à anulação administrativa, também em função da sua finalidade e razão de ser, regulando várias situações que não se encontravam resolvidas pelo anterior Código. É salientada a diferenciação entre a anulação administrativa e a anulação judicial dos atos administrativos, fixando-se prazos que podem não coincidir para ambos os efeitos e permitindo-se, em certas circunstâncias e condições, a anulação administrativa de atos tornados contenciosamente inimpugnáveis, com efeitos retroativos ou apenas para o futuro, no pressuposto de que o mero decurso do prazo de impugnação judicial não torna válido o ato anulável, cf. ponto 18 do preâmbulo.

Artigo 169.º

Iniciativa e competência

1. Os atos administrativos podem ser objeto de revogação ou anulação administrativas por iniciativa dos órgãos competentes, ou a pedido dos interessados, mediante reclamação ou recurso administrativo.
2. Salvo disposição especial e sem prejuízo do disposto nos números seguintes, são competentes para a revogação dos atos administrativos os seus autores e os respetivos superiores hierárquicos, desde que não se trate de ato da competência exclusiva do subalterno.
3. Os atos administrativos podem ser objeto de anulação administrativa pelo órgão que os praticou e pelo respetivo superior hierárquico.
4. Enquanto vigorar a delegação ou subdelegação, os atos administrativos praticados por delegação ou subdelegação de poderes podem ser objeto de revogação ou de anulação administrativa pelo órgão delegante ou subdelegante, bem como pelo delegado ou subdelegado.
5. Nos casos expressamente permitidos por lei, os atos administrativos praticados por órgãos sujeitos a superintendência ou tutela administrativa podem ser objeto de revogação ou de anulação administrativa pelos órgãos com poderes de superintendência ou tutela.

6. Os atos administrativos praticados por órgão incompetente podem ser objeto de revogação ou de anulação administrativa pelo órgão competente para a sua prática.

Origem do texto:

Corresponde, com alterações, aos artigos 138.º e 142.º do CPA/91;

Reproduz o artigo 169.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde ao artigo 168.º do P/CPA.

Artigo 170.º

Forma e formalidades

1. Salvo disposição especial, o ato de revogação ou anulação administrativa deve revestir a forma legalmente prescrita para o ato revogado ou anulado.
2. Sem prejuízo do disposto no n.º 6 do artigo anterior, quando a lei não estabelecer forma alguma para o ato revogado ou anulado, ou este tiver revestido forma mais solene do que a legalmente prevista, o ato de revogação ou anulação administrativa deve revestir a mesma forma utilizada na prática do ato revogado ou anulado.
3. Salvo disposição especial, são de observar na revogação ou anulação administrativa as formalidades exigidas para a prática do ato revogado ou anulado que se mostrem indispensáveis à garantia do interesse público ou dos direitos e interesses legalmente protegidos dos interessados.

Origem do texto:

Corresponde, com alterações, aos artigos 143.º e 144.º do CPA/91;

Reproduz o artigo 170.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde, com alteração, ao artigo 169.º e integralmente ao artigo 170.º do P/CPA.

Jurisprudência:

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 9 de outubro de 1997, processo n.º 39266, publicado em www.dgsi.pt.

Artigo 171.º

Efeitos

1. Por regra, a revogação apenas produz efeitos para o futuro, mas o autor da revogação pode, no próprio ato, atribuir-lhe eficácia retroativa quando esta seja favorável aos interessados ou quando estes concordem expressamente com a retroatividade e não estejam em causa direitos ou interesses indisponíveis.
2. A revogação de um ato revogatório só produz efeitos repristinatórios se a lei ou o ato de revogação assim expressamente o determinarem.
3. Salvo disposição especial, a anulação administrativa produz efeitos retroativos, mas o autor da anulação pode, na própria decisão, atribuir-lhe

eficácia para o futuro, quando o ato se tenha tornado inimpugnável por via jurisdicional.

4. A anulação administrativa produz efeitos repristinatórios e, quando tenha por objeto a anulação de um ato revogatório, só não determina a repristinação do ato revogado se a lei ou o ato de anulação assim expressamente dispuserem.

Origem do texto:

Corresponde, com alterações, aos artigos 145.º e 146.º do CPA/91;

Reproduz o artigo 171.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde aos artigos 171.º e 172.º do P/CPA.

Jurisprudência:

Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul, de 9 de março de 2006, processo n.º 12737/2003, publicado em www.datajuris.pt;

Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul, de 21 de fevereiro de 2002, processo n.º 10185/2000, publicado em www.datajuris.pt;

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 14 de fevereiro de 2002, processo n.º 47862, publicado em www.datajuris.pt.

Artigo 172.º

Consequências da anulação administrativa

1. Sem prejuízo do eventual poder de praticar novo ato administrativo, a anulação administrativa constitui a Administração no dever de reconstituir a situação que existiria se o ato anulado não tivesse sido praticado, bem como de dar cumprimento aos deveres que não tenha cumprido com fundamento naquele ato, por referência à situação jurídica e de facto existente no momento em que deveria ter atuado.
2. Para efeitos do disposto no número anterior, a Administração pode ficar constituída no dever de praticar atos dotados de eficácia retroativa, desde que não envolvam a imposição de deveres, encargos, ónus ou sujeições, a aplicação de sanções ou a restrição de direitos ou interesses legalmente protegidos, assim como no dever de anular, reformar ou substituir os atos consequentes sem dependência de prazo, e alterar as situações de facto entretanto constituídas, cuja manutenção seja incompatível com a necessidade de reconstituir a situação que existiria se o ato anulado não tivesse sido praticado.
3. Os beneficiários de boa-fé de atos consequentes praticados há mais de um ano têm direito a ser indemnizados pelos danos que sofram em consequência da anulação, mas a sua situação jurídica não pode ser posta em causa se esses danos forem de difícil ou impossível reparação e for manifesta a desproporção existente entre o seu interesse na manutenção da situação e o dos interessados na concretização dos efeitos da anulação.
4. Quando à reintegração ou recolocação de um trabalhador que tenha obtido a anulação de um ato administrativo se oponha a existência de

terceiros com interesse legítimo na manutenção de situações incompatíveis, constituídas em seu favor por ato administrativo praticado há mais de um ano, o trabalhador que obteve a anulação tem direito a ser provido em lugar ou posto de trabalho vago e na categoria igual ou equivalente àquele em que deveria ter sido colocado, ou, não sendo isso imediatamente possível, em lugar ou posto de trabalho a criar no quadro ou mapa de pessoal da entidade onde exercerá funções.

Origem do texto:

Artigo novo;

Reproduz o artigo 172.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde, com alterações, ao artigo 162.º do P/CPA.

Referências legais:

Lei n.º 12-A/2008, que aprova a Lei de Vínculos, Carreiras e Remunerações da Função Pública (LVCR), publicada no *Diário da República*, 1.ª série, suplemento, n.º 41, de 27 de fevereiro, pp. 1326-(2) e segs.;

Lei n.º 53/2014, que aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LGT), publicada no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 117, de 20 de junho, pp. 3220 e segs.

Anotação:

Procede à regulação dos efeitos da anulação, que até agora eram regulados pelo CPTA.

Artigo 173.º

Alteração e substituição dos atos administrativos

1. Salvo disposição especial, são aplicáveis à alteração e substituição dos atos administrativos as normas reguladoras da revogação.
2. A substituição de um ato administrativo anulável, ainda que na pendência de processo jurisdicional, por um ato válido com o mesmo conteúdo sana os efeitos por ele produzidos, assim como os respetivos atos consequentes.
3. No caso previsto no número anterior, se o ato substituído tiver tido por objeto a imposição de deveres, encargos, ónus ou sujeições, a aplicação de sanções ou a restrição de direitos ou interesses legalmente protegidos, a renovação não prejudica a possibilidade da anulação dos efeitos lesivos produzidos durante o período de tempo que precedeu a substituição do ato.

Origem do texto:

Corresponde, com alterações, ao artigo 147.º do CPA/91;

Reproduz o artigo 173.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde ao artigo 173.º do P/CPA.

Artigo 174.º

Retificação dos atos administrativos

1. Os erros de cálculo e os erros materiais na expressão da vontade do órgão administrativo, quando manifestos, podem ser retifica-

dos, a todo o tempo, pelos órgãos competentes para a revogação do ato.

2. A retificação pode ter lugar oficiosamente ou a pedido dos interessados, produz efeitos retroativos e deve ser feita sob a forma e com a publicidade usadas para a prática do ato retificado.

Origem do texto:

Corresponde ao artigo 148.º do CPA/91;

Reproduz o artigo 174.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde ao artigo 174.º do P/CPA.

Jurisprudência:

Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul, de 16 de junho de 2005, processo n.º 6728/2002, publicado em www.datajuris.pt;

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 1 de junho de 2005, processo n.º 50/2005, publicado em www.datajuris.pt.

SECÇÃO V DA EXECUÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO

Artigo 175.º

Objeto

1. A presente secção estabelece o regime comum aplicável aos procedimentos administrativos dirigidos à obtenção, através de meios coercivos, da satisfação de obrigações pecuniárias, da entrega de coisa certa, da prestação de factos ou ainda do respeito por ações ou omissões em cumprimento de limitações impostas por atos administrativos.
2. A adoção de medidas policiais de coação direta, dirigidas à execução de obrigações diretamente decorrentes do quadro normativo aplicável, é objeto de legislação própria.

Origem do texto:

Artigo novo;

Reproduz o artigo 175.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde, com alterações, ao artigo 175.º do P/CPA.

Artigo 176.º

Legalidade da execução

1. Sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo anterior, a satisfação de obrigações e o respeito por limitações decorrentes de atos administrativos só podem ser impostos coercivamente pela Administração nos casos e segundo as formas e termos expressamente previstos na lei, ou em situações de urgente necessidade pública, devidamente fundamentada.

2. A execução coerciva de obrigações pecuniárias é sempre possível, nos termos do artigo 179.º

Origem do texto:

Corresponde, parcialmente e com alterações, aos artigos 149.º e 151.º do CPA/91;

Reproduz o artigo 176.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde, com alterações, ao artigo 176.º do P/CPA.

Jurisprudência:

Acórdão do Tribunal Central Administrativo Norte, de 4 de outubro de 2012, processo n.º 266/2012, publicado em www.datajuris.pt.

Anotação:

Em relação ao regime de execução dos atos administrativos consagra-se aqui o princípio de que a execução coerciva dos atos administrativos só pode ser realizada pela Administração nos casos expressamente previstos na lei, ou em situações de urgente necessidade pública e desde que devidamente fundamentada, tal como já amplamente defendido por parte da doutrina — cf. ponto 19 do preâmbulo;

No artigo 8.º do diploma de aprovação do Código é estabelecido que o presente artigo é aplicável a partir da data da entrada em vigor do diploma que define os casos, as formas e os termos em que os atos administrativos podem ser impostos coercivamente pela Administração, a aprovar no prazo de 60 dias a contar da entrada em vigor do diploma que aprova o presente código.

Artigo 177.º

Ato exequendo e decisão de proceder à execução

1. Os órgãos da Administração Pública não podem praticar qualquer ato jurídico ou operação material de execução sem terem praticado previamente o ato administrativo exequendo.
2. Salvo em estado de necessidade, os procedimentos de execução têm sempre início com a emissão de uma decisão autónoma e devidamente fundamentada de proceder à execução administrativa, na qual o órgão competente determina o conteúdo e os termos da execução.
3. A decisão de proceder à execução é notificada ao destinatário, com a cominação de um prazo razoável para o cumprimento da obrigação exequenda.
4. A notificação da decisão de proceder à execução pode ser feita conjuntamente com a notificação do ato administrativo exequendo.

Origem do texto:

Corresponde, parcialmente e com alterações, aos artigos 151.º e 152.º do CPA/91;

Reproduz o artigo 177.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde, com alterações, ao artigo 177.º do P/CPA.

Jurisprudência:

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 25 de setembro de 2012, processo n.º 168/2012, publicado em www.datajuris.pt;

Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul, de 29 de setembro de 2011, processo n.º 7413/2011, publicado em www.datajuris.pt;

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 15 de outubro de 2009, processo n.º 638/2009, publicado em www.datajuris.pt.

Anotação:

Consagra expressamente que os procedimentos de execução têm início com a emissão de uma decisão autónoma de proceder à execução, tendo esta decisão de determinar o conteúdo e os termos da execução; a interpelação ao cumprimento, pode ser feita conjuntamente com a notificação do ato exequendo — cf. ponto 19 do preâmbulo.

O artigo 182.º prevê que se os órgãos da Administração Pública praticarem qualquer ato jurídico ou operação material de execução sem terem praticado previamente o ato administrativo exequendo (n.º 1 do presente artigo), podem os executados lançar mão de ações administrativas comuns e requerer providências cautelares para prevenir a adoção de operações materiais de execução ou promover a remoção das respetivas consequências.

Artigo 178.º

Princípios aplicáveis

1. Na execução dos atos administrativos, deve ser respeitado o princípio da proporcionalidade, designadamente utilizando os meios que, garantindo a realização integral dos seus objetivos, envolvam menor prejuízo para os direitos e interesses dos particulares.
2. A coação direta sobre indivíduos, quando permitida por lei, só pode ser exercida com observância dos direitos fundamentais e no respeito pela dignidade da pessoa humana.

Origem do texto:

Artigo novo, com exceção do n.º 1 que corresponde, com alterações, ao n.º 2 do artigo 151.º do CPA/91;

Reproduz o artigo 178.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde, com alteração, ao artigo 178.º do P/CPA.

Anotação:

O Princípio da Proporcionalidade encontra-se consagrado no artigo 7.º;

O artigo 182.º prevê que se os órgãos da Administração Pública praticarem qualquer ato jurídico ou operação material de execução em desconformidade com o conteúdo e termos determinados na decisão de proceder à execução ou com os princípios consagrados no presente artigo, podem os executados lançar mão de ações administrativas comuns e requerer providências cautelares para prevenir a adoção de operações materiais de execução ou promover a remoção das respetivas consequências.

Artigo 179.º

Execução de obrigações pecuniárias

1. Quando, por força de um ato administrativo, devam ser pagas prestações pecuniárias a uma pessoa coletiva pública, ou por ordem desta, segue-se,

- na falta de pagamento voluntário no prazo fixado, o processo de execução fiscal, tal como regulado na legislação do processo tributário.
2. Para efeitos do disposto no número anterior, o órgão competente emite, nos termos legais, uma certidão com valor de título executivo, que remete ao competente serviço da Administração tributária, juntamente com o processo administrativo.
 3. Nos casos em que, nos termos da lei, a Administração proceda, diretamente ou por intermédio de terceiro, à execução coerciva de prestações de facto fungível, o procedimento previsto no presente artigo pode ser sempre utilizado para obter o ressarcimento das despesas efetuadas.

Origem do texto:

Corresponde, com alterações, ao artigo 155.º do CPA/91;

Reproduz o artigo 179.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde ao artigo 179.º do P/CPA.

Referências legais:

Decreto-Lei n.º 433/99, que aprova o Código de Procedimento e de Processo Tributário (CPPT), publicado no *Diário da República*, 1.ª série-A, n.º 250, de 26 de outubro, pp. 7170 e segs.

Jurisprudência:

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 21 de outubro de 2009, processo n.º 462/2009, publicado em www.datajuris.pt;

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 26 de agosto de 2009, processo n.º 609/2009, publicado em www.datajuris.pt.

Anotação:

O artigo 176.º permite a execução coerciva de obrigações pecuniárias, nos termos do presente artigo.

Artigo 180.º

Execução para entrega de coisa certa

Se o obrigado não fizer a entrega da coisa devida, o órgão competente procede às diligências que forem necessárias para tomar posse administrativa da mesma.

Origem do texto:

Corresponde, com alterações, ao artigo 156.º do CPA/91;

Reproduz o artigo 180.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Não tem correspondência no P/CPA, foi introduzido pela Proposta de Lei n.º 224/XII.

Jurisprudência:

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 2 de setembro de 2012, processo n.º 168/2012, publicado em www.datajuris.pt.

Artigo 181.º

Execução para prestação de facto

Se o obrigado não cumprir prestação de facto fungível dentro do prazo fixado, o órgão competente pode determinar que a execução seja realizada

diretamente ou por intermédio de terceiro, ficando, neste caso, todas as despesas, incluindo indemnizações e sanções pecuniárias, por conta do obrigado.

Origem do texto:

Corresponde, com alterações, ao artigo 157.º do CPA/91;

Reproduz o artigo 181.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Não tem correspondência no P/CPA, foi introduzido pela Proposta de Lei n.º 224/XII.

Artigo 182.º

Garantias dos executados

1. Os executados podem impugnar administrativa e contenciosamente o ato exequendo e, por vícios próprios, a decisão de proceder à execução administrativa ou outros atos administrativos praticados no âmbito do procedimento de execução, assim como requerer a suspensão contenciosa dos respetivos efeitos.
2. Sem prejuízo da aplicabilidade das garantias previstas na lei processual tributária, durante a tramitação dos procedimentos de execução de obrigações pecuniárias não são admitidos embargos, administrativos ou judiciais, em relação à execução coerciva de atos administrativos.
3. Os executados podem propor ações administrativas comuns e requerer providências cautelares para prevenir a adoção de operações materiais de execução ou promover a remoção das respetivas consequências, quando tais operações sejam ilegais, por serem adotadas:
 - a) Em cumprimento de decisão nula de proceder à execução, por violação do disposto no n.º 1 do artigo 177.º;
 - b) Sem que tenha sido emitida e ou notificada ao executado a decisão de proceder à execução;
 - c) Em desconformidade com o conteúdo e termos determinados na decisão de proceder à execução ou com os princípios consagrados no artigo 178.º

Origem do texto:

Artigo novo;

Reproduz o artigo 182.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde ao artigo 180.º do P/CPA.

Artigo 183.º

Execução pela via jurisdicional

Sempre que, nos termos do presente Código e demais legislação aplicável, a satisfação de obrigações ou o respeito por limitações decorrentes de atos administrativos não possa ser imposto coercivamente pela Administração, esta pode solicitar a respetiva execução ao tribunal administrativo competente, nos termos do disposto na lei processual administrativa.

Origem do texto:

Artigo novo;

Reproduz o artigo 183.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde, com alteração, ao artigo 181.º do P/CPA.

Referências legais:

Código de Processo nos Tribunais Administrativos;

Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais.

Anotação:

A introdução deste artigo teve como intuito o preenchimento de uma lacuna antiga do nosso ordenamento jurídico, no que respeita à determinação do modo de execução dos atos administrativos por via jurisdicional, quando não seja admissível a execução coerciva pela via administrativa — cf. preâmbulo.

SECÇÃO VI DA RECLAMAÇÃO E DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

SUBSECÇÃO I REGIME GERAL

Artigo 184.º Princípio geral

1. Os interessados têm o direito de:
 - a) Impugnar os atos administrativos perante a Administração Pública, solicitando a sua revogação, anulação, modificação ou substituição;
 - b) Reagir contra a omissão ilegal de atos administrativos, em incumprimento do dever de decisão solicitando a emissão do ato pretendido.
2. Os direitos reconhecidos no número anterior podem ser exercidos, consoante os casos, mediante reclamação ou recurso, nos termos da presente secção.
3. As reclamações e os recursos são deduzidos por meio de requerimento, no qual o recorrente deve expor os fundamentos que invoca, podendo juntar os elementos probatórios que considere convenientes.

Origem do texto:

Corresponde, com alterações, ao artigo 158.º do CPA/91;

Reproduz o artigo 184.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde, com alterações, ao artigo 182.º do P/CPA.

Jurisprudência:

Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul, de 11 de janeiro de 2011, processo n.º 4387/2010, publicado em www.datajuris.pt;

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 8 de julho de 2009, processo n.º 235/2009, publicado em www.datajuris.pt.

Artigo 185.º

Natureza e fundamentos

1. As reclamações e os recursos são necessários ou facultativos, conforme dependa, ou não, da sua prévia utilização a possibilidade de acesso aos meios contenciosos de impugnação ou condenação à prática de ato devido.
2. As reclamações e os recursos têm carácter facultativo, salvo se a lei os denominar como necessários.
3. Sempre que a lei não determine o contrário, as reclamações e os recursos de atos administrativos podem ter por fundamento a ilegalidade ou inconveniência do ato praticado.

Origem do texto:

Corresponde, com alterações, ao artigo 159.º do CPA/91;

Reproduz o artigo 185.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde, com alterações, ao artigo 183.º do P/CPA.

Anotação:

Estabelece-se, como regra geral, o carácter facultativo das reclamações e dos recursos administrativos.

Artigo 186.º

Legitimidade

1. Têm legitimidade para reclamar ou recorrer:
 - a) Os titulares de direitos subjetivos ou interesses legalmente protegidos que se considerem lesados pela prática ou omissão do ato administrativo;
 - b) As pessoas e entidades mencionadas nos n.ºs 2 a 4 do artigo 68.º
2. Não pode reclamar nem recorrer quem, sem reserva, tenha aceite, expressa ou tacitamente, um ato administrativo depois de praticado.

Origem do texto:

Corresponde, com alterações, ao artigo 160.º do CPA/91;

Reproduz o artigo 186.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde ao artigo 184.º do P/CPA.

Referências legais:

Constituição da República Portuguesa, artigo 268.º, n.º 4.

Jurisprudência:

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 6 de julho de 2006, processo n.º 726/2005, publicado em www.datajuris.pt;

Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 636/2006, de 21 de novembro de 2006, publicado em www.tribunalconstitucional.pt;

Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 118/97, de 19 de fevereiro de 1997, publicado em www.tribunalconstitucional.pt.

Artigo 187.º

Prazo em caso de omissão

As reclamações e recursos contra a omissão ilegal de atos administrativos podem ser apresentados no prazo de um ano.

Origem do texto:

Artigo novo;

Reproduz o artigo 187.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde ao n.º 2 do artigo 185.º do P/CPA.

Artigo 188.º

Início dos prazos de impugnação

1. O prazo da reclamação e dos recursos pelos interessados a quem o ato administrativo deva ser notificado só corre a partir da data da notificação, ainda que o ato tenha sido objeto de publicação obrigatória.
2. O prazo da reclamação e dos recursos por quaisquer outros interessados dos atos que não tenham de ser obrigatoriamente publicados começa a correr do seguinte facto que primeiro se verifique:
 - a) Notificação;
 - b) Publicação;
 - c) Conhecimento do ato ou da sua execução.
3. O prazo da reclamação e dos recursos contra a omissão ilegal de ato administrativo conta-se da data do incumprimento do dever de decisão.

Origem do texto:

Artigo novo;

Reproduz o artigo 188.º da Proposta de Lei n.º 224/XII.

Corresponde ao artigo 186.º do P/CPA.

Artigo 189.º

Efeitos das impugnações de atos administrativos

1. As impugnações administrativas necessárias de atos administrativos suspendem os respetivos efeitos.
2. As impugnações facultativas não têm efeito suspensivo, salvo nos casos em que a lei disponha o contrário ou quando o autor do ato, ou o órgão competente para conhecer do recurso, oficiosamente ou a pedido do interessado, considere que a sua execução imediata causa prejuízos irreparáveis ou de difícil reparação ao destinatário e a suspensão não cause prejuízo de maior gravidade para o interesse público.
3. A suspensão da execução pode ser pedida pelos interessados a qualquer momento, devendo a decisão ser tomada no prazo de cinco dias.

4. Na apreciação do pedido, deve verificar-se se as provas revelam uma probabilidade séria de veracidade dos factos alegados pelos interessados, devendo ser decretada, em caso afirmativo, a suspensão da execução.
5. O disposto nos n.ºs 2 a 4 não prejudica o pedido de suspensão de eficácia perante os tribunais administrativos, nos termos da legislação aplicável.

Origem do texto:

Artigo novo;

Corresponde, com alterações, ao artigo 189.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde, com alterações, ao artigo 187.º do P/CPA.

Anotação:

O artigo 147.º determina a aplicação do regime previsto no presente artigo, na parte relativa à impugnação facultativa de atos administrativos, à impugnação administrativa de regulamentos.

Artigo 190.º

Efeitos sobre prazos

1. A reclamação de atos ou omissões sujeitos a recurso administrativo necessário suspende o prazo da respetiva interposição.
2. Nos demais casos, a reclamação não suspende o prazo de interposição dos recursos administrativos que no caso couberem.
3. A utilização de meios de impugnação administrativa facultativos contra atos administrativos suspende o prazo de propositura de ações nos tribunais administrativos, que só retoma o seu curso com a notificação da decisão proferida sobre a impugnação administrativa ou com o decurso do respetivo prazo legal.
4. A suspensão do prazo prevista no número anterior não impede o interessado de propor ações nos tribunais administrativos na pendência da impugnação administrativa, bem como de requerer a adoção de providências cautelares.

Origem do texto:

Artigo novo;

Reproduz o artigo 190.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde ao artigo 188.º do P/CPA.

Referências legais:

Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais;

Código de Processo nos Tribunais Administrativos.

Anotação:

O artigo 147.º determina a aplicação do regime previsto no presente artigo, na parte relativa à impugnação facultativa de atos administrativos, à impugnação administrativa de regulamentos.

SUBSECÇÃO II DA RECLAMAÇÃO

Artigo 191.º **Regime geral**

1. Salvo disposição legal em contrário, pode reclamar-se, para o autor, da prática ou omissão de qualquer ato administrativo.
2. Não é possível reclamar-se de ato que decida anterior reclamação ou recurso administrativo, salvo com fundamento em omissão de pronúncia.
3. Quando a lei não estabeleça prazo diferente, a reclamação deve ser apresentada no prazo de 15 dias.

Origem do texto:

Corresponde, parcialmente e com alterações, aos artigos 161.º e 162.º do CPA/91;

Reproduz o artigo 191.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde, com alterações, ao artigo 189.º e parcialmente ao n.º 1 do artigo 185.º do P/CPA.

Jurisprudência:

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 24 de setembro de 2009, processo n.º 702/2009, publicado em www.datajuris.pt;

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 15 de abril de 2009, processo n.º 65/2009, publicado em www.datajuris.pt;

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 17 de dezembro de 2008, processo n.º 841/2008, publicado em www.datajuris.pt;

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 4 de dezembro de 2008, processo n.º 377/2008, publicado em www.datajuris.pt.

Artigo 192.º **Notificação dos contrainteressados e prazo para a decisão**

1. Apresentada a reclamação, o órgão competente para a decisão deve notificar aqueles que possam ser prejudicados pela sua procedência para alegarem, no prazo de 15 dias, o que tiverem por conveniente sobre o pedido e os seus fundamentos.
2. O prazo para o órgão competente apreciar e decidir a reclamação é de 30 dias, podendo confirmar, revogar, anular, modificar ou substituir o ato reclamado, ou praticar o ato ilegalmente omitido.
3. Quando a reclamação for necessária, o decurso do prazo referido no número anterior, sem que haja sido tomada uma decisão, confere ao interessado a possibilidade de utilizar o meio de tutela, administrativo ou contencioso, adequado para satisfação da sua pretensão.

Origem do texto:

Artigo novo, com exceção da 1.ª parte do n.º 2 que corresponde ao artigo 165.º do CPA/91;

Reproduz o artigo 192.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde, com alterações, ao artigo 190.º do P/CPA.

Jurisprudência:

Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul, de 22 de novembro de 2012, processo n.º 9062/2012, publicado em www.datajuris.pt;

Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul, de 7 de dezembro de 2011, processo n.º 5794/2009, publicado em www.datajuris.pt.

SUBSECÇÃO III
DO RECURSO HIERÁRQUICO

Artigo 193.º
Regime geral

1. Sempre que a lei não exclua tal possibilidade, o recurso hierárquico pode ser utilizado para:
 - a) Impugnar atos administrativos praticados por órgãos sujeitos aos poderes hierárquicos de outros órgãos;
 - b) Reagir contra a omissão ilegal de atos administrativos, por parte de órgãos sujeitos aos poderes hierárquicos de outros órgãos.
2. Quando a lei não estabeleça prazo diferente, o recurso hierárquico necessário dos atos administrativos deve ser interposto no prazo de 30 dias e o recurso hierárquico facultativo, no prazo de impugnação contenciosa do ato em causa.

Origem do texto:

Corresponde, com alterações, aos artigos 166.º e 168.º do CPA/91;

Reproduz o artigo 193.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde, com alterações, ao artigo 191.º e parcialmente ao n.º 1 do artigo 185.º do P/CPA.

Jurisprudência:

Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul, de 30 de abril de 2009, processo n.º 4287/2008, publicado em www.datajuris.pt;

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 17 de dezembro de 2008, processo n.º 230/2008, publicado em www.datajuris.pt;

Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul, de 2 de outubro de 2008, processo n.º 4182/2000, publicado em www.datajuris.pt;

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 11 de outubro de 2007, processo n.º 229/2007, publicado em www.datajuris.pt.

Artigo 194.º
Interposição

1. O recurso é dirigido ao mais elevado superior hierárquico do autor do ato ou da omissão, salvo se a competência para a decisão se encontrar delegada ou subdelegada.

2. O requerimento de interposição do recurso é apresentado ao autor do ato ou da omissão ou à autoridade a quem seja dirigido, que, neste caso, o remete ao primeiro, no prazo de três dias.

Origem do texto:

Corresponde, com alterações, ao artigo 169.º do CPA/91;

Reproduz o artigo 194.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde, com alterações, ao artigo 192.º do P/CPA.

Jurisprudência:

Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul, de 2 de abril de 2009, processo n.º 12921/2003, publicado em www.datajuris.pt.

Artigo 195.º

Tramitação

1. Recebido o requerimento, o autor do ato ou da omissão deve notificar aqueles que possam ser prejudicados pela sua procedência para alegarem, no prazo de 15 dias, o que tiverem por conveniente sobre o pedido e os seus fundamentos.
2. No mesmo prazo referido no número anterior, ou no prazo de 30 dias, quando houver contrainteressados, deve o autor do ato ou da omissão pronunciar-se sobre o recurso e remetê-lo ao órgão competente para dele conhecer, notificando o recorrente da remessa do processo administrativo.
3. Quando os contrainteressados não hajam deduzido oposição e os elementos constantes do processo demonstrem suficientemente a procedência do recurso, pode o autor do ato recorrido revogar, anular, modificar ou substituir o ato, informando da sua decisão o órgão competente para conhecer do recurso.
4. Para efeitos do disposto no número anterior, o autor do ato recorrido não pode modificar ou substituir o ato recorrido em sentido menos favorável ao recorrente.
5. O órgão responsável pelo incumprimento do dever de decisão pode praticar o ato ilegalmente omitido na pendência do recurso hierárquico, disso dando conhecimento ao órgão competente para conhecer do recurso e notificando o recorrente e os contrainteressados que hajam deduzido oposição.
6. Na hipótese prevista no número anterior, o recorrente ou os contrainteressados podem requerer que o recurso prossiga contra o ato praticado, com a faculdade de alegação de novos fundamentos e da junção dos elementos probatórios que considerem pertinentes.
7. O requerimento a que se refere o número anterior deve ser apresentado dentro do prazo previsto para a interposição de recurso hierárquico contra o ato praticado.

Origem do texto:

Artigo novo, com exceção dos n.ºs 1, 2 e 3 que correspondem com alterações aos artigos 171.º e 172.º do CPA/91;

Reproduz o artigo 195.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde, com alterações, ao artigo 193.º do P/CPA.

Jurisprudência:

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 25 de fevereiro de 2010, processo n.º 320/2008, publicado em www.datajuris.pt.

Anotação:

No âmbito das impugnações administrativas regula-se, agora, o incumprimento do dever de decidir, fixando-se o prazo de reação à omissão ilegal de atos administrativos e prevendo-se a possibilidade de suprir essa omissão, quer por parte da autoridade recorrida, quer por parte da autoridade para a qual se recorre, n.º 5 do presente artigo;

Relativamente às formalidades do recurso hierárquico a tramitação é simplificada — cf. ponto 20 do preâmbulo.

Artigo 196.º

Rejeição do recurso

1. O recurso deve ser rejeitado nos casos seguintes:
 - a) Quando o ato impugnado não seja suscetível de recurso;
 - b) Quando o recorrente careça de legitimidade;
 - c) Quando o recurso haja sido interposto fora do prazo;
 - d) Quando ocorra qualquer outra causa que obste ao conhecimento do recurso.
2. Quando o recurso haja sido interposto para órgão incompetente, é aplicável o disposto no artigo 41.º

Origem do texto:

Corresponde, com alterações, ao artigo 173.º do CPA/91;

Reproduz o artigo 196.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde ao artigo 194.º do P/CPA.

Jurisprudência:

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 5 de julho de 2007, processo n.º 16/2007, publicado em www.datajuris.pt;

Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul, de 30 de junho de 2005, processo n.º 10168/2000, publicado em www.datajuris.pt.

Artigo 197.º

Decisão

1. O órgão competente para conhecer do recurso pode, salvas as exceções previstas na lei, confirmar ou anular o ato recorrido e, se a competência do autor do ato recorrido não for exclusiva, pode também revogá-lo, modificá-lo ou substituí-lo, ainda que em sentido desfavorável ao recorrente.
2. O órgão competente para conhecer do recurso não fica obrigado à proposta de pronúncia do autor do ato ou da omissão, e deve respeitar,

na fundamentação da decisão que venha a tomar, quando não opte por aquela proposta, os requisitos previstos no artigo 153.^o

3. O órgão competente para decidir o recurso pode, se for caso disso, anular, no todo ou em parte, o procedimento administrativo e determinar a realização de nova instrução ou de diligências complementares.
4. No caso de ter havido incumprimento do dever de decisão, o órgão competente para decidir o recurso pode substituir-se ao órgão omissor na prática desse ato, se a competência não for exclusiva deste, ou ordenar a prática do ato ilegalmente omitido.

Origem do texto:

Corresponde, com alterações, ao artigo 174.^o do CPA/91;

Reproduz o artigo 197.^o da Proposta de Lei n.^o 224/XII;

Corresponde, com alterações, ao artigo 195.^o do P/CPA.

Anotação:

No que se prende com o incumprimento do dever de decidir prevê-se a possibilidade de suprir essa omissão, quer por parte da autoridade recorrida, quer por parte da autoridade para a qual se recorre, n.^o 4 do presente artigo;

O órgão competente para conhecer do recurso, na fundamentação da decisão que tomar, não fica obrigado à proposta de pronúncia do autor do ato ou da omissão, devendo, no entanto respeitar os requisitos gerais da fundamentação do ato administrativo, quando não opte por aquela proposta — cf. ponto 20 do preâmbulo.

Artigo 198.^o

Prazo para a decisão

1. Quando a lei não fixe prazo diferente, o recurso hierárquico deve ser decidido no prazo de 30 dias, a contar da data da remessa do processo ao órgão competente para dele conhecer.
2. O prazo referido no número anterior é elevado até ao máximo de 90 dias, quando haja lugar à realização de nova instrução ou de diligências complementares.
3. No âmbito do recurso hierárquico necessário, o superior hierárquico deve apreciar todas as questões suscitadas pelo recorrente, excetuadas aquelas cuja decisão esteja prejudicada pela solução dada a outras.
4. O indeferimento do recurso hierárquico necessário ou o decurso dos prazos referidos nos n.^{os} 1 e 2, sem que haja sido tomada uma decisão, conferem ao interessado a possibilidade de impugnar contenciosamente o ato do órgão subalterno ou de fazer valer o seu direito ao cumprimento, por aquele órgão, do dever de decisão.

Origem do texto:

Corresponde, com alterações, ao artigo 175.^o do CPA/91;

Reproduz o artigo 198.^o da Proposta de Lei n.^o 224/XII;

Corresponde, com alteração semântica, ao artigo 196.^o do P/CPA.

Jurisprudência:

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 25 de fevereiro de 2010, processo n.º 320/2008, publicado em www.datajuris.pt;

Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul, de 27 de abril de 2006, processo n.º 5175/2000, publicado em www.datajuris.pt.

SUBSECÇÃO IV
DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS ESPECIAIS

Artigo 199.º
Regime

1. Nos casos expressamente previstos na lei, há lugar a recursos administrativos:
 - a) Para órgão da mesma pessoa coletiva que exerça poderes de supervisão;
 - b) Para o órgão colegial, de atos ou omissões de qualquer dos seus membros, comissões ou secções;
 - c) Para órgão de outra pessoa coletiva que exerça poderes de tutela ou superintendência.
2. Sem prejuízo dos recursos previstos no número anterior, pode ainda haver lugar, por expressa disposição legal, a recurso para o delegante ou subdelegante dos atos praticados pelo delegado ou subdelegado.
3. O recurso tutelar previsto na alínea c) do n.º 1 só pode ter por fundamento a inconveniência ou inoportunidade do ato ou da omissão nos casos em que a lei estabeleça uma tutela de mérito.
4. No recurso tutelar, a modificação ou a substituição do ato recorrido ou omitido só é possível se a lei conferir poderes de tutela substitutiva e no âmbito destes.
5. Aos recursos previstos no presente artigo são aplicáveis as disposições reguladoras do recurso hierárquico, mas, quanto ao recurso tutelar, apenas na parte em que não contrariem a natureza própria deste e o respeito devido à autonomia da entidade tutelada.

Origem do texto:

Artigo novo, que reformula alguns dos conceitos contidos nos artigos 176.º e 177.º do CPA/91;

Corresponde, com alterações, ao artigo 199.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde, com alterações, ao artigo 197.º do P/CPA.

Jurisprudência:

Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul, de 30 de junho de 2005, processo n.º 10168/2000, publicado em www.datajuris.pt.

Anotação:

Este artigo reformula os «recursos hierárquicos impróprios» (artigo 176.º do CPA/91) e o recurso tutelar (artigo 177.º do CPA/91) que passam a estar englobados nesta categoria dos «recursos administrativos especiais».

CAPÍTULO III DOS CONTRATOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Artigo 200.º

Espécies de contratos

1. Os órgãos da Administração Pública podem celebrar contratos administrativos, sujeitos a um regime substantivo de direito administrativo, ou contratos submetidos a um regime de direito privado.
2. São contratos administrativos os que como tal são classificados no Código dos Contratos Públicos ou em legislação especial.
3. Na prossecução das suas atribuições ou dos seus fins, os órgãos da Administração Pública podem celebrar quaisquer contratos administrativos, salvo se outra coisa resultar da lei ou da natureza das relações a estabelecer.

Origem do texto:

Artigo novo;

Reproduz o artigo 200.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde ao artigo 198.º do P/CPA.

Artigo 201.º

Procedimentos pré-contratuais

1. A formação dos contratos cujo objeto abranja prestações que estejam, ou sejam suscetíveis de estar, submetidas à concorrência de mercado, encontra-se sujeita ao regime estabelecido no Código dos Contratos Públicos ou em lei especial.
2. À formação dos contratos a que se refere o número anterior são especialmente aplicáveis os princípios da transparência, da igualdade e da concorrência.
3. Na ausência de lei própria, aplica-se à formação dos contratos administrativos o regime geral do procedimento administrativo estatuído pelo presente Código, com as necessárias adaptações.

Origem do texto:

Artigo novo;

Reproduz o artigo 201.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde ao artigo 199.º do P/CPA.

Referências legais:

Decreto-Lei n.º 18/2008, que aprova o Código dos Contratos Públicos (CCP), publicado no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 20, de 29 de janeiro, pp. 753 e segs. — artigo 1.º

Anotação:

O Princípio da Igualdade encontra-se consagrado no artigo 6.º;

Dado que o regime de contratação pública, previsto no Código dos Contratos Públicos, não se aplica à formação de todos os contratos administrativos, estipula-se que quando não existir lei própria, deverá ser aplicada à formação desses contratos o regime geral do procedimento administrativo, atribuindo a este normativo natureza supletiva — cf. ponto 21 do preâmbulo.

Artigo 202.º

Regime substantivo

1. As relações contratuais administrativas são regidas pelo Código dos Contratos Públicos ou por lei especial, sem prejuízo da aplicação subsidiária daquele quando os tipos dos contratos não afastem as razões justificativas da disciplina em causa.
2. No âmbito dos contratos sujeitos a um regime de direito privado são aplicáveis aos órgãos da Administração Pública as disposições do presente Código que concretizam preceitos constitucionais e os princípios gerais da atividade administrativa.

Origem do texto:

Artigo novo;

Reproduz o artigo 202.º da Proposta de Lei n.º 224/XII;

Corresponde ao artigo 200.º do P/CPA.

Referências legais:

Decreto-Lei n.º 18/2008, que aprova o Código dos Contratos Públicos (CCP), publicado no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 20, de 29 de janeiro, pp. 753 e segs.

LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR

Nota

O texto da Constituição encontra-se atualizado de acordo com:

Lei Constitucional n.º 1/82, de 30 de setembro;
Lei Constitucional n.º 1/89, de 8 de julho;
Lei Constitucional n.º 1/92, de 25 de novembro;
Lei Constitucional n.º 1/97, de 20 setembro;
Lei Constitucional n.º 1/2001, de 12 de dezembro;
Lei Constitucional n.º 1/2004, de 24 de julho; e
Lei Constitucional n.º 1/2005, de 12 de agosto.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA

Preâmbulo

A 25 de abril de 1974, o Movimento das Forças Armadas, coroando a longa resistência do povo português e interpretando os seus sentimentos profundos, derrubou o regime fascista.

Libertar Portugal da ditadura, da opressão e do colonialismo representou uma transformação revolucionária e o início de uma viragem histórica da sociedade portuguesa.

A Revolução restituiu aos Portugueses os direitos e liberdades fundamentais. No exercício destes direitos e liberdades, os legítimos representantes do povo reúnem-se para elaborar uma Constituição que corresponde às aspirações do país.

A Assembleia Constituinte afirma a decisão do povo português de defender a independência nacional, de garantir os direitos fundamen-

tais dos cidadãos, de estabelecer os princípios basilares da democracia, de assegurar o primado do Estado de Direito democrático e de abrir caminho para uma sociedade socialista, no respeito da vontade do povo português, tendo em vista a construção de um país mais livre, mais justo e mais fraterno.

A Assembleia Constituinte, reunida na sessão plenária de 2 de abril de 1976, aprova e decreta a seguinte Constituição da República Portuguesa:

PARTE III ORGANIZAÇÃO DO PODER POLÍTICO

.....

TÍTULO IX ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Artigo 266.º

Princípios fundamentais

1. A Administração Pública visa a prossecução do interesse público, no respeito pelos direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos.
2. Os órgãos e agentes administrativos estão subordinados à Constituição e à lei e devem atuar, no exercício das suas funções, com respeito pelos princípios da igualdade, da proporcionalidade, da justiça, da imparcialidade e da boa-fé.

Artigo 267.º

Estrutura da Administração

1. A Administração Pública será estruturada de modo a evitar a burocratização, a aproximar os serviços das populações e a assegurar a participação dos interessados na sua gestão efetiva, designadamente por intermédio de associações públicas, organizações de moradores e outras formas de representação democrática.
2. Para efeito do disposto no número anterior, a lei estabelecerá adequadas formas de descentralização e desconcentração administrativas, sem prejuízo da necessária eficácia e unidade de ação da Administração e dos poderes de direção, superintendência e tutela dos órgãos competentes.
3. A lei pode criar entidades administrativas independentes.
4. As associações públicas só podem ser constituídas para a satisfação de necessidades específicas, não podem exercer funções próprias das

associações sindicais e têm organização interna baseada no respeito dos direitos dos seus membros e na formação democrática dos seus órgãos.

5. O processamento da atividade administrativa será objeto de lei especial, que assegurará a racionalização dos meios a utilizar pelos serviços e a participação dos cidadãos na formação das decisões ou deliberações que lhes disserem respeito.
6. As entidades privadas que exerçam poderes públicos podem ser sujeitas, nos termos da lei, a fiscalização administrativa.

Artigo 268.º

Direitos e garantias dos administrados

1. Os cidadãos têm o direito de ser informados pela Administração, sempre que o requeiram, sobre o andamento dos processos em que sejam diretamente interessados, bem como o de conhecer as resoluções definitivas que sobre eles forem tomadas.
2. Os cidadãos têm também o direito de acesso aos arquivos e registos administrativos, sem prejuízo do disposto na lei em matérias relativas à segurança interna e externa, à investigação criminal e à intimidade das pessoas.
3. Os atos administrativos estão sujeitos a notificação aos interessados, na forma prevista na lei, e carecem de fundamentação expressa e acessível quando afetem direitos ou interesses legalmente protegidos.
4. É garantido aos administrados tutela jurisdicional efetiva dos seus direitos ou interesses legalmente protegidos, incluindo, nomeadamente, o reconhecimento desses direitos ou interesses, a impugnação de quaisquer atos administrativos que os lesem, independentemente da sua forma, a determinação da prática de atos administrativos legalmente devidos e a adoção de medidas cautelares adequadas.
5. Os cidadãos têm igualmente direito de impugnar as normas administrativas com eficácia externa lesivas dos seus direitos ou interesses legalmente protegidos.
6. Para efeitos dos n.ºs 1 e 2, a lei fixará um prazo máximo de resposta por parte da Administração.

Artigo 269.º

Regime da função pública

1. No exercício das suas funções, os trabalhadores da Administração Pública e demais agentes do Estado e outras entidades públicas estão exclusivamente ao serviço do interesse público, tal como é definido, nos termos da lei, pelos órgãos competentes da Administração.
2. Os trabalhadores da Administração Pública e demais agentes do Estado e outras entidades públicas não podem ser prejudicados ou beneficiados

em virtude do exercício de quaisquer direitos políticos previstos na Constituição, nomeadamente por opção partidária.

3. Em processo disciplinar são garantidas ao arguido a sua audiência e defesa.
4. Não é permitida a acumulação de empregos ou cargos públicos, salvo nos casos expressamente admitidos por lei.
5. A lei determina as incompatibilidades entre o exercício de empregos ou cargos públicos e o de outras atividades.

Artigo 270.º

Restrições ao exercício de direitos

A lei pode estabelecer, na estrita medida das exigências próprias das respetivas funções, restrições ao exercício dos direitos de expressão, reunião, manifestação, associação e petição coletiva e à capacidade eleitoral passiva dos militares e agentes militarizados dos quadros permanentes em serviço efetivo, bem como por agentes dos serviços e das forças de segurança e, no caso destas, a não admissão do direito à greve, mesmo quando reconhecido o direito de associação sindical.

Artigo 271.º

Responsabilidade dos funcionários e agentes

1. Os funcionários e agentes do Estado e das demais entidades públicas são responsáveis civil, criminal e disciplinarmente pelas ações ou omissões praticadas no exercício das suas funções e por causa desse exercício de que resulte violação dos direitos ou interesses legalmente protegidos dos cidadãos, não dependendo a ação ou procedimento, em qualquer fase, de autorização hierárquica.
2. É excluída a responsabilidade do funcionário ou agente que atue no cumprimento de ordens ou instruções emanadas de legítimo superior hierárquico e em matéria de serviço, se previamente delas tiver reclamado ou tiver exigido a sua transmissão ou confirmação por escrito.
3. Cessa o dever de obediência sempre que o cumprimento das ordens ou instruções implique a prática de qualquer crime.
4. A lei regula os termos em que o Estado e as demais entidades públicas têm direito de regresso contra os titulares dos seus órgãos, funcionários e agentes.

Artigo 272.º

Polícia

1. A polícia tem por funções defender a legalidade democrática e garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos.

2. As medidas de polícia são as previstas na lei, não devendo ser utilizadas para além do estritamente necessário.
3. A prevenção dos crimes, incluindo a dos crimes contra a segurança do Estado, só pode fazer-se com observância das regras gerais sobre polícia e com respeito pelos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos.
4. A lei fixa o regime das forças de segurança, sendo a organização de cada uma delas única para todo o território nacional.

.....

(Não dispensa a consulta do Diário da República)

Nota

O presente diploma encontra-se atualizado de acordo com:
Retificação n.º 4/95, de 12 de outubro.

DIREITO DE PARTICIPAÇÃO PROCEDIMENTAL E DE AÇÃO POPULAR

Lei n.º 83/95, de 31 de agosto

Direito de participação procedimental e de ação popular

A Assembleia da República decreta, nos termos dos artigos 52.º, n.º 3, 164.º, alínea d), e 169.º, n.º 3, da Constituição, o seguinte:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1.º

Âmbito da presente lei

1. A presente lei define os casos e termos em que são conferidos e podem ser exercidos o direito de participação popular em procedimentos administrativos e o direito de ação popular para a prevenção, a cessação ou a perseguição judicial das infrações previstas no n.º 3 do artigo 52.º da Constituição.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, são designadamente interesses protegidos pela presente lei a saúde pública, o ambiente, a qualidade de vida, a proteção do consumo de bens e serviços, o património cultural e o domínio público.

Artigo 2.º

Titularidade dos direitos de participação procedimental e do direito de ação popular

1. São titulares do direito procedimental de participação popular e do direito de ação popular quaisquer cidadãos no gozo dos seus direitos civis e políticos e as associações e fundações defensoras dos interesses previstos no artigo anterior, independentemente de terem ou não interesse direto na demanda.
2. São igualmente titulares dos direitos referidos no número anterior as autarquias locais em relação aos interesses de que sejam titulares residentes na área da respetiva circunscrição.

Artigo 3.º

Legitimidade ativa das associações e fundações

Constituem requisitos da legitimidade ativa das associações e fundações:

- a) A personalidade jurídica;
- b) O incluírem expressamente nas suas atribuições ou nos seus objetivos estatutários a defesa dos interesses em causa no tipo de ação de que se trate;
- c) Não exercerem qualquer tipo de atividade profissional concorrente com empresas ou profissionais liberais.

CAPÍTULO II DIREITO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Artigo 4.º

Dever de prévia audiência na preparação de planos ou na localização e realização de obras e investimentos públicos

1. A adoção de planos de desenvolvimento das atividades da Administração Pública, de planos de urbanismo, de planos diretores e de ordenamento do território e a decisão sobre a localização e a realização de obras públicas ou de outros investimentos públicos com impacto relevante no ambiente ou nas condições económicas e sociais e da vida em geral das populações ou agregados populacionais de certa área do território nacional devem ser precedidos, na fase de instrução dos respetivos procedimentos, da audição dos cidadãos interessados e das entidades defensoras dos interesses que possam vir a ser afetados por aqueles planos ou decisões.

2. Para efeitos desta lei, considera-se equivalente aos planos a preparação de atividades coordenadas da Administração a desenvolver com vista à obtenção de resultados com impacte relevante.
3. São consideradas como obras públicas ou investimentos públicos com impacte relevante para efeitos deste artigo os que se traduzam em custos superiores a um milhão de contos ou que, sendo de valor inferior, influenciem significativamente as condições de vida das populações de determinada área, quer sejam executados diretamente por pessoas coletivas públicas quer por concessionários.

Artigo 5.º

Anúncio público do início do procedimento para elaboração dos planos ou decisões de realizar as obras ou investimentos

1. Para a realização da audição dos interessados serão afixados editais nos lugares de estilo, quando os houver, e publicados anúncios em dois jornais diários de grande circulação, bem como num jornal regional, quando existir.
2. Os editais e anúncios identificarão as principais características do plano, obra ou investimento e seus prováveis efeitos e indicarão a data a partir da qual será realizada a audição dos interessados.
3. Entre a data do anúncio e a realização da audição deverão mediar, pelo menos, 20 dias, salvo casos de urgência devidamente justificados.

Artigo 6.º

Consulta dos documentos e demais atos do procedimento

1. Durante o período referido no n.º 3 do artigo anterior, os estudos e outros elementos preparatórios dos projetos dos planos ou das obras deverão ser facultados à consulta dos interessados.
2. Dos elementos preparatórios referidos no número anterior constarão obrigatoriamente indicações sobre eventuais consequências que a adoção dos planos ou decisões possa ter sobre os bens, ambiente e condições de vida das pessoas abrangidas.
3. Poderão também durante o período de consulta ser pedidos, oralmente ou por escrito, esclarecimentos sobre os elementos facultados.

Artigo 7.º**Pedido de audiência ou de apresentação de observações escritas**

1. No prazo de cinco dias a contar do termo do período da consulta, os interessados deverão comunicar à autoridade instrutora a sua pretensão de serem ouvidos oralmente ou de apresentarem observações escritas.
2. No caso de pretenderem ser ouvidos, os interessados devem indicar os assuntos sobre que pretendem intervir e qual o sentido geral da sua intervenção.

Artigo 8.º**Audição dos interessados**

1. Os interessados serão ouvidos em audiência pública.
2. A autoridade encarregada da instrução prestará os esclarecimentos que entender úteis durante a audiência, sem prejuízo do disposto nos artigos seguintes.
3. Das audiências serão lavradas atas assinadas pela autoridade encarregada da instrução.

Artigo 9.º**Dever de ponderação e de resposta**

1. A autoridade instrutora ou, por seu intermédio, a autoridade promotora do projeto, quando aquela não for competente para a decisão, responderá às observações formuladas e justificará as opções tomadas.
2. A resposta será comunicada por escrito aos interessados, sem prejuízo do disposto no artigo seguinte.

Artigo 10.º**Procedimento coletivo**

1. Sempre que a autoridade instrutora deva proceder a mais de 20 audições, poderá determinar que os interessados se organizem de modo a escolherem representantes nas audiências a efetuar, os quais serão indicados no prazo de cinco dias a contar do fim do período referido no n.º 1 do artigo 7.º
2. No caso de os interessados não se fazerem representar, poderá a entidade instrutora escolher, de entre os interessados, representantes de posições afins, de modo a não exceder o número de 20 audições.
3. As observações escritas ou os pedidos de intervenção idênticos serão agrupados a fim de que a audição se restrinja apenas ao primeiro inte-

ressado que solicitou a audiência ou ao primeiro subscritor das observações feitas.

4. No caso de se adotar a forma de audição através de representantes, ou no caso de a apresentação de observações escritas ser em número superior a 20, poderá a autoridade instrutora optar pela publicação das respostas aos interessados em dois jornais diários e num jornal regional, quando exista.

Artigo 11.º

Aplicação do Código do Procedimento Administrativo

São aplicáveis aos procedimentos e atos previstos no artigo anterior as pertinentes disposições do Código do Procedimento Administrativo.

CAPÍTULO III DO EXERCÍCIO DA AÇÃO POPULAR

Artigo 12.º

Ação popular administrativa e ação popular civil

1. A ação popular administrativa compreende a ação para defesa dos interesses referidos no artigo 1.º e o recurso contencioso com fundamento em ilegalidade contra quaisquer atos administrativos lesivos dos mesmos interesses.
2. A ação popular civil pode revestir qualquer das formas previstas no Código de Processo Civil.

(Retificado pela Retificação n.º 4/95, de 12 de outubro.)

Artigo 13.º

Regime especial de indeferimento da petição inicial

A petição deve ser indeferida quando o julgador entenda que é manifestamente improvável a procedência do pedido, ouvido o Ministério Público e feitas preliminarmente as averiguações que o julgador tenha por justificadas ou que o autor ou o Ministério Público requeiram.

Artigo 14.º

Regime especial de representação processual

Nos processos de ação popular, o autor representa por iniciativa própria, com dispensa de mandato ou autorização expressa, todos os demais titulares dos direitos ou interesses em causa que não tenham exercido

o direito de autoexclusão previsto no artigo seguinte, com as consequências constantes da presente lei.

Artigo 15.º

Direito de exclusão por parte de titulares dos interesses em causa

1. Recebida petição de ação popular, serão citados os titulares dos interesses em causa na ação de que se trate, e não intervenientes nela, para o efeito de, no prazo fixado pelo juiz, passarem a intervir no processo a título principal, querendo, aceitando-o na fase em que se encontrar, e para declararem nos autos se aceitam ou não ser representados pelo autor ou se, pelo contrário, se excluem dessa representação, nomeadamente para o efeito de lhes não serem aplicáveis as decisões proferidas, sob pena de a sua passividade valer como aceitação, sem prejuízo do disposto no n.º 4.
2. A citação será feita por anúncio ou anúncios tornados públicos através de qualquer meio de comunicação social ou editalmente, consoante estejam em causa interesses gerais ou geograficamente localizados, sem obrigatoriedade de identificação pessoal dos destinatários, que poderão ser referenciados enquanto titulares dos mencionados interesses, e por referência à ação de que se trate, à identificação de pelo menos o primeiro autor, quando seja um entre vários, do réu ou réus e por menção bastante do pedido e da causa de pedir.
3. Quando não for possível individualizar os respetivos titulares, a citação prevista no número anterior far-se-á por referência ao respetivo universo, determinado a partir de circunstância ou qualidade que lhes seja comum, da área geográfica em que residam ou do grupo ou comunidade que constituam, em qualquer caso sem vinculação à identificação constante da petição inicial, seguindo-se no mais o disposto no número anterior.
4. A representação referida no n.º 1 é ainda suscetível de recusa pelo representado até ao termo da produção de prova ou fase equivalente, por declaração expressa nos autos.

Artigo 16.º

Ministério Público

1. O Ministério Público fiscaliza a legalidade e representa o Estado quando este for parte na causa, os ausentes, os menores e demais incapazes, neste último caso quer sejam autores ou réus.
2. O Ministério Público poderá ainda representar outras pessoas coletivas públicas quando tal for autorizado por lei.
3. No âmbito da fiscalização da legalidade, o Ministério Público poderá, querendo, substituir-se ao autor em caso de desistência da lide, bem

como de transação ou de comportamentos lesivos dos interesses em causa.

Artigo 17.º

Recolha de provas pelo julgador

Na ação popular e no âmbito das questões fundamentais definidas pelas partes, cabe ao juiz iniciativa própria em matéria de recolha de provas, sem vinculação à iniciativa das partes.

Artigo 18.º

Regime especial de eficácia dos recursos

Mesmo que determinado recurso não tenha efeito suspensivo, nos termos gerais, pode o julgador, em ação popular, conferir-lhe esse efeito, para evitar dano irreparável ou de difícil reparação.

Artigo 19.º

Efeitos do caso julgado

1. As sentenças transitadas em julgado proferidas em ações ou recursos administrativos ou em ações cíveis, salvo quando julgadas improcedentes por insuficiência de provas, ou quando o julgador deva decidir por forma diversa fundado em motivações próprias do caso concreto, têm eficácia geral, não abrangendo, contudo, os titulares dos direitos ou interesses que tiverem exercido o direito de se autoexcluírem da representação.
2. As decisões transitadas em julgado são publicadas a expensas da parte vencida e sob pena de desobediência, com menção do trânsito em julgado, em dois dos jornais presumivelmente lidos pelo universo dos interessados no seu conhecimento, à escolha do juiz da causa, que poderá determinar que a publicação se faça por extrato dos seus aspetos essenciais, quando a sua extensão desaconselhar a publicação por inteiro.

Artigo 20.º

Regime especial de preparos e custas

1. Pelo exercício do direito de ação popular não são exigíveis preparos.
2. O autor fica isento do pagamento de custas em caso de procedência parcial do pedido.
3. Em caso de decaimento total, o autor interveniente será condenado em montante a fixar pelo julgador entre um décimo e metade das custas

que normalmente seriam devidas, tendo em conta a sua situação económica e a razão formal ou substantiva da improcedência.

4. A litigância de má-fé rege-se pela lei geral.
5. A responsabilidade por custas dos autores intervenientes é solidária, nos termos gerais.

Artigo 21.º

Procuradoria

O juiz da causa arbitrará o montante da procuradoria, de acordo com a complexidade e o valor da causa.

CAPÍTULO IV RESPONSABILIDADE CIVIL E PENAL

Artigo 22.º

Responsabilidade civil subjetiva

1. A responsabilidade por violação dolosa ou culposa dos interesses previstos no artigo 1.º constitui o agente causador no dever de indemnizar o lesado ou lesados pelos danos causados.
2. A indemnização pela violação de interesses de titulares não individualmente identificados é fixada globalmente.
3. Os titulares de interesses identificados têm direito à correspondente indemnização nos termos gerais da responsabilidade civil.
4. O direito à indemnização prescreve no prazo de três anos a contar do trânsito em julgado da sentença que o tiver reconhecido.
5. Os montantes correspondentes a direitos prescritos serão entregues ao Ministério da Justiça, que os escriturará em conta especial e os afetará ao pagamento da procuradoria, nos termos do artigo 21.º, e ao apoio no acesso ao direito e aos tribunais de titulares de direito de ação popular que justificadamente o requeiram.

Artigo 23.º

Responsabilidade civil objetiva

Existe ainda a obrigação de indemnização por danos independentemente de culpa sempre que de ações ou omissões do agente tenha resultado ofensa de direitos ou interesses protegidos nos termos da presente lei e no âmbito ou na sequência de atividade objetivamente perigosa.

Artigo 24.º**Seguro de responsabilidade civil**

Sempre que o exercício de uma atividade envolva risco anormal para os interesses protegidos pela presente lei, deverá ser exigido ao respetivo agente seguro da correspondente responsabilidade civil como condição do início ou da continuação daquele exercício, em termos a regulamentar.

Artigo 25.º**Regime especial de intervenção no exercício da ação penal dos cidadãos e associações**

Aos titulares do direito de ação popular é reconhecido o direito de denúncia, queixa ou participação ao Ministério Público por violação dos interesses previstos no artigo 1.º que revistam natureza penal, bem como o de se constituírem assistentes no respetivo processo, nos termos previstos nos artigos 68.º, 69.º e 70.º do Código de Processo Penal.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Artigo 26.º**Dever de cooperação das entidades públicas**

1. É dever dos agentes da administração central, regional e local, bem como dos institutos, empresas e demais entidades públicas, cooperar com o tribunal e as partes intervenientes em processo de ação popular.
2. As partes intervenientes em processo de ação popular poderão, nomeadamente, requerer às entidades competentes as certidões e informações que julgarem necessárias ao êxito ou à improcedência do pedido, a fornecer em tempo útil.
3. A recusa, o retardamento ou a omissão de dados e informações indispensáveis, salvo quando justificados por razões de segredo de Estado ou de justiça, fazem incorrer o agente responsável em responsabilidade civil e disciplinar.

Artigo 27.º**Ressalva de casos especiais**

Os casos de ação popular não abrangidos pelo disposto na presente lei regem-se pelas normas que lhes são aplicáveis.

Artigo 28.º
Entrada em vigor

A presente lei entra em vigor no 60.º dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovada em 21 de junho de 1995.

O Presidente da Assembleia da República, António Moreira Barbosa de Melo.

Promulgada em 8 de agosto de 1995.

Publique-se.

O Presidente da República, Mário Soares.

Referendada em 11 de agosto de 1995.

Pelo Primeiro-Ministro, Manuel Dias Loureiro, Ministro da Administração Interna.

(Não dispensa a consulta do Diário da República)

Nota

O texto do Regime Jurídico da Tutela Administrativa encontra-se atualizado de acordo com o seguinte diploma:

Lei Orgânica n.º 1/2011, de 30 de novembro — início de vigência em 1 de dezembro de 2011.

REGIME JURÍDICO DA TUTELA ADMINISTRATIVA

Lei n.º 27/96, de 1 de agosto

Regime jurídico da tutela administrativa

A Assembleia da República decreta, nos termos dos artigos 164.º, alínea d), e 169.º, n.º 3, da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º

Âmbito

1. A presente lei estabelece o regime jurídico da tutela administrativa a que ficam sujeitas as autarquias locais e entidades equiparadas, bem como o respetivo regime sancionatório.
2. Para efeitos do presente diploma são consideradas entidades equiparadas a autarquias locais as áreas metropolitanas, as assembleias distritais e as associações de municípios de direito público.

Artigo 2.º

Objeto

A tutela administrativa consiste na verificação do cumprimento das leis e regulamentos por parte dos órgãos e dos serviços das autarquias locais e entidades equiparadas.

Artigo 3.^o

Conteúdo

1. A tutela administrativa exerce-se através da realização de inspeções, inquéritos e sindicâncias.
2. No âmbito deste diploma:
 - a) A inspeção consiste na verificação da conformidade dos atos e contratos dos órgãos e serviços com a lei;
 - b) O inquérito consiste na verificação da legalidade dos atos e contratos concretos dos órgãos e serviços resultante de fundada denúncia apresentada por quaisquer pessoas singulares ou coletivas ou de inspeção;
 - c) A sindicância consiste numa indagação aos serviços quando existam sérios indícios de ilegalidades de atos de órgãos e serviços que, pelo seu volume e gravidade, não devam ser averiguados no âmbito de inquérito.

Artigo 4.^o

Deveres de informação e cooperação

Os órgãos e serviços objeto de ações de tutela administrativa encontram-se vinculados aos deveres de informação e cooperação.

Artigo 5.^o

Titularidade dos poderes de tutela

A tutela administrativa compete ao Governo, sendo assegurada, de forma articulada, pelos Ministros das Finanças e do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, no âmbito das respetivas competências.

Artigo 6.^o

Realização de ações inspetivas

1. As inspeções são realizadas regularmente através dos serviços competentes, de acordo com o plano anual superiormente aprovado.
2. Os inquéritos e as sindicâncias são determinados pelo competente membro do Governo, sempre que se verifiquem os pressupostos da sua realização.
3. Os relatórios das ações inspetivas são apresentados para despacho do competente membro do Governo, que, se for caso disso, os remeterá para o representante do Ministério Público legalmente competente.
4. Estando em causa situações suscetíveis de fundamentar a dissolução de órgãos autárquicos ou de entidades equiparadas, ou a perda de mandato

dos seus titulares, o membro do Governo deve determinar, previamente, a notificação dos visados para, no prazo de 30 dias, apresentarem, por escrito, as alegações tidas por convenientes, juntando os documentos que considerem relevantes.

5. Sem prejuízo do disposto no número anterior, sempre que esteja em causa a dissolução de um órgão executivo, deve também ser solicitado parecer ao respetivo órgão deliberativo, que o deverá emitir por escrito no prazo de 30 dias.
6. Apresentadas as alegações ou emitido o parecer a que aludem, respetivamente, os n.ºs 4 e 5, ou decorrido o prazo para tais efeitos, deverá o membro do Governo competente, no prazo máximo de 60 dias, dar cumprimento, se for caso disso, ao disposto no n.º 3.

Artigo 7.º

Sanções

A prática, por ação ou omissão, de ilegalidades no âmbito da gestão das autarquias locais ou no da gestão de entidades equiparadas pode determinar, nos termos previstos na presente lei, a perda do respetivo mandato, se tiverem sido praticadas individualmente por membros de órgãos, ou a dissolução do órgão, se forem o resultado da ação ou omissão deste.

Artigo 8.º

Perda de mandato

1. Incorrem em perda de mandato os membros dos órgãos autárquicos ou das entidades equiparadas que:
 - a) Sem motivo justificativo, não compareçam a 3 sessões ou 6 reuniões seguidas ou a 6 sessões ou 12 reuniões interpoladas;
 - b) Após a eleição, sejam colocados em situação que os torne inelegíveis ou relativamente aos quais se tornem conhecidos elementos reveladores de uma situação de inelegibilidade já existente, e ainda subsistente, mas não detetada previamente à eleição;
 - c) Após a eleição se inscrevam em partido diverso daquele pelo qual foram apresentados a sufrágio eleitoral;
 - d) Praticarem ou sejam individualmente responsáveis pela prática dos atos previstos no artigo seguinte.
2. Incorrem, igualmente, em perda de mandato os membros dos órgãos autárquicos que, no exercício das suas funções, ou por causa delas, intervenham em procedimento administrativo, ato ou contrato de direito público ou privado relativamente ao qual se verifique impedimento legal, visando a obtenção de vantagem patrimonial para si ou para outrem.

3. Constitui ainda causa de perda de mandato a verificação, em momento posterior ao da eleição, de prática, por ação ou omissão, em mandato imediatamente anterior, dos factos referidos na alínea *d*) do n.º 1 e no n.º 2 do presente artigo.

Artigo 9.º

Dissolução de órgãos

Qualquer órgão autárquico ou de entidade equiparada pode ser dissolvido quando:

- a) Sem causa legítima de inexecução, não dê cumprimento às decisões transitadas em julgado dos tribunais;
- b) Obste à realização de inspeção, inquérito ou sindicância, à prestação de informações ou esclarecimentos e ainda quando recuse facultar o exame aos serviços e a consulta de documentos solicitados no âmbito do procedimento tutelar administrativo;
- c) Viole culposamente instrumentos de ordenamento do território ou de planeamento urbanístico válidos e eficazes;
- d) Em matéria de licenciamento urbanístico exija, de forma culposa, taxas, mais-valias, contrapartidas ou compensações não previstas na lei;
- e) Não elabore ou não aprove o orçamento de forma a entrar em vigor no dia 1 de janeiro de cada ano, salvo ocorrência de facto julgado justificativo;
- f) Não aprecie ou não apresente a julgamento, no prazo legal, as respectivas contas, salvo ocorrência de facto julgado justificativo;
- g) Os limites legais de endividamento da autarquia sejam ultrapassados, salvo ocorrência de facto julgado justificativo ou regularização superveniente;
- h) Os limites legais dos encargos com o pessoal sejam ultrapassados, salvo ocorrência de facto não imputável ao órgão visado;
- i) Incorra, por ação ou omissão dolosas, em ilegalidade grave traduzida na consecução de fins alheios ao interesse público.

Artigo 10.º

Causas de não aplicação da sanção

1. Não haverá lugar à perda de mandato ou à dissolução de órgão autárquico ou de entidade equiparada quando, nos termos gerais de direito, e sem prejuízo dos deveres a que os órgãos públicos e seus membros se encontram obrigados, se verifiquem causas que justifiquem o facto ou que excluam a culpa dos agentes.
2. O disposto no número anterior não afasta responsabilidades de terceiros que eventualmente se verifiquem.

Artigo 11.º**Decisões de perda de mandato e de dissolução**

1. As decisões de perda do mandato e de dissolução de órgãos autárquicos ou de entidades equiparadas são da competência dos tribunais administrativos de círculo.
2. As ações para perda de mandato ou de dissolução de órgãos autárquicos ou de entidades equiparadas são interpostas pelo Ministério Público, por qualquer membro do órgão de que faz parte aquele contra quem for formulado o pedido, ou por quem tenha interesse direto em demandar, o qual se exprime pela utilidade derivada da procedência da ação.
3. O Ministério Público tem o dever funcional de propor as ações referidas nos números anteriores no prazo máximo de 20 dias após o conhecimento dos respetivos fundamentos.
4. As ações previstas no presente artigo só podem ser interpostas no prazo de cinco anos após a ocorrência dos factos que as fundamentam.

Artigo 12.º**Efeitos das decisões de perda de mandato e de dissolução**

1. Os membros de órgão dissolvido ou os que hajam perdido o mandato não podem fazer parte da comissão administrativa a que se refere o n.º 1 do artigo 14.º
2. No caso de dissolução do órgão, o disposto no número anterior não é aplicável aos membros do órgão dissolvido que tenham votado contra ou que não tenham participado nas deliberações, praticado os atos ou omitido os deveres legais a que estavam obrigados e que deram causa à dissolução do órgão.
3. A renúncia ao mandato não prejudica o disposto no n.º 1 do presente artigo.
4. A dissolução do órgão deliberativo da freguesia ou da região administrativa envolve necessariamente a dissolução da respetiva junta.

Artigo 13.º**Inelegibilidade**

A condenação definitiva dos membros dos órgãos autárquicos em qualquer dos crimes de responsabilidade previstos e definidos na Lei n.º 34/87, de 16 de julho, implica a sua inelegibilidade nos atos eleitorais destinados a completar o mandato interrompido e nos subsequentes que venham a ter lugar no período de tempo correspondente a novo mandato completo, em qualquer órgão autárquico.

Artigo 14.º

Processo decorrente da dissolução de órgão

1. Em caso de dissolução do órgão deliberativo de freguesia ou de região administrativa ou do órgão executivo municipal, é designada uma comissão administrativa, com funções executivas, a qual é constituída por três membros, nas freguesias, ou cinco membros, nas câmaras municipais e nas regiões administrativas.
2. Nos casos referidos no número anterior, os órgãos executivos mantêm-se em funções até à data da tomada de posse da comissão administrativa.
3. Quando a constituição do novo órgão autárquico envolver o sufrágio direto e universal, o ato eleitoral deve ocorrer no prazo máximo de 90 dias após o trânsito em julgado da decisão de dissolução, salvo se no mesmo período de tempo forem marcadas eleições gerais para os órgãos autárquicos.
4. Compete ao Governo, mediante decreto, nomear a comissão administrativa referida no n.º 1, cuja composição deve refletir a do órgão dissolvido.

Artigo 15.º

Regime processual

1. As ações para declaração de perda de mandato ou de dissolução de órgãos autárquicos ou entidades equiparadas têm carácter urgente.
2. As ações seguem os termos dos recursos dos atos administrativos dos órgãos da administração local, com as modificações constantes dos números seguintes.
3. O oferecimento do rol de testemunhas e o requerimento de outros meios de prova devem ser efetuados nos articulados, não podendo cada parte produzir mais de 5 testemunhas sobre cada facto nem o número total destas ser superior a 20.
4. Não há lugar a especificação e questionário nem a intervenção do tribunal coletivo, e os depoimentos são sempre reduzidos a escrito.
5. É aplicável a alegações e a prazos o preceituado nos n.ºs 2 e 3 do artigo 60.º do Decreto-Lei n.º 267/85, de 16 de julho.
6. Somente cabe recurso da decisão que ponha termo ao processo, o qual sobe imediatamente e nos próprios autos, com efeito suspensivo, e, dado o seu carácter urgente, deve ainda ser observado no seu regime o disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 115.º do Decreto-Lei n.º 267/85, de 16 de julho.
7. As sentenças proferidas nas ações de perda de mandato ou de dissolução de órgão são notificadas ao Governo.
8. Às ações desta natureza é aplicável o regime de custas e preparos estabelecido para os recursos de atos administrativos.

Artigo 16.º

Aplicação às Regiões Autónomas

O regime da presente lei aplica-se às Regiões Autónomas, sem prejuízo da publicação de diploma que defina os órgãos competentes para o exercício da tutela administrativa.

Artigo 17.º

Norma transitória

1. Sempre que o regime consagrado no presente diploma se revele em concreto mais favorável ao réu, o mesmo é de aplicação imediata aos processos com decisões não transitadas em julgado, inclusive no que diz respeito à apreciação dos respetivos fundamentos.
2. Para efeitos de aplicação do disposto no número anterior, qualquer das partes pode requerer a baixa do processo ao tribunal de 1.ª instância para efeitos de novo julgamento.
3. O disposto no número anterior aplica-se aos processos pendentes no Tribunal Constitucional.

Artigo 18.º

Norma revogatória

1. É revogada a Lei n.º 87/89, de 9 de setembro, bem como todas as disposições especiais que prevejam fundamentos de perda de mandato ou de dissolução de órgãos autárquicos por remissão para o regime de tutela administrativa estabelecido por aquele diploma.
2. *(Revogado.)*
(Redação da Lei Orgânica n.º 1/2011, de 30 de novembro — início de vigência em 1 de dezembro de 2011.)

Aprovada em 27 de junho de 1996.

O Presidente da Assembleia da República, António de Almeida Santos.

Promulgada em 19 de julho de 1996.

Publique-se.

O Presidente da República, Jorge Sampaio.

Referendada em 23 de julho de 1996.

O Primeiro-Ministro, António Manuel de Oliveira Guterres.

(Não dispensa a consulta do Diário da República)

Nota

O presente texto encontra-se atualizado de acordo com:
Declaração de Retificação n.º 22/98, de 28 de novembro.

LEI DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Lei n.º 67/98, de 26 de outubro

Lei da Proteção de Dados Pessoais (transpõe para a ordem jurídica portuguesa a Diretiva n.º 95/46/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de outubro de 1995, relativa à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento dos dados pessoais e à livre circulação desses dados).

A Assembleia da República decreta, nos termos da alínea c) do artigo 161.º, das alíneas b) e c) do n.º 1 do artigo 165.º e do n.º 3 do artigo 166.º da Constituição, para valer como lei geral da República, o seguinte:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1.º

Objeto

A presente lei transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 95/46/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de outubro de 1995, relativa à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados.

Artigo 2.º

Princípio geral

O tratamento de dados pessoais deve processar-se de forma transparente e no estrito respeito pela reserva da vida privada, bem como pelos direitos, liberdades e garantias fundamentais.

Artigo 3.º

Definições

Para efeitos da presente lei, entende-se por:

- a) «Dados pessoais»: qualquer informação, de qualquer natureza e independentemente do respetivo suporte, incluindo som e imagem, relativa a uma pessoa singular identificada ou identificável («titular dos dados»); é considerada identificável a pessoa que possa ser identificada direta ou indiretamente, designadamente por referência a um número de identificação ou a um ou mais elementos específicos da sua identidade física, fisiológica, psíquica, económica, cultural ou social;
- b) «Tratamento de dados pessoais» («tratamento»): qualquer operação ou conjunto de operações sobre dados pessoais, efetuadas com ou sem meios automatizados, tais como a recolha, o registo, a organização, a conservação, a adaptação ou alteração, a recuperação, a consulta, a utilização, a comunicação por transmissão, por difusão ou por qualquer outra forma de colocação à disposição, com comparação ou interconexão, bem como o bloqueio, apagamento ou destruição;
- c) «Ficheiro de dados pessoais» («ficheiro»): qualquer conjunto estruturado de dados pessoais, acessível segundo critérios determinados, quer seja centralizado, descentralizado ou repartido de modo funcional ou geográfico;
- d) «Responsável pelo tratamento»: a pessoa singular ou coletiva, a autoridade pública, o serviço ou qualquer outro organismo que, individualmente ou em conjunto com outrem, determine as finalidades e os meios de tratamento dos dados pessoais; sempre que as finalidades e os meios do tratamento sejam determinados por disposições legislativas ou regulamentares, o responsável pelo tratamento deve ser indicado na lei de organização e funcionamento ou no estatuto da entidade legal ou estatutariamente competente para tratar os dados pessoais em causa;
- e) «Subcontratante»: a pessoa singular ou coletiva, a autoridade pública, o serviço ou qualquer outro organismo que trate os dados pessoais por conta do responsável pelo tratamento;
- f) «Terceiro»: a pessoa singular ou coletiva, a autoridade pública, o serviço ou qualquer outro organismo que, não sendo o titular dos

dados, o responsável pelo tratamento, o subcontratante ou outra pessoa sob autoridade direta do responsável pelo tratamento ou do subcontratante, esteja habilitado a tratar os dados;

- g) «Destinatário»: a pessoa singular ou coletiva, a autoridade pública, o serviço ou qualquer outro organismo a quem sejam comunicados dados pessoais, independentemente de se tratar ou não de um terceiro, sem prejuízo de não serem consideradas destinatários as autoridades a quem sejam comunicados dados no âmbito de uma disposição legal;
- h) «Consentimento do titular dos dados»: qualquer manifestação de vontade, livre, específica e informada, nos termos da qual o titular aceita que os seus dados pessoais sejam objeto de tratamento;
- i) «Interconexão de dados»: forma de tratamento que consiste na possibilidade de relacionamento dos dados de um ficheiro com os dados de um ficheiro ou ficheiros mantidos por outro ou outros responsáveis, ou mantidos pelo mesmo responsável com outra finalidade.

Artigo 4.º

Âmbito de aplicação

1. A presente lei aplica-se ao tratamento de dados pessoais por meios total ou parcialmente automatizados, bem como ao tratamento por meios não automatizados de dados pessoais contidos em ficheiros manuais ou a estes destinados.
2. A presente lei não se aplica ao tratamento de dados pessoais efetuado por pessoa singular no exercício de atividades exclusivamente pessoais ou domésticas.
3. A presente lei aplica-se ao tratamento de dados pessoais efetuado:
 - a) No âmbito das atividades de estabelecimento do responsável do tratamento situado em território português;
 - b) Fora do território nacional, em local onde a legislação portuguesa seja aplicável por força do direito internacional;
 - c) Por responsável que, não estando estabelecido no território da União Europeia, recorra, para tratamento de dados pessoais, a meios, automatizados ou não, situados no território português, salvo se esses meios só forem utilizados para trânsito através do território da União Europeia.
4. A presente lei aplica-se à videovigilância e outras formas de captação, tratamento e difusão de sons e imagens que permitam identificar pessoas sempre que o responsável pelo tratamento esteja domiciliado ou sediado em Portugal ou utilize um fornecedor de acesso a redes informáticas e telemáticas estabelecido em território português.
5. No caso referido na alínea c) do n.º 3, o responsável pelo tratamento deve designar, mediante comunicação à Comissão Nacional de Proteção

de Dados (CNPd), um representante estabelecido em Portugal, que se lhe substitua em todos os seus direitos e obrigações, sem prejuízo da sua própria responsabilidade.

6. O disposto no número anterior aplica-se no caso de o responsável pelo tratamento estar abrangido por estatuto de extraterritorialidade, de imunidade ou por qualquer outro que impeça o procedimento criminal.
7. A presente lei aplica-se ao tratamento de dados pessoais que tenham por objetivo a segurança pública, a defesa nacional e a segurança do Estado, sem prejuízo do disposto em normas especiais constantes de instrumentos de direito internacional a que Portugal se vincule e de legislação específica atinente aos respetivos setores.

CAPÍTULO II TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

SECÇÃO I QUALIDADE DOS DADOS E LEGITIMIDADE DO SEU TRATAMENTO

Artigo 5.º **Qualidade dos dados**

1. Os dados pessoais devem ser:
 - a) Tratados de forma lícita e com respeito pelo princípio da boa-fé;
 - b) Recolhidos para finalidades determinadas, explícitas e legítimas, não podendo ser posteriormente tratados de forma incompatível com essas finalidades;
 - c) Adequados, pertinentes e não excessivos relativamente às finalidades para que são recolhidos e posteriormente tratados;
 - d) Exatos e, se necessário, atualizados, devendo ser tomadas as medidas adequadas para assegurar que sejam apagados ou retificados os dados inexatos ou incompletos, tendo em conta as finalidades para que foram recolhidos ou para que são tratados posteriormente;
 - e) Conservados de forma a permitir a identificação dos seus titulares apenas durante o período necessário para a prossecução das finalidades da recolha ou do tratamento posterior.
2. Mediante requerimento do responsável pelo tratamento, e caso haja interesse legítimo, a CNPD pode autorizar a conservação de dados para fins históricos, estatísticos ou científicos por período superior ao referido na alínea e) do número anterior.
3. Cabe ao responsável pelo tratamento assegurar a observância do disposto nos números anteriores.

Artigo 6.º

Condições de legitimidade do tratamento de dados

O tratamento de dados pessoais só pode ser efetuado se o seu titular tiver dado de forma inequívoca o seu consentimento ou se o tratamento for necessário para:

- a) Execução de contrato ou contratos em que o titular dos dados seja parte ou de diligências prévias à formação do contrato ou declaração da vontade negocial efetuadas a seu pedido;
- b) Cumprimento de obrigação legal a que o responsável pelo tratamento esteja sujeito;
- c) Proteção de interesses vitais do titular dos dados, se este estiver física ou legalmente incapaz de dar o seu consentimento;
- d) Execução de uma missão de interesse público ou no exercício de autoridade pública em que esteja investido o responsável pelo tratamento ou um terceiro a quem os dados sejam comunicados;
- e) Prossecução de interesses legítimos do responsável pelo tratamento ou de terceiro a quem os dados sejam comunicados, desde que não devam prevalecer os interesses ou os direitos, liberdades e garantias do titular dos dados.

Artigo 7.º

Tratamento de dados sensíveis

- 1. É proibido o tratamento de dados pessoais referentes a convicções filosóficas ou políticas, filiação partidária ou sindical, fé religiosa, vida privada e origem racial ou étnica, bem como o tratamento de dados relativos à saúde e à vida sexual, incluindo os dados genéticos.
- 2. Mediante disposição legal ou autorização da CNPD, pode ser permitido o tratamento dos dados referidos no número anterior quando por motivos de interesse público importante esse tratamento for indispensável ao exercício das atribuições legais ou estatutárias do seu responsável, ou quando o titular dos dados tiver dado o seu consentimento expresso para esse tratamento, em ambos os casos com garantias de não discriminação e com as medidas de segurança previstas no artigo 15.º
- 3. O tratamento dos dados referidos no n.º 1 é ainda permitido quando se verificar uma das seguintes condições:
 - a) Ser necessário para proteger interesses vitais do titular dos dados ou de uma outra pessoa e o titular dos dados estiver física ou legalmente incapaz de dar o seu consentimento;
 - b) Ser efetuado, com o consentimento do titular, por fundação, associação ou organismo sem fins lucrativos de carácter político, filosófico, religioso ou sindical, no âmbito das suas atividades legítimas, sob condição de o tratamento respeitar apenas aos membros desse orga-

- nismo ou às pessoas que com ele mantenham contactos periódicos ligados às suas finalidades, e de os dados não serem comunicados a terceiros sem consentimento dos seus titulares;
- c) Dizer respeito a dados manifestamente tornados públicos pelo seu titular, desde que se possa legitimamente deduzir das suas declarações o consentimento para o tratamento dos mesmos;
 - d) Ser necessário à declaração, exercício ou defesa de um direito em processo judicial e for efetuado exclusivamente com essa finalidade.
4. O tratamento dos dados referentes à saúde e à vida sexual, incluindo os dados genéticos, é permitido quando for necessário para efeitos de medicina preventiva, de diagnóstico médico, de prestação de cuidados ou tratamentos médicos ou de gestão de serviços de saúde, desde que o tratamento desses dados seja efetuado por um profissional de saúde obrigado a sigilo ou por outra pessoa sujeita igualmente a segredo profissional, seja notificado à CNPD, nos termos do artigo 27.º, e sejam garantidas medidas adequadas de segurança da informação.

Artigo 8.º

Suspeitas de atividades ilícitas, infrações penais e contraordenações

1. A criação e a manutenção de registos centrais relativos a pessoas suspeitas de atividades ilícitas, infrações penais, contraordenações e decisões que apliquem penas, medidas de segurança, coimas e sanções acessórias só podem ser mantidas por serviços públicos com competência específica prevista na respetiva lei de organização e funcionamento, observando normas procedimentais e de proteção de dados previstas em diploma legal, com prévio parecer da CNPD.
2. O tratamento de dados pessoais relativos a suspeitas de atividades ilícitas, infrações penais, contraordenações e decisões que apliquem penas, medidas de segurança, coimas e sanções acessórias pode ser autorizado pela CNPD, observadas as normas de proteção de dados e de segurança da informação, quando tal tratamento for necessário à execução de finalidades legítimas do seu responsável, desde que não prevaleçam os direitos, liberdades e garantias do titular dos dados.
3. O tratamento de dados pessoais para fins de investigação policial deve limitar-se ao necessário para a prevenção de um perigo concreto ou repressão de uma infração determinada, para o exercício de competências previstas no respetivo estatuto orgânico ou noutra disposição legal e ainda nos termos de acordo ou convenção internacional de que Portugal seja parte.

Artigo 9.º

Interconexão de dados pessoais

1. A interconexão de dados pessoais que não esteja prevista em disposição legal está sujeita a autorização da CNPD solicitada pelo responsável ou em conjunto pelos correspondentes responsáveis dos tratamentos, nos termos previstos no artigo 27.º
2. A interconexão de dados pessoais deve ser adequada à prossecução das finalidades legais ou estatutárias e de interesses legítimos dos responsáveis dos tratamentos, não implicar discriminação ou diminuição dos direitos, liberdades e garantias dos titulares dos dados, ser rodeada de adequadas medidas de segurança e ter em conta o tipo de dados objeto de interconexão.

SECÇÃO II

DIREITOS DO TITULAR DOS DADOS

Artigo 10.º

Direito de informação

1. Quando recolher dados pessoais diretamente do seu titular, o responsável pelo tratamento ou o seu representante deve prestar-lhe, salvo se já dele forem conhecidas, as seguintes informações:
 - a) Identidade do responsável pelo tratamento e, se for caso disso, do seu representante;
 - b) Finalidades do tratamento;
 - c) Outras informações, tais como:
 - Os destinatários ou categorias de destinatários dos dados;
 - O carácter obrigatório ou facultativo da resposta, bem como as possíveis consequências se não responder;
 - A existência e as condições do direito de acesso e de retificação, desde que sejam necessárias, tendo em conta as circunstâncias específicas da recolha dos dados, para garantir ao seu titular um tratamento leal dos mesmos.
2. Os documentos que sirvam de base à recolha de dados pessoais devem conter as informações constantes do número anterior.
3. Se os dados não forem recolhidos junto do seu titular, e salvo se dele já forem conhecidas, o responsável pelo tratamento, ou o seu representante, deve prestar-lhe as informações previstas no n.º 1 no momento do registo dos dados ou, se estiver prevista a comunicação a terceiros, o mais tardar aquando da primeira comunicação desses dados.
4. No caso de recolha de dados em redes abertas, o titular dos dados deve ser informado, salvo se disso já tiver conhecimento, de que os seus dados pessoais podem circular na rede sem condições de segurança,

correndo o risco de serem vistos e utilizados por terceiros não autorizados.

5. A obrigação de informação pode ser dispensada, mediante disposição legal ou deliberação da CNPD, por motivos de segurança do Estado e prevenção ou investigação criminal, e, bem assim, quando, nomeadamente no caso do tratamento de dados com finalidades estatísticas, históricas ou de investigação científica, a informação do titular dos dados se revelar impossível ou implicar esforços desproporcionados ou ainda quando a lei determinar expressamente o registo dos dados ou a sua divulgação.
6. A obrigação de informação, nos termos previstos no presente artigo, não se aplica ao tratamento de dados efetuado para fins exclusivamente jornalísticos ou de expressão artística ou literária.

Artigo 11.º

Direito de acesso

1. O titular dos dados tem o direito de obter do responsável pelo tratamento, livremente e sem restrições, com periodicidade razoável e sem demoras ou custos excessivos:
 - a) A confirmação de serem ou não tratados dados que lhe digam respeito, bem como informação sobre as finalidades desse tratamento, as categorias de dados sobre que incide e os destinatários ou categorias de destinatários a quem são comunicados os dados;
 - b) A comunicação, sob forma inteligível, dos seus dados sujeitos a tratamento e de quaisquer informações disponíveis sobre a origem desses dados;
 - c) O conhecimento da lógica subjacente ao tratamento automatizado dos dados que lhe digam respeito;
 - d) A retificação, o apagamento ou o bloqueio dos dados cujo tratamento não cumpra o disposto na presente lei, nomeadamente devido ao carácter incompleto ou inexato desses dados;
 - e) A notificação aos terceiros a quem os dados tenham sido comunicados de qualquer retificação, apagamento ou bloqueio efetuado nos termos da alínea d), salvo se isso for comprovadamente impossível.
2. No caso de tratamento de dados pessoais relativos à segurança do Estado e à prevenção ou investigação criminal, o direito de acesso é exercido através da CNPD ou de outra autoridade independente a quem a lei atribua a verificação do cumprimento da legislação de proteção de dados pessoais.
3. No caso previsto no n.º 6 do artigo anterior, o direito de acesso é exercido através da CNPD com salvaguarda das normas constitucionais

aplicáveis, designadamente as que garantem a liberdade de expressão e informação, a liberdade de imprensa e a independência e sigilo profissionais dos jornalistas.

4. Nos casos previstos nos n.ºs 2 e 3, se a comunicação dos dados ao seu titular puder prejudicar a segurança do Estado, a prevenção ou a investigação criminal ou ainda a liberdade de expressão e informação ou a liberdade de imprensa, a CNPD limita-se a informar o titular dos dados das diligências efetuadas.
5. O direito de acesso à informação relativa a dados da saúde, incluindo os dados genéticos, é exercido por intermédio de médico escolhido pelo titular dos dados.
6. No caso de os dados não serem utilizados para tomar medidas ou decisões em relação a pessoas determinadas, a lei pode restringir o direito de acesso nos casos em que manifestamente não exista qualquer perigo de violação dos direitos, liberdades e garantias do titular dos dados, designadamente do direito à vida privada, e os referidos dados forem exclusivamente utilizados para fins de investigação científica ou conservados sob forma de dados pessoais durante um período que não exceda o necessário à finalidade exclusiva de elaborar estatísticas.

Artigo 12.º

Direito de oposição do titular dos dados

O titular dos dados tem o direito de:

- a) Salvo disposição legal em contrário, e pelo menos nos casos referidos nas alíneas d) e e) do artigo 6.º, se opor em qualquer altura, por razões ponderosas e legítimas relacionadas com a sua situação particular, a que os dados que lhe digam respeito sejam objeto de tratamento, devendo, em caso de oposição justificada, o tratamento efetuado pelo responsável deixar de poder incidir sobre esses dados;
- b) Se opor, a seu pedido e gratuitamente, ao tratamento dos dados pessoais que lhe digam respeito previsto pelo responsável pelo tratamento para efeitos de marketing direto ou qualquer outra forma de prospeção, ou de ser informado, antes de os dados pessoais serem comunicados pela primeira vez a terceiros para fins de marketing direto ou utilizados por conta de terceiros, e de lhe ser expressamente facultado o direito de se opor, sem despesas, a tais comunicações ou utilizações.

Artigo 13.º

Decisões individuais automatizadas

1. Qualquer pessoa tem o direito de não ficar sujeita a uma decisão que produza efeitos na sua esfera jurídica ou que a afete de modo

significativo, tomada exclusivamente com base num tratamento automatizado de dados destinado a avaliar determinados aspetos da sua personalidade, designadamente a sua capacidade profissional, o seu crédito, a confiança de que é merecedora ou o seu comportamento.

2. Sem prejuízo do cumprimento das restantes disposições da presente lei, uma pessoa pode ficar sujeita a uma decisão tomada nos termos do n.º 1, desde que tal ocorra no âmbito da celebração ou da execução de um contrato, e sob condição de o seu pedido de celebração ou execução do contrato ter sido satisfeito, ou de existirem medidas adequadas que garantam a defesa dos seus interesses legítimos, designadamente o seu direito de representação e expressão.
3. Pode ainda ser permitida a tomada de uma decisão nos termos do n.º 1 quando a CNPD o autorize, definindo medidas de garantia da defesa dos interesses legítimos do titular dos dados.

SECÇÃO III SEGURANÇA E CONFIDENCIALIDADE DO TRATAMENTO

Artigo 14.º

Segurança do tratamento

1. O responsável pelo tratamento deve pôr em prática as medidas técnicas e organizativas adequadas para proteger os dados pessoais contra a destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizados, nomeadamente quando o tratamento implicar a sua transmissão por rede, e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito; estas medidas devem assegurar, atendendo aos conhecimentos técnicos disponíveis e aos custos resultantes da sua aplicação, um nível de segurança adequado em relação aos riscos que o tratamento apresenta e à natureza dos dados a proteger.
2. O responsável pelo tratamento, em caso de tratamento por sua conta, deverá escolher um subcontratante que ofereça garantias suficientes em relação às medidas de segurança técnica e de organização do tratamento a efetuar, e deverá zelar pelo cumprimento dessas medidas.
3. A realização de operações de tratamento em subcontratação deve ser regida por um contrato ou ato jurídico que vincule o subcontratante ao responsável pelo tratamento e que estipule, designadamente, que o subcontratante apenas atua mediante instruções do responsável pelo tratamento e que lhe incumbe igualmente o cumprimento das obrigações referidas no n.º 1.

4. Os elementos de prova da declaração negocial, do contrato ou do ato jurídico relativos à proteção dos dados, bem como as exigências relativas às medidas referidas no n.º 1, são consignados por escrito em documento em suporte com valor probatório legalmente reconhecido.

Artigo 15.º

Medidas especiais de segurança

1. Os responsáveis pelo tratamento dos dados referidos no n.º 2 do artigo 7.º e no n.º 1 do artigo 8.º devem tomar as medidas adequadas para:
 - a) Impedir o acesso de pessoa não autorizada às instalações utilizadas para o tratamento desses dados (controlo da entrada nas instalações);
 - b) Impedir que suportes de dados possam ser lidos, copiados, alterados ou retirados por pessoa não autorizada (controlo dos suportes de dados);
 - c) Impedir a introdução não autorizada, bem como a tomada de conhecimento, a alteração ou a eliminação não autorizadas de dados pessoais inseridos (controlo da inserção);
 - d) Impedir que sistemas de tratamento automatizados de dados possam ser utilizados por pessoas não autorizadas através de instalações de transmissão de dados (controlo da utilização);
 - e) Garantir que as pessoas autorizadas só possam ter acesso aos dados abrangidos pela autorização (controlo de acesso);
 - f) Garantir a verificação das entidades a quem possam ser transmitidos os dados pessoais através das instalações de transmissão de dados (controlo da transmissão);
 - g) Garantir que possa verificar-se *a posteriori*, em prazo adequado à natureza do tratamento, a fixar na regulamentação aplicável a cada setor, quais os dados pessoais introduzidos quando e por quem (controlo da introdução);
 - h) Impedir que, na transmissão de dados pessoais, bem como no transporte do seu suporte, os dados possam ser lidos, copiados, alterados ou eliminados de forma não autorizada (controlo do transporte).
2. Tendo em conta a natureza das entidades responsáveis pelo tratamento e o tipo das instalações em que é efetuado, a CNPD pode dispensar a existência de certas medidas de segurança, garantido que se mostre o respeito pelos direitos, liberdades e garantias dos titulares dos dados.
3. Os sistemas devem garantir a separação lógica entre os dados referentes à saúde e à vida sexual, incluindo os genéticos, dos restantes dados pessoais.

4. A CNPD pode determinar que, nos casos em que a circulação em rede de dados pessoais referidos nos artigos 7.º e 8.º possa pôr em risco direitos, liberdades e garantias dos respetivos titulares, a transmissão seja cifrada.

Artigo 16.º

Tratamento por subcontratante

Qualquer pessoa que, agindo sob a autoridade do responsável pelo tratamento ou do subcontratante, bem como o próprio subcontratante, tenha acesso a dados pessoais não pode proceder ao seu tratamento sem instruções do responsável pelo tratamento, salvo por força de obrigações legais.

Artigo 17.º

Sigilo profissional

1. Os responsáveis do tratamento de dados pessoais, bem como as pessoas que, no exercício das suas funções, tenham conhecimento dos dados pessoais tratados, ficam obrigados a sigilo profissional, mesmo após o termo das suas funções.
2. Igual obrigação recai sobre os membros da CNPD, mesmo após o termo do mandato.
3. O disposto nos números anteriores não exclui o dever do fornecimento das informações obrigatórias, nos termos legais, exceto quando constem de ficheiros organizados para fins estatísticos.
4. Os funcionários, agentes ou técnicos que exerçam funções de assessoria à CNPD ou aos seus vogais estão sujeitos à mesma obrigação de sigilo profissional.

CAPÍTULO III TRANSFERÊNCIA DE DADOS PESSOAIS

SECÇÃO I TRANSFERÊNCIA DE DADOS PESSOAIS NA UNIÃO EUROPEIA

Artigo 18.º

Princípio

É livre a circulação de dados pessoais entre Estados membros da União Europeia, sem prejuízo do disposto nos atos comunitários de natureza fiscal e aduaneira.

SECÇÃO II

TRANSFERÊNCIA DE DADOS PESSOAIS PARA FORA DA UNIÃO EUROPEIA

Artigo 19.º

Princípios

1. Sem prejuízo do disposto no artigo seguinte, a transferência, para um Estado que não pertença à União Europeia, de dados pessoais que sejam objeto de tratamento ou que se destinem a sê-lo só pode realizar-se com o respeito das disposições da presente lei e se o Estado para onde são transferidos assegurar um nível de proteção adequado.
2. A adequação do nível de proteção num Estado que não pertença à União Europeia é apreciada em função de todas as circunstâncias que rodeiem a transferência ou o conjunto de transferências de dados; em especial, devem ser tidas em consideração a natureza dos dados, a finalidade e a duração do tratamento ou tratamentos projetados, os países de origem e de destino final, as regras de direito, gerais ou setoriais, em vigor no Estado em causa, bem como as regras profissionais e as medidas de segurança que são respeitadas nesse Estado.
3. Cabe à CNPD decidir se um Estado que não pertença à União Europeia assegura um nível de proteção adequado.
4. A CNPD comunica, através do Ministério dos Negócios Estrangeiros, à Comissão Europeia os casos em que tenha considerado que um Estado não assegura um nível de proteção adequado.
5. Não é permitida a transferência de dados pessoais de natureza idêntica aos que a Comissão Europeia tiver considerado que não gozam de proteção adequada no Estado a que se destinam.

Artigo 20.º

Derrogações

1. A transferência de dados pessoais para um Estado que não assegure um nível de proteção adequado na aceção do n.º 2 do artigo 19.º pode ser permitida pela CNPD se o titular dos dados tiver dado de forma inequívoca o seu consentimento à transferência ou se essa transferência:
 - a) For necessária para a execução de um contrato entre o titular dos dados e o responsável pelo tratamento ou de diligências prévias à formação do contrato decididas a pedido do titular dos dados;
 - b) For necessária para a execução ou celebração de um contrato celebrado ou a celebrar, no interesse do titular dos dados, entre o responsável pelo tratamento e um terceiro; ou
 - c) For necessária ou legalmente exigida para a proteção de um interesse público importante, ou para a declaração, o exercício ou a defesa de um direito num processo judicial; ou

- d) For necessária para proteger os interesses vitais do titular dos dados; ou
 - e) For realizada a partir de um registo público que, nos termos de disposições legislativas ou regulamentares, se destine à informação do público e se encontre aberto à consulta do público em geral ou de qualquer pessoa que possa provar um interesse legítimo, desde que as condições estabelecidas na lei para a consulta sejam cumpridas no caso concreto.
2. Sem prejuízo do disposto no n.º 1, a CNPD pode autorizar uma transferência ou um conjunto de transferências de dados pessoais para um Estado que não assegure um nível de proteção adequado na aceção do n.º 2 do artigo 19.º desde que o responsável pelo tratamento assegure mecanismos suficientes de garantia de proteção da vida privada e dos direitos e liberdades fundamentais das pessoas, bem como do seu exercício, designadamente, mediante cláusulas contratuais adequadas.
 3. A CNPD informa a Comissão Europeia, através do Ministério dos Negócios Estrangeiros, bem como as autoridades competentes dos restantes Estados da União Europeia, das autorizações que conceder nos termos do n.º 2.
 4. A concessão ou derrogação das autorizações previstas no n.º 2 efetua-se pela CNPD nos termos de processo próprio e de acordo com as decisões da Comissão Europeia.
 5. Sempre que existam cláusulas contratuais tipo aprovadas pela Comissão Europeia, segundo procedimento próprio, por oferecerem as garantias suficientes referidas no n.º 2, a CNPD autoriza a transferência de dados pessoais que se efetue ao abrigo de tais cláusulas.
 6. A transferência de dados pessoais que constitua medida necessária à proteção da segurança do Estado, da defesa, da segurança pública e da prevenção, investigação e repressão das infrações penais é regida por disposições legais específicas ou pelas convenções e acordos internacionais em que Portugal é parte.

CAPÍTULO IV COMISSÃO NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

SECÇÃO I NATUREZA, ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS

Artigo 21.º

Natureza

1. A CNPD é uma entidade administrativa independente, com poderes de autoridade, que funciona junto da Assembleia da República.

2. A CNPD, independentemente do direito nacional aplicável a cada tratamento de dados em concreto, exerce as suas competências em todo o território nacional.
3. A CNPD pode ser solicitada a exercer os seus poderes por uma autoridade de controlo de proteção de dados de outro Estado membro da União Europeia ou do Conselho da Europa.
4. A CNPD coopera com as autoridades de controlo de proteção de dados de outros Estados na difusão do direito e das regulamentações nacionais em matéria de proteção de dados pessoais, bem como na defesa e no exercício dos direitos de pessoas residentes no estrangeiro.

Artigo 22.º

Atribuições

1. A CNPD é a autoridade nacional que tem como atribuição controlar e fiscalizar o cumprimento das disposições legais e regulamentares em matéria de proteção de dados pessoais, em rigoroso respeito pelos direitos do homem e pelas liberdades e garantias consagradas na Constituição e na lei.
2. A CNPD deve ser consultada sobre quaisquer disposições legais, bem como sobre instrumentos jurídicos em preparação em instituições comunitárias ou internacionais, relativos ao tratamento de dados pessoais.
3. A CNPD dispõe:
 - a) De poderes de investigação e de inquérito, podendo aceder aos dados objeto de tratamento e recolher todas as informações necessárias ao desempenho das suas funções de controlo;
 - b) De poderes de autoridade, designadamente o de ordenar o bloqueio, apagamento ou destruição dos dados, bem como o de proibir, temporária ou definitivamente, o tratamento de dados pessoais, ainda que incluídos em redes abertas de transmissão de dados a partir de servidores situados em território português;
 - c) Do poder de emitir pareceres prévios ao tratamento de dados pessoais, assegurando a sua publicitação.
4. Em caso de reiterado não cumprimento das disposições legais em matéria de dados pessoais, a CNPD pode advertir ou censurar publicamente o responsável pelo tratamento, bem como suscitar a questão, de acordo com as respetivas competências, à Assembleia da República, ao Governo ou a outros órgãos ou autoridades.
5. A CNPD tem legitimidade para intervir em processos judiciais no caso de violação das disposições da presente lei e deve denunciar ao Ministério Público as infrações penais de que tiver conhecimento, no exercício das suas funções e por causa delas, bem como praticar os atos cautelares necessários e urgentes para assegurar os meios de prova.

6. A CNPD é representada em juízo pelo Ministério Público e está isenta de custas nos processos em que intervenha.

Artigo 23.º

Competências

1. Compete em especial à CNPD:
 - a) Emitir parecer sobre disposições legais, bem como sobre instrumentos jurídicos em preparação em instituições comunitárias e internacionais, relativos ao tratamento de dados pessoais;
 - b) Autorizar ou registar, consoante os casos, os tratamentos de dados pessoais;
 - c) Autorizar excecionalmente a utilização de dados pessoais para finalidades não determinantes da recolha, com respeito pelos princípios definidos no artigo 5.º;
 - d) Autorizar, nos casos previstos no artigo 9.º, a interconexão de tratamentos automatizados de dados pessoais;
 - e) Autorizar a transferência de dados pessoais nos casos previstos no artigo 20.º;
 - f) Fixar o tempo da conservação dos dados pessoais em função da finalidade, podendo emitir diretivas para determinados setores de atividade;
 - g) Fazer assegurar o direito de acesso à informação, bem como do exercício do direito de retificação e atualização;
 - h) Autorizar a fixação de custos ou de periodicidade para o exercício do direito de acesso, bem como fixar os prazos máximos de cumprimento, em cada setor de atividade, das obrigações que, por força dos artigos 11.º a 13.º, incumbem aos responsáveis pelo tratamento de dados pessoais;
 - i) Dar seguimento ao pedido efetuado por qualquer pessoa, ou por associação que a represente, para proteção dos seus direitos e liberdades no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e informá-la do resultado;
 - j) Efetuar, a pedido de qualquer pessoa, a verificação de licitude de um tratamento de dados, sempre que esse tratamento esteja sujeito a restrições de acesso ou de informação, e informá-la da realização da verificação;
 - k) Apreçar as reclamações, queixas ou petições dos particulares;
 - l) Dispensar a execução de medidas de segurança, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 15.º, podendo emitir diretivas para determinados setores de atividade;
 - m) Assegurar a representação junto de instâncias comuns de controlo e em reuniões comunitárias e internacionais de entidades independentes de controlo da proteção de dados pessoais, bem como parti-

cipar em reuniões internacionais no âmbito das suas competências, designadamente exercer funções de representação e fiscalização no âmbito dos sistemas Schengen e Europol, nos termos das disposições aplicáveis;

- n) Deliberar sobre a aplicação de coimas;
 - o) Promover e apreciar códigos de conduta;
 - p) Promover a divulgação e esclarecimento dos direitos relativos à proteção de dados e dar publicidade periódica à sua atividade, nomeadamente através da publicação de um relatório anual;
 - q) Exercer outras competências legalmente previstas.
2. No exercício das suas competências de emissão de diretivas ou de apreciação de códigos de conduta, a CNPD deve promover a audição das associações de defesa dos interesses em causa.
 3. No exercício das suas funções, a CNPD profere decisões com força obrigatória, passíveis de reclamação e de recurso para o Tribunal Central Administrativo.
 4. A CNPD pode sugerir à Assembleia da República as providências que entender úteis à prossecução das suas atribuições e ao exercício das suas competências.

Artigo 24.º

Dever de colaboração

1. As entidades públicas e privadas devem prestar a sua colaboração à CNPD, facultando-lhe todas as informações que por esta, no exercício das suas competências, lhes forem solicitadas.
2. O dever de colaboração é assegurado, designadamente, quando a CNPD tiver necessidade, para o cabal exercício das suas funções, de examinar o sistema informático e os ficheiros de dados pessoais, bem como toda a documentação relativa ao tratamento e transmissão de dados pessoais.
3. A CNPD ou os seus vogais, bem como os técnicos por ela mandatados, têm direito de acesso aos sistemas informáticos que sirvam de suporte ao tratamento dos dados, bem como à documentação referida no número anterior, no âmbito das suas atribuições e competências.

SECÇÃO II COMPOSIÇÃO E FUNCIONAMENTO

Artigo 25.º

Composição e mandato

1. A CNPD é composta por sete membros de integridade e mérito reconhecidos, dos quais o presidente e dois dos vogais são eleitos pela

Assembleia da República segundo o método da média mais alta de Hondt.

2. Os restantes vogais são:
 - a) Dois magistrados com mais de 10 anos de carreira, sendo um magistrado judicial, designado pelo Conselho Superior da Magistratura, e um magistrado do Ministério Público, designado pelo Conselho Superior do Ministério Público;
 - b) Duas personalidades de reconhecida competência designadas pelo Governo.
3. O mandato dos membros da CNPD é de cinco anos e cessa com a posse dos novos membros.
4. Os membros da CNPD constam de lista publicada na 1.ª série do *Diário da República*.
5. Os membros da CNPD tomam posse perante o Presidente da Assembleia da República nos 10 dias seguintes à publicação da lista referida no número anterior.

Artigo 26.º

Funcionamento

1. São aprovados por lei da Assembleia da República:
 - a) A lei orgânica e o quadro de pessoal da CNPD;
 - b) O regime de incompatibilidades, de impedimentos, de suspeições e de perda de mandato, bem como o estatuto remuneratório dos membros da CNPD.
2. O estatuto dos membros da CNPD garante a independência do exercício das suas funções.
3. A Comissão dispõe de quadro próprio para apoio técnico e administrativo, beneficiando os seus funcionários e agentes do estatuto e regalias do pessoal da Assembleia da República.

SECÇÃO III NOTIFICAÇÃO

Artigo 27.º

Obrigação de notificação   CNPD

1. O responsável pelo tratamento ou, se for caso disso, o seu representante deve notificar a CNPD antes da realização de um tratamento ou conjunto de tratamentos, total ou parcialmente automatizados, destinados à prosseguimento de uma ou mais finalidades interligadas.
2. A CNPD pode autorizar a simplificação ou a isenção da notificação para determinadas categorias de tratamentos que, atendendo aos dados a

tratar, não sejam suscetíveis de pôr em causa os direitos e liberdades dos titulares dos dados e tenham em conta critérios de celeridade, economia e eficiência.

3. A autorização, que está sujeita a publicação no *Diário da República*, deve especificar as finalidades do tratamento, os dados ou categorias de dados a tratar, a categoria ou categorias de titulares dos dados, os destinatários ou categorias de destinatários a quem podem ser comunicados os dados e o período de conservação dos dados.
4. Estão isentos de notificação os tratamentos cuja única finalidade seja a manutenção de registos que, nos termos de disposições legislativas ou regulamentares, se destinem a informação do público e possam ser consultados pelo público em geral ou por qualquer pessoa que provar um interesse legítimo.
5. Os tratamentos não automatizados dos dados pessoais previstos no n.º 1 do artigo 7.º estão sujeitos a notificação quando tratados ao abrigo da alínea a) do n.º 3 do mesmo artigo.

Artigo 28.º

Controlo prévio

1. Carecem de autorização da CNPD:
 - a) O tratamento dos dados pessoais a que se referem o n.º 2 do artigo 7.º e o n.º 2 do artigo 8.º;
 - b) O tratamento dos dados pessoais relativos ao crédito e à solvabilidade dos seus titulares;
 - c) A interconexão de dados pessoais prevista no artigo 9.º;
 - d) A utilização de dados pessoais para fins não determinantes da recolha.
2. Os tratamentos a que se refere o número anterior podem ser autorizados por diploma legal, não carecendo neste caso de autorização da CNPD.

Artigo 29.º

Conteúdo dos pedidos de parecer ou de autorização e da notificação

Os pedidos de parecer ou de autorização, bem como as notificações, remetidos à CNPD devem conter as seguintes informações:

- a) Nome e endereço do responsável pelo tratamento e, se for o caso, do seu representante;
- b) As finalidades do tratamento;
- c) Descrição da ou das categorias de titulares dos dados e dos dados ou categorias de dados pessoais que lhes respeitem;
- d) Destinatários ou categorias de destinatários a quem os dados podem ser comunicados e em que condições;

- e) Entidade encarregada do processamento da informação, se não for o próprio responsável do tratamento;
- f) Eventuais interconexões de tratamentos de dados pessoais;
- g) Tempo de conservação dos dados pessoais;
- h) Forma e condições como os titulares dos dados podem ter conhecimento ou fazer corrigir os dados pessoais que lhes respeitem;
- i) Transferências de dados previstas para países terceiros;
- j) Descrição geral que permita avaliar de forma preliminar a adequação das medidas tomadas para garantir a segurança do tratamento em aplicação dos artigos 14.º e 15.º

Artigo 30.º

Indicações obrigatórias

1. Os diplomas legais referidos no n.º 2 do artigo 7.º e no n.º 1 do artigo 8.º, bem como as autorizações da CNPD e os registos de tratamentos de dados pessoais, devem, pelo menos, indicar:
 - a) O responsável do ficheiro e, se for caso disso, o seu representante;
 - b) As categorias de dados pessoais tratados;
 - c) As finalidades a que se destinam os dados e as categorias de entidades a quem podem ser transmitidos;
 - d) A forma de exercício do direito de acesso e de retificação;
 - e) Eventuais interconexões de tratamentos de dados pessoais;
 - f) Transferências de dados previstas para países terceiros.
2. Qualquer alteração das indicações constantes do n.º 1 está sujeita aos procedimentos previstos nos artigos 27.º e 28.º

Artigo 31.º

Publicidade dos tratamentos

1. O tratamento dos dados pessoais, quando não for objeto de diploma legal e dever ser autorizado ou notificado, consta de registo na CNPD, aberto à consulta por qualquer pessoa.
2. O registo contém as informações enumeradas nas alíneas *a)* a *d)* e *i)* do artigo 29.º
3. O responsável por tratamento de dados não sujeito a notificação está obrigado a prestar, de forma adequada, a qualquer pessoa que lho solicite, pelo menos as informações referidas no n.º 1 do artigo 30.º
4. O disposto no presente artigo não se aplica a tratamentos cuja única finalidade seja a manutenção de registos que, nos termos de disposições legislativas ou regulamentares, se destinem à informação do público e se encontrem abertos à consulta do público em geral ou de qualquer pessoa que possa provar um interesse legítimo.

5. A CNPD deve publicar no seu relatório anual todos os pareceres e autorizações elaborados ou concedidas ao abrigo da presente lei, designadamente as autorizações previstas no n.º 2 do artigo 7.º e no n.º 2 do artigo 9.º

CAPÍTULO V CÓDIGOS DE CONDUTA

Artigo 32.º

Códigos de conduta

1. A CNPD apoia a elaboração de códigos de conduta destinados a contribuir, em função das características dos diferentes setores, para a boa execução das disposições da presente lei.
2. As associações profissionais e outras organizações representativas de categorias de responsáveis pelo tratamento de dados que tenham elaborado projetos de códigos de conduta podem submetê-los à apreciação da CNPD.
3. A CNPD pode declarar a conformidade dos projetos com as disposições legais e regulamentares vigentes em matéria de proteção de dados pessoais.

CAPÍTULO VI TUTELA ADMINISTRATIVA E JURISDICIONAL

SECÇÃO I TUTELA ADMINISTRATIVA E JURISDICIONAL

Artigo 33.º

Tutela administrativa e jurisdicional

Sem prejuízo do direito de apresentação de queixa à CNPD, qualquer pessoa pode, nos termos da lei, recorrer a meios administrativos ou jurisdicionais para garantir o cumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados pessoais.

Artigo 34.º

Responsabilidade civil

1. Qualquer pessoa que tiver sofrido um prejuízo devido ao tratamento ilícito de dados ou a qualquer outro ato que viole disposições legais

em matéria de proteção de dados pessoais tem o direito de obter do responsável a reparação pelo prejuízo sofrido.

2. O responsável pelo tratamento pode ser parcial ou totalmente exonerado desta responsabilidade se provar que o facto que causou o dano lhe não é imputável.

SECÇÃO II CONTRAORDENAÇÕES

Artigo 35.º

Legislação subsidiária

Às infrações previstas na presente secção é subsidiariamente aplicável o regime geral das contraordenações, com as adaptações constantes dos artigos seguintes.

Artigo 36.º

Cumprimento do dever omitido

Sempre que a contraordenação resulte de omissão de um dever, a aplicação da sanção e o pagamento da coima não dispensam o infrator do seu cumprimento, se este ainda for possível.

Artigo 37.º

Omissão ou defeituoso cumprimento de obrigações

1. As entidades que, por negligência, não cumpram a obrigação de notificação à CNPD do tratamento de dados pessoais a que se referem os n.ºs 1 e 5 do artigo 27.º, prestem falsas informações ou cumpram a obrigação de notificação com inobservância dos termos previstos no artigo 29.º, ou ainda quando, depois de notificadas pela CNPD, mantiverem o acesso às redes abertas de transmissão de dados a responsáveis por tratamento de dados pessoais que não cumpram as disposições da presente lei, praticam contraordenação punível com as seguintes coimas:
 - a) Tratando-se de pessoa singular, no mínimo de 50 000\$00 e no máximo de 500 000\$00;
 - b) Tratando-se de pessoa coletiva ou de entidade sem personalidade jurídica, no mínimo de 300 000\$00 e no máximo de 3 000 000\$00.
2. A coima é agravada para o dobro dos seus limites quando se trate de dados sujeitos a controlo prévio, nos termos do artigo 28.º

Artigo 38.º

Contraordenações

1. Praticam contraordenação punível com a coima mínima de 100 000\$00 e máxima de 1 000 000\$00, as entidades que não cumprirem alguma das seguintes disposições da presente lei:
 - a) Designar representante nos termos previstos no n.º 5 do artigo 4.º;
 - b) Observar as obrigações estabelecidas nos artigos 5.º, 10.º, 11.º, 12.º, 13.º, 15.º, 16.º e 31.º, n.º 3.
2. A pena é agravada para o dobro dos seus limites quando não forem cumpridas as obrigações constantes dos artigos 6.º, 7.º, 8.º, 9.º, 19.º e 20.º

Artigo 39.º

Concurso de infrações

1. Se o mesmo facto constituir, simultaneamente, crime e contraordenação, o agente é punido sempre a título de crime.
2. As sanções aplicadas às contraordenações em concurso são sempre cumuladas materialmente.

Artigo 40.º

Punição de negligência e da tentativa

1. A negligência é sempre punida nas contraordenações previstas no artigo 38.º
2. A tentativa é sempre punível nas contraordenações previstas nos artigos 37.º e 38.º

Artigo 41.º

Aplicação das coimas

1. A aplicação das coimas previstas na presente lei compete ao presidente da CNPD, sob prévia deliberação da Comissão.
2. A deliberação da CNPD, depois de homologada pelo presidente, constitui título executivo, no caso de não ser impugnada no prazo legal.

Artigo 42.º

Destino das receitas cobradas

O montante das importâncias cobradas, em resultado da aplicação das coimas, reverte, em partes iguais, para o Estado e para a CNPD.

SECÇÃO III

CRIMES

Artigo 43.º

Não cumprimento de obrigações relativas a proteção de dados

1. É punido com prisão até um ano ou multa até 120 dias quem intencionalmente:
 - a) Omitir a notificação ou o pedido de autorização a que se referem os artigos 27.º e 28.º;
 - b) Fornecer falsas informações na notificação ou nos pedidos de autorização para o tratamento de dados pessoais ou neste proceder a modificações não consentidas pelo instrumento de legalização;
 - c) Desviar ou utilizar dados pessoais, de forma incompatível com a finalidade determinante da recolha ou com o instrumento de legalização;
 - d) Promover ou efetuar uma interconexão ilegal de dados pessoais;
 - e) Depois de ultrapassado o prazo que lhes tiver sido fixado pela CNPD para cumprimento das obrigações previstas na presente lei ou em outra legislação de proteção de dados, as não cumprir;
 - f) Depois de notificado pela CNPD para o não fazer, mantiver o acesso a redes abertas de transmissão de dados a responsáveis pelo tratamento de dados pessoais que não cumpram as disposições da presente lei.
2. A pena é agravada para o dobro dos seus limites quando se tratar de dados pessoais a que se referem os artigos 7.º e 8.º

Artigo 44.º

Acesso indevido

1. Quem, sem a devida autorização, por qualquer modo, aceder a dados pessoais cujo acesso lhe está vedado é punido com prisão até um ano ou multa até 120 dias.
2. A pena é agravada para o dobro dos seus limites quando o acesso:
 - a) For conseguido através de violação de regras técnicas de segurança;
 - b) Tiver possibilitado ao agente ou a terceiros o conhecimento de dados pessoais;
 - c) Tiver proporcionado ao agente ou a terceiros benefício ou vantagem patrimonial.
3. No caso do n.º 1 o procedimento criminal depende de queixa.

Artigo 45.º**Viciação ou destruição de dados pessoais**

1. Quem, sem a devida autorização, apagar, destruir, danificar, suprimir ou modificar dados pessoais, tornando-os inutilizáveis ou afetando a sua capacidade de uso, é punido com prisão até dois anos ou multa até 240 dias.
2. A pena é agravada para o dobro nos seus limites se o dano produzido for particularmente grave.
3. Se o agente atuar com negligência, a pena é, em ambos os casos, de prisão até um ano ou multa até 120 dias.

Artigo 46.º**Desobediência qualificada**

1. Quem, depois de notificado para o efeito, não interromper, cessar ou bloquear o tratamento de dados pessoais é punido com a pena correspondente ao crime de desobediência qualificada.
2. Na mesma pena incorre quem, depois de notificado:
 - a) Recusar, sem justa causa, a colaboração que concretamente lhe for exigida nos termos do artigo 24.º;
 - b) Não proceder ao apagamento, destruição total ou parcial de dados pessoais;
 - c) Não proceder à destruição de dados pessoais, findo o prazo de conservação previsto no artigo 5.º

Artigo 47.º**Violação do dever de sigilo**

1. Quem, obrigado a sigilo profissional, nos termos da lei, sem justa causa e sem o devido consentimento, revelar ou divulgar no todo ou em parte dados pessoais é punido com prisão até dois anos ou multa até 240 dias.
2. A pena é agravada de metade dos seus limites se o agente:
 - a) For funcionário público ou equiparado, nos termos da lei penal;
 - b) For determinado pela intenção de obter qualquer vantagem patrimonial ou outro benefício ilegítimo;
 - c) Puser em perigo a reputação, a honra e consideração ou a intimidade da vida privada de outrem.
3. A negligência é punível com prisão até seis meses ou multa até 120 dias.
4. Fora dos casos previstos no n.º 2, o procedimento criminal depende de queixa.

Artigo 48.º**Punição da tentativa**

Nos crimes previstos nas disposições anteriores, a tentativa é sempre punível.

Artigo 49.º**Pena acessória**

1. Conjuntamente com as coimas e penas aplicadas pode, acessoriamente, ser ordenada:
 - a) A proibição temporária ou definitiva do tratamento, o bloqueio, o apagamento ou a destruição total ou parcial dos dados;
 - b) A publicidade da sentença condenatória;
 - c) A advertência ou censura públicas do responsável pelo tratamento, nos termos do n.º 4 do artigo 22.º
2. A publicidade da decisão condenatória faz-se a expensas do condenado, na publicação periódica de maior expansão editada na área da comarca da prática da infração ou, na sua falta, em publicação periódica da comarca mais próxima, bem como através da afixação de edital em suporte adequado, por período não inferior a 30 dias.
3. A publicação é feita por extrato de que constem os elementos da infração e as sanções aplicadas, bem como a identificação do agente.

CAPÍTULO VII DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 50.º**Disposição transitória**

1. Os tratamentos de dados existentes em ficheiros manuais à data da entrada em vigor da presente lei devem cumprir o disposto nos artigos 7.º, 8.º, 10.º e 11.º no prazo de cinco anos.
2. Em qualquer caso, o titular dos dados pode obter, a seu pedido e, nomeadamente, aquando do exercício do direito de acesso, a retificação, o apagamento ou o bloqueio dos dados incompletos, inexatos ou conservados de modo incompatível com os fins legítimos prosseguidos pelo responsável pelo tratamento.
3. A CNPD pode autorizar que os dados existentes em ficheiros manuais e conservados unicamente com finalidades de investigação histórica não tenham que cumprir os artigos 7.º, 8.º e 9.º, desde que não sejam em nenhum caso reutilizados para finalidade diferente.

Artigo 51.º

Disposição revogatória

São revogadas as Leis n.ºs 10/91, de 29 de abril, e 28/94, de 29 de agosto.

Artigo 52.º

Entrada em vigor

A presente lei entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovada em 24 de setembro de 1998.

O Presidente da Assembleia da República, António de Almeida Santos.

Promulgada em 7 de outubro de 1998.

Publique-se.

O Presidente da República, Jorge Sampaio.

Referendada em 14 de outubro de 1998.

O Primeiro-Ministro, António Manuel de Oliveira Guterres.

(Não dispensa a consulta do Diário da República)

Nota

I — O presente diploma encontra-se atualizado de acordo com os seguintes diplomas:

Decreto-Lei n.º 29/2000, de 13 de março — entrada em vigor em 1 de maio de 2000;

Decreto-Lei n.º 72-A/2010, de 18 de junho — entrada em vigor em 19 de junho de 2010 e produção de efeitos 1 de janeiro de 2010;

Decreto-Lei n.º 73/2014, 13 de maio — entrada em vigor em 18 de maio de 2014; e

Declaração de Retificação n.º 30/2014, de 18 de junho.

II — Os artigos 5.º e 6.º do Decreto-Lei n.º 73/2014, de 13 de maio, dispõem o seguinte:

«Artigo 5.º

Cadastro dos sítios na Internet do Estado

No prazo de 90 dias após a entrada em vigor do presente decreto-lei, os serviços e organismos da administração direta e indireta do Estado devem dar cumprimento ao n.º 4 do artigo 47.º do Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de abril, com a redação dada pelo presente diploma, submetendo o formulário eletrónico disponibilizado no site da AMA, I. P., para o efeito.

Artigo 6.º

Operacionalização da obtenção oficiosa de documentos e informação

1. No prazo de 1 ano a contar da data de entrada em vigor do presente decreto-lei, devem os serviços e organismos da Administração Pública dar integral cumprimento ao disposto no artigo 28.º-A do Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de abril, com a redação dada pelo presente diploma.

2. No mesmo prazo deve a plataforma de interoperabilidade (iAP) ser utilizada como meio preferencial de comunicação entre os serviços e organismos da Administração Pública.
3. Para cumprimento do disposto nos números anteriores devem os serviços e organismos da Administração cooperar entre si com vista a realizar as diligências necessárias para o efeito.»

MEDIDAS DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de abril

As exigências das sociedades modernas e a afirmação de novos valores sociais têm conduzido, um pouco por todo o mundo, ao aprofundamento da complexidade das funções do Estado e à correspondente preocupação de defesa dos direitos dos cidadãos e respeito pelas suas necessidades face à Administração Pública.

A resposta pronta, correta e com qualidade, que efetive direitos e viabilize iniciativas, não se compadece com processos e métodos de trabalho anacrónicos e burocráticos, pouco próprios das modernas sociedades democráticas, que devem superar conflitos de valores da tradicional cultura administrativa, face às imposições dos atuais ritmos de vida e às aspirações cada vez mais exigentes do cidadão, cliente do serviço público.

Como se reconhece no Programa do Governo, o resultado global da economia e do desenvolvimento social dependem, em grande parte, da interligação, complementaridade e cooperação entre setores público, privado e social. Nesta ótica, tem o Governo vindo a desenvolver um esforço permanente de reforço das relações entre a Administração e a sociedade, aprofundando a cultura do serviço público, orientada para os cidadãos e para uma eficaz gestão pública que se pautе pela eficácia, eficiência e qualidade da Administração.

Criar um modelo de Administração Pública ao serviço do desenvolvimento harmonioso do País, das necessidades da sociedade em geral e dos cidadãos e agentes económicos em particular tem sido uma das preocupações permanentes da modernização administrativa, que se vem consubstanciando pela aproximação da Administração aos utentes, pela prestação de melhores serviços, pela desburocratização de procedimentos e pelo aumento de qualidade da gestão e funcionamento do aparelho administrativo do Estado.

A dispersão das medidas e diplomas legais que têm vindo a ser publicados de há 20 anos a esta parte, em matéria de modernização administrativa, impõe ao Governo a decisão de racionalizar, sistematizar e inovar, num único diploma, as normas de âmbito geral aplicáveis à Administração Pública e aos seus agentes, por forma a facilitar o acesso às mesmas por

parte dos seus destinatários e a torná-las mais conhecidas e transparentes ao cidadão, cliente do serviço público.

Paralelamente, dos sistemas de audição de utentes já implantados e da vontade generalizada dos parceiros sociais resultou a necessidade de criar novos mecanismos de modernização administrativa que garantam uma maior aproximação da Administração aos cidadãos, bem como de rever e aperfeiçoar os sistemas internos de gestão, organização e funcionamento, de forma a melhorar a qualidade dos serviços prestados à coletividade e apostar numa clara cultura de serviço público que contribua, decisivamente, para o crescimento e desenvolvimento socioeconómico do País.

Neste sentido, o presente diploma, além de acolher um conjunto de disposições legais inovadoras, sistematiza um conjunto de áreas fundamentais na relação cidadão-Administração, tão vastas e variadas como são o acolhimento e atendimento ao público, a comunicação administrativa, a simplificação de procedimentos, a audição dos utentes, os sistemas de informação para a gestão e a divulgação de informação administrativa.

Foram ouvidos os órgãos de Governo próprios das Regiões Autónomas, a Associação Nacional de Municípios Portugueses e a Associação Nacional de Freguesias.

Assim:

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 198.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1.º

Objeto e âmbito de aplicação

1. O presente diploma estabelece medidas de modernização administrativa, designadamente sobre:
 - a) Acolhimento e atendimento dos cidadãos em geral e dos agentes económicos em particular e receção de pedidos através dos demais canais de comunicação existentes — digital, presencial, postal ou telefónico;
 - b) Comunicação administrativa;
 - c) Simplificação de procedimentos;
 - d) Elogios, sugestões e reclamações dos utentes;
 - e) Avaliação pelos utentes dos locais e linhas de atendimento ao público, bem como dos portais e sítios na Internet da Administração Pública;
 - f) Sistema de informação para a gestão;
 - g) «Linha do Cidadão».

2. O presente diploma aplica-se a todos os serviços da administração central, regional e local, bem como aos institutos públicos nas modalidades de serviços personalizados do Estado ou de fundos públicos.
3. A aplicação do presente diploma à administração regional faz-se sem prejuízo da possibilidade de os competentes órgãos introduzirem as adaptações necessárias.

(Redação do Decreto-Lei n.º 73/2014, de 13 de maio — entrada em vigor em 18 de maio de 2014.)

Artigo 2.º

Princípios de ação

Os serviços e organismos da Administração Pública estão ao serviço do cidadão e devem orientar a sua ação de acordo com o disposto no Código do Procedimento Administrativo, tendo em conta os princípios da qualidade, da proteção da confiança, da comunicação eficaz e transparente, da simplicidade, da responsabilidade e da gestão participativa, com vista a:

- a) Garantir que a sua atividade se orienta para a satisfação das necessidades dos cidadãos e dos agentes económicos, bem como assegurar a sua audição ou adequada participação, enquanto forma de melhorar os métodos e procedimentos;
- b) Aprofundar a confiança nos cidadãos em geral e nos agentes económicos em particular, valorizando as suas declarações e dispensando comprovativos, sem prejuízo de penalização dos infratores, bem como promovendo a obtenção oficiosa de informação já detida pela Administração Pública;
- c) Assegurar uma comunicação eficaz e transparente, através da divulgação das suas atividades, das formalidades exigidas, do acesso à informação, da cordialidade do relacionamento, bem como do recurso a novas tecnologias;
- d) Privilegiar a opção pelos procedimentos mais simples, cómodos, expeditos e económicos, sendo em regra o atendimento, bem como o desenrolar de todo e qualquer procedimento administrativo, realizado através de meios digitais, e o procedimento apresentado ao cidadão da forma mais simples possível, independentemente da complexidade da organização interna e interadministrativa;
- e) Adotar procedimentos que garantam a sua eficácia e a assunção de responsabilidades por parte dos funcionários;
- f) Adotar métodos de trabalho em equipa, promovendo a comunicação interna e a cooperação intersetorial, desenvolvendo a motivação dos funcionários para o esforço conjunto de melhorar os serviços e compartilhar os riscos e responsabilidades.

- g) Garantir a simplificação da linguagem administrativa de modo a facilitar o acesso aos serviços públicos e a sua usabilidade.

(Redação do Decreto-Lei n.º 73/2014, de 13 de maio — entrada em vigor em 18 de maio de 2014.)

Artigo 3.º

Direitos dos utentes dos serviços públicos

1. Os serviços e organismos da Administração Pública, no âmbito das atividades exercidas ao abrigo do n.º 2 do artigo 2.º da Lei n.º 24/96, de 31 de julho, devem adotar as medidas adequadas a dar cumprimento ao disposto neste diploma, em especial no que respeita à qualidade dos bens e serviços, à proteção da saúde, da segurança física e dos interesses económicos dos cidadãos e à informação.
2. Os utentes do serviço público têm direito a solicitar, oralmente ou por qualquer forma escrita, incluindo por correio eletrónico ou por requerimento a apresentar no balcão único eletrónico ou em portais ou sítios na Internet dos serviços ou organismos competentes, informação sobre o andamento dos procedimentos administrativos que lhes digam respeito.
3. A consulta, nos termos da lei, do processo administrativo e da informação sobre o seu andamento, deve, sempre que possível, ser assegurada aos interessados de forma digital.
4. Em cada procedimento administrativo, é designado um gestor do procedimento, responsável por dar resposta aos esclarecimentos solicitados relativos ao seu andamento, cuja identificação e contacto são obrigatoriamente facultados aos utentes.
5. É dispensada a designação do gestor do procedimento administrativo sempre que a atividade administrativa solicitada através de requerimento apresentado pelo interessado seja de execução automática ou imediata.

(Redação do Decreto-Lei n.º 73/2014, de 13 de maio — entrada em vigor em 18 de maio de 2014.)

Artigo 4.º

Medidas de modernização administrativa

(Revogado pelo Decreto-Lei n.º 73/2014, de 13 de maio — entrada em vigor em 18 de maio de 2014.)

Artigo 5.º

Deferimento tácito

(Revogado pelo Decreto-Lei n.º 73/2014, de 13 de maio — entrada em vigor em 18 de maio de 2014.)

CAPÍTULO II ACOLHIMENTO E ATENDIMENTO DOS CIDADÃOS

Artigo 6.º

Horários de atendimento

1. Os serviços ou organismos que tenham atendimento ao público devem praticar um horário contínuo que abranja sempre o período da hora do almoço, salvo se estiverem autorizados pelo respetivo membro do Governo a praticar outro diferente.
2. A prática do horário contínuo não prejudica o período legalmente fixado de duração de trabalho diário dos respetivos trabalhadores.
3. Em todos os locais de acolhimento e atendimento de público deve estar afixado, por forma bem visível, o respetivo horário de funcionamento e atendimento.

Artigo 7.º

Acolhimento e atendimento

1. Sempre que a dimensão do serviços públicos o justifique, na entrada a que os utentes tenham acesso, deve permanecer um funcionário conhecedor da sua estrutura e competências genéricas e com qualificação em atendimento de público, que encaminhe os interessados e preste as primeiras informações.
2. O espaço principal de acolhimento, receção ou atendimento deve ter:
 - a) Afixada informação sobre os locais onde são tratados os diversos assuntos;
 - b) Afixada a tabela dos preços dos bens ou serviços fornecidos;
 - c) Afixado o organograma do serviço, em que sejam inscritos os nomes dos dirigentes e chefias respetivos;
 - d) Assinalada a existência de linhas de atendimento telefónico ao público;
 - e) Brochuras, desdobráveis, guias ou outros meios de divulgação de atividades e respetivas formalidades.
3. O local onde é prestado o serviço público de atendimento ao cidadão e ao agente económico deve apresentar as necessárias condições de salubridade, segurança de pessoas e bens, acessibilidade e conforto mínimo para os utentes, possuir um sistema de gestão do atendimento adequado e, sempre que possível, disponibilizar acesso livre à Internet de banda larga sem fios.

4. Salvo casos excecionais, devidamente autorizados pelo membro do Governo responsável, o atendimento deve ser personalizado, isto é, em secretária individual, removendo-se os balcões e postigos, e os funcionários que o efetuam devem estar identificados.

(Redação do Decreto-Lei n.º 73/2014, de 13 de maio — entrada em vigor em 18 de maio de 2014.)

Artigo 8.º

Prestação imediata de serviços

Sempre que a natureza do serviço solicitado pelo cidadão o permita, a sua prestação deve ser efetuada no momento.

Artigo 9.º

Prioridades no atendimento

1. Deve ser dada prioridade ao atendimento dos idosos, doentes, grávidas, pessoas com deficiência ou acompanhadas de crianças de colo e outros casos específicos com necessidades de atendimento prioritário.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior ou em legislação especial aplicável, os portadores de convocatórias ou os utentes com marcação prévia, feita nomeadamente por telefone ou *online*, têm prioridade no atendimento junto do serviço público para o qual foram convocados ou junto do qual procederam à marcação prévia.

(Redação do Decreto-Lei n.º 73/2014, de 13 de maio — entrada em vigor em 18 de maio de 2014.)

Artigo 10.º

Especialização dos atendedores

1. Os trabalhadores em funções públicas com funções ligadas ao acolhimento e atendimento de utentes devem ter uma formação específica no domínio das relações humanas e das competências do respetivo serviço, de forma a ficarem habilitados a prestar diretamente as informações solicitadas ou a encaminhar os utentes para os postos de trabalho adequados.
2. Se a solicitação dos utentes for feita por telefone, deve o recetor identificar-se através do nome e da função que desempenha.

(Redação do Decreto-Lei n.º 73/2014, de 13 de maio — entrada em vigor em 18 de maio de 2014.)

CAPÍTULO III COMUNICAÇÃO ADMINISTRATIVA

Artigo 11.º

Linhas de atendimento telefónico

1. Nos serviços e organismos da Administração Pública, onde as circunstâncias o justifiquem, são afetadas exclusivamente a pedidos de informação apresentados pelos utentes, uma ou mais linhas telefónicas, designadas por linhas azuis, cuja instalação e manutenção deve ser prioritária.
2. As linhas azuis devem ser adaptadas ou instaladas de modo a não permitir a realização de chamadas internas ou para o exterior, garantindo assim a sua total disponibilidade para o público.
3. As linhas azuis devem ser apetrechadas com um dispositivo especial para atendimento de chamadas por ordem de entrada, bem como para a sua gravação, nos períodos de encerramento dos serviços, para posterior resposta.
4. Sempre que possível e se justifique, o serviço deve ponderar a instalação de linhas de atendimento específico de custos reduzidos ou nulos para o utente.
5. A existência destas linhas de atendimento é de referência obrigatória em todas as comunicações e suportes informativos externos, bem como nos anuários telefónicos.
6. Sempre que possível e adequado, os sistemas de atendimento telefónico aos cidadãos devem ser alargados de forma a poder incluir comunicações por *chat* em plataformas eletrónicas ou por teleconferência, nomeadamente através de VoIP.
7. As comunicações referidas no número anterior dependem de consentimento do cidadão.

(Redação do Decreto-Lei n.º 73/2014, de 13 de maio — entrada em vigor em 18 de maio de 2014.)

Artigo 11.º-A

«Linha do Cidadão»

1. É criada uma linha de atendimento central do cidadão, designada por «Linha do Cidadão», constituída por um número curto e facilmente memorizável, atribuído nos termos do Plano Nacional de Numeração.
2. A «Linha do Cidadão» permite ao cidadão, através da marcação de um número único, ter acesso ao universo dos serviços públicos prestados pela Administração Pública Central que tenham serviços de atendimento telefónico nacionais.

3. Através de resolução do Conselho de Ministros, são identificadas as linhas de atendimento telefónico da Administração Pública que se filiam na «Linha do Cidadão», e são regulados os termos dessa filiação, a entrada em funcionamento da «Linha do Cidadão» e a sua gestão. *(Aditado pelo Decreto-Lei n.º 73/2014, de 13 de maio — entrada em vigor em 18 de maio de 2014.)*

Artigo 12.º

Encaminhamento de utentes e correspondência

1. Toda a correspondência entregue em mão, em qualquer edifício afeto à Administração, é obrigatoriamente recebida e encaminhada para os serviços respetivos pela unidade de receção.
2. Os serviços públicos remetem, direta e oficiosamente, toda a correspondência que lhes for indevidamente endereçada para as entidades e serviços competentes, informando os interessados.
3. Os serviços procedem ao esclarecimento ou encaminhamento dos utentes que, presencialmente ou por telefone, lhes apresentem assuntos da competência de outros serviços ou entidades públicas.

Artigo 13.º

Formalidades administrativas

1. Os serviços e organismos da Administração Pública devem facultar aos respetivos utentes os formulários e os valores selados necessários à instrução dos seus processos, de modo a evitar que o público tenha de se deslocar para os adquirir.
2. Os serviços e organismos devem proceder à sinalização do local de venda de formulários e valores selados necessários à respetiva atividade.
3. Só podem ser exigidos formulários, formalidades ou pagamentos que sejam expressamente mencionados em lei ou regulamento, devendo cada serviço proceder à sua simplificação em termos de quantidade e de conteúdo, bem como generalizar o uso de suportes em papel pré-impresso.

Artigo 13.º-A

Simplificação de procedimentos administrativos

1. Na instrução de procedimentos administrativos para os quais sejam legalmente exigidos modelos específicos em suporte de papel devem, em alternativa, também ser adotados formulários ou modelos disponibilizados eletronicamente.
2. Os formulários ou os modelos referidos no número anterior devem estar acessíveis nos sítios da Internet das entidades que, nos termos da lei,

sejam responsáveis pela sua disponibilização em suporte de papel ou, em alternativa, ser emitidos através de aplicações informáticas facultadas por aquelas ou por outras entidades autorizadas para o efeito.

3. É admissível a realização de determinados atos no âmbito dos procedimentos administrativos através da rede pública de caixas automáticas ou de terminais dedicados a pagamentos, os quais devem ser amplamente divulgados, designadamente através da sua publicitação no sítio da Internet do serviço competente.
4. As notificações realizadas no âmbito dos procedimentos administrativos podem ser efetuadas por via eletrónica, nos termos do Código do Procedimento Administrativo ou de lei especial.

(Redação do Decreto-Lei n.º 73/2014, de 13 de maio — entrada em vigor em 18 de maio de 2014.)

Artigo 14.º

Suportes de comunicação administrativa

1. Os suportes de comunicação administrativa escrita, de natureza externa, devem sempre referir, para além da designação oficial do serviço sem siglas, o endereço postal, os números de telefone e fax, o endereço de correio eletrónico e o sítio na Internet do respetivo emissor.
2. As comunicações referidas no número anterior devem sempre identificar os trabalhadores em funções públicas ou titulares dos órgãos subscritores das mesmas e em que qualidade o fazem.
3. A identificação faz-se mediante assinatura ou rubrica, com indicação do nome e cargo exercido, de forma adequada para o efeito.
4. Quando nas comunicações dirigidas aos cidadãos se faça referência a disposições de carácter normativo ou a circulares internas da Administração, é obrigatório transcrever a parte que é relevante para o andamento ou resolução do processo ou anexar-se cópia digital ou em papel do documento que a consubstancia.

(Redação do Decreto-Lei n.º 73/2014, de 13 de maio — entrada em vigor em 18 de maio de 2014.)

Artigo 15.º

Convocatórias e avisos

1. Só devem ser feitas convocatórias ou avisos aos cidadãos desde que esgotadas outras diligências que permitam resolver as questões sem incómodos, perdas de tempo e gastos provocados pela deslocação dos interessados.
2. Nas convocatórias ou avisos dirigidos aos cidadãos ou entidades, o assunto objeto dos mesmos deve ser descrito de forma simples e elucidativa, considerando-se inexistentes as que contenham referências

vagas, nomeadamente «assunto do seu interesse», «processo pendente» ou similares.

3. As convocatórias devem marcar a data de comparência com uma antecedência mínima de oito dias úteis e referir expressamente o dia, a hora e o local exato de atendimento e, sempre que possível, o nome do funcionário a contactar.

Artigo 16.º

Redação de documentos

Na redação dos documentos, designadamente de formulários, ofícios, minutas de requerimentos, avisos, convocatórias, certidões e declarações, em especial na comunicação com os cidadãos, deve usar-se linguagem simples, clara, concisa e significativa, sem siglas, termos técnicos ou expressões reverenciais ou intimidatórias.

Artigo 17.º

Modelos de requerimento

1. Nas minutas e nos modelos de requerimento só devem constar os dados indispensáveis, nos termos do Código do Procedimento Administrativo, ficando vedada a exigência de elementos que não se destinem a ser tratados ou não acrescentem informação relevante à já existente no serviço ou que conste dos documentos exigidos.
2. As minutas e os modelos de requerimentos e formulários devem respeitar os princípios e orientações de normalização e incluir instruções de preenchimento simples e suficientes.
3. A identificação das pessoas, singulares ou coletivas, faz-se de acordo com o disposto no Código do Procedimento Administrativo, sem prejuízo de ser completada por um ou dois de entre os seguintes meios de confirmação, de acordo com a exigência da situação:
 - a) Número do documento de identificação civil ou passaporte e sua validade;
 - b) Número de identificação fiscal e sua validade;
 - c) Número de identificação de entidade equiparada a pessoa coletiva e sua validade;
 - d) Número de identificação de empresário em nome individual e sua validade;
 - e) Número de identificação de estabelecimento individual de responsabilidade limitada e sua validade;
 - f) Número de contribuinte ou de beneficiário de sistema ou subsistema de segurança social e sua validade.

(Redação do Decreto-Lei n.º 73/2014, de 13 de maio — entrada em vigor em 18 de maio de 2014.)

Artigo 18.º

Pedido de documentos

1. A emissão de certidões, atestados e outros atos meramente declarativos deve efetuar-se mediante requerimento oral ou escrito, designadamente telefónico, eletrónico ou por fax.
2. Nos casos em que o requerimento seja feito oralmente, será lavrado, se necessário, registo do pedido formulado, do qual constem os elementos necessários, que será assinado e datado pelo funcionário que receber o pedido.

Artigo 19.º

Receção de documentos

1. Sempre que solicitado, é emitido recibo comprovativo da receção de documentos ou de cópia simples, em suporte digital ou de papel, dos mesmos, no qual se inscreve a data e hora de entrega, se esta for relevante para o efeito, bem como a sua descrição.
2. Quando da formulação dos pedidos a que se referem os artigos 17.º e 18.º não constarem todos os elementos neles exigidos, o requerente será convidado a suprir as deficiências existentes, devendo os serviços fazê-lo por escrito, preferencialmente através de meios eletrónicos, se o interessado o solicitar.
3. Sem prejuízo do disposto no número anterior, devem os serviços diligenciar no sentido de oficiosamente serem supridas as deficiências dos requerimentos ou pedidos, de modo a evitar aos interessados prejuízos por simples irregularidades ou mera imperfeição dos pedidos.
4. O recibo comprovativo referido no n.º 1 é emitido automaticamente no caso de entrega de documentos através do balcão único eletrónico ou dos portais ou sítios na Internet dos serviços ou organismos competentes.
(Redação do Decreto-Lei n.º 73/2014, de 13 de maio — entrada em vigor em 18 de maio de 2014.)

Artigo 20.º

Restituição de documentos

1. Sempre que possível, a comprovação de declarações ou de factos faz-se pela simples exibição de documentos, os quais, após anotação ou confirmação dos dados deles constantes, nos termos do artigo 32.º do presente diploma, são restituídos aos interessados ou aos seus representantes, preferencialmente no ato de apresentação ou por remessa postal, se a primeira solução não for viável.
2. Nos casos em que a análise dos processos torne indispensável a permanência temporária de documentos probatórios, podem estes, depois

de decorridos os prazos de recurso contencioso a eles inerentes, ser devolvidos, mediante solicitação, ainda que verbal, e contra recibo do interessado.

3. Só são retidos os documentos que permanentemente sejam necessários nos processos, sendo prestada esta informação por escrito sempre que solicitada.

Artigo 21.º

Remessa de documentos

1. Sempre que sejam produzidas certidões, atestados ou outros atos meramente declarativos, destinados aos cidadãos, devem os serviços facultar a opção de disponibilização ou remessa por via eletrónica ou por via postal.
2. A remessa postal referida no número anterior pode ser feita com registo ou aviso de receção, a pedido do interessado e a expensas deste.
3. A cobrança de importâncias devidas pela prestação de serviços, nomeadamente os que se concretizam pela remessa postal de documentos, pode efetuar-se através dos correios.
4. Quando os serviços e organismos não possam entregar no ato do requerimento documentos que lhes sejam solicitados, podem os interessados optar pela sua disponibilização ou remessa por via eletrónica ou por via postal.
5. A faculdade de opção referida nos n.ºs 1 e 4 deve ser publicitada aos utentes de forma clara nos locais de atendimento.
6. As comunicações por via eletrónica previstas no presente artigo são gratuitas.

(Redação do Decreto-Lei n.º 73/2014, de 13 de maio — entrada em vigor em 18 de maio de 2014.)

Artigo 22.º

Comunicações escritas na Administração

1. Nas comunicações escritas internas e externas, deve a Administração Pública adotar o meio mais económico e sustentável que para cada caso se revele eficaz, nomeadamente a utilização de papel reciclado.
2. Nas comunicações escritas internas da Administração Pública, incluindo os casos de comunicações entre órgãos e entidades distintas, devem preferencialmente ser utilizados meios eletrónicos, salvo quando tal utilização seja impossível, ineficiente ou outras razões de fundado interesse público o justifiquem.
3. Nas comunicações escritas externas da Administração Pública são utilizados preferencialmente meios eletrónicos nos termos do n.º 4 do artigo 13.º-A e demais legislação aplicável.

4. Os serviços devem elaborar modelos de requerimentos, relativos aos principais assuntos da sua competência, que facultam aos interessados no balcão único eletrónico e ou no seu sítio na Internet, bem como nos locais apropriados, em papel de formato A4 ou A5.
5. Nas relações com os utentes, devem os serviços aceitar qualquer meio bastante de identificação pessoal ou de prova, minorando, sempre que possível, a exigência de formalidades.
6. Com vista a acelerar o processo de decisão, devem os serviços proceder às necessárias consultas mútuas, para obtenção de declarações, atestados, certidões e outros elementos ou informações já detidos pela Administração Pública, através da plataforma de interoperabilidade da Administração Pública (iAP), de correio eletrónico, telefone, fax ou outros meios eletrónicos, nomeadamente através dos sítios na Internet dos serviços, sem prejuízo de ulterior confirmação quando estritamente indispensável.
7. Na elaboração dos processos, devem os serviços evitar a solicitação de pareceres e despachos internos sempre que tais formalidades se afigurem redundantes ou que não carreguem qualquer substância à formulação da decisão.
8. Os dirigentes dos serviços devem promover o mecanismo da delegação e subdelegação de competências e de assinatura da correspondência ou de expediente necessária à mera instrução dos processos, em diferentes níveis da hierarquia, se possível, no próprio posto de execução, mencionando o nome, cargo do delegante ou subdelegante e a qualidade em que assina.
9. Os serviços devem informar por escrito os utentes da previsão do tempo de resposta sempre que para o assunto apresentado, oralmente ou por escrito, se afigure prazo de resolução superior a um mês.

(Redação do Decreto-Lei n.º 73/2014, de 13 de maio — entrada em vigor em 18 de maio de 2014.)

Artigo 23.º

Identificação dos intervenientes nos processos administrativos

1. Os documentos escritos que constituem os processos administrativos internos, bem como todos os despachos e informações que sobre eles forem exarados, devem sempre identificar os trabalhadores em funções públicas seus subscritores e a qualidade em que o fazem, sem prejuízo do disposto na parte final do n.º 8 do artigo anterior.
2. A identificação faz-se mediante assinatura e indicação do nome e do cargo, exarados por forma adequada ao efeito.
3. O disposto nos números anteriores é aplicável aos despachos dos membros do Governo.

(Redação do Decreto-Lei n.º 73/2014, de 13 de maio — entrada em vigor em 18 de maio de 2014.)

Artigo 24.º**Comunicações com os serviços públicos**

1. Sempre que uma pessoa, singular ou coletiva, se dirija por escrito a qualquer serviço público, designadamente nos requerimentos, petições ou recursos, e não recorra a meios eletrónicos para o efeito, devem ser utilizadas folhas de papel normalizadas, brancas ou de cores pálidas, de formato tipo A4 ou A5.
2. O disposto no número anterior não se aplica às queixas e reclamações apresentadas através do livro de reclamações.
3. Os suportes referidos no n.º 1 podem incluir elementos identificadores da pessoa, singular ou coletiva, nomeadamente sigla, logótipo, endereço ou referências de telecomunicações.
4. Salvo no caso dos atos a que se refere o n.º 2, não é permitida a recusa de aceitação ou tratamento de documentos de qualquer natureza com fundamento na inadequação dos suportes em que estão escritos, desde que não fique prejudicada a sua legibilidade.
5. Os serviços públicos devem facultar gratuitamente aos utentes que o solicitem os suportes de escrita referidos no n.º 1.

(Redação do Decreto-Lei n.º 73/2014, de 13 de maio — entrada em vigor em 18 de maio de 2014.)

Artigo 25.º**Comunicações informáticas**

1. *(Revogado.)*
2. Na transferência de informação através de meios eletrónicos deve ser assegurada a autenticidade da informação e da identidade dos seus emissores por meios adequados.

(Redação do Decreto-Lei n.º 73/2014, de 13 de maio — entrada em vigor em 18 de maio de 2014.)

Artigo 26.º**Correio eletrónico e balcão único eletrónico**

1. Os serviços e organismos da Administração Pública devem disponibilizar um endereço de correio eletrónico para efeito de contacto por parte dos cidadãos e de entidades públicas e privadas e divulgá-lo de forma adequada, bem como assegurar a sua gestão eficaz.
2. A correspondência transmitida por via eletrónica tem o mesmo valor da trocada em suporte de papel, devendo ser-lhe conferida, pela Administração e pelos particulares, idêntico tratamento.

3. Os requerimentos apresentados pelos utentes dos serviços públicos devem ser preferencialmente entregues através do balcão único eletrónico ou do respetivo portal ou sítio na Internet.
4. *(Revogado.)*
(Redação do Decreto-Lei n.º 73/2014, de 13 de maio — entrada em vigor em 18 de maio de 2014.)

CAPÍTULO IV SIMPLIFICAÇÃO DE PROCEDIMENTOS

Artigo 27.º

Delegação e subdelegação de competências

Todos os serviços adotarão, nos termos legais aplicáveis, mecanismos de delegação e subdelegação de competências que propiciem respostas céleres às solicitações dos utentes e proporcionem um pronto cumprimento de obrigações e uma gestão mais célere e desburocratizada.

Artigo 28.º

Certificação multiúso

1. Os atestados, certidões, certificações ou qualquer outro tipo de documento destinado a declarar ou a fazer prova de quaisquer factos podem, durante o seu prazo de validade, ser utilizados em diferentes serviços ou com distintas finalidades.
2. Para obtenção dos documentos referidos no número anterior, é irrelevante a indicação dos fins a que se destinam.
3. Excetua-se do disposto nos números anteriores os documentos que sejam solicitados expressamente para fins específicos e, pelos quais, dado o seu carácter social, sejam cobradas quantias reduzidas, a título de emolumentos.
4. Nos termos do Decreto-Lei n.º 174/97, de 19 de julho, os atestados de incapacidade podem ser utilizados para todos os fins legalmente previstos, adquirindo uma função multiúso, devendo todas as entidades públicas ou privadas, perante quem sejam exibidos, devolvê-los aos interessados ou seus representantes, após a notação de conformidade com o original, aposta em fotocópia simples.

Artigo 28.º-A

Dispensa de apresentação de documentos

1. Os cidadãos e agentes económicos são dispensados da apresentação dos documentos em posse de qualquer serviço e organismo da

Administração Pública, quando derem o seu consentimento para que a entidade responsável pela prestação do serviço proceda à sua obtenção.

2. Os serviços e organismos da Administração Pública devem assegurar, entre si, a partilha de dados e ou documentos públicos necessários a um determinado processo ou prestação de serviços, em respeito pelas regras relativas à proteção de dados pessoais.
3. Deve ser promovida a criação de certidões permanentes *online* ou mecanismos de consulta de dados eletrónicos por via da plataforma iAP, reduzindo-se ao mínimo a necessidade de entrega de documentos instrutórios por parte dos cidadãos.
4. Sem prejuízo do disposto em lei especial, as taxas, emolumentos ou outros encargos devidos pela correspondente atividade administrativa dos serviços e organismos da Administração que disponibilizem documentos ou informação nos termos dos números anteriores, são cobrados pelo serviço ou organismo ao qual foi dado consentimento para a obtenção oficiosa desses documentos ou informações.
5. Compete ao serviço ou organismo a transferência dos montantes recebidos nos termos do número anterior para os serviços e organismos que, nos termos da lei, os devam cobrar.
6. Quando haja lugar à cobrança referida no número anterior, é transmitida ao utente a discriminação de todas as taxas, emolumentos ou outros encargos que sejam devidos, bem como dos atos, formalidades, documentos ou outros bens a que dizem respeito.

(Aditado pelo Decreto-Lei n.º 73/2014, de 13 de maio — entrada em vigor em 18 de maio de 2014.)

(Nota. — O artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 73/2014, de 13 de maio, dispõe o seguinte:

«Artigo 6.º

Operacionalização da obtenção oficiosa de documentos e informação

1. No prazo de 1 ano a contar da data de entrada em vigor do presente decreto-lei, devem os serviços e organismos da Administração Pública dar integral cumprimento ao disposto no artigo 28.º-A do Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de abril, com a redação dada pelo presente diploma.
2. No mesmo prazo deve a plataforma de interoperabilidade (iAP) ser utilizada como meio preferencial de comunicação entre os serviços e organismos da Administração Pública.
3. Para cumprimento do disposto nos números anteriores devem os serviços e organismos da Administração cooperar entre si com vista a realizar as diligências necessárias para o efeito.»)

Artigo 29.º

Respostas por meios eletrónicos e via postal sem franquia

Quando for necessário recolher informação que dispense a presença do utente pode ser-lhe enviado documento pedindo o preenchimento de formulário para reenvio por meios eletrónicos ou por carta ou postal de resposta sem franquia, devidamente autorizada.

(Redação do Decreto-Lei n.º 73/2014, de 13 de maio — entrada em vigor em 18 de maio de 2014.)

Artigo 30.º

Meios automáticos de pagamento

1. Os pagamentos devidos à Administração Pública devem poder ser efetuados através da rede pública de caixas automáticas ou de terminais dedicados a pagamentos, em condições a acordar com as entidades gestoras de sistemas de transferência eletrónica de fundos, com salvaguarda do registo das operações.
2. Os serviços públicos devem fomentar a utilização progressiva de meios automáticos e eletrónicos de pagamentos devidos à Administração Pública, com vista à substituição da exigência do cheque visado.
3. Sempre que possível, a Administração Pública deve permitir igualmente pagamentos por transferência bancária, com salvaguarda do registo adequado das operações.
4. O pagamento de serviços públicos prestados por meios eletrónicos deve ser efetuado preferencialmente através da Plataforma de Pagamentos da Administração Pública (PPAP).

(Redação do Decreto-Lei n.º 73/2014, de 13 de maio — entrada em vigor em 18 de maio de 2014.)

Artigo 31.º

Dispensa do reconhecimento de assinatura

1. Nos termos dos artigos 1.º e 2.º do Decreto-Lei n.º 250/96, de 24 de dezembro, encontram-se abolidos os reconhecimentos notariais de letra e assinatura, ou só de assinatura, feitos por semelhança e sem menções especiais relativas aos signatários.
2. A exigência em disposição legal de reconhecimento por semelhança ou sem determinação de espécie considera-se substituída pela indicação, feita pelo signatário, do número, data e entidade emitente do respetivo bilhete de identidade ou documento equivalente, emitido pela autoridade competente de um dos países da União Europeia ou do passaporte.

Artigo 32.^o**Dispensa dos originais dos documentos**

1. Para a instrução de procedimentos administrativos é suficiente a cópia simples, em suporte digital ou de papel, de documento autêntico ou autenticado, sem prejuízo do número seguinte.
2. Pode ser exigida a exibição de original ou documento autenticado nos casos em que tal resulte de lei especial ou, para conferência, quando haja dúvidas fundadas acerca do conteúdo ou autenticidade da cópia simples, devendo para o efeito ser fixado um prazo razoável não inferior a cinco dias úteis.
3. No caso previsto no número anterior, o trabalhador em funções públicas declara a sua conformidade com o original, mediante aposição da sua rubrica na cópia simples ou mediante declaração em documento autónomo.
4. Se o documento autêntico ou autenticado constar de arquivo de serviço público, a conformidade da respetiva cópia simples com o original decorre:
 - a) Automaticamente, de menção expressa no próprio documento, quando este seja originariamente digital; ou
 - b) De declaração de conformidade do dirigente competente do respetivo arquivo, através de assinatura na cópia simples, ou em documento autónomo.
5. As cópias simples de documentos, reconhecidas nos termos dos números anteriores, não produzem fé pública.

(Redação do Decreto-Lei n.º 73/2014, de 13 de maio — entrada em vigor em 18 de maio de 2014.)

Artigo 33.^o**Substituição do atestado de residência pelo cartão de cidadão**

1. O atestado de residência para instrução de processos administrativos, quando legalmente exigido, é substituído pela apresentação do cartão de cidadão ou de quaisquer outros elementos que sejam adequados a demonstrar inequivocamente a residência do cidadão.
2. Quando a entrega da documentação necessária à instrução dos processos referidos no artigo anterior for feita pelo interessado ou por outrem, deve o trabalhador em funções públicas que a receber confirmar através de documento de identificação civil ou documento equivalente a assinatura do cidadão.
3. No caso de envio de documentação por via eletrónica ou através dos serviços de correio, o interessado deve juntar ao processo cópia de documento de identificação civil.

4. Em caso de dúvida quanto à veracidade das declarações, os serviços devem promover oficiosamente a confirmação dos dados relativos à residência, junto das juntas de freguesia respetivas.

(Redação do Decreto-Lei n.º 73/2014, de 13 de maio — entrada em vigor em 18 de maio de 2014 retificada pela Declaração de Retificação n.º 30/2014, de 18 de junho.)

Artigo 34.º

Atestados emitidos pelas juntas de freguesia

1. Os atestados de residência, vida e situação económica dos cidadãos, bem como os termos de identidade e justificação administrativa, passados pelas juntas de freguesia, nos termos das alíneas *qq*) e *rr*) do n.º 1 do artigo 16.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, devem ser emitidos desde que qualquer dos membros do respetivo executivo ou da assembleia de freguesia tenha conhecimento direto dos factos a atestar, ou quando a sua prova seja feita por testemunho oral ou escrito de dois cidadãos eleitores recenseados na freguesia ou ainda por outro meio legalmente admissível.
2. Nos casos de urgência, o presidente da junta de freguesia pode passar os atestados a que se refere este diploma, independentemente de prévia deliberação da junta.
3. Não está sujeita a forma especial a produção de qualquer das provas referidas, devendo, quando orais, ser reduzidas a escrito pelo funcionário que as receber e confirmadas mediante assinatura de quem as apresentar.
4. As falsas declarações são punidas nos termos da lei penal.
5. A certidão, relativa à situação económica do cidadão, que contenha referência à sua residência faz prova plena desse facto e dispensa a junção no mesmo processo de atestado de residência ou cartão de eleitor.
6. As certidões referidas no número anterior podem ser substituídas por atestados passados pelo presidente da junta.

(Redação do Decreto-Lei n.º 73/2014, de 13 de maio — entrada em vigor em 18 de maio de 2014.)

Artigo 35.º

Atestados médicos

1. Nos atestados comprovativos de saúde e de doença está abolido o reconhecimento notarial da assinatura do médico.
2. A certificação da saúde ou da doença, para quaisquer efeitos legalmente exigíveis, designadamente para a justificação de faltas por motivo de doença ou estado comprovativo de saúde, é lavrada em papel com o timbre do médico ou entidade responsável.

CAPÍTULO V

MECANISMOS DE AUDIÇÃO E PARTICIPAÇÃO

Artigo 35.º-A

Sistema de elogios, sugestões e reclamações dos utentes

1. Os elogios, sugestões e reclamações dos utentes relativos aos serviços prestados por um serviço ou organismo da Administração Pública e às pessoas que o tenham prestado, bem como em relação a procedimentos administrativos, são feitos *online* em plataformas próprias disponibilizadas na Internet.
2. A divulgação dos sítios na Internet onde são disponibilizadas as plataformas referidas no número anterior deve ser feita em todos os serviços públicos e em todos os serviços *online*, de forma bem visível para o utente.
3. A AMA, I. P., disponibiliza uma plataforma na Internet destinada a acolher os elogios, sugestões e reclamações dos serviços e organismos da Administração Pública que não tenham uma plataforma específica para o efeito.
4. Às plataformas previstas no presente artigo aplicam-se as garantias em matéria de proteção de dados pessoais previstas na Lei n.º 67/98, de 26 de outubro.
5. Sempre que possível, devem ser disponibilizados meios informáticos que permitam aos utentes, querendo, apresentar *online*, no próprio local de atendimento, elogios, sugestões e reclamações.
6. Nos locais de atendimento ao público são disponibilizados, como meios subsidiários de apresentação de elogios, sugestões e reclamações, a caixa de sugestões e elogios, bem como o livro de reclamações, devendo ser utilizados apenas quando seja impossível ou inconveniente a apresentação *online* dos mesmos.

(Aditado pelo Decreto-Lei n.º 73/2014, de 13 de maio — entrada em vigor em 18 de maio de 2014.)

Artigo 36.º

Elogios e sugestões dos utentes

1. A audição dos utentes, com vista a aferir a qualidade dos serviços públicos, concretiza-se através de:
 - a) Elogios e opiniões, por meio das quais se pretende conhecer o que o utente pensa do modo como é atendido e da qualidade, adequação, tempo de espera e custo do serviço que lhe é prestado pela Administração
 - b) Sugestões, através das quais se pretende que o utente faça propostas concretas de melhoria a introduzir no funcionamento dos serviços públicos;

- c) Outros contributos escritos para a modernização administrativa, por meio dos quais o utente possa manifestar o seu desacordo ou a sua divergência em relação à forma como foi atendido, como lhe foi prestado determinado serviço ou ainda como a lei ou regulamento lhe impõe formalidades desnecessárias.
- 2. *(Revogado.)*
- 3. *(Revogado.)*
- 4. Os serviços e organismos devem, sempre que possível, dar acolhimento às sugestões e opiniões emitidas pelos utentes, no sentido de melhorar a sua gestão e funcionamento ou, quando caso disso, sugerir medidas legislativas adequadas a simplificar procedimentos.
(Redação do Decreto-Lei n.º 73/2014, de 13 de maio — entrada em vigor em 18 de maio de 2014.)

Artigo 37.º

Sugestões dos trabalhadores

- 1. Os trabalhadores em funções públicas, no normal exercício das funções e como demonstração do seu empenho na gestão dos serviços públicos, devem apresentar sugestões suscetíveis de melhorar o funcionamento e a qualidade dos serviços a que pertencem.
- 2. Sempre que as sugestões sejam apresentadas por escrito e incluam um programa de ação, devem ser avaliadas pelos dirigentes máximos no sentido da viabilidade da sua aplicação.
- 3. Se os programas propostos forem aprovados e implantados, o trabalhador em funções públicas pode beneficiar da frequência de um curso de especialização ou bolsa de estudo na respetiva área de intervenção.
- 4. Se a natureza da proposta apresentar evidências de mérito, embora não justifique as ações referidas no número anterior, o trabalhador em funções públicas tem direito a um louvor do dirigente máximo do serviço, que constará, para todos os efeitos legais, do seu processo individual.
(Redação do Decreto-Lei n.º 73/2014, de 13 de maio — entrada em vigor em 18 de maio de 2014.)

Artigo 38.º

Reclamações

- 1. Nos termos do disposto no artigo 35.º-A, os serviços e organismos da Administração Pública devem divulgar aos utentes de forma visível a existência de livro de reclamações nos locais onde seja efetuado atendimento ao público.
- 2. A autenticação do livro de reclamações compete ao dirigente máximo do serviço ou organismo, em exercício de funções à data da abertura

- do livro, competência que pode ser delegada, nos casos de serviços desconcentrados, nos respetivos responsáveis.
3. A cópia azul do livro de reclamações deve ser enviada pelo serviço reclamado ao gabinete do membro do Governo competente, acompanhada de informação sobre a reclamação, donde constem as medidas corretivas adotadas.
 4. A cópia amarela da reclamação deve ser enviada diretamente para a AMA, I. P., acompanhada da informação referida no número anterior, sendo logo que possível enviada cópia da resposta dada ao reclamante.
 5. Independentemente da fase de tramitação em que se encontrem as reclamações na base de dados da AMA, I. P., cabe a cada serviço reclamado dar resposta ao reclamante, acompanhada da devida justificação, bem como das medidas tomadas ou a tomar, se for caso disso, no prazo máximo de 15 dias.
 6. Se para além da resposta dada pelo serviço, a reclamação for objeto de decisão final superior, esta será comunicada ao reclamante, preferencialmente por via eletrónica, pelo serviço ou gabinete do membro do Governo responsável e dada a conhecer à AMA, I. P.
 7. Se for caso disso, o membro do Governo que tutela a Administração Pública deve diligenciar no sentido da realização de auditorias, nos termos legalmente previstos.
 8. O modelo do livro de reclamações é definido por portaria do membro do Governo responsável pela Administração Pública.
 9. O disposto nos números anteriores aplica-se com as devidas adaptações às reclamações apresentadas nas plataformas previstas no artigo 35.º-A, sendo o envio das cópias amarelas e azuis substituído pelo reencaminhamento automático e digital da reclamação apresentada no sítio na Internet.
 10. As reclamações apresentadas em relação aos serviços públicos *online* são feitas exclusivamente nas plataformas previstas no artigo 35.º-A, aplicando-se-lhes, com as devidas adaptações, o disposto no presente artigo.
 11. A transmissão à AMA, I. P., da informação prevista nos números anteriores é precedida de remoção dos dados pessoais dos reclamantes.
(Redação do Decreto-Lei n.º 73/2014, de 13 de maio — entrada em vigor em 18 de maio de 2014.)

Artigo 39.º

Obrigatoriedade de resposta

1. Toda a correspondência, designadamente sugestões, críticas ou pedidos de informação cujos autores se identifiquem, dirigida a qualquer serviço será objeto de análise e decisão, devendo ser objeto de resposta com a maior brevidade possível.

2. Sem prejuízo do disposto na lei, no prazo de 15 dias deve ser dada resposta na qual seja comunicada:
 - a) A decisão final tomada sobre as questões suscitadas pelo autor da correspondência, quando a sua complexidade e a carga de trabalho do serviço não o impeçam;
 - b) Informação intercalar sobre o estado em que se encontra a análise da comunicação apresentada; ou
 - c) A rejeição liminar da comunicação apresentada, quando a lei assim o determine.

(Redação do Decreto-Lei n.º 73/2014, de 13 de maio — entrada em vigor em 18 de maio de 2014.)

Artigo 39.º-A

Avaliação pelos utentes

1. São criados mecanismos de avaliação automática pelos utentes dos locais e linhas de atendimento ao público, bem como dos portais e sítios na Internet da Administração Pública.
2. A avaliação dada pelos utentes é objeto de publicitação nos respetivos portais e sítios na Internet bem como nos locais de atendimento ao público, de forma visível.
3. É criado um sistema de classificação baseado na avaliação pelos utentes referida nos números anteriores, devidamente publicitado nos portais de entrada na Administração Pública, geridos pela AMA, I. P., que procede à ordenação dos locais e linhas de atendimento ao público, bem como dos portais e sítios na Internet da Administração Pública em função da avaliação dada pelos utentes.
4. Através de resolução do Conselho de Ministros são regulamentados o sistema eletrónico de avaliação automática e de classificação, pelos utentes, dos locais e linhas de atendimento ao público, bem como dos portais e sítios na Internet da Administração Pública.

(Aditado pelo Decreto-Lei n.º 73/2014, de 13 de maio — entrada em vigor em 18 de maio de 2014.)

CAPÍTULO VI

INSTRUMENTOS DE APOIO À GESTÃO

Artigo 40.º

Plano e relatório de atividades

1. Os serviços e organismos da Administração Pública devem elaborar planos e relatórios anuais de atividades, de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 183/96, de 27 de setembro.

2. Os planos e relatórios de atividades devem contemplar, em capítulo próprio, as medidas de modernização administrativa, nomeadamente relativas à desburocratização, qualidade e inovação, e, em especial, as que deem cumprimento ao n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 74/2014, de 13 de maio, que se propõem desenvolver, bem como avaliar a sua aplicação em cada ano e a previsão das poupanças associadas a tais medidas.
3. Os relatórios de atividades devem incluir indicadores que quantifiquem as solicitações entradas e as respetivas respostas, a que se refere o n.º 1 do artigo 39.º

(Redação do Decreto-Lei n.º 73/2014, de 13 de maio — entrada em vigor em 18 de maio de 2014.)

Artigo 41.º

Balanço social

Os serviços e organismos da Administração Pública devem elaborar anualmente o seu balanço social, com referência a 31 de dezembro do ano anterior, de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 190/96, de 9 de outubro.

Artigo 42.º

Relatório da modernização administrativa

1. Compete às secretarias-gerais ou aos serviços de cada ministério com atribuições e competências nas áreas de inovação, modernização e política de qualidade, a elaboração de relatórios anuais de avaliação das medidas de modernização administrativa executadas no âmbito dos respetivos ministérios, a enviar ao membro do Governo competente, com cópia dirigida à AMA, I. P., para os efeitos previstos no artigo 43.º
2. Na administração local, compete à Direção-Geral das Autarquias Locais a elaboração do relatório anual de avaliação das medidas de modernização administrativa executadas no âmbito das autarquias locais, do qual deve ser remetida cópia à AMA, I. P., para os efeitos previstos no artigo 43.º
3. Os relatórios de avaliação referidos nos números anteriores incidem, obrigatoriamente, sobre os seguintes aspetos:
 - a) Formalidades que foram extintas ou simplificadas;
 - b) Medidas de simplificação introduzidas, designadamente as previstas no capítulo iv;
 - c) Melhoria no acolhimento e atendimento dos utentes;
 - d) Melhoria nos meios de comunicação com os utentes do serviço;
 - e) Disponibilização de suportes informativos;
 - f) Inovações tecnológicas introduzidas;

- g) Avaliação global do conjunto dos elogios, sugestões e das reclamações e síntese das medidas adotadas em consequência dos mesmos;
- h) Valor global estimado da redução de custos de contexto para os cidadãos e agentes económicos decorrente das medidas de simplificação e modernização administrativa adotadas;
- i) Valor global estimado das poupanças decorrentes das medidas de modernização e simplificação administrativa adotadas.

(Redação do Decreto-Lei n.º 73/2014, de 13 de maio — entrada em vigor em 18 de maio de 2014.)

Artigo 43.º

Observatório da modernização administrativa

1. A Rede Interministerial para a Modernização Administrativa (RIMA), prevista no Decreto-Lei n.º 4/97, de 4 janeiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 72/2014, de 13 de maio, constitui-se como observatório permanente da modernização administrativa, nas áreas reguladas pelo presente diploma, cabendo à AMA, I. P., dar-lhe o apoio técnico necessário para o efeito.
2. Para os efeitos do número anterior, compete à AMA, I. P., proceder à análise dos relatórios referidos no artigo anterior, elaborar estudo sintético, mas detalhado, das principais medidas tomadas e propor recomendações ou medidas legislativas que contribuam para uma maior qualidade, eficácia e eficiência da Administração Pública.
3. O estudo referido no número anterior avalia, em especial:
 - a) A informação agregada relativa à redução de custos de contexto para os cidadãos e agentes económicos e às poupanças decorrentes das medidas de simplificação e modernização administrativa adotadas;
 - b) A informação agregada relativa aos elogios, reclamações e sugestões apresentados nos termos dos artigos 35.º-A a 38.º, bem como a informação agregada relativa à classificação dos locais e linhas de atendimento ao público, bem como dos portais e sítios na Internet da Administração Pública, prevista no artigo 39.º-A.

(Redação do Decreto-Lei n.º 73/2014, de 13 de maio — entrada em vigor em 18 de maio de 2014.)

Artigo 44.º

Qualidade em serviços públicos

Os serviços e organismos da Administração Pública devem elaborar, progressivamente, cartas de qualidade.

Artigo 45.º**Papel inovador dos dirigentes**

1. Os dirigentes devem pautar a sua gestão, com vista ao cumprimento da missão do serviço, através da definição dos objetivos anuais a atingir, do nível dos serviços a prestar, da criação e manutenção de critérios de qualidade, bem como a motivação e estímulo dos seus funcionários e a preocupação da boa imagem do serviço.
2. Os dirigentes máximos dos serviços públicos devem elaborar um programa de ação que vise o aperfeiçoamento e a qualidade dos serviços, nomeadamente através da elaboração de cartas de qualidade, metodologias de melhores práticas de gestão e sistemas de garantia de conformidade face aos objetivos exigidos.
3. Os dirigentes de todas as unidades e subunidades orgânicas devem promover reuniões periódicas para a divulgação de documentos internos e normas de procedimento, bem como reuniões temáticas que promovam o debate e o esclarecimento das ações a desenvolver para cumprimento dos objetivos do serviço.
4. Com vista a garantir melhor qualidade, eficácia e eficiência, cabe aos dirigentes definir e incentivar planos de formação individuais ou de grupo que permitam a formação e aperfeiçoamento profissional contínuo dos profissionais do serviço.
5. Os planos de formação devem ser orientados no sentido de uma Administração ao serviço do cidadão, tendo em conta os objetivos do organismo, bem como o desenvolvimento social, cultural e técnico dos seus funcionários e agentes.

Artigo 46.º**Programas de recetividade ao utente**

Os serviços devem melhorar o nível de recetividade aos seus utentes, de acordo com o seu âmbito de ação, atuando, em especial, nos seguintes domínios:

- a) Adequação de disposições legais desatualizadas e estudo da racionalização e simplificação de formalidades;
- b) Melhoria de instalações;
- c) Formação de atendedores de público;
- d) Melhoria de equipamentos que constituam infraestruturas ao atendimento;
- e) Adoção de sistemas, métodos e técnicas inovadores que potenciem uma pronta resposta às solicitações legítimas dos utentes;
- f) Avaliação da qualidade e do impacto dos serviços prestados pelo serviço.

CAPÍTULO VII DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO ADMINISTRATIVA

Artigo 47.º

Portais e sítios na Internet da Administração Pública

1. Todos os serviços e organismos da Administração Pública devem disponibilizar aos cidadãos e aos agentes económicos portais e ou sítios na Internet que têm como objetivos:
 - a) Disponibilizar para o público a informação básica e de cidadania, sobre direitos, obrigações, procedimentos, na relação que estabelece com a Administração Pública;
 - b) Garantir a simplicidade, rapidez e fiabilidade da informação administrativa que o cidadão ou grupos específicos de cidadãos necessitam no seu dia-a-dia;
 - c) Permitir a identificação e o acesso a bases de dados especializados, de forma a dar respostas a questões mais específicas, bem como permitir a criação de subsistemas de informação destinados a servir clientes específicos;
 - d) Possibilitar e facilitar, gradualmente, o contacto interativo com simulações e prestações de serviços concretos, através das tecnologias de informação e de programas específicos, que tenham real utilidade para o cidadão.
2. A informação devidamente organizada pelos serviços e organismos da Administração Pública deve ser atualizada com frequência, de modo a não defraudar as expectativas dos cidadãos e dos agentes económicos.
3. Os sítios e portais na Internet devem ser concebidos e atualizados de modo a observar as melhores práticas em matéria de acessibilidade e usabilidade.
4. Todos os serviços e organismos do Estado devem comunicar à AMA, I. P., e mantê-la informada de todos os sítios na Internet públicos que tenham a seu cargo, devendo a AMA, I. P., desenvolver e atualizar o cadastro dos sítios na Internet do Estado.
5. A AMA, I. P., é responsável por identificar os sítios na Internet do Estado que estejam descontinuados e comunicá-lo aos respetivos serviços e organismos, bem como às entidades responsáveis pelos arquivos digitais do Estado e pela preservação de conteúdos disponíveis na Internet nacional.
6. Os portais e sítios na Internet referidos no n.º 1 devem estar acessíveis através de hiperligação nos portais de entrada na Administração Pública, geridos pela AMA, I. P.

7. Todos os portais e sítios na Internet do Estado devem ter uma hiperligação visível para os portais de entrada na Administração Pública referidos no número anterior.

(Redação do Decreto-Lei n.º 73/2014, de 13 de maio — entrada em vigor em 18 de maio de 2014.)

(Nota. — O artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 73/2014, de 13 de maio, dispõe o seguinte:

«Artigo 5.º

Cadastro dos sítios na Internet do Estado

No prazo de 90 dias após a entrada em vigor do presente decreto-lei, os serviços e organismos da administração direta e indireta do Estado devem dar cumprimento ao n.º 4 do artigo 47.º do Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de abril, com a redação dada pelo presente diploma, submetendo o formulário eletrónico disponibilizado no site da AMA, I. P., para o efeito.»)

Artigo 48.º

Meios de divulgação

Os serviços públicos devem, sempre que possível, promover meios de divulgação multimédia das suas atividades, nomeadamente através das plataformas gratuitas de divulgação vídeo *online*, com o objetivo de esclarecer os utentes sobre o seu funcionamento.

(Redação do Decreto-Lei n.º 73/2014, de 13 de maio — entrada em vigor em 18 de maio de 2014.)

Artigo 49.º

Sistema de pesquisa *online* de informação pública

1. É criado o sistema de pesquisa *online* de informação pública que indexa todos os conteúdos públicos dos sítios na Internet das entidades públicas.
2. A informação pública referida no número anterior corresponde à informação que pela sua natureza e nos termos da lei possa ser disponibilizada ao público.
3. Esse sistema é gerido pela AMA, I. P., e é disponibilizado nos portais de entrada da Administração Pública.

(Redação do Decreto-Lei n.º 73/2014, de 13 de maio — entrada em vigor em 18 de maio de 2014.)

CAPÍTULO VIII

DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 50.º

Prevalência

1. O presente decreto-lei prevalece sobre quaisquer disposições gerais relativas aos diversos serviços e organismos da Administração Pública.
2. Os dirigentes dos serviços ou organismos mencionados no número anterior, que adotem ou autorizem a adoção de medidas internas em contravenção com o presente diploma, incorrem em responsabilidade disciplinar, nos termos do respetivo estatuto disciplinar.

(Redação do Decreto-Lei n.º 73/2014, de 13 de maio — entrada em vigor em 18 de maio de 2014.)

Artigo 50.º-A

Referências a trabalhadores em funções públicas

As referências no presente diploma a trabalhadores em funções públicas consideram-se também feitas a outros trabalhadores que exerçam funções idênticas a estes, independentemente do vínculo ao abrigo do qual as exerçam.

(Aditado pelo Decreto-Lei n.º 73/2014, de 13 de maio — entrada em vigor em 18 de maio de 2014.)

Artigo 51.º

Pessoal dirigente

1. As referências feitas no presente diploma aos dirigentes máximos dos serviços entendem-se reportadas aos secretários-gerais, diretores-gerais e pessoal de cargos equiparados, bem como ao pessoal dirigente diretamente dependente de qualquer membro do Governo.
2. As competências atribuídas no presente diploma aos membros do Governo e aos dirigentes máximos dos serviços são, na administração local, cometidas:
 - a) Ao presidente da câmara municipal, nas câmaras municipais;
 - b) Ao presidente do conselho de administração, nas associações de municípios e nos serviços municipalizados;
 - c) À junta de freguesia, nas juntas de freguesia;
 - d) Ao presidente da mesa da assembleia distrital, nas assembleias distritais.

Artigo 52.º

Norma revogatória

São revogados os seguintes diplomas:

Resolução do Conselho de Ministros n.º 6/87, de 29 de janeiro;
Decreto-Lei n.º 149/87, de 30 de março;
Resolução do Conselho de Ministros n.º 31/87, de 29 de maio;
Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/87, de 8 de julho;
Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/87, de 10 de julho;
Decreto-Lei n.º 48/88, de 17 de fevereiro;
Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/88, de 2 de maio;
Decreto-Lei n.º 217/88, de 17 de junho;
Despacho do Primeiro-Ministro n.º 1/89, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 12 de janeiro;
Decreto-Lei n.º 19/89, de 19 de janeiro;
Decreto-Lei n.º 112/90, de 2 de abril;
Decreto-Lei n.º 383/90, de 10 de dezembro;
Decreto-Lei n.º 129/91, de 2 de abril.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 11 de fevereiro de 1999. — António Manuel de Oliveira Guterres — António Luciano Pacheco de Sousa Franco — Jorge Paulo Sacadura Almeida Coelho.

Promulgado em 5 de abril de 1999.

Publique-se.

O Presidente da República, Jorge Sampaio.

Referendado em 9 de abril de 1999.

O Primeiro-Ministro, António Manuel de Oliveira Guterres.

(Não dispensa a consulta do Diário da República)

Nota

O texto do Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais encontra-se atualizado de acordo com os seguintes diplomas:

Declaração de Retificação n.º 14/2002, de 20 de março;

Declaração de Retificação n.º 18/2002, de 12 de abril;

Lei n.º 4-A/2003, de 19 de fevereiro;

Lei n.º 107-D/2003, de 31 de dezembro;

Lei n.º 1/2008, de 14 de janeiro;

Lei n.º 2/2008, de 14 de janeiro;

Lei n.º 26/2008, de 27 de junho;

Lei n.º 52/2008, de 28 de agosto;

Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro;

Decreto-Lei n.º 166/2009, de 31 de julho — com entrada em vigor a partir de 1 de janeiro de 2010;

Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro; e

Lei n.º 20/2012, de 14 de maio, com início de vigência em 15 de maio de 2012.

ESTATUTO DOS TRIBUNAIS ADMINISTRATIVOS E FISCAIS

Lei n.º 13/2002, de 19 de fevereiro

Aprova o Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais (revoga o Decreto-Lei n.º 129/84, de 27 de abril) e procede à 3.ª alteração do Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de março, alterado pela Lei n.º 163/99, de 14 de setembro, e pelo Decreto-Lei n.º 159/2000, de 27 de julho, à 42.ª alteração do Código de Processo Civil, à 1.ª alteração da Lei n.º 168/99, de 18 de setembro, e à 2.ª alteração da Lei n.º 11/87, de 7 de abril, alterada pelo Decreto-Lei n.º 224-A/96, de 26 de novembro.

A Assembleia da República decreta, nos termos da alínea c) do artigo 161.º da Constituição, para valer como lei geral da República, o seguinte:

Artigo 1.º

Aprovação

É aprovado o Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais, que se publica em anexo à presente lei e que dela faz parte integrante.

Artigo 2.º

Disposição transitória

1. As disposições do Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais não se aplicam aos processos que se encontrem pendentes à data da sua entrada em vigor.
2. As decisões que, na vigência do novo Estatuto, sejam proferidas ao abrigo das competências conferidas pelo anterior Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais são impugnáveis para o tribunal competente de acordo com o mesmo Estatuto.

Artigo 3.º

Alteração ao regime jurídico das empreitadas de obras públicas

O artigo 259.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de março, que estabelece o regime jurídico das empreitadas de obras públicas, passa a ter a seguinte redação:

«Artigo 259.º

[...]

1.

2. Proferida a decisão e notificada às partes, o processo será entregue no Conselho Superior de Obras Públicas e Transportes, onde ficará arquivado, competindo ao presidente do Conselho Superior decidir tudo quanto respeite aos termos da respetiva execução por parte das entidades administrativas, sem prejuízo da competência dos tribunais administrativos para a execução das obrigações do empreiteiro, devendo ser remetida ao juiz competente cópia da decisão do tribunal arbitral para efeitos do processo executivo.
3.»

Artigo 4.º

Alteração ao Código de Processo Civil

O artigo 1083.º do Código de Processo Civil passa a ter a seguinte redação:

«Artigo 1083.º

Âmbito de aplicação

O disposto no presente capítulo é aplicável às ações de regresso contra magistrados, propostas nos tribunais judiciais, sendo subsidiariamente aplicável às ações do mesmo tipo que sejam da competência de outros tribunais.»

Artigo 5.º

Alterações ao Código das Expropriações

Os artigos 74.º e 77.º do Código das Expropriações, aprovado pela Lei n.º 168/99, de 18 de setembro, passam a ter a seguinte redação:

«Artigo 74.º

[...]

1.
2.
3.
4. Se não for notificado de decisão favorável no prazo de 90 dias a contar da data do requerimento, o interessado pode fazer valer o direito de reversão no prazo de um ano, mediante ação administrativa comum a propor no tribunal administrativo de círculo da situação do prédio ou da sua maior extensão.
5. Na ação prevista no número anterior, é cumulado o pedido de adjudicação, instruído com os documentos mencionados no artigo 77.º, que

o tribunal aprecia, seguindo os trâmites dos artigos 78.º e 79.º, no caso de reconhecer o direito de reversão.

Artigo 77.º

[...]

1. Autorizada a reversão, o interessado deduz, no prazo de 90 dias a contar da data da notificação da autorização, perante o tribunal administrativo de círculo da situação do prédio ou da sua maior extensão, o pedido de adjudicação, instruindo a sua pretensão com os seguintes documentos:
 - a)
 - b)
 - c)
 - d)
 - e)
2.»
 (Redação da Lei n.º 4-A/2003, de 19 de fevereiro.)

Artigo 6.º

Alteração à Lei de Bases do Ambiente

O artigo 45.º da Lei n.º 11/87, de 7 de abril (Lei de Bases do Ambiente), passa a ter a seguinte redação:

«Artigo 45.º

Tutela judicial

1. Sem prejuízo da legitimidade de quem se sinta ameaçado ou tenha sido lesado nos seus direitos, à atuação perante a jurisdição competente do correspondente direito à cessação da conduta ameaçadora ou lesiva e à indemnização pelos danos que dela possam ter resultado, ao abrigo do disposto no capítulo anterior, também ao Ministério Público compete a defesa dos valores protegidos pela presente lei, nomeadamente através da utilização dos mecanismos nela previstos.
2. É igualmente reconhecido a qualquer pessoa, independentemente de ter interesse pessoal na demanda, bem como às associações e fundações defensoras dos interesses em causa e às autarquias locais, o direito de propor e intervir, nos termos previstos na lei, em processos principais e cautelares destinados à defesa dos valores protegidos pela presente lei.»

Artigo 7.º

Disposição transitória relativa ao recrutamento e formação de juízes

1. No prazo máximo de 180 dias a contar da data da publicação desta lei, é aberto concurso de recrutamento de juízes para os tribunais administrativos e para os tribunais tributários ao qual podem concorrer magistrados judiciais e do Ministério Público com pelo menos cinco anos de serviço e classificação não inferior a Bom e juristas com pelo menos cinco anos de comprovada experiência profissional na área do direito público, nomeadamente através do exercício de funções públicas, da advocacia, da docência no ensino superior ou na investigação, ou ao serviço da Administração Pública.
2. A admissão a concurso depende de graduação baseada na ponderação global dos fatores enunciados no artigo 61.º do Estatuto aprovado pela presente lei e os candidatos admitidos frequentam um curso de formação teórica de três meses, organizado pelo Centro de Estudos Judiciários.
3. Os candidatos admitidos ao concurso têm, durante a frequência do curso de formação teórica referido no número anterior, o mesmo estatuto remuneratório e os mesmos direitos, deveres e incompatibilidades dos restantes auditores de justiça do Centro de Estudos Judiciários e, no caso de serem funcionários ou agentes do Estado, de institutos públicos ou de empresas públicas, podem frequentar o curso em regime de requisição e optar por auferir a remuneração base relativa à categoria de origem, retomando os respetivos cargos ou funções sem perda de antiguidade em caso de exclusão ou de desistência justificada.
4. A frequência do curso de formação teórica por magistrados judiciais e do Ministério Público e o seu eventual provimento em comissão de serviço na jurisdição administrativa e fiscal dependem de autorização, nos termos estatutários.
5. No termo do curso previsto no n.º 2, os candidatos são avaliados em função do seu mérito absoluto e qualificados como aptos ou não aptos, para o efeito de serem admitidos à fase seguinte, que é constituída por um estágio de seis meses, precedido de um curso especial de formação teórico-prática de âmbito geral, organizado pelo Centro de Estudos Judiciários, com a duração máxima de três meses e incidência predominante sobre matérias de deontologia e direito processual civil.
6. O Centro de Estudos Judiciários, no termo do curso especial previsto no número anterior, procede a uma graduação que releva para o efeito da seleção dos tribunais de estágio.

7. O montante da bolsa atribuída aos auditores durante a frequência do curso especial previsto no n.º 5 corresponde ao índice 100 da escala indiciária dos magistrados judiciais.
8. As reclamações das decisões proferidas no âmbito do concurso têm efeito meramente devolutivo.
9. Os juízes recrutados no âmbito do concurso previsto nos números anteriores têm as honras, precedências, categorias, direitos, vencimentos e abonos que competem aos juízes de direito, dependendo a respetiva progressão na carreira dos critérios a que se referem os n.ºs 4 e 5 do artigo 58.º do Estatuto aprovado pela presente lei.
10. O Governo adotará os procedimentos necessários ao desenvolvimento regulamentar do regime estabelecido no presente artigo.
(Redação da Lei n.º 4-A/2003, de 19 de fevereiro.)

Artigo 8.º

Norma revogatória

São revogados:

- a) O Decreto-Lei n.º 45006, de 27 de abril de 1963;
- b) O Decreto-Lei n.º 784/76, de 30 de outubro;
- c) O Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 129/84, de 27 de abril;
- d) O Decreto-Lei n.º 374/84, de 29 de novembro;
- e) A Lei n.º 46/91, de 3 de agosto;
- f) A Portaria n.º 116/92, de 24 de fevereiro.

Artigo 9.º

Entrada em vigor

A presente lei entra em vigor em 1 de janeiro de 2004, com exceção do artigo 7.º, que entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

(Redação da Lei n.º 4-A/2003, de 19 de fevereiro.)

Aprovada em 20 de dezembro de 2001.

O Presidente da Assembleia da República, António de Almeida Santos.

Promulgada em 31 de janeiro de 2002.

Publique-se.

O Presidente da República, Jorge Sampaio.

Referendada em 7 de fevereiro de 2002.

O Primeiro-Ministro, António Manuel de Oliveira Guterres.

ANEXO
ESTATUTO DOS TRIBUNAIS ADMINISTRATIVOS
E FISCAIS

TÍTULO I
TRIBUNAIS ADMINISTRATIVOS E FISCAIS

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1.º
Jurisdição administrativa e fiscal

1. Os tribunais da jurisdição administrativa e fiscal são os órgãos de soberania com competência para administrar a justiça em nome do povo, nos litígios emergentes das relações jurídicas administrativas e fiscais.
2. Nos feitos submetidos a julgamento, os tribunais da jurisdição administrativa e fiscal não podem aplicar normas que infrinjam o disposto na Constituição ou os princípios nela consagrados.

Artigo 2.º
Independência

Os tribunais da jurisdição administrativa e fiscal são independentes e apenas estão sujeitos à lei.

Artigo 3.º
Garantias de independência

1. Os juízes da jurisdição administrativa e fiscal são inamovíveis, não podendo ser transferidos, suspensos, aposentados ou demitidos senão nos casos previstos na lei.
2. Os juízes da jurisdição administrativa e fiscal podem incorrer em responsabilidade pelas suas decisões exclusivamente nos casos previstos na lei.
3. Os juízes da jurisdição administrativa e fiscal estão sujeitos às incompatibilidades estabelecidas na Constituição e na lei e regem-se pelo estatuto dos magistrados judiciais, nos aspetos não previstos nesta lei.

Artigo 4.^o

Âmbito da jurisdição

1. Compete aos tribunais da jurisdição administrativa e fiscal a apreciação de litígios que tenham nomeadamente por objeto:
 - a) Tutela de direitos fundamentais, bem como dos direitos e interesses legalmente protegidos dos particulares diretamente fundados em normas de direito administrativo ou fiscal ou decorrentes de atos jurídicos praticados ao abrigo de disposições de direito administrativo ou fiscal;
 - b) Fiscalização da legalidade das normas e demais atos jurídicos emanados por pessoas coletivas de direito público ao abrigo de disposições de direito administrativo ou fiscal, bem como a verificação da invalidade de quaisquer contratos que diretamente resulte da invalidade do ato administrativo no qual se fundou a respetiva celebração;
 - c) Fiscalização da legalidade de atos materialmente administrativos, praticados por quaisquer órgãos do Estado ou das Regiões Autónomas, ainda que não pertençam à Administração Pública;
 - d) Fiscalização da legalidade das normas e demais atos jurídicos praticados por sujeitos privados, designadamente concessionários, no exercício de poderes administrativos;
 - e) Questões relativas à validade de atos pré-contratuais e à interpretação, validade e execução de contratos a respeito dos quais haja lei específica que os submeta, ou que admita que sejam submetidos, a um procedimento pré-contratual regulado por normas de direito público;
 - f) Questões relativas à interpretação, validade e execução de contratos de objeto passível de ato administrativo, de contratos especificamente a respeito dos quais existam normas de direito público que regulem aspetos específicos do respetivo regime substantivo, ou de contratos em que pelo menos uma das partes seja uma entidade pública ou um concessionário que atue no âmbito da concessão e que as partes tenham expressamente submetido a um regime substantivo de direito público;
 - g) Questões em que, nos termos da lei, haja lugar a responsabilidade civil extracontratual das pessoas coletivas de direito público, incluindo a resultante do exercício da função jurisdicional e da função legislativa;
 - h) Responsabilidade civil extracontratual dos titulares de órgãos, funcionários, agentes e demais servidores públicos;
 - i) Responsabilidade civil extracontratual dos sujeitos privados, aos quais seja aplicável o regime específico da responsabilidade do Estado e demais pessoas coletivas de direito público;

- j) Relações jurídicas entre pessoas coletivas de direito público ou entre órgãos públicos, no âmbito dos interesses que lhes cumpre prosseguir;
 - l) Promover a prevenção, cessação e reparação de violações a valores e bens constitucionalmente protegidos, em matéria de saúde pública, ambiente, urbanismo, ordenamento do território, qualidade de vida, património cultural e bens do Estado, quando cometidas por entidades públicas, e desde que não constituam ilícito penal ou contraordenacional;
 - m) Contencioso eleitoral relativo a órgãos de pessoas coletivas de direito público para que não seja competente outro tribunal;
 - n) Execução das sentenças proferidas pela jurisdição administrativa e fiscal.
2. Está nomeadamente excluída do âmbito da jurisdição administrativa e fiscal a apreciação de litígios que tenham por objeto a impugnação de:
- a) Atos praticados no exercício da função política e legislativa;
 - b) Decisões jurisdicionais proferidas por tribunais não integrados na jurisdição administrativa e fiscal;
 - c) Atos relativos ao inquérito e instrução criminais, ao exercício da ação penal e à execução das respetivas decisões.
3. Ficam igualmente excluídas do âmbito da jurisdição administrativa e fiscal:
- a) A apreciação das ações de responsabilidade por erro judiciário cometido por tribunais pertencentes a outras ordens de jurisdição, bem como das correspondentes ações de regresso;
 - b) A fiscalização dos atos materialmente administrativos praticados pelo Presidente do Supremo Tribunal de Justiça;
 - c) A fiscalização dos atos materialmente administrativos praticados pelo Conselho Superior da Magistratura e pelo seu Presidente;
 - d) A apreciação de litígios emergentes de contratos individuais de trabalho, ainda que uma das partes seja uma pessoa coletiva de direito público, com exceção dos litígios emergentes de contratos de trabalho em funções públicas.

(Redação da Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro.)

Artigo 5.º

Fixação da competência

1. A competência dos tribunais da jurisdição administrativa e fiscal fixa-se no momento da propositura da causa, sendo irrelevantes as modificações de facto e de direito que ocorram posteriormente.
2. Existindo, no mesmo processo, decisões divergentes sobre questão de competência, prevalece a do tribunal de hierarquia superior.

Artigo 6.º

Alçada

1. Os tribunais da jurisdição administrativa e fiscal têm alçada.
2. A alçada dos tribunais tributários corresponde a um quarto da que se encontra estabelecida para os tribunais judiciais de 1.ª instância.
3. A alçada dos tribunais administrativos de círculo corresponde àquela que se encontra estabelecida para os tribunais judiciais de 1.ª instância.
4. A alçada dos tribunais centrais administrativos corresponde à que se encontra estabelecida para os tribunais da Relação.
5. Nos processos em que exerçam competências de 1.ª instância, a alçada dos tribunais centrais administrativos e do Supremo Tribunal Administrativo corresponde, para cada uma das suas secções, respetivamente à dos tribunais administrativos de círculo e à dos tribunais tributários.
6. A admissibilidade dos recursos por efeito das alçadas é regulada pela lei em vigor ao tempo em que seja instaurada a ação.
(Redação da Lei n.º 107-D/2003, de 31 de dezembro.)

Artigo 7.º

Direito subsidiário

No que não esteja especialmente regulado, são subsidiariamente aplicáveis aos tribunais da jurisdição administrativa e fiscal, com as devidas adaptações, as disposições relativas aos tribunais judiciais.

CAPÍTULO II

ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS TRIBUNAIS ADMINISTRATIVOS E FISCAIS

Artigo 8.º

Órgãos da jurisdição administrativa e fiscal

São órgãos da jurisdição administrativa e fiscal:

- a) O Supremo Tribunal Administrativo;
- b) Os tribunais centrais administrativos;
- c) Os tribunais administrativos de círculo e os tribunais tributários.

(Redação da Lei n.º 107-D/2003, de 31 de dezembro.)

Artigo 9.º

**Constituição, desdobramento e agregação
dos tribunais administrativos**

1. Os tribunais administrativos de círculo podem ser desdobrados em juízos e estes podem funcionar em local diferente da sede, dentro da respetiva área de jurisdição.
2. Os tribunais administrativos de círculo e os tribunais tributários podem também funcionar de modo agregado, assumindo, cada um deles, a designação de tribunal administrativo e fiscal.
3. O desdobramento ou agregação previstos nos números anteriores são determinados por portaria do Ministro da Justiça, sob proposta do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais.
4. Mediante decreto-lei podem ser criados tribunais administrativos especializados, bem como secções especializadas nos tribunais superiores.

(Redação pelo Decreto-Lei n.º 166/2009, de 31 de julho.)

Artigo 9.º-A

Desdobramento dos tribunais tributários

1. Os tribunais tributários podem ser desdobrados, por decreto-lei, quando o volume ou a complexidade do serviço o justifiquem, em juízos especializados e estes podem funcionar em local diferente da sede, dentro da respetiva área de jurisdição.
2. Podem ser criados os seguintes juízos de competência especializada tributária:
 - a) Juízo de pequena instância tributária;
 - b) Juízo de média instância tributária;
 - c) Juízo de grande instância tributária.
3. Aos juízos de competência especializada tributária pode ser atribuída, por decreto-lei, jurisdição alargada em função da complexidade e do volume de serviço.
4. Podem ser criados juízos de média e pequena instância tributária, quando o volume do serviço o aconselhar.
5. Podem ainda ser criados, por decreto-lei, secções especializadas em função da matéria ou valor das ações, nos tribunais superiores.

(Aditado pelo Decreto-Lei n.º 166/2009, de 31 de julho.)

Artigo 10.º

Turnos

A existência e organização de turnos de juízes para assegurar o serviço urgente rege-se, com as devidas adaptações, pelo disposto na lei a respeito dos tribunais judiciais.

CAPÍTULO III SUPREMO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO

SECÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 11.º

Sede, jurisdição e funcionamento

1. O Supremo Tribunal Administrativo é o órgão superior da hierarquia dos tribunais da jurisdição administrativa e fiscal.
2. O Supremo Tribunal Administrativo tem sede em Lisboa e jurisdição em todo o território nacional.

Artigo 12.º

Funcionamento e poderes de cognição

1. O Supremo Tribunal Administrativo funciona por secções e em plenário.
2. O Supremo Tribunal Administrativo compreende duas secções, uma de contencioso administrativo e outra de contencioso tributário, que funcionam em formação de três juízes ou em pleno.
3. O plenário e o pleno de cada secção apenas conhecem de matéria de direito.
4. A Secção de Contencioso Administrativo conhece apenas de matéria de direito nos recursos de revista.
5. A Secção de Contencioso Tributário conhece apenas de matéria de direito nos recursos diretamente interpostos de decisões proferidas pelos tribunais tributários.

Artigo 13.º

Presidência

1. O Supremo Tribunal Administrativo tem um presidente, que é coadjuvado por três vice-presidentes, eleitos de modo e por períodos idênticos aos previstos para aquele.

2. Dois dos vice-presidentes são eleitos de entre e pelos juízes da Secção de Contencioso Administrativo, sendo o outro vice-presidente eleito de entre e pelos juízes da Secção de Contencioso Tributário.

Artigo 14.º

Composição das secções

1. Cada secção do Supremo Tribunal Administrativo é composta pelo Presidente do Tribunal, pelos respectivos vice-presidentes e pelos restantes juízes para ela nomeados.
2. Cada uma das secções pode dividir-se por subsecções, às quais se aplica o disposto para a secção respetiva.

(Retificado pela Declaração de Retificação n.º 18/2002, de 20 de março.)

Artigo 15.º

Preenchimento das Secções

1. Os juízes são nomeados para cada uma das secções e distribuídos pelas subsecções respetivas, se as houver.
2. O Presidente do Tribunal pode determinar que um juiz seja agregado a outra secção, a fim de acorrer a necessidades temporárias de serviço, com ou sem dispensa ou redução do serviço da secção de que faça parte, conforme os casos.
3. A agregação pode ser determinada para o exercício integral de funções ou apenas para as de relator ou de adjunto.
4. O juiz que mude de secção mantém a sua competência nos processos já inscritos para julgamento em que seja relator e naqueles em que, como adjunto, já tenha apostado o seu visto para julgamento.

Artigo 16.º

Sessões de julgamento

1. As sessões de julgamento realizam-se nos mesmos termos e condições que no Supremo Tribunal de Justiça, sendo aplicável, com as devidas adaptações, o disposto quanto a este Tribunal.
2. O Presidente do Supremo Tribunal Administrativo pode determinar que em certas sessões de julgamento intervenham todos os juízes da secção, quando o considere necessário ou conveniente para assegurar a uniformidade da jurisprudência.
3. Na falta ou impedimento do Presidente e dos vice-presidentes, a presidência das sessões é assegurada pelo juiz mais antigo que se encontre presente.
4. Quando esteja em causa a impugnação de deliberação do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais ou decisão do seu

Presidente, a sessão realiza-se sem a presença do Presidente do Supremo Tribunal Administrativo, sendo presidida pelo mais antigo dos vice-presidentes que não seja membro do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais ou pelo juiz mais antigo que se encontre presente.

Artigo 17.º

Formações de julgamento

1. O julgamento em cada secção compete ao relator e a dois juízes.
2. O julgamento no pleno compete ao relator e aos demais juízes em exercício na secção.
3. O pleno da secção só pode funcionar com a presença de, pelo menos, dois terços dos juízes.
4. O julgamento em plenário efetua-se nos termos da secção IV deste capítulo.
5. As decisões são tomadas em conferência.

Artigo 18.º

Adjuntos

1. Entre os juízes que integram cada formação de julgamento deve existir uma diferença de três posições quanto ao lugar que lhes corresponde na escala da distribuição no Tribunal ou na secção, sendo a contagem dos lugares realizada a partir da posição que corresponde ao relator.
2. Cada adjunto é substituído, em caso de falta ou impedimento, pelo juiz que imediatamente se lhe segue.

Artigo 19.º

Eleição do Presidente e dos vice-presidentes

1. O Presidente do Supremo Tribunal Administrativo é eleito, por escrutínio secreto, pelos juízes em exercício efetivo de funções no Tribunal.
2. Os vice-presidentes são eleitos, por escrutínio secreto, pelos juízes que exerçam funções na secção respetiva e de entre os que se encontrem nas condições referidas no número anterior.
3. É eleito o juiz que obtenha mais de metade dos votos validamente expressos e, se nenhum obtiver esse número de votos, procede-se a segunda votação, apenas entre os dois juízes mais votados.
4. Em caso de empate, são admitidos a segundo sufrágio os dois juízes mais antigos que tenham sido mais votados e, verificando-se novo empate, considera-se eleito o juiz mais antigo.

Artigo 20.º

Duração do mandato

1. O mandato do Presidente e dos vice-presidentes do Supremo Tribunal Administrativo tem a duração de cinco anos, sem lugar a reeleição.
2. O Presidente e os vice-presidentes mantêm-se em funções até à tomada de posse dos novos eleitos.

Artigo 21.º

Substituição do Presidente e dos vice-presidentes

1. O Presidente é substituído pelo vice-presidente mais antigo.
2. Na ausência, falta ou impedimento do Presidente e dos vice-presidentes, a substituição cabe ao juiz mais antigo no Tribunal.

Artigo 22.º

Gabinete do Presidente

1. Junto do Presidente funciona um gabinete dirigido por um chefe de gabinete e composto por adjuntos e secretários pessoais, em número e com estatuto definidos na lei.
2. O Gabinete coadjuva o Presidente no exercício das suas funções administrativas e presta-lhe assessoria técnica.

Artigo 23.º

Competência do Presidente

1. Compete ao Presidente do Supremo Tribunal Administrativo:
 - a) Representar o Tribunal e assegurar as suas relações com os demais órgãos de soberania e quaisquer autoridades;
 - b) Dirigir o Tribunal, superintender nos seus serviços e assegurar o seu funcionamento normal, emitindo as ordens de serviço que tenha por necessárias;
 - c) Propor ao Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais os critérios que devem presidir à distribuição, no respeito pelo princípio do juiz natural;
 - d) Planear e organizar os recursos humanos do Tribunal, assegurando uma equitativa distribuição de processos pelos juízes e o acompanhamento do seu trabalho;
 - e) Providenciar pela redistribuição equitativa dos processos, no caso de alteração do número de juízes;
 - f) Determinar os casos em que, por razões de uniformização de jurisprudência, no julgamento devem intervir todos os juízes da secção;
 - g) Fixar o dia e a hora das sessões;

- h) Presidir às sessões e apurar o vencimento nas conferências;
 - i) Votar as decisões, em caso de empate;
 - j) Assegurar o andamento dos processos no respeito pelos prazos estabelecidos, podendo determinar a substituição provisória do relator, por redistribuição, em caso de impedimento prolongado;
 - l) Dar posse aos juízes do Supremo Tribunal Administrativo e aos presidentes dos tribunais centrais administrativos;
 - m) Solicitar o suprimento de necessidades de resposta adicional através do recurso à bolsa de juízes;
 - n) Estabelecer a forma mais equitativa de intervenção dos juízes adjuntos;
 - o) Agregar transitoriamente a uma secção juízes de outra secção, a fim de acorrerem a necessidades temporárias de serviço;
 - p) Fixar os turnos de juízes;
 - q) Exercer a ação disciplinar sobre os funcionários de justiça em serviço no Tribunal, relativamente a penas de gravidade inferior à de multa;
 - r) Dar posse ao secretário do Tribunal;
 - s) Elaborar um relatório anual sobre o estado dos serviços;
 - t) Exercer as demais funções que lhe sejam atribuídas por lei.
2. O Presidente pode delegar nos vice-presidentes a competência para a prática de determinados atos ou sobre certas matérias e para presidir às sessões do pleno da secção e, no secretário do Tribunal, a competência para a correção dos processos.
- (Redação da Lei n.º 107-D/2003, de 31 de dezembro.)*

SECÇÃO II

SECÇÃO DE CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO

Artigo 24.º

Competência da Secção de Contencioso Administrativo

1. Compete à Secção de Contencioso Administrativo do Supremo Tribunal Administrativo conhecer:
 - a) Dos processos em matéria administrativa relativos a ações ou omissões das seguintes entidades:
 - i) Presidente da República;
 - ii) Assembleia da República e seu Presidente;
 - iii) Conselho de Ministros;
 - iv) Primeiro-Ministro;
 - v) Tribunal Constitucional e seu Presidente, Presidente do Supremo Tribunal Administrativo, Tribunal de Contas e seu Presidente e Presidente do Supremo Tribunal Militar;

- vi) Conselho Superior de Defesa Nacional;
 - vii) Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais e seu Presidente;
 - viii) Procurador-Geral da República;
 - ix) Conselho Superior do Ministério Público;
 - b) Dos processos relativos a eleições previstas nesta lei;
 - c) Dos pedidos de adoção de providências cautelares relativos a processos da sua competência;
 - d) Dos pedidos relativos à execução das suas decisões;
 - e) Dos pedidos cumulados nos processos referidos na alínea a);
 - f) Das ações de regresso, fundadas em responsabilidade por danos resultantes do exercício das suas funções, propostas contra juízes do Supremo Tribunal Administrativo e dos tribunais centrais administrativos e magistrados do Ministério Público que exerçam funções junto destes tribunais, ou equiparados;
 - g) Dos recursos dos acórdãos que aos tribunais centrais administrativos caiba proferir em primeiro grau de jurisdição;
 - h) Dos conflitos de competência entre tribunais administrativos;
 - i) De outros processos cuja apreciação lhe seja deferida por lei.
2. Compete ainda à Secção de Contencioso Administrativo do Supremo Tribunal Administrativo conhecer dos recursos de revista sobre matéria de direito interpostos de acórdãos da Secção de Contencioso Administrativo dos tribunais centrais administrativos e de decisões dos tribunais administrativos de círculo, segundo o disposto na lei de processo.

(Redação da Lei n.º 107-D/2003, de 31 de dezembro.)

Artigo 25.º

Competência do pleno da Secção

1. Compete ao pleno da Secção de Contencioso Administrativo do Supremo Tribunal Administrativo conhecer:
 - a) Dos recursos de acórdãos proferidos pela Secção em 1.º grau de jurisdição;
 - b) Dos recursos para uniformização de jurisprudência.
2. Compete ainda ao pleno da Secção de Contencioso Administrativo do Supremo Tribunal Administrativo pronunciar-se, nos termos estabelecidos na lei de processo, relativamente ao sentido em que deve ser resolvida, por um tribunal administrativo de círculo, questão de direito nova que suscite dificuldades sérias e se possa vir a colocar noutros litígios.

SECÇÃO III

SECÇÃO DE CONTENCIOSO TRIBUTÁRIO

Artigo 26.º

Competência da Secção de Contencioso Tributário

Compete à Secção de Contencioso Tributário do Supremo Tribunal Administrativo conhecer:

- a) Dos recursos dos acórdãos da Secção de Contencioso Tributário dos tribunais centrais administrativos, proferidos em primeiro grau de jurisdição;
 - b) Dos recursos interpostos de decisões dos tribunais tributários com exclusivo fundamento em matéria de direito;
 - c) Dos recursos de atos administrativos do Conselho de Ministros respeitantes a questões fiscais;
 - d) Dos requerimentos de adoção de providências cautelares respeitantes a processos da sua competência;
 - e) Dos pedidos relativos à execução das suas decisões;
 - f) Dos pedidos de produção antecipada de prova, formulados em processo nela pendente;
 - g) Dos conflitos de competência entre tribunais tributários;
 - h) De outras matérias que lhe sejam deferidas por lei.
- (Redação da Lei n.º 107-D/2003, de 31 de dezembro.)*

Artigo 27.º

Competência do pleno da Secção

- 1. Compete ao pleno da Secção de Contencioso Tributário do Supremo Tribunal Administrativo conhecer:
 - a) Dos recursos de acórdãos proferidos pela Secção em 1.º grau de jurisdição;
 - b) Dos recursos para uniformização de jurisprudência.
 - 2. Compete ainda ao pleno da Secção de Contencioso Tributário do Supremo Tribunal Administrativo pronunciar-se, nos termos estabelecidos na lei de processo, relativamente ao sentido em que deve ser resolvida, por um tribunal tributário, questão de direito nova que suscite dificuldades sérias e se possa vir a colocar noutros litígios.
- (Redação da Lei n.º 107-D/2003, de 31 de dezembro.)*

SECÇÃO IV PLENÁRIO

Artigo 28.º **Composição**

O plenário do Supremo Tribunal Administrativo é composto pelo Presidente, pelos vice-presidentes e pelos três juízes mais antigos de cada uma das secções.

Artigo 29.º **Competência**

Compete ao plenário do Supremo Tribunal Administrativo conhecer dos conflitos de jurisdição entre tribunais administrativos de círculo e tribunais tributários ou entre as Secções de Contencioso Administrativo e de Contencioso Tributário.

Artigo 30.º **Funcionamento**

1. O plenário só pode funcionar com a presença de, pelo menos, quatro quintos dos juízes que devam intervir na conferência, com arredondamento por defeito.
2. A distribuição dos processos é feita entre os juízes, incluindo os vice-presidentes.
3. Não podem intervir os juízes que tenham votado as decisões em conflito, sendo nesse caso chamado, para completar a formação de julgamento, o juiz que, na respetiva secção, se siga ao último juiz com intervenção no plenário.

CAPÍTULO IV TRIBUNAL CENTRAL ADMINISTRATIVO

SECÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 31.º **Sede e poderes de cognição**

1. São tribunais centrais administrativos o Tribunal Central Administrativo Sul, com sede em Lisboa, e o Tribunal Central Administrativo Norte, com sede no Porto.

2. As áreas de jurisdição dos tribunais centrais administrativos são determinadas por decreto-lei.
3. Os tribunais centrais administrativos conhecem de matéria de facto e de direito.
4. Os tribunais centrais administrativos são declarados instalados por portaria do Ministro da Justiça, que fixa os respetivos quadros.
(Redação da Lei n.º 107-D/2003, de 31 de dezembro.)

Artigo 32.º

Organização

1. Cada tribunal central administrativo compreende duas secções, uma de contencioso administrativo e outra de contencioso tributário.
2. Cada uma das secções pode dividir-se por subsecções, às quais se aplica o disposto para a secção respetiva.
(Redação da Lei n.º 107-D/2003, de 31 de dezembro.)

Artigo 33.º

Presidência dos tribunais centrais administrativos

1. Cada tribunal central administrativo tem um presidente, coadjuvado por dois vice-presidentes, um por cada secção.
2. Salvo se não existirem juízes com essa categoria, os presidentes dos tribunais centrais administrativos são eleitos de entre os juízes com a categoria de conselheiro que exerçam funções no tribunal.
3. À eleição do Presidente e dos vice-presidentes são aplicáveis, com as necessárias adaptações, as disposições estabelecidas para idênticos cargos no Supremo Tribunal Administrativo.
4. O mandato do presidente e dos vice-presidentes do Tribunal Central Administrativo tem a duração de cinco anos, não sendo permitida a reeleição.
5. A substituição do presidente é assegurada pelos vice-presidentes, a começar pelo mais antigo.
6. Os vice-presidentes substituem-se reciprocamente e a substituição destes cabe ao juiz mais antigo da respetiva secção.
(Redação da Lei n.º 107-D/2003, de 31 de dezembro.)

Artigo 34.º

Composição, preenchimento das secções e regime das sessões

1. As secções dos tribunais centrais administrativos são compostas pelo presidente do tribunal, pelo vice-presidente respetivo e pelos restantes juízes.

2. São aplicáveis aos tribunais centrais administrativos, com as necessárias adaptações, as disposições estabelecidas para o Supremo Tribunal Administrativo quanto ao preenchimento das secções e ao regime das sessões de julgamento.

(Redacção da Lei n.º 107-D/2003, de 31 de dezembro.)

Artigo 35.º

Formação de julgamento

1. O julgamento em cada secção compete ao relator e a dois outros juízes.
2. As decisões são tomadas em conferência.
3. É aplicável aos adjuntos o disposto no artigo 18.º

Artigo 36.º

Competência dos presidentes dos tribunais centrais administrativos

1. Compete ao presidente de cada tribunal central administrativo:
 - a) Representar o Tribunal e assegurar as relações deste com os demais órgãos de soberania e quaisquer autoridades;
 - b) Dirigir o Tribunal, superintender nos seus serviços e assegurar o seu funcionamento normal, emitindo as ordens de serviço que tenha por necessárias;
 - c) Nomear, no âmbito do contencioso administrativo, os árbitros que, segundo a lei de arbitragem voluntária, são designados pelo presidente do tribunal da relação;
 - d) Propor ao Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais os critérios que devem presidir à distribuição, no respeito pelo princípio do juiz natural;
 - e) Planejar e organizar os recursos humanos do Tribunal, assegurando uma equitativa distribuição de processos pelos juízes e o acompanhamento do seu trabalho;
 - f) Providenciar pela redistribuição equitativa dos processos, no caso de alteração do número de juízes;
 - g) Determinar os casos em que, por razões de uniformização de jurisprudência, no julgamento devem intervir todos os juízes da secção;
 - h) Fixar o dia e a hora das sessões;
 - i) Presidir às sessões e apurar o vencimento nas conferências;
 - j) Votar as decisões em caso de empate;
 - l) Assegurar o andamento dos processos no respeito pelos prazos estabelecidos, podendo determinar a substituição provisória do relator, por redistribuição, em caso de impedimento prolongado;
 - m) Solicitar o suprimento de necessidades de resposta adicional através do recurso à bolsa de juízes;

- n) Estabelecer a forma mais equitativa de intervenção dos juízes-adjuntos;
 - o) Agregar transitoriamente a uma secção juízes de outra secção, a fim de acorrerem a necessidades temporárias de serviço;
 - p) Fixar os turnos de juízes;
 - q) Exercer a ação disciplinar sobre os funcionários de justiça em serviço no Tribunal, relativamente a penas de gravidade inferior à de multa;
 - r) Dar posse ao secretário do Tribunal;
 - s) Elaborar um relatório anual sobre o estado dos serviços;
 - t) Exercer as demais funções que lhe sejam atribuídas por lei.
2. O Presidente é apoiado administrativamente por um secretário pessoal, nos termos a fixar em diploma complementar.
3. O Presidente pode delegar nos vice-presidentes a competência para a prática de determinados atos ou sobre certas matérias e no secretário do Tribunal a competência para a correção dos processos.
- (Redação da Lei n.º 107-D/2003, de 31 de dezembro.)*

SECÇÃO II

SECÇÃO DE CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO

Artigo 37.º

Competência da Secção de Contencioso Administrativo

Compete à Secção de Contencioso Administrativo de cada tribunal central administrativo conhecer:

- a) Dos recursos das decisões dos tribunais administrativos de círculo para os quais não seja competente o Supremo Tribunal Administrativo, segundo o disposto na lei de processo;
- b) Dos recursos de decisões proferidas por tribunal arbitral sobre matérias de contencioso administrativo, salvo o disposto em lei especial;
- c) Das ações de regresso, fundadas em responsabilidade por danos resultantes do exercício das suas funções, propostas contra juízes dos tribunais administrativos de círculo e dos tribunais tributários, bem como dos magistrados do Ministério Público que prestem serviço junto desses tribunais;
- d) Dos demais processos que por lei sejam submetidos ao seu julgamento.

(Redação da Lei n.º 107-D/2003, de 31 de dezembro.)

SECÇÃO III

SECÇÃO DE CONTENCIOSO TRIBUTÁRIO

Artigo 38.º

Competência da Secção de Contencioso Tributário

Compete à Secção de Contencioso Tributário de cada tribunal central administrativo conhecer:

- a) Dos recursos de decisões dos tribunais tributários, salvo o disposto na alínea b) do artigo 26.º;
- b) Dos recursos de atos administrativos respeitantes a questões fiscais praticados por membros do Governo;
- c) Dos pedidos de declaração de ilegalidade de normas administrativas de âmbito nacional, emitidas em matéria fiscal;
- d) Dos pedidos de adoção de providências cautelares relativos a processos da sua competência;
- e) Dos pedidos de execução das suas decisões;
- f) Dos pedidos de produção antecipada de prova formulados em processo nela pendente;
- g) Dos demais meios processuais que por lei sejam submetidos ao seu julgamento.

(Redação da Lei n.º 107-D/2003, de 31 de dezembro.)

CAPÍTULO V

TRIBUNAIS ADMINISTRATIVOS DE CÍRCULO

Artigo 39.º

Sede, área de jurisdição e instalação

1. A sede dos tribunais administrativos de círculo e as respetivas áreas de jurisdição são determinadas por decreto-lei.
2. O número de juízes em cada tribunal administrativo de círculo é fixado por portaria do Ministro da Justiça.
3. Os tribunais administrativos de círculo são declarados instalados por portaria do Ministro da Justiça.

(Redação da Lei n.º 107-D/2003, de 31 de dezembro.)

Artigo 40.º

Funcionamento

1. Os tribunais administrativos de círculo funcionam com juiz singular, a cada juiz competindo o julgamento, de facto e de direito, dos processos que lhe sejam distribuídos.

2. Nas ações administrativas comuns que sigam o processo ordinário, o julgamento da matéria de facto é feito em tribunal coletivo, se tal for requerido por qualquer das partes e desde que nenhuma delas requeira a gravação da prova.
3. Nas ações administrativas especiais de valor superior à alçada, o tribunal funciona em formação de três juízes, à qual compete o julgamento da matéria de facto e de direito.
(Redação da Lei n.º 107-D/2003, de 31 de dezembro.)

Artigo 41.º

Intervenção de todos os juízes do tribunal

1. Quando à sua apreciação se coloque uma questão de direito nova que suscite dificuldades sérias e se possa vir a colocar noutros litígios, pode o presidente do tribunal determinar que o julgamento se faça com a intervenção de todos os juízes do tribunal, sendo o quórum de dois terços.
2. O procedimento previsto no número anterior tem obrigatoriamente lugar quando esteja em causa uma situação de processos em massa, nos termos previstos na lei de processo.

Artigo 42.º

Substituição dos juízes

1. Os juízes são substituídos pelo que imediatamente se lhes segue na ordem de antiguidade em cada tribunal.
2. Quando não se possa efetuar segundo o disposto no número anterior, designadamente para a formação de coletivos em tribunais com reduzido número de juízes, a substituição defere-se a juízes de qualquer dos outros tribunais administrativos e tributários.
3. Nos tribunais localizados nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, verificando-se a impossibilidade de substituição nos termos do número anterior, a substituição defere-se, sucessivamente, ao juiz do tribunal judicial, ao conservador do registo predial, ao conservador do registo comercial ou ao conservador do registo civil em serviço nos tribunais ou conservatórias sediados na mesma localidade.
(Redação da Lei n.º 107-D/2003, de 31 de dezembro.)

Artigo 43.º

Presidente do tribunal

1. Os presidentes dos tribunais administrativos de círculo são nomeados pelo Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais para um mandato de cinco anos.

2. Os presidentes dos tribunais administrativos de círculo com mais de três juízes são nomeados de entre juízes com a categoria de conselheiro ou de desembargador e não têm processos distribuídos.
3. É da competência do presidente do tribunal administrativo de círculo:
 - a) Representar o tribunal e assegurar as relações deste com os demais órgãos de soberania e quaisquer autoridades;
 - b) Dirigir o tribunal, emitindo as ordens de serviço que tenha por necessárias;
 - c) Propor ao Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais os critérios que devem presidir à distribuição, no respeito pelo princípio do juiz natural;
 - d) Determinar os casos em que, para uniformização de jurisprudência, devem intervir no julgamento todos os juízes do tribunal, presidindo às respetivas sessões e votando as decisões em caso de empate;
 - e) Assegurar o andamento dos processos no respeito pelos prazos estabelecidos, podendo determinar a substituição provisória do relator, por redistribuição, em caso de impedimento prolongado;
 - f) Planear e organizar o quadro de juízes do tribunal, assegurando uma equitativa distribuição de processos pelos juízes, o acompanhamento do seu trabalho e a realização de reuniões periódicas, apresentando ao Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais relatórios sobre as mesmas;
 - g) Solicitar o suprimento de necessidades de resposta adicional através do recurso à bolsa de juízes;
 - h) Estabelecer a forma mais equitativa de intervenção dos juízes-adjuntos;
 - i) Providenciar pela redistribuição equitativa dos processos no caso de alteração do número de juízes;
 - j) Fixar os turnos de juízes;
 - l) Exercer a ação disciplinar sobre os funcionários de justiça em serviço no tribunal, relativamente a penas de gravidade inferior à de multa;
 - m) Dar posse ao secretário do tribunal;
 - n) Elaborar um relatório anual sobre o estado dos serviços;
 - o) Exercer as demais funções que lhe sejam atribuídas por lei.
4. Sem prejuízo do disposto no n.º 2, o Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais estabelece em que condições há distribuição de processos aos presidentes dos tribunais administrativos de círculo e, quando as circunstâncias o justifiquem, determina a redução do número dos processos que, nesse caso, lhes devem ser distribuídos. *(Redação da Lei n.º 107-D/2003, de 31 de dezembro.)*

Artigo 44.º

Competência dos tribunais administrativos de círculo

1. Compete aos tribunais administrativos de círculo conhecer, em 1.ª instância, de todos os processos do âmbito da jurisdição administrativa,

com exceção daqueles cuja competência, em 1.º grau de jurisdição, esteja reservada aos tribunais superiores e da apreciação dos pedidos que nestes processos sejam cumulados.

2. Compete ainda aos tribunais administrativos de círculo satisfazer as diligências pedidas por carta, ofício ou outros meios de comunicação que lhes sejam dirigidos por outros tribunais administrativos.
3. Nas execuções que sejam da competência dos tribunais administrativos, as funções de agente de execução são desempenhadas por oficial de justiça.

(Redação da Lei n.º 107-D/2003, de 31 de dezembro.)

CAPÍTULO VI TRIBUNAIS TRIBUTÁRIOS

Artigo 45.º

Sede, área de jurisdição e instalação

1. A sede dos tribunais tributários e as respetivas áreas de jurisdição são determinadas por decreto-lei.
2. O número de juízes em cada tribunal tributário é fixado por portaria do Ministro da Justiça.
3. Os tribunais tributários são declarados instalados por portaria do Ministro da Justiça.

(Redação da Lei n.º 107-D/2003, de 31 de dezembro.)

Artigo 46.º

Funcionamento

1. Os tribunais tributários funcionam com juiz singular, a cada juiz competindo o julgamento, de facto e de direito, dos processos que lhe sejam distribuídos.
2. Quando à sua apreciação se coloque uma questão de direito nova que suscite dificuldades sérias e se possa vir a colocar noutros litígios, pode o presidente do tribunal determinar que o julgamento se faça com a intervenção de todos os juízes do tribunal, sendo o quórum de dois terços.

Artigo 47.º

Substituição dos juízes

1. Os juízes são substituídos pelo que imediatamente se lhes segue na ordem de antiguidade em cada tribunal.
2. Quando não se possa efetuar segundo o disposto no número anterior, designadamente para a formação de coletivos em tribunais com redu-

zido número de juízes, a substituição defere-se a juízes de qualquer dos outros tribunais administrativos e tributários.

3. Nos tribunais localizados nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, verificando-se a impossibilidade de substituição nos termos do número anterior, a substituição defere-se, sucessivamente, ao juiz do tribunal judicial, ao conservador do registo predial, ao conservador do registo comercial ou ao conservador do registo civil em serviço nos tribunais ou conservatórias sediados na mesma localidade.

(Redação da Lei n.º 107-D/2003, de 31 de dezembro.)

Artigo 48.º

Presidente do tribunal

1. Os presidentes dos tribunais tributários são nomeados pelo Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais para um mandato de cinco anos.
2. Os presidentes dos tribunais tributários com mais de três juízes são nomeados de entre juízes com a categoria de conselheiro ou de desembargador e não têm processos distribuídos.
3. É da competência do presidente do tribunal tributário:
 - a) Representar o tribunal e assegurar as suas relações com os demais órgãos de soberania e quaisquer autoridades;
 - b) Dirigir o tribunal, emitindo as ordens de serviço que tenha por necessárias;
 - c) Assegurar o andamento dos processos no respeito pelos prazos estabelecidos, podendo determinar a substituição provisória do relator, por redistribuição, em caso de impedimento prolongado;
 - d) Planear e organizar os recursos humanos do tribunal, assegurando uma equitativa distribuição de processos pelos juízes e o acompanhamento do seu trabalho;
 - e) Solicitar o suprimento de necessidades de resposta adicional através do recurso à bolsa de juízes;
 - f) Planear e organizar o quadro de juízes do tribunal, assegurando uma equitativa distribuição de processos pelos juízes, o acompanhamento do seu trabalho e a realização de reuniões periódicas, apresentando ao Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais relatórios sobre as mesmas;
 - g) Providenciar pela redistribuição equitativa dos processos no caso de alteração do número de juízes;
 - h) Fixar os turnos de juízes;
 - i) Exercer a ação disciplinar sobre os funcionários de justiça em serviço no tribunal, relativamente a penas de gravidade inferior à de multa;
 - j) Dar posse ao secretário judicial;

- l) Elaborar um relatório anual sobre o estado dos serviços;
 - m) Exercer as demais funções que lhe sejam atribuídas por lei.
4. Sem prejuízo do disposto no n.º 2, o Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais estabelece em que condições há distribuição de processos aos presidentes dos tribunais tributários e, quando as circunstâncias o justificarem, determina a redução do número dos processos que, nesse caso, lhes devem ser distribuídos.
(Redação da Lei n.º 107-D/2003, de 31 de dezembro.)

Artigo 49.º

Competência dos tribunais tributários

- 1. Sem prejuízo do disposto no artigo seguinte, compete aos tribunais tributários conhecer:
 - a) Das ações de impugnação:
 - i) Dos atos de liquidação de receitas fiscais estaduais, regionais ou locais, e parafiscais, incluindo o indeferimento total ou parcial de reclamações desses atos;
 - ii) Dos atos de fixação dos valores patrimoniais e dos atos de determinação de matéria tributável suscetíveis de impugnação judicial autónoma;
 - iii) Dos atos praticados pela entidade competente nos processos de execução fiscal;
 - iv) Dos atos administrativos respeitantes a questões fiscais que não sejam atribuídos à competência de outros tribunais;
 - b) Da impugnação de decisões de aplicação de coimas e sanções acessórias em matéria fiscal;
 - c) Das ações destinadas a obter o reconhecimento de direitos ou interesses legalmente protegidos em matéria fiscal;
 - d) Dos incidentes, embargos de terceiro, reclamação da verificação e graduação de créditos, anulação da venda, oposições e impugnação de atos lesivos, bem como de todas as questões relativas à legitimidade dos responsáveis subsidiários, levantadas nos processos de execução fiscal;
 - e) Dos seguintes pedidos:
 - i) De declaração da ilegalidade de normas administrativas de âmbito regional ou local, emitidas em matéria fiscal;
 - ii) De produção antecipada de prova, formulados em processo neles pendente ou a instaurar em qualquer tribunal tributário;
 - iii) De providências cautelares para garantia de créditos fiscais;
 - iv) De providências cautelares relativas aos atos administrativos impugnados ou impugnáveis e às normas referidas na subalínea i) desta alínea;
 - v) De execução das suas decisões;

- vi) De intimação de qualquer autoridade fiscal para facultar a consulta de documentos ou processos, passar certidões e prestar informações;
 - f) Das demais matérias que lhes sejam deferidas por lei.
2. Compete ainda aos tribunais tributários cumprir os mandatos emitidos pelo Supremo Tribunal Administrativo ou pelos tribunais centrais administrativos e satisfazer as diligências pedidas por carta, ofício ou outros meios de comunicação que lhe sejam dirigidos por outros tribunais tributários.
 3. Sem prejuízo das competências próprias dos órgãos da administração tributária, nas execuções que sejam da competência dos tribunais tributários, as funções de agente de execução são desempenhadas por oficial de justiça.
(Redação pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro.)

Artigo 49.º-A

Competência das instâncias especializadas

1. Quando tenha havido desdobramento, nos termos do disposto no artigo 9.º-A, compete ao juízo de grande instância tributária decidir:
 - a) Das ações de impugnação, cujo valor ultrapasse 10 vezes o valor da alçada dos Tribunais da Relação:
 - i) Dos atos de liquidação de receitas fiscais estaduais, regionais ou locais, e parafiscais, incluindo o indeferimento total ou parcial de reclamações desses atos;
 - ii) Dos atos de fixação dos valores patrimoniais e dos atos de determinação de matéria tributável suscetíveis de impugnação judicial autónoma;
 - iii) Dos atos administrativos respeitantes a questões fiscais que não sejam atribuídos à competência de outros tribunais;
 - b) Das ações destinadas a obter o reconhecimento de direitos ou interesses legalmente protegidos em matéria fiscal, cujo valor ultrapasse 10 vezes o valor da alçada dos Tribunais da Relação;
 - c) Dos incidentes, embargos de terceiro, reclamação da verificação e graduação de créditos, anulação da venda, oposições e impugnação de atos lesivos, bem como de todas as questões relativas à legitimidade dos responsáveis subsidiários, levantadas nos processos de execução fiscal, cujo valor ultrapasse dez vezes o valor da alçada dos Tribunais da Relação;
 - d) Dos seguintes pedidos:
 - i) De produção antecipada de prova, formulados em processo neles pendente ou a instaurar que seja da sua competência;
 - ii) De providências cautelares relativas a atos administrativos cuja ação de impugnação, pendente ou a instaurar, seja da sua competência;
 - iii) De execução das suas decisões;
 - iv) Das demais matérias que lhes sejam deferidas por lei.

2. Quando tenha havido desdobramento, nos termos do disposto no artigo 9.º-A, compete ao juízo de média instância tributária:
 - a) Das ações de impugnação, cujo valor ultrapasse duas vezes o valor da alçada dos Tribunais da Relação:
 - i) Dos atos de liquidação de receitas fiscais estaduais, regionais ou locais, e parafiscais, incluindo o indeferimento total ou parcial de reclamações desses atos;
 - ii) Dos atos de fixação dos valores patrimoniais e dos atos de determinação de matéria tributável suscetíveis de impugnação judicial autónoma;
 - iii) Dos atos praticados pela entidade competente nos processos de execução fiscal;
 - iv) Da impugnação de decisões de aplicação de coimas e sanções acessórias em matéria fiscal;
 - v) Dos atos administrativos respeitantes a questões fiscais que não sejam atribuídos à competência de outros tribunais;
 - b) Das ações destinadas a obter o reconhecimento de direitos ou interesses legalmente protegidos em matéria fiscal, cujo valor ultrapasse duas vezes o valor da alçada dos Tribunais da Relação;
 - c) Dos incidentes, embargos de terceiro, reclamação da verificação e graduação de créditos, anulação da venda, oposições e impugnação de atos lesivos, bem como de todas as questões relativas à legitimidade dos responsáveis subsidiários, levantadas nos processos de execução fiscal, cujo valor ultrapasse duas vezes o valor da alçada dos Tribunais da Relação;
 - d) De providências cautelares para garantia de créditos fiscais, cujo valor ultrapasse duas vezes o valor da alçada dos Tribunais da Relação;
 - e) De declaração da ilegalidade de normas administrativas de âmbito regional ou local, emitidas em matéria fiscal;
 - f) Dos seguintes pedidos:
 - i) De produção antecipada de prova, formulados em processo neles pendente ou a instaurar que seja da sua competência;
 - ii) De providências cautelares relativas a atos administrativos cuja ação de impugnação, pendente ou a instaurar, seja da sua competência;
 - iii) De execução das suas decisões;
 - g) Dos pedidos que não recaiam no âmbito de competência definido nos n.ºs 1 e 3 e das demais matérias que lhes sejam deferidas por lei.
3. Quando tenha havido desdobramento, nos termos do disposto no artigo 9.º-A, compete ao juízo de pequena instância tributária decidir:
 - a) Das ações de impugnação, cujo valor não ultrapasse duas vezes o valor da alçada dos Tribunais da Relação:
 - i) Dos atos de liquidação de receitas fiscais estaduais, regionais ou locais, e parafiscais, incluindo o indeferimento total ou parcial de reclamações desses atos;

- ii) Dos atos de fixação dos valores patrimoniais e dos atos de determinação de matéria tributável suscetíveis de impugnação judicial autónoma;
 - iii) Dos atos praticados pela entidade competente nos processos de execução fiscal;
 - iv) Da impugnação de decisões de aplicação de coimas e sanções acessórias em matéria fiscal;
 - v) Dos atos administrativos respeitantes a questões fiscais que não sejam atribuídos à competência de outros tribunais;
 - b) Das ações destinadas a obter o reconhecimento de direitos ou interesses legalmente protegidos em matéria fiscal, cujo valor não ultrapasse duas vezes o valor da alçada dos Tribunais da Relação;
 - c) Dos incidentes, embargos de terceiro, reclamação da verificação e graduação de créditos, anulação da venda, oposições e impugnação de atos lesivos, bem como de todas as questões relativas à legitimidade dos responsáveis subsidiários, levantadas nos processos de execução fiscal, cujo valor não ultrapasse duas vezes o valor da alçada dos Tribunais da Relação;
 - d) De providências cautelares para garantia de créditos fiscais, cujo valor não ultrapasse duas vezes o valor da alçada dos Tribunais da Relação;
 - e) Dos seguintes pedidos:
 - i) De produção antecipada de prova, formulados em processo neles pendente ou a instaurar que seja da sua competência;
 - ii) De providências cautelares relativas a atos administrativos cuja ação de impugnação, pendente ou a instaurar, seja da sua competência;
 - iii) De execução das suas decisões;
 - iv) De intimação de qualquer autoridade fiscal para facultar a consulta de documentos ou processos, passar certidões e prestar informações;
 - f) Das demais matérias que lhes sejam deferidas por lei.
4. O juízo de pequena instância tributária funciona sempre com juiz singular.
5. As competências referidas no n.º 2 do artigo anterior consideram-se deferidas ao juízo de média instância tributária.
(Redação pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro.)

Artigo 50.º

Competência territorial

À determinação da competência territorial dos tribunais tributários são subsidiariamente aplicáveis os critérios definidos para os tribunais administrativos de círculo.

CAPÍTULO VII MINISTÉRIO PÚBLICO

Artigo 51.º

Funções

Compete ao Ministério Público representar o Estado, defender a legalidade democrática e promover a realização do interesse público, exercendo, para o efeito, os poderes que a lei processual lhe confere.

Artigo 52.º

Representação

1. O Ministério Público é representado:
 - a) No Supremo Tribunal Administrativo, pelo Procurador-Geral da República, que pode fazer-se substituir por procuradores-gerais-adjuntos;
 - b) Nos tribunais centrais administrativos, por procuradores-gerais-adjuntos;
 - c) Nos tribunais administrativos de círculo e nos tribunais tributários, por procuradores da República.
2. Os procuradores-gerais-adjuntos em serviço no Supremo Tribunal Administrativo e nos tribunais centrais administrativos podem ser coadjuvados por procuradores da República.
(Redação da Lei n.º 107-D/2003, de 31 de dezembro.)

CAPÍTULO VIII FAZENDA PÚBLICA

Artigo 53.º

Intervenção da Fazenda Pública

A Fazenda Pública defende os seus interesses nos tribunais tributários através de representantes seus.

Artigo 54.º

Representação da Fazenda Pública

1. A representação da Fazenda Pública compete:
 - a) Nas secções de contencioso tributário do Supremo Tribunal Administrativo e dos tribunais centrais administrativos, ao diretor-geral da Autoridade Tributária e Aduaneira que pode ser representado pelos

respetivos subdiretores-gerais ou por trabalhadores em funções públicas daquela Autoridade licenciados em Direito;

b) *(Revogada.)*

c) Nos tribunais tributários, ao diretor-geral da Autoridade Tributária e Aduaneira, que pode ser representado pelos diretores de finanças e diretores de alfândega da respetiva área de jurisdição ou por funcionários daquela Autoridade licenciados em Direito.

2. Os diretores de finanças e os diretores de alfândega podem ser representados por funcionários da Autoridade Tributária e Aduaneira licenciados em Direito.
3. Quando estejam em causa receitas fiscais lançadas e liquidadas pelas autarquias locais, a Fazenda Pública é representada por licenciado em Direito ou por advogado designado para o efeito pela respetiva autarquia.

(Redação da Lei n.º 20/2012, de 14 de maio, com início de vigência em 15 de maio de 2012.)

Artigo 55.º

Poderes dos representantes

Os representantes da Fazenda Pública gozam dos poderes e faculdades previstos na lei.

CAPÍTULO IX SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS

Artigo 56.º

Administração, serviços de apoio e assessores

1. Nos tribunais administrativos de círculo e nos tribunais tributários com mais de uma dezena de magistrados existe um administrador do tribunal, sendo aplicável o disposto a propósito dos tribunais judiciais.
2. No Supremo Tribunal Administrativo e nos tribunais centrais administrativos existe um conselho de administração, constituído pelo presidente do tribunal, pelos vice-presidentes, pelo secretário do tribunal e pelo responsável pelos serviços de apoio administrativo e financeiro, sendo aplicável o disposto a propósito dos tribunais judiciais.
3. Os tribunais da jurisdição administrativa e fiscal dispõem de serviços administrativos de apoio, regulados na lei.
4. Sem prejuízo do disposto no artigo seguinte, os tribunais da jurisdição administrativa e fiscal dispõem de assessores que coadjuvam os magistrados judiciais.»

(Redação pelo Decreto-Lei n.º 166/2009, de 31 de julho.)

Artigo 56.^o-A

Gabinetes de apoio

1. É criado, na dependência orgânica do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais, um gabinete de apoio aos magistrados da jurisdição administrativa e fiscal.
2. Cada tribunal de jurisdição administrativa e fiscal pode ser dotado de um gabinete de apoio destinado a assegurar assessoria e consultadoria técnica aos magistrados e ao presidente do respetivo tribunal, nos termos definidos para os gabinetes de apoio dos tribunais das comarcas judiciais.
3. O gabinete de apoio em cada tribunal é dirigido pelo respetivo presidente.
4. A criação do gabinete de apoio em cada tribunal da jurisdição administrativa e fiscal é efetuada por portaria conjunta dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças, da Administração Pública e da justiça, que fixa igualmente o número de especialistas com formação científica e experiência profissional adequada que constitui o gabinete.
5. O recrutamento do pessoal a que se refere o número anterior é efetuado pelo Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais, através de comissão de serviço.
6. Os níveis remuneratórios do pessoal previsto no presente artigo são os fixados no Regulamento da Lei de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 28/2009, de 28 de janeiro, sendo os respetivos encargos suportados pelo Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais.

(Aditado pelo Decreto-Lei n.º 166/2009, de 31 de julho.)

TÍTULO II

ESTATUTO DOS JUÍZES

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 57.^o

Regras estatutárias

Os juízes da jurisdição administrativa e fiscal formam um corpo único e regem-se pelo disposto na Constituição da República Portuguesa, por este Estatuto e demais legislação aplicável e, subsidiariamente, pelo Estatuto dos Magistrados Judiciais, com as necessárias adaptações.

Artigo 58.º

Categoria e direitos dos juízes

1. O Presidente, os vice-presidentes e os juízes do Supremo Tribunal Administrativo têm as honras, precedências, categorias, direitos, vencimentos e abonos que competem, respetivamente, ao Presidente, aos vice-presidentes e aos juízes do Supremo Tribunal de Justiça.
2. Os presidentes, os vice-presidentes e os juízes dos tribunais centrais administrativos têm as honras, precedências, categorias, direitos, vencimentos e abonos que competem, respetivamente, aos presidentes, aos vice-presidentes e aos juízes dos tribunais da Relação.
3. Os juízes dos tribunais administrativos de círculo e dos tribunais tributários têm as honras, precedências, categorias, direitos, vencimentos e abonos que competem aos juízes de direito.
4. A progressão na carreira dos juízes da jurisdição administrativa e fiscal não depende do tribunal em que exercem funções.
5. Os juízes dos tribunais administrativos e dos tribunais tributários ascendem à categoria de juiz de círculo após cinco anos de serviço nesses tribunais com a classificação de Bom com distinção.
(Redação da Lei n.º 1/2008, de 14 de dezembro.)

Artigo 59.º

Distribuição de publicações oficiais

1. Os juízes da jurisdição administrativa e fiscal têm direito a receber gratuitamente o *Diário da República*, 1.ª e 2.ª séries e apêndices, o *Diário da Assembleia da República* e o *Boletim do Ministério da Justiça*, ou, em alternativa, têm acesso eletrónico gratuito aos suportes informáticos das publicações referidas.
2. Os juízes dos tribunais sediados nas Regiões Autónomas também têm direito a receber as publicações oficiais das Regiões ou a ter acesso eletrónico gratuito aos respetivos suportes informáticos.

CAPÍTULO II RECRUTAMENTO E PROVIMENTO

SECÇÃO I DISPOSIÇÕES COMUNS

Artigo 60.º

Requisitos e regime de provimento

(Revogado pela Lei n.º 2/2008, de 14 de dezembro.)

Artigo 61.º**Provimento das vagas**

1. As vagas de juízes dos tribunais superiores são preenchidas por transferência de outra secção ou de outro tribunal de idêntica categoria da jurisdição administrativa e fiscal, bem como por concurso.
2. A admissão ao concurso, quando se trate do provimento das vagas referidas no número anterior, depende de graduação baseada na ponderação global dos seguintes fatores:
 - a) Classificação positiva obtida em prova escrita de acesso;
 - b) Anteriores classificações de serviço, no caso de o candidato ser um magistrado;
 - c) Graduação obtida em concurso;
 - d) Currículo universitário e pós-universitário;
 - e) Trabalhos científicos ou profissionais;
 - f) Atividade desenvolvida no foro, no ensino jurídico ou na Administração Pública;
 - g) Antiguidade;
 - h) Entrevista;
 - i) Outros fatores relevantes que respeitem à preparação específica, idoneidade e capacidade do candidato para o cargo.
3. As vagas de juízes dos tribunais administrativos de círculo e dos tribunais tributários são preenchidas por transferência de outros tribunais administrativos de círculo ou tribunais tributários, bem como por concurso nos termos da lei que define o regime de ingresso nas magistraturas e de formação de magistrados.
(Redação pela Lei n.º 52/2008, de 28 de agosto.)

Artigo 62.º**Permuta**

1. É permitida a permuta entre juízes dos tribunais administrativos de círculo e dos tribunais tributários, bem como, nos tribunais superiores, entre juízes de diferentes secções do mesmo tribunal, quando tal não prejudique direitos de terceiros nem o andamento dos processos que lhes estejam distribuídos, e desde que tenham mais de dois anos de serviço no respetivo lugar.
2. Em casos devidamente justificados, pode o Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais autorizar a permuta com dispensa do requisito temporal referido no número anterior.

Artigo 63.º

Quadro complementar de juízes

1. Na jurisdição administrativa e fiscal existe uma bolsa de juízes para destacamento em tribunais, quando se verifique uma das seguintes circunstâncias e o período de tempo previsível da sua duração, conjugado com o volume de serviço, desaconselhem o recurso ao regime de substituição ou o alargamento do quadro do tribunal:
 - a) Falta ou impedimento de titular do tribunal ou vacatura do lugar;
 - b) Necessidade pontual de reforço do número de juízes no tribunal para acorrer a acréscimo temporário de serviço.
2. Cabe ao Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais efetuar a gestão da bolsa de juízes.
3. O destacamento é feito por período certo a fixar pelo Conselho, renovável enquanto se verifique a necessidade que o ditou, podendo cessar antes do prazo ou da sua renovação, a requerimento do interessado ou em consequência de aplicação de pena disciplinar de suspensão ou superior.
4. À matéria do presente artigo é aplicável, com as devidas adaptações, o disposto no domínio da organização e funcionamento dos tribunais judiciais. *(Retificado pela Declaração de Retificação n.º 14/2002, de 20 de março.)*

Artigo 64.º

Posse

1. O Presidente do Supremo Tribunal Administrativo toma posse perante os juízes do Tribunal.
2. Tomam posse perante o Presidente do Supremo Tribunal Administrativo:
 - a) Os vice-presidentes e os restantes juízes do Tribunal;
 - b) Os presidentes dos tribunais centrais administrativos.
3. Tomam posse perante o presidente do tribunal central administrativo da respetiva jurisdição os vice-presidentes e os restantes juízes do Tribunal.
4. Os juízes dos tribunais administrativos de círculo e dos tribunais tributários tomam posse perante os respetivos presidentes e estes perante os seus substitutos. *(Redação da Lei n.º 107-D/2003, de 31 de dezembro.)*

SECÇÃO II

SUPREMO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO

Artigo 65.º

Provimento

O provimento de vagas no Supremo Tribunal Administrativo é feito:

- a) Por transferência de juízes de outra secção do Tribunal;

- b) Por nomeação de juízes do Supremo Tribunal de Justiça, a título definitivo ou em comissão permanente de serviço;
- c) Por concurso.

Artigo 66.º

Avaliação curricular, graduação e preenchimento de vagas

1. Ao concurso para juiz do Supremo Tribunal Administrativo podem candidatar-se:
 - a) Juízes dos tribunais centrais administrativos com cinco anos de serviço nesses tribunais;
 - b) Juízes dos tribunais de relação que tenham exercido funções na jurisdição administrativa e fiscal durante cinco anos;
 - c) Procuradores-gerais-adjuntos com 10 anos de serviço, 5 dos quais junto da jurisdição administrativa e fiscal, no Conselho Consultivo da Procuradoria-Geral da República ou em auditorias jurídicas;
 - d) Juristas com pelo menos 10 anos de comprovada experiência profissional na área do direito público, nomeadamente através do exercício de funções públicas, da advocacia, da docência no ensino superior ou da investigação, ou ao serviço da Administração Pública.
2. A graduação faz-se segundo o mérito relativo dos concorrentes de cada classe, tomando-se globalmente em conta a avaliação curricular, com prévia observância do disposto no número seguinte e, nomeadamente, tendo em consideração os seguintes fatores:
 - a) Anteriores classificações de serviço;
 - b) Graduação obtida em concursos de habilitação ou cursos de ingresso em cargos judiciais;
 - c) Currículo universitário e pós-universitário;
 - d) Trabalhos científicos realizados;
 - e) Atividade desenvolvida no âmbito forense ou no ensino jurídico;
 - f) Outros fatores que abonem a idoneidade dos requerentes para o cargo a prover.
3. Os concorrentes defendem publicamente os seus currículos perante um júri com a seguinte composição:
 - a) Presidente do júri — o Presidente do Supremo Tribunal Administrativo, na qualidade de presidente do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais;
 - b) Vogais:
 - i) O juiz conselheiro mais antigo na categoria que seja membro do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais;
 - ii) Um membro do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais, não pertencente à magistratura, a eleger por este órgão;

- iii) Um membro do Conselho Superior do Ministério Público, a eleger por este órgão;
 - iv) Um professor universitário de Direito, com a categoria de professor catedrático, escolhido, nos termos do n.º 6, pelo Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais;
 - v) Um advogado com funções no Conselho Superior da Ordem dos Advogados, cabendo ao Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais solicitar à Ordem dos Advogados a respetiva indicação.
4. O júri emite parecer sobre a prestação de cada um dos candidatos, a qual deve ser tomada em consideração pelo Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais na elaboração do acórdão definitivo sobre a lista de candidatos, devendo fundamentar a decisão sempre que houver discordância face ao parecer do júri.
 5. As deliberações são tomadas por maioria simples de votos, tendo o presidente do júri voto de qualidade em caso de empate.
 6. O Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais solicita, a cada uma das universidades, institutos universitários e outras escolas universitárias, públicos e privados, que ministrem o curso de Direito, a indicação, no prazo de 20 dias úteis, do nome de um professor de Direito, com a categoria de professor catedrático, procedendo, subsequentemente, à escolha do vogal a que se refere a subalínea iv) da alínea b) do n.º 3, por votação, por voto secreto, de entre os indicados.
 7. O concurso é aberto para cada uma das secções e tem a validade de um ano, prorrogável até seis meses.

(Redação da Lei n.º 26/2008, de 27 de junho, vigente a partir de 1 de setembro de 2008.)

Artigo 67.º

Quotas para o provimento

1. O provimento de lugares no Supremo Tribunal Administrativo é efetuado por cada grupo de seis vagas em cada secção, pela ordem seguinte:
 - a) Um juiz, de entre os referidos na alínea b) do artigo 65.º e na alínea b) do n.º 1 do artigo 66.º, preferindo os primeiros aos segundos;
 - b) Três juízes de entre os indicados na alínea a) do artigo 65.º e na alínea a) do n.º 1 do artigo 66.º, preferindo os primeiros aos segundos;
 - c) Um magistrado, dos referidos na alínea c) do n.º 1 do artigo 66.º;
 - d) Um jurista, de entre os referidos na alínea d) do n.º 1 do artigo 66.º
2. Na impossibilidade de observar a ordem indicada, são nomeados candidatos de outra alínea, sem prejuízo do restabelecimento, logo que possível, mas limitado ao período de quatro anos, da ordem estabelecida.

3. O disposto no número anterior não é aplicável às vagas não preenchidas nos termos da alínea d) do n.º 1, que não podem ser preenchidas por outros candidatos.
4. O disposto nos n.ºs 3 a 5 do artigo 67.º do Estatuto dos Magistrados Judiciais é aplicável ao exercício de funções no Supremo Tribunal Administrativo.
(Redação da Lei n.º 26/2008, de 27 de junho, vigente a partir de 1 de setembro de 2008.)

SECÇÃO III

TRIBUNAL CENTRAL ADMINISTRATIVO

Artigo 68.º

Provimento

O provimento de vagas nos tribunais centrais administrativos é feito:

- a) Por transferência de juízes de outra secção do Tribunal;
- b) Por concurso.

(Redação da Lei n.º 107-D/2003, de 31 de dezembro.)

Artigo 69.º

Concurso

1. Ao concurso para juiz dos tribunais centrais administrativos podem candidatar-se juízes dos tribunais administrativos de círculo e dos tribunais tributários com cinco anos de serviço nesses tribunais e classificação não inferior a Bom com distinção.
2. A graduação faz-se segundo o mérito dos concorrentes de cada classe, tomando-se globalmente a avaliação curricular, com prévia observância do disposto no número seguinte, e, nomeadamente, tendo em consideração os seguintes fatores:
 - a) Anteriores classificações de serviço;
 - b) Graduação obtida em concursos de habilitação ou cursos de ingresso em cargos judiciais;
 - c) Currículo universitário e pós-universitário;
 - d) Trabalhos científicos realizados;
 - e) Atividade desenvolvida no âmbito forense ou no ensino jurídico;
 - f) Outros fatores que abonem a idoneidade dos requerentes para o cargo a prover.
3. Os concorrentes defendem os seus currículos perante um júri com a seguinte composição:
 - a) Presidente do júri — o Presidente do Supremo Tribunal Administrativo, podendo fazer-se substituir por um dos vice-presidentes ou por

outro membro do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais com categoria igual ou superior à de juiz desembargador.

b) Vogais:

- i) Um magistrado membro do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais com categoria não inferior à de juiz desembargador;
 - ii) Dois membros do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais, não pertencentes à magistratura, a eleger por aquele órgão;
 - iii) Um professor universitário de Direito, com categoria não inferior à de professor associado, escolhido, nos termos do n.º 5, pelo Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais.
4. O júri elabora parecer sobre a prestação de cada um dos candidatos, a qual deve ser tomada em consideração pelo Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais na elaboração do acórdão definitivo sobre a lista de candidatos, devendo fundamentar a decisão sempre que houver discordância face ao parecer do júri.
 5. O Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais solicita, a cada uma das universidades, institutos universitários e outras escolas universitárias, públicos e privados, que ministrem o curso de Direito, a indicação, no prazo de 20 dias úteis, do nome de um professor de Direito, com categoria não inferior à de professor associado, procedendo, subsequentemente, à escolha do vogal a que se refere a subalínea iii) da alínea b) do n.º 3, por votação, por voto secreto, de entre os indicados.
 6. O concurso é aberto para cada uma das secções e tem a validade de um ano, prorrogável até seis meses.

(Redação da Lei n.º 26/2008, de 27 de junho, vigente a partir de 1 de setembro de 2008.)

SECÇÃO IV

TRIBUNAIS ADMINISTRATIVOS DE CÍRCULO E TRIBUNAIS TRIBUTÁRIOS

Artigo 70.º

Provimento

O provimento de vagas nos tribunais administrativos de círculo e nos tribunais tributários é feito:

- a) Por transferência de juizes de qualquer daqueles tribunais com mais de 2 anos de serviço no lugar em que se encontrem;
- b) Por concurso.

Artigo 71.^o

Concurso

Ao concurso para juiz dos tribunais administrativos de círculo e dos tribunais tributários são aplicáveis as normas previstas na lei que define o regime de ingresso nas magistraturas e de formação de magistrados.

(Redação da Lei n.º 2/2008, de 14 de dezembro.)

Artigo 72.^o

Formação dos juízes administrativos e fiscais

À formação, inicial e contínua, dos juízes administrativos e fiscais são aplicáveis as normas previstas na lei que define o regime de ingresso nas magistraturas e de formação de magistrados.

(Redação da Lei n.º 2/2008, de 14 de dezembro.)

Artigo 73.^o

Formação complementar periódica dos juízes administrativos e fiscais

(Revogado pela Lei n.º 2/2008, de 14 de dezembro.)

TÍTULO III

CONSELHO SUPERIOR DOS TRIBUNAIS ADMINISTRATIVOS E FISCAIS

Artigo 74.^o

Definição e competência

1. O Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais é o órgão de gestão e disciplina dos juízes da jurisdição administrativa e fiscal.
2. Compete ao Conselho:
 - a) Nomear, colocar, transferir, promover, exonerar e apreciar o mérito profissional dos juízes da jurisdição administrativa e fiscal e exercer a ação disciplinar relativamente a eles;
 - b) Apreciar, admitir, excluir e graduar os candidatos em concurso;
 - c) Conhecer das impugnações administrativas interpostas de decisões materialmente administrativas proferidas, em matéria disciplinar, pelos presidentes dos tribunais centrais administrativos, pelos presidentes dos tribunais administrativos de círculo e pelos presidentes dos tribunais tributários, bem como de outras que a lei preveja;
 - d) Ordenar averiguações, inquéritos, sindicâncias e inspeções aos serviços dos tribunais da jurisdição administrativa e fiscal;

- e) Elaborar o plano anual de inspeções;
 - f) Elaborar as listas de antiguidade dos juizes;
 - g) Suspender ou reduzir a distribuição de processos aos juizes que sejam incumbidos de outros serviços de reconhecido interesse para a jurisdição administrativa e fiscal ou em outras situações que justifiquem a adoção dessas medidas;
 - h) Aprovar o seu regulamento interno, concursos e inspeções;
 - i) Emitir os cartões de identidade dos juizes, de modelo idêntico aos dos juizes dos tribunais judiciais;
 - j) Propor ao Ministro da Justiça providências legislativas com vista ao aperfeiçoamento e à maior eficiência da jurisdição administrativa e fiscal;
 - l) Emitir parecer sobre as iniciativas legislativas que se relacionem com a jurisdição administrativa e fiscal;
 - m) Fixar, anualmente, com o apoio do departamento do Ministério da Justiça com competência no domínio da auditoria e modernização, o número máximo de processos a distribuir a cada magistrado e o prazo máximo admissível para os respetivos atos processuais cujo prazo não esteja estabelecido na lei;
 - n) Gerir a bolsa de juizes;
 - o) Estabelecer os critérios que devem presidir à distribuição nos tribunais administrativos, no respeito pelo princípio do juiz natural;
 - p) Exercer os demais poderes conferidos no presente Estatuto e na lei.
3. O Conselho pode delegar no presidente, ou em outros dos seus membros, a competência para:
- a) Praticar atos de gestão corrente e aprovar inspeções;
 - b) Nomear os juizes para uma das secções do Supremo Tribunal Administrativo e dos tribunais centrais administrativos;
 - c) Ordenar inspeções extraordinárias, averiguações, inquéritos e sindicâncias.

(Redação da Lei n.º 107-D/2003, de 31 de dezembro.)

Artigo 75.º

Composição

1. O Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais é presidido pelo Presidente do Supremo Tribunal Administrativo e composto pelos seguintes vogais:
 - a) Dois designados pelo Presidente da República;
 - b) Quatro eleitos pela Assembleia da República;
 - c) Quatro juizes eleitos pelos seus pares, de harmonia com o princípio da representação proporcional.
2. É reconhecido de interesse para a jurisdição administrativa e fiscal o desempenho de funções de membro do Conselho.

3. O mandato dos membros eleitos para o Conselho é de quatro anos, só podendo haver lugar a uma reeleição.
4. A eleição dos juízes a que se refere a alínea c) do n.º 1 abrange dois juízes suplentes, que substituem os respetivos titulares nas suas ausências, faltas ou impedimentos.
5. Para a eleição dos juízes referidos na alínea c) do n.º 1 têm capacidade eleitoral ativa todos os juízes que prestem serviço na jurisdição administrativa e fiscal e capacidade eleitoral passiva só os que nele se encontrem providos a título definitivo ou em comissão de serviço.
6. Quando necessidades de funcionamento o exijam, o Conselho pode afetar, em exclusivo, ao seu serviço um ou mais dos seus membros referidos na alínea c) do n.º 1, designando para substituir cada um deles, no tribunal respetivo, um juiz auxiliar.

(Retificado pela Declaração de Retificação n.º 18/2002, de 20 de março.)

Artigo 76.º

Funcionamento

1. O Conselho reúne ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que convocado pelo presidente, por sua iniciativa ou a solicitação de pelo menos um terço dos seus membros.
2. O Conselho só pode funcionar com a presença de dois terços dos seus membros.

Artigo 77.º

Presidência

1. O presidente do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais é substituído pela ordem seguinte:
 - a) Pelo mais antigo dos vice-presidentes do Supremo Tribunal Administrativo que faça parte do Conselho;
 - b) Pelo mais antigo dos juízes do Supremo Tribunal Administrativo que faça parte do Conselho.
2. Em caso de urgência, o presidente pode praticar atos da competência do Conselho, sujeitando-os a ratificação deste na primeira sessão.

Artigo 78.º

Competência do presidente

Compete ao presidente do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais:

- a) Dirigir as sessões do Conselho e superintender nos respetivos serviços;
- b) Fixar o dia e a hora das sessões ordinárias e convocar as sessões extraordinárias;

- c) Dar posse aos inspetores e ao secretário do Conselho;
- d) Dirigir e coordenar os serviços de inspeção;
- e) Elaborar, por sua iniciativa ou mediante proposta do secretário, as instruções de execução permanente;
- f) Exercer os poderes que lhe sejam delegados pelo Conselho;
- g) Exercer as demais funções que lhe sejam deferidas por lei.

Artigo 79.º

Serviços de apoio

1. O Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais dispõe de uma secretaria com a organização, quadro e regime de provimento do pessoal a fixar em diploma complementar.
2. O Conselho tem um secretário, por si designado, de preferência entre juízes que prestem serviço nos tribunais administrativos de círculo ou nos tribunais tributários.

Artigo 80.º

Funções da secretaria

À secretaria do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais incumbe prestar o apoio administrativo e a assessoria necessários ao normal desenvolvimento da atividade do Conselho e à preparação e execução das suas deliberações, nos termos previstos em diploma complementar e no regulamento interno.

Artigo 81.º

Competência do secretário

Compete ao secretário do Conselho:

- a) Orientar e dirigir os serviços da secretaria, sob a superintendência do presidente e conforme o regulamento interno;
- b) Submeter a despacho do presidente os assuntos da sua competência e os que justifiquem a convocação do Conselho.
- c) Propor ao presidente a elaboração de instruções de execução permanente;
- d) Promover a execução das deliberações do Conselho e das ordens e instruções do presidente;
- e) Preparar a proposta de orçamento do Conselho;
- f) Elaborar os planos de movimentação dos magistrados;
- g) Assistir às reuniões do Conselho e elaborar as respetivas atas;
- h) Promover a recolha junto de quaisquer entidades de informações ou outros elementos necessários ao funcionamento dos serviços;

- i) Dar posse ou receber a declaração de aceitação do cargo quanto aos funcionários ao serviço do Conselho;
 - j) Exercer as demais funções que lhe sejam deferidas por lei.
- (Retificado pela Declaração de Retificação n.º 14/2002, de 20 de março, e pela Declaração de Retificação n.º 18/2002, de 12 de abril.)*

Artigo 82.º

Inspetores

1. O Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais dispõe de inspetores com quadro a fixar em diploma próprio.
2. O provimento de lugares de inspetor é feito por nomeação e em comissão de serviço, por três anos, renovável, de entre juízes conselheiros com mais de dois anos na categoria.
3. A comissão de serviço rege-se pelo disposto no Estatuto dos Magistrados Judiciais.
4. Os inspetores são apoiados pelos serviços do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais.

Artigo 83.º

Competência dos inspetores

1. Compete aos inspetores:
 - a) Averiguar do estado, necessidades e deficiências dos serviços dos tribunais da jurisdição administrativa e fiscal, propondo as medidas convenientes;
 - b) Colher, por via de inspeção, elementos esclarecedores do serviço e do mérito dos magistrados e em função deles propor a adequada classificação;
 - c) Proceder à realização de inquéritos e sindicâncias e à instrução de processos disciplinares.
2. O processo será dirigido por inspetor de categoria superior à do magistrado apreciado ou de categoria igual mas com maior antiguidade.
3. Quando no respetivo quadro nenhum inspetor reúna as condições estabelecidas no número anterior, é nomeado juiz que preencha tais requisitos.

Artigo 84.º

Recursos

1. As deliberações do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais relativas a magistrados são impugnáveis perante a Secção de Contencioso Administrativo do Supremo Tribunal Administrativo.
2. São impugnáveis perante a mesma Secção as decisões do presidente do Conselho proferidas no exercício de competência delegada, sem

prejuízo da respetiva impugnação administrativa perante o Conselho, no prazo de 15 dias.

TÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Artigo 85.º

Competência administrativa do Governo

A competência administrativa do Governo, relativa aos tribunais da jurisdição administrativa e fiscal, é exercida pelo Ministro da Justiça.

Artigo 86.º

Quadros

São fixados em diploma próprio os quadros dos magistrados e dos funcionários dos tribunais da jurisdição administrativa e fiscal.

Artigo 87.º

Tempo de serviço

1. O tempo de serviço prestado pelo Presidente do Supremo Tribunal Administrativo é contado a dobrar para efeitos de jubilação.
2. O disposto no número anterior aplica-se às situações constituídas à data da entrada em vigor da presente lei.

Artigo 88.º

Presidência dos tribunais superiores

O disposto no n.º 1 do artigo 20.º, no n.º 4 do artigo 33.º e no n.º 1 do artigo 43.º é apenas aplicável aos mandatos que se iniciem a partir da data da entrada em vigor da presente lei.

Artigo 89.º

Funcionamento transitório do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais

1. O Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais mantém a sua composição anterior até ao 90.º dia posterior à data do início de vigência desta lei.
2. Até ao início de funcionamento da secretaria, os serviços do Conselho são assegurados pela secretaria do Supremo Tribunal Administrativo.

3. O expediente pendente na secretaria deste Tribunal transita naquela data para a secretaria do Conselho.

Artigo 90.º

Inspetores

1. Até à criação do quadro de inspetores, as respetivas competências são exercidas por juizes designados pelo Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais.
2. Os processos que se encontrem pendentes naquela data transitam para os inspetores.

Artigo 91.º

Estatística

Os tribunais da jurisdição administrativa e fiscal remetem ao respetivo Conselho Superior, nos termos por ele determinados, os elementos de informação estatística que sejam considerados necessários.

Artigo 92.º

Publicações

1. Os tribunais da jurisdição administrativa e fiscal recebem gratuitamente o *Diário da República*, 1.ª e 2.ª séries, e apêndices, o *Diário da Assembleia da República*, as publicações jurídicas da Imprensa Nacional e as publicações jurídicas periódicas dos serviços da Administração Pública ou, em alternativa, têm acesso eletrónico gratuito aos suportes informáticos das publicações referidas.
2. Os tribunais sediados nas Regiões Autónomas recebem também as publicações oficiais das Regiões.

Artigo 93.º

Salvaguarda de direitos adquiridos

1. Os juizes dos tribunais administrativos de círculo e dos tribunais tributários em funções à data da entrada em vigor do presente Estatuto conservam a categoria de juizes de círculo.
2. Os juizes do Supremo Tribunal de Justiça e dos tribunais centrais administrativos que venham a ser nomeados presidentes dos tribunais administrativos de círculo e dos tribunais tributários conservam aquele estatuto, podendo continuar a exercer funções nos primeiros, nos termos a determinar pelo Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais.

(*Redação da Lei n.º 107-D/2003, de 31 de dezembro.*)

(Não dispensa a consulta do Diário da República)

Nota

O texto do Código de Processo nos Tribunais Administrativos encontra-se atualizado de acordo com os seguintes diplomas:

Lei n.º 4-A/2003, de 19 de fevereiro;

Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro — vigente a partir de 1 de janeiro de 2009;

Lei n.º 63/2011, de 14 de dezembro — vigente a partir de 14 de março de 2012.

CÓDIGO DE PROCESSO NOS TRIBUNAIS ADMINISTRATIVOS

Lei n.º 15/2002, de 22 de fevereiro

Aprova o Código de Processo nos Tribunais Administrativos (revoga o Decreto-Lei n.º 267/85, de 16 de julho) e procede à quarta alteração do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelas Leis n.ºs 13/2000, de 20 de julho, e 30-A/2000, de 20 de dezembro, e pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de julho.

A Assembleia da República decreta, nos termos da alínea c) do artigo 161.º da Constituição, para valer como lei geral da República, o seguinte:

Artigo 1.º **Aprovação**

É aprovado o Código de Processo nos Tribunais Administrativos, que se publica em anexo à presente lei e que dela faz parte integrante.

Artigo 2.º

Comunicação à Comissão das Comunidades Europeias

1. No caso de a Comissão das Comunidades Europeias notificar o Estado Português e a entidade adjudicante de que considera existir violação clara e manifesta de disposições comunitárias em qualquer procedimento de formação de contratos, deve o Estado, no prazo de 20 dias, comunicar à Comissão que a violação foi corrigida ou responder em exposição de que constem os fundamentos pelos quais não procede à correção.
2. Constitui fundamento invocável, para efeitos do disposto na parte final do n.º 1, a circunstância de a violação alegada se encontrar sob apreciação dos tribunais, devendo o Estado comunicar à Comissão o resultado do processo, logo que concluído.
3. Se tiver sido determinada a suspensão, administrativa ou judicial, do procedimento, o Estado Português deve dar conhecimento do facto à Comissão no prazo referido no n.º 1, assim como deve informá-la do eventual levantamento da suspensão ou do início de outro procedimento de formação de contrato, total ou parcialmente relacionado com o procedimento anterior, esclarecendo se a alegada violação foi corrigida ou expondo as razões por que não o foi.

Artigo 3.º

Norma de alteração

O artigo 112.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, que estabelece o regime jurídico da urbanização e da edificação, passa a ter a seguinte redação:

«Artigo 112.º

[...]

1.
2.
3.
4.
5.
6. Na decisão, o juiz fixa prazo não superior à 30 dias para que a autoridade requerida pratique o ato devido e fixa sanção pecuniária compulsória nos termos previstos no Código de Processo nos Tribunais Administrativos.

7. Ao pedido de intimação é aplicável o disposto no Código de Processo nos Tribunais Administrativos quanto aos processos urgentes.»

Artigo 4.º

Revisão

O Código de Processo nos Tribunais Administrativos é revisto no prazo de três anos a contar da data da sua entrada em vigor, devendo ser recolhidos os elementos úteis resultantes da sua aplicação, para introdução das alterações que se mostrem necessárias.

Artigo 5.º

Disposição transitória

1. As disposições do Código de Processo nos Tribunais Administrativos não se aplicam aos processos que se encontrem pendentes à data da sua entrada em vigor.
2. Podem ser requeridas providências cautelares ao abrigo do novo Código, como incidentes, de ações já pendentes à data da sua entrada em vigor.
3. Não são aplicáveis aos processos pendentes as disposições que excluem recursos que eram admitidos na vigência da legislação anterior, tal como também não o são as disposições que introduzem novos recursos que não eram admitidos na vigência da legislação anterior.
4. As novas disposições respeitantes à execução das sentenças são aplicáveis aos processos executivos que sejam instaurados após a entrada em vigor do novo Código.

Artigo 6.º

São revogados:

- a) A parte IV do Código Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 31095, de 31 de dezembro de 1940;
- b) O Decreto-Lei n.º 40768, de 8 de setembro de 1956;
- c) O Decreto-Lei n.º 41234, de 20 de agosto de 1957;
- d) O Decreto-Lei n.º 256-A/77, de 17 de junho;
- e) A Lei de Processo nos Tribunais Administrativos, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 267/85, de 16 de julho;
- f) O Decreto-Lei n.º 134/98, de 15 de maio.

Artigo 7.º

Entrada em vigor

A presente lei entra em vigor um ano após a data da sua publicação.

Aprovada em 20 de dezembro de 2001.

O Presidente da Assembleia da República, António de Almeida Santos.

Promulgada em 31 de janeiro de 2002.

Publique-se.

O Presidente da República, Jorge Sampaio.

Referendada em 7 de fevereiro de 2002.

O Primeiro-Ministro, António Manuel de Oliveira Guterres.

ANEXO

CÓDIGO DE PROCESSO NOS TRIBUNAIS ADMINISTRATIVOS

TÍTULO I PARTE GERAL

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES FUNDAMENTAIS

Artigo 1.º

Direito aplicável

O processo nos tribunais administrativos rege-se pela presente lei, pelo Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais e, supletivamente, pelo disposto na lei de processo civil, com as necessárias adaptações.

Artigo 2.º

Tutela jurisdicional efetiva

1. O princípio da tutela jurisdicional efetiva compreende o direito de obter, em prazo razoável, uma decisão judicial que aprecie, com força de caso julgado, cada pretensão regularmente deduzida em juízo, bem como a possibilidade de a fazer executar e de obter as providências cautelares, antecipatórias ou conservatórias, destinadas a assegurar o efeito útil da decisão.

2. A todo o direito ou interesse legalmente protegido corresponde a tutela adequada junto dos tribunais administrativos, designadamente para o efeito de obter:
 - a) O reconhecimento de situações jurídicas subjetivas diretamente decorrentes de normas jurídico-administrativas ou de atos jurídicos praticados ao abrigo de disposições de direito administrativo;
 - b) O reconhecimento da titularidade de qualidades ou do preenchimento de condições;
 - c) O reconhecimento do direito à abstenção de comportamentos e, em especial, à abstenção da emissão de atos administrativos, quando exista a ameaça de uma lesão futura;
 - d) A anulação ou a declaração de nulidade ou inexistência de atos administrativos;
 - e) A condenação da Administração ao pagamento de quantias, à entrega de coisas ou à prestação de factos;
 - f) A condenação da Administração à reintegração natural de danos e ao pagamento de indemnizações;
 - g) A resolução de litígios respeitantes à interpretação, validade ou execução de contratos cuja apreciação pertença ao âmbito da jurisdição administrativa;
 - h) A declaração de ilegalidade de normas emitidas ao abrigo de disposições de direito administrativo;
 - i) A condenação da Administração à prática de atos administrativos legalmente devidos;
 - j) A condenação da Administração à prática dos atos e operações necessários ao restabelecimento de situações jurídicas subjetivas;
 - l) A intimação da Administração a prestar informações, permitir a consulta de documentos ou passar certidões;
 - m) A adoção das providências cautelares adequadas para assegurar o efeito útil da decisão.

Artigo 3.º

Poderes dos tribunais administrativos

1. No respeito pelo princípio da separação e interdependência dos poderes, os tribunais administrativos julgam do cumprimento pela Administração das normas e princípios jurídicos que a vinculam e não da conveniência ou oportunidade da sua atuação.
2. Por forma a assegurar a efetividade da tutela, os tribunais administrativos podem fixar oficiosamente um prazo para o cumprimento dos deveres que imponham à Administração e aplicar, quando tal se justifique, sanções pecuniárias compulsórias.
3. Os tribunais administrativos asseguram ainda a execução das suas sentenças, designadamente daquelas que proferem contra a Admi-

nistração, seja através da emissão de sentença que produza os efeitos do ato administrativo devido, quando a prática e o conteúdo deste ato sejam estritamente vinculados, seja providenciando a concretização material do que foi determinado na sentença.

Artigo 4.^o Cumulação de pedidos

1. É permitida a cumulação de pedidos sempre que:
 - a) A causa de pedir seja a mesma e única ou os pedidos estejam entre si numa relação de prejudicialidade ou de dependência, nomeadamente por se inscreverem no âmbito da mesma relação jurídica material;
 - b) Sendo diferente a causa de pedir, a procedência dos pedidos principais dependa essencialmente da apreciação dos mesmos factos ou da interpretação e aplicação dos mesmos princípios ou regras de direito.
2. É, designadamente, possível cumular:
 - a) O pedido de anulação ou declaração de nulidade ou inexistência de um ato administrativo com o pedido de condenação da Administração ao restabelecimento da situação que existiria se o ato não tivesse sido praticado;
 - b) O pedido de declaração da ilegalidade de uma norma com qualquer dos pedidos mencionados na alínea anterior;
 - c) O pedido de condenação da Administração à prática de um ato administrativo legalmente devido com qualquer dos pedidos mencionados na alínea a);
 - d) O pedido de anulação ou declaração de nulidade ou inexistência de um ato administrativo com o pedido de anulação ou declaração de nulidade de contrato cuja validade dependa desse ato;
 - e) O pedido de anulação ou declaração de nulidade ou inexistência de um ato administrativo com o pedido de reconhecimento de uma situação jurídica subjetiva;
 - f) O pedido de condenação da Administração à reparação de danos causados com qualquer dos pedidos mencionados nas alíneas anteriores;
 - g) Qualquer pedido relacionado com questões de interpretação, validade ou execução de contratos com a impugnação de atos administrativos praticados no âmbito da relação contratual.
3. Havendo cumulação sem que entre os pedidos exista a conexão exigida no n.º 1, o juiz notifica o autor ou autores para, no prazo de 10 dias, indicarem o pedido que pretendem ver apreciado no processo, sob cominação de, não o fazendo, haver absolvição da instância quanto a todos os pedidos.
4. No caso de absolvição da instância por ilegal cumulação de impugnações, podem ser apresentadas novas petições, no prazo de um mês a contar do trânsito em julgado, considerando-se estas apresentadas na data de entrada da primeira, para efeitos da tempestividade da sua apresentação.

5. A cumulação de impugnações de atos administrativos rege-se pelo disposto no artigo 47.^o
(Redação da Lei n.º 4-A/2003, de 19 de fevereiro.)

Artigo 5.^o

Regime de admissibilidade da cumulação de pedidos

1. Não obsta à cumulação de pedidos a circunstância de aos pedidos cumulados corresponderem diferentes formas de processo, adotando-se, nesse caso, a forma da ação administrativa especial, com as adaptações que se revelem necessárias.
2. Quando algum dos pedidos cumulados não pertença ao âmbito da jurisdição administrativa, há lugar à absolvição da instância relativamente a esse pedido.

Artigo 6.^o

Igualdade das partes

O tribunal assegura um estatuto de igualdade efetiva das partes no processo, tanto no que se refere ao exercício de faculdades e ao uso de meios de defesa como no plano da aplicação de cominações ou de sanções processuais, designadamente por litigância de má-fé.

Artigo 7.^o

Promoção do acesso à justiça

Para efetivação do direito de acesso à justiça, as normas processuais devem ser interpretadas no sentido de promover a emissão de pronúncias sobre o mérito das pretensões formuladas.

Artigo 8.^o

Princípio da cooperação e boa-fé processual

1. Na condução e intervenção no processo, os magistrados, os mandatários judiciais e as partes devem cooperar entre si, concorrendo para que se obtenha, com brevidade e eficácia, a justa composição do litígio.
2. Qualquer das partes deve abster-se de requerer a realização de diligências inúteis e de adotar expedientes dilatórios.
3. As entidades administrativas têm o dever de remeter ao tribunal, em tempo oportuno, o processo administrativo e demais documentos respeitantes à matéria do litígio, bem como o dever de dar conhecimento, ao longo do processo, de superveniências resultantes da sua atuação, para que a respetiva existência seja comunicada aos demais intervenientes processuais.

4. Para o efeito do disposto no número anterior, incumbe, nomeadamente, às entidades administrativas comunicar ao tribunal:
 - a) A emissão de novos atos administrativos no âmbito do procedimento no qual se inscreva o ato impugnado;
 - b) A celebração do contrato, quando esteja pendente processo de impugnação de ato administrativo praticado no âmbito de procedimento dirigido à formação desse contrato;
 - c) A emissão de novos atos administrativos cuja manutenção na ordem jurídica possa colidir com os efeitos a que se dirige o processo em curso;
 - d) A revogação do ato impugnado.

CAPÍTULO II DAS PARTES

Artigo 9.º

Legitimidade ativa

1. Sem prejuízo do disposto no número seguinte e do que no artigo 40.º e no âmbito da ação administrativa especial se estabelece neste Código, o autor é considerado parte legítima quando alegue ser parte na relação material controvertida.
2. Independentemente de ter interesse pessoal na demanda, qualquer pessoa, bem como as associações e fundações defensoras dos interesses em causa, as autarquias locais e o Ministério Público têm legitimidade para propor e intervir, nos termos previstos na lei, em processos principais e cautelares destinados à defesa de valores e bens constitucionalmente protegidos, como a saúde pública, o ambiente, o urbanismo, o ordenamento do território, a qualidade de vida, o património cultural e os bens do Estado, das Regiões Autónomas e das autarquias locais.

Artigo 10.º

Legitimidade passiva

1. Cada ação deve ser proposta contra a outra parte na relação material controvertida e, quando for caso disso, contra as pessoas ou entidades titulares de interesses contrapostos aos do autor.
2. Quando a ação tenha por objeto a ação ou omissão de uma entidade pública, parte demandada é a pessoa coletiva de direito público ou, no caso do Estado, o ministério a cujos órgãos seja imputável o ato jurídico impugnado ou sobre cujos órgãos recaia o dever de praticar os atos jurídicos ou observar os comportamentos pretendidos.
3. Os processos que tenham por objeto atos ou omissões de entidade administrativa independente, destituída de personalidade jurídica, são intentados contra o Estado ou a outra pessoa coletiva de direito público a que essa entidade pertença.

4. O disposto nos dois números anteriores não obsta a que se considere regularmente proposta a ação quando na petição tenha sido indicado como parte demandada o órgão que praticou o ato impugnado ou perante o qual tinha sido formulada a pretensão do interessado, considerando-se, nesse caso, a ação proposta contra a pessoa coletiva de direito público ou, no caso do Estado, contra o ministério a que o órgão pertence.
5. Havendo cumulação de pedidos, deduzidos contra diferentes pessoas coletivas ou Ministérios, devem ser demandados as pessoas coletivas ou os Ministérios contra quem sejam dirigidas as pretensões formuladas.
6. Nos processos respeitantes a litígios entre órgãos da mesma pessoa coletiva, a ação é proposta contra o órgão cuja conduta deu origem ao litígio.
7. Podem ser demandados particulares ou concessionários, no âmbito de relações jurídico-administrativas que os envolvam com entidades públicas ou com outros particulares.
8. Sem prejuízo da aplicação subsidiária, quando tal se justifique, do disposto na lei processual civil em matéria de intervenção de terceiros, quando a satisfação de uma ou mais pretensões deduzidas contra a Administração exija a colaboração de outra ou outras entidades, para além daquela contra a qual é dirigido o pedido principal, cabe a esta última promover a respetiva intervenção no processo.
(Redação da Lei n.º 4-A/2003, de 19 de fevereiro.)

Artigo 11.º

Patrocínio judiciário e representação em juízo

1. Nos processos da competência dos tribunais administrativos é obrigatória a constituição de advogado.
2. Sem prejuízo da representação do Estado pelo Ministério Público nos processos que tenham por objeto relações contratuais e de responsabilidade, as pessoas coletivas de direito público ou os ministérios podem ser representados em juízo por licenciado em Direito com funções de apoio jurídico, expressamente designado para o efeito, cuja atuação no âmbito do processo fica vinculada à observância dos mesmos deveres deontológicos, designadamente de sigilo, que obrigam o mandatário da outra parte.
3. Para o efeito do disposto no número anterior, e sem prejuízo do disposto nos dois números seguintes, o poder de designar o representante em juízo da pessoa coletiva de direito público ou, no caso do Estado, do ministério compete ao auditor jurídico ou ao responsável máximo pelos serviços jurídicos da pessoa coletiva ou do ministério.
4. Nos processos em que esteja em causa a atuação ou omissão de uma entidade administrativa independente, ou outra que não se encontre integrada numa estrutura hierárquica, a designação do representante em juízo pode ser feita por essa entidade.

5. Nos processos em que esteja em causa a atuação ou omissão de um órgão subordinado a poderes hierárquicos, a designação do representante em juízo pode ser feita por esse órgão, mas a existência do processo é imediatamente comunicada ao ministro ou ao órgão superior da pessoa coletiva.

Artigo 12.º

Coligação

1. Podem coligar-se vários autores contra um ou vários demandados e pode um autor dirigir a ação conjuntamente contra vários demandados, por pedidos diferentes, quando:
 - a) A causa de pedir seja a mesma e única ou os pedidos estejam entre si numa relação de prejudicialidade ou de dependência, nomeadamente por se inscreverem no âmbito da mesma relação jurídica material;
 - b) Sendo diferente a causa de pedir, a procedência dos pedidos principais depende essencialmente da apreciação dos mesmos factos ou da interpretação e aplicação dos mesmos princípios ou regras de direito.
2. Nos processos impugnatórios é possível a coligação de diferentes autores contra o mesmo ato jurídico, bem como contra diferentes atos em relação aos quais se preencha qualquer dos pressupostos estabelecidos no número anterior.
3. Havendo coligação sem que entre os pedidos exista a conexão exigida pelo n.º 1, o juiz notificará o autor ou autores para, no prazo de 10 dias, indicarem o pedido que pretendem ver apreciado no processo, sob cominação de, não o fazendo, haver absolvição da instância quanto a todos os pedidos.
4. No caso previsto no número anterior, bem como quando haja ilegal coligação de autores, podem ser apresentadas novas petições, no prazo de um mês a contar do trânsito em julgado da decisão, considerando-se estas apresentadas na data de entrada da primeira, para efeitos da tempestividade da sua apresentação.

CAPÍTULO III DA COMPETÊNCIA

SECÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 13.º

Conhecimento da competência e do âmbito da jurisdição

O âmbito da jurisdição administrativa e a competência dos tribunais administrativos, em qualquer das suas espécies, é de ordem pública e o seu conhecimento precede o de qualquer outra matéria.

Artigo 14.^o**Petição a tribunal incompetente**

1. Quando a petição seja dirigida a tribunal incompetente, o processo deve ser oficiosamente remetido ao tribunal administrativo competente.
2. Quando a petição seja dirigida a tribunal incompetente, sem que o tribunal competente pertença à jurisdição administrativa, pode o interessado, no prazo de 30 dias a contar do trânsito em julgado da decisão que declare a incompetência, requerer a remessa do processo ao tribunal competente, com indicação do mesmo.
3. Em ambos os casos previstos nos números anteriores, a petição considera-se apresentada na data do primeiro registo de entrada, para efeitos da tempestividade da sua apresentação.

Artigo 15.^o**Extensão da competência à decisão de questões prejudiciais**

1. Quando o conhecimento do objeto da ação dependa, no todo ou em parte, da decisão de uma ou mais questões da competência de tribunal pertencente a outra jurisdição, pode o juiz sobrestar na decisão até que o tribunal competente se pronuncie.
2. A suspensão fica sem efeito se a ação da competência do tribunal pertencente a outra jurisdição não for proposta no prazo de dois meses ou se ao respetivo processo não for dado andamento, por negligência das partes, durante o mesmo prazo.
3. No caso previsto no número anterior, deve prosseguir o processo do contencioso administrativo, sendo a questão prejudicial decidida com efeitos a ele restritos.

SECÇÃO II
DA COMPETÊNCIA TERRITORIAL**Artigo 16.^o****Regra geral**

Sem prejuízo do disposto nos artigos seguintes e das soluções que resultam da distribuição das competências em função da hierarquia, os processos, em primeira instância, são intentados no tribunal da residência habitual ou da sede do autor ou da maioria dos autores.

Artigo 17.º

Processos relacionados com bens imóveis

Os processos relacionados com bens imóveis ou direitos a eles referentes são intentados no tribunal da situação dos bens.

Artigo 18.º

Competência em matéria de responsabilidade civil

1. As pretensões em matéria de responsabilidade civil extracontratual, incluindo ações de regresso, são deduzidas no tribunal do lugar em que se deu o facto constitutivo da responsabilidade.
2. Quando o facto constitutivo de responsabilidade seja a prática ou a omissão de um ato administrativo ou de uma norma, a pretensão é deduzida no tribunal competente para se pronunciar sobre a legalidade da atuação ou da omissão.

Artigo 19.º

Competência em matéria relativa a contratos

As pretensões relativas a contratos são deduzidas no tribunal conveniado ou, na falta de convenção, no tribunal do lugar de cumprimento do contrato.

Artigo 20.º

Outras regras de competência territorial

1. Os processos respeitantes à prática ou omissão de normas e atos administrativos das Regiões Autónomas, das autarquias locais e demais entidades de âmbito local, das pessoas coletivas de utilidade pública e de concessionários são intentados no tribunal da área da sede da entidade demandada.
2. Os processos respeitantes à prática ou omissão de normas e atos administrativos dos governadores civis e assembleias distritais são intentados no tribunal da área na qual se encontram sediados estes órgãos.
3. O contencioso eleitoral é da competência do tribunal da área da sede do órgão cuja eleição se impugna.
4. O conhecimento dos pedidos de intimação para prestação de informações, consulta de documentos e passagem de certidões é da competência do tribunal da área da sede da autoridade requerida.
5. Os demais processos de intimação são intentados no tribunal da área onde deva ter lugar o comportamento ou a omissão pretendidos.
6. Os pedidos dirigidos à adoção de providências cautelares são julgados pelo tribunal competente para decidir a causa principal.

7. Os pedidos de produção antecipada de prova são deduzidos no tribunal em que a prova tenha de ser efetuada ou da área em que se situe o tribunal de comarca a que a diligência deva ser deprecada.

Artigo 21.º

Cumulação de pedidos

1. Nas situações de cumulação em que a competência para a apreciação de qualquer dos pedidos pertença a um tribunal superior, este também é competente para conhecer dos demais pedidos.
2. Quando forem cumulados pedidos para cuja apreciação sejam territorialmente competentes diversos tribunais, o autor pode escolher qualquer deles para a propositura da ação, mas se a cumulação disser respeito a pedidos entre os quais haja uma relação de dependência ou de subsidiariedade, a ação deve ser proposta no tribunal competente para apreciar o pedido principal.

Artigo 22.º

Competência supletiva

Quando não seja possível determinar a competência territorial por aplicação dos artigos anteriores, é competente o Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa.

CAPÍTULO IV DOS ATOS PROCESSUAIS

Artigo 23.º

Entrega ou remessa das peças processuais

É aplicável o disposto na lei processual civil no que se refere aos termos em que se procede à entrega ou remessa das peças processuais.

Artigo 24.º

Duplicados e cópias

1. É aplicável o disposto na lei processual civil no que se refere à exigência de duplicados dos articulados e cópias dos documentos apresentados.
2. Nos processos em que o número de contrainteresados seja superior a 20, o autor apenas deve apresentar três duplicados e três cópias.

Artigo 25.^o

Citações e notificações

Sem prejuízo do que, neste Código, especificamente se estabelece a propósito da citação dos contrainteresados quando estes sejam em número superior a 20, é aplicável o disposto na lei processual civil em matéria de citações e notificações.

(Redação da Lei n.º 4-A/2003, de 19 de fevereiro.)

Artigo 26.^o

Distribuição

A distribuição de processos nos tribunais administrativos tem lugar diariamente e obedece aos seguintes critérios, cuja aplicação é assegurada pelo presidente do tribunal, no respeito pelo princípio da imparcialidade e do juiz natural:

- a) Espécies de processos, classificadas segundo critérios a definir pelo Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais, sob proposta do presidente do tribunal;
- b) Carga de trabalho dos juízes e respetiva disponibilidade para o serviço;
- c) Tipo de matéria a apreciar, desde que, no tribunal, haja um mínimo de três juízes afetos à apreciação de cada tipo de matéria.

Artigo 27.^o

Poderes do relator

- 1. Compete ao relator, sem prejuízo dos demais poderes que lhe são conferidos neste Código:
 - a) Deferir os termos do processo, proceder à sua instrução e prepará-lo para julgamento;
 - b) Dar por findos os processos;
 - c) Declarar a suspensão da instância;
 - d) Ordenar a apensação de processos;
 - e) Julgar extinta a instância por transação, deserção, desistência, impossibilidade ou inutilidade da lide;
 - f) Rejeitar liminarmente os requerimentos e incidentes de cujo objeto não deva tomar conhecimento;
 - g) Conhecer das nulidades dos atos processuais e dos próprios despachos;
 - h) Conhecer do pedido de adoção de providências cautelares ou submetê-lo à apreciação da conferência, quando o considere justificado;
 - i) Proferir decisão quando entenda que a questão a decidir é simples, designadamente por já ter sido judicialmente apreciada de modo

- uniforme e reiterado, ou que a pretensão é manifestamente infundada;
- j) Admitir os recursos de acórdãos, declarando a sua espécie, regime de subida e efeitos, ou negar-lhes admissão.
2. Dos despachos do relator cabe reclamação para a conferência, com exceção dos de mero expediente, dos que recebam recursos de acórdãos do tribunal e dos proferidos no Tribunal Central Administrativo que não recebam recursos de acórdãos desse tribunal.

Artigo 28.º

Apensação de processos

1. Quando sejam separadamente propostas ações que, por se verificarem os pressupostos de admissibilidade previstos para a coligação e a cumulação de pedidos, possam ser reunidas num único processo, deve ser ordenada a apensação delas, ainda que se encontrem pendentes em tribunais diferentes, a não ser que o estado do processo ou outra razão torne especialmente inconveniente a apensação.
2. Os processos são apensados ao que tiver sido intentado em primeiro lugar, considerando-se como tal o de numeração inferior, salvo se os pedidos forem dependentes uns dos outros, caso em que a apensação é feita na ordem da dependência.
3. A apensação pode ser requerida ao tribunal perante o qual se encontre pendente o processo a que os outros tenham de ser apensados e, quando se trate de processos que estejam pendentes perante o mesmo juiz, deve ser por este oficiosamente determinada, ouvidas as partes.
4. Importa baixa na distribuição a apensação de processo distribuído a juiz diferente.

Artigo 29.º

Prazos processuais

1. O prazo geral supletivo para os atos processuais das partes é de 10 dias.
2. Os prazos para os atos processuais a praticar pelos magistrados judiciais e pelos funcionários do tribunal que não estejam determinados na lei são anualmente fixados pelo Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais, com o apoio do departamento do Ministério da Justiça com competência nos domínios da auditoria e da modernização, e publicados na 2.ª série do *Diário da República*.
3. Para o efeito do disposto no número anterior, não são aplicáveis a qualquer processo que corra nos tribunais administrativos, em primeira instância ou em via de recurso, os prazos que o Código de Processo Civil estabelece para juízes e funcionários.

Artigo 30.^o

Publicidade do processo e das decisões

1. Quando o considere conveniente, o tribunal pode determinar, oficiosamente ou a requerimento e expensas do autor, que a propositura da ação seja objeto de publicidade pela forma adequada, atendendo ao âmbito territorial da questão.
2. Os acórdãos do Supremo Tribunal Administrativo são tratados e divulgados informaticamente, em base de dados de jurisprudência.
3. Do tratamento informático devem constar a identificação do tribunal que proferiu a decisão e dos juízes que a subscreveram, a data e o sentido da decisão.
4. Dos acórdãos do Supremo Tribunal Administrativo e do Tribunal Central Administrativo é enviada cópia em suporte informático à Imprensa Nacional no mês imediato ao da sua data, para publicação em apêndice ao *Diário da República*, salvo os de natureza meramente interlocutória ou simplesmente repetitivos de outros anteriores.
5. Os apêndices são publicados trimestralmente, inserindo, com os respectivos sumários, as decisões proferidas nos três meses precedentes e agrupando, separadamente, as relativas ao plenário, ao contencioso administrativo e ao contencioso tributário.
6. Cada grupo de decisões é reunido anualmente em um ou mais volumes, com os respetivos índices.
7. Assentenças que declarem a ilegalidade de normas com força obrigatória geral ou concedam provimento à impugnação de atos que tenham sido objeto de publicação oficial são publicadas, por ordem do tribunal, pela mesma forma e no mesmo local em que o hajam sido as normas ou os atos impugnados.
8. A publicação a que se refere o número anterior faz-se mediante extrato do qual constem a indicação do tribunal e da entidade demandada, do sentido e data da decisão, da norma ou ato impugnado e da forma e local da respetiva publicação.

CAPÍTULO V DO VALOR DAS CAUSAS E DAS FORMAS DO PROCESSO

SECÇÃO I DO VALOR DAS CAUSAS

Artigo 31.^o

Atribuição de valor e suas consequências

1. A toda a causa deve ser atribuído um valor certo, expresso em moeda legal, o qual representa a utilidade económica imediata do pedido.

2. Atende-se ao valor da causa para determinar:
 - a) A forma do processo na ação administrativa comum;
 - b) Se o processo, em ação administrativa especial, é julgado em tribunal singular ou em formação de três juízes;
 - c) Se cabe recurso da sentença proferida em primeira instância e que tipo de recurso.
3. Para o efeito das custas e demais encargos legais, o valor da causa é fixado segundo as regras estabelecidas na legislação respetiva.
4. É aplicável o disposto na lei processual civil quanto aos poderes das partes e à intervenção do juiz na fixação do valor da causa.

Artigo 32.º

CrITÉRIOS gerais para a fixação do valor

1. Quando pela ação se pretenda obter o pagamento de quantia certa, é esse o valor da causa.
2. Quando pela ação se pretenda obter um benefício diverso do pagamento de uma quantia, o valor da causa é a quantia equivalente a esse benefício.
3. Quando a ação tenha por objeto a apreciação da existência, validade, cumprimento, modificação ou resolução de um contrato, atende-se ao valor do mesmo, determinado pelo preço ou estipulado pelas partes.
4. Quando a ação diga respeito a uma coisa, o valor desta determina o valor da causa.
5. Quando esteja em causa a cessação de situações causadoras de dano, ainda que fundadas em ato administrativo ilegal, o valor da causa é determinado pela importância do dano causado.
6. O valor dos processos cautelares é determinado pelo valor do prejuízo que se quer evitar, dos bens que se querem conservar ou da prestação pretendida a título provisório.
7. Quando sejam cumulados, na mesma ação, vários pedidos, o valor é a quantia correspondente à soma dos valores de todos eles, mas cada um deles é considerado em separado para o efeito de determinar se a sentença pode ser objeto de recurso, e de que tipo.
8. Quando seja deduzido pedido acessório de condenação ao pagamento de juros, rendas e rendimentos já vencidos e a vencer durante a pendência da causa, na fixação do valor atende-se somente aos interesses já vencidos.
9. No caso de pedidos alternativos, atende-se unicamente ao pedido de valor mais elevado e, no caso de pedidos subsidiários, ao pedido formulado em primeiro lugar.

Artigo 33.^o

Critérios especiais

Nos processos relativos a atos administrativos, atende-se ao conteúdo económico do ato, designadamente por apelo aos seguintes critérios, para além daqueles que resultam do disposto no artigo anterior:

- a) Quando esteja em causa a autorização ou licenciamento de obras e, em geral, a apreciação de decisões respeitantes à realização de empreendimentos públicos ou privados, o valor da causa afere-se pelo custo previsto da obra projetada;
- b) Quando esteja em causa a aplicação de sanções de conteúdo pecuniário, o valor da causa é determinado pelo montante da sanção aplicada;
- c) Quando esteja em causa a aplicação de sanções sem conteúdo pecuniário, o valor da causa é determinado pelo montante dos danos patrimoniais sofridos;
- d) Quando estejam em causa atos ablativos da propriedade ou de outros direitos reais, o valor da causa é determinado pelo valor do direito sacrificado.

Artigo 34.^o

Critério supletivo

- 1. Consideram-se de valor indeterminável os processos respeitantes a bens imateriais e a normas emitidas ou omitidas no exercício da função administrativa, incluindo planos urbanísticos e de ordenamento do território.
- 2. Quando o valor da causa seja indeterminável, considera-se superior ao da alçada do Tribunal Central Administrativo.
- 3. Das decisões de mérito proferidas em processo de valor indeterminável cabe sempre recurso de apelação e, quando proferidas por tribunal administrativo de círculo, recurso de revista para o Supremo Tribunal Administrativo, nos termos e condições previstos no artigo 151.^o deste Código.
- 4. Quando com pretensões suscetíveis de avaliação económica sejam cumuladas outras insuscetíveis de tal avaliação, atende-se separadamente a cada uma delas para o efeito de determinar se a sentença pode ser objeto de recurso, e de que tipo.

SECÇÃO II

DAS FORMAS DE PROCESSO

Artigo 35.^o

Formas de processo

- 1. Aos casos previstos no título II deste Código corresponde o processo de declaração regulado no Código de Processo Civil, nas formas ordinária, sumária e sumaríssima.

2. Os casos previstos nos títulos III e IV regem-se pelas disposições aí previstas e pelas disposições gerais, sendo subsidiariamente aplicável o disposto na lei processual civil.

Artigo 36.º

Processos urgentes

1. Sem prejuízo dos demais casos previstos na lei, têm caráter urgente os processos relativos a:
 - a) Contencioso eleitoral, com o âmbito definido neste Código;
 - b) Contencioso pré-contratual, com o âmbito definido neste Código;
 - c) Intimação para prestação de informações, consulta de documentos ou passagem de certidões;
 - d) Intimação para defesa de direitos, liberdades e garantias;
 - e) Providências cautelares.
2. Os processos urgentes correm em férias, com dispensa de vistos prévios, mesmo em fase de recurso jurisdicional, e os atos da secretaria são praticados no próprio dia, com precedência sobre quaisquer outros.

TÍTULO II DA AÇÃO ADMINISTRATIVA COMUM

Artigo 37.º

Objeto

1. Seguem a forma da ação administrativa comum os processos que tenham por objeto litígios cuja apreciação se inscreva no âmbito da jurisdição administrativa e que, nem neste Código nem em legislação avulsa, sejam objeto de regulação especial.
2. Seguem, designadamente, a forma da ação administrativa comum os processos que tenham por objeto litígios relativos a:
 - a) Reconhecimento de situações jurídicas subjetivas diretamente decorrentes de normas jurídico-administrativas ou de atos jurídicos praticados ao abrigo de disposições de direito administrativo;
 - b) Reconhecimento de qualidades ou do preenchimento de condições;
 - c) Condenação à adoção ou abstenção de comportamentos, designadamente a condenação da Administração à não emissão de um ato administrativo, quando seja provável a emissão de um ato lesivo;
 - d) Condenação da Administração à adoção das condutas necessárias ao restabelecimento de direitos ou interesses violados;

- e) Condenação da Administração ao cumprimento de deveres de prestar que diretamente decorram de normas jurídico-administrativas e não envolvam a emissão de um ato administrativo impugnável, ou que tenham sido constituídos por atos jurídicos praticados ao abrigo de disposições de direito administrativo, e que podem ter por objeto o pagamento de uma quantia, a entrega de uma coisa ou a prestação de um facto;
 - f) Responsabilidade civil das pessoas coletivas, bem como dos titulares dos seus órgãos, funcionários ou agentes, incluindo ações de regresso;
 - g) Condenação ao pagamento de indemnizações decorrentes da imposição de sacrifícios por razões de interesse público;
 - h) Interpretação, validade ou execução de contratos;
 - i) Enriquecimento sem causa;
 - j) Relações jurídicas entre entidades administrativas.
3. Quando, sem fundamento em ato administrativo impugnável, particulares, nomeadamente concessionários, violem vínculos jurídico-administrativos decorrentes de normas, atos administrativos ou contratos, ou haja fundado receio de que os possam violar, sem que, solicitadas a fazê-lo, as autoridades competentes tenham adotado as medidas adequadas, qualquer pessoa ou entidade cujos direitos ou interesses sejam diretamente ofendidos pode pedir ao tribunal que condene os mesmos a adotarem ou a absterem-se de certo comportamento, por forma a assegurar o cumprimento dos vínculos em causa.

Artigo 38.º

Ato administrativo inimpugnável

1. Nos casos em que a lei substantiva o admita, designadamente no domínio da responsabilidade civil da Administração por atos administrativos ilegais, o tribunal pode conhecer, a título incidental, da ilegalidade de um ato administrativo que já não possa ser impugnado.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, a ação administrativa comum não pode ser utilizada para obter o efeito que resultaria da anulação do ato inimpugnável.

Artigo 39.º

Interesse processual em ações de simples apreciação

Os pedidos de simples apreciação podem ser deduzidos por quem invoque utilidade ou vantagem imediata, para si, na declaração judicial pretendida, designadamente por existir uma situação de incerteza, de ilegítima afirmação por parte da Administração, da existência de determinada situação jurídica, ou o fundado receio de que a Administração

possa vir a adotar uma conduta lesiva, fundada numa avaliação incorreta da situação jurídica existente.

Artigo 40.º

Legitimidade em ações relativas a contratos

1. Os pedidos relativos à validade, total ou parcial, de contratos podem ser deduzidos:
 - a) Pelas partes na relação contratual;
 - b) Pelo Ministério Público e pelas demais pessoas e entidades mencionadas no n.º 2 do artigo 9.º;
 - c) Por quem tenha sido prejudicado pelo facto de não ter sido adotado o procedimento pré-contratual legalmente exigido;
 - d) Por quem tenha impugnado um ato administrativo relativo à formação do contrato;
 - e) Por quem, tendo participado no procedimento que precedeu a celebração do contrato, alegue que o clausulado não corresponde aos termos da adjudicação;
 - f) Por quem alegue que o clausulado do contrato não corresponde aos termos inicialmente estabelecidos e que justificadamente o tinham levado a não participar no procedimento pré-contratual, embora preenchesse os requisitos necessários para o efeito;
 - g) Pelas pessoas singulares ou coletivas titulares ou defensoras de direitos subjetivos ou interesses legalmente protegidos aos quais a execução do contrato cause ou possa previsivelmente causar prejuízos.
2. Os pedidos relativos à execução de contratos podem ser deduzidos:
 - a) Pelas partes na relação contratual;
 - b) Pelas pessoas singulares ou coletivas portadoras ou defensoras de direitos subjetivos ou interesses legalmente protegidos em função dos quais as cláusulas contratuais tenham sido estabelecidas;
 - c) Pelo Ministério Público, quando se trate de cláusulas cujo incumprimento possa afetar um interesse público especialmente relevante;
 - d) Pelas pessoas e entidades mencionadas no n.º 2 do artigo 9.º;
 - e) Por quem tenha sido preterido no concurso que precedeu a celebração do contrato.

(Redação da Lei n.º 4-A/2003, de 19 de fevereiro.)

Artigo 41.º

Prazos

1. Sem prejuízo do disposto na lei substantiva, a ação administrativa comum pode ser proposta a todo o tempo.

2. Os pedidos de anulação, total ou parcial, de contratos podem ser deduzidos no prazo de seis meses contado da data da celebração do contrato ou, quanto a terceiros, do conhecimento do seu clausulado.
3. A impugnação de atos lesivos exprime a intenção, por parte do autor, de exercer o direito à reparação dos danos que tenha sofrido, para o efeito de interromper a prescrição deste direito, nos termos gerais.

Artigo 42.º

Tramitação

1. Sem prejuízo do disposto nos números seguintes, a ação administrativa comum segue os termos do processo de declaração do Código de Processo Civil, nas formas ordinária, sumária e sumaríssima.
2. Só em processo ordinário pode haver lugar a julgamento da matéria de facto por tribunal coletivo, quando qualquer das partes o requeira.
3. Quando a ação deva ser julgada por tribunal singular, a sentença é proferida pelo juiz do processo, mesmo quando intervenha o tribunal coletivo.

Artigo 43.º

Domínio de aplicação dos processos ordinário, sumário e sumaríssimo

1. O processo segue os termos do processo ordinário quando o valor da causa exceda o da alçada do Tribunal Central Administrativo.
2. O processo segue os termos do processo sumário quando o valor da causa não exceda o da alçada do Tribunal Central Administrativo.
3. O processo segue os termos do processo sumaríssimo quando o valor da causa seja inferior à alçada do tribunal administrativo de círculo e a ação se destine ao cumprimento de obrigações pecuniárias, à indemnização por danos ou à entrega de coisas móveis.

Artigo 44.º

Fixação de prazo e imposição de sanção pecuniária compulsória

Nas sentenças que imponham o cumprimento de deveres à Administração, o tribunal tem o poder de fixar oficiosamente um prazo para o respetivo cumprimento que, em casos justificados, pode ser prorrogado, bem como, quando tal se justifique, o poder de impor sanção pecuniária compulsória destinada a prevenir o incumprimento, segundo o disposto no artigo 169.º

Artigo 45.º

Modificação objetiva da instância

1. Quando, em processo dirigido contra a Administração, se verifique que à satisfação dos interesses do autor obsta a existência de uma situação de impossibilidade absoluta ou que o cumprimento, por parte da Administração, dos deveres a que seria condenada originaria um excecional prejuízo para o interesse público, o tribunal julga improcedente o pedido em causa e convida as partes a acordarem, no prazo de 20 dias, no montante da indemnização devida.
 2. O prazo mencionado no número anterior pode ser prorrogado até 60 dias, caso seja previsível que o acordo venha a concretizar-se em momento próximo.
 3. Na falta de acordo, o autor pode requerer a fixação judicial da indemnização devida, devendo o tribunal, nesse caso, ordenar as diligências instrutórias que considere necessárias e determinar a abertura de vista simultânea aos juízes-adjuntos quando se trate de tribunal colegial.
 4. Cumpridos os trâmites previstos no número anterior, o tribunal fixa o montante da indemnização devida.
 5. O disposto nos números anteriores não impede o autor de optar por deduzir pedido autónomo de reparação de todos os danos resultantes da atuação ilegítima da Administração.
- (Redação da Lei n.º 4-A/2003, de 19 de fevereiro.)*

TÍTULO III

DA AÇÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 46.º

Objeto

1. Seguem a forma da ação administrativa especial, com a tramitação regulada no capítulo III do presente título, os processos cujo objeto sejam pretensões emergentes da prática ou omissão ilegal de atos administrativos, bem como de normas que tenham ou devessem ter sido emitidas ao abrigo de disposições de direito administrativo.
2. Nos processos referidos no número anterior podem ser formulados os seguintes pedidos principais:
 - a) Anulação de um ato administrativo ou declaração da sua nulidade ou inexistência jurídica;

- b) Condenação à prática de um ato administrativo legalmente devido;
 - c) Declaração da ilegalidade de uma norma emitida ao abrigo de disposições de direito administrativo;
 - d) Declaração da ilegalidade da não emanção de uma norma que devesse ter sido emitida ao abrigo de disposições de direito administrativo.
3. A impugnação de atos administrativos praticados no âmbito do procedimento de formação de contratos rege-se pelo disposto no presente título, sem prejuízo do regime especial dos artigos 100.º e seguintes, apenas respeitante à impugnação de atos relativos à formação dos contratos aí especificamente previstos.

Artigo 47.º

Cumulação de pedidos

1. Com qualquer dos pedidos principais enunciados no n.º 2 do artigo anterior podem ser cumulados outros que com aqueles apresentem uma relação material de conexão, segundo o disposto no artigo 4.º, e, designadamente, o pedido de condenação da Administração à reparação dos danos resultantes da atuação ou omissão administrativa ilegal.
2. O pedido de anulação ou de declaração de nulidade ou inexistência de um ato administrativo pode ser nomeadamente cumulado com:
 - a) O pedido de condenação à prática do ato administrativo devido, em substituição, total ou parcial, do ato praticado;
 - b) O pedido de condenação da Administração à adoção dos atos e operações necessários para reconstituir a situação que existiria se o ato anulado não tivesse sido praticado e dar cumprimento aos deveres que ela não tenha cumprido com fundamento no ato impugnado;
 - c) O pedido de anulação ou declaração de nulidade do contrato em cujo procedimento de formação se integrava o ato impugnado;
 - d) Outros pedidos relacionados com a execução do contrato, quando o ato impugnado seja relativo a essa execução.
3. A não formulação dos pedidos cumulativos mencionados no número anterior não preclui a possibilidade de as mesmas pretensões serem acionadas no âmbito do processo de execução da sentença de anulação.
4. Salvo quando seja apresentada em termos de subsidiariedade ou de alternatividade, é possível a cumulação de impugnações de atos administrativos:
 - a) Que se encontrem entre si colocados numa relação de prejudicialidade ou de dependência, nomeadamente por estarem inseridos no mesmo procedimento ou porque da existência ou validade de um deles depende a validade do outro;

- b) Cujas validade possa ser verificada com base na apreciação das mesmas circunstâncias de facto e dos mesmos fundamentos de direito.
- 5. Havendo cumulação, sem que entre os pedidos exista a conexão exigida no número anterior, o juiz notifica o autor ou autores para, no prazo de 10 dias, indicarem o pedido que pretendem ver apreciado no processo, sob cominação de, não o fazendo, haver absolvição da instância quanto a todos os pedidos.
- 6. No caso de absolvição da instância por ilegal cumulação de impugnações, podem ser apresentadas novas petições, no prazo de um mês a contar do trânsito em julgado, considerando-se estas apresentadas na data de entrada da primeira para efeitos da tempestividade da sua apresentação.

(Redação da Lei n.º 4-A/2003, de 19 de fevereiro.)

Artigo 48.º

Processos em massa

1. Quando sejam intentados mais de 20 processos que, embora reportados a diferentes pronúncias da mesma entidade administrativa, digam respeito à mesma relação jurídica material ou, ainda que respeitantes a diferentes relações jurídicas coexistentes em paralelo, sejam suscetíveis de ser decididos com base na aplicação das mesmas normas a idênticas situações de facto, o presidente do tribunal pode determinar, ouvidas as partes, que seja dado andamento a apenas um ou alguns deles, que neste último caso são apensados num único processo, e se suspenda a tramitação dos demais.
2. O tribunal pode igualmente determinar, ouvidas as partes, a suspensão dos processos que venham a ser intentados na pendência do processo selecionado e que preencham os pressupostos previstos no número anterior.
3. No exercício dos poderes conferidos nos números anteriores, o tribunal deve certificar-se de que no processo ou processos aos quais seja dado andamento prioritário a questão é debatida em todos os seus aspetos de facto e de direito e que a suspensão da tramitação dos demais processos não tem o alcance de limitar o âmbito da instrução, afastando a apreciação de factos ou a realização de diligências de prova necessárias para o completo apuramento da verdade.
4. Ao processo ou processos selecionados segundo o disposto no n.º 1 é aplicável o disposto neste Código para os processos urgentes e no seu julgamento intervêm todos os juizes do tribunal ou da secção.
5. Quando, no processo selecionado, seja emitida pronúncia transitada em julgado e seja de entender que a mesma solução pode ser aplicada aos processos que tenham ficado suspensos, por estes não apresentarem qualquer especificidade em relação àquele, as partes nos processos

suspensos são imediatamente notificadas da sentença, podendo o autor nesses processos optar, no prazo de 30 dias, por:

- a) Desistir do seu próprio processo;
 - b) Requerer ao tribunal a extensão ao seu caso dos efeitos da sentença proferida, deduzindo qualquer das pretensões enunciadas nos n.ºs 3, 4 e 5 do artigo 176.º;
 - c) Requerer a continuação do seu próprio processo;
 - d) Recorrer da sentença, se ela tiver sido proferida em primeira instância.
6. Quando seja apresentado o requerimento a que se refere a alínea b) do número anterior, seguem-se, com as devidas adaptações, os trâmites previstos nos artigos 177.º a 179.º
7. Se o recurso previsto na alínea d) do n.º 5 vier a ser julgado procedente, pode o autor exercer a faculdade prevista na alínea b) do mesmo número, sendo também neste caso aplicável o disposto no número anterior.

(Redação da Lei n.º 4-A/2003, de 19 de fevereiro.)

Artigo 49.º

Norma remissiva

É aplicável às sentenças proferidas nos casos regulados neste título o disposto nos artigos 44.º e 45.º

CAPÍTULO II DISPOSIÇÕES PARTICULARES

SECÇÃO I IMPUGNAÇÃO DE ATOS ADMINISTRATIVOS

Artigo 50.º

Objeto e efeitos da impugnação

- 1. A impugnação de um ato administrativo tem por objeto a anulação ou a declaração de nulidade ou inexistência desse ato.
- 2. Sem prejuízo das demais situações previstas na lei, a impugnação de um ato administrativo suspende a eficácia desse ato quando esteja apenas em causa o pagamento de uma quantia certa, sem natureza sancionatória, e tenha sido prestada garantia por qualquer das formas previstas na lei tributária.

SUBSECÇÃO I

DO ATO ADMINISTRATIVO IMPUGNÁVEL

Artigo 51.º

Princípio geral

1. Ainda que inseridos num procedimento administrativo, são impugnáveis os atos administrativos com eficácia externa, especialmente aqueles cujo conteúdo seja suscetível de lesar direitos ou interesses legalmente protegidos.
2. São igualmente impugnáveis as decisões materialmente administrativas proferidas por autoridades não integradas na Administração Pública e por entidades privadas que atuem ao abrigo de normas de direito administrativo.
3. Salvo quando o ato em causa tenha determinado a exclusão do interessado do procedimento e sem prejuízo do disposto em lei especial, a circunstância de não ter impugnado qualquer ato procedimental não impede o interessado de impugnar o ato final com fundamento em ilegalidades cometidas ao longo do procedimento.
4. Se contra um ato de indeferimento for deduzido um pedido de estrita anulação, o tribunal convida o autor a substituir a petição, para o efeito de formular o adequado pedido de condenação à prática do ato devido, e, se a petição for substituída, a entidade demandada e os contrainteressados são de novo citados para contestar.

Artigo 52.º

Irrelevância da forma do ato

1. A impugnabilidade dos atos administrativos não depende da respetiva forma.
2. O não exercício do direito de impugnar um ato contido em diploma legislativo ou regulamentar não obsta à impugnação dos seus atos de execução ou aplicação.
3. O não exercício do direito de impugnar um ato que não individualize os seus destinatários não obsta à impugnação dos seus atos de execução ou aplicação cujos destinatários sejam individualmente identificados.

Artigo 53.º

Impugnação de ato meramente confirmativo

Uma impugnação só pode ser rejeitada com fundamento no carácter meramente confirmativo do ato impugnado quando o ato anterior:

- a) Tenha sido impugnado pelo autor;
- b) Tenha sido objeto de notificação ao autor;

- c) Tenha sido objeto de publicação, sem que tivesse de ser notificado ao autor.

Artigo 54.^o

Impugnação de ato administrativo ineficaz

1. Um ato administrativo pode ser impugnado, ainda que não tenha começado a produzir efeitos jurídicos, quando:
 - a) Tenha sido desencadeada a sua execução;
 - b) Seja seguro ou muito provável que o ato irá produzir efeitos, designadamente por a ineficácia se dever apenas ao facto de o ato se encontrar dependente de termo inicial ou de condição suspensiva cuja verificação seja provável, nomeadamente por depender da vontade do beneficiário do ato.
2. O disposto na alínea a) do número anterior não impede a utilização de outros meios de tutela contra a execução ilegítima do ato administrativo ineficaz.

SUBSECÇÃO II DA LEGITIMIDADE

Artigo 55.^o

Legitimidade ativa

1. Tem legitimidade para impugnar um ato administrativo:
 - a) Quem alegue ser titular de um interesse direto e pessoal, designadamente por ter sido lesado pelo ato nos seus direitos ou interesses legalmente protegidos;
 - b) O Ministério Público;
 - c) Pessoas coletivas públicas e privadas, quanto aos direitos e interesses que lhes cumpra defender;
 - d) Órgãos administrativos, relativamente a atos praticados por outros órgãos da mesma pessoa coletiva;
 - e) Presidentes de órgãos colegiais, em relação a atos praticados pelo respetivo órgão, bem como outras autoridades, em defesa da legalidade administrativa, nos casos previstos na lei;
 - f) Pessoas e entidades mencionadas no n.º 2 do artigo 9.^o
2. A qualquer eleitor, no gozo dos seus direitos civis e políticos, é permitido impugnar as deliberações adotadas por órgãos das autarquias locais sediadas na circunscrição onde se encontre recenseado.
3. A intervenção do interessado no procedimento em que tenha sido praticado o ato administrativo constitui mera presunção de legitimidade para a sua impugnação.

Artigo 56.º

Aceitação do ato

1. Não pode impugnar um ato administrativo quem o tenha aceitado, expressa ou tacitamente, depois de praticado.
2. A aceitação tácita deriva da prática, espontânea e sem reserva, de facto incompatível com a vontade de impugnar.
3. A execução ou acatamento por funcionário ou agente não se considera aceitação tácita do ato executado ou acatado, salvo quando dependa da vontade daqueles a escolha da oportunidade da execução.

Artigo 57.º

Contrainteressados

Para além da entidade autora do ato impugnado, são obrigatoriamente demandados os contrainteressados a quem o provimento do processo impugnatório possa diretamente prejudicar ou que tenham legítimo interesse na manutenção do ato impugnado e que possam ser identificados em função da relação material em causa ou dos documentos contidos no processo administrativo.

SUBSECÇÃO III

DOS PRAZOS DE IMPUGNAÇÃO

Artigo 58.º

Prazos

1. A impugnação de atos nulos ou inexistentes não está sujeita a prazo.
2. Salvo disposição em contrário, a impugnação de atos anuláveis tem lugar no prazo de:
 - a) Um ano, se promovida pelo Ministério Público;
 - b) Três meses, nos restantes casos.
3. A contagem dos prazos referidos no número anterior obedece ao regime aplicável aos prazos para a propositura de ações que se encontram previstos no Código de Processo Civil.
4. Desde que ainda não tenha expirado o prazo de um ano, a impugnação será admitida, para além do prazo de três meses da alínea b) do n.º 2, caso se demonstre, com respeito pelo princípio do contraditório, que, no caso concreto, a tempestiva apresentação da petição não era exigível a um cidadão normalmente diligente, por:
 - a) A conduta da Administração ter induzido o interessado em erro;
 - b) O atraso dever ser considerado desculpável, atendendo à ambiguidade do quadro normativo aplicável ou às dificuldades que, no caso

- concreto, se colocavam quanto à identificação do ato impugnável, ou à sua qualificação como ato administrativo ou como norma;
- c) Se ter verificado uma situação de justo impedimento.

Artigo 59.º

Início dos prazos de impugnação

1. O prazo para a impugnação pelos destinatários a quem o ato administrativo deva ser notificado só corre a partir da data da notificação, ainda que o ato tenha sido objeto de publicação obrigatória.
 2. O disposto no número anterior não impede a impugnação, se a execução do ato for desencadeada sem que a notificação tenha tido lugar.
 3. O prazo para a impugnação por quaisquer outros interessados dos atos que não tenham de ser obrigatoriamente publicados começa a correr a partir do seguinte facto que primeiro se verifique:
 - a) Notificação;
 - b) Publicação;
 - c) Conhecimento do ato ou da sua execução.
 4. A utilização de meios de impugnação administrativa suspende o prazo de impugnação contenciosa do ato administrativo, que só retoma o seu curso com a notificação da decisão proferida sobre a impugnação administrativa ou com o decurso do respetivo prazo legal.
 5. A suspensão do prazo prevista no número anterior não impede o interessado de proceder à impugnação contenciosa do ato na pendência da impugnação administrativa, bem como de requerer a adoção de providências cautelares.
 6. O prazo para a impugnação pelo Ministério Público conta-se a partir da data da prática do ato ou da sua publicação, quando obrigatória.
 7. O Ministério Público pode impugnar o ato em momento anterior ao da publicação obrigatória, caso tenha sido entretanto desencadeada a sua execução.
 8. A retificação do ato administrativo ou da sua notificação ou publicação não determina o início de novo prazo, salvo quando diga respeito à indicação do autor, do sentido ou dos fundamentos da decisão.
- (Redação da Lei n.º 4-A/2003, de 19 de fevereiro.)*

Artigo 60.º

Notificação ou publicação deficientes

1. O ato administrativo não é oponível ao interessado quando a notificação ou a publicação, quando exigível, não deem a conhecer o sentido da decisão.
2. Quando a notificação ou a publicação do ato administrativo não contenham a indicação do autor, da data ou dos fundamentos da decisão, tem o

- interessado a faculdade de requerer à entidade que proferiu o ato a notificação das indicações em falta ou a passagem de certidão que as contenha, bem como, se necessário, de pedir a correspondente intimação judicial, nos termos previstos nos artigos 104.º e seguintes deste Código.
3. A apresentação, no prazo de 30 dias, de requerimento dirigido ao autor do ato, ao abrigo do disposto no número anterior, interrompe o prazo de impugnação, mantendo-se a interrupção se vier a ser pedida a intimação judicial a que se refere o mesmo número.
 4. Não são oponíveis ao interessado eventuais erros contidos na notificação ou na publicação, no que se refere à indicação do autor, da data, do sentido ou dos fundamentos da decisão, bem como eventual erro ou omissão quanto à existência de delegação ou subdelegação de poderes.

SUBSECÇÃO IV DA INSTÂNCIA

Artigo 61.º

Apensação de impugnações

1. Quando sejam separadamente intentados diferentes processos impugnatórios em alguma das situações em que, de acordo com o disposto no n.º 4 do artigo 47.º, seja admitida a cumulação de impugnações, a apensação dos processos deve ser ordenada no que foi interposto em primeiro lugar, nos termos do artigo 28.º
2. O processo impugnatório apensado é carregado ao relator na espécie respetiva quando a apensação se fundamente em conexão ou dependência entre atos impugnados ou na circunstância de pertencerem ao mesmo procedimento administrativo.

Artigo 62.º

Prossecução da ação pelo Ministério Público

1. O Ministério Público pode, no exercício da ação pública, assumir a posição de autor, requerendo o seguimento de processo que, por decisão ainda não transitada, tenha terminado por desistência ou outra circunstância própria do autor.
2. Para o efeito do disposto no número anterior, o juiz, uma vez extinta a instância, dará vista do processo ao Ministério Público.

Artigo 63.º

Modificação objetiva de instância

1. Quando por não ter sido decretada, a título cautelar, a suspensão do procedimento em que se insere o ato impugnado, este tenha segui-

mento na pendência do processo, pode o objeto ser ampliado à impugnação de novos atos que venham a ser praticados no âmbito desse procedimento, bem como à formulação de novas pretensões que com aquela possam ser cumuladas.

2. O disposto no número anterior é extensivo ao caso de o ato impugnado ser relativo à formação de um contrato e este vir a ser celebrado na pendência do processo, como também às situações em que sobrevenham atos administrativos cuja validade dependa da existência ou validade do ato impugnado, ou cujos efeitos se oponham à utilidade pretendida no processo.
3. Para o efeito do disposto nos números anteriores, deve a Administração trazer ao processo a informação da existência dos eventuais atos conexos com o ato impugnado que venham a ser praticados na pendência do mesmo.

Artigo 64.º

Revogação do ato impugnado com efeitos retroativos

1. Quando, na pendência do processo, seja proferido ato revogatório com efeitos retroativos do ato impugnado, acompanhado de nova regulação da situação, pode o autor requerer que o processo prossiga contra o novo ato, com a faculdade de alegação de novos fundamentos e do oferecimento de diferentes meios de prova.
2. O requerimento a que se refere o número anterior deve ser apresentado no prazo de impugnação do ato revogatório e antes do trânsito em julgado da decisão que julgue extinta a instância.
3. O disposto no n.º 1 é aplicável a todos os casos em que o ato impugnado seja, total ou parcialmente, alterado ou substituído por outro com os mesmos efeitos, e ainda no caso de o ato revogatório já ter sido praticado no momento em que o processo foi intentado, sem que o autor disso tivesse ou devesse ter conhecimento.

Artigo 65.º

Revogação do ato impugnado sem efeitos retroativos

1. Quando na pendência do processo, seja proferido ato revogatório sem efeitos retroativos do ato impugnado, o processo prossegue em relação aos efeitos produzidos.
2. O disposto no número anterior é aplicável aos casos em que, por forma diversa da revogação, cesse ou se esgote a produção de efeitos do ato impugnado, designadamente pela sua integral execução no plano dos factos.
3. Quando a cessação de efeitos do ato impugnado seja acompanhada de nova regulação da situação, o autor goza da faculdade prevista no artigo anterior.

4. O disposto no n.º 1 é aplicável aos casos em que o ato revogatório já tinha sido praticado no momento em que o processo foi intentado, sem que o autor disso tivesse ou devesse ter conhecimento.

SECÇÃO II

CONDENAÇÃO À PRÁTICA DE ATO DEVIDO

Artigo 66.º

Objeto

1. A ação administrativa especial pode ser utilizada para obter a condenação da entidade competente à prática, dentro de determinado prazo, de um ato administrativo ilegalmente omitido ou recusado.
2. Ainda que a prática do ato devido tenha sido expressamente recusada, o objeto do processo é a pretensão do interessado e não o ato de indeferimento, cuja eliminação da ordem jurídica resulta diretamente da pronúncia condenatória.
3. Quando o considere justificado, pode o tribunal impor, logo na sentença de condenação, sanção pecuniária compulsória destinada a prevenir o incumprimento, sendo, neste caso, aplicável o disposto no artigo 169.º

Artigo 67.º

Pressupostos

1. A condenação à prática de ato administrativo legalmente devido pode ser pedida quando:
 - a) Tendo sido apresentado requerimento que constitua o órgão competente no dever de decidir, não tenha sido proferida decisão dentro do prazo legalmente estabelecido;
 - b) Tenha sido recusada a prática do ato devido; ou
 - c) Tenha sido recusada a apreciação de requerimento dirigido à prática do ato.
2. Para os efeitos do disposto na alínea a) do número anterior, a falta de resposta a requerimento dirigido a delegante ou subdelegante é imputada ao delegado ou subdelegado, mesmo que a este não tenha sido remetido o requerimento.
3. Para os mesmos efeitos, quando, tendo sido o requerimento dirigido a órgão incompetente, este não o tenha remetido oficiosamente ao órgão competente nem o tenha devolvido ao requerente, a inércia daquele primeiro órgão é imputada ao segundo.

Artigo 68.º

Legitimidade

1. Tem legitimidade para pedir a condenação à prática de um ato administrativo legalmente devido:
 - a) Quem alegue ser titular de um direito ou interesse legalmente protegido, dirigido à emissão desse ato;
 - b) Pessoas coletivas, públicas ou privadas, em relação aos direitos e interesses que lhes cumpra defender;
 - c) O Ministério Público, quando o dever de praticar o ato resulte diretamente da lei e esteja em causa a ofensa de direitos fundamentais, de um interesse público especialmente relevante ou de qualquer dos valores e bens referidos no n.º 2 do artigo 9.º;
 - d) As demais pessoas e entidades mencionadas no n.º 2 do artigo 9.º
2. Para além da entidade responsável pela situação de omissão ilegal, são obrigatoriamente demandados no processo os contrainteressados a quem a prática do ato omitido possa diretamente prejudicar ou que tenham legítimo interesse em que ele não seja praticado e que possam ser identificados em função da relação material em causa ou dos documentos contidos no processo administrativo.

Artigo 69.º

Prazos

1. Em situações de inércia da Administração, o direito de ação caduca no prazo de um ano contado desde o termo do prazo legal estabelecido para a emissão do ato ilegalmente omitido.
2. Tendo havido indeferimento, o prazo de propositura da ação é de três meses.
3. No caso previsto no número anterior, o prazo corre desde a notificação do ato, sendo aplicável o disposto nos artigos 59.º e 60.º

Artigo 70.º

Alteração da instância

1. Quando a pretensão do interessado seja indeferida pela Administração na pendência do processo, pode o autor alegar novos fundamentos e oferecer diferentes meios de prova em favor da sua pretensão.
2. A faculdade conferida pelo número anterior é extensiva aos casos em que o indeferimento seja anterior, mas só tenha sido notificado ao autor após a propositura da ação.
3. Quando, na pendência do processo, seja proferido um ato administrativo que não satisfaça integralmente a pretensão do interessado, pode ser cumulado o pedido de anulação ou declaração de nulidade ou

inexistência deste ato, devendo o novo articulado ser apresentado no prazo de 30 dias.

4. O prazo referido no número anterior é contado desde o momento da notificação do novo ato, considerando-se como tal, quando não tenha havido notificação, o conhecimento, obtido no processo, do autor, da data, do sentido e dos fundamentos da decisão.

Artigo 71.º

Poderes de pronúncia do tribunal

1. Ainda que o requerimento apresentado não tenha obtido resposta ou a sua apreciação tenha sido recusada, o tribunal não se limita a devolver a questão ao órgão administrativo competente, anulando ou declarando nulo ou inexistente o eventual ato de indeferimento, mas pronuncia-se sobre a pretensão material do interessado, impondo a prática do ato devido.
2. Quando a emissão do ato pretendido envolva a formulação de valorações próprias do exercício da função administrativa e a apreciação do caso concreto não permita identificar apenas uma solução como legalmente possível, o tribunal não pode determinar o conteúdo do ato a praticar, mas deve explicitar as vinculações a observar pela Administração na emissão do ato devido.

SECÇÃO III

IMPUGNAÇÃO DE NORMAS E DECLARAÇÃO DE ILEGALIDADE POR OMISSÃO

Artigo 72.º

Objeto

1. A impugnação de normas no contencioso administrativo tem por objeto a declaração da ilegalidade de normas emanadas ao abrigo de disposições de direito administrativo, por vícios próprios ou derivados da invalidade de atos praticados no âmbito do respetivo procedimento de aprovação.
2. Fica excluída do regime regulado na presente secção a declaração de ilegalidade com força obrigatória geral com qualquer dos fundamentos previstos no n.º 1 do artigo 281.º da Constituição da República Portuguesa.

Artigo 73.º

Pressupostos

1. A declaração de ilegalidade com força obrigatória geral pode ser pedida por quem seja prejudicado pela aplicação da norma ou possa previ-

sivelmente vir a sê-lo em momento próximo, desde que a aplicação da norma tenha sido recusada por qualquer tribunal, em três casos concretos, com fundamento na sua ilegalidade.

2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, quando os efeitos de uma norma se produzam imediatamente, sem dependência de um ato administrativo ou jurisdicional de aplicação, o lesado ou qualquer das entidades referidas no n.º 2 do artigo 9.º podem obter a desaplicação da norma pedindo a declaração da sua ilegalidade com efeitos circunscritos ao caso concreto.
3. O Ministério Público, oficiosamente ou a requerimento de qualquer das entidades referidas no n.º 2 do artigo 9.º, com a faculdade de estas se constituírem como assistentes, pode pedir a declaração de ilegalidade com força obrigatória geral, sem necessidade de verificação da recusa de aplicação em três casos concretos a que se refere o n.º 1.
4. O Ministério Público tem o dever de pedir a declaração de ilegalidade com força obrigatória geral quando tenha conhecimento de três decisões de desaplicação de uma norma com fundamento na sua ilegalidade.
5. Para o efeito do disposto no número anterior, a secretaria, após o respetivo trânsito em julgado, remete ao representante do Ministério Público junto do tribunal certidão das sentenças que tenham desaplicado, com fundamento em ilegalidade, quaisquer normas emitidas ao abrigo de disposições de direito administrativo.

(Redação da Lei n.º 4-A/2003, de 19 de fevereiro.)

Artigo 74.º

Inexistência de prazo

A declaração de ilegalidade pode ser pedida a todo o tempo.

Artigo 75.º

Decisão

O juiz pode decidir com fundamento na ofensa de princípios ou normas jurídicas diversos daqueles cuja violação haja sido invocada.

Artigo 76.º

Efeitos da declaração de ilegalidade com força obrigatória geral

1. A declaração com força obrigatória geral da ilegalidade de uma norma, nos termos previstos neste Código, produz efeitos desde a data da emissão da norma e determina a repristinação das normas que ela haja revogado.

2. O tribunal pode, no entanto, determinar que os efeitos da decisão se produzam apenas a partir da data do trânsito em julgado da sentença quando razões de segurança jurídica, de equidade ou de interesse público de excecional relevo, devidamente fundamentadas, o justificarem.
3. A retroatividade da declaração de ilegalidade não afeta os casos julgados nem os atos administrativos que entretanto se tenham tornado inimpugnáveis, salvo decisão em contrário do tribunal, quando a norma respeite a matéria sancionatória e seja de conteúdo menos favorável ao particular.

Artigo 77.º

Declaração de ilegalidade por omissão

1. O Ministério Público, as demais pessoas e entidades defensoras dos interesses referidos no n.º 2 do artigo 9.º e quem alegue um prejuízo diretamente resultante da situação de omissão podem pedir ao tribunal administrativo competente que aprecie e verifique a existência de situações de ilegalidade por omissão das normas cuja adoção, ao abrigo de disposições de direito administrativo, seja necessária para dar exequibilidade a atos legislativos carentes de regulamentação.
2. Quando o tribunal verifique a existência de uma situação de ilegalidade por omissão, nos termos do número anterior, disso dará conhecimento à entidade competente, fixando prazo, não inferior a seis meses, para que a omissão seja suprida.

CAPÍTULO III MARÇA DO PROCESSO

SECÇÃO I DOS ARTICULADOS

Artigo 78.º

Requisitos da petição inicial

1. A instância constitui-se com a propositura da ação e esta considera-se proposta com a receção da petição inicial na secretaria do tribunal ao qual é dirigida ou com a remessa da mesma, nos termos em que esta é admitida na lei processual civil.
2. Na petição, deduzida por forma articulada, deve o autor:
 - a) Designar o tribunal em que a ação é proposta;
 - b) Indicar o seu nome e residência;
 - c) Indicar o domicílio profissional do mandatário judicial;

- d) Identificar o ato jurídico impugnado, quando seja o caso;
 - e) Indicar o órgão que praticou ou devia ter praticado o ato, ou a pessoa coletiva de direito público ou o ministério a que esse órgão pertence;
 - f) Indicar o nome e a residência dos eventuais contrainteressados;
 - g) Expor os factos e as razões de direito que fundamentam a ação;
 - h) Formular o pedido;
 - i) Declarar o valor da causa;
 - j) Indicar a forma do processo;
 - l) Indicar os factos cuja prova se propõe fazer, juntando os documentos que desde logo provem, esses factos ou informando que eles constam do processo administrativo;
 - m) Identificar os documentos que acompanham a petição.
3. Para o efeito do disposto na alínea e) do número anterior, a indicação do órgão que praticou ou devia ter praticado o ato é suficiente para que se considere indicada, quando o devesse ter sido, a pessoa coletiva ou o ministério, pelo que a citação que venha a ser dirigida ao órgão se considera feita, nesse caso, à pessoa coletiva ou ao ministério a que o órgão pertence.
4. O autor pode requerer, na petição, a dispensa da produção de qualquer prova, bem como da apresentação de alegações.
5. É estabelecido, por portaria do Ministro da Justiça, o modelo a que devem obedecer os articulados no que se refere à indicação das menções que deles devam constar.

(Redação da Lei n.º 4-A/2003, de 19 de fevereiro.)

Artigo 79.º

Instrução da petição

1. A apresentação da petição inicial, da procuração forense com os poderes necessários e suficientes da representação judiciária pretendida e do documento comprovativo do prévio pagamento da taxa de justiça inicial ou da concessão de apoio judiciário, na modalidade de dispensa total ou parcial do mesmo, processam-se segundo o disposto na lei processual civil.
2. Quando seja deduzida pretensão impugnatória, deve o autor juntar documento comprovativo da prática do ato ou da norma impugnados.
3. Quando seja pedida a declaração da inexistência jurídica de um ato administrativo, deve o autor produzir ou requerer a produção da prova da aparência desse ato.
4. Quando a sua pretensão dirigida à prática de um ato administrativo tenha sido indeferida, deve o autor instruir o pedido de condenação à prática do ato devido com documento comprovativo do indeferimento.

5. Quando seja pedida a condenação à prática de ato administrativo devido sem que tenha havido indeferimento, deve ser apresentada cópia do requerimento apresentado, recibo ou outro documento comprovativo da entrada do original nos serviços competentes.
6. Alegando motivo justificado, é fixado prazo ao recorrente para a junção de documentos que não tenha podido obter em tempo.
(Redação da Lei n.º 4-A/2003, de 19 de fevereiro.)

Artigo 80.º

Recusa da petição pela secretaria

1. A secretaria recusa o recebimento da petição inicial, indicando por escrito o fundamento da rejeição, quando se verifique algum dos seguintes factos:
 - a) Não tenha endereço ou esteja endereçada a outro tribunal ou autoridade;
 - b) No caso de referir a existência de contrainteressados, não proceda à cabal indicação do respetivo nome e residência;
 - c) Omita qualquer dos elementos a que se referem as alíneas b), c), d), e), i), j) e m) do n.º 2 do artigo 78.º;
 - d) Não tenha sido junto o documento comprovativo do prévio pagamento da taxa de justiça inicial ou o documento que ateste a concessão de apoio judiciário;
 - e) Não esteja redigida em língua portuguesa;
 - f) Não esteja assinada;
 - g) (Eliminada.)
2. A recusa da petição pela secretaria tem os efeitos e consequências que lhe correspondem na lei processual civil.
(Redação da Lei n.º 4-A/2003, de 19 de fevereiro.)

Artigo 81.º

Citação da entidade demandada e dos contrainteressados

1. Recebida a petição, incumbe à secretaria promover oficiosamente a citação da entidade pública demandada e dos contrainteressados para contestarem no prazo de 30 dias.
2. Quando, por erro cometido na petição, seja citado um órgão diferente daquele que praticou ou devia ter praticado o ato, o órgão citado deve dar imediato conhecimento àquele que o deveria ter sido.
3. Na hipótese prevista no número anterior, a entidade demandada beneficia de um prazo suplementar de 15 dias para apresentar a contestação e enviar o processo administrativo, quando exista.
4. (Eliminado.)
(Redação da Lei n.º 4-A/2003, de 19 de fevereiro.)

Artigo 82.^o

Publicação de anúncio

1. Quando os contrainteresados sejam em número superior a 20, o tribunal pode promover a respetiva citação mediante a publicação de anúncio, com a advertência de que os interessados dispõem do prazo de 15 dias para se constituírem como contrainteresados no processo.
2. Quando esteja em causa a impugnação de um ato que tenha sido publicado, a publicação do anúncio mencionado no número anterior faz-se pelo meio e no local utilizados para dar publicidade ao ato impugnado.
3. Se o ato impugnado não tiver sido objeto de publicação, o anúncio a que se refere o n.º 1 é publicado em dois jornais diários de circulação nacional ou local, dependendo do âmbito da matéria em causa.
4. Uma vez expirado o prazo previsto no n.º 1, os contrainteresados que como tais se tenham constituído consideram-se citados para contestar no prazo de 30 dias.
5. Quando esteja em causa um pedido de declaração com força obrigatória geral da ilegalidade de uma norma, o juiz, no despacho que ordene ou dispense a citação da entidade demandada, manda publicar anúncio da formulação do pedido, pelo meio e no local utilizados para dar publicidade à norma, a fim de permitir a intervenção no processo de eventuais contrainteresados, admissível até ao termo da fase dos articulados.
(Redação da Lei n.º 4-A/2003, de 19 de fevereiro.)

Artigo 83.^o

Contestação da entidade administrativa e dos contrainteresados

1. Na contestação, deve a entidade demandada deduzir, de forma articulada, toda a matéria relativa à defesa e juntar os documentos destinados a demonstrar os factos cuja prova se propõe fazer.
2. A entidade demandada deve ainda pronunciar-se sobre o requerimento de dispensa de prova e alegações finais, se o autor o tiver feito na petição, valendo o seu silêncio como assentimento.
3. Quando a contestação seja subscrita por licenciado em Direito com funções de apoio jurídico, deve ser junta cópia do despacho que o designou.
4. Sem prejuízo do disposto no n.º 5 do artigo 84.^o, a falta de contestação ou a falta nela de impugnação especificada não importa confissão dos factos articulados pelo autor, mas o tribunal aprecia livremente essa conduta para efeitos probatórios.
5. Se a um contrainteresado não tiver sido facultada, em tempo útil, a consulta ao processo administrativo, disso dará conhecimento ao juiz do processo, que, neste caso, permitirá que a contestação seja apresentada no

prazo de 15 dias contado desde o momento em que o contrainteressado venha a ser notificado de que o processo administrativo foi junto aos autos. *(Redação da Lei n.º 4-A/2003, de 19 de fevereiro.)*

Artigo 84.º

Envio do processo administrativo

1. Com a contestação, ou dentro do respetivo prazo, a entidade demandada é obrigada a remeter ao tribunal o original do processo administrativo, quando exista, e todos os demais documentos respeitantes à matéria do processo de que seja detentora, que ficarão apensados aos autos.
2. Quando o processo administrativo se encontre já apensado a outros autos, a entidade demandada deve dar conhecimento do facto ao tribunal, indicando a que autos se refere.
3. O original do processo administrativo pode ser substituído por fotocópias autenticadas e devidamente ordenadas, sem prejuízo da sua requisição, quando tal se mostre necessário.
4. Na falta de cumprimento do previsto no n.º 1, sem justificação aceitável, pode o juiz ou relator determinar a aplicação de sanções pecuniárias compulsórias, nos termos do artigo 169.º, sem prejuízo do apuramento da responsabilidade civil, disciplinar e criminal a que haja lugar.
5. A falta do envio do processo administrativo não obsta ao prosseguimento da causa e determina que os factos alegados pelo autor se considerem provados, se aquela falta tiver tornado a prova impossível ou de considerável dificuldade.
6. Da junção aos autos do processo administrativo é dado conhecimento a todos os intervenientes no processo.

(Redação da Lei n.º 4-A/2003, de 19 de fevereiro.)

Artigo 85.º

Intervenção do Ministério Público

1. No momento da citação da entidade demandada e dos contrainteressados, é fornecida cópia da petição e dos documentos que a instruem ao Ministério Público, salvo nos processos em que este figure como autor.
2. Em função dos elementos que possa coligir e daqueles que venham a ser carreados para o processo, o Ministério Público pode solicitar a realização de diligências instrutórias, bem como pronunciar-se sobre o mérito da causa, em defesa dos direitos fundamentais dos cidadãos, de interesses públicos especialmente relevantes ou de algum dos valores ou bens referidos no n.º 2 do artigo 9.º
3. Para o efeito do disposto no número anterior, o Ministério Público, nos processos impugnatórios, pode invocar causas de invalidade diversas das que tenham sido arguidas na petição.

4. Nos processos impugnatórios, o Ministério Público pode ainda suscitar quaisquer questões que determinem a nulidade ou inexistência do ato impugnado.
5. Os poderes de intervenção previstos nos números anteriores podem ser exercidos até 10 dias após a notificação da junção do processo administrativo aos autos ou, não havendo lugar a esta, da apresentação das contestações, disso sendo, de imediato, notificadas as partes.
(Redação da Lei n.º 4-A/2003, de 19 de fevereiro.)

Artigo 86.º

Articulados supervenientes

1. Os factos constitutivos, modificativos ou extintivos supervenientes podem ser deduzidos em novo articulado, pela parte a que aproveitem, até à fase das alegações.
2. Consideram-se supervenientes tanto os factos ocorridos posteriormente ao termo dos prazos estabelecidos nos artigos precedentes como os factos anteriores de que a parte só tenha conhecimento depois de findarem esses prazos, devendo, neste caso, produzir-se prova da superveniência.
3. Quando o novo articulado se funde na junção ao processo de elementos até aí desconhecidos ou aos quais não tinha sido possível o acesso, ele deve ser oferecido nos 10 dias posteriores à notificação da junção dos referidos elementos.
4. Recebido o articulado, são as outras partes notificadas pela secretaria para responder no prazo de 10 dias.
5. As provas são oferecidas com o articulado e com a resposta e os factos articulados que interessem à decisão da causa são incluídos na base instrutória.
6. Se a base instrutória já estiver elaborada, os factos articulados são aditados, sem possibilidade de reclamação contra o aditamento, cabendo recurso do despacho que o ordene, que sobe com o recurso da decisão final.
(Redação da Lei n.º 4-A/2003, de 19 de fevereiro.)

SECÇÃO II

SANEAMENTO, INSTRUÇÃO E ALEGAÇÕES

Artigo 87.º

Despacho saneador

1. Findos os articulados, o processo é concluso ao juiz ou relator, que profere despacho saneador quando deva:
 - a) Conhecer obrigatoriamente, ouvido o autor no prazo de 10 dias, de todas as questões que obstem ao conhecimento do objeto do processo;

- b) Conhecer total ou parcialmente do mérito da causa, sempre que, tendo o autor requerido, sem oposição dos demandados, a dispensa de alegações finais, o estado do processo permita, sem necessidade de mais indagações, a apreciação dos pedidos ou de algum dos pedidos deduzidos, ou, ouvido o autor no prazo de 10 dias, de alguma exceção perentória;
 - c) Determinar a abertura de um período de produção de prova quando tenha sido alegada matéria de facto ainda controvertida e o processo haja de prosseguir.
2. As questões prévias referidas na alínea a) do número anterior que não tenham sido apreciadas no despacho saneador não podem ser suscitadas nem decididas em momento posterior do processo e as que sejam decididas no despacho saneador não podem vir a ser reapreciadas.

Artigo 88.º

Suprimento de exceções dilatórias e aperfeiçoamento dos articulados

1. Quando, no cumprimento do dever de suscitar e resolver todas as questões que possam obstar ao conhecimento do objeto do processo, verifique que as peças processuais enfermam de deficiências ou irregularidades de carácter formal, o juiz deve procurar corrigi-las oficiosamente.
2. Quando a correção oficiosa não seja possível, o juiz profere despacho de aperfeiçoamento, destinado a providenciar o suprimento de exceções dilatórias e a convidar a parte a corrigir as irregularidades do articulado, fixando o prazo de 10 dias para o suprimento ou correção do vício, designadamente por faltarem requisitos legais ou não ter sido apresentado documento essencial ou de que a lei faça depender o prosseguimento da causa.
3. Nos casos previstos nos números anteriores, são anulados os atos do processo entretanto praticados que não possam ser aproveitados, designadamente porque do seu aproveitamento resultaria uma diminuição de garantias para o demandado ou os demandados.
4. A falta de suprimento ou correção, nos termos previstos no n.º 2, das deficiências ou irregularidades da petição determina a absolvição da instância, sem possibilidade de substituição da petição ao abrigo do disposto no artigo seguinte.

Artigo 89.º

Fundamentos que obstem ao prosseguimento do processo

1. Para o efeito do disposto nos artigos anteriores, obstem nomeadamente ao prosseguimento do processo:
 - a) Ineptidão da petição;

- b) Falta de personalidade ou capacidade judiciária do autor;
 - c) Inimpugnabilidade do ato impugnado;
 - d) Ilegitimidade do autor ou do demandado;
 - e) Ilegalidade da coligação;
 - f) Falta da identificação dos contrainteresados;
 - g) Ilegalidade da cumulação de pretensões;
 - h) Caducidade do direito de ação;
 - i) Litispendência e caso julgado.
2. A absolvição da instância sem prévia emissão de despacho de aperfeiçoamento não impede o autor de, no prazo de 15 dias contado da notificação da decisão, apresentar nova petição, com observância das prescrições em falta, a qual se considera apresentada na data em que o tinha sido a primeira, para efeitos da tempestividade da sua apresentação.
 3. O disposto no número anterior é designadamente aplicável quando o pedido formulado em processo impugnatório não tenha sido o adequado, por erro na qualificação do ato jurídico impugnado como norma ou como ato administrativo ou na identificação do ato impugnável.
 4. Nos casos previstos nos números anteriores, é aplicável o disposto no n.º 4 do artigo anterior.

Artigo 90.º

Instrução do processo

1. No caso de não poder conhecer do mérito da causa no despacho saneador, o juiz ou relator pode ordenar as diligências de prova que considere necessárias para o apuramento da verdade.
2. O juiz ou relator pode indeferir, mediante despacho fundamentado, requerimentos dirigidos à produção de prova sobre certos factos ou recusar a utilização de certos meios de prova quando o considere claramente desnecessário, sendo, quanto ao mais, aplicável o disposto na lei processual civil no que se refere à produção de prova.
3. Quando tenham sido cumulados pedidos dirigidos à condenação da Administração à prática de atos ou à realização de prestações, fundados no reconhecimento da ilegalidade da ação ou da omissão a que se refira o pedido principal, o tribunal pode determinar que a instrução respeitante a esses pedidos seja diferida para momento posterior ao da eventual instrução a realizar para esclarecer as questões respeitantes ao pedido principal, ou mesmo para momento subsequente ao da apresentação das alegações, quando esta tenha lugar.
4. No caso previsto no número anterior, a instrução respeitante aos demais pedidos pode vir a ser dispensada se o tribunal, entretanto, concluir pela improcedência do pedido principal.

Artigo 91.^o

Discussão da matéria de facto e alegações facultativas

1. Finda a produção de prova, quando tenha lugar, pode o juiz ou relator, sempre que a complexidade da matéria o justifique, ordenar oficiosamente a realização de uma audiência pública destinada à discussão oral da matéria de facto.
2. A audiência pública a que se refere o número anterior pode ter também lugar a requerimento de qualquer das partes, podendo, no entanto, o juiz recusar a sua realização, mediante despacho fundamentado, quando entenda que ela não se justifica por a matéria de facto, documentalmente fixada, não ser controvertida.
3. Quando a audiência pública se realize por iniciativa das partes, nela são também deduzidas, por forma oral, as alegações sobre a matéria de direito.
4. Quando não se verifique a situação prevista no número anterior e as partes não tenham renunciado à apresentação de alegações escritas, são notificados o autor, pelo prazo de 20 dias, e depois, simultaneamente, a entidade demandada e os contrainteressados, por igual prazo, para, querendo, as apresentarem.
5. Nas alegações pode o autor invocar novos fundamentos do pedido, de conhecimento superveniente, ou restringi-los expressamente e deve formular conclusões.
6. O autor também pode ampliar o pedido nas alegações, nos termos em que, neste Código, é admitida a modificação objetiva da instância.

SECÇÃO III JULGAMENTO

Artigo 92.^o

Conclusão ao relator e vista aos juízes-adjuntos

1. Concluso o processo ao relator, quando não deva ser julgado por juiz singular, tem lugar a vista simultânea aos juízes-adjuntos, que, no caso de evidente simplicidade da causa, pode ser dispensada pelo relator.
2. Para efeitos do disposto no número anterior, é fornecida a cada juiz-adjunto cópia das peças processuais que relevem para o conhecimento do objeto da causa, permanecendo o processo depositado, para consulta, na secretaria do tribunal.

Artigo 93.^o

Julgamento em formação alargada e reenvio prejudicial para o Supremo Tribunal Administrativo

1. Quando à apreciação de um tribunal administrativo de círculo se coloque uma questão de direito nova que suscite dificuldades sérias e possa

vir a ser suscitada noutros litígios, pode o respetivo presidente determinar que no julgamento intervenham todos os juízes do tribunal, sendo o quórum de dois terços, ou, em alternativa, proceder ao reenvio prejudicial para o Supremo Tribunal Administrativo, para que este emita pronúncia vinculativa sobre a questão no prazo de três meses.

2. Determinada a realização de julgamento com a intervenção de todos os juízes do tribunal, nos termos previstos no número anterior, o relator determina a extração de cópia das peças processuais que relevem para o conhecimento do objeto da causa, as quais são entregues a cada um dos juízes que devam intervir no julgamento, permanecendo o processo depositado, para consulta, na secretaria do tribunal.
3. O reenvio prejudicial previsto no n.º 1 não tem lugar em processos urgentes e implica a remessa dos articulados produzidos, podendo a apreciação da questão ser liminarmente recusada, a título definitivo, quando uma formação constituída por três juízes de entre os mais antigos da secção de contencioso administrativo do Supremo Tribunal Administrativo considere que não se encontram preenchidos os pressupostos do reenvio ou que a escassa relevância da questão não justifica a emissão de uma pronúncia.
4. A pronúncia emitida pelo Supremo Tribunal Administrativo no âmbito do reenvio prejudicial não o vincula relativamente a novas pronúncias que, em sede de reenvio ou em via de recurso, venha a emitir no futuro sobre a mesma matéria.

Artigo 94.º

Conteúdo da sentença ou acórdão

1. A sentença ou acórdão começa com a identificação das partes e do objeto do processo e com a fixação das questões de mérito que ao tribunal cumpra solucionar, ao que se segue a apresentação dos fundamentos e a decisão final.
2. Os fundamentos podem ser formulados sob a forma de considerandos, devendo discriminar os factos provados e indicar, interpretar e aplicar as normas jurídicas correspondentes.
3. Quando o juiz ou relator considere que a questão de direito a resolver é simples, designadamente por já ter sido apreciada por tribunal, de modo uniforme e reiterado, ou que a pretensão é manifestamente infundada, a fundamentação da decisão pode ser sumária, podendo consistir na simples remissão para decisão precedente, de que se junte cópia.

Artigo 95.º

Objeto e limites da decisão

1. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, o tribunal deve decidir, na sentença ou acórdão, todas as questões que as partes tenham

- submetido à sua apreciação, excetuadas aquelas cuja decisão esteja prejudicada pela solução dada a outras, e não pode ocupar-se senão das questões suscitadas, salvo quando a lei lhe permita ou imponha o conhecimento oficioso de outras.
2. Nos processos impugnatórios, o tribunal deve pronunciar-se sobre todas as causas de invalidade que tenham sido invocadas contra o ato impugnado, exceto quando não possa dispor dos elementos indispensáveis para o efeito, assim como deve identificar a existência de causas de invalidade diversas das que tenham sido alegadas, ouvidas as partes para alegações complementares pelo prazo comum de 10 dias, quando o exija o respeito pelo princípio do contraditório.
 3. Quando, com o pedido de anulação ou de declaração de nulidade ou inexistência de um ato administrativo, tenha sido cumulado pedido de condenação da Administração à adoção dos atos e operações necessários para reconstituir a situação que existiria se o ato impugnado não tivesse sido praticado, mas a adoção da conduta devida envolva a formulação de valorações próprias do exercício da função administrativa, sem que a apreciação do caso concreto permita identificar apenas uma atuação como legalmente possível, o tribunal não pode determinar o conteúdo da conduta a adotar, mas deve explicitar as vinculações a observar pela Administração.
 4. Quando, na hipótese prevista no número anterior, o quadro normativo permita ao tribunal especificar o conteúdo dos atos e operações a adotar para remover a situação diretamente criada pelo ato impugnado, mas do processo não resultem elementos de facto suficientes para proceder a essa especificação, o tribunal notifica a Administração para apresentar, no prazo de 20 dias, proposta fundamentada sobre a matéria, ouvindo em seguida os demais intervenientes no processo.
 5. Na hipótese prevista no número anterior, o tribunal pode ordenar ainda as diligências que considere necessárias, após o que se segue a abertura de vista simultânea aos juízes-adjuntos, quando se trate de tribunal colegial, sendo proferida a decisão final.
 6. Quando, tendo sido formulado pedido de indemnização por danos, do processo não resultem os elementos necessários à liquidação do montante da indemnização devida, terá lugar uma fase complementar de audição das partes, por 10 dias cada, e eventual realização de diligências complementares, destinada a permitir essa liquidação.

Artigo 96.º

Diferimento do acórdão

Quando não possa ser lavrado acórdão na sessão em que seja julgado o processo, o resultado é anotado, datado e assinado pelos juízes vencedores e vencidos e o juiz que tire o acórdão fica com o processo para lavrar a

decisão respetiva que, sem embargo de o resultado ser logo publicado, será lida em conferência na sessão seguinte e aí datada e assinada pelos juizes que nela tenham intervindo, se estiverem presentes.

TÍTULO IV DOS PROCESSOS URGENTES

CAPÍTULO I DAS IMPUGNAÇÕES URGENTES

SECÇÃO I CONTENCIOSO ELEITORAL

Artigo 97.º

Âmbito

1. A impugnação de atos administrativos em matéria eleitoral cuja apreciação seja atribuída à jurisdição administrativa rege-se pelo disposto na presente secção e, subsidiariamente, pelo disposto na secção I do capítulo II do título III.
2. O processo de contencioso eleitoral é urgente e de plena jurisdição.

Artigo 98.º

Pressupostos

1. Os processos do contencioso eleitoral podem ser intentados por quem, na eleição em causa, seja eleitor ou elegível ou, quanto à omissão nos cadernos ou listas eleitorais, também pelas pessoas cuja inscrição haja sido omitida.
2. Na falta de disposição especial, o prazo de propositura de ação é de sete dias a contar da data em que seja possível o conhecimento do ato ou da omissão.
3. Os atos anteriores ao ato eleitoral não podem ser objeto da impugnação autónoma, salvo os relativos à exclusão ou omissão de eleitores ou elegíveis nos cadernos ou listas eleitorais.

Artigo 99.º

Tramitação

1. Os processos de contencioso eleitoral obedecem à tramitação estabelecida no capítulo III do título III, salvo o preceituado nos números seguintes.
2. Só são admissíveis alegações no caso de ser requerida ou produzida prova com a contestação.

3. Os prazos a observar são os seguintes:
 - a) Cinco dias para a contestação e para as alegações;
 - b) Cinco dias para a decisão do juiz ou relator, ou para este submeter o processo a julgamento;
 - c) Três dias para os restantes casos.
4. Nos processos da competência de tribunal superior são extraídas cópias das peças oferecidas pelos intervenientes, em número igual ao dos juízes-adjuntos, para serem desde logo entregues a estes, por termo nos autos ou por protocolo.
5. No caso previsto no número anterior, quando o processo não seja decidido pelo relator, é julgado, independentemente de vistos, na primeira sessão que tenha lugar após o despacho referido na alínea b) do n.º 3. *(Redação da Lei n.º 4-A/2003, de 19 de fevereiro.)*

SECÇÃO II

CONTENCIOSO PRÉ-CONTRATUAL

Artigo 100.º

Âmbito

1. A impugnação de atos administrativos relativos à formação de contratos de empreitada e concessão de obras públicas, de prestação de serviços e de fornecimento de bens rege-se pelo disposto na presente secção e, subsidiariamente, pelo disposto na secção I do capítulo II do título III.
2. Também são suscetíveis de impugnação direta, ao abrigo do disposto na presente secção, o programa, o caderno de encargos ou qualquer outro documento conformador do procedimento de formação dos contratos mencionados no número anterior, designadamente com fundamento na ilegalidade das especificações técnicas, económicas ou financeiras que constem desses documentos.
3. Para os efeitos do disposto na presente secção, são equiparados a atos administrativos os atos dirigidos à celebração de contratos do tipo previsto no n.º 1 que sejam praticados por sujeitos privados, no âmbito de um procedimento pré-contratual de direito público. *(Redação da Lei n.º 4-A/2003, de 19 de fevereiro.)*

Artigo 101.º

Prazo

Os processos do contencioso pré-contratual têm carácter urgente e devem ser intentados no prazo de um mês a contar da notificação dos interessados ou, não havendo lugar a notificação, da data do conhecimento do ato.

Artigo 102.º

Tramitação

1. Os processos do contencioso pré-contratual obedecem à tramitação estabelecida no capítulo III do título III, salvo o preceituado nos números seguintes.
2. Só são admissíveis alegações no caso de ser requerida ou produzida prova com a contestação.
3. Os prazos a observar são os seguintes:
 - a) 20 dias para a contestação e para as alegações, quando estas tenham lugar;
 - b) 10 dias para a decisão do juiz ou relator, ou para este submeter o processo a julgamento;
 - c) 5 dias para os restantes casos.
4. O objeto do processo pode ser ampliado à impugnação do contrato, segundo o disposto no artigo 63.º
5. Se, na pendência do processo, se verificar que à satisfação dos interesses do autor obsta a existência de uma situação de impossibilidade absoluta, o tribunal não profere a sentença requerida mas convida as partes a acordarem, no prazo de 20 dias, no montante da indemnização a que o autor tem direito, seguindo-se os trâmites previstos no artigo 45.º

Artigo 103.º

Audiência pública

Quando o considere aconselhável ao mais rápido esclarecimento da questão, o tribunal pode, oficiosamente ou a requerimento de qualquer das partes, optar pela realização de uma audiência pública sobre a matéria de facto e de direito, em que as alegações finais serão proferidas por forma oral e no termo da qual é imediatamente ditada a sentença.

CAPÍTULO II DAS INTIMAÇÕES

SECÇÃO I INTIMAÇÃO PARA A PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES, CONSULTA DE PROCESSOS OU PASSAGEM DE CERTIDÕES

Artigo 104.º

Pressupostos

1. Quando não seja dada integral satisfação aos pedidos formulados no exercício do direito à informação procedimental ou do direito de acesso

aos arquivos e registos administrativos, o interessado pode requerer a intimação da entidade administrativa competente, nos termos e com os efeitos previstos na presente secção.

2. O pedido de intimação é igualmente aplicável nas situações previstas no n.º 2 do artigo 60.º e pode ser utilizado pelo Ministério Público para o efeito do exercício da ação pública.

Artigo 105.º

Prazo

A intimação deve ser requerida ao tribunal competente no prazo de 20 dias, que se inicia com a verificação de qualquer dos seguintes factos:

- a) Decurso do prazo legalmente estabelecido, sem que a entidade requerida satisfaça o pedido que lhe foi dirigido;
- b) Indeferimento do pedido;
- c) Satisfação parcial do pedido.

Artigo 106.º

Efeito interruptivo do prazo de impugnação

1. O efeito interruptivo do prazo de impugnação que decorre da apresentação dos pedidos de informação, consulta de documentos ou passagem de certidão, quando efetuados ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 60.º, mantém-se se o interessado requerer a intimação judicial e cessa com:
 - a) O cumprimento da decisão que defira o pedido de intimação ou com o trânsito em julgado da que o indefira;
 - b) O trânsito em julgado da decisão que extinga a instância por satisfação do requerido na pendência do pedido de intimação.
2. Não se verifica o efeito interruptivo quando o tribunal competente para conhecer do meio contencioso que venha a ser utilizado pelo requerente considere que o pedido constituiu expediente manifestamente dilatório ou foi injustificado, por ser claramente desnecessário para permitir o uso dos meios administrativos ou contenciosos.

Artigo 107.º

Tramitação

1. Apresentado o requerimento, o juiz ordena a citação da autoridade requerida para responder no prazo de 10 dias.
2. Apresentada a resposta ou decorrido o respetivo prazo e concluídas as diligências que se mostrem necessárias, o juiz profere decisão.

Artigo 108.º**Decisão**

1. Se der provimento ao processo, o juiz determina o prazo em que a intimação deve ser cumprida e que não pode ultrapassar os 10 dias.
2. Se houver incumprimento da intimação sem justificação aceitável, deve o juiz determinar a aplicação de sanções pecuniárias compulsórias, nos termos do artigo 169.º, sem prejuízo do apuramento da responsabilidade civil, disciplinar e criminal a que haja lugar, segundo o disposto no artigo 159.º

SECÇÃO II

INTIMAÇÃO PARA PROTEÇÃO DE DIREITOS,
LIBERDADES E GARANTIAS**Artigo 109.º****Pressupostos**

1. A intimação para proteção de direitos, liberdades e garantias pode ser requerida quando a célere emissão de uma decisão de mérito que imponha à Administração a adoção de uma conduta positiva ou negativa se revele indispensável para assegurar o exercício, em tempo útil, de um direito, liberdade ou garantia, por não ser possível ou suficiente, nas circunstâncias do caso, o decretamento provisório de uma providência cautelar, segundo o disposto no artigo 131.º
2. A intimação também pode ser dirigida contra particulares, designadamente concessionários, nomeadamente para suprir a omissão, por parte da Administração, das providências adequadas a prevenir ou reprimir condutas lesivas dos direitos, liberdades e garantias do interessado.
3. Quando, nas circunstâncias enunciadas no n.º 1, o interessado pretenda a emissão de um ato administrativo estritamente vinculado, designadamente de execução de um ato administrativo já praticado, o tribunal emite sentença que produza os efeitos do ato devido.

Artigo 110.º**Tramitação**

1. Apresentado o requerimento, com duplicado, o juiz ordena a notificação do requerido, com remessa do duplicado, para responder no prazo de sete dias.
2. Concluídas as diligências que se mostrem necessárias, cabe ao juiz decidir no prazo de cinco dias.

3. Quando a complexidade da matéria o justifique, pode o juiz determinar que o processo siga a tramitação estabelecida no capítulo III do título III, sendo, nesse caso, os prazos reduzidos a metade.
4. Na decisão, o juiz determina o comportamento concreto a que o destinatário é intimado e, sendo caso disso, o prazo para o cumprimento e o responsável pelo mesmo.
5. O incumprimento da intimação sujeita o particular ou o titular do órgão ao pagamento de sanção pecuniária compulsória, a fixar pelo juiz na decisão de intimação ou em despacho posterior, segundo o disposto no artigo 169.º, sem prejuízo do apuramento da responsabilidade civil, disciplinar e criminal a que haja lugar.

Artigo 111.º

Situações de especial urgência

1. Em situações de especial urgência, em que a petição permita reconhecer a possibilidade de lesão iminente e irreversível do direito, liberdade ou garantia, o juiz pode encurtar o prazo fixado no n.º 1 do artigo anterior ou optar pela realização, no prazo de quarenta e oito horas, de uma audiência oral, no termo da qual decidirá de imediato.
2. Quando as circunstâncias o imponham, a audiência do requerido pode ser realizada por qualquer meio de comunicação que se revele adequado.
3. A notificação da decisão é feita de imediato a quem a deva cumprir, nos termos gerais aplicáveis aos processos urgentes.

TÍTULO V

DOS PROCESSOS CAUTELARES

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES COMUNS

Artigo 112.º

Providências cautelares

1. Quem possua legitimidade para intentar um processo junto dos tribunais administrativos pode solicitar a adoção da providência ou das providências cautelares, antecipatórias ou conservatórias, que se mostrem adequadas a assegurar a utilidade da sentença a proferir nesse processo.
2. Além das providências especificadas no Código de Processo Civil, com as adaptações que se justifiquem, nos casos em que se revelem adequadas, as providências cautelares a adotar podem consistir designadamente na:
 - a) Suspensão da eficácia de um ato administrativo ou de uma norma;
 - b) Admissão provisória em concursos e exames;

- c) Atribuição provisória da disponibilidade de um bem;
- d) Autorização provisória ao interessado para iniciar ou prosseguir uma atividade ou adotar uma conduta;
- e) Regulação provisória de uma situação jurídica, designadamente através da imposição à Administração do pagamento de uma quantia por conta de prestações alegadamente devidas ou a título de reparação provisória;
- f) Intimação para a adoção ou abstenção de uma conduta por parte da Administração ou de um particular, designadamente um concessionário, por alegada violação ou fundado receio de violação de normas de direito administrativo.

Artigo 113.º

Relação com a causa principal

1. O processo cautelar depende da causa que tem por objeto a decisão sobre o mérito, podendo ser intentado como preliminar ou como incidente do processo respetivo.
2. O processo cautelar é um processo urgente e tem tramitação autónoma em relação ao processo principal, sendo apensado a este.
3. Quando requerida a adoção de providências antes de proposta a causa principal, o processo é apensado aos autos logo que aquela seja intentada.

Artigo 114.º

Momento e forma do pedido

1. A adoção de uma ou mais providências cautelares é solicitada em requerimento próprio, apresentado:
 - a) Previamente à instauração do processo principal;
 - b) Juntamente com a petição inicial do processo principal;
 - c) Na pendência do processo principal.
2. O requerimento é apresentado no tribunal competente para julgar o processo principal.
3. No requerimento, deve o requerente:
 - a) Indicar o tribunal a que o requerimento é dirigido;
 - b) Indicar o seu nome e residência ou sede;
 - c) Identificar a entidade demandada;
 - d) Identificar os contrainteresados a quem a adoção da providência cautelar possa diretamente prejudicar;
 - e) Indicar a ação de que o processo depende ou irá depender;
 - f) Indicar a providência ou as providências que pretende ver adotadas;
 - g) Especificar, de forma articulada, os fundamentos do pedido, oferecendo prova sumária da respetiva existência;
 - h) Quando for o caso, fazer prova do ato ou norma cuja suspensão pretende e da sua notificação ou publicação;

- i) Identificar o processo principal, quando o requerimento seja apresentado na sua pendência.
- 4. Na falta da indicação de qualquer dos elementos enunciados no número anterior, o interessado é notificado para suprir a falta no prazo de cinco dias.
- 5. A falta da designação do tribunal a que o requerimento é dirigido deve ser oficiosamente suprida, com remessa para o tribunal competente, quando não seja o próprio.

Artigo 115.º

Contrainteressados

- 1. Se o interessado não conhecer a identidade e residência dos contrainteressados, pode requerer previamente certidão de que constem aqueles elementos de identificação.
- 2. A certidão a que se refere o número anterior deve ser passada no prazo de vinte e quatro horas pela autoridade requerida.
- 3. Se a certidão não for passada, o interessado junta prova de que a requereu e indica a identidade e residência dos contrainteressados que conheça.
- 4. No caso previsto no número anterior, quando não haja fundamento para rejeição, o juiz ou relator, no prazo de dois dias, intima a autoridade requerida a remeter, também no prazo de dois dias, a certidão pedida, fixando sanção pecuniária compulsória, segundo o disposto no artigo 169.º
- 5. A falta de remessa da certidão sem justificação adequada é constitutiva de responsabilidade, nos termos previstos no artigo 159.º

Artigo 116.º

Despacho liminar

- 1. Sobre o requerimento do interessado recai despacho de admissão ou rejeição.
- 2. Constituem fundamento de rejeição:
 - a) A falta de qualquer dos requisitos indicados no n.º 3 do artigo 114.º que não seja suprida na sequência de notificação para o efeito;
 - b) A manifesta ilegitimidade do requerente;
 - c) A manifesta ilegitimidade da entidade requerida;
 - d) A manifesta ilegalidade da pretensão formulada.
- 3. A rejeição com os fundamentos indicados nas alíneas a) e c) do número anterior não obsta à possibilidade de apresentação de novo requerimento.
- 4. A rejeição com os fundamentos indicados nas alíneas b) e d) do n.º 2 não obsta à possibilidade de apresentação de novo requerimento com fundamentos diferentes ou supervenientes em relação aos invocados no requerimento anterior.

Artigo 117.º

Citação dos contrainteressados

1. Não havendo fundamento para rejeição, o requerimento é admitido, sendo citados para deduzir oposição a entidade requerida e os contrainteressados, se os houver, no prazo de 10 dias.
2. Quando se verifique a situação prevista no n.º 1 do artigo 115.º, a secretaria só expede as citações após a resposta da autoridade requerida ou após o termo do prazo respetivo.
3. A secretaria cita os contrainteressados indicados pelo requerente e, relativamente aos incertos ou de residência desconhecida, emite anúncios que o requerente deva fazer publicar em dois jornais diários de circulação nacional ou local, dependendo do âmbito da matéria em causa, convidando-os a intervir até ao limite do prazo do n.º 6.
4. No caso previsto no número anterior, quando a pretensão esteja relacionada com a impugnação de um ato a que tenha sido dado certo tipo de publicidade, a mesma é também utilizada para o anúncio.
5. Se a providência cautelar for requerida como incidente em processo já intentado e a entidade requerida e os contrainteressados já tiverem sido citados no processo principal, são chamados por mera notificação.
6. Qualquer interessado que não tenha recebido a citação só pode intervir no processo até à conclusão ao juiz ou relator para decisão.

Artigo 118.º

Produção de prova

1. Na falta de oposição, presumem-se verdadeiros os factos invocados pelo requerente.
2. Nas contestações, a entidade requerida e os contrainteressados podem oferecer meios de prova.
3. Juntas as contestações ou decorrido o respetivo prazo, o processo é concluso ao juiz, que pode ordenar as diligências de prova que considere necessárias.
4. As testemunhas oferecidas são apresentadas pelas partes no dia e no local designados para a inquirição, não havendo adiamento por falta das testemunhas ou dos mandatários.

Artigo 119.º

Prazo para a decisão

1. O juiz ou relator profere decisão no prazo de cinco dias contado da data da apresentação da última contestação ou do decurso do respetivo prazo, ou da produção de prova, quando esta tenha tido lugar.

2. O relator pode submeter o julgamento da providência à apreciação da conferência, quando a complexidade da matéria o justifique.
3. O presidente do tribunal de círculo pode determinar, por proposta do juiz do processo, que a questão seja decidida em conferência de três juízes.

Artigo 120.^o

Crítérios de decisão

1. Sem prejuízo do disposto nos números seguintes, as providências cautelares são adotadas:
 - a) Quando seja evidente a procedência da pretensão formulada ou a formular no processo principal, designadamente por estar em causa a impugnação de ato manifestamente ilegal, de ato de aplicação de norma já anteriormente anulada ou de ato idêntico a outro já anteriormente anulado ou declarado nulo ou inexistente;
 - b) Quando, estando em causa a adoção de uma providência conservatória, haja fundado receio da constituição de uma situação de facto consumado ou da produção de prejuízos de difícil reparação para os interesses que o requerente visa assegurar no processo principal e não seja manifesta a falta de fundamento da pretensão formulada ou a formular nesse processo ou a existência de circunstâncias que obstem ao seu conhecimento de mérito;
 - c) Quando, estando em causa a adoção de uma providência antecipatória, haja fundado receio da constituição de uma situação de facto consumado ou da produção de prejuízos de difícil reparação para os interesses que o requerente pretende ver reconhecidos no processo principal e seja provável que a pretensão formulada ou a formular nesse processo venha a ser julgada procedente.
2. Nas situações previstas nas alíneas b) e c) do número anterior, a adoção da providência ou das providências será recusada quando, devidamente ponderados os interesses públicos e privados, em presença, os danos que resultariam da sua concessão se mostrem superiores àqueles que podem resultar da sua recusa, sem que possam ser evitados ou atenuados pela adoção de outras providências.
3. As providências cautelares a adotar devem limitar-se ao necessário para evitar a lesão dos interesses defendidos pelo requerente, podendo o tribunal, ouvidas as partes, adotar outra ou outras providências, em cumulação ou em substituição daquela ou daquelas que tenham sido concretamente requeridas, quando tal se revele adequado a evitar a lesão desses interesses e seja menos gravoso para os demais interesses, públicos ou privados, em presença.
4. Se os potenciais prejuízos para os interesses, públicos ou privados, em conflito com os do requerente forem integralmente reparáveis

mediante indenização pecuniária, o tribunal pode, para efeitos do disposto no número anterior, impor ao requerente a prestação de garantia por uma das formas previstas na lei tributária.

5. Na falta de contestação da autoridade requerida ou da alegação de que a adoção das providências cautelares pedidas prejudica o interesse público, o tribunal julga verificada a inexistência de tal lesão, salvo quando esta seja manifesta ou ostensiva.
6. Quando no processo principal esteja apenas em causa o pagamento da quantia certa, sem natureza sancionatória, as providências cautelares são adotadas, independentemente da verificação dos requisitos previstos no n.º 1, se tiver sido prestada garantia por uma das formas previstas na lei tributária.

(Redação da Lei n.º 4-A/2003, de 19 de fevereiro.)

Artigo 121.º

Decisão da causa principal

1. Quando a manifesta urgência na resolução definitiva do caso, atendendo à natureza das questões e à gravidade dos interesses envolvidos, permita concluir que a situação não se compadece com a adoção de uma simples providência cautelar e tenham sido trazidos ao processo todos os elementos necessários para o efeito, o tribunal pode, ouvidas as partes pelo prazo de 10 dias, antecipar o juízo sobre a causa principal.
2. A decisão de antecipar o juízo sobre a causa principal é passível de impugnação nos termos gerais.

Artigo 122.º

Efeitos da decisão

1. A decisão sobre a adoção de providências cautelares é urgentemente notificada à autoridade requerida, para cumprimento imediato.
2. As providências cautelares podem ser sujeitas a termo ou condição.
3. Na falta de determinação em contrário, as providências cautelares subsistem até caducarem ou até que seja proferida decisão sobre a sua alteração ou revogação.

Artigo 123.º

Caducidade das providências

1. As providências cautelares caducam nos seguintes casos:
 - a) Se o requerente não fizer uso, no respetivo prazo, do meio contencioso adequado à tutela dos interesses a que o pedido de adoção de providência cautelar se destinou;

- b) Se, tendo o requerente feito uso desses meios, o correspondente processo estiver parado durante mais de três meses por negligência sua em promover os respetivos termos ou de algum incidente de que dependa o andamento do processo;
 - c) Se, no processo utilizado nos termos da alínea a), for proferida decisão desfavorável à pretensão do requerente que não seja impugnada dentro do prazo legal ou não seja suscetível de impugnação;
 - d) Se esse processo findar por extinção da instância e o requerente não intentar novo processo, nos casos em que a lei o permita, dentro do prazo fixado para o efeito;
 - e) Se se extinguir o direito ou interesse a cuja tutela a providência se destina;
 - f) Quando se verifique o trânsito em julgado da decisão que ponha termo ao processo principal, no caso de ser desfavorável ao requerente;
 - g) Se for executada decisão que ponha termo ao processo principal, em sentido favorável ao requerente.
2. Quando a tutela dos interesses a que a providência cautelar se destina seja assegurada, por via contenciosa não sujeita a prazo, deve o requerente, para efeitos da alínea a) do número anterior, usar essa via no prazo de três meses contado desde o trânsito em julgado da decisão.
 3. A caducidade da providência cautelar é declarada pelo tribunal, oficiosamente ou a pedido fundamentado de qualquer interessado, com audição das partes.
 4. Apresentado o requerimento, o juiz ordena a notificação do requerente da providência para responder no prazo de sete dias.
 5. Concluídas as diligências que se mostrem necessárias, o juiz decide sobre o pedido no prazo de cinco dias.

Artigo 124.º

Alteração e revogação das providências

1. A decisão tomada no sentido de adotar ou recusar a adoção de providências cautelares pode ser revogada, alterada ou substituída na pendência da causa principal, por iniciativa do próprio tribunal ou a requerimento de qualquer dos interessados ou do Ministério Público, quando tenha sido este o requerente, com fundamento na alteração das circunstâncias inicialmente existentes.
2. À situação prevista no número anterior é aplicável, com as devidas adaptações, o preceituado nos n.ºs 3 a 5 do artigo anterior.

3. É, designadamente, relevante, para os efeitos do disposto no n.º 1, a eventual improcedência da causa principal, decidida por sentença de que tenha sido interposto recurso com efeito suspensivo.

Artigo 125.º

Notificação e publicação

1. A alteração e a revogação das providências cautelares, bem como a declaração da respetiva caducidade, são imediatamente notificadas ao requerente, à entidade requerida e aos contrainteressados.
2. A adoção de providências cautelares que se refiram à vigência de normas ou à eficácia de atos administrativos que afetem uma pluralidade de pessoas é publicada nos termos previstos para as decisões finais de provimento dos respetivos processos impugnatórios.

Artigo 126.º

Indemnização

1. O requerente responde pelos danos que, com dolo ou negligência grosseira, tenha causado ao requerido e aos contrainteressados.
2. Quando as providências cessem por causa diferente da execução de decisão do processo principal favorável ao requerente, a Administração ou os terceiros lesados pela sua adoção podem solicitar a indemnização que lhes seja devida ao abrigo do disposto no número anterior, no prazo de um ano a contar da notificação prevista no n.º 1 do artigo anterior.
3. Decorrido o prazo referido no número anterior sem que tenha sido pedida qualquer indemnização, é autorizado o levantamento da garantia, quando exista.

Artigo 127.º

Garantia da providência

1. A pronúncia judicial que decrete uma providência cautelar pode ser objeto de execução forçada pelas formas previstas neste Código para o processo executivo.
2. Quando a providência decretada exija da Administração a adoção de providências infungíveis, de conteúdo positivo ou negativo, o tribunal pode condenar de imediato o titular do órgão competente ao pagamento da sanção pecuniária compulsória que se mostre adequada a assegurar a efetividade da providência decretada, sendo, para o efeito, aplicável o disposto no artigo 169.º
3. Sem prejuízo do disposto no número anterior, os órgãos ou agentes que infringjam a providência cautelar decretada ficam sujeitos à responsabilidade prevista no artigo 159.º

CAPÍTULO II DISPOSIÇÕES PARTICULARES

Artigo 128.º

Proibição de executar o ato administrativo

1. Quando seja requerida a suspensão da eficácia de um ato administrativo, a autoridade administrativa, recebido o duplicado do requerimento, não pode iniciar ou prosseguir a execução, salvo se, mediante resolução fundamentada, reconhecer, no prazo de 15 dias, que o diferimento da execução seria gravemente prejudicial para o interesse público.
2. Sem prejuízo do previsto na parte final do número anterior, deve a autoridade que receba o duplicado impedir, com urgência, que os serviços competentes ou os interessados procedam ou continuem a proceder à execução do ato.
3. Considera-se indevida a execução quando falte a resolução prevista no n.º 1 ou o tribunal julgue improcedentes as razões em que aquela se fundamenta.
4. O interessado pode requerer ao tribunal onde penda o processo de suspensão da eficácia, até ao trânsito em julgado da sua decisão, a declaração de ineficácia dos atos de execução indevida.
5. O incidente é processado nos autos do processo de suspensão da eficácia.
6. Requerida a declaração de ineficácia dos atos de execução indevida, o juiz ou relator ouve os interessados no prazo de cinco dias, tomando de imediato a decisão.

(Redação da Lei n.º 4-A/2003, de 19 de fevereiro.)

Artigo 129.º

Suspensão da eficácia do ato já executado

A execução de um ato não obsta à suspensão da sua eficácia quando desta possa advir, para o requerente ou para os interesses que este defenda ou venha a defender, no processo principal, utilidade relevante no que toca aos efeitos que o ato ainda produza ou venha a produzir.

Artigo 130.º

Suspensão da eficácia de normas

1. O interessado na declaração da ilegalidade de norma emitida ao abrigo de disposições de direito administrativo cujos efeitos se produzam imediatamente, sem dependência de um ato administrativo ou jurisdicional de aplicação, pode requerer a suspensão da eficácia dessa norma, com efeitos circunscritos ao seu caso.

2. Pode pedir a suspensão, com alcance geral, dos efeitos de qualquer norma quem tenha deduzido ou se proponha deduzir pedido de declaração de ilegalidade dessa norma com força obrigatória geral.
3. Se o requerente não for o Ministério Público, o deferimento do pedido referido no número anterior depende da demonstração de que a aplicação da norma em causa foi recusada por qualquer tribunal, em três casos concretos, com fundamento na sua ilegalidade.
4. Aos casos previstos no presente artigo aplica-se, com as adaptações que forem necessárias, o disposto no capítulo I e nos dois artigos precedentes. *(Redação da Lei n.º 4-A/2003, de 19 de fevereiro.)*

Artigo 131.º

Decretamento provisório da providência

1. Quando a providência cautelar se destine a tutelar direitos, liberdades e garantias que de outro modo não possam ser exercidos em tempo útil ou quando entenda haver especial urgência, pode o interessado pedir o decretamento provisório da providência.
2. Uma vez distribuído, o processo é concluso ao juiz ou relator com a maior urgência.
3. Quando a petição permita reconhecer a possibilidade de lesão iminente e irreversível do direito, liberdade ou garantia invocado ou outra situação de especial urgência, o juiz ou relator pode, colhidos os elementos a que tenha acesso imediato e sem quaisquer outras formalidades ou diligências, decretar provisoriamente a providência requerida ou aquela que julgue mais adequada no prazo de quarenta e oito horas.
4. Quando as circunstâncias o imponham, a audição do requerido pode ser realizada por qualquer meio de comunicação que se revele adequado.
5. A decisão provisória não é suscetível de qualquer meio impugnatório.
6. Decretada a providência provisória, a decisão é notificada de imediato às autoridades que a devam cumprir, nos termos gerais para os atos urgentes, e é dado às partes o prazo de cinco dias para se pronunciarem sobre a possibilidade do levantamento, manutenção ou alteração da providência, sendo, em seguida, o processo concluso, por cinco dias, ao juiz ou relator, para proferir decisão confirmando ou alterando o decidido.

Artigo 132.º

Providências relativas a procedimentos de formação de contratos

1. Quando esteja em causa a anulação ou declaração de nulidade ou inexistência jurídica de atos administrativos relativos à formação de contratos, podem ser requeridas providências destinadas a corrigir a

ilegalidade ou a impedir que sejam causados outros danos aos interesses em presença, incluindo a suspensão do procedimento de formação do contrato.

2. Para os efeitos do disposto no número anterior, são equiparados a atos administrativos os atos praticados por sujeitos privados, no âmbito de procedimentos pré-contratuais de direito público.
3. Aplicam-se, neste domínio, as regras do capítulo anterior, com ressalva do disposto nos números seguintes.
4. O requerimento deve ser instruído com todos os elementos de prova.
5. A autoridade requerida e os contrainteressados dispõem do prazo de sete dias para responderem.
6. Sem prejuízo do disposto na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 120.º, a concessão da providência depende do juízo de probabilidade do tribunal quanto a saber se, ponderados os interesses suscetíveis de serem lesados, os danos que resultariam da adoção da providência são superiores aos prejuízos que podem resultar da sua não adoção, sem que tal lesão possa ser evitada ou atenuada pela adoção de outras providências.
7. Quando, logo no processo cautelar, o juiz considere demonstrada a ilegalidade de especificações contidas nos documentos do concurso que era invocada como fundamento do processo principal, pode determinar a sua correção, decidindo, desse modo, o fundo da causa, segundo o disposto no artigo 121.º

(Redação da Lei n.º 4-A/2003, de 19 de fevereiro.)

Artigo 133.º

Regulação provisória do pagamento de quantias

1. Quando o alegado incumprimento do dever de a Administração realizar prestações pecuniárias provoque uma situação de grave carência económica, pode o interessado requerer ao tribunal, a título de regulação provisória, e sem necessidade da prestação de garantia, a intimação da entidade competente a prestar as quantias indispensáveis a evitar a situação de carência.
2. A regulação provisória é decretada quando:
 - a) Esteja adequadamente comprovada a situação de grave carência económica;
 - b) Seja de prever que o prolongamento dessa situação possa acarretar consequências graves e dificilmente reparáveis;
 - c) Seja provável que a pretensão formulada ou a formular nesse processo venha a ser julgada procedente.
3. As quantias percebidas não podem exceder as que resultariam do reconhecimento dos direitos invocados pelo requerente, considerando-se

o respetivo processamento como feito por conta das prestações alegadamente devidas em função das prestações não realizadas.

Artigo 134.º

Produção antecipada de prova

1. Havendo justo receio de vir a tornar-se impossível ou muito difícil o depoimento de certas pessoas ou a verificação de certos factos por meio de prova pericial ou por inspeção, pode o depoimento, o arbitramento ou a inspeção realizar-se antes de intentado o processo.
2. O requerimento, a apresentar com tantos duplicados quantas as pessoas a citar ou notificar, deve justificar sumariamente a necessidade da antecipação de prova, mencionar com precisão os factos sobre que esta há de recair, especificar os meios de prova a produzir, identificar as pessoas que hão de ser ouvidas, se for caso disso, e indicar, com a possível concretização, o pedido e os fundamentos da causa a propor, bem como a pessoa ou o órgão em relação aos quais se pretende fazer uso da prova.
3. A pessoa ou o órgão referido é notificado para intervir nos atos de preparação e produção de prova ou para deduzir oposição no prazo de três dias.
4. Quando a notificação não possa ser feita a tempo de, com grande probabilidade, se realizar a diligência requerida, a pessoa ou o órgão são notificados da realização da diligência, tendo a faculdade de requerer, no prazo de sete dias, a sua repetição, se esta for possível.
5. Se a causa principal vier a correr noutro tribunal, para aí é remetido o apenso, ficando o juiz da ação com exclusiva competência para os termos subseqüentes à remessa.
6. O disposto nos n.ºs 1 a 4 é aplicável, com as necessárias adaptações, aos pedidos de antecipação de prova em processo já intentado.

TÍTULO VI

DOS CONFLITOS DE COMPETÊNCIA JURISDICIONAL E DE ATRIBUIÇÕES

Artigo 135.º

Lei aplicável

1. Aos processos de conflito entre tribunais da jurisdição administrativa e fiscal ou entre órgãos administrativos é aplicável, com as necessárias

adaptações, o disposto na lei processual civil, salvo o preceituado nos artigos seguintes.

2. O processo impugnatório a que se refere a alínea *a)* do n.º 2 do artigo 42.º do Código do Procedimento Administrativo rege-se pelos preceitos próprios da ação administrativa especial, com as seguintes especialidades:
 - a) Os prazos são reduzidos a metade;
 - b) O autor do primeiro ato é chamado ao processo na fase da resposta da entidade demandada e no mesmo prazo para se pronunciar;
 - c) Só é admitida prova documental;
 - d) Não são admissíveis alegações;
 - e) Da sentença não cabe qualquer recurso.

Artigo 136.º

Pressupostos

A resolução dos conflitos pode ser requerida por qualquer interessado e pelo Ministério Público no prazo de um ano contado da data em que se torne inimpugnável a última das decisões.

Artigo 137.º

Resposta

Não há lugar a resposta do Supremo Tribunal Administrativo e do Tribunal Central Administrativo quando o conflito respeite à competência de qualquer das suas secções.

Artigo 138.º

Decisão provisória

Se da inação das autoridades em conflito puder resultar grave prejuízo, o relator designa a autoridade que deve exercer provisoriamente a competência em tudo o que seja urgente.

Artigo 139.º

Decisão

1. A decisão que resolva o conflito, além de especificar a autoridade ou tribunal competente, determina a invalidade do ato ou decisão da autoridade ou tribunal incompetente.
2. Quando razões de equidade ou de interesse público especialmente relevante o justifiquem, a decisão pode excluir os atos preparatórios da declaração de invalidade.

TÍTULO VII DOS RECURSOS JURISDICIONAIS

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 140.^o

Regime aplicável

Os recursos ordinários das decisões jurisdicionais proferidas pelos tribunais administrativos regem-se pelo disposto na lei processual civil, com as necessárias adaptações, e são processados como os recursos de agravo, sem prejuízo do estabelecido na presente lei e no Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais.

Artigo 141.^o

Legitimidade

1. Pode interpor recurso ordinário de uma decisão jurisdicional proferida por um tribunal administrativo quem nela tenha ficado vencido e o Ministério Público, se a decisão tiver sido proferida com violação de disposições ou princípios constitucionais ou legais.
2. Nos processos impugnatórios, considera-se designadamente vencido, para o efeito do disposto no número anterior, o autor que, tendo invocado várias causas de invalidade contra o mesmo ato administrativo, tenha decaído relativamente à verificação de alguma delas, na medida em que o reconhecimento, pelo tribunal de recurso, da existência dessa causa de invalidade impeça ou limite a possibilidade de renovação do ato anulado.
3. Ainda que um ato administrativo tenha sido anulado com fundamento na verificação de diferentes causas de invalidade, a sentença pode ser impugnada com base na inexistência de apenas uma dessas causas de invalidade, na medida em que do reconhecimento da inexistência dessa causa de invalidade dependa a possibilidade de o ato anulado vir a ser renovado.

Artigo 142.^o

Decisões que admitem recurso

1. O recurso das decisões que, em primeiro grau de jurisdição, tenham conhecido do mérito da causa é admitido nos processos de valor superior à alçada do tribunal do qual se recorre.

2. Para os efeitos do disposto no número anterior, consideram-se incluídas nas decisões sobre o mérito da causa as que, em sede executiva, declarem a existência de causa legítima de inexecução, pronunciem a invalidade de atos desconformes ou fixem indemnizações fundadas na existência de causa legítima de inexecução.
3. Para além dos casos previstos na lei processual civil, é sempre admissível recurso, seja qual for o valor da causa, das decisões:
 - a) De improcedência de pedidos de intimação para proteção de direitos, liberdades e garantias;
 - b) Proferidas em matéria sancionatória;
 - c) Proferidas contra jurisprudência uniformizada pelo Supremo Tribunal Administrativo;
 - d) Que ponham termo ao processo sem se pronunciarem sobre o mérito da causa.
4. O recurso de revista para o Supremo Tribunal Administrativo só é admissível nos casos e termos previstos no capítulo seguinte.
5. As decisões proferidas em despachos interlocutórios devem ser impugnadas no recurso que venha a ser interposto da decisão final, exceto nos casos de subida imediata previstos no Código de Processo Civil.

Artigo 143.º

Efeitos dos recursos

1. Salvo o disposto em lei especial, os recursos têm efeito suspensivo da decisão recorrida.
2. Os recursos interpostos de intimações para proteção de direitos, liberdades e garantias e de decisões respeitantes à adoção de providências cautelares têm efeito meramente devolutivo.
3. Quando a suspensão dos efeitos da sentença seja passível de originar situações de facto consumado ou a produção de prejuízos de difícil reparação para a parte vencedora ou para os interesses, públicos ou privados, por ela prosseguidos, pode ser requerido ao tribunal para o qual se recorre que ao recurso seja atribuído efeito meramente devolutivo.
4. Quando a atribuição de efeito meramente devolutivo ao recurso possa ser causadora de danos, o tribunal pode determinar a adoção de providências adequadas a evitar ou minorar esses danos e impor a prestação, pelo interessado, de garantia destinada a responder pelos mesmos.
5. A atribuição de efeito meramente devolutivo ao recurso é recusada quando os danos que dela resultariam se mostrem superiores àqueles que podem resultar da sua não atribuição, sem que a lesão possa ser evitada ou atenuada pela adoção de providências adequadas a evitar ou minorar esses danos.

(Redação da Lei n.º 4-A/2003, de 19 de fevereiro.)

Artigo 144.^o

Interposição de recurso e alegações

1. O prazo para a interposição de recurso é de 30 dias e conta-se a partir da notificação da decisão recorrida.
2. O recurso é interposto mediante requerimento que inclui ou junta a respetiva alegação e no qual são enunciados os vícios imputados à sentença.
3. Salvo o disposto no número seguinte, do despacho que não admita o recurso ou o retenha pode o recorrente reclamar para o presidente do tribunal que seria competente para dele conhecer, segundo o disposto na lei processual civil, com as necessárias adaptações.
4. Do despacho do relator que não receba o recurso interposto de decisão da secção de contencioso administrativo do Supremo Tribunal Administrativo para o pleno do mesmo Tribunal, ou o retenha, cabe reclamação para a conferência e da decisão desta não há recurso.

Artigo 145.^o

Notificação dos recorridos e subida do recurso

1. Recebido o requerimento, a secretaria promove oficiosamente a notificação do recorrido ou recorridos para alegarem no prazo de 30 dias.
2. Recebidas as contra-alegações ou expirado o prazo para a sua apresentação, o recurso sobe acompanhado de cópia impressa ou datilografada da decisão recorrida, ou do correspondente suporte informático.

Artigo 146.^o

Intervenção do Ministério Público, conclusão ao relator e aperfeiçoamento das alegações de recurso

1. Recebido o processo no tribunal de recurso e efetuada a distribuição, a secretaria notifica o Ministério Público, quando este não se encontre na posição de recorrente ou recorrido, para, querendo, se pronunciar, no prazo de 10 dias, sobre o mérito do recurso, em defesa dos direitos fundamentais dos cidadãos, de interesses públicos especialmente relevantes ou de algum dos valores ou bens referidos no n.º 2 do artigo 9.^o
2. No caso de o Ministério Público exercer a faculdade que lhe é conferida no número anterior, as partes são notificadas para responder no prazo de 10 dias.
3. Cumpridos os trâmites previstos nos números anteriores, os autos são conclusos ao relator, que ordena a notificação do recorrente para se pronunciar, no prazo de 10 dias, sobre as questões prévias de conhecimento oficioso ou que tenham sido suscitadas pelos recorridos.

4. Quando o recorrente, na alegação de recurso contra sentença proferida em processo impugnatório, se tenha limitado a reafirmar os vícios imputados ao ato impugnado, sem formular conclusões ou sem que delas seja possível deduzir quais os concretos aspetos de facto que considera incorretamente julgados ou as normas jurídicas que considera terem sido violadas pelo tribunal recorrido, o relator deve convidá-lo a apresentar, completar ou esclarecer as conclusões formuladas, no prazo de 10 dias, sob pena de não se conhecer do recurso na parte afetada.
5. No caso previsto no número anterior, a parte contrária é notificada da apresentação de aditamento ou esclarecimento pelo recorrente, podendo responder no prazo de 10 dias.

Artigo 147.º

Processos urgentes

1. Nos processos urgentes, os recursos são interpostos no prazo de 15 dias e sobem imediatamente, no processo principal ou no apenso em que a decisão tenha sido proferida, quando o processo esteja findo no tribunal recorrido, ou sobem em separado, no caso contrário.
2. Os prazos a observar durante o recurso são reduzidos a metade e o julgamento pelo tribunal superior tem lugar, com prioridade sobre os demais processos, na sessão imediata à conclusão do processo para decisão.

(Redação da Lei n.º 4-A/2003, de 19 de fevereiro.)

Artigo 148.º

Julgamento ampliado do recurso

1. O Presidente do Supremo Tribunal Administrativo ou o do Tribunal Central Administrativo podem determinar que no julgamento de um recurso intervenham todos os juizes da secção quando tal se revele necessário ou conveniente para assegurar a uniformidade da jurisprudência, sendo o quórum de dois terços.
2. O julgamento nas condições previstas no número anterior pode ser requerido pelas partes e deve ser proposto pelo relator ou pelos adjuntos, designadamente quando se verifique a possibilidade de vencimento de solução jurídica em oposição com jurisprudência anteriormente firmada no domínio da mesma legislação e sobre a mesma questão fundamental de direito.
3. Determinado o julgamento por todos os juizes da secção, nos termos previstos nos números anteriores, o relator determina a extração de cópia das peças processuais relevantes para o conhecimento do objeto do recurso, as quais são entregues a cada um dos juizes, permanecendo o processo, para consulta, na secretaria do tribunal.

4. O acórdão é publicado na 1.^a ou na 2.^a série do *Diário da República*, consoante seja proferido pelo Supremo Tribunal Administrativo ou pelo Tribunal Central Administrativo.

CAPÍTULO II RECURSOS ORDINÁRIOS

Artigo 149.º

Poderes do tribunal de apelação

1. Ainda que declare nula a sentença, o tribunal de recurso não deixa de decidir o objeto da causa, conhecendo do facto e do direito.
2. No caso de haver lugar à produção de prova em sede de recurso, é aplicável às diligências ordenadas, com as necessárias adaptações, o preceituado quanto à instrução, discussão, alegações e julgamento em primeira instância.
3. Se o tribunal recorrido tiver julgado do mérito da causa, mas deixado de conhecer de certas questões, designadamente por as considerar prejudicadas pela solução dada ao litígio, o tribunal superior, se entender que o recurso procede e que nada obsta à apreciação daquelas questões, conhece delas no mesmo acórdão em que revoga a decisão recorrida.
4. Se, por qualquer motivo, o tribunal recorrido não tiver conhecido do pedido, o tribunal de recurso, se julgar que o motivo não procede e que nenhum outro obsta a que se conheça do mérito da causa, conhece deste no mesmo acórdão em que revoga a decisão recorrida.
5. Nas situações previstas nos números anteriores, o relator, antes de ser proferida decisão, ouve cada uma das partes pelo prazo de 10 dias.

Artigo 150.º

Recurso de revista

1. Das decisões proferidas em segunda instância pelo Tribunal Central Administrativo pode haver, excecionalmente, revista para o Supremo Tribunal Administrativo quando esteja em causa a apreciação de uma questão que, pela sua relevância jurídica ou social, se revista de importância fundamental ou quando a admissão do recurso seja claramente necessária para uma melhor aplicação do direito.
2. A revista só pode ter como fundamento a violação de lei substantiva ou processual.
3. Aos factos materiais fixados pelo tribunal recorrido, o tribunal de revista aplica definitivamente o regime jurídico que julgue adequado.
4. O erro na apreciação das provas e na fixação dos factos materiais da causa não pode ser objeto de revista, salvo havendo ofensa de uma

disposição expressa de lei que exija certa espécie de prova para a existência do facto ou que fixe a força de determinado meio de prova.

5. A decisão quanto à questão de saber se, no caso concreto, se preenchem os pressupostos do n.º 1 compete ao Supremo Tribunal Administrativo, devendo ser objeto de apreciação preliminar sumária, a cargo de uma formação constituída por três juízes de entre os mais antigos da Secção de Contencioso Administrativo.

(Redação da Lei n.º 4-A/2003, de 19 de fevereiro.)

Artigo 151.º

Revista *per saltum* para o Supremo Tribunal Administrativo

1. Quando o valor da causa seja superior a 3 milhões de euros ou seja indeterminável e as partes, nas suas alegações, suscitem apenas questões de direito, o recurso interposto de decisão de mérito proferida por um tribunal administrativo de círculo sobe diretamente ao Supremo Tribunal Administrativo, como revista à qual é aplicável o disposto nos n.ºs 2 a 4 do artigo anterior.
2. O disposto no número anterior não se aplica a processos respeitantes a questões de funcionalismo público ou relacionadas com formas públicas ou privadas de proteção social.
3. Se, remetido o processo ao Supremo Tribunal Administrativo, o relator entender que as questões suscitadas ultrapassam o âmbito da revista, determina, mediante decisão definitiva, que o processo baixe ao Tribunal Central Administrativo, para que o recurso aí seja julgado como apelação, com aplicação do disposto no artigo 149.º
4. Se o relator admitir o recurso, pode haver reclamação para a conferência, nos termos gerais.

(Redação da Lei n.º 4-A/2003, de 19 de fevereiro.)

Artigo 152.º

Recurso para uniformização de jurisprudência

1. As partes e o Ministério Público podem dirigir ao Supremo Tribunal Administrativo, no prazo de 30 dias contado do trânsito em julgado do acórdão impugnado, pedido de admissão de recurso para uniformização de jurisprudência, quando, sobre a mesma questão fundamental de direito, exista contradição:
 - a) Entre acórdão do Tribunal Central Administrativo e acórdão anteriormente proferido pelo mesmo Tribunal ou pelo Supremo Tribunal Administrativo;
 - b) Entre dois acórdãos do Supremo Tribunal Administrativo.
2. A petição de recurso é acompanhada de alegação na qual se identifique, de forma precisa e circunstanciada, os aspetos de identidade que

determinam a contradição alegada e a infração imputada à sentença recorrida.

3. O recurso não é admitido se a orientação perfilhada no acórdão impugnado estiver de acordo com a jurisprudência mais recentemente consolidada do Supremo Tribunal Administrativo.
4. O recurso é julgado pelo pleno da secção e o acórdão é publicado na 1.ª série do *Diário da República*.
5. A decisão de provimento emitida pelo tribunal superior não afeta qualquer sentença anterior àquela que tenha sido impugnada nem as situações jurídicas ao seu abrigo constituídas.
6. A decisão que verifique a existência da contradição alegada anula a sentença impugnada e substitui-a, decidindo a questão controvertida.

Artigo 153.º

Relator por vencimento

1. Quando, no pleno da secção, o relator fique vencido quanto à decisão ou a todos os fundamentos desta, o acórdão é lavrado por juiz a determinar por sorteio, de entre os que tenham feito vencimento.
2. Dos sorteios vão sendo sucessivamente excluídos os juizes que já tenham relatado por vencimento.

CAPÍTULO III RECURSO DE REVISÃO

Artigo 154.º

Objeto

1. A revisão de sentença transitada em julgado pode ser pedida ao tribunal que a tenha proferido, sendo subsidiariamente aplicável o disposto no Código de Processo Civil, no que não colida com o que se estabelece nos artigos seguintes.
2. No processo de revisão, pode ser cumulado o pedido de indemnização pelos danos sofridos.

Artigo 155.º

Legitimidade

1. Têm legitimidade para requerer a revisão, com qualquer dos fundamentos previstos no Código de Processo Civil, o Ministério Público e as partes no processo.
2. Tem igualmente legitimidade para requerer a revisão quem, devendo ser obrigatoriamente citado no processo, não o tenha sido e quem, não

tendo tido a oportunidade de participar no processo, tenha sofrido ou esteja em vias de sofrer a execução da decisão a rever.

Artigo 156.º

Tramitação

1. Uma vez admitido o recurso, o juiz ou relator manda apensá-lo ao processo a que respeita, que para o efeito é avocado ao arquivo onde se encontre, e ordena a notificação de todos os que tenham intervindo no processo em que foi proferida a decisão a rever.
2. O processo tem o seguimento estabelecido para aquele em que tenha sido proferida a decisão a rever, sendo a questão novamente julgada e mantida ou revogada, a final, a decisão recorrida.

TÍTULO VIII DO PROCESSO EXECUTIVO

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 157.º

Âmbito de aplicação

1. A execução das sentenças proferidas pelos tribunais administrativos contra entidades públicas é regulada nos termos do presente título.
2. A execução das sentenças proferidas pelos tribunais administrativos contra particulares também corre nos tribunais administrativos, mas rege-se pelo disposto na lei processual civil.
3. Quando haja ato administrativo inimpugnável de que resulte um direito para um particular e a que a Administração não dê a devida execução, ou exista outro título executivo passível de ser acionado contra ela, pode o interessado lançar mão das vias previstas no presente título para obter a correspondente execução judicial.
4. Sem prejuízo do disposto em lei especial, o preceituado no número anterior é, designadamente, aplicável para obter a emissão de sentença que produza os efeitos de alvará ilegalmente recusado ou omitido.

(Redação da Lei n.º 4-A/2003, de 19 de fevereiro.)

Artigo 158.º**Obrigatoriedade das decisões judiciais**

1. As decisões dos tribunais administrativos são obrigatórias para todas as entidades públicas e privadas e prevalecem sobre as de quaisquer autoridades administrativas.
2. A prevalência das decisões dos tribunais administrativos sobre as das autoridades administrativas implica a nulidade de qualquer ato administrativo que desrespeite uma decisão judicial e faz incorrer os seus autores em responsabilidade civil, criminal e disciplinar, nos termos previstos no artigo seguinte.

Artigo 159.º**Inexecução ilícita das decisões judiciais**

1. Para além dos casos em que, por acordo do interessado ou declaração judicial, nos termos previstos no presente título, seja considerada justificada por causa legítima, a inexecução, por parte da Administração, de sentença proferida por um tribunal administrativo envolve:
 - a) Responsabilidade civil, nos termos gerais, quer da Administração quer das pessoas que nela desempenhem funções;
 - b) Responsabilidade disciplinar, também nos termos gerais, dessas mesmas pessoas.
2. A inexecução também importa a pena de desobediência, sem prejuízo de outro procedimento especialmente fixado na lei, quando, tendo a Administração sido notificada para o efeito, o órgão administrativo competente:
 - a) Manifeste a inequívoca intenção de não dar execução à sentença, sem invocar a existência de causa legítima de inexecução;
 - b) Não proceda à execução nos termos que a sentença tinha estabelecido ou que o tribunal venha a definir no âmbito do processo de execução.

Artigo 160.º**Eficácia da sentença**

1. Os prazos dentro dos quais se impõe à Administração a execução das sentenças proferidas pelos tribunais administrativos correm a partir do respetivo trânsito em julgado.
2. Quando a sentença tenha sido objeto de recurso a que tenha sido atribuído efeito meramente devolutivo, os prazos correm com a notificação à Administração da decisão mediante a qual o tribunal tenha atribuído efeito meramente devolutivo ao recurso.

Artigo 161.^o**Extensão dos efeitos da sentença**

1. Os efeitos de uma sentença transitada em julgado que tenha anulado um ato administrativo desfavorável ou reconhecido uma situação jurídica favorável a uma ou várias pessoas podem ser estendidos a outras que se encontrem na mesma situação jurídica, quer tenham recorrido ou não à via judicial, desde que, quanto a estas, não exista sentença transitada em julgado.
2. O disposto no número anterior vale apenas para situações em que existam vários casos perfeitamente idênticos, nomeadamente no domínio do funcionalismo público e no âmbito de concursos, e só quando, no mesmo sentido, tenham sido proferidas cinco sentenças transitadas em julgado ou, existindo situações de processos em massa, nesse sentido tenham sido decididos em três casos os processos selecionados segundo o disposto no artigo 48.^o
3. Para o efeito do disposto no n.º 1, o interessado deve apresentar, no prazo de um ano contado da data da última notificação de quem tenha sido parte no processo em que a sentença foi proferida, um requerimento dirigido à entidade administrativa que, nesse processo, tenha sido demandada.
4. Indeferida a pretensão ou decorridos três meses sem decisão da Administração, o interessado pode requerer, no prazo de dois meses, ao tribunal que tenha proferido a sentença, a extensão dos respetivos efeitos e a sua execução em seu favor, sendo aplicáveis, com as devidas adaptações, os trâmites previstos no presente título para a execução das sentenças de anulação de atos administrativos.
5. A extensão dos efeitos da sentença, no caso de existirem contrainteressados que não tenham tomado parte no processo em que ela foi proferida, só pode ser requerida se o interessado tiver lançado mão, no momento próprio, da via judicial adequada, encontrando-se pendente o correspondente processo.
6. Quando, na pendência de processo impugnatório, o ato impugnado seja anulado por sentença proferida noutro processo, pode o autor fazer uso do disposto nos n.ºs 3 e 4 do presente artigo para obter a execução da sentença de anulação.

(Redação da Lei n.º 4-A/2003, de 19 de fevereiro.)

CAPÍTULO II EXECUÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE FACTOS OU DE COISAS

Artigo 162.^o**Execução espontânea por parte da Administração**

1. Se outro prazo não for por elas próprias fixado, as sentenças dos tribunais administrativos que condenem a Administração à prestação de

factos ou à entrega de coisas devem ser espontaneamente executadas pela própria Administração no prazo máximo de três meses, salvo ocorrência de causa legítima de inexecução, segundo o disposto no artigo seguinte.

2. Extinto o órgão ao qual competiria dar execução à sentença ou tendo-lhe sido retirada a competência na matéria, o dever recai sobre o órgão que lhe tenha sucedido ou sobre aquele ao qual tenha sido atribuída aquela competência.

Artigo 163.º

Causas legítimas de inexecução

1. Só constituem causa legítima de inexecução a impossibilidade absoluta e o grave prejuízo para o interesse público na execução da sentença.
2. A causa legítima de inexecução pode respeitar a toda a decisão ou a parte dela.
3. A invocação de causa legítima de inexecução deve ser fundamentada e notificada ao interessado, com os respetivos fundamentos, dentro do prazo estabelecido no n.º 1 do artigo anterior, e só pode reportar-se a circunstâncias supervenientes ou que a Administração não estivesse em condições de invocar no momento oportuno do processo declarativo.

Artigo 164.º

Petição de execução

1. Quando a Administração não dê execução espontânea à sentença no prazo estabelecido no n.º 1 do artigo 162.º, pode o interessado pedir a respetiva execução ao tribunal que tenha proferido a sentença em primeiro grau de jurisdição.
2. Caso outra solução não resulte de lei especial, a petição de execução, que é autuada por apenso aos autos em que foi proferida a decisão exequenda, deve ser apresentada no prazo de seis meses contado desde o termo do prazo do n.º 1 do artigo 162.º ou da notificação da invocação de causa legítima de inexecução.
3. Na petição, o exequente pode pedir a declaração de nulidade dos atos desconformes com a sentença, bem como a anulação daqueles que mantenham, sem fundamento válido, a situação ilegal.
4. Na petição, o exequente deve especificar os atos e operações em que entende que a execução deve consistir, podendo requerer, para além da indemnização moratória a que tenha direito:
 - a) A entrega judicial da coisa devida;
 - b) A prestação do facto devido por outrem, se o facto for fungível;
 - c) Estando em causa a prática de ato administrativo legalmente devido de conteúdo vinculado, a emissão pelo próprio tribunal de sentença que produza os efeitos do ato ilegalmente omitido;

- d) Estando em causa a prestação de facto infungível, a fixação de um prazo limite, com imposição de uma sanção pecuniária compulsória aos titulares dos órgãos incumbidos de executar a sentença.
- 5. Se a Administração tiver invocado a existência de causa legítima de inexecução, segundo o disposto no n.º 3 do artigo anterior, deve o exequente deduzir, se for caso disso, as razões da sua discordância e juntar cópia da notificação a que se refere aquele preceito.
- 6. No caso de concordar com a invocação da existência de causa legítima de inexecução, o exequente pode requerer, no prazo estabelecido no n.º 2, a fixação da indemnização devida, segundo o disposto no artigo 166.º

Artigo 165.º

Oposição à execução

- 1. Apresentada a petição, é ordenada a notificação da entidade ou entidades obrigadas para, no prazo de 20 dias, executarem a sentença ou deduzirem a oposição que tenham, podendo o fundamento da oposição consistir na invocação da existência de causa legítima de inexecução da sentença ou da circunstância de esta ter sido entretanto executada.
- 2. O recebimento da oposição suspende a execução, sendo o exequente notificado para replicar no prazo de 10 dias.
- 3. No caso de concordar com a oposição deduzida pela Administração, o exequente pode, desde logo, pedir a fixação da indemnização devida, seguindo-se os termos prescritos no artigo seguinte.
- 4. Junta a réplica do exequente ou expirado o respetivo prazo sem que ele tenha manifestado a sua concordância com a oposição deduzida pela Administração, o tribunal ordena as diligências instrutórias que considere necessárias, findo o que se segue a abertura de vista simultânea aos juízes-adjuntos, caso se trate de tribunal colegial.
- 5. A oposição é decidida no prazo máximo de 20 dias.

Artigo 166.º

Indemnização por causa legítima de inexecução e conversão da execução

- 1. Quando o tribunal julgue procedente a oposição fundada na existência de causa legítima de inexecução, ordena a notificação da Administração e do exequente para, no prazo de 20 dias, acordarem no montante da indemnização devida pelo facto da inexecução, podendo o prazo ser prorrogado se for previsível que o acordo se possa vir a concretizar em momento próximo.
- 2. Na falta de acordo, o tribunal ordena as diligências instrutórias que considere necessárias, findo o que se segue a abertura de vista simul-

tânea aos juízes-adjuntos, caso se trate de tribunal colegial, fixando o tribunal o montante da indemnização devida no prazo máximo de 20 dias.

3. Se a Administração não ordenar o pagamento devido no prazo de 30 dias contado da data do acordo ou da notificação da decisão judicial que tenha fixado a indemnização devida, seguem-se os termos do processo executivo para pagamento de quantia certa.

Artigo 167.º

Providências de execução

1. Quando, dentro do prazo concedido para a oposição, a Administração não dê execução à sentença nem deduza oposição, ou a oposição deduzida venha a ser julgada improcedente, o tribunal deve adotar as providências necessárias para efetivar a execução da sentença, declarando nulos os atos desconformes com a sentença e anulando aqueles que mantenham, sem fundamento válido, a situação ilegal.
2. Quando o órgão competente para executar esteja sujeito a poderes hierárquicos ou de superintendência, o tribunal manda notificar o titular dos referidos poderes para dar execução à sentença em substituição desse órgão.
3. Em ordem à execução das suas sentenças, os tribunais administrativos podem requerer a colaboração das autoridades e agentes da entidade administrativa obrigada bem como, quando necessário, de outras entidades administrativas.
4. Todas as entidades públicas estão obrigadas a prestar a colaboração que, para o efeito do disposto no número anterior, lhes for requerida, sob pena de os responsáveis pela falta de colaboração poderem incorrer no crime de desobediência.
5. Dependendo do caso concreto, o tribunal pode proceder à entrega judicial da coisa devida ou determinar a prestação do facto devido por outrem, se o facto for fungível, sendo aplicáveis, com as necessárias adaptações, as disposições correspondentes do Código de Processo Civil.
6. Estando em causa a prática de ato administrativo legalmente devido de conteúdo vinculado, o próprio tribunal emite sentença que produza os efeitos do ato ilegalmente omitido.

Artigo 168.º

Execução para prestação de facto infungível

1. Quando, dentro do prazo concedido para a oposição, a Administração não dê execução à sentença nem deduza oposição, ou a oposição deduzida venha a ser julgada improcedente, o tribunal, estando em

causa a prestação de um facto infungível, fixa, segundo critérios de razoabilidade, um prazo limite para a realização da prestação e, se não o tiver já feito na sentença condenatória, impõe uma sanção pecuniária compulsória, segundo o disposto no artigo seguinte.

2. Quando tal não resulte já do próprio teor da sentença exequenda, o tribunal especifica ainda, no respeito pelos espaços de valoração próprios do exercício da função administrativa, o conteúdo dos atos e operações que devem ser adotados, identificando o órgão ou órgãos administrativos responsáveis pela sua adoção.
3. Expirando o prazo a que se refere o n.º 1 sem que a Administração tenha cumprido, pode o exequente requerer ao tribunal a fixação da indemnização que lhe é devida a título de responsabilidade civil pela inexecução ilícita da sentença, seguindo-se os trâmites estabelecidos no n.º 2 do artigo 166.º

Artigo 169.º

Sanção pecuniária compulsória

1. A imposição de sanção pecuniária compulsória consiste na condenação dos titulares dos órgãos incumbidos da execução, que para o efeito devem ser individualmente identificados, ao pagamento de uma quantia pecuniária por cada dia de atraso que, para além do prazo limite estabelecido, se possa vir a verificar na execução da sentença.
2. A sanção pecuniária compulsória prevista no n.º 1 é fixada segundo critérios de razoabilidade, podendo o seu montante diário oscilar entre 5 % e 10 % do salário mínimo nacional mais elevado em vigor no momento.
3. Se o órgão ou algum dos órgãos obrigados for colegial, não são abrangidos pela sanção pecuniária compulsória os membros do órgão que votem a favor da execução integral e imediata, nos termos judicialmente estabelecidos, e que façam registar em ata esse voto, nem aqueles que, não estando presentes na votação, comuniquem por escrito ao presidente a sua vontade de executar a sentença.
4. A sanção pecuniária compulsória cessa quando se mostre ter sido realizada a execução integral da sentença, quando o exequente desista do pedido ou quando a execução já não possa ser realizada pelos destinatários da medida, por terem cessado ou sido suspensos do exercício das respetivas funções.
5. A liquidação das importâncias devidas em consequência da imposição de sanções pecuniárias compulsórias, nos termos deste artigo, é feita pelo tribunal, a cada período de três meses, e, a final, uma vez cessada a aplicação da medida, podendo o exequente solicitar a liquidação.
6. As importâncias devidas ao exequente a título de indemnização e aquelas que resultem da aplicação de sanção pecuniária compulsória são

cumuláveis, mas a parte em que o valor das segundas exceda o das primeiras constitui receita consignada à dotação anual, inscrita à ordem do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais, a que se refere o n.º 3 do artigo 172.º

CAPÍTULO III EXECUÇÃO PARA PAGAMENTO DE QUANTIA CERTA

Artigo 170.º

Execução espontânea e petição de execução

1. Se outro prazo não for por elas próprias fixado, as sentenças dos tribunais administrativos que condenem a Administração ao pagamento de quantia certa devem ser espontaneamente executadas pela própria Administração no prazo máximo de 30 dias.
2. Quando a Administração não dê execução à sentença no prazo estabelecido no n.º 1, dispõe o interessado do prazo de seis meses para pedir a respectiva execução ao tribunal competente, podendo, para o efeito, solicitar:
 - a) A compensação do seu crédito com eventuais dívidas que o onerem para com a mesma pessoa coletiva ou o mesmo ministério;
 - b) O pagamento, por conta da dotação orçamental inscrita à ordem do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais a que se refere o n.º 3 do artigo 172.º

Artigo 171.º

Oposição à execução

1. Apresentada a petição, é ordenada a notificação da entidade obrigada para pagar, no prazo de 20 dias, ou deduzir oposição fundada na invocação de facto superveniente, modificativo ou extintivo da obrigação.
2. A inexistência de verba ou cabimento orçamental não constitui fundamento de oposição à execução, sem prejuízo de poder ser invocada como causa de exclusão da ilicitude da inexecução espontânea da sentença, para os efeitos do disposto no artigo 159.º
3. O recebimento da oposição suspende a execução, sendo o exequente notificado para replicar no prazo de 10 dias.
4. Junta a réplica do exequente ou expirado o respetivo prazo sem que ele tenha manifestado a sua concordância com a oposição deduzida pela Administração, o tribunal ordena as diligências instrutórias que considere necessárias, findo o que se segue a abertura de vista simultânea aos juízes-adjuntos, caso se trate de tribunal colegial.
5. A oposição é decidida no prazo máximo de 20 dias.

Artigo 172.^o**Providências de execução**

1. O tribunal dá provimento à pretensão executiva do autor quando, dentro do prazo concedido para a oposição, a Administração não dê execução à sentença nem deduza oposição ou a eventual alegação da existência de factos supervenientes, modificativos ou extintivos da obrigação venha a ser julgada improcedente.
2. Quando tenha sido requerida a compensação de créditos entre exequente e Administração obrigada, a compensação decretada pelo juiz funciona como título de pagamento total ou parcial da dívida que o exequente tinha para com a Administração, sendo oponível a eventuais reclamações futuras do respetivo cumprimento.
3. No Orçamento do Estado é anualmente inscrita uma dotação à ordem do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais, afeta ao pagamento de quantias devidas a título de cumprimento de decisões jurisdicionais, a qual corresponde, no mínimo, ao montante acumulado das condenações decretadas no ano anterior e respetivos juros de mora.
4. Quando o exequente o tenha requerido, o tribunal dá conhecimento da sentença e da situação de inexecução ao Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais, ao qual cumpre emitir, no prazo de 30 dias, a correspondente ordem de pagamento.
5. Quando a entidade responsável pelo pagamento seja uma pessoa coletiva pertencente à Administração indireta do Estado, as quantias pagas por ordem do Conselho Superior são descontadas nas transferências a efetuar para aquela entidade no Orçamento do Estado do ano seguinte ou, não havendo transferência, são oficiosamente inscritas no orçamento privativo de tal entidade pelo órgão tutelar ao qual caiba a aprovação do orçamento.
6. Quando a entidade responsável pertença à Administração autónoma, procede-se igualmente a desconto nas transferências orçamentais do ano seguinte e, não havendo transferência, o Estado intenta ação de regresso no tribunal competente.
7. No caso de insuficiência de dotação, o Presidente do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais oficia ao Presidente da Assembleia da República e ao Primeiro-Ministro para que se promova a abertura de créditos extraordinários.
8. Sem prejuízo do disposto no número anterior, o exequente deve ser imediatamente notificado da situação de insuficiência de dotação, assistindo-lhe, nesse caso, o direito de requerer que o tribunal administrativo dê seguimento à execução, aplicando o regime da execução para pagamento de quantia certa, regulado na lei processual civil.

CAPÍTULO IV

EXECUÇÃO DE SENTENÇAS DE ANULAÇÃO DE ATOS ADMINISTRATIVOS

Artigo 173.^o

Dever de executar

1. Sem prejuízo do eventual poder de praticar novo ato administrativo, no respeito pelos limites ditados pela autoridade do caso julgado, a anulação de um ato administrativo constitui a Administração no dever de reconstituir a situação que existiria se o ato anulado não tivesse sido praticado, bem como de dar cumprimento aos deveres que não tenha cumprido com fundamento no ato entretanto anulado, por referência à situação jurídica e de facto existente no momento em que deveria ter atuado.
2. Para efeitos do disposto no número anterior, a Administração pode ficar constituída no dever de praticar atos dotados de eficácia retroativa que não envolvam a imposição de deveres, a aplicação de sanções ou a restrição de direitos ou interesses legalmente protegidos, bem como no dever de remover, reformar ou substituir atos jurídicos e alterar situações de facto que possam ter surgido na pendência do processo e cuja manutenção seja incompatível com a execução da sentença de anulação.
3. Os beneficiários de atos consequentes praticados há mais de um ano que desconheciam sem culpa a precariedade da sua situação têm direito a ser indemnizados pelos danos que sofram em consequência da anulação, mas a sua situação jurídica não pode ser posta em causa se esses danos forem de difícil ou impossível reparação e for manifesta a desproporção existente entre o seu interesse na manutenção da situação e o interesse na execução da sentença anulatória.
4. Quando à reintegração ou recolocação de um funcionário que tenha obtido a anulação de um ato administrativo se oponha a existência de terceiros interessados na manutenção de situações incompatíveis, constituídas em seu favor por ato administrativo praticado há mais de um ano, o funcionário que obteve a anulação tem direito a ser provido em lugar de categoria igual ou equivalente àquela em que deveria ser colocado, ou, não sendo isso possível, à primeira vaga que venha a surgir na categoria correspondente, exercendo transitoriamente funções fora do quadro até à integração neste.

Artigo 174.^o

Competência para a execução

1. O cumprimento do dever de executar a que se refere o artigo anterior é da responsabilidade do órgão que tenha praticado o ato anulado.

2. Se a execução competir, cumulativa ou exclusivamente, a outro ou outros órgãos, deve o órgão referido no número anterior enviar-lhes os elementos necessários para o efeito.
3. Extinto o órgão ao qual competiria dar execução à sentença ou tendo-lhe sido retirada a competência na matéria, o dever recai sobre o órgão que lhe sucedeu ou sobre aquele ao qual tenha sido atribuída aquela competência.

Artigo 175.º

Prazo para a execução e causas legítimas de inexecução

1. Salvo ocorrência de causa legítima de inexecução, o dever de executar deve ser integralmente cumprido no prazo de três meses.
2. A existência de causa legítima de inexecução deve ser invocada segundo o disposto no artigo 163.º, mas não se exige, neste caso, que as circunstâncias invocadas sejam supervenientes.
3. Sem prejuízo do disposto no artigo 177.º, quando a execução da sentença consista no pagamento de uma quantia pecuniária, não é invocável a existência de causa legítima de inexecução e o pagamento deve ser realizado no prazo de 30 dias.

Artigo 176.º

Petição de execução

1. Quando a Administração não dê execução à sentença de anulação no prazo estabelecido no n.º 1 do artigo anterior, pode o interessado fazer valer o seu direito à execução perante o tribunal que tenha proferido a sentença em primeiro grau de jurisdição.
2. A petição, que é autuada por apenso aos autos em que foi proferida a sentença de anulação, deve ser apresentada no prazo de seis meses contado desde o termo do prazo do n.º 1 do artigo anterior ou da notificação da invocação de causa legítima de inexecução a que se refere o mesmo preceito.
3. Na petição, o autor deve especificar os atos e operações em que considera que a execução deve consistir, podendo, para o efeito, pedir a condenação da Administração ao pagamento de quantias pecuniárias, à entrega de coisas, à prestação de factos ou à prática de atos administrativos.
4. Na petição, o autor também pode pedir a fixação de um prazo para o cumprimento do dever de executar e a imposição de uma sanção pecuniária compulsória aos titulares dos órgãos incumbidos de proceder à execução, segundo o disposto no artigo 169.º

5. Quando for caso disso, o autor pode pedir ainda a declaração de nulidade dos atos desconformes com a sentença, bem como a anulação daqueles que mantenham, sem fundamento válido, a situação constituída pelo ato anulado.
6. Quando a Administração tenha invocado a existência de causa legítima de inexecução, segundo o disposto no n.º 3 do artigo 163.º, deve o autor deduzir, se for caso disso, as razões da sua discordância e juntar cópia da notificação a que se refere aquele preceito.
7. No caso de concordar com a invocação da existência de causa legítima de inexecução, o autor pode solicitar, no prazo estabelecido no n.º 2, a fixação da indemnização devida, sendo, nesse caso, aplicável o disposto no artigo 166.º

Artigo 177.º

Tramitação do processo

1. Apresentada a petição, é ordenada a notificação da entidade ou entidades requeridas, bem como dos contrainteresados a quem a satisfação da pretensão possa prejudicar, para contestarem no prazo de 20 dias.
2. Havendo contestação, o autor é notificado para replicar no prazo de 10 dias.
3. No caso de concordar com a existência de causa legítima de inexecução apenas invocada na contestação, o autor pode pedir a fixação da indemnização devida, seguindo-se os termos prescritos no artigo 166.º
4. Junta a réplica do autor ou expirado o respetivo prazo sem que ele tenha manifestado a sua concordância com a eventual contestação apresentada pela Administração, o tribunal ordena as diligências instrutórias que considere necessárias, findo o que se segue a abertura de vista simultânea aos juízes-adjuntos, caso se trate de tribunal colegial.
5. O tribunal decide no prazo máximo de 20 dias.
6. Caso não exista verba ou cabimento orçamental que permita o pagamento imediato de quantia devida, a entidade obrigada deve dar conhecimento da situação ao tribunal, que convida as partes a chegarem a acordo, no prazo de 20 dias, quanto aos termos em que se pode proceder a um pagamento escalonado da quantia em dívida.
7. Na ausência do acordo referido no número anterior, seguem-se os trâmites dos n.ºs 3 e seguintes do artigo 172.º

Artigo 178.º

Indemnização por causa legítima de inexecução

1. Quando julgue procedente a invocação da existência de causa legítima de inexecução, o tribunal ordena a notificação da Administração e

do requerente para, no prazo de 20 dias, acordarem no montante da indemnização devida pelo facto da inexecução, podendo o prazo ser prorrogado quando seja previsível que o acordo se possa vir a concretizar em momento próximo.

2. Na falta de acordo, seguem-se os trâmites previstos no artigo 166.º
3. Se a Administração não ordenar o pagamento devido no prazo de 30 dias contado a partir da data do acordo ou da notificação da decisão judicial que tenha fixado a indemnização devida, seguem-se os termos do processo executivo para pagamento de quantia certa.

Artigo 179.º

Decisão judicial

1. Quando julgue procedente a pretensão do autor, o tribunal especifica, no respeito pelos espaços de valoração próprios do exercício da função administrativa, o conteúdo dos atos e operações a adotar para dar execução à sentença e identifica o órgão ou os órgãos administrativos responsáveis pela sua adoção, fixando ainda, segundo critérios de razoabilidade, o prazo em que os referidos atos e operações devem ser praticados.
2. Sendo caso disso, o tribunal também declara a nulidade dos atos desconformes com a sentença e anula os que mantenham, sem fundamento válido, a situação ilegal.
3. Quando tal se justifique, o tribunal condena ainda os titulares dos órgãos incumbidos de executar a sentença ao pagamento de uma sanção pecuniária compulsória, segundo o disposto no artigo 169.º
4. Quando seja devido o pagamento de uma quantia, o tribunal determina que o pagamento seja realizado no prazo de 30 dias, seguindo-se, em caso de incumprimento, os termos do processo executivo para pagamento de quantia certa.
5. Quando, estando em causa a prática de um ato administrativo legalmente devido de conteúdo vinculado, expire o prazo a que se refere o n.º 1 sem que a Administração o tenha praticado, pode o interessado requerer ao tribunal a emissão de sentença que produza os efeitos do ato ilegalmente omitido.
6. Quando, estando em causa a prestação de um facto infungível, expire o prazo a que se refere o n.º 1 sem que a Administração tenha cumprido, pode o interessado requerer ao tribunal a fixação da indemnização que lhe é devida, a título de responsabilidade civil pela inexecução ilícita da sentença, seguindo-se os trâmites estabelecidos no artigo 166.º

TÍTULO IX

TRIBUNAL ARBITRAL E CENTROS DE ARBITRAGEM

Artigo 180.º

Tribunal arbitral

1. Sem prejuízo do disposto em lei especial, pode ser constituído tribunal arbitral para o julgamento de:
 - a) Questões respeitantes a contratos, incluindo a apreciação de atos administrativos relativos à respetiva execução;
 - b) Questões de responsabilidade civil extracontratual, incluindo a efetivação do direito de regresso;
 - c) Questões relativas a atos administrativos que possam ser revogados sem fundamento na sua invalidade, nos termos da lei substantiva.
 - d) Litígios emergentes de relações jurídicas de emprego público, quando não estejam em causa direitos indisponíveis e quando não resultem de acidente de trabalho ou de doença profissional.
2. Excecionam-se do disposto no número anterior os casos em que existam contrainteressados, salvo se estes aceitarem o compromisso arbitral.
(Redação pela Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro.)

Artigo 181.º

Constituição e funcionamento

1. O tribunal arbitral é constituído e funciona nos termos da lei sobre arbitragem voluntária, com as devidas adaptações.
2. *(Revogado.)*
(Redação da Lei n.º 63/2011, de 14 de dezembro, com entrada em vigor em 14 de março de 2012.)

Artigo 182.º

Direito à outorga de compromisso arbitral

O interessado que pretenda recorrer à arbitragem no âmbito dos litígios previstos no artigo 180.º pode exigir da Administração a celebração de compromisso arbitral, nos termos da lei.

(Redação da Lei n.º 4-A/2003, de 19 de fevereiro.)

Artigo 183.º

Suspensão de prazos

A apresentação de requerimento ao abrigo do disposto no artigo anterior suspende os prazos de que dependa a utilização dos meios processuais próprios da jurisdição administrativa.

Artigo 184.º

Competência para outorgar compromisso arbitral

1. A outorga de compromisso arbitral por parte do Estado é objeto de despacho do ministro da tutela, a proferir no prazo de 30 dias, contado desde a apresentação do requerimento do interessado.
2. Nas demais pessoas coletivas de direito público, a competência prevista no número anterior pertence ao presidente do respetivo órgão dirigente.
3. No caso das Regiões Autónomas e das autarquias locais, a competência referida nos números anteriores pertence, respetivamente, ao governo regional e ao órgão autárquico que desempenha funções executivas.

(Redação da Lei n.º 4-A/2003, de 19 de fevereiro.)

Artigo 185.º

Exclusão da arbitragem

Não pode ser objeto de compromisso arbitral a responsabilidade civil por prejuízos decorrentes de atos praticados no exercício da função política e legislativa ou da função jurisdicional.

Artigo 186.º

Impugnação da decisão arbitral

(Revogado pela Lei n.º 63/2011, de 14 de dezembro, com entrada em vigor em 14 de março de 2012.)

Artigo 187.º

Centros de arbitragem

1. O Estado pode, nos termos da lei, autorizar a instalação de centros de arbitragem permanente destinados à composição de litígios no âmbito das seguintes matérias:
 - a) Contratos;
 - b) Responsabilidade civil da Administração;
 - c) Relações jurídicas de emprego público;
 - d) Sistemas públicos de proteção social;
 - e) Urbanismo.
2. A vinculação de cada ministério à jurisdição de centros de arbitragem depende de portaria conjunta do Ministro da Justiça e do ministro da tutela, que estabelece o tipo e o valor máximo dos litígios abrangidos, conferindo aos interessados o poder de se dirigirem a esses centros para a resolução de tais litígios.

3. Aos centros de arbitragem previstos no n.º 1 podem ser atribuídas funções de conciliação, mediação ou consulta no âmbito de procedimentos de impugnação administrativa.

(Redação pela Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro.)

TÍTULO X DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Artigo 188.º

Informação anual à Comissão das Comunidades Europeias

1. Até 1 de março de cada ano, o Estado Português informa a Comissão das Comunidades Europeias sobre os processos principais e cautelares que tenham sido intentados durante o ano anterior, no âmbito do contencioso pré-contratual regulado neste Código e relativamente aos quais tenha sido suscitada a questão da violação de disposições comunitárias, bem como das decisões que tenham sido proferidas nesses processos.
2. A recolha dos elementos a que se refere o número anterior compete ao serviço do Ministério da Justiça responsável pelas relações com a União Europeia.

Artigo 189.º

Custas

1. O Estado e as demais entidades públicas estão sujeitos ao pagamento de custas.
2. O regime das custas na jurisdição administrativa e fiscal é objeto de regulação própria no Código das Custas Judiciais.

Artigo 190.º

Prazo para os atos judiciais

Enquanto não tenha sido fixado pelo Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais, ao abrigo do disposto no artigo 29.º, o prazo máximo admissível para os atos processuais dos magistrados e funcionários judiciais para os quais a lei não estabelece prazo, vale o prazo geral supletivo de 10 dias.

Artigo 191.º

Recurso contencioso de anulação

A partir da data da entrada em vigor deste Código, as remissões que, em lei especial, são feitas para o regime do recurso contencioso de anula-

ção de atos administrativos consideram-se feitas para o regime da ação administrativa especial

Artigo 192.º

Extensão da aplicabilidade

Sem prejuízo do disposto em lei especial, os processos em matéria jurídico-administrativa cuja competência seja atribuída a tribunais pertencentes a outra ordem jurisdicional regem-se pelo disposto no presente Código, com as necessárias adaptações.

(Aditado pela Lei n.º 4-A/2003, de 19 de fevereiro.)

(Não dispensa a consulta do Diário da República)

Notas

A lei que estabelece os princípios e normas a que deve obedecer a organização da administração direta do Estado, Lei n.º 4/2004, de 15 de janeiro, foi alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de agosto, e pelos Decretos-Leis n.ºs 200/2006, de 25 de outubro, e 105/2007, de 3 de abril.

O presente texto foi elaborado de acordo com a republicação efetuada em anexo ao Decreto-Lei n.º 105/2007, de 3 de abril, e encontra-se atualizado de acordo com os seguintes diplomas:

Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro;

Lei n.º 57/2011, de 28 de novembro;

Decreto-Lei n.º 116/2011, de 5 de dezembro — com início de vigência 6 de dezembro de 2011; e

Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro.

PRINCÍPIOS E NORMAS DE ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO

Lei n.º 4/2004, de 15 de janeiro

**Estabelece os princípios e normas a que deve obedecer
a organização da administração direta do Estado**

A Assembleia da República decreta, nos termos da alínea c) do artigo 161.º da Constituição, para valer como lei geral da República, o seguinte:

CAPÍTULO I PRINCÍPIOS GERAIS

Artigo 1.º

Objeto

A presente lei estabelece os princípios e normas a que obedece a organização da administração direta do Estado.

Artigo 2.º

Âmbito

1. Integram a administração direta do Estado os serviços centrais e periféricos que, pela natureza das suas competências e funções, devam estar sujeitos ao poder de direção do respetivo membro do Governo.
2. Incluem-se no disposto no número anterior os serviços de cujas atribuições decorra, designadamente, o exercício de poderes de soberania, autoridade e representação política do Estado ou o estudo e conceção, coordenação, apoio e controlo ou fiscalização de outros serviços administrativos.
3. A aplicação da presente lei às Forças Armadas, às forças militarizadas e aos serviços do Sistema de Informações da República Portuguesa faz-se sem prejuízo das necessárias adaptações constantes das respetivas leis orgânicas.

Artigo 3.º

Princípios

1. A organização, a estrutura e o funcionamento da Administração Pública devem orientar-se pelos princípios da unidade e eficácia da ação da Administração Pública, da aproximação dos serviços às populações, da desburocratização, da racionalização de meios, da eficiência na afetação de recursos públicos, na melhoria quantitativa e qualitativa do serviço prestado e da garantia de participação dos cidadãos, bem como pelos demais princípios constitucionais da atividade administrativa acolhidos pelo Código do Procedimento Administrativo.
2. O princípio da unidade e eficácia da ação da Administração Pública consubstancia-se no exercício de poderes hierárquicos, nomeadamente os poderes de direção, substituição e revogação e nas inerentes garantias dos destinatários dos atos praticados no âmbito destes poderes.
3. Em obediência ao princípio da aproximação dos serviços às populações, as funções de cada serviço devem ser exercidas no nível territorial mais próximo possível dos respetivos destinatários.
4. A desburocratização deve traduzir-se numa clara definição de atribuições, competências e funções, numa simplificação das estruturas orgânicas existentes e na redução dos níveis hierárquicos de decisão.
5. Em cumprimento do princípio da racionalização, devem ser prosseguidas a economia de meios e a eficácia da atuação administrativa, evitando-se a criação de novos serviços e a dispersão de funções ou competências por pequenas unidades orgânicas.
6. Tendo em vista o acréscimo da eficiência na afetação de recursos públicos e a melhoria quantitativa e qualitativa do serviço prestado ao cidadão pode, desde que no respeito pela Constituição e em termos

- e condições a fixar em diploma próprio, ser objeto de delegação ou concessão a entidades privadas, por prazo determinado, a prossecução de algumas das funções de serviços da administração direta do Estado.
7. No respeito pelo princípio da participação dos administrados, a administração direta do Estado deve assegurar a interação e a complementaridade da sua atuação com os respetivos destinatários, bem como com entidades representativas dos interesses económicos e sociais.
 8. Norteados pela prossecução do interesse público, os órgãos e serviços da administração direta do Estado devem observar ainda os princípios gerais referidos nos números anteriores mediante o incremento, na sua atuação:
 - a) Da prestação de serviços orientados para os cidadãos;
 - b) Da imparcialidade na atividade administrativa;
 - c) Da responsabilização a todos os níveis pela gestão pública;
 - d) Da racionalidade e celeridade nos procedimentos administrativos;
 - e) Da eficácia na prossecução dos objetivos fixados e controlo de resultados obtidos;
 - f) Da eficiência na utilização dos recursos públicos;
 - g) Da permanente abertura e adequação às potencialidades das tecnologias da informação e comunicações;
 - h) Do recurso a modelos flexíveis de funcionamento em função dos objetivos, recursos e tecnologias disponíveis.

CAPÍTULO II MINISTÉRIOS

Artigo 4.º **Ministérios**

A lei orgânica de cada ministério define as respetivas atribuições, bem como a estrutura orgânica necessária ao seu funcionamento, distinguindo os serviços e organismos que pertencem à administração direta dos da administração indireta.

Artigo 5.º **Princípios de organização**

Na organização de cada ministério devem respeitar-se os seguintes princípios:

- a) Adequar a estrutura à missão, garantindo a justa proporção entre a estrutura operativa e a estrutura de apoio;
- b) Assegurar um equilíbrio adequado entre serviços centrais e periféricos, visando a prestação de um serviço de qualidade;

- c) Agregar as funções homogêneas do ministério por serviços preferencialmente de média ou grande dimensão, com competências bem definidas, de acordo com o princípio da segregação de funções, com vista à responsabilidade pelos resultados;
- d) Assegurar a existência de circuitos de informação e comunicação simples e coerentes, tendencialmente agregando num mesmo sistema centralizado a informação de utilização comum, tanto no seio de cada ministério como no âmbito da prossecução de finalidades interministeriais;
- e) Garantir que o desempenho das funções comuns, previstas no artigo seguinte, seja atribuído a serviços já existentes em cada ministério, não determinando a criação de novos serviços;
- f) Reduzir o número de níveis hierárquicos de decisão ao mínimo indispensável à adequada prossecução dos objetivos do serviço;
- g) Privilegiar, face à emergência de novas atribuições, a reestruturação dos serviços existentes em prejuízo da criação de novos.

Artigo 6.º

Funções comuns

1. São funções comuns dos ministérios, designadamente:
 - a) Elaboração e acompanhamento da execução do orçamento de funcionamento;
 - b) Planeamento do investimento público e correspondente elaboração e execução do seu orçamento;
 - c) Gestão de recursos humanos, organizacionais e modernização administrativa;
 - d) Acompanhamento técnico da participação portuguesa nas instituições europeias e nas políticas comunitárias;
 - e) Relações internacionais no âmbito das suas atribuições.
2. Às funções comuns dos ministérios correspondem funções a exercer por um ou mais serviços da administração direta do Estado dentro do mesmo ministério, devendo as referidas nas alíneas a), b) e c) do número anterior ser tendencialmente asseguradas pelas respetivas secretarias-gerais.

Artigo 7.º

Órgãos consultivos

1. Os órgãos consultivos apoiam a formulação e acompanhamento de políticas públicas da responsabilidade do Governo, através da cooperação entre a Administração Pública, individualidades de reconhecido mérito e representantes dos interesses económicos e sociais.
2. Os órgãos consultivos apreciam e emitem pareceres sobre as matérias que lhes forem submetidas pelos membros do Governo.

3. Os órgãos consultivos são centrais e funcionam na dependência direta do membro do Governo junto do qual são criados, competindo a serviços do respetivo ministério o apoio logístico, administrativo e financeiro necessário ao seu funcionamento.
4. Os órgãos consultivos são criados por decreto regulamentar que define as regras necessárias ao seu funcionamento.

CAPÍTULO III MODELOS DE FUNCIONAMENTO

Artigo 8.º

Partilha de atividades comuns

1. Deve ser promovida a partilha de atividades comuns entre os serviços integrantes de um mesmo ministério ou de vários ministérios para otimização dos recursos.
2. A partilha de atividades comuns não prejudica as competências próprias ou delegadas dos respetivos dirigentes máximos, podendo o seu funcionamento ser enquadrado por protocolos que estabelecem as regras necessárias à clara atuação de cada uma das partes.
3. Este modelo de funcionamento abrange especialmente atividades de natureza administrativa e logística, designadamente:
 - a) Negociação e aquisições de bens e serviços;
 - b) Sistemas de informação e comunicação;
 - c) Gestão de edifícios;
 - d) Serviços de segurança e de limpeza;
 - e) Gestão da frota automóvel;
 - f) Processamento de vencimentos e contabilidade.
4. Num mesmo ministério podem ser propostos outros modelos de funcionamento que consubstanciem os princípios de partilha de serviços.
5. Para efeitos dos números anteriores, pode haver lugar a mobilidade interna ou a reafetação, no âmbito do regime de reorganização de serviços, do pessoal anteriormente afeto à execução dessas atividades para o serviço prestador, sem prejuízo da manutenção de uma estrutura mínima que permita e facilite o diálogo com este serviço.
6. *(Revogado.)*
(Redação da Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro.)

Artigo 9.º

Funcionamento em rede

1. O modelo de funcionamento em rede deve ser adotado quando estejam em causa funções do Estado cuja completa e eficiente prossecução

dependa de mais de um serviço ou organismo, independentemente do seu carácter intra ou interministerial.

2. Este modelo de funcionamento determina, em todos os casos, a integração ou disponibilização da informação de utilização comum ou pertinente em formato eletrónico.
3. O funcionamento em rede deve ser considerado quando da fixação da estrutura interna dos serviços envolvidos.

Artigo 10.º

Sistemas de informação

1. A administração direta do Estado deve integrar um sistema de informação interna que permita:
 - a) A circulação da informação entre organismos por via eletrónica, reduzindo tanto quanto possível o peso da informação em papel;
 - b) O fornecimento das informações necessárias à boa gestão dos recursos humanos, orçamentais e materiais;
 - c) A coordenação, o controlo e avaliação pelos organismos competentes da gestão dos recursos humanos, orçamentais e materiais.
2. A administração direta do Estado deve potenciar a utilização dos instrumentos do governo eletrónico na prestação de serviços diretos aos cidadãos, comunidades e empresas, que permita:
 - a) Fornecer todos os dados e informações relevantes;
 - b) Facilitar o tratamento integrado das relações entre cidadão e Estado;
 - c) Melhorar a eficiência e a eficácia de contratação pública de empreitadas, bens e serviços;
 - d) Contribuir para melhorar o aproveitamento das oportunidades de desenvolvimento económico.

CAPÍTULO IV SERVIÇOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO

SECÇÃO I REGRAS GERAIS

Artigo 11.º

Tipologia dos serviços

1. Para efeitos da presente lei, entende-se por missão a expressão sucinta das funções fundamentais e determinantes de cada serviço e objetivos essenciais a garantir.

2. Os serviços da administração direta do Estado são definidos, de acordo com a sua função dominante, em:
 - a) Serviços executivos;
 - b) Serviços de controlo, auditoria e fiscalização;
 - c) Serviços de coordenação.
3. A qualificação dos serviços pela sua função dominante não prejudica a atribuição de outras funções de diferente natureza, desde que associados ou complementares da sua função dominante.
4. Os serviços da administração direta do Estado podem ser centrais ou periféricos, sendo que:
 - a) São serviços centrais os que exercem competência extensiva a todo o território nacional, independentemente de possuírem, ou não, unidades orgânicas geograficamente desconcentradas;
 - b) São serviços periféricos os que dispõem de competência limitada a uma área territorial restrita, funcionando sob a direção do membro do Governo competente.
5. Os serviços periféricos externos exercem os seus poderes fora do território nacional, podendo a sua estrutura interna ser definida de acordo com as suas especificidades, sem prejuízo dos princípios gerais contidos na presente lei.

Artigo 12.º

Regime financeiro

Os serviços da administração direta do Estado dispõem, em regra, de autonomia administrativa para atos de gestão corrente.

SECÇÃO II SERVIÇOS EXECUTIVOS

Artigo 13.º

Objetivos

Os serviços executivos da administração direta do Estado garantem a prossecução das políticas públicas da responsabilidade de cada ministério, prestando serviços no âmbito das suas atribuições ou exercendo funções de apoio técnico aos respetivos membros do Governo, nos seguintes domínios:

- a) Concretização das políticas públicas definidas pelo Governo;
- b) Estudos e conceção ou planeamento;
- c) Gestão de recursos organizacionais;
- d) Relações com a União Europeia;
- e) Relações internacionais.

Artigo 14.º

Tipos funcionais

1. Os serviços executivos de políticas públicas designam-se direções-gerais ou direções regionais, quando periféricos.
2. Os serviços cuja missão dominante consiste no desenvolvimento de atividades de apoio técnico nos domínios previstos no artigo anterior são centrais e designam-se gabinetes ou secretarias-gerais.

SECÇÃO III

SERVIÇOS DE CONTROLO, AUDITORIA E FISCALIZAÇÃO

Artigo 15.º

Objetivos

Os serviços de controlo, auditoria e fiscalização exercem funções permanentes de acompanhamento e de avaliação da execução de políticas públicas, podendo integrar funções inspetivas ou de auditoria.

Artigo 16.º

Tipos funcionais

Quando a função dominante seja a inspetiva, os serviços de controlo, auditoria e fiscalização designam-se inspeções-gerais ou inspeções regionais, quando se trate, respetivamente, de serviços centrais ou periféricos.

SECÇÃO IV

SERVIÇOS DE COORDENAÇÃO

Artigo 17.º

Objetivos

1. Os serviços de coordenação promovem a articulação em domínios onde esta necessidade seja permanente.
2. Para efeito do disposto no número anterior, os serviços de coordenação:
 - a) Harmonizam a formulação e execução de políticas públicas da responsabilidade do Governo;
 - b) Asseguram a utilização racional, conjugada e eficiente, de recursos na Administração Pública;
 - c) Emitem pareceres sobre as matérias que, no âmbito da sua ação coordenadora, lhes forem submetidas pelos membros do Governo.

Artigo 18.º**Dependência hierárquica**

1. Os serviços de coordenação podem ser intra ou interministeriais, devendo o diploma que os cria especificar qual o membro do Governo de que diretamente dependem, no caso de terem natureza interministerial.
2. O diploma que cria o serviço deve especificar o nível de direção a que corresponde o estatuto do respetivo coordenador.

Artigo 19.º**Apoio aos serviços de coordenação**

Os serviços de coordenação são centrais, sendo determinado, por despacho do membro do Governo de que dependem, quais os serviços que asseguram o apoio logístico, administrativo e financeiro necessários ao seu funcionamento.

CAPÍTULO V ORGANIZAÇÃO INTERNA DOS SERVIÇOS

Artigo 20.º**Tipos de organização interna**

1. A organização interna dos serviços executivos e de controlo e fiscalização deve ser adequada às respetivas atribuições, obedecendo aos seguintes modelos:
 - a) Estrutura hierarquizada;
 - b) Estrutura matricial.
2. Sempre que seja adotado um modelo estrutural misto, o diploma de criação do serviço distingue as áreas de atividade por cada modelo adotado.
3. Quando seja exclusivamente adotada a estrutura hierarquizada, e desde que se justifique, com vista a aumentar a flexibilidade e eficácia na gestão, podem ser criadas, por despacho do respetivo dirigente máximo, equipas de projeto temporárias e com objetivos especificados.

Artigo 21.º**Estrutura hierarquizada**

1. A estrutura interna hierarquizada é constituída por unidades orgânicas nucleares e flexíveis.
2. A estrutura nuclear do serviço é composta pelas direções de serviços, correspondendo a uma departamentalização fixa.

3. A estrutura flexível é composta pelas divisões.
 4. A estrutura nuclear dos serviços bem como a definição das atribuições e competências das respetivas unidades orgânicas são aprovadas por portaria conjunta do membro do Governo competente, do Ministro das Finanças e do membro do Governo que tiver a seu cargo a Administração Pública.
 5. As unidades orgânicas flexíveis são criadas, alteradas ou extintas por despacho do dirigente máximo do serviço, que definirá as respetivas atribuições e competências, observando o limite máximo previamente fixado por portaria dos membros do Governo responsáveis pelo serviço e pelas áreas das finanças e da Administração Pública.
 6. A criação, alteração ou extinção de unidades orgânicas no âmbito da estrutura flexível visa assegurar a permanente adequação do serviço às necessidades de funcionamento e de otimização dos recursos, tendo em conta uma programação e controlo criteriosos dos custos e resultados.
 7. Os despachos referidos nos n.ºs 5 e 8 são publicados na 2.ª série do *Diário da República*.
 8. Quando estejam em causa funções de carácter predominantemente administrativo, no âmbito das direções de serviços ou das divisões, podem ser criadas, alteradas ou extintas secções, mediante despacho do dirigente máximo do serviço.
 9. A organização por especialidade não deve prejudicar a mobilidade funcional dos dirigentes e do restante pessoal.
- (Redação do Decreto-Lei n.º 116/2011, de 5 de dezembro — início de vigência em 6 de dezembro de 2011.)

Artigo 22.º

Estrutura matricial

1. A estrutura matricial é adotada sempre que as áreas operativas do serviço possam desenvolver-se essencialmente por projetos, devendo agrupar-se por centros de competências ou de produto bem identificados, visando assegurar a constituição de equipas multidisciplinares com base na mobilidade funcional.
2. A constituição das equipas multidisciplinares e a designação das suas chefias, de entre efetivos do serviço, são da responsabilidade do respetivo dirigente máximo.
3. O estatuto remuneratório dos chefes de equipa consta do diploma de criação do serviço por equiparação ao estatuto remuneratório fixado para os diretores de serviço ou chefes de divisão, sendo a dotação máxima de chefes de equipa fixada por portaria dos membros do Governo responsáveis pelo serviço e pelas áreas das finanças e da Administração Pública.

4. Em casos excecionais devidamente fundamentados, o diploma de criação do serviço pode prever outro estatuto remuneratório para os chefes de equipa, desde que, em qualquer caso, não seja ultrapassado o estatuto remuneratório fixado para os diretores de serviço.
5. Aos chefes de equipa podem ser cometidas as competências fixadas para os titulares de cargos de direção intermédia, mediante despacho do dirigente máximo do serviço.
6. Os titulares de cargos de direção superior de primeiro grau podem delegar nos chefes de equipas as suas competências próprias.
(Redação do Decreto-Lei n.º 116/2011, de 5 de dezembro — início de vigência em 6 de dezembro de 2011.)

Artigo 23.º

Cargos dirigentes

1. Os dirigentes máximos dos serviços centrais executivos e de controlo e fiscalização ocupam cargos de direção superior de grau 1 e são coadjuvados por dirigentes em cargos de direção superior de grau 2, independentemente, em qualquer dos casos, da sua designação.
2. A qualificação do cargo de direção dos dirigentes máximos dos serviços desconcentrados é definida no diploma que cria o serviço em função do nível de competências e responsabilidades que lhes sejam cometidas.
3. Os diretores de serviços e os chefes de divisão correspondem a cargos de direção intermédia de grau 1 e de grau 2, respetivamente.
4. As direções de serviços podem ser colocadas na dependência direta do diretor-geral ou equiparado, ou dos subdiretores-gerais ou equiparados, neste caso em termos a fixar por despacho do dirigente máximo.
5. Podem existir divisões dependentes diretamente do diretor-geral ou de um dos subdiretores-gerais.

Artigo 23.º-A

Regulamentos internos

1. Os serviços da administração direta do Estado dispõem de um regulamento interno, aprovado pelo respetivo dirigente máximo, sobre as matérias que, face ao disposto na lei, possam assim ser reguladas.
2. Os regulamentos internos devem:
 - a) Regular a organização e disciplina do trabalho;
 - b) Descrever os postos de trabalho.
3. No exercício dos poderes de direção, pode o membro do Governo competente na respetiva área avocar a competência referida no n.º 1.
(Aditado pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro.)

CAPÍTULO VI DA CRIAÇÃO, REESTRUTURAÇÃO, FUSÃO E EXTINÇÃO DE SERVIÇOS

Artigo 24.º

Natureza e conteúdo dos diplomas

1. A criação, reestruturação, fusão e extinção dos serviços da administração direta do Estado são aprovadas por decreto regulamentar e devem conter:
 - a) A designação do novo serviço, dos serviços que lhe deram origem ou do serviço extinto, no caso, respetivamente, de criação, reestruturação ou fusão ou extinção;
 - b) *(Revogada.)*
 - c) A respetiva missão;
 - d) A identificação das respetivas atribuições;
 - e) A identificação do tipo de organização interna;
 - f) A dotação de lugares de direção superior e de direção intermédia de grau 1;
 - g) O estatuto remuneratório dos chefes de equipa multidisciplinar, se aplicável.
2. *(Revogado.)*
(Redação da Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro.)

Artigo 25.º

Reestruturação, extinção ou fusão de serviços

1. Sempre que a finalidade de um serviço se encontre esgotada ou verificando-se que o mesmo prossegue missões complementares, paralelas ou sobrepostas às de outros serviços, deve o competente membro do Governo propor, consoante os casos, a sua extinção, reestruturação ou fusão.
2. As propostas referidas no número anterior devem conter justificação objetiva e fundamentada das situações respeitantes ao esgotamento da finalidade do serviço em causa ou das relativas à prossecução de missões complementares, paralelas ou sobrepostas às de outros serviços.
3. *(Revogado.)*

Artigo 26.º

Racionalização de serviços

1. A criação de novos serviços implica a não existência de outros serviços que prossigam total ou parcialmente os mesmos fins, ou a extinção dos

serviços que os prossigam, de forma que resulte clara a responsabilidade pelas funções que determinam a criação de um novo serviço do Estado.

2. Não podem ser criados novos serviços da administração direta do Estado cujas missões sejam ou possam ser prosseguidas por serviços existentes.
3. As atribuições e competências dos diferentes serviços e seus departamentos devem permitir a identificação de responsabilidades pelos resultados nos vários níveis hierárquicos ou nas diferentes áreas de atividade.

Artigo 27.º

Pareceres prévios

1. A proposta relativa à criação, reestruturação, fusão ou extinção de serviços apenas pode ser presente a Conselho de Ministros desde que acompanhada de pareceres prévios dos serviços competentes dependentes do Ministro das Finanças e do membro do Governo que tiver a seu cargo a Administração Pública.
2. Os pareceres referidos no número anterior incidem, nomeadamente, sobre a conformidade com:
 - a) A disciplina orçamental em vigor;
 - b) As orientações e regras definidas na presente lei, bem como sobre a eventual existência de serviços que prossigam missões complementares, paralelas ou sobrepostas.
3. Para efeitos do número anterior, todos os projetos de diploma devem ser acompanhados de uma identificação das melhorias do processo de decisão, tendo em conta as funções essenciais do serviço.
4. Quando for proposta a criação, reestruturação, fusão ou extinção de serviços da administração direta do Estado, pode o Ministro das Finanças ou o membro do Governo que tiver a seu cargo a Administração Pública, isolada ou conjuntamente, determinar que os serviços competentes efetuem as auditorias consideradas adequadas.

CAPÍTULO VII ESTRUTURAS TEMPORÁRIAS

Artigo 28.º

Estruturas de missão, comissões e grupos de trabalho ou projeto

1. A prossecução de missões temporárias que não possam, fundamentadamente, ser desenvolvidas pelos serviços existentes pode ser cometida a estruturas de missão, criadas por resolução do Conselho de Ministros.

2. As estruturas de missão têm uma duração temporal limitada e objetivos contratualizados e dependem do apoio logístico da secretaria-geral ou de outro serviço executivo.
3. A resolução do Conselho de Ministros deve estabelecer obrigatoriamente:
 - a) A designação da estrutura de missão;
 - b) A identificação da missão;
 - c) Os termos e a duração do mandato, com a definição clara dos objetivos a alcançar;
 - d) O estatuto dos responsáveis que a compõem;
 - e) O número de elementos que deve integrar a estrutura e respetivas funções;
 - f) Os encargos orçamentais e respetivo cabimento orçamental.
4. As estruturas de missão não podem constituir relações jurídicas de emprego público por tempo indeterminado.
5. Os responsáveis pelas estruturas de missão exercem as respetivas funções em comissão de serviço e podem recorrer a mobilidade geral ou, com respeito pelo disposto no número anterior, recrutar trabalhadores, nos termos da lei e dentro do número fixado na resolução.
6. A estrutura de missão considera-se automaticamente extinta uma vez decorrido o prazo pelo qual foi constituída, sem prejuízo de o respetivo mandato poder ser prorrogado por resolução do Conselho de Ministros, que deve fundamentar tal decisão referindo, designadamente, o grau de cumprimento dos objetivos iniciais.
7. Findo o prazo da missão, o responsável elabora relatório da atividade desenvolvida e dos resultados alcançados, a publicar no *site* do ministério, após aprovação do membro do Governo competente.
8. A prossecução de missões temporárias que não possam, fundamentadamente, ser desenvolvidas pelos serviços existentes pode ainda ser cometida a comissões ou grupos de trabalho ou de projeto, criados por despacho conjunto do ministro ou ministros competentes e do Ministro das Finanças.
9. É aplicável às comissões e aos grupos de trabalho e de projeto, com as necessárias adaptações, o disposto nos n.ºs 2 a 7.
10. Os responsáveis das estruturas de missão, das comissões e dos grupos de trabalho ou de projeto são livremente designados e exonerados.
(Redação da Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro.)

CAPÍTULO VIII DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Artigo 29.º **Publicidade**

(Revogado pela Lei n.º 57/2011, de 28 de novembro.)

Artigo 30.º

Avaliação do desempenho dos serviços

(Revogado pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro.)

Artigo 31.º

Adaptação das secretarias-gerais

1. Constituem atribuições das secretarias-gerais, sempre que as mesmas não se encontrem legalmente cometidas a outros serviços do respetivo ministério:
 - a) Prestar aos membros do Governo em funções no ministério a assistência técnica e administrativa que lhe for solicitada e que não se inclua nas atribuições próprias dos demais serviços;
 - b) Promover a aplicação das medidas de política de organização e de recursos humanos definidas para a Administração Pública, coordenando e apoiando os serviços e organismos do ministério na respetiva implementação;
 - c) Emitir pareceres em matéria de organização, recursos humanos e criação ou alteração de quadros de pessoal;
 - d) Estudar, programar e coordenar a aplicação de medidas tendentes a promover, de forma permanente e sistemática, a inovação, a modernização e a política de qualidade, no âmbito do ministério;
 - e) Assegurar a gestão das instalações que lhe estejam afetas, por lei ou determinação superior, designadamente no que se refere às necessidades de restauro e conservação;
 - f) Coordenar as ações referentes à organização e preservação do património e arquivo histórico;
 - g) Assegurar o normal funcionamento do ministério nas áreas que não sejam da competência específica de outros serviços.
2. Para efeitos do disposto nas alíneas b), c) e d) do número anterior, as secretarias-gerais são entidades com uma relação preferencial com o ministério responsável pela Administração Pública, através do respetivo serviço competente.
3. As leis orgânicas das secretarias-gerais que não contemplem as funções constantes dos números anteriores, desde que aquelas não estejam legalmente cometidas a outros serviços do respetivo ministério, deverão ser revistas no prazo máximo de um ano contado da entrada em vigor do presente diploma.

Artigo 32.º

Transição de regimes

1. Todas as disposições legais constantes de diplomas orgânicos que criem unidades orgânicas caracterizadas na presente lei como unidades nucleares e flexíveis dos serviços passam a ter natureza regulamentar.

2. Os serviços e organismos da administração direta do Estado devem promover a revisão das suas estruturas internas em obediência aos princípios previstos na presente lei no prazo de 180 dias a contar da sua entrada em vigor.

Artigo 32.^o-A

Alteração de regimes de pessoal

(Revogado pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro.)

Artigo 33.^o

Revogação

São revogados os Decretos-Leis n.ºs 26115, de 23 de novembro de 1935, e 59/76, de 23 de janeiro, os artigos 2.º a 5.º e 10.º do Decreto-Lei n.º 41/84, de 3 de fevereiro, e o Decreto-Lei n.º 100-A/85, de 8 de abril.

Artigo 34.^o

Entrada em vigor

A presente lei entra em vigor no dia 1 do mês seguinte ao da sua publicação.

Aprovada em 27 de novembro de 2003.

O Presidente da Assembleia da República, João Bosco Mota Amaral.

Promulgada em 30 de dezembro de 2003.

Publique-se.

O Presidente da República, Jorge Sampaio.

Referendada em 31 de dezembro de 2003.

O Primeiro-Ministro, José Manuel Durão Barroso.

(Não dispensa a consulta do Diário da República)

LEI DE ACESSO AOS DOCUMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO (2007)

Lei n.º 46/2007, de 24 de agosto

Regula o acesso aos documentos administrativos e a sua reutilização, revoga a Lei n.º 65/93, de 26 de agosto, com a redação introduzida pelas Lei n.ºs 8/95, de 29 de março, e 94/99, de 16 de julho, e transpõe para a ordem jurídica nacional a Diretiva n.º 2003/98/CE, do Parlamento e do Conselho, de 17 de novembro, relativa à reutilização de informações do setor público.

A Assembleia da República decreta, nos termos da alínea c) do artigo 161.º da Constituição, o seguinte:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1.º

Administração aberta

O acesso e a reutilização dos documentos administrativos são assegurados de acordo com os princípios da publicidade, da transparência, da igualdade, da justiça e da imparcialidade.

Artigo 2.º

Objeto

1. A presente lei regula o acesso aos documentos administrativos, sem prejuízo do disposto na legislação relativa ao acesso à informação em matéria de ambiente.

2. A presente lei regula ainda a reutilização de documentos relativos a atividades desenvolvidas pelas entidades referidas no artigo 4.º, transpondo para a ordem jurídica nacional a Diretiva n.º 2003/98/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de novembro, relativa à reutilização de informações do setor público.
3. O acesso a documentos nominativos, nomeadamente quando incluam dados de saúde, efetuado pelo titular da informação, por terceiro autorizado pelo titular ou por quem demonstre um interesse direto, pessoal e legítimo rege-se pela presente lei.
4. O regime de exercício do direito dos cidadãos a serem informados pela Administração sobre o andamento dos processos em que sejam diretamente interessados e a conhecer as resoluções definitivas que sobre eles forem tomadas consta de legislação própria.
5. O acesso aos documentos notariais e registrais, aos documentos de identificação civil e criminal e aos documentos depositados em arquivos históricos rege-se por legislação própria.

Artigo 3.º

Definições

1. Para efeitos da presente lei, considera-se:
 - a) «Documento administrativo» qualquer suporte de informação sob forma escrita, visual, sonora, eletrónica ou outra forma material, na posse dos órgãos e entidades referidos no artigo seguinte, ou detidos em seu nome;
 - b) «Documento nominativo» o documento administrativo que contenha, acerca de pessoa singular, identificada ou identificável, apreciação ou juízo de valor, ou informação abrangida pela reserva da intimidade da vida privada.
2. Não se consideram documentos administrativos, para efeitos da presente lei:
 - a) As notas pessoais, esboços, apontamentos e outros registos de natureza semelhante;
 - b) Os documentos cuja elaboração não releve da atividade administrativa, designadamente referentes à reunião do Conselho de Ministros e de secretários de Estado, bem como à sua preparação.

Artigo 4.º

Âmbito de aplicação

1. A presente lei aplica-se aos seguintes órgãos e entidades:
 - a) Órgãos do Estado e das Regiões Autónomas, que integrem a Administração Pública;

- b) Demais órgãos do Estado e das Regiões Autónomas, na medida em que desenvolvam funções materialmente administrativas;
 - c) Órgãos dos institutos públicos e das associações e fundações públicas;
 - d) Órgãos das empresas públicas;
 - e) Órgãos das autarquias locais e das suas associações e federações;
 - f) Órgãos das empresas regionais, intermunicipais e municipais;
 - g) Outras entidades no exercício de funções administrativas ou de poderes públicos.
2. As disposições da presente lei são ainda aplicáveis aos documentos detidos ou elaborados por quaisquer entidades dotadas de personalidade jurídica que tenham sido criadas para satisfazer de um modo específico necessidades de interesse geral, sem carácter industrial ou comercial, e em relação às quais se verifique uma das seguintes circunstâncias:
- a) A respetiva atividade seja financiada maioritariamente por alguma das entidades referidas no número anterior ou no presente número;
 - b) A respetiva gestão esteja sujeita a um controlo por parte de alguma das entidades referidas no número anterior ou no presente número;
 - c) Os respetivos órgãos de administração, de direção ou de fiscalização sejam compostos, em mais de metade, por membros designados por alguma das entidades referidas no número anterior ou no presente número.

Artigo 5.º

Direito de acesso

Todos, sem necessidade de enunciar qualquer interesse, têm direito de acesso aos documentos administrativos, o qual compreende os direitos de consulta, de reprodução e de informação sobre a sua existência e conteúdo.

Artigo 6.º

Restrições ao direito de acesso

1. Os documentos que contenham informações cujo conhecimento seja avaliado como podendo pôr em risco ou causar dano à segurança interna e externa do Estado ficam sujeitos a interdição de acesso ou a acesso sob autorização, durante o tempo estritamente necessário, através da classificação nos termos de legislação específica.
2. O acesso a documentos referentes a matérias em segredo de justiça é regulado por legislação própria.
3. O acesso aos documentos administrativos preparatórios de uma decisão ou constantes de processos não concluídos pode ser diferido até à tomada de decisão, ao arquivamento do processo ou ao decurso de um ano após a sua elaboração.

4. O acesso aos inquéritos e sindicâncias tem lugar após o decurso do prazo para eventual procedimento disciplinar.
5. Um terceiro só tem direito de acesso a documentos nominativos se estiver munido de autorização escrita da pessoa a quem os dados digam respeito ou demonstrar interesse direto, pessoal e legítimo suficientemente relevante segundo o princípio da proporcionalidade.
6. Um terceiro só tem direito de acesso a documentos administrativos que contenham segredos comerciais, industriais ou sobre a vida interna de uma empresa se estiver munido de autorização escrita desta ou demonstrar interesse direto, pessoal e legítimo suficientemente relevante segundo o princípio da proporcionalidade.
7. Os documentos administrativos sujeitos a restrições de acesso são objeto de comunicação parcial sempre que seja possível expurgar a informação relativa à matéria reservada.

Artigo 7.º

Comunicação de dados de saúde

A comunicação de dados de saúde é feita por intermédio de médico se o requerente o solicitar.

Artigo 8.º

Uso ilegítimo de informações

1. Não é permitida a utilização de informações em violação dos direitos de autor ou dos direitos de propriedade industrial.
2. Os documentos nominativos comunicados a terceiros não podem ser utilizados para fins diversos dos que determinaram o acesso, sob pena de responsabilidade por perdas e danos, nos termos legais.

Artigo 9.º

Responsável pelo acesso

Cada ministério, secretaria regional, autarquia local, instituto público, associação pública, fundação pública, empresa pública, empresa regional, empresa intermunicipal e empresa municipal designa um responsável pelo cumprimento das disposições da presente lei.

Artigo 10.º

Divulgação de informação

Os órgãos e entidades a que se refere o artigo 4.º devem assegurar a divulgação, designadamente em bases de dados eletrónicas facilmente acessíveis ao público através de redes públicas de telecomunicações, da

seguinte informação administrativa, a atualizar no mínimo semestralmente:

- a) Todos os documentos, designadamente despachos normativos internos, circulares e orientações, que comportem enquadramento da atividade administrativa;
- b) A enunciação de todos os documentos que comportem interpretação de direito positivo ou descrição de procedimento administrativo, mencionando designadamente o seu título, matéria, data, origem e local onde podem ser consultados.

CAPÍTULO II

EXERCÍCIO DO DIREITO DE ACESSO E DE REUTILIZAÇÃO DOS DOCUMENTOS ADMINISTRATIVOS

SECÇÃO I

DIREITO DE ACESSO

Artigo 11.º

Forma do acesso

1. O acesso aos documentos administrativos exerce-se através dos seguintes meios, conforme opção do requerente:
 - a) Consulta gratuita, efetuada nos serviços que os detêm;
 - b) Reprodução por fotocópia ou por qualquer meio técnico, designadamente visual, sonoro ou eletrónico;
 - c) Certidão.
2. Os documentos são transmitidos em forma inteligível e em termos rigorosamente correspondentes aos do conteúdo do registo.
3. Quando houver risco de a reprodução causar dano ao documento, pode o requerente, a expensas suas e sob a direção do serviço detentor, promover a cópia manual ou a reprodução por outro meio que não prejudique a sua conservação.
4. Os documentos informatizados são enviados por qualquer meio de transmissão eletrónica de dados, sempre que tal for possível e desde que se trate de meio adequado à inteligibilidade e fiabilidade do seu conteúdo e em termos rigorosamente correspondentes ao do conteúdo do registo.
5. A entidade requerida não tem o dever de criar ou adaptar documentos para satisfazer o pedido, nem a obrigação de fornecer extratos de documentos, caso isso envolva um esforço desproporcionado que ultrapasse a simples manipulação dos mesmos.

Artigo 12.º

Encargos de reprodução

1. A reprodução prevista na alínea *b*) do n.º 1 do artigo anterior faz-se num exemplar, sujeito a pagamento, pela pessoa que a solicitar, da taxa fixada, que deve corresponder à soma dos encargos proporcionais com a utilização de máquinas e ferramentas e dos custos dos materiais usados e do serviço prestado, sem que, porém, ultrapasse o valor médio praticado no mercado por serviço correspondente.
2. Tendo em conta o disposto no número anterior, o Governo da República e os Governos das Regiões Autónomas, ouvida a Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (doravante abreviadamente designada por CADA) e as associações nacionais das autarquias locais, devem fixar as taxas a cobrar pelas reproduções e certidões dos documentos administrativos.
3. As entidades com poder tributário autónomo não podem fixar taxas que ultrapassem em mais de 100 % os valores respetivamente fixados nos termos do número anterior, aos quais se devem subordinar enquanto não editarem tabelas próprias.
4. Os órgãos e entidades a que se refere o artigo 4.º devem afixar em lugar acessível ao público uma lista das taxas que cobram pelas reproduções e certidões de documentos administrativos.
5. A entidade requerida pode exigir um preparo que garanta as taxas devidas e, quando for caso disso, os encargos de remessa.

Artigo 13.º

Pedido de acesso

1. O acesso aos documentos deve ser solicitado por escrito através de requerimento do qual constem os elementos essenciais à sua identificação, bem como o nome, morada e assinatura do requerente.
2. A entidade requerida pode também aceitar pedidos verbais e deve fazê-lo nos casos em que a lei assim o determine.
3. A apresentação de queixa à CADA, nos termos da presente lei, pressupõe pedido escrito de acesso ou, pelo menos, a formalização por escrito do indeferimento de pedido verbal.
4. Se o pedido não for suficientemente preciso, a entidade requerida deve, no prazo de cinco dias, indicar ao requerente essa deficiência e convidá-lo a supri-la em prazo fixado para o efeito.
5. Os órgãos e entidades a que se refere o artigo 4.º prestarão, através dos seus funcionários, assistência ao público na identificação dos documentos pretendidos, designadamente informando sobre a forma de organização e utilização dos seus arquivos e registos.

Artigo 14.º**Resposta ao pedido de acesso**

1. A entidade a quem foi dirigido o requerimento de acesso a um documento administrativo deve, no prazo de 10 dias:
 - a) Comunicar a data, local e modo para se efetivar a consulta, se requerida;
 - b) Emitir a reprodução ou certidão requeridas;
 - c) Comunicar por escrito as razões da recusa, total ou parcial, do acesso ao documento pretendido, bem como quais as garantias de recurso administrativo e contencioso dessa decisão;
 - d) Informar que não possui o documento e, se souber qual a entidade que o detém, remeter-lhe o requerimento, com conhecimento ao requerente;
 - e) Expor à CADA dúvidas que tenha sobre a decisão a proferir, a fim de esta entidade emitir parecer.
2. No caso da alínea e) do número anterior, a entidade requerida deve informar o requerente e enviar à CADA cópia do requerimento e de todas as informações e documentos que contribuam para convenientemente o instruir.
3. A Administração não está obrigada a satisfazer pedidos que, face ao seu carácter repetitivo e sistemático ou ao número de documentos requeridos, sejam manifestamente abusivos.
4. Em casos excecionais, se o volume ou a complexidade da informação o justificarem, o prazo referido no n.º 1 pode ser prorrogado, até ao máximo de dois meses, devendo o requerente ser informado desse facto com indicação dos respetivos fundamentos, no prazo máximo de 10 dias.

Artigo 15.º**Direito de queixa**

1. O requerente pode queixar-se à CADA contra falta de resposta, indeferimento ou outra decisão limitadora do acesso a documentos administrativos.
2. A queixa interrompe o prazo para introdução em juízo de petição de intimação para a prestação de informações, consulta de processos ou passagem de certidões e deve ser apresentada dentro de tal prazo, a que se aplicam, com as devidas adaptações, as disposições relativas à remessa a juízo das peças processuais.
3. Se não for caso de indeferimento liminar, a CADA deve convidar a entidade requerida a responder à queixa no prazo de 10 dias.
4. Tanto no caso de queixa como no da consulta prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 14.º, a CADA tem o prazo de 40 dias para elaborar o

correspondente relatório de apreciação da situação, enviando-o, com as devidas conclusões, a todos os interessados.

5. Recebido o relatório referido no número anterior, a entidade requerida comunica ao requerente a sua decisão final fundamentada, no prazo de 10 dias, sem o que se considera haver falta de decisão.
6. Tanto a decisão como a falta de decisão a que se refere o número anterior podem ser impugnadas pelo interessado junto dos tribunais administrativos, aplicando-se, com as devidas adaptações, as regras do processo de intimação referido no n.º 2.

SECÇÃO II DA REUTILIZAÇÃO DOS DOCUMENTOS

Artigo 16.º

Princípio geral

1. Os documentos detidos ou elaborados pelas entidades referidas no artigo 4.º, cujo acesso seja autorizado nos termos da presente lei, podem ser reutilizados por pessoas singulares ou coletivas para fins diferentes do fim de serviço público para o qual foram produzidos.
2. As disposições da presente secção não prejudicam a utilização de textos de convenções, de leis, de regulamentos e de relatórios ou de decisões administrativas, judiciais ou de quaisquer órgãos ou autoridades do Estado ou da Administração, bem como a utilização das traduções oficiais destes textos.
3. As disposições da presente secção não são aplicáveis aos documentos detidos ou elaborados por:
 - a) Empresas de radiodifusão de serviço público, suas filiais e outros organismos que cumpram funções de radiodifusão de serviço público;
 - b) Estabelecimentos de ensino e investigação, incluindo, quando pertinente, organizações criadas com vista à transferência de resultados de investigação;
 - c) Pessoas coletivas públicas ou privadas que se dediquem à prestação de atividades culturais, designadamente museus, bibliotecas, arquivos, orquestras, óperas, companhias de bailado e de teatro.
4. A troca de documentos entre as entidades referidas no artigo 4.º, exclusivamente no desempenho das suas funções, não constitui reutilização.
5. Salvo acordo da Administração, quem reutilizar documentos administrativos não deve alterar a informação neles vertida, nem deve permitir que o seu sentido seja desvirtuado e deve mencionar sempre as fontes, bem como a data da última atualização dessa informação.

Artigo 17.º

Pedido de reutilização

1. A reutilização de documentos depende de autorização expressa da entidade que os detenha, mediante pedido formulado pelo requerente.
2. O pedido de reutilização é formulado por escrito no mesmo requerimento em que é solicitado o acesso ao documento.
3. Quando a reutilização de documentos se destine a fins educativos ou de investigação e desenvolvimento, o requerente deve indicá-lo expressamente.

Artigo 18.º

Documentos excluídos

Não podem ser objeto de reutilização:

- a) Documentos elaborados no exercício de uma atividade de gestão privada da entidade em causa;
- b) Documentos cujos direitos de autor ou direitos conexos pertençam a terceiros ou cuja reprodução, difusão ou utilização possam configurar práticas de concorrência desleal;
- c) Documentos nominativos, salvo autorização do titular, disposição legal que a preveja expressamente ou quando os juízos de valor ou informações abrangidas pela reserva da intimidade da vida privada possam ser anonimizados.

Artigo 19.º

Resposta da entidade requerida

1. A entidade a quem foi dirigido o requerimento de reutilização do documento deve, no mesmo prazo que o previsto no n.º 1 do artigo 14.º:
 - a) Autorizar a reutilização do documento; ou
 - b) Indicar as razões de recusa, total ou parcial, de reutilização do documento e quais os meios de tutela de que dispõe o requerente contra essa decisão.
2. O pedido de reutilização do documento só pode ser indeferido com fundamento na violação de disposições legais, nomeadamente de alguma das disposições da presente lei.
3. O dever de indicar as razões de recusa compreende a indicação da pessoa singular ou coletiva titular do direito de autor ou de direitos conexos sobre o documento, quando essa titularidade constitua o fundamento da recusa da reutilização pretendida.
4. O prazo previsto no n.º 1 pode ser prorrogado uma vez, por igual período, nos casos de pedidos extensos ou complexos, mediante notificação ao requerente nos cinco dias subsequentes à receção do pedido.

Artigo 20.º**Condições de reutilização**

1. A autorização concedida nos termos do artigo anterior pode ser subordinada à observância de determinadas condições de reutilização.
2. A reutilização de documentos pode ainda ser subordinada a pagamento por parte do requerente, nos termos e condições a fixar por portaria conjunta dos ministros responsáveis pelas áreas das finanças, da Administração Pública e da modernização administrativa, não podendo o valor total cobrado pelo acesso e pela reutilização exceder os custos suportados com a recolha, produção, reprodução e divulgação do respetivo documento, acrescidos de uma rentabilidade razoável, tendo em vista a recuperação de eventuais investimentos e a boa qualidade do serviço.
3. A reutilização pode também ser subordinada a pagamento por parte do requerente do custo da anonimização dos documentos.
4. A entidade requerida pode exigir um preparo que garanta as taxas devidas e, quando for caso disso, os encargos de remessa.
5. Na fixação dos valores a cobrar nos termos dos n.ºs 1 e 2, a entidade requerida deve basear-se nos custos durante o exercício contabilístico normal calculados de acordo com os princípios contabilísticos aplicáveis.
6. Devem ser introduzidos regimes diferenciados de preços consoante os documentos sejam reutilizados para fins comerciais ou não comerciais, sendo gratuita a reutilização de documentos para fins educativos ou de investigação e desenvolvimento.
7. As condições de reutilização e os valores cobrados não devem restringir desnecessariamente as possibilidades de reutilização, não podendo a entidade requerida, por essa via, discriminar categorias de reutilização equivalentes ou limitar a concorrência.

Artigo 21.º**Publicidade**

As condições de reutilização e os preços aplicáveis, incluindo o prazo e a forma do respetivo pagamento, são preestabelecidos e publicitados, sempre que possível por via eletrónica, devendo ser indicada a base de cálculo dos valores a cobrar sempre que solicitada pelo requerente.

Artigo 22.º**Proibição de acordos exclusivos**

1. É proibida a celebração de acordos exclusivos de reutilização de documentos, com exceção dos casos em que a constituição de um

direito exclusivo é necessária para a prestação de um serviço de interesse público.

2. Os acordos exclusivos celebrados ao abrigo do número anterior, bem como a respetiva fundamentação, devem ser publicitados, sempre que possível por via eletrónica.
3. Os motivos subjacentes à constituição de um direito exclusivo devem ser objeto de um exame periódico, a realizar, pelo menos, de três em três anos.
4. Os acordos exclusivos existentes que não respeitem o disposto no n.º 1 caducam em 31 de dezembro de 2008.

Artigo 23.º

Intimação para a reutilização de documentos

Sem prejuízo de outras garantias previstas na lei, quando não seja dada integral satisfação ao pedido de reutilização formulado nos termos da presente secção, o interessado pode requerer ao tribunal administrativo competente a intimação da entidade requerida, sendo correspondentemente aplicável o disposto nos artigos 104.º a 108.º do Código de Processo nos Tribunais Administrativos.

Artigo 24.º

Divulgação de documentos disponíveis para reutilização

1. As entidades abrangidas pelas disposições da presente secção devem publicitar, sempre que possível por via eletrónica, listas de existências dos documentos disponíveis para reutilização.
2. A informação prevista no número anterior deve ser, logo que possível, organizada num portal de existências descentralizadas, com vista a facilitar a procura de documentos disponíveis para reutilização.

CAPÍTULO III

CADA

Artigo 25.º

Natureza

1. A CADA é uma entidade administrativa independente, que funciona junto da Assembleia da República e a quem cabe zelar pelo cumprimento das disposições da presente lei.
2. A CADA dispõe de orçamento anual, cuja dotação é inscrita no orçamento da Assembleia da República.

Artigo 26.^o

Composição

1. A CADA é composta pelos seguintes membros:
 - a) Um juiz conselheiro do Supremo Tribunal Administrativo, designado pelo Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais, que preside;
 - b) Dois deputados eleitos pela Assembleia da República, sendo um sob proposta do grupo parlamentar do maior partido que apoia o Governo e o outro sob proposta do maior partido da oposição;
 - c) Um professor de Direito designado pelo Presidente da Assembleia da República;
 - d) Duas personalidades designadas pelo Governo;
 - e) Uma personalidade designada por cada um dos Governos das Regiões Autónomas;
 - f) Uma personalidade designada pela Associação Nacional dos Municípios Portugueses;
 - g) Um advogado designado pela Ordem dos Advogados;
 - h) Um membro designado, de entre os seus vogais, pela Comissão Nacional de Proteção de Dados.
2. Os titulares são substituídos por um suplente, designado pelas mesmas entidades.
3. Os membros da CADA tomam posse perante o Presidente da Assembleia da República nos 10 dias seguintes à publicação da respetiva lista na 1.ª série do *Diário da República*.
4. Os mandatos são de dois anos, renováveis, e cessam com a posse dos novos titulares.

Artigo 27.^o

Competência

1. Compete à CADA:
 - a) Elaborar a sua regulamentação interna, a publicar na 2.ª série do *Diário da República*;
 - b) Apreciar as queixas que lhe sejam apresentadas nos termos do artigo 15.º;
 - c) Emitir parecer sobre o acesso aos documentos administrativos, a solicitação dos órgãos e entidades a que se refere o artigo 4.º;
 - d) Emitir parecer sobre a comunicação de documentos entre serviços e organismos da Administração, a pedido da entidade requerida ou da interessada, a não ser que se anteveja risco de interconexão de dados, caso em que a questão é submetida à apreciação da Comissão Nacional de Proteção de Dados;

- e) Pronunciar-se sobre o sistema de registo e de classificação de documentos;
 - f) Emitir parecer sobre a aplicação da presente lei, bem como sobre a elaboração e aplicação de diplomas complementares, a solicitação da Assembleia da República, do Governo e dos órgãos e entidades a que se refere o artigo 4.º;
 - g) Elaborar um relatório anual sobre a aplicação da presente lei e a sua atividade, a enviar à Assembleia da República para publicação e apreciação e ao Primeiro-Ministro;
 - h) Contribuir para o esclarecimento e divulgação das diferentes vias de acesso aos documentos administrativos no âmbito do princípio da administração aberta;
 - i) Aplicar coimas em processos de contraordenação.
2. Os projetos de deliberação são elaborados pelos membros da CADA, com o apoio dos serviços técnicos.
 3. Os pareceres são publicados nos termos do regulamento interno.

Artigo 28.º

Cooperação da administração

1. Todos os dirigentes, funcionários e agentes dos órgãos e entidades a que se refere o artigo 4.º têm o dever de cooperação com a CADA, sob pena de responsabilidade disciplinar ou de outra natureza, nos termos da lei.
2. Para efeitos do número anterior devem ser comunicadas todas as informações relevantes para o conhecimento das questões apresentadas à CADA no âmbito das suas competências.

Artigo 29.º

Estatuto dos membros da CADA

1. Não podem ser membros da CADA os cidadãos que não se encontrem no pleno gozo dos seus direitos civis e políticos.
2. São deveres dos membros da CADA:
 - a) Exercer o cargo com isenção, rigor e independência;
 - b) Participar ativa e assiduamente nos trabalhos da CADA.
3. Os membros da CADA não podem ser prejudicados na estabilidade do seu emprego, na sua carreira profissional, nomeadamente nas promoções a que entretanto tenham adquirido direito, nem nos concursos públicos a que se submetam e ainda no regime de segurança social de que beneficiem à data do início do mandato.
4. Os membros da CADA são inamovíveis, não podendo as suas funções cessar antes do termo do mandato, salvo nos seguintes casos:
 - a) Morte;

- b) Impossibilidade física permanente ou com uma duração que se preveja ultrapassar a data do termo do mandato;
 - c) Renúncia ao mandato;
 - d) Perda do mandato.
5. A renúncia ao mandato torna-se eficaz com a apresentação da respetiva declaração escrita ao presidente da CADA e é publicada na 2.^a série do *Diário da República*.
 6. Perdem o mandato os membros da CADA que venham a ser abrangidos por incapacidade ou incompatibilidade prevista na lei, ou que falem, no mesmo ano civil, a três reuniões consecutivas ou a seis interpoladas, salvo motivo justificado.
 7. A perda do mandato é objeto de deliberação a publicar na 2.^a série do *Diário da República*.

Artigo 30.º

Estatuto remuneratório

1. O presidente auferir a remuneração e outras regalias a que tem direito como juiz conselheiro do Supremo Tribunal Administrativo, bem como um abono mensal para despesas de representação no valor de 20 % do respetivo vencimento base.
2. À exceção do presidente, todos os membros podem exercer o seu mandato em acumulação com outras funções e auferem um abono correspondente a 25 % do valor do índice 100 da escala salarial do pessoal dirigente da função pública.
3. À exceção do presidente, todos os membros auferem um abono correspondente a 5 % do valor do índice 100 da escala salarial do pessoal dirigente da função pública por cada sessão da CADA em que participem.
4. Todos os membros têm direito a ajudas de custo e ao reembolso de despesas com transportes e com telecomunicações nos termos previstos para o cargo de diretor-geral.
5. Nas deslocações das personalidades designadas pelos Governos das Regiões Autónomas o abono das ajudas de custo será processado segundo o regime vigente nas respetivas administrações regionais.

Artigo 31.º

Competência do presidente

1. No quadro das orientações dadas pela CADA, o presidente exerce, com possibilidade de delegação no secretário, as competências fixadas na lei para o cargo de dirigente máximo de organismo autónomo em matéria de gestão de pessoal, financeira, patrimonial e administrativa.

2. A CADA pode delegar no presidente poderes para apreciar e decidir:
 - a) Queixas manifestamente infundadas ou extemporâneas;
 - b) Desistências;
 - c) Casos de inutilidade superveniente.

Artigo 32.º

Serviços de apoio

1. A CADA dispõe de serviços próprios de apoio técnico e administrativo, cujo regulamento e mapa de pessoal são aprovados por resolução da Assembleia da República, sob proposta da Comissão.
2. O regulamento e o mapa de pessoal previstos na Lei n.º 8/95, de 29 de março, continuam a ser aplicáveis até à entrada em vigor do instrumento jurídico a que se refere o número anterior.

CAPÍTULO IV

CONTRAORDENAÇÕES

Artigo 33.º

Contraordenações

1. Praticam contraordenação punível com coima as pessoas singulares ou coletivas que:
 - a) Reutilizem documentos do setor público sem autorização da entidade competente;
 - b) Reutilizem documentos do setor público sem observar as condições de reutilização estabelecidas no n.º 1 do artigo 20.º;
 - c) Reutilizem documentos do setor público sem que tenham procedido ao pagamento do valor fixado nos n.ºs 2 e 3 do artigo 20.º
2. As infrações previstas nas alíneas a) e c) do número anterior são puníveis com as seguintes coimas:
 - a) Tratando-se de pessoa singular, no mínimo de € 300 e no máximo de € 3500;
 - b) Tratando-se de pessoa coletiva, no mínimo de € 2500 e no máximo de € 25 000.
3. A infração prevista na alínea b) do n.º 1 é punível com as seguintes coimas:
 - a) Tratando-se de pessoa singular, no mínimo de € 150 e no máximo de € 1750;
 - b) Tratando-se de pessoa coletiva, no mínimo de € 1250 e no máximo de € 12 500.

Artigo 34.^o

Negligência e tentativa

A negligência e a tentativa são sempre punidas nas contraordenações previstas no artigo anterior.

Artigo 35.^o

Aplicação das coimas

1. A instrução do processo de contraordenação compete aos serviços da Administração onde foi detetada a infração, podendo ser completada pelos serviços de apoio da CADA.
2. A aplicação das coimas previstas na presente lei é da competência da CADA.
3. A deliberação da CADA constitui título executivo, no caso de não ser impugnada no prazo legal.

Artigo 36.^o

Destino das receitas cobradas

O montante das importâncias cobradas, em resultado da aplicação das coimas, reverte:

- a) Em 40 % para a CADA;
- b) Em 40 % para os cofres do Estado; e
- c) Em 20 % para a entidade referida no artigo 4.^o lesada com a prática da infração.

Artigo 37.^o

Omissão de dever

Sempre que a contraordenação resulte da omissão de um dever, a aplicação da sanção e o pagamento da coima não dispensam o infrator do seu cumprimento, se este ainda for possível.

Artigo 38.^o

Impugnação judicial

1. A impugnação da decisão final da CADA reveste a forma de reclamação a apresentar no prazo de 10 dias a contar da respetiva notificação.
2. Em face dessa impugnação, a CADA pode modificar ou revogar a sua decisão, notificando o arguido ou arguidos da nova decisão final.
3. Caso mantenha a anterior decisão, a CADA remete a reclamação em 10 dias ao Ministério Público a prestar funções no Tribunal Administrativo e Fiscal de Lisboa.

Artigo 39.º

Decurso do processo judicial

1. O Ministério Público, assessorado por técnico ou representante da CADA, conclui os autos e torna-os presentes ao juiz.
2. O juiz pode decidir a questão nos termos da presente lei por simples despacho, se a tal não se opuserem a defesa, o Ministério Público e a CADA.
3. Se houver audiência, as respetivas formalidades são reduzidas ao mínimo indispensável, não havendo lugar à gravação de prova, nem à audição de mais de três testemunhas por cada contraordenação imputada.
4. O juiz tem sempre competência para arbitrar uma indemnização a quem entenda ter a ela direito.
5. Da decisão final do juiz cabe recurso *per saltum* para o Supremo Tribunal Administrativo, que decidirá de direito.

Artigo 40.º

Revogação

É revogada a Lei n.º 65/93, de 26 de agosto, com a redação introduzida pelas Leis n.ºs 8/95, de 29 de março, e 94/99, de 16 de julho, bem como pelo artigo 19.º da Lei n.º 19/2006, de 12 de junho.

Artigo 41.º

Entrada em vigor

A presente lei entra em vigor no 1.º dia do mês seguinte ao da sua publicação, à exceção do disposto no artigo 30.º, que produz efeitos com a entrada em vigor da lei do Orçamento do Estado posterior à sua aprovação.

Aprovada em 19 de julho de 2007.

O Presidente da Assembleia da República, Jaime Gama.

Promulgada em 8 de agosto de 2007.

Publique-se.

O Presidente da República, Aníbal Cavaco Silva.

Referendada em 16 de agosto de 2007.

O Primeiro-Ministro, José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa.

(Não dispensa a consulta do Diário da República)

Notas

O presente diploma encontra-se atualizado de acordo com:
Lei n.º 31/2008, de 17 de julho, com efeitos desde a data da entrada em vigor da Lei n.º 67/2007, de 31 de dezembro.

REGIME DA RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA CONTRATUAL DO ESTADO E DEMAIS ENTIDADES PÚBLICAS

Lei n.º 67/2007, de 31 de dezembro

**Aprova o Regime da Responsabilidade Civil Extracontratual
do Estado e Demais Entidades Públicas**

A Assembleia da República decreta, nos termos da alínea c) do artigo 161.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º **Aprovação**

É aprovado o Regime da Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e Demais Entidades Públicas, que se publica em anexo à presente lei e que dela faz parte integrante.

Artigo 2.º **Regimes especiais**

1. O disposto na presente lei salvaguarda os regimes especiais de responsabilidade civil por danos decorrentes do exercício da função administrativa.
2. A presente lei prevalece sobre qualquer remissão legal para o regime de responsabilidade civil extracontratual de direito privado aplicável a pessoas coletivas de direito público.

Artigo 3.º

Pagamento de indemnizações

1. Quando haja lugar ao pagamento de indemnizações devidas por pessoas coletivas pertencentes à administração indireta do Estado ou à administração autónoma e a competente sentença judicial não seja espontaneamente executada no prazo máximo de 30 dias, o crédito indemnizatório só pode ser satisfeito por conta da dotação orçamental inscrita à ordem do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais (CSTAF) a título subsidiário quando, através da aplicação do regime da execução para pagamento de quantia certa regulado na lei processual civil, não tenha sido possível obter o respetivo pagamento junto da entidade responsável.
2. O disposto no número anterior não prejudica a possibilidade de o interessado solicitar diretamente a compensação do seu crédito com eventuais dívidas que o onerem para com a mesma pessoa coletiva, nos termos do artigo 170.º do Código de Processo nos Tribunais Administrativos, sem necessidade de solicitar previamente a satisfação do seu crédito indemnizatório através da aplicação do regime da execução para pagamento de quantia certa previsto na lei processual civil.
3. Nas situações previstas no n.º 1, caso se mostrem esgotadas as providências de execução para pagamento de quantia certa previstas na lei processual civil sem que tenha sido possível obter o respetivo pagamento através da entidade responsável, a secretaria do tribunal notifica imediatamente o CSTAF para que emita a ordem de pagamento da indemnização, independentemente de despacho judicial e de tal ter sido solicitado, a título subsidiário, na petição de execução.
4. Quando ocorra a satisfação do crédito indemnizatório por via do Orçamento do Estado, nos termos do n.º 1, o Estado goza de direito de regresso, incluindo juros de mora, sobre a entidade responsável, a exercer mediante uma das seguintes formas:
 - a) Desconto nas transferências a efetuar para a entidade em causa no Orçamento do Estado do ano seguinte;
 - b) Tratando-se de entidade pertencente à Administração indireta do Estado, inscrição oficiosa no respetivo orçamento privativo pelo órgão tutelar ao qual caiba a aprovação do orçamento; ou
 - c) Ação de regresso a intentar no tribunal competente.

Artigo 4.º

Sexta alteração ao Estatuto do Ministério Público

O artigo 77.º do Estatuto do Ministério Público (Lei n.º 47/86, de 15 de outubro, retificada no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 263, de 14 de novembro de 1986, e alterada pelas Leis n.ºs 2/90, de 20 de janeiro, 23/92,

de 20 de agosto, 33-A/96, de 26 de agosto, 60/98, de 27 de agosto, e 42/2005, de 29 de agosto), passa a ter a seguinte redação:

«Artigo 77.º
[...]

Fora dos casos em que a falta constitua crime, a responsabilidade civil apenas pode ser efetivada, mediante ação de regresso do Estado, em caso de dolo ou culpa grave.»

Artigo 5.º

Norma revogatória

São revogados o Decreto-Lei n.º 48 051, de 21 de novembro de 1967, e os artigos 96.º e 97.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Artigo 6.º

Entrada em vigor

A presente lei entra em vigor no prazo de 30 dias após a data da sua publicação.

Aprovada em 18 de outubro de 2007.

O Presidente da Assembleia da República, Jaime Gama.

Promulgada em 10 de dezembro de 2007.

Publique-se.

O Presidente da República, Aníbal Cavaco Silva.

Referendada em 10 de dezembro de 2007.

O Primeiro-Ministro, José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa.

ANEXO

**REGIME DA RESPONSABILIDADE CIVIL
EXTRA CONTRATUAL
DO ESTADO E DEMAIS ENTIDADES PÚBLICAS**

**CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS**

Artigo 1.º

Âmbito de aplicação

1. A responsabilidade civil extracontratual do Estado e das demais pessoas coletivas de direito público por danos resultantes do exercício

da função legislativa, jurisdicional e administrativa rege-se pelo disposto na presente lei, em tudo o que não esteja previsto em lei especial.

2. Para os efeitos do disposto no número anterior, correspondem ao exercício da função administrativa as ações e omissões adotadas no exercício de prerrogativas de poder público ou reguladas por disposições ou princípios de direito administrativo.
3. Sem prejuízo do disposto em lei especial, a presente lei regula também a responsabilidade civil dos titulares de órgãos, funcionários e agentes públicos por danos decorrentes de ações ou omissões adotadas no exercício das funções administrativa e jurisdicional e por causa desse exercício.
4. As disposições da presente lei são ainda aplicáveis à responsabilidade civil dos demais trabalhadores ao serviço das entidades abrangidas, considerando-se extensivas a estes as referências feitas aos titulares de órgãos, funcionários e agentes.
5. As disposições que, na presente lei, regulam a responsabilidade das pessoas coletivas de direito público, bem como dos titulares dos seus órgãos, funcionários e agentes, por danos decorrentes do exercício da função administrativa, são também aplicáveis à responsabilidade civil de pessoas coletivas de direito privado e respetivos trabalhadores, titulares de órgãos sociais, representantes legais ou auxiliares, por ações ou omissões que adotem no exercício de prerrogativas de poder público ou que sejam reguladas por disposições ou princípios de direito administrativo.

Artigo 2.º

Danos ou encargos especiais e anormais

Para os efeitos do disposto na presente lei, consideram-se especiais os danos ou encargos que incidam sobre uma pessoa ou um grupo, sem afetarem a generalidade das pessoas, e anormais os que, ultrapassando os custos próprios da vida em sociedade, mereçam, pela sua gravidade, a tutela do direito.

Artigo 3.º

Obrigação de indemnizar

1. Quem esteja obrigado a reparar um dano, segundo o disposto na presente lei, deve reconstituir a situação que existiria se não se tivesse verificado o evento que obriga à reparação.
2. A indemnização é fixada em dinheiro quando a reconstituic  o natural não seja possível, não repare integralmente os danos ou seja excessivamente onerosa.
3. A responsabilidade prevista na presente lei compreende os danos patrimoniais e não patrimoniais, bem como os danos já produzidos e os danos futuros, nos termos gerais de direito.

Artigo 4.º

Culpa do lesado

Quando o comportamento culposo do lesado tenha concorrido para a produção ou agravamento dos danos causados, designadamente por não ter utilizado a via processual adequada à eliminação do ato jurídico lesivo, cabe ao tribunal determinar, com base na gravidade das culpas de ambas as partes e nas consequências que delas tenham resultado, se a indemnização deve ser totalmente concedida, reduzida ou mesmo excluída.

Artigo 5.º

Prescrição

O direito à indemnização por responsabilidade civil extracontratual do Estado, das demais pessoas coletivas de direito público e dos titulares dos respetivos órgãos, funcionários e agentes bem como o direito de regresso prescrevem nos termos do artigo 498.º do Código Civil, sendo-lhes aplicável o disposto no mesmo Código em matéria de suspensão e interrupção da prescrição.

Artigo 6.º

Direito de regresso

1. O exercício do direito de regresso, nos casos em que este se encontra previsto na presente lei, é obrigatório, sem prejuízo do procedimento disciplinar a que haja lugar.
2. Para os efeitos do disposto no número anterior, a secretaria do tribunal que tenha condenado a pessoa coletiva remete certidão da sentença, logo após o trânsito em julgado, à entidade ou às entidades competentes para o exercício do direito de regresso.

CAPÍTULO II

RESPONSABILIDADE CIVIL POR DANOS DECORRENTES DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO ADMINISTRATIVA

SECÇÃO I

RESPONSABILIDADE POR FACTO ILÍCITO

Artigo 7.º

Responsabilidade exclusiva do Estado e demais pessoas coletivas de direito público

1. O Estado e as demais pessoas coletivas de direito público são exclusivamente responsáveis pelos danos que resultem de ações ou omissões

sões ilícitas, cometidas com culpa leve, pelos titulares dos seus órgãos, funcionários ou agentes, no exercício da função administrativa e por causa desse exercício.

2. É concedida indemnização às pessoas lesadas por violação de norma ocorrida no âmbito de procedimento de formação dos contratos referidos no artigo 100.º do Código de Processo nos Tribunais Administrativos, de acordo com os requisitos da responsabilidade civil extracontratual definidos pelo direito comunitário.
3. O Estado e as demais pessoas coletivas de direito público são ainda responsáveis quando os danos não tenham resultado do comportamento concreto de um titular de órgão, funcionário ou agente determinado, ou não seja possível provar a autoria pessoal da ação ou omissão, mas devam ser atribuídos a um funcionamento anormal do serviço.
4. Existe funcionamento anormal do serviço quando, atendendo às circunstâncias e a padrões médios de resultado, fosse razoavelmente exigível ao serviço uma atuação suscetível de evitar os danos produzidos.

(Redação da Lei n.º 31/2008, de 17 de julho, com efeitos desde a data da entrada em vigor da Lei n.º 67/2007, de 31 de dezembro.)

Artigo 8.º

Responsabilidade solidária em caso de dolo ou culpa grave

1. Os titulares de órgãos, funcionários e agentes são responsáveis pelos danos que resultem de ações ou omissões ilícitas, por eles cometidas com dolo ou com diligência e zelo manifestamente inferiores àqueles a que se encontravam obrigados em razão do cargo.
2. O Estado e as demais pessoas coletivas de direito público são responsáveis de forma solidária com os respetivos titulares de órgãos, funcionários e agentes, se as ações ou omissões referidas no número anterior tiverem sido cometidas por estes no exercício das suas funções e por causa desse exercício.
3. Sempre que satisfaçam qualquer indemnização nos termos do número anterior, o Estado e as demais pessoas coletivas de direito público gozam de direito de regresso contra os titulares de órgãos, funcionários ou agentes responsáveis, competindo aos titulares de poderes de direção, de supervisão, de superintendência ou de tutela adotar as providências necessárias à efetivação daquele direito, sem prejuízo do eventual procedimento disciplinar.
4. Sempre que, nos termos do n.º 2 do artigo 10.º, o Estado ou uma pessoa coletiva de direito público seja condenado em responsabilidade civil fundada no comportamento ilícito adotado por um titular de órgão, funcionário ou agente, sem que tenha sido apurado o grau de culpa do titular de

órgão, funcionário ou agente envolvido, a respetiva ação judicial prossegue nos próprios autos, entre a pessoa coletiva de direito público e o titular de órgão, funcionário ou agente, para apuramento do grau de culpa deste e, em função disso, do eventual exercício do direito de regresso por parte daquela.

Artigo 9.º

Ilicitude

1. Consideram-se ilícitas as ações ou omissões dos titulares de órgãos, funcionários e agentes que violem disposições ou princípios constitucionais, legais ou regulamentares ou infrinjam regras de ordem técnica ou deveres objetivos de cuidado e de que resulte a ofensa de direitos ou interesses legalmente protegidos.
2. Também existe ilicitude quando a ofensa de direitos ou interesses legalmente protegidos resulte do funcionamento anormal do serviço, segundo o disposto no n.º 3 do artigo 7.º

Artigo 10.º

Culpa

1. A culpa dos titulares de órgãos, funcionários e agentes deve ser apreciada pela diligência e aptidão que seja razoável exigir, em função das circunstâncias de cada caso, de um titular de órgão, funcionário ou agente zeloso e cumpridor.
2. Sem prejuízo da demonstração de dolo ou culpa grave, presume-se a existência de culpa leve na prática de atos jurídicos ilícitos.
3. Para além dos demais casos previstos na lei, também se presume a culpa leve, por aplicação dos princípios gerais da responsabilidade civil, sempre que tenha havido incumprimento de deveres de vigilância.
4. Quando haja pluralidade de responsáveis, é aplicável o disposto no artigo 497.º do Código Civil.

SECÇÃO II

RESPONSABILIDADE PELO RISCO

Artigo 11.º

Responsabilidade pelo risco

1. O Estado e as demais pessoas coletivas de direito público respondem pelos danos decorrentes de atividades, coisas ou serviços administrativos especialmente perigosos, salvo quando, nos termos gerais, se prove que houve força maior ou concorrência de culpa do lesado, podendo

o tribunal, neste último caso, tendo em conta todas as circunstâncias, reduzir ou excluir a indemnização.

2. Quando um facto culposo de terceiro tenha concorrido para a produção ou agravamento dos danos, o Estado e as demais pessoas coletivas de direito público respondem solidariamente com o terceiro, sem prejuízo do direito de regresso.

CAPÍTULO III RESPONSABILIDADE CIVIL POR DANOS DECORRENTES DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO JURISDICIONAL

Artigo 12.º

Regime geral

Salvo o disposto nos artigos seguintes, é aplicável aos danos ilicitamente causados pela administração da justiça, designadamente por violação do direito a uma decisão judicial em prazo razoável, o regime da responsabilidade por factos ilícitos cometidos no exercício da função administrativa.

Artigo 13.º

Responsabilidade por erro judiciário

1. Sem prejuízo do regime especial aplicável aos casos de sentença penal condenatória injusta e de privação injustificada da liberdade, o Estado é civilmente responsável pelos danos decorrentes de decisões judiciais manifestamente inconstitucionais ou ilegais ou injustificadas por erro grosseiro na apreciação dos respetivos pressupostos de facto.
2. O pedido de indemnização deve ser fundado na prévia revogação da decisão danosa pela jurisdição competente.

Artigo 14.º

Responsabilidade dos magistrados

1. Sem prejuízo da responsabilidade criminal em que possam incorrer, os magistrados judiciais e do Ministério Público não podem ser diretamente responsabilizados pelos danos decorrentes dos atos que pratiquem no exercício das respetivas funções, mas, quando tenham agido com dolo ou culpa grave, o Estado goza de direito de regresso contra eles.

2. A decisão de exercer o direito de regresso sobre os magistrados cabe ao órgão competente para o exercício do poder disciplinar, a título oficioso ou por iniciativa do Ministro da Justiça.

CAPÍTULO IV

RESPONSABILIDADE CIVIL POR DANOS DECORRENTES DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO POLÍTICO-LEGISLATIVA

Artigo 15.º

Responsabilidade no exercício da função político-legislativa

1. O Estado e as regiões autónomas são civilmente responsáveis pelos danos anormais causados aos direitos ou interesses legalmente protegidos dos cidadãos por atos que, no exercício da função político-legislativa, pratiquem, em desconformidade com a Constituição, o direito internacional, o direito comunitário ou ato legislativo de valor reforçado.
2. A decisão do tribunal que se pronuncie sobre a inconstitucionalidade ou ilegalidade de norma jurídica ou sobre a sua desconformidade com convenção internacional, para efeitos do número anterior, equivale, para os devidos efeitos legais, a decisão de recusa de aplicação ou a decisão de aplicação de norma cuja inconstitucionalidade, ilegalidade ou desconformidade com convenção internacional haja sido suscitada durante o processo, consoante o caso.
3. O Estado e as regiões autónomas são também civilmente responsáveis pelos danos anormais que, para os direitos ou interesses legalmente protegidos dos cidadãos, resultem da omissão de providências legislativas necessárias para tornar exequíveis normas constitucionais.
4. A existência e a extensão da responsabilidade prevista nos números anteriores são determinadas atendendo às circunstâncias concretas de cada caso e, designadamente, ao grau de clareza e precisão da norma violada, ao tipo de inconstitucionalidade e ao facto de terem sido adotadas ou omitidas diligências suscetíveis de evitar a situação de ilicitude.
5. A constituição em responsabilidade fundada na omissão de providências legislativas necessárias para tornar exequíveis normas constitucionais depende da prévia verificação de inconstitucionalidade por omissão pelo Tribunal Constitucional.
6. Quando os lesados forem em tal número que, por razões de interesse público de excecional relevo, se justifique a limitação do âmbito da obrigação de indemnizar, esta pode ser fixada equitativamente em montante inferior ao que corresponderia à reparação integral dos danos causados.

CAPÍTULO V

INDEMNIZAÇÃO PELO SACRIFÍCIO

Artigo 16.º

Indemnização pelo sacrifício

O Estado e as demais pessoas coletivas de direito público indemnizam os particulares a quem, por razões de interesse público, imponham encargos ou causem danos especiais e anormais, devendo, para o cálculo da indemnização, atender-se, designadamente, ao grau de afetação do conteúdo substancial do direito ou interesse violado ou sacrificado.

(*Não dispensa a consulta do Diário da República*)

Notas

O presente diploma encontra-se atualizado de acordo com:

Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro — entrada em vigor em 2 de janeiro de 2015.

SISTEMA DA INDÚSTRIA RESPONSÁVEL (SIR)

Decreto-Lei n.º 169/2012, de 1 de agosto

O XIX Governo Constitucional tem como um dos principais objetivos potenciar o crescimento económico e o emprego, sendo para tanto indispensável a criação de um ambiente favorável ao investimento privado, em particular ao desenvolvimento industrial.

Neste contexto, considera o Governo essencial criar um novo quadro jurídico para o setor da indústria, que facilite a captação de novos investidores e a geração de novos projetos para as empresas já estabelecidas, baseado numa mudança de paradigma em que o Estado, no espírito do Licenciamento Zero, previsto pelo Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de abril, reduz o controlo prévio e reforça os mecanismos de controlo *a posteriori*, acompanhados de maior responsabilização dos industriais e das demais entidades intervenientes no procedimento.

O presente diploma vem, pois, corporizar tal desiderato, aprovando o Sistema da Indústria Responsável (SIR), consagrando um conjunto de medidas que vêm proporcionar claros avanços e melhoramentos no desenvolvimento sustentável e sólido da economia nacional.

De entre as referidas medidas, destaca-se, desde logo, a consolidação, num único diploma, das matérias relativas ao exercício da atividade

industrial, à instalação das novas Zonas Empresariais Responsáveis (ZER) e à acreditação de entidades no âmbito do licenciamento industrial, pondo-se termo à atual dispersão legislativa, que se entende injustificada face à manifesta afinidade das matérias em presença.

Merece ainda destaque a criação de áreas territorialmente delimitadas, dotadas de infraestruturas e pré-licenciadas, as ZER, que passam a permitir a localização simplificada, célere e menos onerosa de novas indústrias, numa lógica «chave-na-mão», contribuindo assim para um correto ordenamento do território nacional.

Tendo em conta a realidade nacional, cujo tecido empresarial é, na sua grande maioria, constituído por PME, merece principal relevo a opção do Governo, no âmbito das medidas de simplificação de processos, em extinguir a exigência de licenciamento nas pequenas indústrias, com uma potência eléctrica inferior a 99 kVA, potência térmica superior a 12×10^6 kJ/h, e menos de 20 trabalhadores, que integram o tipo 3 e passam a estar sujeitas a um regime de mera comunicação prévia, podendo iniciar a respetiva exploração imediatamente após tal comunicação.

No que respeita às medidas de reforço de transparência nos procedimentos, importa enfatizar aquelas que vão no sentido de promover a adoção, pelas entidades públicas, de condições técnicas padronizadas por tipos de atividade e ou operação, que definem o âmbito e o conteúdo das respetivas licenças ou autorizações e que permitem que o industrial possa vir a obter um título de exploração emitido, com base numa declaração de cumprimento integral das condições predefinidas. Estas medidas permitem não só introduzir maior transparência e celeridade nos procedimentos, como também tornar o processo menos oneroso para o industrial, através da redução para um terço do montante das taxas devidas.

Merece também destaque a extensão da intervenção de entidades acreditadas à área do ambiente, no procedimento de instalação e exploração de estabelecimentos industriais, as quais passam a poder avaliar a conformidade dos elementos instrutórios do pedido de autorização, com a inerente dispensa de verificação de omissões ou irregularidades nos elementos instrutórios por parte das entidades competentes e consequente diminuição dos prazos procedimentais.

De assinalar que, na mesma lógica de desburocratização de procedimentos, são introduzidas alterações à definição dos estabelecimentos de maior perigosidade, isto é, os estabelecimentos do chamado tipo 1. Assim, atendendo a que se encontram já abrangidas pelos regimes de avaliação de impacte ambiental (AIA), prevenção de acidentes graves envolvendo substâncias perigosas (PAG) e ou prevenção e controlo integrado da poluição (PCIP), as operações de gestão de resíduos perigosos passam a estar excluídas desta tipologia.

Relativamente ainda aos estabelecimentos de tipo 1, e em linha com a adoção progressiva e incremental pelas entidades intervenientes de

condições técnicas padronizadas, estabelece-se o regime de autorização prévia padronizada, com responsabilização do agente económico pelo cumprimento de um conjunto de requisitos predefinidos em licença ou autorização e conducente à obtenção de um título de instalação e exploração, sendo que, nos casos em que tal não seja exequível ou por opção do requerente, é adotado o regime de autorização individualizada, havendo neste caso lugar a uma reunião entre os vários interessados, no sentido da conciliação de posições, a chamada conferência das entidades intervenientes, à semelhança do modelo utilizado no regime respeitante aos projetos de Potencial Interesse Nacional.

Ainda no que respeita à padronização de condições técnicas, cumpre referir que Portugal será o primeiro país da Europa comunitária a dispor de licenças padronizadas em matéria de título de emissão de gases com efeito de estufa (TEGEE) e de licença ambiental de PCIP. O nosso país também será pioneiro ao nível da intervenção de entidades acreditadas nos domínios ambientais associados aos regimes de AIA e de PAG.

Por outro lado, e relativamente aos estabelecimentos de tipo 2, estabelece-se um regime distinto do até agora vigente, seja pela redução de prazos para emissão do título de exploração, seja pelo alargamento dos casos de dispensa de consultas a entidades públicas pelo facto, designadamente, de a decisão de atribuição do título de exploração poder assentar, também nestes casos, numa declaração do industrial de cumprimento de requisitos predefinidos em licença ou autorização padronizada.

Sublinhe-se ainda o reforço da operacionalização do regime da produção de atos tácitos, através da emissão automática via «Balcão do empreendedor» da respetiva certidão, sem necessidade de intervenção humana, sempre que a decisão administrativa não seja tomada no prazo legalmente estabelecido.

Tendo em vista a implementação do novo SIR, é necessário proceder à correspondente alteração de diversos regimes legais conexos, nomeadamente nas áreas do ambiente e do ordenamento do território, de modo a assegurar a coerência dos prazos constantes neste diploma com os prazos previstos naqueles regimes legais.

Assim, até ao final do primeiro semestre de 2012, este esforço de simplificação e consolidação legislativa na área do licenciamento industrial vai ser ainda acompanhado pela alteração do regime jurídico da AIA, estatuído no Decreto-Lei n.º 69/2000, de 3 de maio, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 197/2005, de 8 de novembro, e pelo Decreto-Lei n.º 60/2012, de 14 de março, tendo em vista uma melhor interligação entre o crescimento económico e a proteção dos valores ambientais, garantindo-se desta forma melhores condições para um desenvolvimento sustentável em Portugal.

Nesse sentido, a articulação entre ambos os regimes jurídicos permite garantir a agilização dos vários procedimentos, designadamente por via

da redução de prazos, bem como consagrar um conjunto de inovações legislativas, que colocam Portugal na linha da frente face aos seus congéneres europeus, tornando-o num país mais atrativo para o investimento.

Adicionalmente, consagra-se a dispensa de AIA para os estabelecimentos industriais que se pretendam instalar nas ZER, desde que o estudo de impacte ambiental da ZER tenha incluído os elementos necessários à AIA do estabelecimento industrial em causa.

Com o SIR, o investimento e a instalação de atividades industriais em Portugal tornam-se mais simples, mais seguros e mais rápidos, potenciando o fundamental crescimento do emprego e da economia nacionais.

Foram ouvidas a Comissão Nacional de Proteção de Dados, a Associação Nacional de Municípios Portugueses e a CIP — Confederação Empresarial de Portugal.

Assim:

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 198.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º

Objeto

O presente diploma aprova o Sistema da Indústria Responsável (SIR).

Artigo 2.º

Aprovação do SIR

É aprovado em anexo ao presente diploma o SIR, que dele faz parte integrante.

Artigo 3.º

Implementação do SIR

Compete ao Governo proceder à implementação do disposto no SIR, aprovado em anexo ao presente diploma, designadamente através de:

- a) Implementação e coordenação do processo de padronização de condições técnicas;
- b) Desenvolvimento dos requisitos funcionais associados ao desenvolvimento da plataforma eletrónica prevista no artigo 6.º do SIR;
- c) Coordenação do processo de disponibilização da informação de apoio ao cumprimento das formalidades e atos legalmente estabelecidos no âmbito do SIR nos termos previstos no artigo 9.º do SIR.

Artigo 4.º

Adaptação da plataforma de interoperabilidade

1. As adaptações necessárias à plataforma eletrónica referida no artigo 6.º do SIR, aprovado em anexo ao presente diploma, são desenvolvidas pela Agência para a Modernização Administrativa, I. P. (AMA, I. P.), nos termos e prazos previstos no artigo 12.º, competindo-lhe assegurar a respetiva administração.
2. Os modelos dos formulários eletrónicos do pedido de autorização prévia, de declaração de responsabilidade, de comunicação prévia com prazo e de mera comunicação prévia são aprovados, no mesmo prazo, por despacho do dirigente máximo da AMA, I. P., ouvidas as entidades coordenadoras respetivas.

Artigo 5.º

Atualização do cadastro dos estabelecimentos industriais

Os industriais que, à data da entrada em vigor do presente diploma, possuam título habilitante para o exercício da atividade industrial podem solicitar através do «Balcão do empreendedor» que este lhes seja disponibilizado em suporte informático, cabendo à entidade coordenadora detentora da informação relevante a inserção no sistema de informação do título solicitado, no prazo de 30 dias após a solicitação do industrial.

Artigo 6.º

Revisão do SIR

1. O SIR, aprovado em anexo ao presente diploma, é revisto no prazo de dois anos a contar da data da sua entrada em vigor.
2. Para permitir a revisão referida no número anterior, as entidades coordenadoras da administração central e local elaboram relatórios anuais com indicação de todos os elementos estatísticos relevantes relativos à tramitação dos procedimentos previstos no presente diploma, incluindo o número de processos iniciados, os prazos médios de decisão do procedimento e de resposta de todas as entidades nele intervenientes, bem como eventuais constrangimentos identificados, designadamente nos sistemas de informação e nas regras aplicáveis.

Artigo 7.º

Referências legais

Todas as referências ao Decreto-Lei n.º 69/2003, de 10 de abril, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 233/2004, de 14 de dezembro, 72/2006, de 24 de março, 174/2006, de 25 de agosto, e 183/2007, de 9 de maio, e ao

Decreto-Lei n.º 208/2009, de 29 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 24/2010, de 25 de março, consideram-se feitas ao SIR, aprovado em anexo ao presente diploma.

Artigo 8.º

Tipologias dos estabelecimentos industriais e áreas de localização empresarial

1. As referências em diplomas legais e nos diversos instrumentos de gestão territorial aos tipos ou classes de estabelecimentos industriais previstos em anteriores regimes jurídicos de exercício da atividade industrial não impedem a instalação ou alteração desses estabelecimentos industriais com a tipologia que resulta do SIR, aprovado em anexo ao presente diploma, desde que integralmente cumpridos os atuais regimes.
2. As áreas de localização empresarial existentes à data de entrada em vigor do presente diploma são equiparadas, para todos os efeitos legais, a Zonas Empresariais Responsáveis (ZER), sem necessidade de qualquer formalismo adicional, aplicando-se-lhes, nomeadamente, a obrigação constante do n.º 2 do artigo 4.º do SIR, aprovado em anexo ao presente diploma.

Artigo 9.º

Disposição transitória

Até à entrada em vigor das disposições do SIR, aprovado em anexo ao presente diploma, aplica-se o disposto nos Decreto-Lei n.º 152/2004, de 30 de junho, no Decreto-Lei n.º 209/2008, de 29 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 24/2010, de 25 de março, e no Decreto-Lei n.º 72/2009, de 31 de março.

Artigo 10.º

Norma revogatória

Sem prejuízo do disposto no artigo anterior, são revogados o Decreto-Lei n.º 152/2004, de 30 de junho, o Decreto-Lei n.º 209/2008, de 29 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 24/2010, de 25 de março, e o Decreto-Lei n.º 72/2009, de 31 de março.

Artigo 11.º

Aplicação no tempo

1. Aos processos em curso na data de entrada em vigor do presente diploma é aplicável o regime constante do Decreto-Lei n.º 209/2008, de 29 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 24/2010, de 25 de

março, salvo se se tratar de projetos já em curso na data de entrada em vigor do referido diploma, os quais se continuam a reger pelo disposto no Decreto-Lei n.º 69/2003, de 10 de abril, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 233/2004, de 14 de dezembro, 72/2006, de 24 de março, 174/2006, de 25 de agosto, e 183/2007, de 9 de maio.

2. A requerimento do interessado, a entidade coordenadora pode autorizar que aos processos pendentes se passe a aplicar o regime constante do presente diploma, determinando qual o procedimento a que o processo fica sujeito.
3. Se a aplicação do presente diploma, nos termos do número anterior, conduzir à alteração de competências das entidades coordenadoras, a entidade coordenadora inicial oficiosamente comunica a autorização prevista no número anterior à nova entidade coordenadora e disponibiliza-lhe o processo.
4. Na decisão dos processos de contraordenação instaurados ao abrigo do disposto no Decreto-Lei n.º 209/2008, de 29 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 24/2010, de 25 de março, com base na ausência de título válido para o exercício das atividades industriais nele previstas, é realizada, quando aplicável, a devida correspondência para os preceitos aplicáveis do SIR, aprovado em anexo ao presente diploma, em função da tipologia em causa.
5. *(Revogado.)*
6. A requerimento do interessado, a entidade coordenadora pode autorizar a prorrogação, por igual período, do prazo de sete anos previsto para os estabelecimentos industriais cuja exploração esteja limitada temporalmente em razão da localização.

(Redação do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro — entrada em vigor em 2 de janeiro de 2015.)

Artigo 12.º

Entrada em vigor

1. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, o presente diploma entra em vigor no primeiro dia útil do mês seguinte ao da sua publicação.
2. Tendo em conta a necessidade de proceder à adaptação e ao desenvolvimento de sistemas informáticos e de dar execução ao disposto no artigo 4.º, as disposições do SIR, aprovado em anexo ao presente diploma, que pressuponham a existência do «Balcão do empreendedor» entram em vigor de forma faseada, nos seguintes termos:
 - a) Até 31 de dezembro de 2012, estão disponíveis no «Balcão do empreendedor» os serviços que permitam dar execução ao disposto nos n.ºs 1 e 4 do artigo 7.º, no n.º 13 do artigo 29.º, no n.º 13 do artigo 32.º, no n.º 5 do artigo 35.º, no artigo 38.º, no n.º 2 do artigo 74.º e no artigo 84.º, todos do SIR;

- b) Até 31 de março de 2013, estão disponíveis no «Balcão do empreendedor» os serviços que permitam dar execução ao disposto nos artigos 33.º e 34.º do SIR;
- c) Até 30 de junho de 2013, estão disponíveis no «Balcão do empreendedor» os demais serviços não referidos nas alíneas anteriores.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 3 de maio de 2012. — Pedro Passos Coelho — Vítor Louçã Rabaça Gaspar — Miguel Bento Martins Costa Macedo e Silva — Miguel Fernando Cassola de Miranda Relvas — Álvaro Santos Pereira — Maria de Assunção Oliveira Cristas Machado da Graça — Paulo José de Ribeiro Moita de Macedo.

Promulgado em 24 de julho de 2012.

Publique-se.

O Presidente da República, Aníbal Cavaco Silva.

Referendado em 26 de julho de 2012.

O Primeiro-Ministro, Pedro Passos Coelho.

ANEXO

(a que se refere o artigo 2.º)

SISTEMA DA INDÚSTRIA RESPONSÁVEL

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Artigo 1.º

Objeto e âmbito de aplicação

1. O Sistema da Indústria Responsável (SIR) regula o exercício da atividade industrial, a instalação e exploração de Zonas Empresariais Responsáveis (ZER), bem como o processo de acreditação de entidades no âmbito deste sistema.
2. O SIR tem como objetivo prevenir os riscos e inconvenientes resultantes da exploração dos estabelecimentos industriais, com vista a salvaguardar a saúde pública e a dos trabalhadores, a segurança de pessoas e bens, a segurança e saúde nos locais de trabalho, a qualidade do ambiente e um correto ordenamento do território, num quadro de desenvolvimento sustentável e de responsabilidade social das empresas, assente na simplificação e na transparência de procedimentos.
3. O SIR aplica-se às atividades industriais a que se refere o anexo I ao SIR, do qual faz parte integrante, com exclusão das atividades indus-

trias inseridas em estabelecimentos comerciais ou de restauração ou bebidas, as quais se regem pelos regimes jurídicos aplicáveis a este tipo de estabelecimentos.

Artigo 2.º

Definições

Para efeitos do SIR entende-se por:

- a) «Atividade industrial», a atividade económica prevista na Classificação Portuguesa das Atividades Económicas (CAE — rev. 3), aprovada pelo Decreto-Lei n.º 381/2007, de 14 de novembro, nos termos definidos no anexo I ao SIR;
- b) «Alteração de estabelecimento industrial», a modificação ou a ampliação do estabelecimento ou das respetivas instalações industriais face ao título de exploração da qual possa resultar aumento dos riscos e inconvenientes para os bens referidos no n.º 2 do artigo anterior;
- c) «Anexos mineiros e de pedreiras», as instalações e oficinas para serviços integrantes ou auxiliares de exploração de recursos geológicos afetos àquela atividade, sítos nas áreas concessionadas ou licenciadas, nomeadamente as oficinas para a manutenção dos meios mecânicos utilizados, as instalações para acondicionamento das substâncias extraídas, para os serviços de apoio imprescindíveis aos trabalhadores, bem como os estabelecimentos associados à indústria extrativa;
- d) «Balcão do empreendedor», o balcão único eletrónico nacional para a realização de todas as formalidades associadas ao exercício de uma atividade económica, acessível diretamente através do Portal da Empresa ou, por via mediada, através dos balcões presenciais das entidades públicas competentes;
- e) «Ecoeficiência», a estratégia de atuação conducente ao fornecimento de bens e serviços competitivos que satisfaçam as necessidades humanas e que, em simultâneo e progressivamente, reduzam os impactos ambientais negativos e a intensidade de recursos ao longo do ciclo de vida dos produtos;
- f) «Eco inovação», qualquer forma de inovação que permite ou visa progressos significativos demonstráveis na consecução do objetivo de desenvolvimento sustentável, através da redução dos impactos no ambiente, do aumento da resiliência às pressões ambientais ou de uma utilização mais eficiente e responsável dos recursos naturais;
- g) «Emissão», a libertação direta ou indireta de substâncias, de vibrações, de calor ou de ruído para o ar, a água ou o solo, a partir de fontes pontuais ou difusas com origem numa dada instalação industrial;
- h) «Entidade acreditada», a entidade reconhecida formalmente pelo organismo nacional de acreditação, nos termos previstos no SIR, para realizar atividades que lhe são atribuídas no âmbito do mesmo;

- i) «Entidade coordenadora», a entidade à qual compete a direção plena dos procedimentos de instalação e exploração de estabelecimentos industriais e de ZER;
- j) «Estabelecimento industrial», a totalidade da área coberta e não coberta sob responsabilidade do industrial, que inclui as respetivas instalações industriais, onde é exercida atividade industrial;
- k) «Gestor do processo», o técnico designado pela entidade coordenadora para efeitos de verificação da instrução dos procedimentos previstos no SIR, bem como para acompanhamento do processo, constituindo-se como interlocutor privilegiado do industrial;
- l) «Industrial», a pessoa singular ou coletiva que pretende exercer ou exerce atividade em estabelecimento industrial ou em quem tenha sido delegado o exercício de um poder económico determinante sobre o respetivo funcionamento;
- m) «Instalação industrial», a unidade técnica dentro de um estabelecimento industrial na qual é exercida uma ou mais atividades industriais ou quaisquer outras atividades diretamente associadas que tenham uma relação técnica com as atividades exercidas;
- n) «Licença ou autorização padronizada», a licença ou autorização que incorpora condições técnicas padronizadas, por tipo de atividade e ou operação, definidas pelas entidades competentes nas áreas do ambiente, da segurança e saúde no trabalho e da segurança alimentar nas respetivas áreas de atuação;
- o) «Melhores técnicas disponíveis», a fase de desenvolvimento mais eficaz e avançada das atividades e dos seus modos de exploração, que demonstre a aptidão prática de técnicas específicas para constituírem a base dos valores limite de emissão e de outras condições do licenciamento com vista a evitar e, quando tal não seja possível, a reduzir as emissões e o impacto no ambiente no seu todo:
 - i) «Melhores técnicas», as técnicas mais eficazes para alcançar um nível geral elevado de proteção do ambiente no seu todo;
 - ii) «Técnicas», tanto a tecnologia utilizada como o modo como a instalação é projetada, construída, conservada, explorada e desativada;
 - iii) «Disponíveis», as técnicas desenvolvidas a uma escala que possibilite a sua aplicação no contexto do setor industrial em causa em condições económica e tecnicamente viáveis, tendo em conta os custos e os benefícios, quer sejam ou não utilizadas ou produzidas a nível nacional e desde que acessíveis ao operador em condições razoáveis;
- p) «Número de trabalhadores», o número total de trabalhadores do estabelecimento industrial que, independentemente da natureza do vínculo, se encontram afetos à atividade industrial, excluindo os afetos aos setores administrativo e comercial;

- q) «Potência elétrica», a potência, expressa em kilovolt-ampères (kVA), contratada, para os estabelecimentos alimentados em baixa tensão, ou requisitada, para os estabelecimentos alimentados em média tensão, junto de um distribuidor de energia elétrica, considerando-se, para efeitos da sua determinação, os coeficientes de equivalência descritos no anexo II ao SIR, do qual faz parte integrante;
- r) «Potência térmica», a soma das potências térmicas individuais dos diferentes sistemas instalados, expressa em quilojoules por hora (kJ/h), considerando-se, para efeitos da sua determinação, os coeficientes de equivalência descritos no anexo II ao SIR;
- s) «Responsabilidade social», a responsabilidade de uma organização pelos impactes das suas decisões, atividades e produtos na sociedade e no ambiente, através de um comportamento ético e transparente que seja consistente com o desenvolvimento sustentável e o bem-estar da sociedade, tenha em conta as expectativas das partes interessadas, esteja em conformidade com a legislação aplicável e seja consistente com normas de conduta internacionais e esteja integrado em toda a organização;
- t) «Responsável técnico do projeto», a pessoa ou entidade designada pelo industrial ou pela sociedade gestora da ZER, no caso de instalação de ZER, para efeitos de demonstração de que o projeto se encontra em conformidade com a legislação aplicável e para o relacionamento com a entidade coordenadora e as demais entidades intervenientes nos procedimentos de instalação e exploração de estabelecimento industrial ou de ZER;
- u) «Sistema de gestão ambiental», a componente do sistema global de gestão, que inclui a estrutura organizacional, as atividades de planeamento, as responsabilidades, as práticas, os processos, os procedimentos e os recursos destinados a definir, aplicar, consolidar, rever e manter a política ambiental;
- v) «Sistema de gestão de segurança alimentar», o sistema que possibilita a gestão dos riscos para a segurança alimentar, baseado nos princípios do método de análise de perigos e controlo dos pontos críticos, relacionados com as atividades da organização e compreendendo a estrutura operacional, as atividades de planeamento, as responsabilidades, as práticas, os procedimentos, os processos e os recursos para desenvolver e implementar as condições de segurança alimentar;
- w) «Segurança e saúde do trabalho», o conjunto das intervenções que objetivam o controlo dos riscos profissionais e a promoção da segurança e saúde dos trabalhadores da organização ou outros, incluindo trabalhadores temporários, prestadores de serviços e trabalhadores por conta própria, visitantes ou qualquer outro indivíduo no local de trabalho;
- x) «Segurança contra incêndio em edifícios», o conjunto de princípios gerais da preservação da vida humana, do ambiente e do património cultural visando reduzir a ocorrência de incêndios, limitar o seu

desenvolvimento, circunscrevendo e minimizando os seus efeitos, nomeadamente a propagação do fumo e gases quentes da combustão, facilitar a evacuação e o salvamento dos ocupantes e permitir a intervenção eficaz e segura dos meios de socorro;

- y) «Sistema de Gestão da Responsabilidade Social», o conjunto de elementos inter-relacionados e interatuantes para estabelecer e concretizar a política e objetivos da responsabilidade social;
- z) «Sociedade gestora de ZER», a sociedade comercial responsável pelo integral cumprimento do título de exploração da ZER, bem como pelo controlo e supervisão das atividades nela exercidas e ainda pelo funcionamento e manutenção das infraestruturas, serviços e instalações comuns, cujos requisitos de constituição, organização e funcionamento e quadro legal de obrigações e competências são os definidos em portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da economia, do emprego, da agricultura e do ambiente;
- aa) «Título de exploração», o documento que habilita a exploração de estabelecimentos industriais sujeitos aos procedimentos previstos no SIR;
- bb) «Zona empresarial responsável ou ZER», a zona territorialmente delimitada, afeta à instalação de atividades industriais, comerciais e de serviços, administrada por uma sociedade gestora;
- cc) «Zona empresarial responsável multipolar ou ZER multipolar», o conjunto de polos empresariais localizados em espaços territoriais não conexos, mas funcionalmente ligados entre si e administrada pela mesma sociedade gestora.

Artigo 3.º

Prevenção de riscos, ecoinovação, ecoeficiência, sustentabilidade e responsabilidade social

1. O industrial deve exercer a atividade industrial através:
 - a) De um comportamento ético, transparente, socialmente responsável e de acordo com as disposições legais e regulamentares aplicáveis;
 - b) Da adoção de medidas de prevenção e controlo, no sentido de eliminar ou reduzir os riscos suscetíveis de afetar as pessoas e bens, garantindo as condições de segurança e saúde no trabalho, a segurança contra incêndio em edifícios, bem como o respeito pelas normas ambientais, minimizando as consequências de eventuais acidentes.
2. O industrial deve respeitar, designadamente, as seguintes regras e princípios:
 - a) Adotar princípios e práticas de ecoeficiência de materiais e energia e práticas de ecoinovação;
 - b) Adotar as melhores técnicas disponíveis;

- c) Cumprir as obrigações previstas no Código do Trabalho, em lei especial e as relativas à promoção da segurança e saúde no trabalho;
 - d) Adotar as medidas de prevenção de riscos de acidentes e limitação dos seus efeitos;
 - e) Implementar sistemas de gestão ambiental, sistemas de segurança contra incêndio em edifícios e sistemas de segurança e saúde no trabalho adequados ao tipo de atividade e riscos inerentes, incluindo a elaboração de plano de emergência do estabelecimento e elaboração das medidas de autoproteção, quando aplicáveis;
 - f) Adotar sistema de gestão de segurança alimentar adequado ao tipo de atividade, riscos e perigos inerentes, quando aplicável;
 - g) Promover as medidas de profilaxia e vigilância da saúde legalmente estabelecidas para o tipo de atividade, por forma a proteger a saúde pública e a dos trabalhadores;
 - h) Adotar as medidas necessárias para evitar riscos em matéria de segurança e poluição, de modo que o local de exploração seja colocado em estado satisfatório, na altura da desativação definitiva do estabelecimento industrial.
3. Sempre que seja detetada alguma anomalia no funcionamento do estabelecimento, o industrial deve tomar as medidas adequadas para corrigir a situação e, se necessário, proceder à suspensão da exploração, devendo imediatamente comunicar esse facto à entidade coordenadora.
 4. O industrial deve disponibilizar à entidade coordenadora e às entidades com competências de fiscalização e de controlo oficial, após solicitação, um processo organizado e atualizado sobre os procedimentos do SIR e os elementos relativos a todas as alterações introduzidas no estabelecimento industrial.
 5. Sem prejuízo do disposto no número anterior, o processo de licenciamento do estabelecimento industrial está disponível para consulta pelo industrial na respetiva área reservada da empresa no «Balcão do empreendedor», podendo a entidade coordenadora, bem como as entidades com competências de controlo oficial e de fiscalização, aceder a esta informação através deste sistema.

Artigo 4.º

Seguro de responsabilidade civil

1. Sem prejuízo das obrigações que decorram do regime jurídico da responsabilidade por danos ambientais e da responsabilidade profissional dos representantes, agentes ou mandatários do industrial, este deve celebrar um contrato de seguro de responsabilidade civil extra-

contratual que cubra os riscos decorrentes das instalações e das atividades exercidas em estabelecimento industrial incluído no tipo 1 ou no tipo 2, nos termos a definir por portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças, da economia, da agricultura e do ambiente.

2. Sem prejuízo do disposto no número seguinte e da responsabilidade profissional dos respetivos representantes, agentes ou mandatários do industrial, a sociedade gestora da ZER deve celebrar um contrato de seguro de responsabilidade civil extracontratual que cubra os riscos decorrentes da atividade de gestão da ZER, nos termos a definir por portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças, da economia, da agricultura e do ambiente.
3. Sem prejuízo da responsabilidade profissional dos representantes, agentes ou mandatários das entidades acreditadas no exercício da sua atividade e da responsabilidade solidária destas com aqueles, as entidades acreditadas devem celebrar contrato de seguro de responsabilidade civil extracontratual destinado a cobrir os danos patrimoniais e não patrimoniais decorrentes de lesões corporais ou materiais causadas a terceiros por erros ou omissões cometidas no exercício da sua atividade, nos termos a definir por portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças, da economia, da agricultura e do ambiente.
4. A pessoa singular ou coletiva que exerça atividade industrial em estabelecimento abrangido por seguro obrigatório ou a sociedade gestora da ZER, consoante os casos, deve apresentar à entidade coordenadora, previamente à emissão do título de exploração, cópia da apólice do contrato de seguro de responsabilidade civil extracontratual celebrado, sob pena de não haver lugar à emissão do respetivo título de exploração.

Artigo 5.º

Articulação com medidas voluntárias

Os acordos e os contratos celebrados entre as entidades públicas e os industriais, através das suas estruturas empresariais representativas ou a título individual, ou a colaboração entre estas entidades a qualquer outro título, em matérias pertinentes ao âmbito dos objetivos consignados no SIR, incluindo a adoção de sistemas certificados de gestão ambiental, de segurança alimentar, de segurança e saúde no trabalho e de gestão da responsabilidade social, devem ser acompanhados pela entidade coordenadora, sem prejuízo das competências próprias das entidades competentes em razão da matéria objeto do acordo ou contrato.

CAPÍTULO II INSTRUMENTOS TÉCNICOS DE SUPORTE AO SIR

Artigo 6.º

Plataforma eletrónica

1. A tramitação dos procedimentos previstos no SIR é realizada por via eletrónica a operar através do «Balcão do empreendedor».
2. As funcionalidades do «Balcão do empreendedor» são as definidas na portaria prevista no artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho.
3. Os sistemas de informação produzem notificações automáticas para todas as entidades envolvidas, com alertas sobre prazos e sempre que novos elementos sejam adicionados ao processo.
4. Os sistemas de informação incluem funcionalidades que permitem ao requerente e aos seus técnicos preparar o preenchimento de formulários e a respetiva instrução, nomeadamente:
 - a) Pesquisar por atividade económica, principal e secundária os elementos relevantes para o rastreio dos condicionamentos legais e regulamentares aplicáveis;
 - b) Fazer rastreio específico através da introdução de dados sobre o tipo de instalação, localização, área de implantação, capacidade produtiva e substâncias perigosas presentes.
5. Para além das funcionalidades previstas nos números anteriores, os sistemas de informação devem contemplar documentação de apoio sobre os aspetos jurídicos e as normas e regras técnicas relevantes em cada setor de atividade industrial, assim como permitir o acesso direto e automático a uma ferramenta de georreferenciação das áreas para a instalação de indústrias, a desenvolver no âmbito do Sistema Nacional de Informação Territorial.

Artigo 7.º

Cadastro eletrónico

1. A plataforma eletrónica do «Balcão do empreendedor» prevista no artigo anterior contém um cadastro eletrónico único dos estabelecimentos industriais, permanentemente disponível e atualizado para consulta.
2. O cadastro é simultânea e automaticamente atualizado aquando da prática dos atos finais dos procedimentos previstos no SIR.
3. Sem prejuízo da divulgação periódica estatística e da proteção de dados pessoais nos termos dos respetivos regimes legais, a informação

constante nos registos setoriais de indústria é pública, devendo ser promovida a sua reutilização.

4. O «Balcão do empreendedor» deve assegurar igualmente que a alteração da titularidade ou da denominação social do titular dos estabelecimentos seja registada no cadastro eletrónico, devendo para o efeito o interessado comunicar obrigatoriamente tal alteração à entidade coordenadora.

Artigo 8.º

Condições técnicas padronizadas

1. As entidades públicas que intervêm nos procedimentos previstos no SIR nas áreas do ambiente, da segurança e saúde no trabalho e da segurança alimentar devem, de forma progressiva e incremental, adotar condições técnicas padronizadas por tipos de atividade e ou operação que constitua objeto de autorização, licença ou parecer nas respetivas áreas de atuação, salvo se a especificidade da atividade ou operação em causa não for compatível com a padronização das condições de instalação ou exploração.
2. As condições técnicas padronizadas a que se refere o número anterior são aprovadas por despacho do ministro responsável pela área da economia ou da tutela da área técnica em causa e são obrigatoriamente disponibilizadas no «Balcão do empreendedor».

Artigo 9.º

Informação de apoio

1. Os serviços ou organismos da administração central e local que intervêm nos procedimentos previstos no SIR devem elaborar e manter atualizada, em linguagem simples e clara, toda a informação necessária ao cumprimento das formalidades e atos legalmente estabelecidos, designadamente:
 - a) As obrigações resultantes de toda a legislação aplicável;
 - b) A sequência das tarefas, o circuito dos processos internos e os períodos de tempo habitualmente consumidos em cada fase, os pressupostos e os resultados esperados de cada grupo de tarefas.
2. O formato e características desta informação são definidos na portaria prevista no artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho.
3. A informação referida no número anterior é pública, devendo ser obrigatoriamente disponibilizada no «Balcão do empreendedor».

4. A Direção-Geral das Atividades Económicas (DGAE), os serviços ou organismos da administração central com competências de entidade coordenadora e as demais entidades públicas referidas no n.º 1 devem monitorizar os desenvolvimentos verificados nos processos, comparando-os com a informação obtida nos termos dos números anteriores, para promover a respetiva normalização e a melhoria contínua da tramitação dos processos que resultam da aplicação do SIR.
5. Tendo em vista a concretização dos princípios da desburocratização, da eficiência, da igualdade e da legalidade administrativas, bem como a aplicação correta, previsível, eficaz e harmonizada das práticas e dos procedimentos previstos no SIR, compete à DGAE, ouvidas as entidades coordenadoras, definir as diretrizes e os parâmetros comuns a seguir pelas mesmas.
6. Compete à DGAE e às unidades de representação territorial do Ministério da Economia e do Emprego, em colaboração com as demais entidades coordenadoras, a prestação dos esclarecimentos necessários à aplicação correta, previsível, eficaz e harmonizada das práticas e dos procedimentos previstos no SIR.

Artigo 10.º

Entidades acreditadas

1. As entidades acreditadas pelo IPAC, I. P., podem, nos termos do disposto no SIR, intervir na elaboração de relatórios de avaliação da conformidade:
 - a) Do projeto de execução de instalação ou de alteração de instalação de estabelecimento ou de ZER com as normas técnicas previstas na legislação aplicável;
 - b) Das instalações e condições de exploração de estabelecimento ou de ZER descrito em pedido de vistoria ou em requerimento para início de exploração com o projeto aprovado e com as normas técnicas previstas na legislação aplicável;
 - c) Das instalações e condições de exploração de estabelecimento objeto de procedimento de comunicação prévia com prazo com as normas técnicas previstas na legislação aplicável.
2. A intervenção das entidades acreditadas, nos termos previstos no número anterior, pode ocorrer a solicitação do industrial, da sociedade gestora da ZER ou das entidades públicas intervenientes.
3. A intervenção das entidades acreditadas no domínio do ambiente visa a garantia da boa instrução do processo com entrega, pelo requerente, do requerimento aplicável, acompanhado de um rela-

tório de conformidade, não dispensando a pronúncia das entidades intervenientes.

4. A intervenção das entidades acreditadas nos demais âmbitos conduz à dispensa de pronúncia de entidades intervenientes, nos casos e termos previstos na alínea *b*) do n.º 2 do artigo 23.º, na subalínea *ii*) da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 28.º, na subalínea *ii*) da alínea *b*) do n.º 2 do artigo 31.º e no n.º 10 do artigo 35.º
5. Quando instruídos por entidades acreditadas, os prazos para pronúncia previstos no anexo IV ao SIR, do qual faz parte integrante, são reduzidos de acordo com as seguintes regras:
 - a) Tratando-se de estabelecimento ao qual é aplicável o regime jurídico da avaliação de impacte ambiental, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 69/2000, de 3 de maio, alterado pelo Decreto-Lei n.º 74/2001, de 26 de fevereiro, pelo Decreto-Lei n.º 69/2003, de 4 de abril, pela Lei n.º 12/2004, de 30 de março, pelo Decreto-Lei n.º 197/2005, de 8 de novembro, e pelo Decreto-Lei n.º 60/2012, de 14 de março (RJAIA), ou o regime de prevenção de acidentes graves que envolvam substâncias perigosas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 254/2007, de 12 de julho (RPAG), o prazo é reduzido em um quarto;
 - b) Tratando-se de estabelecimento relativamente ao qual existe a necessidade de obtenção de título de emissão de gases com efeito de estufa, nos termos do Decreto-Lei n.º 233/2004, de 14 de dezembro, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 243-A/2004, de 31 de dezembro, 230/2005, de 29 de dezembro, 72/2006, de 24 de março, 154/2009, de 6 de julho, 30/2010, de 8 de abril, e 93/2010, de 27 de julho (TEGEE), o prazo é reduzido em um terço;
 - c) Tratando-se de estabelecimento ao qual é aplicável o regime jurídico relativo à prevenção e controlo integrados da poluição, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 173/2008, de 26 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 60/2012, de 14 de março (RJPCIP), o prazo é reduzido em metade;
 - d) Tratando-se de estabelecimento ao qual são aplicáveis os regimes de operação de gestão de resíduos previstos no Decreto-Lei n.º 85/2005, de 28 de abril, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 178/2006, de 5 de setembro, e 92/2010, de 26 de julho, e no Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 173/2008, de 26 de agosto, pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, e pelos Decretos-Leis n.ºs 183/2009, de 10 de agosto, e 73/2011, de 17 de junho, o prazo é reduzido em um quinto.
6. O conteúdo das decisões das entidades competentes pode ser integrado, no todo ou em parte, nomeadamente em caso de decisão tácita, pelo conteúdo dos documentos emitidos por entidades acreditadas.

CAPÍTULO III REGIMES DE INSTALAÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS

SECÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS

SUBSECÇÃO I CLASSIFICAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS E REGIMES PROCEDIMENTAIS

Artigo 11.º

Tipologias dos estabelecimentos industriais

1. Os estabelecimentos industriais classificam-se, em função do grau de risco potencial inerente à sua exploração, para a pessoa humana e para o ambiente, em três tipos.
2. São incluídos no tipo 1 os estabelecimentos cujos projetos de instalações industriais se encontrem abrangidos por, pelo menos, um dos seguintes regimes jurídicos:
 - a) O RJAIA;
 - b) O RJPCIP;
 - c) O RPAG.
3. São incluídos no tipo 2 os estabelecimentos industriais não incluídos no tipo 1, desde que abrangidos por pelo menos um dos seguintes regimes jurídicos ou circunstâncias:
 - a) Potência elétrica contratada igual ou superior a 99 kVA;
 - b) Potência térmica superior a 12×10^6 kJ/h;
 - c) Número de trabalhadores superior a 20;
 - d) Necessidade de obtenção de TEGEE;
 - e) Necessidade de obtenção de alvará ou parecer para operações de gestão de resíduos, nos termos do Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 173/2008, de 26 de agosto, pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, e pelos Decretos-Leis n.ºs 183/2009, de 10 de agosto, e 73/2011, de 17 de junho.
4. São incluídos no tipo 3 os estabelecimentos industriais não abrangidos pelos tipos 1 e 2.
5. Sempre que num estabelecimento industrial se verifiquem circunstâncias a que correspondam tipos diferentes, o estabelecimento é incluído no tipo mais exigente.
6. A alteração superveniente de alguma das circunstâncias previstas no n.º 3, que determine a inclusão do estabelecimento industrial como tipo 2 só determina um novo processo de licenciamento quando as mesmas perdurarem por um período superior a seis meses.

Artigo 12.^o**Regimes procedimentais para instalação e exploração de estabelecimento industrial**

A instalação e a exploração de estabelecimento industrial ficam sujeitas aos seguintes procedimentos:

- a) Autorização prévia, que pode assumir as modalidades de autorização prévia individualizada ou de autorização prévia padronizada, para os estabelecimentos industriais incluídos no tipo 1;
- b) Comunicação prévia com prazo, para os estabelecimentos industriais incluídos no tipo 2;
- c) Mera comunicação prévia, para os estabelecimentos industriais incluídos no tipo 3.

SUBSECÇÃO II

ENTIDADES PÚBLICAS INTERVENIENTES

Artigo 13.^o**Entidade coordenadora**

- 1. A entidade coordenadora é a única entidade interlocutora do industrial em todos os contactos considerados necessários à boa instrução e apreciação dos procedimentos previstos no SIR, competindo-lhe a condução, monitorização e dinamização dos mesmos.
- 2. A identificação da entidade coordenadora no procedimento relativo ao estabelecimento industrial é feita de acordo com o disposto no anexo III ao SIR, do qual faz parte integrante, em função da classificação económica da atividade industrial, da classificação do estabelecimento e da área do território onde se localiza, sem prejuízo do disposto no número seguinte.
- 3. A entidade coordenadora é a sociedade gestora da ZER no caso de estabelecimentos a localizar no interior do perímetro da ZER.
- 4. Compete, nomeadamente, à entidade coordenadora:
 - a) Designar o gestor do processo, devendo existir um processo único para todas as instalações industriais com a mesma localização e pertencentes ao mesmo estabelecimento industrial;
 - b) Prestar informação e apoio técnico ao industrial, sempre que solicitado, designadamente para esclarecer dúvidas quanto à classificação de instalações industriais ou para disponibilizar documentação de referência;
 - c) Identificar os condicionamentos legais e regulamentares aplicáveis ao projeto e respetivas implicações nos procedimentos;
 - d) Monitorizar a tramitação dos procedimentos, zelar pelo cumprimento dos prazos, diligenciar no sentido de conciliar os vários

- interesses em presença e eliminar eventuais bloqueios evidenciados no procedimento e garantir o seu desenvolvimento em condições normalizadas e otimizadas;
- e) Analisar as solicitações de alterações e elementos adicionais e reformulação de documentos, ponderando a respetiva fundamentação e assegurando que não é solicitada ao requerente informação já disponível no processo;
 - f) Coligir e integrar o conteúdo das solicitações referidas na alínea anterior, para as concentrar, se possível num único pedido, a dirigir ao requerente nos termos e prazos previstos no SIR;
 - g) Reunir com o requerente e com o responsável técnico do projeto, sempre que tal se revele necessário;
 - h) Reunir e comunicar com as demais entidades intervenientes, designadamente por meios eletrónicos, tendo em vista a informação recíproca, a calendarização articulada dos atos e formalidades, o esclarecimento e a concertação de posições, a identificação de obstáculos ao prosseguimento do processo, bem como as alternativas para a respetiva superação;
 - i) Promover e conduzir a realização de vistorias;
 - j) Disponibilizar informação sobre o andamento do processo, incluindo a emissão de documentos comprovativos de que a entidade competente não se pronunciou no prazo legalmente previsto para efeito, nomeadamente através dos sistemas de informação previstos no SIR;
 - k) Disponibilizar e atualizar no «Balcão do empreendedor» toda a informação necessária à tramitação das formalidades necessárias ao exercício da atividade industrial.
5. O ato de designação do gestor do processo contém a determinação das competências que lhe são delegadas, não estando sujeito aos requisitos estabelecidos no artigo 37.º do Código do Procedimento Administrativo.
 6. Sem prejuízo do regime aplicável à sociedade gestora da ZER, a decisão final sobre o pedido apresentado pelo industrial é da competência do dirigente máximo da entidade coordenadora, se esta for um serviço ou organismo da administração central, podendo ser delegada em outros dirigentes, com faculdade de subdelegação, ou no gestor do processo.
 7. Cabe ao presidente da câmara municipal, sempre que esta é a entidade coordenadora, exercer as competências previstas no SIR, podendo as mesmas ser delegadas nos vereadores, com faculdade de subdelegação, ou nos dirigentes dos serviços municipais.

Artigo 14.º

Entidades públicas consultadas

Nos procedimentos previstos no presente capítulo, para além da entidade coordenadora, podem pronunciar-se nos termos das respetivas

atribuições e competências legalmente previstas, as seguintes entidades públicas:

- a) A Agência Portuguesa do Ambiente, I. P. (APA, I. P.);
- b) A Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC);
- c) A Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT);
- d) A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) territorialmente competente;
- e) A Direção-Geral da Saúde (DGS);
- f) A Direção-Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV);
- g) As autarquias locais competentes;
- h) Outras entidades previstas em legislação específica que tenha por objeto o licenciamento ou regulação da atividade industrial objeto do SIR.

SUBSECÇÃO III PRONÚNCIA DAS ENTIDADES PÚBLICAS

Artigo 15.º

Âmbito e prazos de pronúncia

1. Sem prejuízo das atribuições de concertação de posições e de pronúncia integrada que a legislação cometa à APA, I. P., e às CCDR competentes, qualquer entidade referida no artigo anterior que se pronuncie nos procedimentos previstos no SIR deve fazê-lo exclusivamente sobre áreas ou vertentes aplicáveis, que se incluam no âmbito das respetivas atribuições e competências legalmente previstas, apreciando apenas as questões que lhe estejam expressamente cometidas por lei.
2. A pronúncia desfavorável da entidade só é vinculativa para a decisão da entidade coordenadora quando tal resulte da lei, desde que se fundamente em condicionamentos legais ou regulamentares e seja disponibilizada à entidade coordenadora nos prazos previstos no anexo IV ao SIR, que prevalecem sobre quaisquer outros previstos em legislação específica.
3. Os prazos previstos no anexo referido no número anterior não são cumulativos, prevalecendo, no caso de serem aplicáveis dois ou mais regimes aí previstos, o prazo decisório máximo mais longo.
4. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, os pareceres, autorizações ou aprovações legalmente exigidos podem ser entregues com o pedido de autorização prévia ou com a comunicação prévia com prazo, não havendo lugar a nova pronúncia, desde que se mantenham inalterados os respetivos pressupostos de facto ou de direito.

5. Os pareceres, autorizações ou aprovações referidos no número anterior devem ser obtidos oficiosamente pelas entidades coordenadoras junto das entidades consultadas no âmbito do processo de licenciamento.

Artigo 16.º

Regime dos atos tácitos

1. Na ausência de parecer expresso da entidade pública consultada, disponibilizado à entidade coordenadora nos prazos previstos no anexo IV ao SIR, considera-se que a entidade se pronunciou em sentido favorável à pretensão do requerente.
2. Na falta de decisão expressa da entidade coordenadora, nos prazos para o efeito previstos no SIR, e não se verificando nenhuma das causas de indeferimento neste previstas, considera-se tacitamente deferida a pretensão do particular, sem necessidade de qualquer ulterior ato de entidade administrativa ou de autoridade judicial.
3. O comprovativo eletrónico de entrega do pedido no «Balcão do empreendedor», acompanhado do comprovativo do pagamento das taxas eventualmente devidas, constituem título bastante para o exercício da atividade, sem prejuízo de a respetiva eficácia estar condicionada ao cumprimento do dever de apresentação de cópia da apólice de seguro de responsabilidade civil previsto no artigo 4.º
4. Nas situações previstas no n.º 2, a plataforma notifica automaticamente o interessado da ocorrência do deferimento tácito.
5. A instalação e ou a exploração de estabelecimento industrial, ainda que aprovada por deferimento tácito da entidade coordenadora, deve cumprir, na respetiva execução:
 - a) No caso de estabelecimentos industriais de tipo 1, as condições estabelecidas na declaração de impacte ambiental (DIA) e ou no parecer sobre o relatório descritivo da conformidade do projeto de execução com a respetiva DIA, no parecer sobre avaliação de compatibilidade de localização, no relatório de segurança aprovado pela entidade competente e, no caso de já haver decisão sobre a mesma, na licença ambiental, bem como, quando aplicável, no título ou informação prévia de utilização de recursos hídricos e no título de emissão de gases com efeito de estufa e no alvará ou parecer de operação de gestão de resíduos;
 - b) No caso de estabelecimentos industriais de tipo 2, as condições estabelecidas no título ou decisão sobre informação prévia de utilização dos recursos hídricos, no alvará ou parecer de operador de gestão de resíduos e no título de emissão de gases com efeito de estufa.

SUBSECÇÃO IV
ARTICULAÇÃO COM REGIMES CONEXOS

Artigo 17.º

**Articulação com o Regime Jurídico
da Urbanização e Edificação**

1. Sem prejuízo do disposto no artigo seguinte, as operações urbanísticas a realizar para instalação de estabelecimentos industriais regem-se pelo Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE).
2. Tratando-se de estabelecimento industrial do tipo 1 ou do tipo 2 cuja instalação, ampliação ou alteração envolva a realização de operação urbanística sujeita a controlo prévio, o requerente pode apresentar à câmara municipal competente, antes de iniciado o procedimento de autorização prévia ou de comunicação prévia com prazo:
 - a) Pedido de informação prévia sobre a operação urbanística, não estando a decisão deste pedido dependente de decisão da entidade coordenadora sobre o pedido de autorização prévia ou do início do procedimento de comunicação prévia com prazo;
 - b) Pedido de licença ou comunicação prévia sobre a operação urbanística, mas a câmara municipal só pode decidir depois de proferida a decisão favorável ou favorável condicionada sobre o pedido de autorização prévia ou após efetuada a comunicação prévia com prazo, ou verificado o respetivo deferimento tácito.
3. Tratando-se de estabelecimento industrial de tipo 3 cuja instalação, ampliação ou alteração envolva a realização de operação urbanística sujeita a controlo prévio, deve ser dado prévio e integral cumprimento aos procedimentos aplicáveis nos termos do RJUE, só podendo ser apresentada a mera comunicação prévia com prazo após a emissão pela câmara municipal territorialmente competente do título destinado à utilização do prédio ou fração onde pretende instalar-se o estabelecimento ou verificado o respetivo deferimento tácito.

Artigo 18.º

Localização

1. Sempre que a instalação ou alteração do estabelecimento industrial do tipo 1 ou do tipo 2 envolva a realização de operação urbanística sujeita a controlo prévio, a apreciação em razão da localização é efetuada nos termos do RJUE, no âmbito do pedido de informação prévia ou do procedimento de controlo prévio, sem prejuízo do previsto nos números seguintes.
2. Sempre que um estabelecimento abrangido pelo disposto no número anterior se situe em área que não admita expressamente o uso preten-

dido, nos termos de instrumento de gestão territorial ou de licença ou comunicação prévia de loteamento, o requerente deve apresentar à câmara municipal competente um pedido de informação prévia sobre a operação urbanística, antes de iniciar procedimento para instalação e exploração de estabelecimento industrial.

3. A consulta de entidades da administração central que se devam pronunciar sobre a operação urbanística em razão da localização prevista no RJUE pode ser efetuada, por opção do requerente, no âmbito do procedimento de controlo da atividade industrial aplicável, sendo a intervenção da CCDR desencadeada pela respetiva entidade coordenadora.
4. A decisão global e vinculativa emitida pela CCDR substitui a consulta às entidades da administração central que se devam pronunciar sobre a operação urbanística em razão da localização no âmbito do RJUE.
5. Sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 15.º, sempre que se aplique o RJAIA ou o RPAG, a consulta de entidades da administração central que se devam pronunciar em razão da localização é efetuada no âmbito destes regimes.
6. Pode ser autorizada a instalação de estabelecimento industrial a que se refere a parte 2-A e B do anexo I ao SIR em edifício cujo alvará de utilização admita comércio ou serviços, quando não exista impacto relevante no equilíbrio urbano e ambiental.
7. A instalação de estabelecimento industrial a que se refere a parte 2-A do anexo I ao SIR pode ainda ser autorizada em prédio urbano destinado à habitação, desde que igualmente verificada a condição referida no número anterior.
8. Compete às câmaras municipais a definição dos critérios a observar na avaliação da salvaguarda do equilíbrio urbano e ambiental para efeitos da verificação da condição referida nos n.ºs 6 e 7.
9. Sempre que a instalação ou alteração do estabelecimento industrial se insira numa área licenciada ou concessionada para a exploração de recursos geológicos e o mesmo esteja relacionado com tal exploração, não há lugar à apreciação em razão da localização.

Artigo 19.º

Projeto de instalação, fornecimento e produção de energia

1. Os projetos de eletricidade e de produção de energia térmica, instruídos nos termos da legislação aplicável, são entregues:
 - a) À entidade coordenadora, que os remete às entidades competentes para os devidos efeitos; ou
 - b) Diretamente junto das entidades competentes para a sua apreciação, devendo nesse caso o industrial fazer prova da sua entrega junto da entidade coordenadora.

2. No caso de instalações elétricas já existentes, o projeto de eletricidade pode ser substituído por declaração da entidade competente para o licenciamento elétrico, da qual conste a aprovação do projeto das referidas instalações elétricas.

SECÇÃO II REGIME DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA

SUBSECÇÃO I PROCEDIMENTO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA INDIVIDUALIZADA

Artigo 20.º

Objeto e âmbito do procedimento de autorização prévia individualizada

1. O procedimento previsto na presente subsecção destina-se a obter uma decisão integrada da entidade coordenadora, que confere ao requerente o direito a executar o projeto de instalação de estabelecimento industrial de tipo 1 em conformidade com as condições estabelecidas na decisão de instalação e, uma vez verificada tal conformidade através de vistoria, o direito a explorar o estabelecimento nas condições definidas no respetivo título de exploração.
2. O procedimento previsto na presente subsecção aplica-se quando não estejam preenchidas as condições necessárias à adoção progressiva e incremental do procedimento de autorização prévia padronizada ou nos casos em que o requerente não opte por esse procedimento, nos termos do n.º 3 do artigo 26.º
3. Por opção do requerente, o procedimento de avaliação de impacte ambiental relativo ao projeto de execução, bem como os procedimentos de notificação e de aprovação do relatório de segurança e de emissão de título ou informação prévia de utilização de recursos hídricos, quando aplicáveis, podem ser iniciados junto da entidade coordenadora e decorrer em simultâneo com o procedimento de autorização prévia individualizada.

Artigo 21.º

Pedido de autorização de instalação

1. O procedimento é iniciado com a apresentação, à entidade coordenadora, de formulário de pedido de autorização individualizada e respetivos elementos instrutórios, nos termos definidos por portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da economia, do emprego, da agricultura e do ambiente.

2. Considera-se que a data do pedido de autorização é a data indicada no respetivo comprovativo do pagamento da taxa prevista no artigo 79.º, emitido pelo «Balcão do empreendedor».
3. O recibo comprovativo do recebimento do pedido de autorização identifica os condicionamentos aplicáveis ao mesmo, bem como as entidades cuja consulta é obrigatória.
4. No prazo de cinco dias, contado a partir da data do pedido de autorização, a entidade coordenadora procede à verificação sumária do pedido, incluindo os respetivos elementos instrutórios, e disponibiliza às entidades públicas que, nos termos legais, se devam pronunciar sobre o pedido de autorização os elementos do processo pertinentes, tendo em conta as respetivas atribuições e competências.
5. Se a verificação do pedido de autorização e respetivos elementos instrutórios, efetuada pela entidade coordenadora, ou pelas entidades consultadas ao abrigo do n.º 3 do artigo 23.º, revelar a sua não conformidade com os condicionamentos legais e regulamentares aplicáveis, a entidade coordenadora profere, no prazo de 20 dias, contado a partir da data do pedido de autorização:
 - a) Despacho de convite ao aperfeiçoamento, no qual especifica em concreto os elementos em falta, bem como, se for caso disso, os esclarecimentos necessários à boa instrução do processo, suspendendo-se o prazo para a decisão da entidade coordenadora ou das entidades consultadas, consoante os casos, até à receção dos elementos solicitados ou ao decurso do prazo previsto no n.º 8, consoante o que ocorra primeiro; ou
 - b) Despacho de indeferimento liminar, com a consequente extinção do procedimento, se a não conformidade com os condicionamentos legais e regulamentares for insuscetível de suprimento ou correção.
6. O prazo referido no número anterior é de 30 dias no caso dos pedidos de autorização referentes a instalações abrangidas pelo RJAIA e ou pelo RPAG.
7. Decorrido o prazo previsto nos n.ºs 5 ou 6 sem que ocorra convite ao aperfeiçoamento, a plataforma emite automaticamente notificação donde conste a data de apresentação do pedido de autorização e a menção expressa à sua regular instrução.
8. Tendo sido proferido despacho de convite ao aperfeiçoamento, o requerente dispõe de um prazo máximo de 30 dias para corrigir ou completar o pedido, sob pena de indeferimento liminar.
9. No prazo de cinco dias a contar da junção ao processo dos elementos adicionais pelo requerente, a entidade coordenadora:
 - a) Disponibiliza-os às entidades consultadas se se verificar o integral suprimento das omissões ou irregularidades, sendo emitida pela plataforma a notificação prevista no n.º 7; ou

- b) Profere despacho de indeferimento liminar se subsistir a não conformidade com os condicionamentos legais e regulamentares.

Artigo 22.º

Conferência de entidades intervenientes

1. No prazo de cinco dias, contado a partir da data do pedido de autorização prévia, a entidade coordenadora, sempre que o entender conveniente, convoca os serviços ou organismos da administração central que, nos termos da lei, devam pronunciar-se sobre o pedido, para uma reunião, a ter lugar, presencialmente ou através de videoconferência, no prazo máximo de 10 dias, contado da data da receção do pedido de autorização prévia.
2. Sempre que o pedido de autorização estiver instruído com os elementos que dispensam o parecer de entidades públicas intervenientes nos termos do disposto no n.º 2 do artigo seguinte, não há lugar à respetiva convocatória para a reunião referida no número anterior.
3. A agenda da reunião inclui obrigatoriamente:
 - a) O ponto de situação do processo e seus eventuais antecedentes;
 - b) A identificação de possíveis condicionantes e obstáculos ao projeto e respetivas implicações procedimentais;
 - c) O cronograma dos procedimentos a desenvolver, detalhando o circuito do processo, as obrigações processuais do proponente e uma calendarização de compromissos da Administração Pública em matéria de formalidades, que preveja a redução, sempre que possível, dos prazos máximos fixados na lei.
4. O cronograma referido na alínea c) do número anterior é submetido, para aprovação em matéria de tarefas e prazos, a todos os serviços e organismos da administração central intervenientes.
5. As conclusões da reunião são registadas em ata e remetidas posteriormente a todas as entidades participantes.
6. O requerente pode ser convidado pela entidade coordenadora a participar na reunião referida no n.º 1 a fim de prestar os esclarecimentos sobre o respetivo pedido.

Artigo 23.º

Emissão de parecer, aprovação ou autorização

1. As entidades públicas competentes para emissão de parecer, aprovação ou autorização, nos termos do artigo 14.º, pronunciam-se, no âmbito de procedimento de autorização prévia individualizada a que se refere a presente subsecção, nos prazos máximos para pronúncias previstos no anexo IV ao SIR, a contar da data de receção dos elementos do processo remetidos pela entidade coordenadora.

2. Não há lugar à emissão de parecer da respetiva entidade pública competente, quando, acompanhando o pedido de autorização prévia, for junto ao processo:
 - a) Parecer, autorização ou outro título legalmente exigido, que mantém a sua validade, desde que se mantenham inalterados os respetivos pressupostos de facto ou de direito;
 - b) Relatório de avaliação da conformidade com a legislação aplicável nas áreas técnicas da segurança e saúde no trabalho e segurança alimentar elaborado por entidade acreditada.
3. Se verificarem que existem omissões ou irregularidades nos elementos instrutórios cuja junção é obrigatória, as entidades consultadas podem solicitar à entidade coordenadora, por uma só vez, que o requerente seja convidado a suprir aquelas omissões ou irregularidades, desde que tal solicitação seja recebida pela entidade coordenadora até ao 10.º dia do prazo aplicável fixado no anexo IV ao SIR.
4. O prazo referido no número anterior é de 20 dias no caso dos pedidos de autorização referentes a instalações abrangidas pelo RJAIA e ou pelo RPAG.
5. Exercida a faculdade prevista no n.º 3, a entidade coordenadora analisa o pedido formulado pela entidade consultada, proferindo, quando o considere pertinente, despacho de convite ao aperfeiçoamento nos termos previstos na alínea a) do n.º 5 do artigo 21.º, ou indeferindo, fundamentadamente, aquele pedido.
6. O prazo para pronúncia da entidade consultada suspende-se na data em que é recebida pela entidade coordenadora a solicitação mencionada no n.º 3, retomando o seu curso após a receção pela entidade consultada dos elementos adicionais solicitados ou da notificação do respetivo indeferimento.

Artigo 24.º

Decisão de autorização de instalação

1. A entidade coordenadora profere uma decisão final integrada sobre o pedido de autorização, devidamente fundamentada e precedida de síntese das diferentes pronúncias das entidades consultadas, estabelecendo, quando favorável, as condições a observar pelo requerente na execução do projeto e na exploração do estabelecimento em termos que vinculam as entidades públicas intervenientes no procedimento de autorização prévia individualizada.
2. Antes de proferir decisão, a entidade coordenadora promove as ações que considerar necessárias à concertação das posições assumidas pelas entidades consultadas quando se verificarem divergências que dificultem a tomada de uma decisão integrada.

3. Sem prejuízo do disposto no n.º 5, a decisão sobre o pedido de autorização é proferida no prazo de 15 dias, contado da data de receção do último dos pareceres, autorizações ou aprovações emitidos, ou do termo do prazo para essa pronúncia, sempre que alguma das entidades não se pronuncie.
4. O pedido de autorização de instalação é indeferido com fundamento na existência dos seguintes atos:
 - a) DIA desfavorável ou não conformidade do projeto de execução com a DIA;
 - b) Indeferimento do pedido de licença ambiental;
 - c) Indeferimento do pedido de aprovação do relatório de segurança;
 - d) Indeferimento do pedido de título de emissão de gases com efeito de estufa;
 - e) Indeferimento do pedido de título de utilização de recursos hídricos;
 - f) Indeferimento do pedido de alvará e ou parecer desfavorável de operação de gestão de resíduos;
 - g) Decisão desfavorável da CCDD, em razão da localização.
5. A decisão da entidade coordenadora sobre o pedido de autorização de instalação pode ser proferida antes da decisão final nos procedimentos de licença ambiental, de título de utilização de recursos hídricos, de título de emissão de gases com efeito de estufa, de parecer ou licença de operação de gestão de resíduos e de autorização de equipamentos a instalar em estabelecimento industrial abrangidos por legislação específica, que são apenas condição do título de exploração do estabelecimento.
6. A decisão da entidade coordenadora sobre o pedido de autorização de instalação é disponibilizada no «Balcão do empreendedor» pela entidade coordenadora, sendo enviada notificação automática ao requerente, à câmara municipal territorialmente competente, às entidades consultadas, bem como às entidades cuja consulta tenha sido dispensada ao abrigo do n.º 2 do artigo anterior.

Artigo 25.º

Título de exploração

1. A exploração de estabelecimento industrial objeto do procedimento de autorização prévia individualizada só pode ter início após o requerente ter em seu poder título de exploração, emitido nos termos previstos nos números seguintes.
2. A emissão do título de exploração depende de vistoria prévia, a realizar nos termos previstos no artigo 35.º, e da apresentação de cópia da apólice de seguro de responsabilidade civil previsto no artigo 4.º
3. Sem prejuízo dos elementos previstos na portaria a que se refere o n.º 1 do artigo 21.º, o requerente apresenta à entidade coordenadora,

quando pretenda iniciar a exploração, o pedido de título de exploração devidamente instruído, sob pena de indeferimento liminar, acompanhado de:

- a) Termo de responsabilidade do responsável técnico do projeto, no qual este declara que a instalação industrial autorizada está concluída e preparada para operar de acordo com o projeto aprovado e em observância das condições integradas na decisão final do pedido de autorização de instalação, bem como, se for caso disso, que as alterações efetuadas ao projeto estão em conformidade com as normas legais e regulamentares que lhe são aplicáveis;
 - b) Título de autorização de utilização do prédio ou fração ou cópia do pedido de autorização de utilização apresentado à câmara municipal territorialmente competente.
4. Considera-se que a data do pedido de autorização é a data indicada no respetivo comprovativo do pagamento da taxa prevista no artigo 79.º, emitido pelo «Balcão do empreendedor».
 5. A entidade coordenadora profere decisão sobre o pedido de exploração no prazo de 10 dias, contado a partir:
 - a) Da data de realização da vistoria;
 - b) Da data da comunicação do resultado da vistoria por entidades acreditadas nos termos do n.º 10 do artigo 35.º
 6. Se o auto de vistoria for favorável ao início de laboração, a entidade coordenadora defere o pedido de exploração.
 7. A decisão de deferimento do pedido consubstancia o título de exploração para todos os efeitos previstos no SIR e inclui as condições de exploração das instalações industriais fixadas no auto de vistoria.
 8. Se as condições da instalação industrial verificadas na vistoria não estiverem em conformidade com o projeto aprovado ou com as condições estabelecidas na decisão final sobre o pedido de autorização, mas for possível a respetiva correção em prazo razoável, a entidade coordenadora emite título de exploração condicionada e fixa um prazo para execução das correções necessárias, findo o qual é agendada nova vistoria.
 9. O disposto no número anterior é aplicável igualmente aos casos de medidas de correção de situações de não cumprimento que sejam expressas nos autos de vistoria ou no relatório técnico das entidades acreditadas, sempre que tais medidas não constituam fundamento de indeferimento nos termos do número seguinte.
 10. O pedido de exploração só pode ser indeferido com fundamento em:
 - a) Desconformidade das instalações industriais com condicionamentos legais e regulamentares ou com as condições fixadas na decisão final do pedido de autorização, desde que o auto de vistoria ou o relatório técnico de entidade acreditada lhes atribua relevo suficiente para a não autorização da exploração;

- b) Indeferimento do pedido de licença ambiental;
 - c) Falta ou indeferimento de título de emissão de gases com efeito de estufa;
 - d) Falta ou indeferimento de título ou de decisão sobre o pedido de informação prévia de utilização dos recursos hídricos em instalações industriais;
 - e) Indeferimento do alvará e ou parecer desfavorável de operação de gestão de resíduos.
11. O título de exploração é disponibilizado no «Balcão do empreendedor» pela entidade coordenadora, sendo enviada notificação automática ao requerente, à câmara municipal territorialmente competente, às entidades consultadas, bem como às entidades cuja consulta tenha sido dispensada ao abrigo do n.º 2 do artigo 23.º
 12. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, o requerente pode iniciar a exploração do estabelecimento logo que tenha em seu poder o título de exploração, ou a certidão prevista no n.º 3 do artigo 16.º
 13. Quando a instalação, ampliação ou alteração do estabelecimento industrial envolva a realização de uma operação urbanística sujeita a controlo prévio, o início da exploração depende da emissão de título de autorização de utilização emitido pela câmara municipal territorialmente competente ou de certidão comprovativa do respetivo deferimento tácito.
 14. O requerente deve comunicar à entidade coordenadora a data do início da exploração já autorizada, com uma antecedência não inferior a cinco dias, dando esta conhecimento de tal facto a todas as entidades consultadas, bem como às entidades cuja consulta tenha sido dispensada, ao abrigo do n.º 2 do artigo 23.º

SUBSECÇÃO II

PROCEDIMENTO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PADRONIZADA

Artigo 26.º

Objeto e âmbito do procedimento de autorização prévia padronizada

1. O procedimento previsto na presente subsecção destina-se a obter uma decisão integrada da entidade coordenadora que confere ao requerente o direito a instalar e a explorar o estabelecimento industrial de tipo 1, de acordo com as condições de instalação e exploração definidas na decisão de autorização prévia padronizada.
2. A decisão integrada da entidade coordenadora a que se refere o número anterior engloba as licenças ou autorizações padronizadas necessárias à atividade a desenvolver no estabelecimento industrial que tenham sido

objeto do pedido de autorização prévia padronizada, designadamente nos seguintes domínios:

- a) Prevenção e controlo integrados da poluição;
 - b) Utilização de recursos hídricos;
 - c) Operações de gestão de resíduos;
 - d) Emissão de gases com efeito de estufa;
 - e) Segurança e saúde no trabalho, caso seja aplicável nos termos de lei especial;
 - f) Segurança alimentar.
3. O procedimento de autorização prévia padronizada aplica-se por opção do requerente e requer:
- a) A existência de licença ou autorização padronizada no domínio das atividades e ou operações a desenvolver no estabelecimento industrial;
 - b) Uma declaração de responsabilidade do requerente de cumprimento integral das obrigações e condições constantes das licenças ou autorizações padronizadas objeto do pedido.
4. Por opção do requerente, e se for caso disso, o procedimento de avaliação de impacte ambiental relativo a projeto de execução, os procedimentos de notificação e de aprovação do relatório de segurança, bem como ainda, no caso de não existir licença ou autorização padronizada, o procedimento de emissão de título ou informação prévia de utilização de recursos hídricos, podem ser iniciados junto da entidade coordenadora e decorrer em simultâneo com o procedimento de autorização prévia padronizada a que se refere a presente subsecção.

Artigo 27.^o

Pedido de autorização prévia padronizada

1. O procedimento é iniciado com a apresentação pelo requerente à entidade coordenadora de pedido de autorização prévia padronizada, através de formulário e respetivos elementos instrutórios constantes de portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da economia, do emprego, da agricultura e do ambiente.
2. Considera-se que a data do pedido de autorização é a data indicada no respetivo comprovativo do pagamento da taxa prevista no artigo 79.^o, emitido pelo «Balcão do empreendedor».
3. O recibo comprovativo do recebimento do pedido de autorização identifica eventuais condicionamentos aplicáveis, bem como as entidades cuja consulta é obrigatória.
4. No prazo de cinco dias, contado a partir da data do pedido de autorização, a entidade coordenadora procede à verificação sumária do pedido, incluindo os respetivos elementos instrutórios e, caso haja lugar a consulta de entidades públicas, remete-lhes, no mesmo prazo,

os elementos do processo pertinentes, tendo em conta as respetivas atribuições e competências.

5. Se a verificação do pedido de autorização e respetivos elementos instrutórios, efetuada pela entidade coordenadora, ou pelas entidades consultadas, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 28.º, revelar a sua não conformidade com os condicionamentos legais e regulamentares aplicáveis, a entidade coordenadora profere, no prazo de 20 ou 10 dias, consoante haja ou não lugar a consultas obrigatórias, contado a partir da data do pedido de autorização:
 - a) Despacho de convite ao aperfeiçoamento, no qual especifica em concreto os elementos em falta, bem como, se for caso disso, os esclarecimentos necessários à boa instrução do processo, suspendendo-se o prazo para a decisão da entidade coordenadora ou das entidades consultadas, consoante os casos, até à receção dos elementos solicitados ou ao decurso do prazo previsto no n.º 7, consoante o que ocorra primeiro; ou
 - b) Despacho de indeferimento liminar, com a consequente extinção do procedimento, se a não conformidade com os condicionamentos legais e regulamentares for insuscetível de suprimento ou correção.
6. Decorrido o prazo previsto no número anterior sem que ocorra convite ao aperfeiçoamento, a plataforma emite automaticamente notificação donde conste a data de apresentação do pedido de autorização prévia padronizada e a menção expressa à sua regular instrução.
7. Tendo sido proferido despacho de convite ao aperfeiçoamento, o requerente dispõe de um prazo máximo de 20 dias para corrigir ou completar o pedido, sob pena de indeferimento liminar.
8. No prazo de cinco dias a contar da junção ao processo dos elementos adicionais pelo requerente, a entidade coordenadora:
 - a) Disponibiliza-os às entidades consultadas se verificar o integral suprimento das omissões ou irregularidades e emite a certidão prevista no n.º 6; ou
 - b) Profere despacho de indeferimento liminar se subsistir a não conformidade com os condicionamentos legais e regulamentares.

Artigo 28.º

Pronúncia de entidades públicas

1. No procedimento de autorização prévia padronizada não há lugar a consulta de entidades públicas a que se refere o artigo 14.º, quando:
 - a) A respetiva pronúncia esteja abrangida por licença ou autorização padronizada objeto do pedido; ou

- b) A autorização prévia padronizada estiver instruída com:
 - i) Parecer, autorização ou outro título legalmente exigido, que mantém a sua validade, desde que se mantenham inalterados os respetivos pressupostos de facto ou de direito;
 - ii) Relatório de avaliação da conformidade com a legislação aplicável nas áreas técnicas da segurança e saúde no trabalho e segurança alimentar, elaborado por entidade acreditada para o efeito.
- 2. Caso haja lugar à pronúncia de entidades públicas referidas no artigo 14.º, estas pronunciam-se no prazo máximo de 20 dias a contar da data de receção dos elementos do processo remetidos pela entidade coordenadora.
- 3. Se as entidades consultadas verificarem que existem omissões ou irregularidades nos elementos instrutórios cuja junção é obrigatória, podem solicitar à entidade coordenadora, por uma só vez, que o requerente seja convidado a suprir aquelas omissões ou irregularidades, desde que tal solicitação seja recebida pela entidade coordenadora até ao 10.º dia do prazo fixado no n.º 2.
- 4. Exercida a faculdade prevista no número anterior, a entidade coordenadora analisa o pedido formulado pela entidade consultada, proferindo, quando o considere pertinente, despacho de aperfeiçoamento nos termos previstos na alínea a) do n.º 5 do artigo anterior, ou indeferindo, fundamentadamente, aquele pedido.
- 5. O prazo para pronúncia suspende-se na data em que é recebida pela entidade coordenadora a solicitação mencionada no n.º 3, retomando o seu curso após a receção pela entidade consultada dos elementos adicionais solicitados ou da notificação do respetivo indeferimento.

Artigo 29.º

Título de instalação e exploração padronizada

- 1. A entidade coordenadora profere uma decisão final fundamentada sobre o pedido de autorização prévia padronizada, a qual, quando favorável, consubstancia o título de instalação e exploração padronizada para todos os efeitos previstos no SIR.
- 2. A decisão referida no número anterior só produz efeitos após apreciação positiva de cópia da apólice de seguro de responsabilidade civil previsto no artigo 4.º
- 3. A decisão referida no n.º 1 incorpora:
 - a) Todas as licenças ou autorizações padronizadas objeto do pedido;
 - b) Nos casos em que intervieram outras entidades públicas, a síntese das diferentes pronúncias das entidades consultadas, estabelecendo, quando favorável, as condições a observar na exploração

- do estabelecimento em termos que vinculam as entidades públicas intervenientes no procedimento de autorização prévia padronizada.
4. A decisão final da entidade coordenadora sobre o pedido de autorização prévia padronizada não depende da realização de vistoria prévia, exceto no caso de exploração de atividade agroalimentar que utilize matéria-prima de origem animal não transformada ou de atividade de operação de gestão de resíduos que exija vistoria prévia à exploração, nos termos dos regimes legais aplicáveis, que são sempre precedidas de vistoria das autoridades responsáveis, e às quais é aplicável o disposto no artigo 35.º
 5. Quando não haja lugar a consultas, a decisão da entidade coordenadora é proferida no prazo de 15 dias, contado da apresentação do pedido.
 6. Sempre que haja lugar a consultas, a decisão sobre o pedido de autorização prévia padronizada é proferida no prazo de 10 dias, contado:
 - a) Da data de receção, se for caso disso, do último dos pareceres, autorizações ou aprovações emitidos pelas entidades consultadas;
 - b) Do termo do prazo para a pronúncia das entidades consultadas, sempre que alguma daquelas entidades não se pronuncie.
 7. No caso de a instalação do estabelecimento implicar a realização de operação urbanística sujeita a controlo prévio e houver lugar a vistoria da entidade responsável pela gestão do sistema de segurança alimentar ou da entidade responsável pela segurança contra incêndio em edifícios, a decisão da entidade coordenadora sobre o pedido de autorização prévia padronizada é proferida nos prazos referidos nos n.º 5 e 6, consoante haja ou não lugar a consultas, mas, quando favorável, é sempre condicionada à realização daquela vistoria, a qual é solicitada pelo requerente com a antecedência mínima de 30 dias relativamente à data de início de exploração referida no n.º 13.
 8. Só pode ser proferida decisão desfavorável sobre o pedido de autorização padronizada com fundamento em:
 - a) Características e especificações da instalação industrial descritas no pedido de autorização padronizada que não correspondam ao âmbito de aplicação das licenças ou autorizações padronizadas objeto do pedido;
 - b) Decisão desfavorável da CCDR em razão da localização.
 9. O título de exploração é disponibilizado no «Balcão do empreendedor» pela entidade coordenadora, sendo enviada notificação automática ao requerente, à câmara municipal territorialmente competente, às entidades consultadas, bem como às entidades cuja consulta tenha sido dispensada ao abrigo do n.º 1 do artigo 28.º
 10. O requerente pode iniciar a instalação e exploração do estabelecimento, logo que tenha em seu poder a notificação da decisão favorável ou favorável condicionada ou, em caso de deferimento tácito, a certidão prevista no n.º 3 do artigo 16.º, sem prejuízo do disposto nos números seguintes.

11. Quando se trate de atividade agroalimentar que utilize matéria-prima de origem animal não transformada ou de atividade de operação de gestão de resíduos que exija vistoria prévia à exploração, nos termos dos regimes legais aplicáveis, a exploração só pode ter início após a realização da vistoria referida no n.º 4, sendo o respetivo resultado disponibilizado ao requerente no «Balcão do empreendedor» no último dia de realização da vistoria ou nos cinco dias subsequentes.
12. Quando a instalação, ampliação ou alteração do estabelecimento industrial envolva a realização de uma operação urbanística sujeita a controlo prévio, o início da exploração depende da emissão de título de autorização de utilização emitido pela câmara municipal territorialmente competente ou de certidão comprovativa do respetivo deferimento tácito.
13. O requerente deve comunicar à entidade coordenadora a data do início da exploração já autorizada, com uma antecedência não inferior a cinco dias, dando esta conhecimento de tal facto a todas as entidades consultadas, bem como às entidades cuja consulta tenha sido dispensada ao abrigo do n.º 1 do artigo 28.º

SECÇÃO III

REGIME DE COMUNICAÇÃO PRÉVIA COM PRAZO

Artigo 30.º

Procedimento de comunicação prévia com prazo

1. A exploração de estabelecimento industrial de tipo 2 só pode ter início após o requerente ter em seu poder título válido de exercício da atividade industrial obtido mediante o procedimento de comunicação prévia com prazo.
2. Os procedimentos previstos nos regimes jurídicos de utilização de recursos hídricos, de emissão de gases com efeito de estufa, de emissões de compostos orgânicos voláteis para o ambiente, ou de operações de gestão de resíduos são iniciados junto da entidade coordenadora e decorrem em simultâneo com o presente procedimento.
3. O cumprimento da obrigação de comunicação prévia com prazo é feito através da apresentação à entidade coordenadora do respetivo formulário e elementos instrutórios, nos termos definidos em portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da economia, do emprego, da agricultura e do ambiente.
4. Sempre que a atividade ou operação a exercer no estabelecimento industrial esteja abrangida por licença ou autorização padronizada nos domínios do ambiente, da segurança e saúde no trabalho, caso

seja aplicável nos termos de lei especial, e segurança alimentar, a comunicação prévia com prazo significa a aceitação de termo de responsabilidade, disponibilizado ao requerente no «Balcão do empreendedor» no qual declara conhecer e cumprir todas as exigências constantes das licenças ou autorizações padronizadas em causa.

5. Considera-se que a data da comunicação prévia com prazo é a data indicada no respetivo comprovativo do pagamento da taxa prevista no artigo 79.º, emitido pelo «Balcão do empreendedor».
6. O recibo comprovativo do recebimento da comunicação prévia com prazo identifica os condicionamentos aplicáveis.
7. A entidade coordenadora procede à verificação da comunicação prévia com prazo, incluindo os respetivos elementos instrutórios e, havendo lugar a consultas obrigatórias, disponibiliza o processo às entidades a consultar no prazo de cinco dias, contado da data da apresentação do pedido.
8. Se a verificação da comunicação prévia com prazo e respetivos elementos instrutórios, efetuada pela entidade coordenadora, ou pelas entidades consultadas nos termos do disposto no artigo seguinte, revelar a sua não conformidade com os condicionamentos legais e regulamentares aplicáveis, a entidade coordenadora profere, no prazo de 10 ou 7 dias, consoante haja ou não lugar a consultas obrigatórias, contado a partir da data da comunicação prévia com prazo:
 - a) Despacho de convite ao aperfeiçoamento, no qual especifica em concreto os elementos em falta, bem como, se for caso disso, os esclarecimentos necessários à boa instrução do processo, suspendendo-se o prazo para a decisão da entidade coordenadora ou das entidades consultadas, consoante os casos, até à receção dos elementos solicitados;
 - b) Despacho de indeferimento liminar, com a consequente extinção do procedimento, se a não conformidade com os condicionamentos legais e regulamentares for insuscetível de suprimento ou correção.
9. O prazo referido no número anterior é de 15 dias no caso dos pedidos de autorização referentes a instalações abrangidas pelos regimes de título de utilização de recursos hídricos, operações de gestão de resíduos e título de emissão de gases com efeito de estufa.
10. Decorridos os prazos previstos nos n.ºs 8 ou 9, consoante os casos, sem que ocorra convite ao aperfeiçoamento, é automaticamente disponibilizado no «Balcão do empreendedor» comprovativo eletrónico de onde conste a data da apresentação da comunicação prévia com prazo e a menção à sua regular instrução.
11. Tendo sido proferido despacho de convite ao aperfeiçoamento, o requerente dispõe de um prazo máximo de 15 dias para corrigir ou completar o pedido, sob pena de indeferimento liminar.

12. No prazo de cinco dias a contar da junção ao processo dos elementos adicionais pelo requerente, a entidade coordenadora:
 - a) Disponibiliza-os às entidades consultadas se verificar o integral suprimento das omissões ou irregularidades e emite o comprovativo eletrónico previsto no n.º 10; ou
 - b) Profere despacho de indeferimento liminar se subsistir a não conformidade com os condicionamentos legais e regulamentares.

Artigo 31.º

Consulta de entidades públicas

1. As entidades públicas competentes para emissão de parecer, aprovação ou autorização, nos termos do artigo 14.º, pronunciam-se nos prazos máximos para pronúncias previstos no anexo IV ao SIR, a contar da data de receção dos elementos do processo remetidos pela entidade coordenadora.
2. Não há lugar à pronúncia das entidades públicas a que se refere o número anterior, quando:
 - a) A respetiva pronúncia esteja abrangida por licença ou autorização padronizada objeto do pedido; ou
 - b) A comunicação prévia com prazo estiver instruída com:
 - i) Parecer, autorização ou outro título legalmente exigido, que mantém a sua validade, desde que se mantenham inalterados os respetivos pressupostos de facto ou de direito;
 - ii) Relatório de avaliação da conformidade com a legislação aplicável nas áreas técnicas da segurança e saúde no trabalho e segurança alimentar, elaborado por entidade acreditada para o efeito.
3. Se as entidades consultadas verificarem que existem omissões ou irregularidades nos elementos instrutórios cuja junção é obrigatória, podem solicitar à entidade coordenadora, por uma só vez, que o requerente seja convidado a suprir aquelas omissões ou irregularidades, desde que tal solicitação seja recebida pela entidade coordenadora até ao quinto dia do prazo aplicável nos termos do n.º 1.
4. O prazo referido no número anterior é de 10 dias no caso dos pedidos de autorização referentes a instalações abrangidas pelos regimes de título de utilização de recursos hídricos, operações de gestão de resíduos e título de emissão de gases com efeito de estufa.
5. Exercida a faculdade prevista no n.º 3, a entidade coordenadora analisa o pedido formulado pela entidade consultada, proferindo, quando o considere pertinente, despacho de convite de aperfeiçoamento nos termos referidos na alínea a) do n.º 8 do artigo 30.º, ou indeferindo, fundamentadamente, aquele pedido.

6. O prazo para pronúncia suspende-se na data em que é recebida pela entidade coordenadora a solicitação mencionada no n.º 3, retomando o seu curso com a receção pela entidade consultada dos elementos adicionais solicitados ou da notificação do respetivo indeferimento.

Artigo 32.º

Título de instalação e exploração

1. A entidade coordenadora profere uma decisão final fundamentada sobre a comunicação prévia com prazo, que inclui, nos casos em que intervieram outras entidades públicas, a síntese das diferentes pronúncias das entidades consultadas, estabelecendo, quando favorável, as condições a observar na exploração do estabelecimento em termos que vinculam as entidades públicas intervenientes no presente procedimento.
2. A decisão referida no número anterior só produz efeitos após apreciação positiva de cópia da apólice de seguro de responsabilidade civil previsto no artigo 4.º
3. A decisão final da entidade coordenadora sobre a comunicação prévia com prazo não depende da realização de vistoria prévia, exceto no caso de exploração de atividade agroalimentar que utilize matéria-prima de origem animal não transformada ou de atividade de operação de gestão de resíduos que exija vistoria prévia à exploração, nos termos dos regimes legais aplicáveis, que são sempre precedidas de vistoria das autoridade responsáveis, e às quais é aplicável o disposto no artigo 35.º
4. Quando não haja lugar a consultas, a decisão da entidade coordenadora é proferida no prazo de 10 dias contados da apresentação do pedido.
5. Sempre que haja lugar a consultas, a decisão sobre a comunicação prévia com prazo é proferida no prazo de 5 dias contados:
 - a) Da data de receção, se for caso disso, do último dos pareceres, autorizações ou aprovações emitidos pelas entidades consultadas;
 - b) Do termo do prazo para a pronúncia das entidades consultadas, sempre que alguma daquelas entidades não se pronuncie.
6. No caso de a instalação do estabelecimento implicar a realização de operação urbanística sujeita a controlo prévio e caso haja lugar a vistoria da entidade responsável pela gestão do sistema de segurança alimentar, a decisão da entidade coordenadora sobre a comunicação prévia com prazo é proferida nos prazos referidos nos n.ºs 4 ou 5, consoante haja ou não lugar a consultas.
7. A decisão da entidade coordenadora referida no número anterior, quando favorável, é sempre condicionada à realização da vistoria da

- entidade responsável pela gestão do sistema de segurança alimentar, a qual é solicitada pela entidade coordenadora, a pedido do requerente, com a antecedência mínima de 30 dias relativamente à data de início de exploração referida no n.º 13.
8. Só pode ser proferida decisão desfavorável sobre a comunicação prévia com prazo com fundamento em:
 - a) Características e especificações da instalação industrial descrita na comunicação prévia com prazo que contrariem ou não cumpram os condicionamentos legais e regulamentares em vigor, e desde que tais desconformidades tenham relevo suficiente para a não permissão do início da exploração do estabelecimento industrial ou, no caso previsto na alínea a) do n.º 8 do artigo 27.º, que não correspondam ao âmbito de aplicação das licenças ou autorizações padronizadas objeto do pedido;
 - b) Indeferimento dos pedidos de título de emissão de gases com efeito de estufa, de título de utilização de recurso hídricos, de alvará de operações de gestão de resíduos ou de atribuição do número de controlo veterinário, quando aplicável;
 - c) Decisão desfavorável da CCDR, em razão da localização.
 9. A decisão final sobre a comunicação prévia com prazo é comunicada ao industrial, à câmara municipal territorialmente competente e a todas as entidades que se pronunciaram no procedimento.
 10. Sem prejuízo do disposto nos números seguintes, o requerente pode iniciar a exploração do estabelecimento logo que tenha em seu poder a notificação da decisão favorável, ou favorável condicionada ou a certidão prevista no n.º 3 do artigo 16.º
 11. Quando se trate de atividade agroalimentar que utilize matéria-prima de origem animal não transformada ou de atividade de operação de gestão de resíduos que exija vistoria prévia à exploração, nos termos dos regimes legais aplicáveis, a exploração só pode ter início após a comunicação ao requerente do resultado da vistoria a que se refere o n.º 2, sendo o respetivo resultado disponibilizado ao requerente no «Balcão do empreendedor» no último dia de realização da vistoria ou nos cinco dias subsequentes.
 12. Quando a instalação, ampliação ou alteração do estabelecimento industrial envolva a realização de uma operação urbanística sujeita a controlo prévio, o início da exploração depende da emissão de título de autorização de utilização emitido pela câmara municipal territorialmente competente ou verificado o respetivo deferimento tácito.
 13. O requerente deve comunicar à entidade coordenadora a data do início da exploração, com uma antecedência não inferior a cinco dias, dando esta conhecimento de tal facto a todas as entidades consultadas.

SECÇÃO IV

REGIME DE MERA COMUNICAÇÃO PRÉVIA

Artigo 33.^o

Procedimento de mera comunicação prévia

1. A exploração de estabelecimento industrial de tipo 3 está sujeita ao regime de mera comunicação prévia.
2. O cumprimento da obrigação de mera comunicação prévia é feito através da apresentação, à respetiva entidade coordenadora competente, de formulário e respetivos elementos instrutórios, nos termos definidos em portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da economia, do emprego, da agricultura e do ambiente.
3. A mera comunicação prévia significa a aceitação de termo de responsabilidade, disponibilizado ao requerente no «Balcão do empreendedor», no qual declara conhecer e cumprir as exigências legais aplicáveis à sua atividade em matéria de segurança e saúde no trabalho e ambiente, bem como, quando aplicável, as exigências em matéria de segurança alimentar e os limiares de produção previstos na parte 2-A do anexo I ao SIR.
4. Sempre que a atividade ou operação a exercer no estabelecimento industrial de tipo 3 esteja abrangida por licença ou autorização padronizada nos domínios do ambiente, da segurança e saúde no trabalho, segurança alimentar e segurança contra incêndio em edifícios, a mera comunicação prévia significa a aceitação de termo de responsabilidade, disponibilizado ao requerente no «Balcão do empreendedor», no qual declara conhecer e cumprir todas as exigências constantes das licenças ou autorizações padronizadas em causa.
5. A exploração dos estabelecimentos de tipo 3 está sujeita às exigências legais em vigor e aplicáveis ao imóvel onde está situado, bem como aos condicionamentos legais e regulamentares aplicáveis à atividade industrial, designadamente em matéria de ambiente, segurança e saúde no trabalho, segurança alimentar e segurança contra incêndio em edifícios.

Artigo 34.^o

Início de exploração

1. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, o comprovativo eletrónico de submissão da mera comunicação prévia no «Balcão do empreendedor», acompanhado do comprovativo do pagamento das taxas eventualmente devidas, constituem título bastante para o exercício da atividade.
2. A exploração de atividade agroalimentar que utilize matéria-prima de origem animal não transformada que exija vistoria prévia à exploração,

nos termos dos regimes legais aplicáveis, só pode ser iniciada após vistoria das autoridades responsáveis, no prazo máximo de 15 dias, findo o qual o requerente poderá recorrer a vistoria por entidade acreditada, nos termos do SIR, e iniciar a exploração após a comunicação prevista no n.º 11 do artigo seguinte.

SECÇÃO V CONTROLO, REEXAME, SUSPENSÃO E CESSAÇÃO DA EXPLORAÇÃO INDUSTRIAL

SUBSECÇÃO I VISTORIAS

Artigo 35.º

Vistoria prévia ao início da exploração

1. A vistoria prévia ao estabelecimento industrial a que se refere o n.º 2 do artigo 25.º deve ter lugar dentro dos 30 dias subsequentes à data de apresentação do pedido de exploração.
2. A realização da vistoria é comunicada, com a antecedência mínima de 10 dias, ao requerente e a todas as entidades públicas que, nos termos da lei, se devam pronunciar sobre as condições de exploração do estabelecimento, as quais devem designar os seus representantes e indicar técnicos e peritos, podendo ainda a entidade coordenadora convocar outros técnicos e peritos.
3. A vistoria é conduzida pela entidade coordenadora e pode ser agendada para ter lugar em:
 - a) Dias fixos, e neste caso implica a presença conjunta e simultânea no estabelecimento industrial dos representantes, técnicos e peritos referidos no número anterior;
 - b) Qualquer dia de determinado período, que não deve exceder uma semana, e, neste caso, os representantes, técnicos e peritos referidos no número anterior podem executar as respetivas missões em dias diferentes dentro do período determinado, sem necessidade da presença simultânea de todos no estabelecimento industrial.
4. Decorrido o prazo previsto no n.º 1 para a realização da vistoria sem que esta seja realizada, por motivo não imputável ao requerente, a entidade coordenadora é obrigada a proceder à devolução imediata ao requerente do valor da taxa paga que constitua receita da entidade coordenadora.
5. Se após a apresentação do pedido de título de exploração for também determinada a realização de vistoria no âmbito do RJUE, o requerente pode solicitar à entidade coordenadora que seja agendada uma única

vistoria, a qual convoca a câmara municipal competente nos termos do n.º 2.

6. A realização de uma vistoria única nos termos do número anterior não prejudica o disposto no n.º 6 do artigo 65.º do RJUE.
7. Os resultados da vistoria são registados em auto de vistoria, em formato eletrónico e ou em papel, do qual devem constar os seguintes elementos:
 - a) Conformidade ou desconformidade do estabelecimento industrial com os condicionamentos legais e regulamentares, com o projeto aprovado e com as condições integradas na decisão final do pedido de autorização de instalação;
 - b) Identificação das desconformidades que necessitam de correção;
 - c) Posição sobre a procedência ou improcedência de reclamações apresentadas na vistoria;
 - d) Proposta de decisão final sobre pedido de exploração.
8. Quando a proposta de indeferimento se fundar em desconformidade das instalações industriais com condicionamentos legais e regulamentares ou com as condições fixadas na decisão final do pedido de autorização, o auto de vistoria deve indicar as razões pelas quais aquela desconformidade assume relevo suficiente para a não autorização da exploração.
9. O auto de vistoria deve ser assinado pelos intervenientes na vistoria ou conter em anexo as respetivas declarações individuais, devidamente assinadas, sendo disponibilizado no «Balcão do empreendedor» ao requerente e às entidades consultadas no último dia de realização da vistoria ou nos cinco dias subsequentes.
10. Não sendo realizada a vistoria dentro do prazo previsto no n.º 1 por motivo não imputável ao requerente, este, sem prejuízo dos meios gratuitos e contenciosos ao seu dispor, pode recorrer a entidades acreditadas para proceder à sua realização, a qual deve observar, cumulativamente, os seguintes requisitos:
 - a) Ser conduzida por uma ou mais entidades acreditadas para as áreas técnicas do ambiente, da segurança e saúde no trabalho e da segurança alimentar;
 - b) Observar o disposto nos n.ºs 7 e 8.
11. A entidade responsável pela gestão do sistema de segurança alimentar comunica o resultado da vistoria à entidade coordenadora.

Artigo 36.º

Vistorias de conformidade

1. A entidade coordenadora realiza vistorias de conformidade ao estabelecimento industrial nos seguintes casos:
 - a) Verificação do cumprimento dos condicionamentos legais ou do cumprimento das condições anteriormente fixadas;
 - b) Instrução e apreciação de alterações à instalação industrial;

- c) Análise de reclamações e recursos hierárquicos;
 - d) Verificação do cumprimento de medidas impostas no âmbito de decisões proferidas sobre reclamações e recursos hierárquicos;
 - e) Verificação do cumprimento de medidas impostas aquando da desativação definitiva do estabelecimento industrial;
 - f) A pedido do industrial.
2. No caso de estabelecimento industrial objeto de título de instalação e exploração padronizada, a primeira vistoria de conformidade tem lugar obrigatoriamente no prazo máximo de três meses, contado da data do início da exploração do estabelecimento comunicada pelo requerente ao abrigo do n.º 13 do artigo 29.º
 3. É aplicável às vistorias de conformidade a disciplina estabelecida no artigo anterior, com as devidas adaptações.
 4. Ressalvado o disposto no número seguinte, para efeitos de verificação do cumprimento das condições fixadas nos títulos de exploração emitidos, a entidade coordenadora pode realizar, no máximo, três vistorias de conformidade à instalação industrial.
 5. Se a terceira vistoria de conformidade revelar que ainda não estão cumpridas todas as condições anteriormente impostas, a entidade coordenadora toma as medidas cautelares e as providências necessárias, entre as quais se inclui a suspensão ou o encerramento da exploração da instalação industrial.
 6. Os estabelecimentos que obtiveram a exclusão do regime de prevenção e controlo integrado da poluição estão sujeitos a verificação das condições de exclusão impostas e a vistorias de conformidade, com periodicidade mínima anual.
 7. O título de exploração é sempre atualizado na sequência da realização das vistorias de conformidade.
 8. Os autos de vistoria referidos nos números anteriores são inseridos no «Balcão do empreendedor», sendo disponibilizados ao requerente e às entidades intervenientes.

Artigo 37.º

Vistorias de reexame

1. Os estabelecimentos industriais dos tipos 1 e 2 estão sujeitos a reexame global das respetivas condições de exploração, após terem decorrido sete anos, contados a partir da data de emissão do título de exploração ou da data da última atualização do mesmo, sem prejuízo do que for exigido por legislação específica.
2. Se o estabelecimento industrial estiver sujeito ao regime de prevenção e controlo integrado da poluição, o reexame global previsto no número anterior deve ter lugar nos seis meses que antecedem o fim do período de validade da licença ambiental.

3. No caso de estabelecimento industrial sujeito à aprovação de relatório de segurança no âmbito da prevenção de acidentes graves que envolvam substâncias perigosas, a entidade coordenadora estabelece um calendário de reexame das condições de exploração que seja adequado ao preenchimento dos requisitos específicos previstos na legislação aplicável.
4. O reexame das condições de exploração do estabelecimento industrial contempla a realização de vistorias cuja agenda deve ser comunicada pela entidade coordenadora, com a antecedência mínima de 30 dias relativamente à data prevista para a sua realização, ao requerente, à câmara municipal territorialmente competente e a todas as entidades públicas que, nos termos da lei, se devem pronunciar sobre as condições de exploração do estabelecimento em causa.
5. É aplicável às vistorias de reexame a disciplina estabelecida no artigo 35.º com as devidas adaptações.
6. O título de exploração é sempre atualizado na sequência da realização das vistorias de reexame.
7. A não realização atempada da vistoria de reexame, por motivo não imputável ao industrial, não prejudica a continuidade da exploração do estabelecimento industrial.

SUBSECÇÃO II

SUSPENSÃO E CADUCIDADE

Artigo 38.º

Suspensão ou caducidade do título de exploração

1. A suspensão por mais de um ano, o respetivo reinício ou a cessação do exercício da atividade industrial devem ser comunicados pelo requerente à entidade coordenadora.
2. A inatividade de um estabelecimento industrial por um período igual ou superior a três anos determina a caducidade do título de exploração.
3. No caso previsto no número anterior, a subsequente pretensão de reinício de atividade é sujeita à disciplina imposta às instalações novas.
4. Sempre que o período de inatividade de estabelecimento industrial dos tipos 1 ou 2 seja superior a um ano e inferior a três anos, o requerente apresenta, antes de reiniciar a exploração, um pedido de vistoria, aplicando-se as disposições previstas nos artigos 25.º e 35.º, podendo a entidade coordenadora impor novas condições de exploração em decisão fundamentada.
5. A entidade coordenadora procede ao averbamento, no respetivo processo, da suspensão, cessação e caducidade dos títulos de exploração do estabelecimento industrial e promove a pertinente atualização da informação de cadastro industrial.

6. Todos os averbamentos relativos a situações de suspensão e caducidade dos títulos de exploração do estabelecimento industrial devem ser disponibilizados no «Balcão do empreendedor» simultaneamente para o requerente e entidades intervenientes.

CAPÍTULO IV REGIME DAS ALTERAÇÕES AOS ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS

Artigo 39.º

Modalidades do regime das alterações

1. Fica sujeita a procedimento de autorização prévia de alteração de estabelecimento a alteração ao estabelecimento industrial que constitua:
 - a) «Alteração de um projeto», na aceção do RJAIA;
 - b) «Alteração substancial», na aceção do RJPCIP;
 - c) «Alteração substancial» que implique um aumento do risco do estabelecimento, na aceção do RPAG.
2. Por opção do requerente e sempre que a alteração pretendida se enquadre em licença ou autorização padronizada, é aplicável o procedimento de autorização prévia padronizada.
3. Fica sujeita a procedimento de comunicação prévia com prazo, a alteração de estabelecimento de tipo 1 ou 2 sempre que:
 - a) A alteração implique um aumento superior a 30 % da capacidade produtiva existente ou a 30 % da área edificada ou do estabelecimento industrial; ou
 - b) A entidade coordenadora considere, em decisão fundamentada, que da alteração resulta um estabelecimento com instalações substancialmente diferentes daquelas que foram inicialmente permitidas, implicando maior grau de risco ou de perigosidade para a saúde pública e a dos trabalhadores, segurança de pessoas e bens, segurança dos locais de trabalho, segurança contra incêndio em edifícios, qualidade do ambiente ou para o correto ordenamento do território.
4. Fica ainda sujeita a procedimento de comunicação prévia com prazo a alteração de estabelecimento de tipo 3 que implique a sua classificação como tipo 2.
5. As alterações a estabelecimentos industriais não abrangidas pelos números anteriores ficam apenas sujeitas a mera comunicação prévia à entidade coordenadora.
6. Do procedimento de alteração de estabelecimento industrial não podem resultar encargos ou prazos superiores, ou procedimentos mais complexos, nomeadamente no que diz respeito à necessidade

de consultas, do que aqueles que resultariam da aplicação das normas correspondentes ao procedimento de instalação ou exploração do estabelecimento em causa.

Artigo 40.º

Procedimento de autorização prévia de alteração de estabelecimento

1. O âmbito do procedimento de autorização prévia de alteração de estabelecimento e das respetivas avaliações técnicas é confinado aos elementos e partes da instalação industrial que possam ser afetados pela alteração, exceto se o requerente pedir a antecipação do reexame global das condições de exploração.
2. Na verificação dos elementos instrutórios, na identificação das entidades públicas chamadas a pronunciar-se e na definição dos atos e formalidades a praticar, a entidade coordenadora deve atender apenas àqueles regimes jurídicos a que está sujeita, por si mesma, a alteração do estabelecimento industrial.
3. A decisão favorável do pedido de autorização prévia de alteração implica a reapreciação das condições de exploração, após a execução da alteração, aplicando-se, consoante os casos e com as devidas adaptações, o disposto no artigo 35.º ou no n.º 2 do artigo 36.º, com a subsequente atualização ou emissão de título de exploração da atividade industrial.

Artigo 41.º

Procedimento de comunicação prévia com prazo de alteração de estabelecimento

1. O âmbito do procedimento de comunicação prévia com prazo e das respetivas avaliações técnicas é confinado aos elementos e partes da instalação industrial que possam ser afetados pela alteração.
2. Na verificação dos elementos instrutórios, na identificação das entidades públicas chamadas a pronunciar-se e na definição dos atos e formalidades a praticar, a entidade coordenadora deve atender apenas àqueles regimes jurídicos a que está sujeita, por si mesma, a alteração do estabelecimento industrial.
3. A decisão favorável à procedência da comunicação prévia com prazo de alteração implica a reapreciação das condições de exploração, com possibilidade de realização posterior de vistorias de controlo do cumprimento das condições estabelecidas e a consequente atualização do título de exploração da atividade industrial.

Artigo 42.º

Mera comunicação prévia de alteração de estabelecimento

Tratando-se de alteração prevista no n.º 5 do artigo 39.º, o procedimento de alteração de estabelecimento industrial opera-se com a mera comunicação prévia pelo industrial à entidade coordenadora das modificações ou ampliações que pretende efetuar, nos termos previstos para a instalação e exploração de estabelecimentos industriais do tipo 3.

CAPÍTULO V

REGIME DE INSTALAÇÃO E EXPLORAÇÃO DE ZER

SECÇÃO I

REGIME PROCEDIMENTAL E ARTICULAÇÃO COM REGIMES CONEXOS

Artigo 43.º

Autorização prévia

1. A instalação e exploração da ZER está sujeita ao procedimento de autorização prévia individualizada aplicável aos estabelecimentos industriais de tipo 1, com as especificidades constantes da presente secção e das secções II e III deste capítulo.
2. O regime estabelecido no presente capítulo aplica-se, com as necessárias adaptações, às ZER multipolares.
3. A coordenação do procedimento relativo a instalação e exploração da ZER compete à DGAE.

Artigo 44.º

Entidades consultadas

Para além da DGAE, nos procedimentos previstos no presente capítulo são chamadas a pronunciar-se as entidades públicas cuja intervenção deva ser considerada legalmente obrigatória, atenta a tipologia de ZER em causa e as características específicas do respetivo projeto de instalação e exploração, designadamente:

- a) A ACT;
- b) A CCDR territorialmente competente;
- c) A autoridade de saúde de âmbito regional territorialmente competente;
- d) O Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I. P. (IMT, I. P.);
- e) Outras entidades previstas em legislação específica.

Artigo 45.º

Articulação com regimes conexos

1. As ZER estão sujeitas a procedimento de avaliação de impacto ambiental sempre que este seja exigível nos termos do respetivo regime jurídico, seguindo a tramitação aí referida, sem prejuízo do disposto no número seguinte.
2. Por opção do requerente, o procedimento de avaliação de impacto ambiental relativo a projeto de execução pode ser iniciado junto da entidade coordenadora e decorrer em simultâneo com o procedimento de autorização prévia para instalação de ZER.
3. Sempre que a instalação de ZER envolva a realização de operação urbanística sujeita a controlo prévio aplica-se o regime previsto artigos 17.º e 18.º para os estabelecimentos de tipo 1.

SECÇÃO II

INSTALAÇÃO DE ZER

Artigo 46.º

Iniciativa procedimental e elementos instrutórios

1. O procedimento é iniciado pela sociedade gestora da ZER ou, caso esta não se encontre ainda constituída, por quem possua legitimidade para proceder à sua constituição, nos termos a definir através de portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da economia, do emprego, da agricultura e do ambiente.
2. A sociedade gestora da ZER faz acompanhar o pedido de instalação dos elementos instrutórios definidos pela portaria referida no número anterior.
3. Considera-se que a data do pedido é a data indicada no respetivo comprovativo do pagamento da taxa prevista no artigo 79.º, emitido pelo «Balcão do empreendedor».

Artigo 47.º

Autorização prévia

1. O pedido de autorização prévia de ZER é indeferido caso a DGAE verifique ter ocorrido, no âmbito da pronúncia das entidades públicas a que se refere o artigo 44.º, pelo menos uma das seguintes situações:
 - a) Existência de declaração de impacto ambiental desfavorável;
 - b) Decisão desfavorável da CCDR em razão da localização;
 - c) Indeferimento de pedido de título de utilização de recursos hídricos;

- d) Parecer desfavorável do IMT, I. P., por incompatibilidade do projeto com a Rede Nacional de Plataformas Logísticas ou com as redes de transportes rodó e ferroviárias;
 - e) Existência de parecer ou decisão negativa de natureza vinculativa por parte de quaisquer outras entidades de consulta obrigatória.
2. A decisão da DGAE sobre o pedido de autorização prévia pode ser proferida antes da decisão final no procedimento de título de utilização de recursos hídricos, que é apenas condição de atribuição do título de exploração da ZER.

Artigo 48.º

Caducidade da autorização prévia

1. A autorização prévia da ZER caduca se, no prazo de dois anos após a sua emissão, não tiver sido dado início aos trabalhos de construção de infraestruturas.
2. O prazo previsto no número anterior pode ser prorrogado pela DGAE, a pedido da sociedade gestora da ZER, por igual período de tempo, quando esta demonstre não lhe ser imputável o atraso.

SECÇÃO III EXPLORAÇÃO DA ZER

Artigo 49.º

Requisitos específicos do pedido de título de exploração

1. Sem prejuízo dos elementos previstos na portaria a que se refere o artigo 46.º, o requerente apresenta à entidade coordenadora, quando pretenda iniciar a exploração, o pedido de título de exploração devidamente instruído, sob pena de indeferimento liminar, com:
 - a) Termo de responsabilidade do responsável técnico do projeto no qual se declara que a ZER autorizada está concluída e preparada para operar de acordo com o projeto aprovado e em observância das condições integradas na decisão final do pedido de autorização de instalação, bem como, se for caso disso, que as alterações efetuadas ao projeto estão em conformidade com as normas legais e regulamentares que lhe são aplicáveis;
 - b) Título de autorização de utilização do prédio ou prédios que integram o perímetro da ZER ou cópia do pedido de autorização de utilização apresentado à câmara municipal territorialmente competente;
 - c) Título de utilização de recursos hídricos, quando aplicável;

- d) Autorização de exercício provisório da atividade emitida pela DGAE, nos termos previstos no artigo 65.^o
- 2. Caso o requerente pretenda a execução faseada da obra de urbanização, deve apresentar ainda a decisão da respetiva câmara municipal sobre o pedido de execução de obra por fases, nos termos do RJUE.
- 3. Considera-se que a data do pedido é a data indicada no respetivo comprovativo do pagamento da taxa prevista no artigo 79.^o, emitido pelo «Balcão do empreendedor».

Artigo 50.^o

Requisitos específicos do título de exploração de ZER

- 1. A emissão de título de exploração da ZER é sempre precedido de vistoria prévia, a qual se rege pelo disposto no artigo 35.^o
- 2. Sem prejuízo de outras condições de exploração da ZER que hajam sido fixadas no auto de vistoria, o respetivo título de exploração inclui obrigatoriamente:
 - a) A área total de implantação;
 - b) Os tipos de atividades industriais, comerciais e de serviços permitidos;
 - c) Os tipos de emissões permitidas e fixação dos respetivos valores limite;
 - d) Os tipos e volumes de resíduos e de efluentes admitidos;
 - e) As medidas de monitorização das emissões para o ambiente;
 - f) As medidas de prevenção, tratamento, valorização ou eliminação dos resíduos e dos efluentes;
 - g) Outras características, condições e limites impostos;
 - h) A identificação dos serviços comuns e outros serviços a prestar pela sociedade gestora;
 - i) O regulamento interno da ZER, a estabelecer através de portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da economia, do emprego, da agricultura e do ambiente;
 - j) A planta de síntese.
- 3. A decisão favorável à atribuição de título de exploração à ZER tem natureza provisória, ficando a emissão do título definitivo condicionada à comunicação à DGAE, pelo requerente, da decisão favorável à atribuição à sociedade gestora da ZER do estatuto de entidade acreditada, emitida ao abrigo do disposto no artigo 66.^o

Artigo 51.^o

Comunicações à entidade coordenadora

A sociedade gestora deve comunicar à DGAE:

- a) A data em que dá início à exploração da ZER, com uma antecedência não inferior a cinco dias;

- b) A existência de decisão favorável ou desfavorável no que respeita à atribuição do estatuto de entidade acreditada, no prazo máximo de cinco dias contados da data do conhecimento da mesma.

SECÇÃO IV

CONTROLO, REEXAME, SUSPENSÃO E CESSAÇÃO DA EXPLORAÇÃO DA ZER

Artigo 52.º

Procedimentos de controlo e reexame

1. A entidade coordenadora realiza vistorias de conformidade à ZER, para verificação do cumprimento dos condicionamentos legais ou do cumprimento das condições fixadas no título de exploração, para instruir a apreciação de alterações à ZER ou para análise de reclamações apresentadas, às quais é aplicável a disciplina estabelecida no artigo 36.º, com as especificidades previstas no presente artigo.
2. Se os procedimentos de controlo revelarem que não estão a ser cumpridas condições impostas pelo título de exploração, a entidade coordenadora toma as medidas cautelares e as providências necessárias, entre as quais se inclui a suspensão, por um período máximo de seis meses, da autorização de exploração e o encerramento preventivo, parcial ou total, de instalações ou equipamentos que se encontrem sob a administração da sociedade gestora.
3. Sempre que o incumprimento pela sociedade gestora das condições impostas pelo título de exploração se repercutirem, de forma relevante, na desconformidade da instalação ou da exploração dos estabelecimentos a localizar ou localizados na ZER com condicionamentos legais ou regulamentares, a entidade coordenadora pode igualmente notificar a sociedade gestora para que esta suspenda a autorização de instalação ou exploração desses estabelecimentos ou proceda ao seu encerramento.
4. A ZER está sujeita ao reexame global das condições constantes do título de exploração após terem decorrido cinco anos contados a partir da data da respetiva emissão ou da data da última atualização da mesma, sem prejuízo do que for exigido por legislação específica.
5. O reexame de condições de exploração da ZER contempla a realização de vistorias, às quais é aplicável o disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 36.º, com as devidas adaptações.
6. O título de exploração é sempre atualizado na sequência da realização de vistorias, bem como na sequência do reexame das condições de exploração.

Artigo 53.º

Suspensão e cessação do título de exploração

1. A suspensão ou cessação da atividade deve ser comunicada pela sociedade gestora da ZER à DGAE.
2. Há lugar à caducidade do título de exploração sempre que se verifique:
 - a) Decisão desfavorável do pedido de acreditação da sociedade gestora;
 - b) Inatividade da sociedade gestora da ZER por um período igual ou superior a três anos, salvo se esta demonstrar junto da DGAE que tal inatividade não lhe é imputável.

SECÇÃO V ALTERAÇÕES À ZER

Artigo 54.º

Regimes das alterações

1. Fica sujeita a autorização prévia a alteração de ZER que determine a sujeição a avaliação de impacte ambiental, nos termos do RJAIA.
2. Fica sujeita a comunicação prévia com prazo, com as devidas adaptações, a alteração de ZER não abrangida pelo disposto no número anterior sempre que a referida alteração implique um aumento superior a 30 % da respetiva área de implantação e ou a alteração das atividades, classificadas de acordo com a respetiva CAE, cuja instalação é permitida na ZER.
3. As alterações a ZER não abrangidas pelo número anterior ficam sujeitas a mera comunicação prévia à DGAE.
4. Aos procedimentos de autorização prévia, comunicação prévia com prazo ou mera comunicação prévia referidos nos números anteriores aplicam-se, com as necessárias adaptações, o disposto nos artigos 40.º, 41.º e 42.º, respetivamente.

SECÇÃO VI CONVERSÃO EM ZER

Artigo 55.º

Conversão em ZER de outros espaços afins

As zonas industriais, os parques industriais e as áreas de acolhimento empresarial podem ser objeto de conversão em ZER, mediante o procedimento estabelecido na presente secção, o qual tem por objetivo avaliar

a conformidade das respetivas condições de instalação ou exploração com os preceitos constantes do SIR, devidamente adaptados.

Artigo 56.º

Pedido de conversão

1. O pedido de conversão em ZER é apresentado à DGAE nos termos previstos em portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da economia, do emprego, da agricultura e do ambiente.
2. Considera-se que a data do pedido é a data indicada no respetivo comprovativo do pagamento da taxa prevista no artigo 79.º, emitido pelo «Balcão do empreendedor».

Artigo 57.º

Tramitação e decisão do procedimento de conversão

1. No decurso de 30 dias subsequentes à data do pedido de conversão, a DGAE promove a consulta em simultâneo às entidades públicas que, nos termos da lei, se devam pronunciar sobre o pedido de conversão, designadamente:
 - a) Da câmara municipal territorialmente competente;
 - b) Da CCDR territorialmente competente;
 - c) Da autoridade de saúde de âmbito regional territorialmente competente, caso a conversão possa ter incidências ao nível da saúde pública.
 - d) Da ACT;
 - e) Do IMT, I. P.;
 - f) De outras entidades previstas em legislação específica.
2. As entidades públicas pronunciam-se no prazo de 30 dias contados da receção dos elementos do processo remetidos pela entidade coordenadora.
3. A pronúncia desfavorável das entidades só é vinculativa quando tal resulte da lei, desde que se fundamente em condicionamentos legais ou regulamentares e seja disponibilizada à entidade coordenadora no prazo previsto no número anterior.
4. No prazo de 20 dias, contado do termo do prazo referido no n.º 2, a DGAE adota uma decisão que pode assumir uma das seguintes formas:
 - a) Decisão favorável;
 - b) Decisão favorável condicionada;
 - c) Decisão desfavorável.
5. No caso de decisão favorável, a DGAE emite licença de exploração, onde descreve todas as condições de exploração da ZER.

6. No caso de decisão favorável condicionada, a DGAE comunica as condições ao requerente, fixando-lhe um prazo não superior a seis meses para o seu cumprimento, findo o qual, sem que se tenham sido juntos ao processo comprovativos do cumprimento das condições exigidas, profere, no prazo de 10 dias, decisão desfavorável.
7. No caso de decisão desfavorável, a DGAE profere decisão fundamentada indeferindo o pedido de conversão.
8. As decisões sobre o pedido de conversão em ZER referidas no número anterior são comunicadas, no dia subsequente, ao requerente e a todas as entidades intervenientes no processo.

SECÇÃO VII INSTALAÇÃO E EXPLORAÇÃO DE ATIVIDADES EMPRESARIAIS EM ZER

Artigo 58.^o

Direitos e deveres dos titulares dos estabelecimentos instalados em ZER

1. A instalação de estabelecimentos industriais, comerciais ou de serviços em ZER concretiza-se mediante contrato de aquisição da propriedade, de aquisição de direito de superfície, de arrendamento ou de qualquer outro direito que confira ao interessado o direito de utilização de uma parcela de terreno ou de um edifício ou respetiva fração, de acordo com o estabelecido no regulamento interno da ZER.
2. A aquisição do direito de utilização referido no número anterior obriga o respetivo titular ao cumprimento do regulamento interno da ZER e demais determinações da sociedade gestora sobre o funcionamento da mesma.

Artigo 59.^o

Instalação de estabelecimentos industriais

1. À instalação, exploração e alteração dos estabelecimentos industriais que pretendam localizar-se em ZER aplica-se o regime previsto nos capítulos III e IV do SIR, sem prejuízo do disposto nos números seguintes.
2. Os estabelecimentos industriais a instalar em ZER não carecem, na medida em que se trate de atividade industrial prevista na licença de exploração da ZER, de nenhuma autorização, procedimento, parecer, licença ou título que já tenham sido obtidos pela ZER, no seu processo de instalação e de exploração, designadamente:
 - a) Autorização de localização;

- b) Avaliação de impacte ambiental, no caso de o Estudo de Impacte Ambiental (EIA) da ZER ter incluído os requisitos de informação necessários ao EIA do estabelecimento industrial a instalar em ZER, à luz do preceituado no RJAIA;
 - c) Título de utilização de recursos hídricos, no caso de estabelecimento industrial não sujeito a licença ambiental, sempre que esta utilização já esteja incluída no título de utilização dos recursos hídricos emitido para as instalações industriais da ZER.
3. Os estabelecimentos industriais a instalar em ZER não se encontram sujeitos a vistoria prévia para efeitos da emissão do respetivo título de exploração previsto no capítulo III.
 4. Os estabelecimentos industriais a instalar em ZER beneficiam de redução a metade das taxas previstas no n.º 1 do artigo 79.º

Artigo 60.º

Outros regimes de licenciamento

1. À instalação e exploração de estabelecimentos de comércio e de serviços aplica-se o respetivo regime jurídico, sem prejuízo do disposto nos números seguintes.
2. Os estabelecimentos de comércio e de conjuntos comerciais, abrangidos pelo regime jurídico da instalação e da modificação dos estabelecimentos de comércio a retalho e dos conjuntos comerciais, definido no Decreto-Lei n.º 21/2009, de 19 de janeiro, a instalar em ZER, não carecem de:
 - a) Informação prévia de localização nos termos do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 21/2009, de 19 de janeiro, na medida em que tal instalação se encontre prevista na licença de exploração da ZER;
 - b) Avaliação de impacte ambiental, no caso de o EIA da ZER ter incluído os requisitos de informação necessários ao EIA do estabelecimento de comércio ou conjunto comercial a instalar em ZER, à luz do preceituado no RJAIA.
3. No caso de estabelecimentos de comércio, de armazenagem e de prestação de serviços abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de abril, o titular da exploração deve apresentar à sociedade gestora da ZER prova da apresentação da documentação a que se refere o referido diploma, bem como, se for caso disso, da inscrição no cadastro comercial prevista no mesmo diploma.
4. No caso dos estabelecimentos abrangidos por outros regimes específicos de licenciamento, o respetivo titular deve fazer prova de ser detentor de título que o habilite à instalação e exploração do estabelecimento em causa.
5. No caso de as informações referidas nos n.ºs 3 e 4 estarem disponíveis no «Balcão do empreendedor», são dispensadas as obrigações referidas nesses mesmos números.

Artigo 61.^o**Alterações dos estabelecimentos instalados em ZER**

1. Os titulares dos estabelecimentos instalados no interior do perímetro de ZER devem notificar a sociedade gestora de quaisquer alterações que pretendam efetuar nos referidos estabelecimentos, com a antecedência mínima de 30 dias sobre a data prevista para a respetiva execução.
2. As alterações referidas no número anterior só podem ser realizadas uma vez obtida autorização da sociedade gestora, a qual deve ser emitida no prazo de 10 dias, contado a partir da data da comunicação.
3. Não sendo comunicado ao requerente qualquer decisão até ao fim do prazo previsto no número anterior, este pode executar a alteração do estabelecimento, sem prejuízo de posterior realização de vistoria.
4. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, as alterações aos estabelecimentos industriais a localizar em ZER estão sujeitas aos procedimentos de autorização prévia ou de comunicação prévia com prazo, nos termos definidos nos n.^{os} 1 a 3 do artigo 39.^o

CAPÍTULO VI ACREDITAÇÃO DE ENTIDADES

SECÇÃO I ÂMBITO E REQUISITOS DA ACREDITAÇÃO

Artigo 62.^o**Âmbito da acreditação**

1. As entidades acreditadas em ações previstas no SIR exercem a sua atividade, conforme o respetivo âmbito de acreditação, numa ou mais das seguintes áreas técnicas:
 - a) Ambiente, incluindo água, ar, resíduos, ruído, prevenção e controlo integrados da poluição, prevenção de acidentes graves e avaliação de impacte ambiental;
 - b) Segurança e saúde no trabalho, caso seja aplicável nos termos de lei especial;
 - c) Segurança alimentar.
2. O recurso à subcontratação de entidades acreditadas, nos termos a definir através de portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da economia, do emprego, da agricultura e do ambiente, compreende as competências enquanto entidade coordenadora do procedimento de instalação e de exploração de estabelecimentos industriais.

3. A autorização de serviços externos para a realização de atividades de segurança ou de saúde no trabalho é efetuada nos termos previstos na legislação aplicável.
4. Para os efeitos do SIR, a autorização das atividades referidas no número anterior dispensa a realização dos procedimentos previstos no presente capítulo.

Artigo 63.º

Critérios e requisitos da acreditação

1. A acreditação de entidades a que se refere o presente capítulo resulta de avaliação do cumprimento pelas mesmas quer dos requisitos definidos na NP EN ISO/IEC 17020 quer do disposto no artigo 68.º em matéria de organização dessas entidades, a efetuar pelo Instituto Português da Acreditação, I. P. (IPAC, I. P.).
2. Para efeitos da avaliação referida no número anterior, a DGAE estabelece e publicita, anualmente, no respetivo sítio na Internet e no «Balcão do empreendedor», as regras técnicas aplicáveis, ouvidas as entidades competentes.

SECÇÃO II

PROCEDIMENTO DE ACREDITAÇÃO E EXERCÍCIO PROVISÓRIO DE ATIVIDADE

Artigo 64.º

Pedido de acreditação

1. O pedido de acreditação é apresentado ao IPAC, I. P., de acordo com o modelo de formulário e elementos instrutórios por este definidos.
2. Os elementos referidos no número anterior incluem:
 - a) Declaração do requerente, assumindo o compromisso de respeitar todas as disposições legais, regulamentares e técnicas relativas à atividade a desenvolver;
 - b) Outros elementos que o requerente considere relevantes para demonstrar a sua capacidade para o exercício das atividades a acreditar, bem como para o cumprimento de todos os deveres legais e contratuais inerentes ao reconhecimento como entidade acreditada.

Artigo 65.º

Exercício provisório de atividade

1. As entidades não acreditadas podem exercer provisoriamente a sua atividade, durante o prazo máximo de 12 meses, mediante a obtenção

de uma autorização provisória concedida pela DGAE, com base em parecer técnico favorável emitido pelo IPAC, I. P.

2. Quando o requerente pretenda obter a autorização provisória prevista no número anterior, deve manifestar essa intenção no pedido a que se refere o artigo anterior, devendo juntar cópia da documentação de candidatura relevante.
3. O parecer técnico do IPAC, I. P., baseia-se na avaliação documental do processo de candidatura da entidade acreditada, sendo emitido no prazo de 60 dias após a receção do requerimento para o exercício provisório da atividade.
4. A decisão sobre o pedido de autorização de exercício provisório de atividade é emitida pela DGAE no prazo de cinco dias úteis, contado da receção do parecer técnico referido no número anterior.

Artigo 66.º

Decisão de acreditação

1. A decisão de atribuição do estatuto de entidade acreditada é da competência do IPAC, I. P., devendo ser proferida no prazo de seis meses a contar da realização da auditoria.
2. Do anexo técnico de acreditação devem constar o âmbito e as condições de intervenção da entidade acreditada em ações ligadas ao disposto no SIR.

SECÇÃO III

FUNCIONAMENTO DAS ENTIDADES ACREDITADAS

Artigo 67.º

Deveres gerais das entidades acreditadas

Constituem deveres das entidades acreditadas:

- a) Garantir o carácter absolutamente sigiloso dos seus pareceres, relatórios e de todas as informações a que tenham acesso por motivo das suas atividades, designadamente de inspeção, mesmo após ter cessado a vigência da respetiva acreditação, salvaguardados os deveres legais perante as entidades com competência fiscalizadora nas matérias em questão;
- b) Desempenhar as suas atribuições com competência e isenção, tendo sempre em vista a salvaguarda de pessoas e bens, e observar integralmente o cumprimento das disposições técnicas e legais aplicáveis à sua atividade, nomeadamente no que respeita ao exercício das atividades previstas nos n.ºs 1 e 2 do artigo 62.º;

- c) Implementar e manter permanentemente em funcionamento um sistema de gestão da qualidade, em conformidade com os requisitos da norma NP EN ISO/IEC 17020;
- d) Manter devidamente compilados e arquivados os registos referentes à sua atividade, destinados a demonstrar a observância dos requisitos aplicáveis, por um período mínimo de cinco anos;
- e) Celebrar contrato de seguro de responsabilidade civil extracontratual nos termos previstos no n.º 3 do artigo 4.º

Artigo 68.º

Organização das entidades acreditadas

As entidades acreditadas, quando se encontram integradas em estruturas organizacionais que desenvolvem outras atividades, devem dispor de uma unidade dotada de total autonomia técnica e decisória, não podendo essa unidade e os técnicos envolvidos no exercício das respetivas funções participar, a qualquer título, em atividades de consultadoria, projeto, construção, instalação ou manutenção de estabelecimentos industriais ou equiparados.

Artigo 69.º

Ensaaios

Sempre que a intervenção das entidades acreditadas exija a realização de ensaios não enquadráveis na NP EN ISO/IEC 17020, devem as mesmas recorrer a laboratórios de ensaio acreditados pelo IPAC, I. P., face à NP EN ISO/IEC 17025, para os ensaios específicos em causa.

Artigo 70.º

Acompanhamento

1. Compete ao IPAC, I. P., promover a realização de ações periódicas de acompanhamento da atividade das entidades acreditadas e reportar à DGAE ou a outras entidades competentes, em função da matéria, a sua evolução.
2. Compete ainda ao IPAC, I. P., em colaboração com as entidades competentes em razão da matéria, promover a realização de ações periódicas de informação às entidades acreditadas, na área do ambiente, para harmonização da atividade destas entidades nos diferentes domínios ambientais.

CAPÍTULO VII FISCALIZAÇÃO, MEDIDAS CAUTELARES E SANÇÕES

SECÇÃO I FISCALIZAÇÃO E MEDIDAS CAUTELARES

Artigo 71.º

Fiscalização

1. A fiscalização do cumprimento do disposto no SIR incumbe:
 - a) À Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE), sempre que a entidade coordenadora seja:
 - i) Uma sociedade gestora de ZER;
 - ii) Uma das unidades de representação territorial do Ministério da Economia e do Emprego;
 - iii) Uma entidade do âmbito do ministério responsável pelas áreas da agricultura e pescas;
 - b) À ASAE e à câmara municipal nos estabelecimentos relativamente aos quais esta última é a entidade coordenadora;
 - c) À Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG), nos estabelecimentos relativamente aos quais esta é a entidade coordenadora.
2. A competência atribuída à ASAE pelas alíneas *a)* e *b)* do número anterior não prejudica as competências próprias de outras entidades e a possibilidade de realização de ações de fiscalização conjunta.
3. As entidades intervenientes nos procedimentos previstos no SIR, sem prejuízo do exercício das competências próprias, podem, sempre que seja necessário, recomendar à entidade coordenadora de forma fundamentada a adoção, nos termos da lei, de medidas a impor ao requerente para prevenir riscos e inconvenientes suscetíveis de afetar a saúde pública e dos trabalhadores, a segurança de pessoas e bens, o ambiente e a segurança e saúde dos locais de trabalho.
4. O requerente deve facultar à entidade coordenadora e às entidades fiscalizadoras a entrada nas suas instalações, bem como fornecer as informações que por aquelas lhe sejam solicitadas, de forma fundamentada.
5. Quando, no decurso de uma ação de fiscalização, qualquer das entidades fiscalizadoras detetar incumprimento às medidas por ela prescritas, deve desencadear as ações adequadas, nomeadamente através do levantamento do competente auto de notícia, dando conhecimento de tal facto à entidade coordenadora.

Artigo 72.^o

Medidas cautelares

Sem prejuízo das competências das entidades responsáveis pelo controlo ou fiscalização previstas em regimes específicos, sempre que seja detetada uma situação de infração prevista no SIR que constitua perigo grave para a saúde pública, para a segurança de pessoas e bens, para a segurança e saúde nos locais de trabalho ou para o ambiente, a entidade coordenadora e as demais entidades fiscalizadoras devem, individual ou coletivamente, tomar de imediato as providências adequadas para eliminar a situação de perigo, podendo ser determinada, por um prazo máximo de seis meses, a suspensão da atividade, o encerramento preventivo do estabelecimento, no todo ou em parte, ou a apreensão de todo ou parte do equipamento, mediante selagem.

Artigo 73.^o

Interrupção do fornecimento de energia elétrica

As entidades coordenadoras e fiscalizadoras, por si ou em conjunto, podem notificar a entidade distribuidora de energia elétrica para interromper o fornecimento desta a qualquer estabelecimento industrial, sempre que se verifique:

- a) Oposição às medidas cautelares previstas no artigo anterior;
- b) Quebra de selos apostos no equipamento;
- c) Reiterado incumprimento das medidas, condições ou orientações impostas para a exploração.

Artigo 74.^o

Cessação das medidas cautelares

1. Sem prejuízo dos meios contenciosos ao seu dispor, o interessado pode requerer a cessação das medidas cautelares previstas no artigo 72.^o e da interrupção do fornecimento de energia elétrica prevista no artigo anterior, a qual é determinada se tiverem cessado as situações que lhes deram causa, sem prejuízo do prosseguimento dos processos criminais e de contraordenação já iniciados.
2. No caso de interrupção do fornecimento de energia elétrica, este deve ser restabelecido mediante pedido da entidade coordenadora à entidade distribuidora de energia elétrica ou por determinação judicial.
3. Sempre que o proprietário ou detentor legítimo do equipamento apreendido requeira a sua desselagem, demonstrando documentalmente o propósito de proceder à sua alienação em condições que garantam que o destino que lhe vai ser dado não é suscetível de originar novas infrações ao SIR, a entidade coordenadora deve autorizá-la, independentemente de vistoria.

SECÇÃO II

REGIME SANCIONATÓRIO

Artigo 75.º

Sanções

1. Sem prejuízo da punição pela prática de crime de falsas declarações, constitui contraordenação punível com coima de € 500 a € 5000, tratando-se de uma pessoa singular, ou de € 4400 a € 44 000, tratando-se de pessoa coletiva, a emissão pelo industrial de uma declaração de cumprimento das obrigações e condições constantes de licença ou autorização padronizada ao abrigo da alínea *b*) do n.º 3 do artigo 26.º ou do n.º 4 do artigo 30.º, que não corresponda à verdade.
2. Constitui contraordenação punível com coima de € 250 a € 2500, tratando-se de uma pessoa singular, ou de € 2500 a € 44 000, tratando-se de pessoa coletivas:
 - a) A execução de projeto de instalação industrial sujeita ao regime de autorização prévia individualizada, sem que tenha sido efetuado o pedido referido no n.º 1 do artigo 21.º;
 - b) A execução de projeto de instalação industrial sujeita ao regime de autorização prévia padronizada, sem que tenha sido efetuado o pedido referido no n.º 1 do artigo 27.º;
 - c) A execução de projeto de instalação industrial sujeita ao regime de comunicação prévia com prazo, sem que tenha sido cumprido o disposto no n.º 3 do artigo 30.º;
 - d) A execução de projeto de instalação ou o início da exploração de ZER, sem que tenham sido efetuados os pedidos de autorização prévia referidos no artigo 43.º;
 - e) A execução de projeto de alterações de estabelecimento industrial sujeitas a autorização prévia, sem que tenha sido efetuado o pedido de autorização nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 39.º;
 - f) A execução de projeto de alterações de estabelecimento industrial sujeitas a comunicação prévia com prazo, sem que esta tenha sido efetuada, nos termos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 39.º;
 - g) A execução de projeto de alterações de estabelecimento industrial, sem que tenha sido efetuada a comunicação prevista no n.º 5 do artigo 39.º;
 - h) A execução de projeto de alterações de ZER, sem que tenha sido efetuado o pedido de autorização prévia, comunicação prévia com prazo ou mera comunicação prévia nos termos do artigo 54.º;
 - i) O início da exploração de um estabelecimento industrial de tipo 1 ou de tipo 2, em violação do disposto no n.º 1 do artigo 25.º, no n.º 10 do artigo 29.º ou no n.º 10 do artigo 32.º;

- j) O início da exploração de estabelecimento industrial de tipo 3, em violação do disposto no artigo 34.º;
 - k) A inobservância das condições de exploração do estabelecimento industrial fixadas no título de exploração nos termos previstos no n.º 7 do artigo 25.º, na alínea b) do n.º 3 do artigo 29.º, no n.º 1 do artigo 32.º, ou ainda, aquando da respetiva atualização, no artigo 37.º;
 - l) A inobservância das condições de exploração de ZER fixadas no título de exploração nos termos previstos nos n.ºs 2 e 3 do artigo 50.º, ou ainda, aquando da respetiva atualização, nos termos do n.º 6 do artigo 52.º;
 - m) A infração ao dever de comunicação previsto no n.º 3 do artigo 3.º e no n.º 4 do artigo 7.º;
 - n) A inobservância do disposto no artigo 4.º;
 - o) A infração ao disposto nos n.ºs 1 e 3 do artigo 38.º;
 - p) A infração ao disposto no artigo 51.º;
 - q) A infração ao disposto no n.º 4 do artigo 71.º
3. No caso das infrações referidas nas alíneas a) a f) e h) a j) do número anterior, os valores mínimos das coimas referidas no corpo do mesmo número são agravados para o dobro.
4. A negligência é punível com coima de valor reduzido a metade.

Artigo 76.º

Sanções acessórias

1. Podem ser aplicadas, simultaneamente com a coima, as seguintes sanções acessórias, em função da gravidade da infração e da culpa do agente:
 - a) Perda, a favor do Estado, de equipamentos, máquinas e utensílios utilizados na prática da infração;
 - b) Privação dos direitos a subsídios ou benefícios outorgados por entidades ou serviços públicos;
 - c) Suspensão do título de exploração;
 - d) Encerramento do estabelecimento e instalações.
2. As sanções previstas nas alíneas b), c) e d) do número anterior têm a duração máxima de dois anos, contados a partir da decisão condenatória definitiva.
3. As sanções acessórias previstas nas alíneas a), b) e c) do n.º 1, quando aplicadas a estabelecimentos industriais integrados no regime de autorização prévia, são publicitadas pela autoridade que aplicou a coima, a expensas do infrator.

Artigo 77.º

Competência sancionatória

1. Compete à ASAE a instrução dos processos de contraordenação por infração ao disposto no SIR e ao seu inspetor-geral a aplicação das respetivas coimas e sanções acessórias.
2. Compete às câmaras municipais territorialmente competentes e à DGEG, quando as mesmas sejam a entidade coordenadora, a instrução dos processos de contraordenação por infração ao disposto no SIR, e aos seus presidentes e diretor-geral, respetivamente, a aplicação das respetivas coimas e sanções acessórias.

Artigo 78.º

Destino da receita das coimas

1. A afetação do produto das coimas cobradas em aplicação do SIR faz-se da seguinte forma:
 - a) 10 % para a entidade que levanta o auto de notícia;
 - b) 30 % para a entidade que procede à instrução e decisão do processo;
 - c) 60 % para o Estado.
2. Excetuam-se do disposto no número anterior as coimas aplicadas pelas câmaras municipais, cuja receita reverte na totalidade para o respetivo município.

CAPÍTULO VIII
TAXAS

Artigo 79.º

Taxas e despesas de controlo

1. Sem prejuízo do disposto no n.º 4 e das taxas previstas em legislação específica, é devido o pagamento de uma taxa única, da responsabilidade do requerente, para cada um dos seguintes atos:
 - a) Apreciação dos pedidos de autorização prévia de instalação ou de alteração de estabelecimento industrial de tipo 1 ou de ZER, os quais incluem a apreciação do pedido de licença ambiental, bem como a apreciação do relatório de segurança e a apreciação da comunicação, quando aplicáveis;
 - b) Apreciação das comunicações prévias com prazo de instalação e exploração ou de alteração de estabelecimentos de tipo 2;
 - c) Receção da mera comunicação prévia de estabelecimentos de tipo 3;

- d) Apreciação dos pedidos de renovação ou aditamento da licença ambiental para estabelecimentos industriais existentes, que não envolvam pedido de alteração dos mesmos;
 - e) Apreciação dos pedidos de exclusão do regime de prevenção e controlo integrados da poluição;
 - f) Apreciação dos pedidos de conversão em ZER;
 - g) Vistorias prévias relativas aos procedimentos de autorização prévia individualizada, a emissão da licença ambiental e a emissão do título de exploração;
 - h) Vistorias prévias relativas aos procedimentos de autorização padronizada, de comunicação prévia com prazo ou de mera comunicação prévia de estabelecimento industrial para exercício de atividade agroalimentar que utilize matéria-prima de origem animal transformada ou de atividade de operação de gestão de resíduos que exija vistoria prévia à exploração, nos termos dos regimes legais aplicáveis;
 - i) Vistorias de conformidade para verificação do cumprimento dos condicionamentos legais ou do cumprimento das condições anteriormente fixadas para o exercício da atividade ou do cumprimento das medidas impostas nas decisões proferidas sobre as reclamações e os recursos hierárquicos, bem como para instruir a apreciação de alterações ao estabelecimento industrial ou a ZER;
 - j) Vistorias de reexame das condições de exploração do estabelecimento industrial ou da ZER;
 - k) Selagem e desselagem de máquinas, aparelhos e demais equipamentos;
 - l) Vistorias para verificação do cumprimento das medidas impostas aquando da desativação definitiva do estabelecimento industrial ou de ZER;
 - m) Vistorias de conformidade das condições impostas aos estabelecimentos que obtiveram a exclusão do regime de prevenção e controlo integrados da poluição.
2. Sem prejuízo do disposto no artigo 81.º, o montante das taxas previstas no número anterior para os atos relativos aos estabelecimentos industriais e às ZER é fixado nos termos do anexo v ao SIR, do qual faz parte integrante, o qual inclui as regras para o seu cálculo e atualização, com base na aplicação de fatores multiplicativos sobre uma taxa base.
 3. A taxa base a que se refere o número anterior é reduzida para um terço no procedimento de autorização prévia padronizada de estabelecimento industrial previsto no SIR.
 4. O pagamento das taxas é efetuado após a emissão das guias respetivas através do «Balcão do empreendedor», exceto nos atos previstos nas alíneas a), b), c), d) e m) do n.º 1, em que é efetuado por autoliquidação previamente ao ato que dê início ao respetivo procedimento.
 5. No caso da alínea c) do n.º 1, a guia de pagamento é emitida no momento da mera comunicação prévia com prazo ou, não sendo possí-

vel, no prazo máximo de 48 horas, valendo, em qualquer caso, para a contagem do prazo de decisão a data de recebimento da referida comunicação.

6. As despesas a realizar com colheitas de amostras, ensaios laboratoriais ou quaisquer outras avaliações necessárias para apreciação das condições do exercício da atividade de um estabelecimento constituem encargo das entidades que as tenham promovido, salvo quando decorram de obrigações legais ou da verificação de inobservância das prescrições técnicas obrigatórias, caso em que os encargos são suportados pelo requerente.
7. As despesas relacionadas com o corte e restabelecimento do fornecimento de energia elétrica constituem encargo do requerente, sendo os respetivos valores publicados anualmente pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos.

Artigo 80.º

Forma de pagamento e repartição das taxas

1. As taxas e os quantitativos correspondentes a despesas feitas pelos serviços que constituam encargo do requerente são pagas à entidade coordenadora no prazo de 30 dias.
2. A entidade coordenadora estabelece as formas mais adequadas de pagamento das taxas, incluindo, nomeadamente, a utilização de meios eletrónicos.
3. Os quantitativos arrecadados são consignados à satisfação dos encargos dos respetivos serviços com a execução, desenvolvimento e aperfeiçoamento das ações de controlo do exercício da atividade industrial, incluindo os sistemas de informação e os guias técnicos, sendo a sua movimentação efetuada nos termos legais.
4. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, as receitas provenientes da aplicação das taxas de autorização prévia ou de comunicação prévia com prazo dos estabelecimentos, com exceção daqueles cuja entidade coordenadora é a câmara municipal, têm a seguinte distribuição:
 - a) Um mínimo de 60 % para a entidade coordenadora;
 - b) 5 % para a entidade responsável pela administração do «Balcão do empreendedor»;
 - c) Até 20 % para cada uma das entidades que se tiverem pronunciado expressamente no processo, com exceção da entidade coordenadora.
5. Sem prejuízo do disposto na alínea b) do número anterior, no caso de ser emitida pronúncia efetiva por duas ou mais entidades, o montante que restar é rateado em partes iguais.

6. No caso de estabelecimentos industriais sujeitos ao regime de prevenção e controlo integrados da poluição, ou ao nível superior de perigosidade do regime de prevenção de acidentes graves envolvendo substâncias perigosas, a receita resultante da aplicação das taxas previstas no artigo anterior tem a seguinte distribuição:
 - a) 50 % para a APA, I. P.;
 - b) 30 % para a entidade coordenadora;
 - c) 5 % para a entidade responsável pela administração do «Balcão do empreendedor»;
 - d) 15 % a ratear pelas outras entidades intervenientes, sendo que, na ausência da sua intervenção, este montante reverte para a entidade coordenadora.
7. No caso dos estabelecimentos que obtenham a exclusão da sujeição ao regime de prevenção e controlo integrados da poluição, a distribuição das taxas devidas pelos atos previstos nas alíneas e) e m) do n.º 1 do artigo 79.º é a prevista nos n.ºs 4 e 5.
8. O serviço processador das receitas transfere para as demais entidades, por transferência bancária ou cheque, as respetivas participações na receita, com uma relação discriminada dos processos a que se referem, até ao dia 10 de cada mês.

Artigo 81.º

Taxas em procedimentos municipais

1. No exercício do seu poder regulamentar próprio, os municípios aprovam, em execução do SIR, regulamentos municipais relativos ao lançamento e liquidação de taxas pelos atos referidos no n.º 1 do artigo 79.º, sempre que a entidade coordenadora for a câmara municipal.
2. O montante destinado a entidades públicas da administração central que intervenham nos atos de vistoria é definido nos termos do anexo v ao SIR, tendo a seguinte distribuição:
 - a) 5 % para a entidade responsável pela administração do «Balcão do empreendedor»;
 - b) O valor remanescente a repartir em partes iguais pelas entidades públicas da administração central que participem na vistoria.
3. Os projetos dos regulamentos referidos no n.º 1 são submetidos a discussão pública, por prazo não inferior a 30 dias, antes da sua aprovação pelos órgãos municipais.
4. Após aprovação, os regulamentos são objeto de publicação na 2.ª série do *Diário da República* e a respetiva informação disponibilizada no «Balcão do empreendedor», sem prejuízo das demais formas de publicidade previstas na lei.

Artigo 82.^o**Cobrança coerciva das taxas**

A cobrança coerciva das dívidas provenientes da falta de pagamento das taxas realiza-se através de processo de execução fiscal, servindo de título executivo a certidão passada pela entidade que prestar os serviços.

**CAPÍTULO IX
MEIOS DE TUTELA****Artigo 83.^o****Reclamação de terceiros**

1. A instalação, alteração, exploração e desativação de qualquer estabelecimento industrial pode ser objeto de reclamação fundamentada de entidade com interesse direto na mesma, junto da entidade coordenadora ou da entidade a quem cabe a salvaguarda dos direitos e interesses em causa.
2. Quando apresentada à entidade a quem cabe a salvaguarda dos direitos e interesses em causa, a reclamação é comunicada à entidade coordenadora, acompanhada de parecer fundamentado ou de decisão, no caso de exercício de competências próprias, no prazo máximo de 40 dias.
3. A entidade coordenadora dá conhecimento ao industrial da existência da reclamação e toma as providências adequadas, nomeadamente através de vistorias para análise e decisão das reclamações, envolvendo ou consultando, sempre que tal se justifique, as entidades a quem cabe a salvaguarda dos direitos e interesses em causa, que se pronunciam no prazo previsto no número anterior.
4. A entidade coordenadora profere a decisão sobre a reclamação no prazo máximo de 40 dias contados a partir da data em que a reclamação lhe é apresentada ou, no caso de haver lugar a consultas, nos 20 dias subsequentes à pronúncia ou ao termo do respetivo prazo.
5. A entidade coordenadora dá conhecimento da decisão à reclamante, ao industrial, às entidades consultadas e, no caso de reclamação relativa a estabelecimento situado em ZER, aos serviços regionais territorialmente competentes dos Ministérios da Economia e do Emprego e da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território.
6. A entidade coordenadora verifica, através de vistoria, o cumprimento das condições impostas na decisão sobre a reclamação, sendo aplicável, com as devidas adaptações, o disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 36.^o

CAPÍTULO X

DISPOSIÇÃO FINAL

Artigo 84.º

Notificações, comunicações e prazos

1. As notificações previstas no SIR são efetuadas através dos meios e nos termos referidos na portaria prevista no artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, que define as funcionalidades do «Balcão do empreendedor».
2. O prazo para a notificação de decisões da entidade coordenadora ao requerente e às entidades públicas ou privadas intervenientes no procedimento é de cinco dias.
3. Na falta de disposição especial, o prazo para a comunicação de decisões da entidade coordenadora ao requerente é de cinco dias.
4. Os prazos previstos no SIR contam-se nos termos do disposto do artigo 72.º do Código do Procedimento Administrativo.

ANEXO I

Atividade industrial

[a que se refere o n.º 3 do artigo 3.º e a alínea a) do artigo 2.º]

Parte 1 — Atividade industrial

Considera-se atividade industrial, nos termos da alínea a) do artigo 2.º do Sistema da Indústria Responsável, as atividades económicas que são incluídas nas subclasses da Classificação Portuguesa das Atividades Económicas (CAE — rev. 3), aprovada pelo Decreto-Lei n.º 381/2007, de 14 de novembro, que seguidamente se apresentam:

| Grupo | Classe | Subclasse | Designação |
|---|--------|-----------|--|
| Secção B — Indústrias extrativas | | | |
| 051 | 0510 | 05100 | Beneficiação de hulha (inclui antracite). |
| | 0520 | 05200 | Beneficiação de lenhite. |
| 071 | 0710 | 07100 | Beneficiação de minérios de ferro |
| 072 | 0721 | 07210 | Beneficiação de minérios de urânio e tório. |
| | 0729 | 07290 | Beneficiação de outros minérios metálicos não ferrosos. |
| 081 | 0811 | 08111 | Beneficiação de mármore e de outras rochas carbonatadas. |
| | 0811 | 08112 | Beneficiação de granitos e de rochas similares. |
| | 0811 | 08113 | Beneficiação de calcário e cré. |
| 089 | 0811 | 08115 | Acabamento da ardósia. |
| | 0812 | 08121 | Beneficiação de saibro, areia e pedra britada. |
| | 0892 | 08920 | Beneficiação da turfa. |
| 099 | 0893 | 08931 | Extração de sal marinho. |
| | 0899 | 08992 | Beneficiação de minerais não metálicos. |
| | 0990 | 09900 | Outras atividades dos serviços relacionados com as indústrias extrativas: apenas anexos mineiros e de pedreiras. |

| Grupo | Classe | Subclasse | Designação |
|-------|--------|-----------|------------|
|-------|--------|-----------|------------|

Secção C — Indústrias transformadoras

Divisão 10 — Indústrias alimentares

| | | | |
|-----|------|-------|--|
| 101 | 1011 | 10110 | Abate de gado (produção de carne). |
| | 1012 | 10120 | Abate de aves (produção de carne). |
| | 1013 | 10130 | Fabricação de produtos à base de carne. |
| 102 | 1020 | 10201 | Preparação de produtos da pesca e da aquicultura. |
| | | 10202 | Congelamento de produtos da pesca e da aquicultura. |
| | | 10203 | Conservação de produtos da pesca e da aquicultura em azeite e outros óleos vegetais e outros molhos. |
| 102 | 1020 | 10204 | Salga, secagem e outras atividades de transformação de produtos da pesca e aquicultura. |
| 103 | 1031 | 10310 | Preparação e conservação de batatas. |
| | | 10320 | Fabricação de sumos de frutos e de produtos hortícolas. |
| | | 10391 | Congelamento de frutos e de produtos hortícolas. |
| | | 10392 | Secagem e desidratação de frutos e de produtos hortícolas. |
| | | 10393 | Fabricação de doces, compotas, geleias e marmelada. |
| | | 10394 | Descasque e transformação de frutos de casca rijas comestíveis. |
| | | 10395 | Preparação e conservação de frutos e de produtos hortícolas por outros processos. |
| 104 | 1041 | 10411 | Produção de óleos e gorduras animais brutos. |
| | | 10412 | Produção de azeite. |
| | | 10413 | Produção de óleos vegetais brutos (exceto azeite). |
| | | 10414 | Refinação de azeite, óleos e gorduras. |
| | 1042 | 10420 | Fabricação de margarinas e de gorduras alimentares similares. |
| 105 | 1051 | 10510 | Indústrias do leite e derivados. |
| | 1052 | 10520 | Fabricação de gelados e sorvetes. |
| 106 | 1061 | 10611 | Moagem de cereais. |
| | | 10612 | Descasque, branqueamento e outros tratamentos do arroz. |
| | | 10613 | Transformação de cereais e leguminosas, n. e. |
| | 1062 | 10620 | Fabricação de amidos, féculas e produtos afins. |
| 107 | 1071 | 10711 | Panificação. |
| | | 10712 | Pastelaria. |
| | 1072 | 10720 | Fabricação de bolachas, biscoitos, tostas e pastelaria de conservação. |
| | 1073 | 10730 | Fabricação de massas alimentícias, cuscuz e similares. |
| 108 | 1081 | 10810 | Indústria do açúcar. |
| 108 | 1082 | 10821 | Fabricação de cacau e de chocolate. |
| | | 10822 | Fabricação de produtos de confeitaria. |
| | | 10830 | Indústria do café e do chá. |
| | 1084 | 10840 | Fabricação de condimentos e temperos. |
| | 1085 | 10850 | Fabricação de refeições e pratos pré-cozinhados. |
| | 1086 | 10860 | Fabricação de alimentos homogeneizados e dietéticos. |
| | 1089 | 10891 | Fabricação de fermentos, leveduras e adjuvantes para panificação e pastelaria. |
| | | 10892 | Fabricação de caldos, sopas e sobremesas. |
| | | 10893 | Fabricação de outros produtos alimentares diversos, n. e. Apenas as seguintes atividades: tratamento, liofilização e conservação de ovos e ovíprodutos; centros de inspeção e classificação de ovos. |
| 109 | 1091 | 10911 | Fabricação de pré-misturas. |
| | | 10912 | Fabricação de alimentos para animais de criação (exceto para aquicultura). |
| | | 10913 | Fabricação de alimentos para aquicultura. |
| | 1092 | 10920 | Fabricação de alimentos para animais de companhia. |

| Grupo | Classe | Subclasse | Designação | |
|-------------------------------------|--------|-----------|--|--|
| Divisão 11 — Indústrias das bebidas | | | | |
| 110 | 1101 | 11011 | Fabricação de aguardentes preparadas. | |
| | | 11012 | Fabricação de aguardentes não preparadas. | |
| | | 11013 | Produção de licores e de outras bebidas destiladas. | |
| 110 | 1102 | 11021 | Produção de vinhos comuns e licorosos. | |
| | | 11022 | Produção de vinhos espumantes e espumosos. | |
| | 1103 | 11030 | Fabricação de cidra e outras bebidas fermentadas de frutos. | |
| 110 | 1104 | 11040 | Fabricação de vermouths e de outras bebidas fermentadas não destiladas. | |
| 110 | 1105 | 11050 | Fabricação de cerveja. Exceto fabrico de cerveja em estabelecimentos de bebidas para consumo no local. | |
| | | 1106 | 11060 | Fabricação de malte. |
| | | 1107 | 11071 | Engarrafamento de águas minerais naturais e de nascente. |
| | | 11072 | Fabricação de refrigerantes e de outras bebidas não alcoólicas, n. e. | |
| Divisão 12 — Indústrias do tabaco | | | | |
| 120 | 1200 | 12000 | Indústria do tabaco. | |
| Divisão 13 — Fabricação de têxteis | | | | |
| 131 | 1310 | 13101 | Preparação e fiação de fibras do tipo algodão. | |
| | | 13102 | Preparação e fiação de fibras do tipo lã. | |
| | | 13103 | Preparação e fiação da seda e preparação e texturização de filamentos sintéticos e artificiais. | |
| 132 | 1320 | 13104 | Fabricação de linhas de costura. | |
| | | 13105 | Preparação e fiação de linho e outras fibras têxteis. | |
| | | 13201 | Tecelagem de fio do tipo algodão. | |
| 133 | 1330 | 13202 | Tecelagem de fio do tipo lã. | |
| | | 13203 | Tecelagem de fio do tipo seda e de outros têxteis. | |
| | | 13301 | Branqueamento e tingimento. | |
| 139 | 1391 | 13302 | Estampagem. | |
| | | 13303 | Acabamento de fios, tecidos e artigos têxteis, n. e. | |
| | | 13910 | Fabricação de tecidos de malha. | |
| 139 | 1394 | 13920 | Fabricação de artigos têxteis confeccionados, exceto vestuário. | |
| | | 13930 | Fabricação de tapetes e carpetes. | |
| | | 13941 | Fabricação de cordoaria. | |
| 139 | 1395 | 13942 | Fabricação de redes. | |
| | | 13950 | Fabricação de não tecidos e respetivos artigos, exceto vestuário. | |
| | | 1396 | 13961 | Fabricação de passamanarias e sirgarias. |
| 139 | 1399 | 13962 | Fabricação de têxteis para uso técnico e industrial, n. e. | |
| | | 13991 | Fabricação de bordados. | |
| | | 13992 | Fabricação de rendas. | |
| 139 | 1399 | 13993 | Fabricação de outros têxteis diversos, n. e. | |
| | | | | |
| | | | | |
| Divisão 14 — Indústria do vestuário | | | | |
| 141 | 1411 | 14110 | Confeção de vestuário em couro, exceto confeção por medida. | |
| | | 1412 | 14120 | Confeção de vestuário de trabalho, exceto confeção por medida. |
| | | 1413 | 14131 | Confeção de outro vestuário exterior em série. |
| 141 | 1413 | 14132 | Confeção de outro vestuário exterior por medida. | |
| | | 14133 | Atividades de acabamento de artigos de vestuário, exceto confeção por medida. | |
| | | | | |

| Grupo | Classe | Subclasse | Designação |
|-------|--------|-----------|---|
| | 1414 | 14140 | Confeção de vestuário interior, exceto confeção por medida. |
| | 1419 | 14190 | Confeção de outros artigos e acessórios de vestuário, exceto confeção por medida. |
| 142 | 1420 | 14200 | Fabricação de artigos de peles com pelo. |
| 143 | 1431 | 14310 | Fabricação de meias e similares de malha. |
| | 1439 | 14390 | Fabricação de outro vestuário de malha. |

Divisão 15 — Indústria do couro e dos produtos do couro

| | | | |
|-----|------|-------|--|
| 151 | 1511 | 15111 | Curtimenta e acabamento de peles sem pelo. |
| | | 15112 | Fabricação de couro reconstituído. |
| | | 15113 | Curtimenta e acabamento de peles com pelo. |
| 151 | 1512 | 15120 | Fabricação de artigos de viagem e de uso pessoal, de marroquinaria, de correeiro e de seleiro. |
| 152 | 1520 | 15201 | Fabricação de calçado. |
| | | 15202 | Fabricação de componentes para calçado. |

Divisão 16 — Indústria da madeira e da cortiça e suas obras, exceto mobiliário, fabricação de obras de cestaria e de espartaria

| | | | |
|-----|------|-------|---|
| 161 | 1610 | 16101 | Serração de madeira. |
| | | 16102 | Impregnação de madeira. |
| 162 | 1621 | 16211 | Fabricação de painéis de partículas de madeira. |
| | | 16212 | Fabricação de painéis de fibras de madeira. |
| | | 16213 | Fabricação de folheados, contraplacados, lamelados e de outros painéis. |
| | 1622 | 16220 | Parqueteria. |
| | 1623 | 16230 | Fabricação de outras obras de carpintaria para a construção. |
| | 1624 | 16240 | Fabricação de embalagens de madeira. |
| | 1629 | 16291 | Fabricação de outras obras de madeira, exceto arte de soqueiro e tamanqueiro. |
| | | 16292 | Fabricação de obras de cestaria e de espartaria. |
| | | 16293 | Indústria de preparação da cortiça. |
| | | 16294 | Fabricação de rolhas de cortiça. |
| | | 16295 | Fabricação de outros produtos de cortiça. |

Divisão 17 — Fabricação de pasta, de papel, cartão e seus artigos

| | | | |
|-----|------|-------|---|
| 171 | 1711 | 17110 | Fabricação de pasta. |
| 171 | 1712 | 17120 | Fabricação de papel e de cartão (exceto canelado). |
| 172 | 1721 | 17211 | Fabricação de papel e de cartão canelados (inclui embalagens). |
| | | 17212 | Fabricação de outras embalagens de papel e de cartão. |
| | 1722 | 17220 | Fabricação de artigos de papel para uso doméstico e sanitário. |
| | 1723 | 17230 | Fabricação de artigos de papel para papelaria. |
| | 1724 | 17240 | Fabricação de papel de parede. |
| | 1729 | 17290 | Fabricação de outros artigos de pasta de papel, de papel e de cartão. |

Divisão 18 — Impressão e reprodução de suportes gravados

| | | | |
|-----|------|-------|-----------------------|
| 181 | 1811 | 18110 | Impressão de jornais. |
| | 1812 | 18120 | Outra impressão. |

| Grupo | Classe | Subclasse | Designação |
|---|--------|-----------|--|
| Divisão 19 — Fabricação de coque, de produtos petrolíferos refinados e de aglomerados de combustíveis | | | |
| 191 | 1910 | 19100 | Fabricação de produtos de coqueria. |
| 192 | 1920 | 19201 | Fabricação de produtos petrolíferos refinados. |
| | | 19202 | Fabricação de produtos petrolíferos a partir de resíduos. |
| | | 19203 | Fabricação de briquetes e aglomerados de hulha e lenhite. |
| Divisão 20 — Fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais, exceto produtos farmacêuticos | | | |
| 201 | 2011 | 20110 | Fabricação de gases industriais. |
| | 2012 | 20120 | Fabricação de corantes e pigmentos. |
| | 2013 | 20130 | Fabricação de outros produtos químicos inorgânicos de base. |
| | 2014 | 20141 | Fabricação de resinosos e seus derivados. |
| | | 20142 | Fabricação de carvão (vegetal e animal) e produtos associados. |
| | | 20143 | Fabricação de álcool etílico de fermentação. |
| | | 20144 | Fabricação de outros produtos químicos orgânicos de base, n. e. |
| | 2015 | 20151 | Fabricação de adubos químicos ou minerais e de compostos azotados. |
| | | 20152 | Fabricação de adubos orgânicos e organo-minerais. |
| | 2016 | 20160 | Fabricação de matérias plásticas sob formas primárias. |
| | 2017 | 20170 | Fabricação de borracha sintética sob formas primárias. |
| 202 | 2020 | 20200 | Fabricação de pesticidas e de outros produtos agroquímicos. |
| 203 | 2030 | 20301 | Fabricação de tintas (exceto impressão), vernizes, mastiques e produtos similares. |
| | | 20302 | Fabricação de tintas de impressão. |
| | | 20303 | Fabricação de pigmentos preparados, composições vitrificáveis e afins. |
| 204 | 2041 | 20411 | Fabricação de sabões, detergentes e glicerina. |
| | | 20412 | Fabricação de produtos de limpeza, polimento e proteção. |
| | 2042 | 20420 | Fabricação de perfumes, de cosméticos e de produtos de higiene. |
| 205 | 2052 | 20520 | Fabricação de colas. |
| | 2053 | 20530 | Fabricação de óleos essenciais. |
| | 2059 | 20591 | Fabricação de biodiesel. |
| | | 20592 | Fabricação de produtos químicos auxiliares para uso industrial. |
| | | 20593 | Fabricação de óleos e massas lubrificantes, com exclusão da efetuada nas refinarias. |
| | | 20594 | Fabricação de outros produtos químicos diversos, n. e. |
| 206 | 2060 | 20600 | Fabricação de fibras sintéticas ou artificiais. |
| Divisão 21 — Fabricação de produtos farmacêuticos de base e de preparações farmacêuticas | | | |
| 211 | 2110 | 21100 | Fabricação de produtos farmacêuticos de base. |
| | 2120 | 21201 | Fabricação de medicamentos. |
| | | 21202 | Fabricação de outras preparações e de artigos farmacêuticos. |
| Divisão 22 — Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas | | | |
| 221 | 2211 | 22111 | Fabricação de pneus e câmaras. |
| | | 22112 | Reconstrução de pneus. |

| Grupo | Classe | Subclasse | Designação |
|-------|--------|-----------|---|
| 222 | 2221 | 22191 | Fabricação de componentes de borracha para calçado. |
| | | 22192 | Fabricação de outros produtos de borracha, n. e. |
| | | 22210 | Fabricação de chapas, folhas, tubos e perfis de plástico. |
| | | 22220 | Fabricação de embalagens de plástico. |
| | | 22230 | Fabricação de artigos de plástico para a construção. |
| | | 22291 | Fabricação de componentes de plástico para calçado. |
| | | 22292 | Fabricação de outros artigos de plástico, n. e. |

Divisão 23 — Fabricação de outros produtos minerais
não metálicos

| | | | |
|------|-------|--|---|
| 231 | 2311 | 23110 | Fabricação de vidro plano. |
| | 2312 | 23120 | Fabricação de vidro e artigos de vidro. |
| | 2313 | 23131 | Fabricação de vidro de embalagem. |
| | | 23132 | Cristalaria. |
| | 2314 | 23140 | Fabricação de fibras de vidro. |
| 2319 | 23190 | Fabricação e transformação de outro vidro (inclui vidro técnico). | |
| 232 | 2320 | 23200 | Fabricação de produtos cerâmicos refratários. |
| 233 | 2331 | 23311 | Fabricação de azulejos. |
| | | 23312 | Fabricação de ladrilhos, mosaicos e placas de cerâmica. |
| | 2332 | 23321 | Fabricação de tijolos. |
| | | 23322 | Fabricação de telhas. |
| | | 23323 | Fabricação de abobadilhas. |
| 234 | 2341 | 23324 | Fabricação de outros produtos cerâmicos para a construção. |
| | | 23411 | Olaria de barro. |
| | | 23412 | Fabricação de artigos de uso doméstico de faiança, porcelana e grés fino. |
| | 23413 | Fabricação de artigos de ornamentação de faiança, porcelana e grés fino. | |
| | | 23414 | Atividades de decoração de artigos cerâmicos de uso doméstico e ornamental. |
| 234 | 2342 | 23420 | Fabricação de artigos cerâmicos para usos sanitários. |
| | 2343 | 23430 | Fabricação de isoladores e peças isolantes em cerâmica. |
| | 2344 | 23440 | Fabricação de outros produtos em cerâmica para usos técnicos. |
| | | 23490 | Fabricação de outros produtos cerâmicos não refratários. |
| | 235 | 2351 | 23510 |
| 2352 | | 23521 | Fabricação de cal. |
| | | 23522 | Fabricação de gesso. |
| 236 | 2361 | 23610 | Fabricação de produtos de betão para a construção. |
| | 2362 | 23620 | Fabricação de produtos de gesso para a construção. |
| | 2363 | 23630 | Fabricação de betão pronto. |
| | 2364 | 23640 | Fabricação de argamassas. |
| | | 23650 | Fabricação de produtos de fibrocimento. |
| 237 | 2370 | 23690 | Fabricação de outros produtos de betão, gesso e cimento. |
| | | 23701 | Fabricação de artigos de mármore e de rochas similares. |
| | | 23702 | Fabricação de artigos em ardósia (lousa). |
| | 23703 | Fabricação de artigos de granito e de rochas, n. e. | |
| | | 2391 | 23910 |
| | 2399 | 23991 | Fabricação de misturas betuminosas. |
| | | 23992 | Fabricação de outros produtos minerais não metálicos diversos, n. e. |

Divisão 24 — Indústrias metalúrgicas de base

| | | | |
|-----|------|-------|---|
| 241 | 2410 | 24100 | Siderurgia e fabricação de ferro — ligas. |
| 242 | 2420 | 24200 | Fabricação de tubos, condutas, perfis ocos e respetivos acessórios, de aço. |

| Grupo | Classe | Subclasse | Designação |
|-------|--------|-----------|--|
| 243 | 2431 | 24310 | Estiragem a frio. |
| | 2432 | 24320 | Laminagem a frio de arco ou banda. |
| | 2433 | 24330 | Perfilagem a frio. |
| | 2434 | 24340 | Trefilagem a frio. |
| 244 | 2441 | 24410 | Obtenção e primeira transformação de metais preciosos. |
| | 2442 | 24420 | Obtenção e primeira transformação de alumínio. |
| | 2443 | 24430 | Obtenção e primeira transformação de chumbo, zinco e estanho. |
| | 2444 | 24440 | Obtenção e primeira transformação de cobre. |
| | 2445 | 24450 | Obtenção e primeira transformação de outros metais não ferrosos. |
| | 2446 | 24460 | Tratamento de combustível nuclear. |
| 245 | 2451 | 24510 | Fundição de ferro fundido. |
| | 2452 | 24520 | Fundição de aço. |
| | 2453 | 24530 | Fundição de metais leves. |
| 245 | 2454 | 24540 | Fundição de outros metais não ferrosos. |

Divisão 25 — Fabricação de produtos metálicos,
exceto máquinas e equipamentos

| | | | |
|-----|------|-------|---|
| 251 | 2511 | 25110 | Fabricação de estruturas de construções metálicas. |
| | 2512 | 25120 | Fabricação de portas, janelas e elementos similares. |
| 252 | 2521 | 25210 | Fabricação de caldeiras e radiadores para aquecimento central. |
| | 2529 | 25290 | Fabricação de outros reservatórios e recipientes metálicos. |
| 253 | 2530 | 25300 | Fabricação de geradores de vapor (exceto caldeiras para aquecimento central). |
| 254 | 2540 | 25401 | Fabricação de armas de caça, de desporto e defesa. |
| | | 25402 | Fabricação de armamento. |
| 255 | 2550 | 25501 | Fabricação de produtos forjados, estampados e laminados. |
| | | 25502 | Fabricação de produtos por pulverometalurgia. |
| 256 | 2561 | 25610 | Tratamento e revestimento de metais. |
| | 2562 | 25620 | Atividades de mecânica geral. |
| 257 | 2571 | 25710 | Fabricação de cutelaria. |
| | 2572 | 25720 | Fabricação de fechaduras, dobradiças e de outras ferragens. |
| | 2573 | 25731 | Fabricação de ferramentas manuais. |
| | | 25732 | Fabricação de ferramentas mecânicas. |
| 257 | | 25733 | Fabricação de peças sinterizadas. |
| | 2573 | 25734 | Fabricação de moldes metálicos. |
| 259 | 2591 | 25910 | Fabricação de embalagens metálicas pesadas. |
| | 2592 | 25920 | Fabricação de embalagens metálicas ligeiras. |
| | 2593 | 25931 | Fabricação de produtos de arame. |
| | | 25932 | Fabricação de molas. |
| | | 25933 | Fabricação de correntes metálicas. |
| | 2594 | 25940 | Fabricação de rebites, parafusos e porcas. |
| 259 | 2599 | 25991 | Fabricação de louça metálica e artigos de uso doméstico. |
| | | 25992 | Fabricação de outros produtos metálicos diversos n. e. |

Divisão 26 — Fabricação de equipamentos informáticos,
equipamento para comunicações

| | | | |
|-----|------|-------|--|
| 261 | 2611 | 26110 | Fabricação de componentes eletrónicos. |
| | 2612 | 26120 | Fabricação de placas de circuitos eletrónicos. |
| 262 | 2620 | 26200 | Fabricação de computadores e de equipamento periférico. |
| 263 | 2630 | 26300 | Fabricação de aparelhos e de equipamentos para comunicações. |
| 264 | 2640 | 26400 | Fabricação de recetores de rádio e de televisão e bens de consumo similares. |
| 265 | 2651 | 26511 | Fabricação de contadores de eletricidade, gás, água e de outros líquidos. |

| Grupo | Classe | Subclasse | Designação |
|---|--------|-----------|--|
| | | 26512 | Fabricação de instrumentos e aparelhos de medida, verificação, navegação e outros fins, n. e. |
| | 2652 | 26520 | Fabricação de relógios e material de relojoaria. |
| | 2660 | 26600 | Fabricação de equipamentos de radiação, eletromedicina e eletroterapêutico. |
| 267 | 2670 | 26701 | Fabricação de instrumentos e equipamentos óticos não oftálmicos. |
| | | 26702 | Fabricação de material fotográfico e cinematográfico. |
| 268 | 2680 | 26800 | Fabricação de suportes de informação magnéticos e óticos. |
| Divisão 27 — Fabricação de equipamento elétrico | | | |
| 271 | 2711 | 27110 | Fabricação de motores, geradores e transformadores elétricos. |
| | 2712 | 27121 | Fabricação de material de distribuição e de controlo para instalações elétricas de alta tensão. |
| | | 27122 | Fabricação de material de distribuição e de controlo para instalações elétricas de baixa tensão. |
| 272 | 2720 | 27200 | Fabricação de acumuladores e pilhas. |
| 273 | 2731 | 27310 | Fabricação de cabos de fibra ótica. |
| | 2732 | 27320 | Fabricação de outros fios e cabos elétricos e eletrônicos. |
| | 2733 | 27330 | Fabricação de dispositivos e acessórios para instalações elétricas, de baixa tensão. |
| 274 | 2740 | 27400 | Fabricação de lâmpadas elétricas e de outro equipamento de iluminação. |
| 275 | 2751 | 27510 | Fabricação de eletrodomésticos. |
| | 2752 | 27520 | Fabricação de aparelhos não elétricos para uso doméstico. |
| 279 | 2790 | 27900 | Fabricação de outro equipamento elétrico. |
| Divisão 28 — Fabricação de máquinas e equipamento n. e. | | | |
| 281 | 2811 | 28110 | Fabricação de motores e turbinas, exceto motores para aeronaves, automóveis e motocicletas. |
| | 2812 | 28120 | Fabricação de equipamento hidráulico e pneumático. |
| | 2813 | 28130 | Fabricação de outras bombas e compressores. |
| | 2814 | 28140 | Fabricação de outras torneiras e válvulas. |
| | 2815 | 28150 | Fabricação de rolamentos, de engrenagens e de outros órgãos de transmissão. |
| 282 | 2821 | 28210 | Fabricação de fornos e queimadores. |
| | 2822 | 28221 | Fabricação de ascensores e monta-cargas, escadas e passadeiras rolantes. |
| | | 28222 | Fabricação de equipamentos de elevação e de movimentação, n. e. |
| 282 | 2823 | 28230 | Fabricação de máquinas e equipamento de escritório. |
| | 2824 | 28240 | Fabricação de máquinas-ferramentas portáteis com motor. |
| | 2825 | 28250 | Fabricação de equipamento não doméstico para refrigeração e ventilação. |
| | 2829 | 28291 | Fabricação de máquinas de acondicionamento e de embalagem. |
| | | 28292 | Fabricação de balanças e de outro equipamento para pesagem. |
| | | 28293 | Fabricação de outras máquinas diversas de uso geral, n. e. |
| 283 | 2830 | 28300 | Fabricação de máquinas e de tratores para a agricultura, pecuária e silvicultura. |
| 284 | 2841 | 28410 | Fabricação de máquinas-ferramentas para metais. |
| | 2849 | 28490 | Fabricação de outras máquinas-ferramentas. |
| 289 | 2891 | 28910 | Fabricação de máquinas para a metalurgia. |
| | 2892 | 28920 | Fabricação de máquinas para as indústrias extrativas e para a construção. |
| | 2893 | 28930 | Fabricação de máquinas para as indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco. |

| Grupo | Classe | Subclasse | Designação |
|-------|--------|-----------|---|
| | 2894 | 28940 | Fabricação de máquinas para as indústrias têxtil, do vestuário e do couro. |
| | 2895 | 28950 | Fabricação de máquinas para as indústrias do papel e do cartão. |
| | 2896 | 28960 | Fabricação de máquinas para as indústrias do plástico e da borracha. |
| | 2899 | 28991 | Fabricação de máquinas para as indústrias de materiais de construção, cerâmica e vidro. |
| | | 28992 | Fabricação de outras máquinas diversas para uso específico, n. e. |

Divisão 29 — Fabricação de veículos automóveis, reboques, semirreboques e componentes para veículos automóveis

| | | | |
|-----|------|-------|---|
| 291 | 2910 | 29100 | Fabricação de veículos automóveis. |
| 292 | 2920 | 29200 | Fabricação de carroçarias, reboques e semirreboques. |
| 293 | 2931 | 29310 | Fabricação de equipamento elétrico e eletrónico para veículos automóveis. |
| | 2932 | 29320 | Fabricação de outros componentes e acessórios para veículos automóveis. |

Secção C — Indústrias transformadoras

Divisão 30 — Fabricação de outro equipamento de transporte

| | | | |
|-----|------|-------|--|
| 301 | 3011 | 30111 | Construção de embarcações metálicas e estruturas flutuantes, exceto de recreio e desporto. |
| | | 30112 | Construção de embarcações não metálicas, exceto de recreio e desporto. |
| 301 | 3012 | 30120 | Construção de embarcações de recreio e desporto. |
| 302 | 3020 | 30200 | Fabricação de material circulante para caminhos-de-ferro. |
| 303 | 3030 | 30300 | Fabricação de aeronaves, de veículos espaciais e equipamento relacionado. |
| 304 | 3040 | 30400 | Fabricação de veículos militares de combate. |
| 309 | 3091 | 30910 | Fabricação de motociclos. |
| | 3092 | 30920 | Fabricação de bicicletas e veículos para inválidos. |
| | 3099 | 30990 | Fabricação de outro equipamento de transporte, n. e. |

Divisão 31 — Fabricação de mobiliário e de colchões

| | | | |
|-----|------|-------|--|
| 310 | 3101 | 31010 | Fabricação de mobiliário para escritório e comércio. |
| | 3102 | 31020 | Fabricação de mobiliário de cozinha. |
| | 3103 | 31030 | Fabricação de colchoaria. |
| | 3109 | 31091 | Fabricação de mobiliário de madeira para outros fins. |
| | | 31092 | Fabricação de mobiliário metálico para outros fins. |
| | | 31093 | Fabricação de mobiliário de outros materiais para outros fins. |
| | | 31094 | Atividades de acabamento de mobiliário. |

Divisão 32 — Outras indústrias transformadoras

| | | | |
|-----|------|-------|--|
| 321 | 3211 | 32110 | Cunhagem de moedas. |
| | 3212 | 32121 | Fabricação de filigranas. |
| | | 32122 | Fabricação de artigos de joalheria e de outros artigos de ourivesaria. |
| | | 32123 | Trabalho de diamantes e de outras pedras preciosas ou semipreciosas para joalheria e uso industrial. |
| | 3213 | 32130 | Fabricação de bijutarias. |
| 322 | 3220 | 32200 | Fabricação de instrumentos musicais. |
| 323 | 3230 | 32300 | Fabricação de artigos de desporto. |

| Grupo | Classe | Subclasse | Designação |
|-------|--------|-----------|---|
| 324 | 3240 | 32400 | Fabricação de jogos e de brinquedos. |
| 325 | 3250 | 32501 | Fabricação de material ótico oftálmico. |
| | | 32502 | Fabricação de material ortopédico e próteses e de instrumentos médico-cirúrgicos. |
| 329 | 3291 | 32910 | Fabricação de vassouras, escovas e pincéis. |
| | 3299 | 32991 | Fabricação de canetas, lápis e similares. |
| | | 32992 | Fabricação de fechos de correr, botões e similares. |
| | | 32993 | Fabricação de guarda-sóis e chapéus-de-chuva. |
| | | 32994 | Fabricação de equipamento de proteção e segurança. |
| | | 32995 | Fabricação de caixões mortuários em madeira. |
| 329 | 3299 | 32996 | Outras indústrias transformadoras diversas, n. e., com exclusão de: arte de trabalhar flores secas; arte de trabalhar miolo de figueira e similares; arte de trabalhar cascas de cebola, alho e similares; gravura em metal; construção de maquetas; arte de fazer abat-jours; produção manual de perucas; produção manual de flores artificiais; produção manual de adereços e enfeites de festa; arte de trabalhar cera; arte de trabalhar osso, chifre e similares; arte de trabalhar conchas; arte de trabalhar penas; arte de trabalhar escamas de peixe; arte de trabalhar materiais sintéticos; gnomónica (arte de construir relógios de sol). |

Divisão 33 — Reparação, manutenção e instalação de máquinas e equipamentos

| | | | |
|-----|------|-------|--|
| 331 | 3311 | 33110 | Reparação e manutenção de produtos metálicos (exceto máquinas e equipamentos). |
| | 3312 | 33120 | Reparação e manutenção de máquinas e equipamentos. |
| | 3313 | 33130 | Reparação e manutenção de equipamento eletrónico e ótico. |
| | 3314 | 33140 | Reparação e manutenção de equipamento elétrico. |
| | 3315 | 33150 | Reparação e manutenção de embarcações. |
| | 3316 | 33160 | Reparação e manutenção de aeronaves e de veículos espaciais. |
| | 3317 | 33170 | Reparação e manutenção de outro equipamento de transporte. |
| | 3319 | 33190 | Reparação e manutenção de outro equipamento. |
| 332 | 3320 | 33200 | Instalação de máquinas e de equipamentos industriais. |

Secção D — Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio

Divisão 35 — Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio

| | | | |
|-----|------|-------|-------------------|
| 353 | 3530 | 35302 | Produção de gelo. |
|-----|------|-------|-------------------|

Secção I — Alojamento, restauração e similares

Divisão 56 — Fornecimento de refeições para eventos e outras atividades de serviço de refeições

| | | | |
|-----|------|-------|--|
| 562 | 5621 | 56210 | Fornecimento de refeições para eventos. Apenas quando o local de preparação das refeições não é o local onde decorrem os eventos. |
| | 5629 | 56290 | Outras atividades de serviço de refeições. Apenas atividade de preparação de refeições para fornecimento e consumo em local distinto do local de preparação. |

**Parte 2 — Estabelecimentos a que se referem os n.ºs 6 e 7
do artigo 18.º e o n.º 3 do artigo 33.º**

A

Estabelecimentos industriais com potência elétrica contratada não superior a 15 kVA e potência térmica não superior a 4×10^5 kJ/h, onde são exercidas, a título individual ou em microempresa até cinco trabalhadores, as atividades expressamente identificadas no quadro seguinte, com indicação da subclasse na Classificação Portuguesa das Atividades Económicas (CAE — rev. 3).

Os valores anuais de produção estabelecidos para a atividade exercida a título individual ou em microempresa constituem um limite máximo cuja superação determina a exclusão da atividade em causa desta categoria.

| Subclasse CAE | Atividade exercida a título individual ou em microempresa | Limites anuais de produto acabado |
|------------------|---|---|
| 10130 | Preparação e conservação de produtos à base de carne e preparação de enchidos, ensacados e similares | 2 000 kg |
| 10201 | Preparação de produtos da pesca e da aquicultura | 2 000 kg |
| 10203 | Preparação e conservação de peixe e outros produtos do mar | (¹) 2 000 kg |
| 10204 | Salga, secagem e outras transformações de produtos da pesca e aquicultura | (¹) 2 000 kg |
| 10310 | Preparação e conservação de batatas | 5 000 kg |
| 10392 | Preparação de frutos secos e secados, incluindo os silvestres | 5 000 kg |
| 10393 | Preparação de doces, compotas, geleias e marmelada | 5 000 kg |
| 10394 | Descasque e transformação de frutos de casca rija comestíveis | 5 000 kg |
| 10395 | Preparação e conservação de frutos e de produtos hortícolas | 5 000 kg |
| 10510 | Indústrias do leite e derivados | 12 000 l |
| 10520 | Preparação de gelados e sorvetes | 1 500 kg |
| 10711 | Fabrico de pão e produtos afins do pão | 8 000 kg |
| 10712 | Fabrico de bolos, doçaria e confeitos | 5 000 kg |
| 10840 | Preparação de plantas aromáticas, condimentos e temperos (incluindo produção de vinagre) | 1 500 kg |
| 11011 | Fabricação de aguardentes preparadas | (¹) 1 500 l |
| 11013 | Produção de licores, xaropes e aguardentes não vinicas | 1 500 l |
| 11021 | Produção de vinhos comuns e licorosos | 2 500 l |
| 11030 | Produção de cidra e outros produtos fermentados de frutos | (¹) 2 500 l |
| 11050 | Fabricação de cerveja | 2 500 l |
| 13920 | Confeção de bonecos de pano. | |
| 13930 | Produção de tapetes e tapeçaria. | |
| 13961 | Passamanaria. | |
| 13991 | Confeção de bordados. | |
| 13992 | Confeção de artigos de renda. | |
| 14120 | Confeção de vestuário de trabalho. | |
| 14132 | Confeção de vestuário por medida. | |
| 14190 | Fabrico de acessórios de vestuário e confeção de calçado de pano. | |
| 14310 | Fabricação de meias e similares de malha. | |
| 14390 | Fabricação de outro vestuário de malha. | |
| 15201 | Reparação de calçado. | |
| 16291 | Arte de soqueiro e tamanqueiro. | |
| 16292 | Cestaria, esteiraria, capacharia, chapelaria, empalhamento, arte de croceiro, confeção de bonecos em folhas de milho. | |
| 17290 | Arte de trabalhar papel. | |
| 23120 | Arte do vitral. | |
| 23132 | Arte de trabalhar cristal. | |
| 23190 | Arte de trabalhar vidro. | |
| 32121 | Ourivesaria — filigrana. | |
| 32122 | Ourivesaria — prata cinzelada; joalharia. | |

| Subclasse CAE | Atividade exercida a título individual ou em microempresa | Limites anuais de produto acabado |
|------------------|---|---|
| 32130 32400 | Fabrico de bijutarias. Fabrico de jogos e brinquedos. | |

(¹) Atividades que não podem ser desenvolvidas em fração autónoma de prédio urbano.

B

(a que se refere o n.º 6 do artigo 18.º)

Estabelecimentos onde são exercidas as atividades económicas, que seguidamente se identificam, na sua designação coloquial, com indicação da respetiva nomenclatura e subclasse na Classificação Portuguesa das Atividades Económicas (CAE — rev. 3), aprovada pelo Decreto-Lei n.º 381/2007, de 14 de novembro.

| Subclasse CAE | Designação CAE | Atividade produtiva |
|------------------|--|---|
| 10130 | Fabricação de produtos à base de carne | Preparação e conservação de produtos à base de carne e preparação de enchidos, ensacados e similares. |
| 101201 | Preparação de produtos da pesca e da aquicultura. | |
| 10203 | Conservação de produtos da pesca e da aquicultura em azeite e outros óleos vegetais e outros molhos. | Preparação e conservação de peixe e outros produtos do mar. |
| 10204 | Salga, secagem e outras transformações de produtos da pesca e aquicultura. | Todas (¹). |
| 10310 | Preparação e conservação de batatas . . . | Todas. |
| 10320 | Fabricação de sumos de frutas e de produtos hortícolas. | Todas. |
| 10391 | Congelação de frutos e de produtos hortícolas. | Todas. |
| 10392 | Secagem e desidratação de frutos e de produtos hortícolas. | Preparação de frutos secos e secados, incluindo os silvestres. |
| 10393 | Fabricação de doces, compotas, geleias e marmelada. | Todas. |
| 10395 | Preparação e conservação de frutos e de produtos hortícolas por outros processos. | Todas. |
| 10412 | Produção de azeite. | |
| 10510 | Indústrias do leite e derivados | Todas. |
| 10520 | Fabricação de gelados e sorvetes | Todas. |
| 10611 | Moagem de cereais | Todas (¹). |
| 10711 | Panificação | Todas. |
| 10712 | Pastelaria | Fabrico de bolos, doçaria e confeitos. |
| 10720 | Fabricação de bolachas, biscoitos, tostas e pastelaria de conservação. | Todas. |
| 10730 | Fabricação de massas alimentícias, cuscuz e similares. | Todas. |
| 10821 | Fabricação de cacau e de chocolate . . . | Todas. |
| 10822 | Fabricação de produtos de confeitaria | Todas. |
| 10840 | Fabricação de condimentos e temperos | Preparação de ervas aromáticas e medicinais e produção de vinagre. |

| Subclasse CAE | Designação CAE | Atividade produtiva |
|---------------|---|---|
| 10893 | Fabricação de outros produtos alimentares diversos, n. e. | Todas. |
| 11011 | Fabricação de aguardentes preparadas | Produção de aguardentes vínicas ⁽¹⁾ . |
| 11013 | Produção de licores e de outras bebidas destiladas. | Produção de licores, xaropes e aguardentes não vínicas. |
| 11021 | Produção de vinhos comuns e licorosos | Todas. |
| 11030 | Produção de cidra e outros produtos fermentados. | Todas. |
| 13101 | Preparação e fiação de fibras do tipo algodão. | Todas. |
| 13102 | Preparação e fiação de fibras do tipo lã | Todas. |
| 13103 | Preparação e fiação da seda e preparação e texturização de filamentos sintéticos e artificiais. | Preparação e fiação de fibras têxteis. |
| 13105 | Preparação e fiação de fibras do tipo linho e outras fibras têxteis. | Preparação e fiação de fibras têxteis. |
| 13201 | Tecelagem de fio do tipo algodão | Todas. |
| 13202 | Tecelagem de fio do tipo lã | Todas. |
| 13203 | Tecelagem de fio do tipo seda e outros têxteis. | Todas. |
| 13920 | Fabricação de artigos têxteis confecionados, exceto vestuário. | Confeção de bonecos de pano e de artigos têxteis para o lar. |
| 13930 | Fabricação de tapetes e carpetes | Todas. |
| 13941 | Fabricação de cordoaria | Todas. |
| 13961 | Fabricação de passamanarias e sirgarias | Passamanaria. |
| 13991 | Fabricação de bordados | Todas. |
| 13992 | Fabricação de rendas | Todas. |
| 14110 | Confeção de vestuário em couro | Todas. |
| 14132 | Confeção de outro vestuário exterior por medida. | Todas. |
| 14190 | Confeção de outros artigos e acessórios de vestuário. | Todas. |
| 14310 | Fabricação de meias e similares de malha | Todas. |
| 14390 | Fabricação de outro vestuário de malha | Todas. |
| 15111 | Curtimenta e acabamento de peles sem pelo. | Gravura em pele; douradura em pele. |
| 15120 | Fabricação de artigos de viagem e de uso pessoal, de marroquinaria, de correio e de seleiro. | Todas. |
| 16230 | Fabricação de outras obras de carpintaria para a construção. | Carpintaria para construção tradicional. |
| 16291 | Fabricação de outras obras de madeira | Carpintaria agrícola, carpintaria de cena. |
| 16291 | Fabricação de outras obras de madeira | Todas. |
| 16292 | Fabricação de obras de cestaria e de espartaria. | Cestaria, esteiraria, capacharia, chapelaria, empalhamento, arte de croceiro, confeção de bonecos em folhas de milho. |
| 16295 | Fabricação de outros produtos de cortiça. | Arte de trabalhar cortiça. |
| 17120 | Fabricação de papel e de cartão (exceto canelado). | Fabrico de papel. |
| 17212 | Fabricação de outras embalagens de papel e de cartão. | Cartonagem. |
| 17230 | Fabricação de artigos de papel para papelaria. | Encadernação. |
| 17290 | Fabricação de outros artigos de pasta de papel, de papel e de cartão. | Arte de trabalhar papel. |

| Subclasse CAE | Designação CAE | Atividade produtiva |
|------------------|---|---|
| 20411 | Fabricação de sabões, detergentes e glicerina. | Todas. |
| 20420 | Fabricação de perfumes, de cosméticos e de produtos de higiene. | Todas. |
| 23120 | Moldagem e transformação de vidro plano. | Arte do vitral. |
| 23132 | Cristalaria | Arte de trabalhar cristal. |
| 23190 | Fabricação e transformação de outro vidro (inclui vidro técnico). | Arte de trabalhar o vidro. |
| 23311 | Fabricação de azulejos | Cerâmica de construção tradicional. |
| 23312 | Fabricação de ladrilhos, mosaicos e placas de cerâmica. | Cerâmica de construção tradicional. |
| 23321 | Fabricação de tijolos | Cerâmica de construção tradicional. |
| 23322 | Fabricação de telhas | Cerâmica de construção tradicional. |
| 23323 | Fabricação de abobadilhas | Cerâmica de construção tradicional. |
| 23411 | Olaria de barro | Todas. |
| 23414 | Atividades de decoração de artigos cerâmicos de uso doméstico e ornamental. | Pintura cerâmica. |
| 23521 | Fabricação de cal | Fabrico de cal não hidráulica. |
| 23690 | Fabricação de outros produtos de betão, gesso e cimento. | Arte de trabalhar o gesso. |
| 23690 | Fabricação de outros produtos de betão, gesso e cimento. | Modelação cerâmica. |
| 23701 | Fabricação de artigos de mármore e de rocha similares. | Escultura em pedra; cantaria. |
| 23702 | Fabricação de artigos em ardósia (lousa) | Arte de trabalhar ardósia. |
| 23703 | Fabricação de artigos de granito e de rocha, n. e. | Escultura em pedra; cantaria. |
| 25120 | Fabricação de portas, janelas e elementos similares em metal, n. e. | Fabrico de portas, janelas e elementos similares. |
| 25501 | Fabricação de produtos forjados, estampados e laminados. | Todas. |
| 25710 | Fabricação de cutelaria | Todas. |
| 25731 | Fabricação de ferramentas manuais ... | Todas. |
| 25931 | Fabricação de produtos de arame | Todas. |
| 25991 | Fabricação de louça metálica e artigos de uso doméstico. | Latoaria; arte de trabalhar cobre, latão, estanho, bronze. |
| 25992 | Fabricação de outros produtos metálicos diversos, n. e. | Latoaria; arte de trabalhar cobre, latão, estanho, bronze. |
| 31020 | Fabricação de mobiliário de cozinha. ... | Marcenaria. |
| 31030 | Fabricação de colchoaria | Todas. |
| 31091 | Fabricação de mobiliário de madeira para outros fins. | Marcenaria; arte de cadeireiro; restauro de madeira; estofador. |
| 31093 | Fabricação de mobiliário de outros materiais para outros fins. | Fabrico de mobiliário de vime ou similar. |
| 32121 | Fabricação de filigranas | Ourivesaria — filigrana. |
| 32122 | Fabricação de artigos de joalharia e de outros artigos de ourivesaria. | Ourivesaria — prata cinzelada; joalharia. |
| 32130 | Fabricação de bijutarias | Todas. |
| 32200 | Fabricação de instrumentos musicais. ... | Todas. |
| 32400 | Fabricação de jogos e de brinquedos ... | Todas. |
| 32910 | Fabricação de vassouras, escovas e pinéis. | Todas. |
| 32995 | Fabricação de caixões mortuários em madeira. | Todas. |

| Subclasse CAE | Designação CAE | Atividade produtiva |
|---------------|--|--|
| 32996 | Outras indústrias transformadoras diversas, n. e. | Arte de marinharia e outros objetos de corda; fabrico de miniaturas; fabrico de <i>abat-jours</i> ; fabrico de perucas; fabrico de aparelhos de pesca; taxidermia (arte de embalsamar); fabrico de flores artificiais; fabrico de registos e similares; fabrico de adereços e enfeites de festa; fabrico de objetos em cera; fabrico de objetos em osso, chifre e similares; fabrico de objetos em materiais sintéticos. |
| 33110 | Reparação e manutenção de produtos metálicos (exceto máquinas e equipamentos). | Todas. |
| 33120 | Reparação e manutenção de máquinas e equipamentos. | Todas. |
| 33130 | Reparação e manutenção de equipamento eletrónico e ótico. | Todas. |
| 33140 | Reparação e manutenção de equipamento elétrico. | Todas. |
| 35302 | Produção de gelo | Todas. |
| 56210 | Fornecimento de refeições para eventos | Todas. |
| 56290 | Outras atividades de serviço de refeições | Todas. |

(*) Atividades que não podem ser desenvolvidas em fração autónoma de prédio urbano.

ANEXO II

Fatores de conversão e coeficientes de equivalência

[a que se referem as alíneas q) e r) do artigo 2.º]

1. Coeficientes de equivalência a utilizar:
1 kVA = 0,93 kW;
1 kcal = 4,18 kJ.
2. Poderes caloríficos a utilizar:
Fuelóleo — 9600 kcal/kg;
Gasóleo — 10 450 kcal/kg;
Petróleo — 10 450 kcal/kg;
Propano — 11 400 kcal/kg;
Butano — 11 400 kcal/kg;
Gás natural — 9080 kcal/m³;
Combustíveis sólidos:
2000 kcal/kg (teor de humidade > 60 %);
2500 kcal/kg (30 % < teor de humidade < 60 %);
3000 kcal/kg (teor de humidade < 30 %).
3. Outros fatores de conversão:
1000 l de gasóleo — 835 kg;
1000 l de petróleo — 785 kg.

ANEXO III

Indicação das entidades coordenadoras, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 13.º do Sistema da Indústria Responsável

1. A determinação da entidade coordenadora no procedimento relativo ao estabelecimento industrial é feita de acordo com o quadro constante do presente anexo.
2. Sempre que num estabelecimento industrial classificado de acordo com o artigo 11.º do Sistema da Indústria Responsável sejam exercidas atividades industriais do mesmo tipo às quais correspondam diferentes entidades coordenadoras, a determinação da entidade competente para a condução do procedimento é feita em função do número de trabalhadores da atividade industrial.
3. No caso previsto no número anterior, se o número de trabalhadores for igual, o requerente indica qual das atividades industriais melhor caracteriza o estabelecimento industrial.
4. A entidade coordenadora dos anexos mineiros e de pedreiras onde sejam exercidas atividades industriais exclusivamente para a beneficiação do material extraído é a entidade com atribuições e competências da respetiva atividade extrativa.

| CAE — Rev3 (subclasse) | Tipologia de estabelecimentos | Entidade coordenadora |
|--|-------------------------------|---|
| 5100 5200 7100 7210 7290 8920 8992 19201 24460 | • Todos os tipos. | Direção-Geral de Energia e Geologia. |
| 08111 a 08122 | • Todos os tipos. | Unidade de representação territorial do Ministério da Economia e do Emprego competente ou sociedade gestora da ZER. |

| C/AE — Rev3 (subclasse) | Tipologia de estabelecimentos | Entidade coordenadora |
|---|----------------------------------|---|
| 8931 10110 a 10412 10510 e 10893 10911 a 10920 11011 a 11013 11021 a 11030 35302 56210 e 56290 | • Tipos 1 e 2 | Direção Regional de Agricultura e Pescas territorialmente competente ou sociedade gestora da ZER. |
| | • Tipo 3 | Câmara Municipal territorialmente competente ou sociedade gestora da ZER. |
| | • Tipos 1 e 2 | Unidade de representação territorial do Ministério da Economia e do Emprego competente ou sociedade gestora da ZER. |
| Subclasse previstas na secção 1 do anexo 1 e não identificadas nas linhas anteriores desta coluna. | • Tipo 3 | Câmara Municipal territorialmente competente ou sociedade gestora da ZER. |

ANEXO IV

(a que se refere o n.º 5 do artigo 10.º, o n.º 2 do artigo 15.º, o n.º 1 do artigo 6.º, os n.ºs 1 e 3 do artigo 23.º e o n.º 1 do artigo 31.º)

Prazos máximos para pronúncias

| Regimes/circunstâncias | Prazos máximos para pronúncias ⁽¹⁾ |
|---|--|
| • Regime jurídico da avaliação de impacto ambiental (AIA) ⁽²⁾ | 80 |
| • Prevenção de acidentes graves que envolvam substâncias perigosas ⁽³⁾ | |
| • Licença ambiental em local não abrangido por AIA ⁽⁴⁾ | |

| Regimes/circunstâncias | Prazos máximos para pronúncias ⁽¹⁾ |
|--|---|
| <ul style="list-style-type: none"> • Licença ambiental em local abrangido por AIA ⁽⁵⁾ • Operação de gestão de resíduos — regime de incineração ⁽⁶⁾ | 50 |
| <ul style="list-style-type: none"> • Título de emissão de gases com efeito de estufa ⁽⁷⁾ • Operação de gestão de resíduos — parecer previsto no artigo 42.º e alvará dos regimes geral ou simplificado ⁽⁸⁾ | 30 |
| <ul style="list-style-type: none"> • Título de utilização de recursos hídricos, quando haja lugar a consultas ⁽⁹⁾ • Outras consultas para indústrias de tipo 1 | 25 |
| <ul style="list-style-type: none"> • Título de utilização de recursos hídricos, quando não haja lugar a consultas ⁽¹⁰⁾ • Outras consultas para indústrias de tipo 2 | 15 |

⁽¹⁾ Os prazos previstos no presente anexo podem ser reduzidos nos termos do n.º 5 do artigo 10.º do Sistema da Indústria Responsável (SIR).

⁽²⁾ Regime jurídico da avaliação de impacto ambiental, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 69/2000, de 3 de maio, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 197/2005, de 8 de novembro, e pelo Decreto-Lei n.º 60/2012, de 14 de março.

⁽³⁾ Regime de prevenção de acidentes graves que envolvam substâncias perigosas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 254/2007, de 12 de julho.

⁽⁴⁾ Regime jurídico relativo à prevenção e controlo integrados da poluição, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 173/2008, de 26 de agosto, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 60/2012, de 14 de março.

⁽⁵⁾ Regime jurídico relativo à prevenção e controlo integrados da poluição, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 173/2008, de 26 de agosto, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 60/2012, de 14 de março.

⁽⁶⁾ Decreto-Lei n.º 85/2005, de 28 de abril, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 178/2006, de 5 de setembro, e 92/2010, de 26 de julho.

⁽⁷⁾ Decreto-Lei n.º 233/2004, de 14 de dezembro, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 243-A/2004, de 31 de dezembro, 230/2005, de 29 de dezembro, 72/2006, de 24 de março, 154/2009, de 6 de julho, 30/2010, de 8 de abril, e 93/2010, de 27 de julho.

⁽⁸⁾ Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 173/2008, de 26 de agosto, pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, e pelos Decretos-Leis n.ºs 183/2009, de 10 de agosto, e 73/2011, de 17 de junho.

⁽⁹⁾ Lei da Água, aprovada pela Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, alterada pelo Decretos-Leis n.ºs 245/2009, de 22 de setembro, e 60/2012, de 14 de março.

⁽¹⁰⁾ Lei da Água, aprovada pela Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, alterada pelo Decretos-Leis n.ºs 245/2009, de 22 de setembro, e 60/2012, de 14 de março.

ANEXO V

Taxa única

(a que se refere o n.º 2 do artigo 79.º e o n.º 2 do artigo 81.º)

Parte 1 — Estabelecimentos Industriais

1. Pelos atos previstos no n.º 1 do artigo 79.º do Sistema da Indústria Responsável (SIR) são cobradas taxas pela entidade coordenadora cujos montantes são calculados pela aplicação de fatores multiplicativos sobre a taxa base, nos termos dos seguintes quadros I e II:

QUADRO I

Fatores de dimensão (*F_d*) correspondentes aos regimes aplicáveis aos estabelecimentos industriais em função dos respetivos escalões

| Escalão | Estabelecimentos industriais — Parâmetros dimensionais | | | Fatores de dimensão (<i>F_d</i>) — Tipologia de estabelecimentos | |
|---------|--|--|---|--|---|
| | Número de trabalhadores | Potência elétrica contratada/ requisitada (kVA) | Potência térmica (kJ/h) | Tipologia de estabelecimentos | |
| | | | | 1 | 2 |
| 5 | > 100 De 51 a 100 De 26 a 50 De 11 a 25 ≤ 10 | > 750 De 351 a 750 De 181 a 350 De 41 a 180 ≤ 41,4 | $P_t > 1 \times 10^7$ $5 \times 10^6 < P_t \leq 1 \times 10^7$ $1 \times 10^6 < P_t \leq 5 \times 10^6$ $5 \times 10^5 < P_t \leq 1 \times 10^6$ $P_t \leq 5 \times 10^5$ | 12 | 8 |
| 4 | | | | 9 | 6 |
| 3 | | | | 8 | 5 |
| 2 | | | | 7 | 4 |
| 1 | | | | 6 | 3 |

Nota explicativa. — Para efeito da determinação do fator de dimensão (*F_d*) o estabelecimento industrial insere-se no escalão mais elevado a que corresponder o enquadramento de, pelo menos, um dos parâmetros dimensionais.

QUADRO II

Fatores de serviço (Fs) a aplicar para efeitos de cálculo das taxas

Autorização prévia

| Instalação | | | | Alteração | | | |
|---|--|--|--|--|---|--|---|
| Decreto-Lei n.º 73/2008, de 26 de agosto, e Decreto-Lei n.º 254/2007, de 12 de julho (Relatório Segurança) | Decreto-Lei n.º 173/2008, de 26 de agosto, e Decreto-Lei n.º 254/2007, de 12 de julho (Notificação Segurança) | Decreto-Lei n.º 173/2008, de 26 de agosto, e Decreto-Lei n.º 254/2007, de 12 de julho (Relatório Segurança) | Decreto-Lei n.º 173/2008, de 26 de agosto, e Decreto-Lei n.º 254/2007, de 12 de julho (Relatório Segurança) | Decreto-Lei n.º 173/2008, de 26 de agosto, e Decreto-Lei n.º 254/2007, de 12 de julho (Notificação Segurança) | Decreto-Lei n.º 173/2008, de 26 de agosto (Relatório Segurança) | Decreto-Lei n.º 254/2007, de 12 de julho (Relatório Segurança) | Pedido de exclusão, Decreto-Lei n.º 173/2008, de 26 de agosto, e outras situações |
| 10 | 9 | 8 | 7 | 5 | 7 | 4 | 3 |

Comunicação prévia com prazo de estabelecimentos de tipo 2

| Instalação | Alteração |
|------------|-----------|
| 1 | 1 |

Mera comunicação prévia de estabelecimentos de tipo 3 (*)

| Instalação | Alteração |
|------------|-----------|
| 0,5 | 0,5 |

(*) Fatores de serviço não aplicáveis a procedimentos de comunicação prévia cuja entidade coordenadora seja uma câmara municipal nos termos do anexo III ao SIR.

Vistorias (estabelecimentos tipos 1 e 2)

| Instalação e alteração | Reexame | Recursos | Cumprimento de condições impostas | | Cessação das medidas cautelares | Exclusão do Decreto-Lei n.º 173/2008 e verificação anual |
|------------------------|---------|----------|-----------------------------------|-----------------|---------------------------------|--|
| | | | 1.ª verificação | 2.ª verificação | | |
| 1 | 1 | 1 | 2 | 4 | 5 | 5 |

| Licença ambiental — Estabelecimentos existentes | | Averbamento | Desselagem |
|---|-----------|-------------|------------------------|
| Atualização | Renovação | | |
| 2 | 4 | 0,3 | 1 Tipo 1 0,6 Tipo 2 |

Vistorias (estabelecimentos tipo 3 — artigo 81.º, n.º 2)

| Instalação |
|------------|
| 0,3 |

- O valor da taxa base (Tb) é de € 94,92, sendo automaticamente atualizada, a partir de 1 de março de cada ano, com base na variação do índice médio de preços no consumidor no continente relativo ao ano anterior, excluindo a habitação, e publicado pelo Instituto Nacional de Estatística.
- A taxa final (Tf) a aplicar é calculada pela multiplicação da taxa base (Tb) pelo fator de dimensão (Fd) e pelo fator de serviço (Fs), de acordo com a seguinte fórmula:

$$Tf = Tb \times Fd \times Fs$$

- A forma de pagamento e de repartição das taxas constam do artigo 80.º do SIR.

5. Sempre que o requerente apresente o pedido no acesso mediado do Balcão do Empreendedor, o fator de serviço (F_s) determinado de acordo com o quadro II é acrescido de 1.
6. Sem prejuízo do disposto no n.º 4 do artigo 59.º, nos estabelecimentos de tipo 3 aos quais corresponda como entidade coordenadora uma entidade gestora de Zonas Empresariais Responsáveis (ZER) é cobrada apenas a taxa base.

Parte 2 — Zonas empresariais responsáveis (ZER)

1. Pelos atos previstos no n.º 1 do artigo 79.º do SIR respeitantes a ZER são cobradas taxas pela entidade coordenadora cujos montantes são calculados pela aplicação de fatores multiplicativos respeitantes ao tipo de serviço prestado (F_s) sobre uma taxa base, nos termos do quadro seguinte:

Fatores de serviço (F_s) a aplicar para efeitos de cálculo das taxas

| Autorização prévia | | Vistorias | | | | |
|--------------------|-----------------------|------------------------|---------|-------------------------------------|-----------------------------------|-----------------|
| Instalação | Alteração e conversão | Instalação e alteração | Reexame | Reclamações e recursos hierárquicos | Cumprimento de condições impostas | |
| | | | | | 1.ª verificação | 2.ª verificação |
| 60 | 40 | 6 | 6 | 6 | 9 | 12 |

2. O valor da taxa base (T_b) é de € 94,92, sendo automaticamente atualizada, a partir de 1 de março de cada ano, com base na variação do índice médio de preços no consumidor no continente relativo ao ano anterior, excluindo a habitação, e publicado pelo Instituto Nacional de Estatística.
3. A taxa final (T_f) a aplicar é calculada pela multiplicação da taxa base (T_b) pelo fator de serviço (F_s), de acordo com a seguinte fórmula:

$$T_f = T_b \times F_s$$
4. A forma de pagamento e de repartição das taxas constam do artigo 80.º do SIR.

NOTAS ALTERAÇÕES



Design de coleção
Henrique Cayatte Design com Susana Cruz

Fontes tipográficas
Trajan | Carol Twombly | 1989 © Adobe Systems Incorporated
Rongel | Mário Feliciano | 2001 © Feliciano Type Foundry
Neutraface | Richard Neutra/Christian Schwartz | 2007 © House Industries

Edição | Revisão | Paginação | Capa
Imprensa Nacional-Casa da Moeda

Impressão e acabamento
Imprensa Nacional-Casa da Moeda